PSICOLOGIA & SOCIEDADE
Psychology & Society
V. 21 (3) setembro/dezembro 2009 ISSN 0102-7182

SUMÁRIO
SUMMARY

291 EDITORIAL

293 PSICOLOGIA E A PRODUÇÃO DO CUIDADO NO CAMPO DO BEM-ESTAR SOCIAL
PSYCHOLOGY AND PRODUCTION OF CARE IN THE AREA OF SOCIAL WELFARE
João Paulo Macedo e Magda Dimenstein - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil

301 IMAGENS DA INFÂNCIA, DEVIR-CRIANÇA E UMA FORMULAÇÃO À EDUCAÇÃO DO CUIDADO
IMAGES OF INFANCY, BECOMING-CHILD AND A FORMULARIZATION TO THE EDUCATION OF THE CARE
Ricardo Burg Ceccim e Analice de Lima Palombini - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

313 JUVENTUDE COMO PROBLEMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
YOUTH AS A PROBLEM OF GOVERNMENT POLICIES
Marcia Frezza, Cleci Maraschin e Nair Silveira dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

324 O PERFIL DOS USUÁRIOS DO CAPSAD-BLUMENAU E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL
PROFILE OF CAPSAD – BLUMENAU USERS: THE EFFECTIVENESS OF THE PUBLIC POLICIES FOR MENTAL HEALTH
Jeovane Gomes de Faria e Daniela Ribeiro Schneider - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

334 AVALIAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL DE CASCAVEL – PR
EVALUATION OF THE CHILD PSYCHOSOCIAL CARE CENTER OF CASCAVEL – PR
Ana Silvia Scandolara, Angela Rockenbach, Emerson Aparecido Sgarbossa, Lilian Rafaela Linke e Nelsi Salete Tonini - Universidade Paranaense, Cascavel, Brasil

343 JUÍZO E AÇÃO MORAL: DESAFIOS TEÓRICOS EM PSICOLOGIA
JUDGMENT AND MORAL ACTION: THEORETIC CHALLENGES IN PSYCHOLOGY
Leonardo Lemos de Souza - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil e Mario Sergio Vasconcelos - Universidade do Estado de São Paulo, Assis, Brasil

353 A GENEALOGIA EM FOUCAULT: UMA TRAJETORIA
THE GENEALOGY IN FOUCAULT: A TRAJECTORY
Flavia Cristina Silveira Lemos - Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil e Hélio Rebello Cardoso Júnior - Universidade do Estado de São Paulo, Assis, Brasil

358 MARTÍ Y LA PSICOLOGÍA
MARTI´S PSYCHOLOGICAL IDEAS
Diego Jorge González Serra - Universidad de la Habana, Habana, Cuba

364 PSICOLOGIA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE LIBERDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
PSYCHOLOGY AND SOCIAL INEQUALITY: A REFLECTION ON FREEDOM AND SOCIAL TRANSFORMATION
Bader Burihan Sawaia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

373 DE JOVEM A ESTUDANTE: APONTAMENTOS CRÍTICOS
ON YOUNG ADULTS BECOMING FULL-GROWN STUDENTS: CRITICAL NOTES
Samir Pérez Mortada - Faculdade Social da Bahia, Salvador, Brasil

383 O LUGAR DA PSICOLOGIA SOCIAL NA FORMAÇÃO DOS PSICÓLOGOS
THE PLACE OF SOCIAL PSYCHOLOGY IN THE FORMATION OF PSYCHOLOGISTS
Ligia Claudia Gomes de Souza - Faculdades Integradas Maria Thereza e Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, Brasil e Edson Alves de Souza Filho - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

391 VIOLENCIA SOCIAL Y DISCURSO POLÍTICO PRESIDENCIAL VENEZOLANO: UN ESTUDIO PSICOSOCIAL
SOCIAL VIOLENCE AND VENEZUELAN POLITICAL PRESIDENTIAL DISCOURSE: A PSYCHOSOCIAL STUDY.
Luis Alberto d´Aubeterre Alvarado - Universidad Nacional Experimental de Guayana, Guayana, Venezuela

402 O QUE É MEDO? UM ADENTRAR NO IMAGINÁRIO DOS HABITANTES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA
WHAT IS FEAR? AN INTRODUCTION TO THE IMAGINARY OF INHABITANTS OF THE CITY OF JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRAZIL
Mauro Guilherme Pinheiro Koury - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

411 VIDAS EM RISCO: A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS BOMBEIROS MILITARES
LIVES AT RISK: THE PROFESSIONAL IDENTITY OF THE MILITARY FIREMEN
Michelle Regina da Natividade - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil

421 MARCAS DO GÊNERO NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DAS MULHERES
GENDER MARK IN INTERNATIONAL MIGRATION OF IMMIGRANT WOMEN
Roberta de Alencar-Rodrigues - Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha, Marlene Neves Strey - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil e Leonor Cantera Espinosa - Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha

431 GÊNERO E OS SENTIDOS DO TRABALHO SOCIAL
GENDER AND THE MEANINGS OF SOCIAL WORK
Jacy Corrêa Curado - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Brasil e Vera Sonia Mincoff Menegon - Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha

442 REPERTÓRIOS SOBRE LESBIANIDADE NA MÍDIA TELEVISIVA: DESESTABILIZAÇÃO DE MODELOS HEGEMÔNICOS?
REPERTOIRES ON LESBIANITY IN TELEVISION MEDIA: DESTABILIZATION OF HEGEMONIC MODELS?
Lenise Santana Borges - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil e Mary Jane Paris Spink - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

453 A DIFÍCIL TAREFA DE COMPREENDER OS ARRANJOS ESPACIAIS CONTEMPORÂNEOS
THE HARD TASK OF COMPREHENDING THE CONTEMPORARY SPACE ARRANGEMENTS
Ana Maria Nicolaci-da-Costa - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

463 RESENHA - CLÍNICA E VIRTUALIDADE: ENCONTROS COM O IMPESSOAL
REVIEW - CLINICAL AND VIRTUALITY: ENCOUNTERS WITH THE IMPERSONAL
Patrícia Beatriz Argôllo Gomes Kirst - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

465 TRADUÇÃO - ENTREVISTA COM IAN HACKING (por Paul Kennedy e David Cayley)
TRANSLATION - INTERVIEW WITH IAN HACKING (by Paul Kennedy and David Cayley)
Luciana Vieira Caliman - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil e Rogério Gomes de Almeida - Faculdade FUCAPE, Vitória, Brasil

471 NOTÍCIAS DA ABRAPSO

473 CONSULTORES DA REVISTA PSICOLOGIA E SOCIEDADE NO ANO DE 2009

477 POLÍTICA EDITORIAL E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Editorial

Este é o último número de 2009 da Revista Psicologia & Sociedade. Além de apresentar os artigos, a resenha e a entrevista que o compõem, considero o momento oportuno para apresentar aos leitores, avaliadores e autores, neste editorial, algumas informações sobre o trabalho de editoração deste periódico. São informações que possibilitam visualizar o esforço que vem sendo dedicado por este periódico à divulgação de pesquisas e discussões tendo em vista o desenvolvimento da Psicologia Social numa postura crítica, transformadora e interdisciplinar, esforço este que tem se refletido em sua projeção nacional e internacional.

É significativo o aumento do volume de manuscritos submetidos à Revista Psicologia & Sociedade nos últimos anos: foram 172 submissões em 2007, 242 em 2008 e 366 no ano de 2009. Esses números refletiram, por um lado, o reconhecimento do periódico na área, por outro, implicaram em expressiva sobrecarga de trabalho para as editoras e o corpo de consultores *ad hoc*: isto porque os manuscritos consoantes com o perfil da revista foram submetidos à avaliação de pelo menos dois pareceristas, sendo que a maior parte foi reavaliada, após modificações, tantas vezes quantas necessárias até o aceite final.

Outro resultado do aumento do número de submissões diz respeito ao tempo para publicação dos manuscritos aprovados, geralmente maior do que gostaríamos. Isso se deve, por um lado, ao número expressivo de submissões em processo editorial, mas também às restrições orçamentárias que não permitem ampliar o número de artigos publicados em cada número da revista na mesma proporção. Cabe registrar a redução de recursos que vimos recebendo das agências de fomento, o que contribuiu para dificultar a situação.

De modo geral, os consultores respondem positivamente aos nossos convites e contribuem expressivamente para a qualificação dos trabalhos analisados e do periódico como um todo. Quando isso não acontece, ou quando nossas solicitações não são respondidas, o processo editorial se torna mais lento, demandando novas buscas por avaliadores credenciados nos campos de conhecimento em questão e novos convites. Somos, portanto, gratos aos colaboradores que gentilmente dedicam horas à apreciação e elaboração de pareceres para os manuscritos submetidos à avaliação por pesquisadores nacionais e estrangeiros, com variados graus de formação acadêmica e que atuam/pesquisam em diferentes campos.

Essa diversidade, visível no que se refere aos autores, se reflete, necessariamente, no corpo de avaliadores, e se objetiva em números da revista que se caracterizam pela tessitura plural, seja em relação às temáticas abordadas, às escolhas teóricas e/ou metodológicas. Essa diversidade está presente neste número da revista Psicologia & Sociedade, e a apresentação, ainda que breve, de seus capítulos, permitirá ao leitor reconhecê-la.

O artigo "Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social", de João Paulo Macedo e Magda Dimenstein, discute concepções e práticas de cuidado de psicólogos que atuam no campo das políticas sociais, especificamente no âmbito da Saúde (SUS) e Assistência Social (SUAS). Esse tema também é o foco de Ricardo Burg Ceccim e Analice de Lima Palombini, no artigo "Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado".

Das práticas às políticas que alicerçam práticas: a discussão de concepções de juventudes expressas em políticas públicas para jovens no Brasil é o foco de Marcia Frezza, Cleci Maraschin e Nair Silveira dos Santos no artigo "Juventude como problema de políticas públicas". Na mesma linha de problematização, o artigo "O perfil dos usuários do CAPSAD-Blumenau e as políticas públicas em saúde mental", de autoria de Jeovane Gomes de Faria e Daniela Ribeiro Schneider, apresenta reflexões sobre as práticas nos novos dispositivos de atenção à saúde, como os CAPS – Álcool e Drogas e sua relação com as políticas realizadas pelo Ministério da Saúde. O artigo "Avaliação do centro de atenção psicossocial infantil de Cascavel/PR", de Ana Silvia Scandolara, Angela Rockenbach, Emerson Aparecido Sgarbossa, Lilian Rafaela Linke e Nelsi Salete Tonini, soma esforços nessa direção. A justificativa da necessidade destes trabalhos e de outros que os antecederam está na importância da discussão das políticas públicas e seus efeitos.

No artigo "Juízo e ação moral: desafios teóricos em psicologia", Leonardo Lemos de Souza e Mario Sergio Vasconcelos trazem para o debate, com a mesma postura crítica e problematizadora dos artigos anteriores, as possibilidades e limites na construção de referenciais teóricos e metodológicos que articulem diferentes perspectivas de análise psicológica da moralidade. Outro artigo que tem como foco questões teóricas e metodológicas é "A genealogia em Foucault: uma trajetória". Seus autores, Flavia Cristina Silveira Lemos e Hélio Rebello Cardoso Júnior, apresentam a genealogia enquanto modo de escrever a história como pergunta/problema, onde ganha destaque a multiplicidade de acontecimentos dispersos, raros, heterogêneos.

Em "Martí y la Psicologia", Diego Jorge González Serra nos apresenta as idéias de um dos heróis da história cubana com o objetivo de demonstrar que existe um pensamento psicológico nos escritos de José Martí. Bader Sawaia, por sua vez, em "Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social", afirma que a Psicologia tem o dever de resguardar a dimensão humana nas análises e intervenções sociais, e o compromisso com o planejamento de uma práxis ético/estética de transformação social.

Questões políticas também estão presentes no artigo "De jovem a estudante: apontamentos críticos",

onde Samir Pérez Mortada reflete sobre a transformação do jovem em estudante e sobre o sentido político dessa passagem. Preocupação com a formação do estudante de psicologia, por sua vez, está presente em "O lugar da psicologia social na formação dos psicólogos", artigo em que Ligia Claudia Gomes de Souza e Edson Alves de Souza Filho apresentam pesquisa realizada com professores de psicologia social no Brasil. chegando à conclusão que estes buscam, ao ensinar, sensibilizar os alunos para os problemas sociais relacionados com a disciplina.

Problemas sociais e contemporâneos são abordados nos demais artigos que compõem este número. Em "Violencia social y discurso político presidencial venezoelano: un estudio psicosocial", Luis Alberto D´Aubeterre Alvarado analisa discursos do presidente da Venezuela a partir da compreensão da violência social como complexo processo psico-socio-político-histórico. O modo como moradores de uma capital brasileira definem o medo é o tema do artigo "O que é medo? Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba", de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Já Michelle Regina da Natividade discute questões relacionadas à identidade profissional em "Vidas em risco: a identidade profissional dos bombeiros militares".

Questões de gênero e aculturação considerando suas implicações nas migrações internacionais é o foco de Roberta de Alencar-Rodrigues, Marlene Neves Strey e Leonor Cantera Espinosa em "Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres". Em "Gênero e os sentidos do trabalho social", por sua vez, Jacy Corrêa Curado e Vera Sonia Mincoff Menegon discutem os sentidos do trabalho social, tendo como foco as relações entre gênero e trabalho. "Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos?" é outro artigo que traz questões de gênero para o debate, problematizando os efeitos da introdução da temática lesbianidade em telenovelas. Tomando como objeto de análise as tecnologias da informação e comunicação contemporâneas que transformam as relações espaço-tempo, finaliza o rol de artigos deste número o trabalho de Ana Maria Nicolaci-da-Costa, intitulado "A difícil tarefa de compreender os arranjos espaciais contemporâneos".

Completam este número de Psicologia & Sociedade uma resenha e uma entrevista. A resenha de Patrícia Beatriz Argôllo Gomes Kirst, intitulada "Clínica e virtualidade: encontros com o impessoal", apresenta aos leitores deste periódico o livro de Luis Eduardo Aragon que discute a virtualidade nos encontros clínicos. A "Entrevista com Ian Hacking", apresentada por Luciana Vieira Caliman e Rogério Gomes de Almeida, é a primeira de quatro entrevistas, cujas traduções serão publicadas por este periódico, que discutem o modo como a ciência tem sido repensada em nossos tempos no âmbito dos *Science Studies*.

A última edição de 2009 de Psicologia & Sociedade, portanto, mantém a diversidade e pluralidade que têm caracterizado o periódico. Essa diversidade, no entanto, não se perde em direções sem fim, pois seus múltiplos fios se entretecem com a tônica da crítica ao supostamente conhecido, com a provocação de pretensas verdades, com as dúvidas que alertam para a necessidade de atenção constante às naturalizações e hegemonias. Tarefa árdua. Esperamos que a essas vozes possam se somar muitas outras, com as quais será possível dialogar em números vindouros.

PSICOLOGIA E A PRODUÇÃO DO CUIDADO NO CAMPO DO BEM-ESTAR SOCIAL*

João Paulo Macedo e Magda Dimenstein
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil

RESUMO: Este trabalho se propõe discutir concepções e práticas de cuidado de psicólogos que atuam no campo das políticas sociais, especificamente no âmbito da Saúde (SUS) e Assistência Social (SUAS) e suas interfaces com os modos de governo e gestão da vida produzidos no contexto biopolítico contemporâneo. O estudo foi realizado em 05 localidades que contam simultaneamente em seu território com Unidades Básicas de Saúde/UBS e Centros de Referência da Assistência Social/CRAS. Acompanhamos o cotidiano e a rotina dos psicólogos que atuam nesses serviços a partir da observação participante e realização de entrevistas. Identificamos que os modos de cuidado produzidos nesses campos pelos profissionais da psicologia indicam tanto uma adesão a um ideal de produzir sujeitos autônomos, produtivos, saudáveis e conscientes dos seus direitos, logo se configurando como práticas normativas, quanto expressam tentativas de ruptura com o estabelecido.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia; políticas sociais; biopolítica; produção de subjetividade.

PSYCHOLOGY AND PRODUCTION OF CARE IN THE AREA OF SOCIAL WELFARE

ABSTRACT: The purpose of this study is to discuss the care conceptions and practices of psychologists that work in the area of social policy, specifically in health (Unified Health System) and in social assistance (Unified Social Assistance System), and its interfaces with the modes of government and life management produced in the contemporary bio-political context. The study was accomplished in five localities that have in their territories Basic Health Units and Referral Centers for Social Assistance. Using participant observation and interviews, we accompanied the daily routine of the psychologists that work in these services. We identified that these professionals produced modes of care that indicate an adherence to the ideal production of subjects that are autonomous, productive and healthful, and that are aware of their rights, thereby constituting normative practices that express attempts at rupturing with the establishment.

KEYWORDS: psychology; social policies; biopolicy; production of subjectivity.

Introdução

A questão do cuidado e da qualidade da atenção prestada nos serviços e/ou programas de contextos comunitários é hoje um ponto central de problematizações e debates desenvolvidos no campo da saúde pública. Por se tratar de uma dimensão não apenas técnica, mas acima de tudo ético-política, pode tanto provocar interferências nas práticas e formas organizativas no trabalho das equipes, dos serviços e da gestão em saúde quanto operar processos de mudança, seja na formação teórico-prática, seja na produção subjetiva desses trabalhadores. Esses são os principais pontos observados nas recentes discussões e proposições em torno das práticas que têm como foco a humanização, o acolhimento e a responsabilização para com o usuário. Além disso, estudos recentes têm indicado a necessidade do desenvolvimento de experiências e projetos na produção de autonomia no cuidado e produção da vida como objetos de aprendizagem e potencialização de "perfis" de trabalho individual e coletivo (Ceccim & Ferla, 2006; Teixeira, 2005; Barros, 2005). Deste modo, pretendemos, com este trabalho, na esteira das discussões que tomam o cuidado como uma ferramenta conceitual de ordem ontológica, genealógica e crítica na reconstrução das práticas em saúde (Ayres, 2004), analisar as concepções e práticas de cuidado desenvolvidas pelos psicólogos que atuam no campo das políticas sociais, especialmente no âmbito da Saúde Pública (SUS) e Assistência Social (SUAS).

É importante ressaltar que o nosso interesse por essa temática não está centrado no aspecto técnico da questão, ou seja, no modo como os profissionais da psicologia estão atuando no campo do Bem-Estar, pois entendemos que o cuidado, como bem ressaltou Ayres (2004), não é somente um "conjunto de procedimentos tecnicamente orientados para o bom êxito de um certo tratamento" (p. 74). Nesse sentido, queremos proble-

matizar a hipervalorização da técnica em detrimento de uma atuação pautada por uma compreensão e/ou atitude ético-política, cada vez mais frequente na psicologia (Barros, 2005; Dimenstein, 2006). Para tanto, pretendemos discutir os modos de cuidado produzidos por esses psicólogos no campo das políticas sociais, tendo como elemento analítico as problematizações foucaultianas sobre os modos de governo e gestão da vida produzidos no contexto biopolítico contemporâneo.

Michel Foucault (2008), em seu debate sobre o biopoder, regime político que configura a vida como objeto, nos coloca que tanto a vida quanto a subjetividade foram tomadas de "assalto" na atualidade. No que se refere ao campo social, tal dimensão tem sido um território profícuo de investimento de práticas governamentais, através de mecanismos de regulação e controle das populações, ou seja, gestão e governo de condutas e subjetividades. Portanto, fabricação de mundos e modos de vida, especialmente para a população margeada de direitos e garantias sociais.

Nesse sentido, temos o interesse de refletir como a psicologia vem operando no campo das políticas sociais como uma ferramenta biopolítica, cujo um dos efeitos é a dominação, a disciplina e a docilização dos corpos e da vida. Entretanto, também buscamos neste estudo considerar como os psicólogos que atuam nesses espaços têm investido na produção de resistência e diferença, ou seja, de que forma estão potencializando a vitalidade social e as forças inventivas nesses coletivos.

Estratégias metodológicas

Delimitamos quatro localidades diferentes do município de Natal que dispunham no seu território tanto de UBS quanto de CRAS, totalizando oito serviços, dois em cada localidade (quatro Unidades Básicas de Saúde/UBS e quatro Centros de Referência da Assistência Social/CRAS). Nosso critério de escolha foi pautado na perspectiva da intersetorialidade das políticas de saúde e assistência social, tendo como norte a articulação em rede entre os seus serviços de base comunitária.

As visitas tiveram o intuito de conhecer o funcionamento dos serviços, o cotidiano dos técnicos, especialmente dos profissionais da psicologia e as práticas por eles desenvolvidas. Além disso, conhecemos a realidade social em que os psicólogos atuavam, por meio da observação participante e do uso de entrevistas abertas. Inicialmente foram entrevistados 10 profissionais, sendo oito psicólogos da Assistência Social (CRAS) – dois em cada Centro de referência – e dois da Saúde (UBS). Sobre os psicólogos das UBS, é importante esclarecer que só foi possível entrevistar dois profissionais pelo fato de que em duas das quatro UBS visitadas o profissional estava afastado por licença saúde. Após a realização dessas visitas, constatamos, através dos técnicos entrevistados, a existência de mais uma UBS e um CRAS, ambos localizados em regiões próximas, que também desenvolviam constantes articulações entre si, inclusive formando novos pontos de rede com os serviços por nós pesquisados.

Em função disso, incluímos no nosso campo de pesquisa esses dois outros serviços, totalizando cinco UBS e cinco CRAS visitados, consequentemente, 13 psicólogos entrevistados (três psicólogos de UBS´s e 10 dos CRAS´s).

De um modo geral, nos relatos desses técnicos figuraram não só a descrição da rotina e das atividades desenvolvidas no serviço, mas também as experiências e/ou situações que marcaram de forma singular suas atuações na comunidade.

A psicologia e a produção do cuidado no nível básico da saúde e assistência social

A partir dos elementos levantados nas observações e nas entrevistas identificamos duas formas de perceberem a produção de cuidado em seus campos de atuação: (a) na primeira, presente na maioria das entrevistas (n = 10), o cuidado é visto como uma forma de intervenção especializada que objetiva ajudar ou melhorar a vida das pessoas, tornando-as autônomas, produtivas, autossustentáveis, saudáveis e conscientes dos seus direitos; (b) a segunda, posta por uma minoria dos técnicos entrevistados (n = 03), compreendia o cuidado como um campo de possibilidades, onde as pessoas poderiam experienciar e viver a partir de suas diferenças, independente das expectativas esperadas por cada política ou pelo próprio serviço[I].

Nesse sentido, percebemos, a partir das narrativas dos técnicos, o entendimento da produção de cuidado tanto no seu sentido técnico quanto como postura acolhedora, a partir de um exercício ético-político. Ou seja, para a maioria, a ação de cuidado era tratada como uma atividade ou procedimento que tem a função de monitorar as necessidades de saúde e/ou necessidades sociais dos usuários, além da realização de tratamentos e/ou acompanhamentos propostos pela equipe do serviço. Já para pequena parte dos técnicos, a ação de cuidado era tida como uma atitude ou postura que encontra no exercício de reflexão crítica a produção de práticas promotoras não só de mudanças e transformações no modo desses profissionais atuarem no serviço, mas também nas suas relações de trabalho e territórios subjetivos (Ayres, 2004).

Destacando esse primeiro entendimento sobre o cuidado como monitoramento ou apenas como atenção vigilante ao bem-estar do usuário, somente a partir das dimensões biomédica e sanitária, como bem colocou

Ayres (2004), os relatos dos técnicos (n = 10) apontaram para o fato das comunidades estarem cada vez mais perdendo o seu poder mobilizador e reinvidicatório frente às problemáticas sociais que enfrentam. Ou seja, para esses técnicos, a maior parte dos usuários não está comprometida com os problemas e questões comuns do cotidiano da sua localidade.

Sobre isso, um ponto recorrente nos relatos foi a ênfase no pouco envolvimento dos moradores no tocante aos problemas de infraestrutura de seu bairro: condições das casas, algumas de taipa, outras sem banheiros; condições das ruas, muitas sem pavimentação ou sistema de esgoto, que no período chuvoso ficam inacessíveis para o trânsito em virtude das grandes poças de lama e do acúmulo de lixo e outros dejetos; a pouca quantidade de áreas para o lazer ou práticas esportivas, culturais e recreativas, restando, portanto, os bares como reduto para a diversão ou lazer; a não manutenção das praças públicas e iluminação pública, além de problemas quanto à coleta regular do lixo; a ineficiência de alguns equipamentos sociais, como a demora para a realização de consultas e exames médicos, a falta de vagas nas escolas ou mesmo a falta de segurança pública.

Para esses técnicos, o problema quanto à falta de comprometimento dos usuários não se configura somente em termos da pouca mobilização coletiva para a reivindicação de melhorias estruturais ou pela instalação de equipamentos urbanos e sociais nas localidades que residem. Mas, também, por não se responsabilizarem em relação à educação dos filhos e à manutenção da saúde de si próprios e de seus familiares (crianças, adolescentes e idosos); ou então por não reivindicarem seus direitos e procederem na denúncia de possíveis ilegalidades (ou irregularidades) quanto aos benefícios dos programas sociais.

A falta de informação (ou consciência) da população-usuária frente à realidade em que vivem explicita para esses técnicos a questão da educação como um dos grandes vilões dessas comunidades. Entendem que o desenvolvimento de ações em educação em saúde ou na mobilização e participação popular se configura como uma de suas principais atividades nesse campo. Investem em ações para que esses usuários possam cuidar melhor (ou de uma forma mais orientada) de si e dos outros, em diferentes aspectos: higiene pessoal e bucal, manuseio de alimentos e verificação da questão nutricional, manuseio do lixo, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o planejamento familiar, compreendendo melhor sobre os riscos e dificuldades que a situação de uma gravidez indesejada pode provocar, além de outras questões como o consumo de drogas, violência, negligência no cuidado com os filhos e a questão dos direitos e benefícios sociais.

No tocante às atividades que desenvolvem, a maioria dos profissionais entende que o fato de estarem inseridos na realidade dos usuários, ou seja, na rotina da comunidade e de suas casas, isso, por si só, já se configura como um grande facilitador para que possam ajudar de uma maneira mais pontual tais famílias. Pois assim, podem orientar de uma forma mais próxima e efetiva quanto à forma de procederam, definindo atitudes e/ou comportamentos que minimizem conflitos familiares e/ou sociais, ou ainda, possíveis inabilidades frente à realidade socioeconômica em que se encontram.

Sobre o papel das políticas sociais (saúde e assistência) frente às realidades em que atuam, os técnicos as consideram bastante válidas, pois entendem que são ações governamentais que levam possibilidades concretas para essas comunidades, disponibilizando maior acesso a uma gama de serviços que visam melhorar as condições pessoais e sociais da população, principalmente, a partir da garantia de direitos e de cidadania.

Imbuídos dessa perspectiva, as ações desenvolvidas pelos psicólogos nesse contexto partem, quase sempre, de um projeto de vida já previamente definido – por eles próprios (ou da leitura que fazem dos documentos norteadores da política) – para a população-usuária dos serviços. Com isso, tais profissionais esperam encontrar, através dos resultados das intervenções das políticas de saúde e da assistência social, uma população minimamente sadia, limpa, ocupada, organizada e sem conflitos.

No tocante ao modo como os entrevistados operam suas práticas no serviço, a partir da produção do cuidado, eles focam suas atividades considerando os procedimentos estruturados pela rotina de atendimento do serviço: realização da escuta e encaminhamento para a realização de atividades (participação de grupos informacionais e/ou pedagógicos; realização de visita domiciliar e/ou atendimento no próprio serviço, encaminhamentos para a rede de saúde ou para rede socioassistencial). O que indica que tais profissionais compreendem e lançam mão da ideia de cuidado, muito mais, a partir de um enfoque (estritamente) instrumental do que de uma compreensão dos usuários ou da própria comunidade como também coparticipantes da produção de saúde. Sobre isso, Ayres (2004, p. 84) argumenta que

> A ciência produz o conhecimento sobre as doenças **ou sobre problemas sociais** [grifos nossos], a tecnologia transforma esse conhecimento em saberes e instrumentos para a intervenção, os profissionais aplicam esses saberes e instrumentos e produz-se a saúde. Precisamos considerar que a direção inversa também é verdadeira: que o modo como aplicamos e construímos tecnologias e conhecimentos científicos determina limites para o que podemos enxergar como necessidades de intervenção em saúde.

Nesse sentido, o autor ainda adverte que

> Precisamos ter claro também que nem tudo que é importante para o bem estar pode ser imediatamente traduzido e operado como conhecimento técnico. E por fim, mas fundamental, precisamos estar atentos para o fato de que nunca, quando assistimos à saúde de outras pessoas **ou demais necessidades sociais** [grifos nossos], mesmo estando na condição de profissionais, nossa presença na frente do outro se resume ao papel de simples aplicador de conhecimentos (Ayres, 2004, p. 84).

Desse modo, consideramos, a partir de Ayres (2001, 2004), que a tecnologia e/ou o saber instrumental não se restringem a um modo de fazer ou de organizar o serviço para a aplicação da ciência através da técnica, mas devemos entendê-los (tanto a tecnologia quanto o saber instrumental) como um processo em que é possível atuar a partir deles em termos mediacionais, e não somente de forma unilateral e hierárquica.

Para esse autor, podemos não só escolher o que o público deva ser ou fazer, reforçando a tradicional forma de atuar no campo das políticas sociais, com a redução de sujeitos a objetos e assim manipulá-los, mas, também, produzir uma maior participação do usuário (e da comunidade) a partir de sua sabedoria prática, dos seus saberes cotidianos, para gerar recursos e encontrar melhores ações para responder as suas necessidades de saúde ou de segurança social (Ayres, 2001, 2004).

Nesse sentido, Ayres (2004) ainda endossa que, "nada, nem ninguém, pode subtrair a esse mesmo indivíduo, como aspirante ao bem-estar, a palavra última sobre suas necessidades ... é preciso que o cuidado em saúde considere e participe da construção de projetos humanos" (p. 84). Portanto, atuar no campo das políticas sociais, priorizando a questão da produção do cuidado somente a partir do saber técnico, possibilita prioritariamente o exercício da tutela e da desapropriação do saber do outro sobre si próprio na condução do cuidado e dos seus projetos de futuro. Favorece, igualmente, a criação de mecanismos de regulação e vigilância da vida, o que torna as políticas do bem-estar um território profícuo para o exercício da gestão ou do governo da população, através da disciplina e do controle, como estratégias biopolíticas para se fundar ou redimensionar a ordem social vigente (Foucault, 2005, 2008).

O que na verdade queremos alertar, conforme aponta Foucault (2004), no texto "Um sistema finito diante de um questionamento infinito [1983]", é que, apesar dos efeitos positivos do Sistema de Seguridade Social (que no Brasil é composto pela saúde, assistência social e previdência), tal sistema também comporta "efeitos perversos", pois sua crescente rigidez burocrática, condição transferida para o cotidiano dos serviços, acaba fomentando situações de dependência, controle e infantilização da população mais do que efetivamente viabilizando ações que busquem a autonomia da população ou dos mais variados grupos sociais que são diretamente (ou potencialmente) beneficiados com tais políticas.

Com isso, não queremos menosprezar uma história de luta política da sociedade civil organizada de propor políticas sociais que resultem não só na melhoria das condições de vida de todos, mas, principalmente, em articulações necessárias para o estabelecimento de novas relações de poder. Queremos chamar atenção para o fato de que o campo dos direitos sociais foi afirmado no Brasil, desde o seu início, a partir de estratégias que tinham como propósito vingar os objetivos civilizatórios da República, principalmente a partir da coalizão histórica entre Saúde, Ordem e Progresso. Como bem definiu Baptista (1999): "Saúde e Ordem têm a mesma face, Ordem e Progresso têm a mesma bandeira" (p. 25).

Considerando o atual ordenamento jurídico-político que foi conceituado por Foucault (2000, 2005, 2008) como biopolítica e via por excelência em que o capital recorre para tomar a vida "de ponta a ponta", como nos informa Pelbart (2003), tal tecnologia combinou as técnicas disciplinares (adestramento do indivíduo, aumento de suas aptidões e extorsão de suas forças, etc.) com os dispositivos de regulação e controle da população (proliferação, nascimentos e mortalidades, nível de saúde, expectativa de vida, etc.).

No contexto das políticas sociais no Brasil, principalmente no tocante ao nível básico de atenção, Merhy e Franco (2006) discutem a ênfase que é dada ao padrão tecno-assistencial e a utilização de instrumentos clássicos de educação sanitária em massa e o controle de endemias com um enfoque epidemiológico estritamente centrado na doença. O resultado disso é que as atividades desenvolvidas no serviço ficam fortemente orientadas por esse padrão epidemiológico e/ou social das famílias, o que acaba muitas vezes desconsiderando as singularidades dos usuários e da comunidade, produzindo a coisificação do cuidado e a biologização dos problemas sociais, a partir da leitura desses problemas pelo controle, pela disciplina e pela regulação da população. Com isso, restam como "tratamento" intervenções que visam modular o comportamento das pessoas, ou seja, as atitudes, pensamentos, modos de sentir e de se relacionar consigo e com outro, no objetivo de "controlar" as incertezas e os riscos do mundo contemporâneo (adoecimento, velhice, desemprego, violência, criminalidade, tráfico, etc.) a partir de práticas pedagógicas e pela medicalização.

O tipo de sujeição a que esses moradores são submetidos acaba tornando-os não só produtivos e dóceis,

mas também promove uma mudança em seus modos de ser e o investimento de seu desejo em modelos homogeneizantes e privatizantes da vida. É o que podemos visualizar, por exemplo, quanto às articulações que acontecem entre as UBS´s e CRAS´s (ou nas articulações desses serviços com os demais equipamentos de outras políticas: segurança alimentar, educação, ações de geração de renda, etc.). Tais articulações acontecem muito mais como uma forma de ampliar a vigilância e a regulação da população do que efetivamente viabilizar cuidados em relação à comunidade e os usuários.

Ao considerarmos as famílias que são beneficiárias do programa bolsa família no tocante ao compromisso que têm de manter a frequência regular das crianças na escola e o acompanhamento regular de sua saúde, uma das funções dos técnicos do CRAS era exatamente acompanhar aquelas que não estavam cumprindo tais prerrogativas. É comum procederem com o artifício de ameaçar as famílias com a perda do benefício caso não mudem seus comportamentos de negligência ou de falta de responsabilização sobre a saúde e a educação dos filhos. Dessa forma, as articulações propostas pelos CRAS com agentes comunitários de saúde são no intuito realizar ações de vigilância e fiscalização das famílias, para o cumprimento das contrapartidas ou sobre o encaminhamento de denúncias e irregularidades, mais do que para viabilizar ações de cuidado em saúde e promoção de direitos.

No tocante às articulações entre os CRAS e demais políticas, a exemplo de ações no campo de projetos de geração de renda e/ou oferta de cursos profissionalizantes como de secretariado, informática, relações humanas, dentre outros, a preocupação era a afirmação do discurso já massificado sobre a necessidade de qualificação para uma melhor oportunidade de emprego, apesar de, em nenhum momento, se discutir nesses grupos sobre as possibilidades/dificuldades do mercado local, sobre questões quanto à empregabilidade nessas regiões, ou mesmo sobre se pensar propostas ou outras atividades para geração de emprego/renda que promovessem a sustentabilidade das famílias como projetos de economia solidária.

Especificamente na articulação CRAS/UBS, observamos que algumas ações entre esses equipamentos tinham somente o propósito de estabelecer uma "dobradinha" ou uma "ponte" entre os atendimentos dos serviços: médico, psicológico e o serviço social. Tais articulações aconteciam no intuito de estabelecer encaminhamentos dos usuários que frequentam o CRAS para serem atendidos na UBS e vice-versa. O sentido da articulação era a viabilização de benefícios sociais ou marcação mais rápida de consultas e/ou exames nos serviços especializados de saúde mental (ambulatório, CAPS e Hospital Psiquiátrico).

Nesse sentido, é importante sublinhar, a partir de Merhy e Franco (2006), que a potencialidade das ações da atenção básica (e por extensão também podemos pensar a proteção social básica – CRAS) reside tanto nos princípios que norteiam os processos de trabalho dos profissionais (integralidade, resolutividade, intersetorialidade das ações, vínculo, corresponsabilidades e estímulo à participação social) quanto na reorganização dos serviços e das práticas a partir desses princípios e das necessidades da população atendida. Em contrapartida, um dos grandes entraves para dar seguimento e avançar nesses campos, conforme assinalam esses autores, é o fato dos profissionais que atuam no campo das políticas sociais ainda terem uma formação hegemonicamente pautada pelo paradigma biomédico, cujo foco é a doença e a execução de procedimentos pautados pelo saber técnico, além de uma visão linear do processo saúde-adoecimento. Não muito diferente disso está a psicologia, tendo em vista ter sido configurada por uma formação profundamente tecnicista e carente de crítica (Dimenstein, 2000, 2006).

Para Ayres (2001), modelos de formação acríticos são na verdade causadores de um dos maiores entraves da política de saúde (e das demais políticas), considerando a dificuldade que os trabalhadores têm de conjugar novas abordagens à saúde e proteção da população, em função de uma formação/atuação que se encerra na racionalidade médica, e por saberes padronizantes e aprisionadores de subjetividades.

A produção do cuidado como produção de diferença

Dentre as narrativas e as experiências relatadas por um número bem menor de profissionais (n=3), percebemos outros posicionamentos frente às práticas de cuidado por eles desenvolvidas. Ou seja, eram formas de atuação que se aproximavam muito mais da proposta anteriormente discutida por Ayres (2004), Merhy (2002) e Teixeira (2005), a partir de um tipo de investimento que os distanciava de ações vigilantes ou de controle.

Tal postura possibilitava a esses técnicos experimentar ações que permitiam tanto à população quanto a si próprios viverem suas diferenças. Vale ressaltar que só foi possível visualizar tais ações em uma das cinco bases territoriais que visitamos na realização deste estudo. Nessa localidade, tanto a UBS quanto o CRAS estavam organizados a partir de ações mais integralizadas dentro e fora dos limites territoriais de sua área adstrita, o que os possibilitava, vez ou outra, acionar de maneira resolutiva redes de cuidado com outros serviços e equipamentos comunitários.

Tal postura, na opinião dos profissionais entrevistados, proporcionou tanto uma escuta mais diferenciada para as questões trazidas pelos usuários quanto o acolhimento dessa diferença pela própria equipe técnica. Ou seja, a forma como esses técnicos procediam no encontro com esses usuários era da ordem da valorização de um maior espaço de participação, envolvimento e compromisso na produção de redes de cuidado, seja no próprio serviço, seja na própria localidade, através do fortalecimento dos vínculos comunitários.

Para esses profissionais, trabalhar em comunidade implica sempre trabalhar articulados com outros profissionais e estabelecimentos (seja da saúde, da assistência social e demais políticas) para que o exercício de atenção e cuidado, da corresponsabilização dos serviços, possa acontecer.

A articulação UBS/CRAS se dava em função das reuniões em conjunto entre os profissionais do PSF e, principalmente, dos ACS com os técnicos do CRAS, ora em um serviço, ora em outro, visando à realização de eventos/atividades ligados à rotina de trabalho específico de cada política: campanhas de vacinação, datas comemorativas no âmbito da saúde, datas comemorativas frente a lutas e bandeiras sociais e na defesa de direitos. Muitas dessas reuniões tinham como foco o planejamento das atividades em conjunto UBS/CRAS voltadas para o grupo de idosos ou demais atividades que ocorriam na comunidade.

A articulação entre os psicólogos da UBS e do CRAS se dava com a parceria do trabalho em conjunto com os grupos, no sentido de atenderem as ações e objetivos específicos de cada serviço. Para melhor esclarecer a integração entre os profissionais dos dois serviços, detalharemos a seguir as atividades desenvolvidas com o grupo de idosos na comunidade.

O grupo de idosos surgiu como uma forma de organizar as atividades da UBS voltadas para o público considerado de terceira idade. Inicialmente seu propósito era preventivo e tinha como principal foco o acompanhamento da saúde desse segmento da população através do controle da hipertensão e diabetes, a partir de atividades informativas e procedimentos de aferições dos índices de saúde e distribuição de medicamentos. Ou seja, era um tipo de cuidado reduzido a questões biomédicas. Com o passar do tempo e uma maior integração dos profissionais envolvidos (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, psicólogo, etc.) com a própria população usuária, no sentido de priorizar a escuta de seus interesses, projetos de vida e necessidades, os encontros passaram a ter o aspecto de um "grupo de convivência". Além de a equipe técnica realizar as atividades concernentes aos cuidados específicos em saúde (informações, aferições e medicação), também ocorriam atividades com enfoque para o lazer, práticas de atividade física e valorização da cultura local, com a realização de trabalhos em renda e a dança do pastoril (cultura folclórica da região).

Sob esse aspecto, o psicólogo da UBS referiu que o serviço acabou se reconfigurando, passando de um espaço somente destinado ao "tratamento de doenças" para ser o lócus de outras relações com a comunidade. Ou seja, se inicialmente os participantes do grupo de idosos se dirigiam ao serviço com muita resistência para fazer seu acompanhamento de saúde, hoje, os mesmos usuários têm a UBS como uma espécie de centro de convivência, lugar de encontro, onde não só compartilham histórias, experiências e solidarizam-se uns com os outros através do apoio afetivo, mas também desenvolvem articulações de mobilização política, no sentido de reivindicarem melhorias e apoio, seja para o grupo (na manutenção dos ensaios e viabilização das apresentações em eventos culturais do município), seja para a própria comunidade.

Sobre as atividades culturais desenvolvidas no grupo de idosos, o psicólogo da UBS ainda ressalta que, além dos usuários, também participam alguns ACS que têm um forte envolvimento afetivo e social, de modo que o grupo apresenta-se como um potente canal para o exercício do cuidado de si enquanto trabalhadores da saúde. Já os profissionais dos CRAS também se integraram às atividades desenvolvidas nesse grupo de idosos, no objetivo de mobilizarem nesse público o debate sobre as formas de envelhecimento na atualidade, na perspectiva dos direitos, benefícios, assim como discutindo questões quanto aos projetos de vida dos participantes do grupo, através de temas como família, solidão, trabalho, lazer, sexualidade.

No tocante ao trabalho desses serviços em termos de intervenções na comunidade, as técnicas do centro de referência perceberam que os moradores dessa localidade eram grandes "colecionadores" de certificados dos mais variados cursos ofertados por entidades profissionalizantes em parceria com o CRAS. Desse modo, iniciaram uma discussão sobre o fato desses cursos não gerarem renda para a população e da necessidade de avaliação dos resultados ou impacto disso na comunidade. Nesse sentido, propuseram inserir na rotina desses cursos o debate sobre possibilidades de emprego e renda, associativismo, ou mesmo programar cursos com propostas para geração de renda tendo a autossustentabilidade como foco (reciclagem, artesanato, plantio em hortas, dentre outros). Nessa mesma direção, intervieram no grupo de crianças, cujas atividades ficavam restritas às ações de recreação, com o uso de alguns poucos brinquedos e a transmissão de programas infantis pela televisão. Com a reestruturação do grupo, passou a funcionar com atividades com enfoque na educação ambiental e o desenvolvimento de

sociabilidades, com o resgate de valores no tocante ao respeito e o cuidado para com o outro, cujo resultado foi o estreitamento das relações do CRAS com a escola da comunidade.

Em outro CRAS, também visualizamos um conjunto de ações bastante inovadoras e que vale a pena ser assinalado: trata do trabalho desenvolvido pelo grupo de mulheres com a criação de uma horta comunitária como possibilidade de geração de renda e o desenvolvimento de experiências a partir da autogestão. Esse grupo ainda conta com uma assessoria técnica da prefeitura municipal sobre o processo de adubação e manuseio de verduras, hortaliças e ervas medicinal. Além disso, o grupo ainda planeja estabelecer parceria com demais órgãos, a exemplo do SEBRAE, para fortalecer aspectos do associativismo como forma de unir esforços e possibilidades de renda. Paralelo a isso, as técnicas do CRAS trabalham aspectos no grupo quanto às dificuldades comuns que as mulheres enfrentam (cuidado com os filhos, relação com os maridos, mercado profissional, dentre outros), construindo assim uma rede de apoio afetiva e social entre as participantes.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, pontuamos as concepções e práticas de cuidado de psicólogos que atuam no âmbito da Saúde (SUS) e Assistência Social (SUAS). Isso nos possibilitou visualizar duas ordens distintas de concepções: a que toma o cuidado como uma forma de intervenção especializada, conformado por um tipo de saber instrumental, que coloca o profissional numa posição de hierarquia e definidora de rotinas entendidas como a melhor forma de condução do cuidado para com o outro; e outra que trata do cuidado como práticas que se apoiam no exercício da reflexão sensível, da postura acolhedora e da responsabilização para com o outro, produzidas a partir de um exercício ético-político do próprio encontro equipe-serviço-comunidade.

Considerando essa dupla compreensão sobre o cuidado e seus efeitos descritos ao longo deste trabalho, entendemos a necessidade de que nesses espaços de produção de saúde e de direitos os profissionais da psicologia possam estar mais sensíveis para ações que promovam e potencializem situações de encontro entre usuários, técnicos e moradores. Nesse sentido, possam se organizar e pensar sobre as questões ou problemas que lhes são comuns, pois é isso que tem produzido a diferença no cotidiano. Isso quer dizer que têm recorrido muito pouco às formas individualizantes ou privatizantes usualmente presente nesses espaços de trabalho da psicologia e que indicam modos de atuar que rompem com formas previamente fixadas (valores, identidades, etc.).

A partir desse estudo, podemos pensar elementos que afirmam estratégias de ação no campo da produção do cuidado, da saúde e da cidadania, em que é possível operar em nosso cotidiano profissional por meio de ações que podem não só nos desviar do previamente estabelecido, mas que também nos possibilitam fazer um deslocamento em relação às redes dominantes de poder (Pelbart, 2003).

Notas

* Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

[1] Tais expectativas tratam do cumprimento das metas e índices específicos das condições de saúde e condições sociais empreendidos pelas ações programadas e/ou desenvolvidas por esses serviços nessas localidades

Referências bibliográficas

Ayres, J. R. C. M. (2001). Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva, 7*(1), 63-72.

Ayres, J. R. C. M. (2004). Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. *Interface: Comunicação, Saúde e Educação, 8*(14), 73-92.

Baptista, L. A. S. (1999). *A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus.

Barros, R. D. B. (2005). A Psicologia e o Sistema Único de Saúde: quais interfaces? *Psicologia & Sociedade, 17*(2), 21-25.

Ceccim, R. B. & Ferla, A. A. (2006). Linha de cuidado: a imagem da mandala na gestão em rede de práticas cuidadoras para uma outra educação dos profissionais em saúde. In R. Pinheiro & R. A. de Mattos (Orgs.), *Gestão em redes: práticas de avaliação, formação e participação em saúde* (pp. 165-184). Rio de Janeiro: Editora da ABRASCO.

Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia, 5*(1), 95-121.

Dimenstein, M. (2006). A prática dos psicólogos no Sistema Único de Saúde/SUS. In Conselho Federal de Psicologia (CFP), *I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública: contribuições técnicas e políticas para avançar o SUS* (pp.8-16). Brasília, DF: Autor.

Foucault, M. (2000). *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975 – 1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2004). *Ditos e escritos V - Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2005). *A verdade e as formas jurídicas* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Nau Editora.

Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France (1978 – 1979)*. São Paulo: Martins Fontes.

Merhy, E. E. (2002). *Saúde – a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec.

Merhy, E. E. & Franco, T. B. (2006). Programa de saúde da família (PSF): contradições de um programa destinado à mudança do modelo tecnoasssistencial. In E. E. Merhy, H. M. Magalhães Junior, T. B. Franco, J. Rimoli, & W. S. Bueno.

O trabalho em saúde: olhando e experianciando o SUS no cotidiano (3ª ed., pp. 55-133). São Paulo: Hucitec.

Pelbart, P. P. (2003). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.

Teixeira, R. R. (2005). Humanização e atenção primária à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], *10*(3). Acesso em 20 de setembro, 2008, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300016&lng=pt&nrm=iso

João Paulo Macedo é Psicólogo, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Doutorando em Psicologia Social pelo Programa Integrado de Doutorado da Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço para correspondência: Av. Ayrton Senna, 16/24, Capim Macio. CEP 59080-100, Natal/RN.
Email: macedo_jp@yahoo.com.br

Magda Dimenstein é Psicóloga, Doutora em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço para correspondência: UFRN - CCHLA, Depto. de Psicologia, Campus Universitário Lagoa Nova. CEP 59078-970. Natal/RN.
Email: magda@ufrnet.br

Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social

João Paulo Macedo e Magda Dimenstein

Recebido em: 24/09/2008
Revisão em: 26/11/2008
Aceite final em: 06/09/2009

IMAGENS DA INFÂNCIA, DEVIR-CRIANÇA E UMA FORMULAÇÃO À EDUCAÇÃO DO CUIDADO

Ricardo Burg Ceccim e Analice de Lima Palombini
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

RESUMO: O artigo propõe pensar o tema do cuidado a partir da noção de alteridade, afirmando uma ética do cuidado em saúde que requer exposição ao outro. Inicia trazendo elementos da história da infância para revelar suas *imagens* na passagem do tempo, não uma *fixação* conceitual. Destaca o momento de uma imagem de desvalor da criança e a exclusão da infância, projetando essa imagem para o desvalor e rejeição do contato com a alteridade. Em substituição às representações da criança, um vir-a-ser do adulto ou promessa de futuro, o artigo recorre ao conceito de Guattari e Deleuze de devir-criança para propor um cuidado que não remete às exigências do futuro, mas às experimentações em que a criança-em-nós exerce suas potências, compondo-se com os diferentes meios com que convive. Dois filmes brasileiros, Central do Brasil e Abril Despedaçado, por meio de suas imagens e personagens criança, dão corpo a essa proposta.

PALAVRAS-CHAVE: devir-criança; infância; alteridade; cuidado; educação em saúde.

IMAGES OF INFANCY, BECOMING-CHILD AND A FORMULARIZATION TO THE EDUCATION OF THE CARE

ABSTRACT: The article proposes to think the subject of the care from the alterity notion, affirming an ethic of health care that requires exposure to the other. It starts bringing elements from the history of childhood to reveal their images in the passage of time, not a conceptual fixation. Highlights the moment of an image of depreciation of the child and the exclusion of infancy, projecting this image for the depreciation and the rejection of the contact with the alterity. In substitution to the representation of the child, a come-to-be of the adult or promise of the future, the article appeals to the concept of Guattari and Deleuze of becoming-child to propose a care that does not remit to the demands of the future, but to the experimentations in which the child-in-us exerts its powers, composing itself with the different ambients with which coexist. Two Brazilian movies, Central do Brasil and Abril Despedaçado, through its images and child characters, embody this proposal.

KEYWORDS: becoming-child; infancy; alterity; care; health education.

O menino observa a bolandeira parada, sem os bois:
_ Mãinha, eu tava pensando... O que acontecia se os boi decidisse parar de rodar?
_ Que bestagem é essa, menino?
_ O que acontecia?
_ Nós usava os jegue.
_ E se eles também decidisse parar?
_ Isso não vai acontecer. É assim desde que o mundo é mundo.

Introdução

Gostaríamos, com este texto, de compartilhar uma noção que diz respeito ao cuidado ou a uma ética do cuidado em saúde: a de que para cuidar é preciso exposição ao outro. Aceitação do outro como ele é, mas também oferta de acolhimento ao que nele pede passagem (devires, experimentação), isto é, aceitar o outro como ele é, mas também oferecer acolhimento ao "tornar-se o que se é", usando da bela e instigante imagem de Nietzsche (1888/1986) em *Ecce Homo*.

Este texto teve uma versão anterior, mais dedicada a pensar o tema de uma *história da infância* e o *devir criança*, interessada em ver na criança não um real ou um ideal, mas imagens. Com as imagens da criança, nesta versão, queremos fazer ver as imagens propostas ao humano e assim compreender um pouco mais sobre o jogo de captura e singularização que ocorre nos processos de subjetivação e na cultura, escrevendo sobre o tema da alteridade e pensando o tema do cuidado. Ao final do texto, dois filmes brasileiros, ambos de Walter Salles Jr., ajudam-nos com imagens e seus personagens criança, *Central do Brasil* (Salles, 1998) e *Abril Despedaçado* (Salles, 2001).

Da história da infância, tomamos, como imagem marcante, a Roda dos Enjeitados ou Roda dos Expostos, dispositivo no qual as crianças indesejadas (enjeitadas) eram expostas ao destino ou a sua própria sorte (Severo, 1996). A Roda fornecendo uma imagem ao desvalor. Da *criança* enjeitada à *alteridade* enjeitada e, com isso,

uma imagem à exclusão tanto da alteridade como do devir-criança-em-nós: a alteridade ou o devir postos na Roda da exclusão, o desvalor de medir-se pelo outro, de contatar afetivamente com o outro, de entrar em um modo criança de contatar o outro (sentindo-o) e de compreender o mundo (explorando-o). A roda viria aí significar o movimento sem invenção, rotação sobre o que se é, sem o tornar-se. Uma roda que deve girar sobre si mesma, sem ciranda, sem circo, rotação sobre um eixo, sempre no mesmo sentido, sem produção de diferença, apenas o mesmo. Roda para não deixar ver, para não deixar dizer.

Uma imagem é uma definição de contornos ou uma *territorialização*, forjada pela contenção ou estase de um circuito de conexões que faz emergir as figuras da realidade (nó e conexão no tecido das subjetivações). Podemos pensar a imagem como *representação* e opor real e irreal, onde a noção de imaginário surge para incorporar o campo de transição entre realidade e irrealidade. Admitindo-se um modelo de verdade, o imaginário serviria para discernir verdadeiro e falso na realidade. Podemos, entretanto, pensar a imagem como *configuração* e, em lugar de opor o real ao irreal, captar o movimento de constituição das figuras da realidade, compreendendo a existência de uma virtualidade compondo-se com o real (no sentido de Foucault, conforme esclarece Deleuze, 1995, p. 129). Neste caso, o real é entendido como o atual (o visível das formas e o invisível das sensações, não uma fixação, mas um platô, uma metaestabilização). Sem um modelo de verdade, o falso é a potência de atualidade de uma verdade, o falso como potência de devir sobre a verdade, o imaginário como instância inventiva de imagens ou potência de atualização.

A diferença entre um *imaginário representativo* e um *imaginário inventivo*, acompanhando a formulação deleuziana (Deleuze, 1992), é que, no primeiro, as distinções real-irreal e verdadeiro-falso são substituíveis, ligadas às noções de consciência, progresso e razão, enquanto, no segundo, as distinções são reversíveis, ligadas à noção de circuitos de troca, de forma que real e virtual ou verdadeiro e falso invertem-se e reinventam-se pelo atual, compondo imagens como *planos de consistência* (que asseguram circuitos de troca, abertura, permeabilidade). O imaginário inventivo não busca novas sínteses ou a superação dialética, mas configurações segundo a necessidade de afirmar, não o que seria mais verdadeiro, mas as potências criativas. Em vez da busca da essência, da origem, da evolução ou da consciência racional, ao imaginário inventivo interessam *as simulações* (autorização, permissão, experimentação..., sem certezas, razão, explicação). Buscamos as imagens para revelar o que está dado ou as motivações para determinado estado de realidade, mas também para tornar visível aquilo por dar-se ou a existência de um campo de possíveis.

Deleuze (1992), estudando sobre cinema, passou a formular uma noção de imaginário como *cristais de tempo*, dizendo que aquilo que se vê no cristal são *imagens de tempo* (potências do falso); o imaginário, então, seria uma imagem-cristal. Deleuze recusa atribuir-lhe irrealidade; vê o imaginário como um conjunto de trocas entre uma imagem real e uma virtual, como uma indiscernibilidade entre o real e o irreal, o que coincide com a sua noção do falso e verdadeiro, ambos jogos de composição e de desafio. Quando em oposição, cristalizam representações; quando constituem tensões, ativam imaginações. A ultrapassagem do real é com o imaginário reconfigurando o real. O imaginário é a potência do falso, substituindo o verdadeiro pela potência do devir. Uma *imagem-cristal* não leva a um imaginário das representações (congelamento do tempo), mas a um imaginário dos desafios e das desestabilizações (invenção de tempo, campos de possível).

Paul Klee falava que sua arte não podia refletir a superfície (isto que uma chapa fotográfica pode fazer) porque refletia até o coração; por isso, seus retratos (rostos humanos) eram mais verdadeiros que os originais (Luzán, 1998). Klee fala de uma interioridade que se distingue claramente da superfície, sem opor aparência e essência. Não é a essência que precisa ser buscada, mas o circuito de conexões invisíveis (íntimas, por acoplamento afetivo, *páticas*) que compõem o real e só podem ser captadas, não fotografadas. Klee é um artista, e é da arte a singularidade de dar visibilidade ao invisível, escutar/ver o inventivo sob o representativo e torná-lo visível/audível. É própria à arte essa condição sensível e de contato com a alteridade.

Essa sensibilidade artista é como a sensibilidade infantil, pura abertura. É das crianças a invenção e a criatividade ou a facilidade de enveredar pelos estranhos e insólitos universos do jogo, do desenho e dos brinquedos. O imaginário-criança é o das afecções sensíveis, dos acoplamentos cognitivos, da invenção de linguagens para descobertas vividas. Um imaginário-criança não busca o verdadeiro, experimenta. Não analisa logicamente, deixa-se afetar. Não se prende a identidades e limites, embarca na expansão.

O modelo de caracterização do humano que veio sendo construído no plano da visibilidade (no interior da moral e da lei) desde a Antiguidade até a Modernidade é o modelo de homem como sexo masculino, raça branca, adulto, de orientação heterossexual, detentor das faculdades de raciocínio lógico e consciência, possuidor de grande força física, que dá nome à família, possuindo bens e patrimônio que honram esse nome. Temos aí uma representação proposta como ideal, um imaginário representativo (fixação, identidade, forma). A qualquer

dessas tendências, quando dirigidas à configuração das formas da subjetividade, chamamos *forma homem* (Deleuze & Guattari, 1997). São essas tendências que justificam, na modernidade, a criação da categoria "diferente" para designar, entre os humanos, a criança e também a mulher, os loucos, os deficientes mentais, os negros, a orientação homoerótica... Do ponto de vista da forma homem, tais variedades são linhas de fuga em cujo fluxo se traçam devires (potências do falso sobre a verdade da forma). Acompanhar seus fluxos, recuperando essas potências do humano, significa a ruptura com a imposição da exclusão das mesmas na composição do ver, dizer e julgar. Sigamos, então, pelas linhas que nos abrem as imagens da criança.

A exclusão da infância

Reaver as práticas históricas de como as sociedades tratavam as crianças ou como lidavam com a infância nos defronta com a construção histórica dos conceitos *morais* de civilização, razão, consciência e perfeição humana. Se hoje entendemos por condição especial das crianças o fato de estarem em fase de intenso crescimento físico e desenvolvimento psíquico, o que veio lhes dar, acima mesmo da moral, garantias legais de preferência no direito à saúde e à educação, não podemos deixar de lembrar que, até o início do século XVIII, o crescimento e o desenvolvimento (hoje ação programática da puericultura em psicologia, enfermagem, medicina...) significavam debelar e rejeitar o estado infantil em que os homens se encontravam nas idades precoces. O pensamento social vigente propunha que os homens se faziam humanos pela expulsão de tudo que neles houvesse da criança. O modelo de homem era o adulto racional e consciente da realidade.

Era pela luta contra o que de infância houvesse em nós que poderíamos nos alçar à humanidade e à cidadania. A infância não se confundia com ingenuidade; identificava-se com animalidade e com incapacidade: ausência de razão, de domínio linguístico e de consciência moral. Entendia-se que uma criança aprendia com o corpo e não com o intelecto, sua vontade era instintiva e não crítica; logo, faltava-lhe caráter, inteligência e competência humana.

O historiador francês Philippe Ariès (1979) estudou a transformação dos sentimentos de infância e de família, pesquisando as criações artísticas na pintura, na decoração de igrejas, em túmulos e em fontes documentais, como os testamentos e os diários de família. Legou-nos, desse modo, uma *História social da criança e da família* que nos permite detectar o surgimento da família nuclear, da escola e do sentimento de infância contrapostos à hipótese de que família e escola sempre existiram e sempre tiveram a mesma designação social ou de que uma natureza infantil sempre caracterizou a criança como alvo de carinho, proteção e amor parental.

Outra extensa pesquisa dos costumes e da história social foi empreendida pela filósofa Elisabeth Badinter (1985), que retomou a história e os comportamentos sociais para examinar a condição da maternidade em *O mito do amor materno*, revelando o sentimento de amor materno como um sentimento humano entre outros, não indefectível. Badinter deteve-se nos comportamentos de pais, mães e filhos, oferecendo-nos densos elementos para compreender a condição das crianças. No Brasil, um estudo de fôlego semelhante é apresentado pelo médico sanitarista e psicanalista Jurandir Freire Costa (1989) em *Ordem médica e norma familiar*, onde vasculhou, com cuidadosa pesquisa, a história dos comportamentos relativos à infância e à família na época colonial.

A roda dos enjeitados, as Casas da Roda

A ausência de um sentimento de infância, tal como o conhecemos hoje, atravessou a história da humanidade, registrando épocas de grande abandono e mortandade das crianças. Antes da era cristã, as crianças indesejadas eram *expostas* à morte, sendo empilhadas em monturos públicos de deposição dos enjeitados, colocadas em barcos e lançadas ao mar, largadas no campo ou na rua para que fossem recolhidas por algum interessado ou devoradas por insetos rasteiros, cães e outros animais. Podiam ser queimadas em fogueiras de dejetos ou sacrificadas em rituais místicos ou religiosos; ou, ainda, eram mutiladas para justificar o pedido de esmolas ou apelo de ajuda socioeconômica por adultos pobres, comerciantes decadentes e escravos fugidos. Na Antiguidade, o infanticídio era prática comum e até incentivada, inclusive como proposta política de controle populacional. O infanticídio era ainda tão frequente até o século XIII que os hospitais foram orientados pela igreja a receber e recolher crianças abandonadas para que não se acumulassem tantas mortes miseráveis (Ariès, 1979; Badinter, 1985; Freire Costa, 1989).

Robert Darnton (1986) mostra que muitos dos contos infantis hoje acusados de perversão contra crianças, como os contos de Chapeuzinho Vermelho e de João e Maria, narravam, em verdade, experiências da vida cotidiana das famílias camponesas[1]. Essas práticas perduraram em maior ou menor proporção durante o século XVIII.

Até o século XII, não constavam crianças nas criações artísticas e nem mesmo a pintura retratava a imagem corporal de crianças. Os artistas pintavam as crianças como adultos em tamanho reduzido, ou seja, não havia uma imagem social para a criança; ela não era nem mesmo o adulto em potencial ou em crescimento:

era já o adulto, ainda que *em miniatura* (Ariès, 1979). No século XIII, o hábito de entregar um filho a Deus, passando sua educação à Igreja para que se tornasse frei ou freira, disseminou-se entre as famílias pobres como reivindicação do direito à honra e ao respeito social, dando lugar ao frequente abandono de crianças diante das portas de igrejas, mosteiros e conventos. No século XV, durante a Renascença, passamos a ver a criança retratada na pintura, como anjinhos róseos ou azuis-claro. Da mesma forma, a escultura tornava-se plena de personagens infantis angelicais: risonhos, bochechudos e roliços. Os anjos − os *putti* da pintura e escultura medievais − podiam ser nus e sexuados e iam de Eros ao Menino Jesus. Assim, atribuía-se uma imagem à infância: representação do ingênuo, do inocente, do bom e puro, em íntima conexão com o paraíso e o reino dos céus. Numa época em que a mortalidade infantil era extremamente elevada, a criança morta era um anjo que ia para o céu, pois uma alma pura só poderia encontrar o reino do paraíso.

Como reserva de pureza e inocência, a criança revelava o tempo da ausência de moral e pudor a serem conquistados e nunca mais perdidos: ela podia andar nua; o adulto, não mais. Ser criança era ser ninguém, mas um ninguém que virá a ser. A criança passava a ser o signo da alma do adulto, imagem da esperança, promessa de vir-a-ser. Somente almas puras (obedientes, tementes e amantes de Deus, do patrão e do poder) podiam alcançar o paraíso. Alcançar o paraíso era a promessa que só seria atingível após a morte. É com vistas ao adulto por vir que, no século XVI, difundiram-se os colégios, claramente orientados pela segregação da criança, seu adestramento moral, disciplinamento físico e rigidez de pensamento. Os colégios religiosos e filantrópicos acolhiam crianças pobres e sem família, funcionando como instituições reformadoras e de prevenção da delinquência, como se fossem abrigos de polícia social (Casas de Recolhimento). Durante o século XVIII, na Modernidade, as crianças eram submetidas às mais severas restrições e proibições: utilizadas para trabalhos de grande risco como a limpeza das chaminés industriais (já que podiam penetrá-las); abusadas fisicamente por circuncisão, infibulação, castração ou clitoridectomia; fechadas em emplastros de folhas, couro ou borracha; acorrentadas, surradas, amedrontadas e castigadas (Oliveira, 1993). Viver, para a criança, reduzia-se a permanecer viva.

O abandono de crianças ao longo de toda a história foi tão frequente que a assistência às crianças *expostas* materializou-se em instituições de finalidade específica − as Casas dos Expostos ou Casas dos Enjeitados, também conhecidas como Casas da Roda, pela evidência do dispositivo que lhes dava existência, a Roda dos Expostos ou Roda dos Enjeitados. Este era um dispositivo giratório posto por uma fenestra na Casa da Roda, uma parede na qual havia um balcão: girado para fora, o balcão permitia que ali fosse depositada a criança enjeitada; girado, então, para dentro, possibilitava que a criança fosse recolhida por funcionários da Casa. Ao girar a Roda, soava uma sineta que avisava aos funcionários a deposição de mais um bebê. A identidade daquele que abandonava a criança permaneceria desconhecida para sempre, e o futuro da criança para sempre desconhecido daquele que a abandonara. Inventada no século XIII, as Rodas dos Enjeitados chegaram ao Brasil em 1726, sendo instaladas nas Santas Casas de Misericórdia das principais cidades brasileiras. A primeira foi instalada em Salvador (1726), seguida pela do Rio de Janeiro (1738), Recife (1789), São Paulo (1825), São Luiz (1829) e Porto Alegre (1837). Esta última, que funcionou durante 103 anos, foi desativada apenas em 1940 (Severo, 1996).

Sua majestade, o bebê

Tomando-se as imagens históricas da criança, pode-se perceber as configurações históricas com que se impunham as imagens do direito à vida e ao saber: um limite representativo do humano. A imagem da criança mais comum na história é a do filho, uma imagem sem qualquer especificidade ou peculiaridade ligada à infância. Do ponto de vista afetivo, sua posição é *suplementar* (como um adicional, um acréscimo), e não *complementar* (como exigência afetiva para suprir e completar o núcleo familiar); é *instrumental* (pode ser chamada a exercer certas funções econômicas, sociais ou de poder na família ou sua linhagem), embora não tida com o caráter *utilitário* como aquele com que se têm os escravos ou servos.

A mulher e os filhos compõem a célula primária dos direitos do pai, dando configuração e consistência ao seu poder. É o pai o alvo de direitos, atenção, cuidados e proteção especial − o que podemos reconhecer como vigente até bem pouco tempo em nossa organização social. Não havia positividade em ser criança; sê-lo era ser incompleto e incompetente, era preciso crescer para se tornar competente naquilo que se é: um adulto. O universo das subjetivações, desde a Antiguidade até a Modernidade, remetia ao culto à propriedade, ao passado e às leis divinas. Ao pai cabia a imagem da propriedade, do passado e da lei, donde advém, na linguagem, *o chefe da família*, *a casa paterna*, *o pátrio poder*, *o homem da casa*, termos a partir dos quais se constituem, como seu desdobramento, as imagens da mulher, do filho e dos adultos não pais, entre a parentela.

É preciso entender que, durante todas as épocas históricas em que se conviveu com a escravidão e servidão de concidadãos, a liberdade era o equivalente de

propriedade. Nos regimes em que a polarização social se deu entre proprietários e escravos/servos, as lutas sociais esgotavam-se entre apropriar-se (ter posse) e ser apropriado (nada possuir). Os homens livres representavam a menor proporção dos cidadãos da Antiguidade e da Idade Média. As chances de liberdade (escapar da polarização da propriedade) eram mínimas e extremamente difíceis de alcançar − a igreja, a sapiência filosófica, o artesanato, o pequeno comércio, o trabalho médico e o trabalho jurídico foram as alternativas históricas mais frequentes e terminaram por constituir novas imagens representativas para a liberdade.

A vivência passada, o entendimento do passado e a sua reverência tornavam respeitável o adulto e venerável o idoso. Ao homem responsável, cabia controlar a mulher, os filhos e os escravos (ignorantes ou inocentes, menos racionais e menos lógicos), e estes deviam respeito ao pai de família (patrão e protetor). Sobre as filhas, os poderes do pai eram ilimitados, uma vez que se sobrepunham, nelas, a mulher, a criança e a filha. As leis do pai ou leis do patriarca ou leis divinas davam forma ao prestígio e à honra do nome do pai, à manutenção das tradições e continuidade sagrada da moral. As leis renovavam a mentalidade patriarcal e justificavam os castigos físicos e a obediência *incontinenti* ao pai. As crianças eram punidas com farta violência física (é fácil recuperarmos da história as palmatórias, as varas de marmelo, os galhos de goiabeira, entre vários métodos, mas havia outros: objetos de sevícia e duras humilhações psicológicas).

Os pais eram patrões e gozavam da autoridade de patriarcas e protetores, constituindo-se em reserva e fonte da subsistência pelas vias de conquistar alguma propriedade, representar e dignificar o passado e consagrar a moralidade. O pai era a garantia de vitalidade da família. A geração e conservação de bens e posses promoviam a família em conjunto e cada um de seus membros. O poder, o prestígio e a honorabilidade acumulados pelo pai se estendiam para toda a família, da mesma forma que as suas derrotas. A religiosidade na cultura medieval, ao investir a criança com a figura do anjo, ofereceu aos séculos seguintes uma imagem da importância da obediência, do respeito ao pai e do respeito às regras, como se pregava para o adulto em relação à igreja e a Deus (era o respeito e a obediência que levariam à perfeição da alma). A vida estava representada pela obediência, e a criança, que já representava essa obediência, passava a encarnar a pureza e a inocência como um signo; não implicava ser amada e cuidada.

Assim, até o século XVIII, a alta mortalidade infantil não chegava a mobilizar a preocupação da sociedade. É apenas na passagem do século XVIII ao século XIX − quando a necessidade de preservação da Força de Trabalho impõe-se como exigência do processo de industrialização urbana − que a mortalidade infantil tornou-se alvo da ação de moralistas, administradores e médicos, dando origem ao discurso da maternidade, com o qual se inaugurava um modo novo de subjetivação (Badinter, 1985). A preocupação dos higienistas não era, então, com as crianças, mas com a contenção epidemiológica dos adoecimentos e da mortalidade. As doenças comuns da infância só eram conhecidas por seu potencial epidêmico, e não pelo interesse de uma atenção ou proteção à saúde das crianças[2]. Uma vez que, até o século XIX, mais de 50% da mortalidade geral ocorria em menores de seis anos, estes se tornaram alvo prioritário das campanhas higiênicas. No que se refere à saúde individual, alguém teria que ser responsabilizado pela vigilância sanitária.

Dessa forma, surgiam os deveres da mãe para com a maternidade, que, em seu conteúdo discursivo, prescrito pelos movimentos moralistas de higiene social, visava a conter a disseminação das doenças e mortes na sociedade. Os deveres da mãe iniciavam com a gestação, prolongavam-se pela amamentação do filho até o surgimento da primeira dentição e na oferta de cuidados de higiene corporal e vestimentas ao bebê. Porém, como a mortalidade infantil era indubitavelmente maior entre os menores de um ano e, nestes, recaía massivamente sobre os menores de 30 dias, os higienistas elegeram a amamentação e o cuidado materno ao recém-nascido como o alvo de sua maior teorização, pesquisa e educação social. A mãe deveria então dedicar a vida ao seu filho pequeno, pois dessa dedicação dependeria a sobrevivência, saúde, beleza física e vitalidade da criança.

Com efeito, entre as práticas relacionadas com alta prevalência de mortes infantis estavam a confiança dos bebês às amas-de-leite, a amamentação por amas mercenárias, a entrega de bebês aos asilos e orfanatos e o abandono de crianças. A prática de depositá-las nas Rodas dos Enjeitados tornou-se alvo dos higienistas porque, criadas para proteger da morte as crianças indesejadas (os enjeitados), registravam altas taxas de mortalidade infantil. Assim, a prevenção das mortes precoces articulava-se à contenção dos nascimentos, e todo um discurso médico passou a recair sobre a higiene da maternidade: casamento, fidelidade conjugal, ausência de prazer sexual e longo espaçamento da prática sexual após um nascimento.

As crianças que eram entregues às Rodas eram crianças filhas de uniões adúlteras; uniões proibidas pelos pais; filhos de escravos que tentavam salvar suas crianças da escravidão; filhos de escravas com o patrão ou com os filhos do patrão; filhos que resultavam de prostituição ou de estupros; bebês que nasciam com deformidades ou doenças; bebês de partos complicados; bebês de famílias já muito numerosas; filhos de

mulheres que preferiam comercializar seu leite materno e obter renda; filhos sequestrados das escravas por seus patrões para alugarem seu leite materno; filhos de jovens prometidas pelos pais etc.. As Rodas terminavam por acusar, nas estatísticas higiênicas, um número elevado de nascimentos ilegítimos, uma altíssima proporção de partos mal realizados e de mortes no primeiro mês e no primeiro ano de vida, a falta de higiene do meio social, os abusos morais e sexuais, entre outras características das más condições de vida da população. Enquanto os higienistas definiam padrões de moralidade e sanidade às populações, as Rodas, inesperadamente, competiam pela inutilidade dos valores morais pregados, evidenciando, sem disfarces, a realidade da exclusão e, em especial, a supressão do *contato com* o outro pela recusa ao seu *acolhimento*.

Buscando minorar essa realidade, a disciplina da higiene materno-infantil impôs-se como prioridade no estudo da saúde pública e da educação e cuidado dos filhos, alçando a criança a um novo lugar social, identificada, cada vez mais, como alvo de cuidados, desvelo e amor. Uma nova ordem familiar começava a desenhar-se, desde a passagem do século XVIII ao XIX e na consolidação dos desígnios da subjetivação no novo século, em torno à figura de "sua majestade, o bebê". Tal expressão, da qual Freud (1914/1974) irá servir-se em seu trabalho sobre o narcisismo, tem nascimento no bojo dessas práticas higienistas voltadas ao cuidado do recém-nascido como foco privilegiado por meio do qual se alcançava a saúde da população. Podemos considerar que, no passado, assim como na atualidade, a mesma expressão, alçando o bebê à majestade, investindo-o de valor sacro e fálico, encontra seu reverso no uso da criança como objeto de gozo, de comércio e de morte.

Pai provedor, mãe educadora

Para atenuar a mortalidade infantil e melhorar a saúde nas cidades, com a ascensão dos conglomerados urbanos, era preciso modificar o sentimento de poder dos homens. Modificar o sentimento de poder dos homens significava conter-lhes os abusos diante de escravos, filhos e esposas; as mulheres e as crianças em geral. Uma súmula da higiene doméstica poderia resumir-se em: pai provedor, mãe educadora, criança em crescimento e desenvolvimento físico, moral e intelectual no seio de um lar com vistas ao bom serviço à sociedade.

Novas relações econômicas levavam ao surgimento de uma ciência do Estado. O movimento de unificação da Alemanha, dando nascimento à imagem de Estado moderno, depunha em favor da nova lógica social em curso no que se refere à família e à criança. Estava sendo gestado o Estado-nação, onde *todos* os cidadãos são *filhos da nação* e devem respeito ao *pai-Estado*, seu protetor. Para fazer nascer o sentimento de nação, era preciso redefinir os papéis dos pais e das crianças, cabendo a toda família a devoção ao Estado que seria uma devoção à humanidade. Os pais, portanto, não poderiam mais ser proprietários, mas tutores dos filhos da nação, os cidadãos do futuro. Precisava-se de mais pais e menos patrões, para que todos servissem ao capitalismo monopolizante.

A modernidade impôs um novo modo de vida, nascido no final do século XVIII, mas que se desenvolveu e criou raízes na subjetividade ao longo do século XIX. Um modelo de vida voltado para a interioridade e intimidade do lar e da família, de onde sobrevinham laços amorosos que esgotavam a vigência exclusiva dos laços consanguíneos aprendidos da família feudal. A mãe passou a ser o centro da célula familiar e a matriz dos afetos dos filhos. A higiene e a medicina social nascentes nesse mesmo período não somente contribuíram para a emergência desse sentimento como lançaram as bases de uma vigilância extremada sobre os hábitos, condutas e atitudes da população, disciplinando intensamente a vida e os conceitos de saúde e doença. Foucault (1992), em *O nascimento da medicina social*, descreve essa *normalização* médica da vida social segundo as vertentes da saúde pública: a Polícia Médica (alemã), a Medicina Urbana (francesa) e o Sanitarismo (inglês).

A educação das crianças em colégios entrava neste perfil de vigilância e disciplinamento do corpo e da mente, apresentando-se como única saída para formar cidadãos com retidão moral, capazes de amar e servir à Humanidade e detentores do conhecimento competente para explicar o mundo e as relações entre os homens. Se amar aos filhos tornava-se fundamental para a sua sobrevivência, educá-los corretamente era a única garantia de que se tornariam os adultos desejados pela sociedade. O discurso da medicina social era o de que as famílias não sabiam amar, esqueciam-se de regras morais, adulavam as crianças e expunham-nas às experimentações da rua. Era preciso saber onde se esgotava o papel materno e onde começava o papel do colégio. À mãe, portanto, caberia o período do aleitamento, das fraldas, de aprender a falar, andar e controlar os esfíncteres, aprender a vestir-se e calçar-se sozinha e a assumir sua própria higiene. A seguir, a criança de boa família ou que visasse à melhor integração social deveria ser enviada ao colégio, os mais eficazes sendo os colégios internos. Todas as saídas do internato colegial, os contatos com a rua e o próprio retorno ao convívio familiar eram acusados por pedagogos e médicos como perigosos porque as crianças teriam acesso a conversas indiscretas, à leitura de romances, aos entretenimentos

secretos, à masturbação, às perversões morais que grassavam entre os iletrados, os vadios e devassos.

No colégio, a criança abandonaria seus afetos infantis para aprender o que é o belo, o bom e o honesto. Um novo homem e um novo mundo teriam seu começo nos bancos escolares, submetidos às mais criteriosas regras pedagógicas e ao mais criterioso conhecimento científico. Mas de *lócus* privilegiado das normas de ser e das ordens médicas, o internato passou a repercutir, inesperadamente, em incitação à masturbação e à homossexualidade. Impossíveis de conter, as singularizações da subjetividade e da cultura sobressaíam (linhas de fuga, passagem pelas figuras da proibição/exclusão), o devir impunha cirandas à roda, invenções de tempo (o contato com os devires), deformando a tentativa de congelar o tempo (não sem novos sofrimentos). Aos poucos, o discurso da alegria na escola ganha vigência nas representações pedagógicas e populares e as escolas recebem a influência de modelos cada vez mais diversos. Da mesma forma, os estudos sobre a educação infantil passam a refletir novas ordens sobre as aprendizagens cognitivas e as significações do brinquedo e do brincar para a criança. A puericultura se atualiza com os movimentos de mulheres no mundo todo. Sob a pressão destas, o pai se defronta com a maternagem. A mortalidade infantil se reduz drasticamente e a natalidade também. O que as relações sociais e econômicas da modernidade instauraram na subjetivação da criança e da família é que a criança era o vir-a-ser. Ela seria tudo o que não conseguimos ser. A criança passou a encarnar uma promessa, um pacote de subjetividade voltado para o futuro, sua nova imagem. Pais, educadores e sanitaristas apontavam os caminhos que as crianças deveriam seguir para se tornarem um adulto conforme a esse futuro projetado.

O infantil como presença atemporal no adulto

É somente no século XX, portanto, que a infância passa a ter reconhecimento como etapa especial da vida, determinante do desenvolvimento físico e psíquico do homem. Trata-se do resultado de um processo que, conforme vimos, iniciado nos séculos anteriores, irá tornar a família permeável à ordem disciplinar na qual se engendram, ao longo do século XIX, os saberes *psi*. A psicanálise, a que Foucault (2006) se refere como o mais "família" do todos os discursos psicológicos, tem papel preponderante nesse processo e na visada de que a criança passa a ser alvo − objeto de intensa afeição, signo de desvelo e amor materno ou parental. Contudo, se a invenção freudiana de conceitos como o de inconsciente, pulsão, recalque e fantasia, traz, em seu bojo, a ideia do *infantil* como constituinte do psiquismo adulto, não é a *infância*, tal como vivida na realidade, o que importa à experiência analítica em Freud, mas a construção, *a posteriori*, dos desejos, fantasias e recordações que recobrem os primeiros anos de vida, cujas marcas, inacessíveis à consciência, são, porém, determinantes do psiquismo (Zavaroni, Viana, & Celes, 2007).

Assim, em *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1972), o retorno do infantil recalcado encontra no sonho a sua via privilegiada − não na literalidade das experiências que originaram suas marcas, mas por meio de representações que as deslocam e condensam, levando ao trabalho de reconstrução/construção do infantil que é, por definição, o trabalho próprio à análise na tarefa de desvelamento do inconsciente. Um pouco mais tarde, em *Três ensaios para uma teoria da sexualidade* (Freud, 1905/1972), é a sexualidade perverso-polimórfica, própria ao exercício livre das pulsões, o que caracteriza o infantil e persiste, como tal (atemporal), apresentando-se subjacente à sexualidade do adulto. E mesmo quando Freud (1909/1974) ocupa-se em acompanhar o que seria o trabalho de análise da fobia de um menino de cinco anos, por meio dos relatos e da intervenção do pai da criança, o que se dá a ver são as fantasias e recordações que se constroem em torno a uma experiência originária que resta inacessível. É em especial a psicanálise do pós-guerra que se ocupou de enfatizar a importância da qualidade das relações primordiais para o desenvolvimento do infante. Entre os anglo-saxões, Spitz (1980) discorre sobre o abandono afetivo e a necessidade de intimidade e estimulação; Bowlby (1984), sobre o apego e a importância do vínculo amoroso; Winnicott (2000), sobre o momento fusional entre a mãe e o bebê e o conceito de preocupação materna primária. Na França, na vertente aberta por Lacan, Françoise Dolto (1992) ressalta a capacidade a mais precoce do bebê de escuta da palavra do adulto e comunicação com o mundo através de seu corpo, enquanto Maud Mannoni (1980) destaca o efeito, sobre a criança, dos sintomas de seus pais. Não nos ocuparemos aqui do debate travado entre as diferentes escolas psicanalíticas: na perspectiva genealógica de Foucault − que não distingue a psicanálise das demais disciplinas *psi*, identificadas no exercício da função de manutenção do regime disciplinar −, tanto uma psicanálise calcada na referência à soberania do pai quanto a que investe de poder a figura da mãe preservam a marca familiarista que reenvia à disciplina, reforçando o jogo estabelecido entre soberania familiar e funcionamento disciplinar. Aos pais, em especial à mãe, é reservado o papel de agentes da norma social vigente.

Contudo, se a interpretação psicanalítica tradicional tende a reconduzir toda a subjetividade ao pai e à mãe, uma leitura renovada da psicanálise, escapando

aos limites da representação, coloca pai e mãe como meios, entre outros, de experimentação do mundo pela criança, e não como matriz única e inelutável dos afetos. Tournier (1973) diz que uma literatura infantil – ou um livro para crianças – é aquela que provoca uma incitação ao criar, estimula a inventividade, está cheia de entrelinhas por onde embarcar, oferta *linhas* para o processo de criação (um devir-escritor). Esse mesmo sentido nos aponta Chaim Katz (1996) ao dizer de uma *psicanálise da crianceria*, esta abordagem afirmaria insistentemente o desejo como imanente (que não se deixa capturar), permanência aberta dos processos de subjetivação (um devir-criança).

Devir-criança

Vimos, acima, que a criança moderna torna-se imagem da esperança, de um vir-a-ser futuro. Porém, se, em vez de localizarmos a criança como vir-a-ser, reconhecermos, através dela, o devir, podemos admitir que o seu desenvolvimento não remete às exigências do futuro, mas às experimentações em que pode exercer as suas potências, compondo-se com os diferentes meios com os quais convive, incluindo as pessoas, entre elas, principalmente, os pais e irmãos. O desenvolvimento do bebê se faz por *sintonias afetivas* e por *acoplamento cognitivo* com os adultos (processo de subjetivação no dizer de Daniel Stern, 1989), servindo estes como meio à exploração do mundo, e não como matriz dos significados que vão povoar para sempre o inconsciente. O inconsciente é aberto, conectando-se com as forças que compõem encontros e acasos; mais do que reservatório traumático das representações, ele é a criança pulsante no adulto. A criança é um conjunto de potências devindo. A marca da criança é sua expressão por intensidades, sua aprendizagem pela experimentação e pelo jogo. A criança realiza o encontro real-imaginário. O imaginário infantil conta com um corpo com órgãos (seu corpo físico) e com um corpo acessório (sem órgãos) com o qual ela se compõe o tempo todo; por isso pode entrar em diferentes sintonias, realizar diferentes acoplamentos com o que vive[3].

Os adultos e suas grandes teorias tendem a eliminar essa potencialidade da criança, fazendo dela um pré-adulto, devolvendo-a sistematicamente às compreensões únicas e verdadeiras, interpretando suas atitudes e condutas segundo as grandes referências (como se fossem únicas e verdadeiras). A criança não existe só pela faixa etária, ser criança é aceitar a aventura de se compor com as aprendizagens, deixar seu corpo descobrir experiências, explorar ambientes, percursos e emoções. Ser criança é aceitar a ousadia das viagens nômades, a coragem de se transportar para diferentes universos incessantemente, ao sabor de suas experiências cognitivas e afetivas, para extrair conhecimentos e vivências intensivas, reencontrando real e imaginário.

Não se pode classificar a criança como fora da realidade ou alienada; ela realiza experiências de pensamento com o corpo todo e não busca estados de equilíbrio solidamente estáveis. Ela não para; embarca em paixões, em novidades, em aventuras, em excursões, em programas da televisão, nas conversas dos adultos, nas cores que se estampam em roupas e cadernos, nas luzes que passam pelas frestas e compõem personagens nas paredes... A criança é o que se liga nas chances de trajeto e traça cartografias de expedição. Inventa línguas para o que vê, sente e faz. Não se compõe com "permanências", arrasta sua expedição para outras terras. O que diferencia a criança do adulto é que este prefere mapas que indicam os percursos a seguir, localiza onde está, decide aonde quer chegar, compra o mapa com roteiros já delimitados e migra de um lugar para o outro. A criança cartografa em viagem, prefere a viagem. Os lugares, ela os localiza na sua carta, assinalando seus conhecimentos e movendo-se pelo produto de encontros e acasos, afetos-criança. Produz a si mesma.

A criança cronológica torna-se adulta, aceita os agenciamentos de subjetividade que a sociedade faz, que as instituições impõem, que os pais acham belos, bons, honrados; mas um devir-criança é a resistência a esses agenciamentos, e a criança sobrevem no adulto, sobressai-se em seus acessos de alegria, em sua curiosidade risonha, no bom-humor ou quando detecta uma nova suavidade nos encontros. Para um devir-criança, não existe o "homem", a forma-homem, o que há é um movimento de dissolução das formas criadas (Deleuze & Guattari, 1997, p. 19). O universo é para ser experimentado e vivido. Crescer não é em uma direção e sentido; é invenção de direções e sentidos. Desenvolver-se não é amadurecer e ficar adulto; é detectar potências de vida e dar-lhes existência. A criança sabe que a vida não é somente biológica e que a comunicação não é só pela palavra. A vida envolve múltiplos circuitos de conexão e múltiplas semióticas. Um bebê conecta-se com o móbile sobre o berço, com o próprio berço, com o paninho com que ronca e fuça; ela murmura com o nariz e com a baba, ela murmura com a teta e com a água do banho, *sintonizada com a fluidez da matéria com a qual entre em contato direto* (Kastrup, 2000, p. 379).

Um devir-criança é uma atividade cartográfica, produto das potências de afetar e ser afetado, mesclar "real" e "imaginário" como realidade atual. Guattari (1987) fala em devir-criança para afirmar que uma revolução, em qualquer domínio que seja, passa pela libertação prévia de uma energia de desejo e pelo fim de todas as relações de alienação que pesam sobre as mulheres, as crianças, as minorias sexuais, as sensibilidades atípicas, sobre o amor aos sons, às cores, às ideias...

A vertigem das crianças

A mágica das crianças no brinquedo é que elas não só imitam; elas se tornam aquilo com que jogam, entram em zonas de vizinhança entre o que são e o que simulam nas brincadeiras. Esse estado é o mesmo que leva o artista à produção de arte, fazendo-o entrar em zonas de indiscernibilidade entre o racional e o sensível. O artista só pode tornar visíveis as sensações que ele mesmo experienciou. A experiência da sensação é a experiência do devir-artista; ela é equivalente às simulações da criança, é a experiência da conexão por afetos e da escuta áptica (escuta que capta o universo de fragmentos e os encaixa em uma dimensão cognitiva não racional).

O devir-criança e o devir-artista comungam a constituição de complexos de subjetivação e cognição que agenciam possibilidades individuais e coletivas e criam modalidades inéditas de aprender e conviver. A simulação da criança é o aprendizado que os artistas entendem e os adultos deveriam se permitir. A simulação infantil nos serviria para forjar figuras reterritorializadoras, sem recorrermos aos modelos identitários ou de verdade, mas às figuras finitas que dilatam as probabilidades da realidade e introduzem novas marcações de temporalidade. A diferença de um devir-artista ou de um devir-criança-em-nós está no fato de que com a primeira composição produzimos obras de arte e com a segunda composição produzimos a própria vida: *a vida como obra de arte*, na bela imagem que Nietzsche lança em *O Nascimento da Tragédia* (Nietzsche, 1871/1992, p. 31), Foucault a recupera e Deleuze a retoma. É da criança produzir a vida. Seu desígnio é crescer, desenvolver-se, inventar figuras para ser, abandonar essas figuras, inventar novas, experimentar personagens com os quais aprenda sobre si, seus afetos e seu poder de vida, experimentar amigos imaginários como desafio à lógica racional e aos valores morais e explorar o mundo com expedições cartográficas. As brincadeiras de faz-de-conta e o jogo com diversos papéis sociais desnaturalizam a vida cotidiana e modificam a estrutura perceptiva. No brinquedo, a criança pode imaginar comportamentos, atuar experiências vividas e investir competências mais avançadas do que as que consegue agir na realidade. Efeitos de subjetivação emergem dessas atividades. É da arte atingir esse estado infantil que não se esgota pela forma homem, colocando em existência visível o movimento de desmanchamento e engendramento das figuras da realidade, o surgimento de singularidades, a invenção de percursos e inscrição aos processos de vivência. Deleuze (1997, p. 78) coloca que "à sua maneira, a arte diz o que dizem as crianças".

O mundo da forma homem, o mundo onde impera o adulto, está na história da cultura ocidental moderna: uma civilização da consciência (da intelectualidade racionalista), superando a civilização trágica (da sabedoria) e dicotomizando instinto e razão, estética e conhecimento, arte e ciência. Aprender com a criança... É observá-la? É inverter a relação adulto-criança pela redução/eliminação da autoridade do adulto? É valorizar todas as atitudes da criança como puras, belas e boas, porque são crianças? É mais simples e mais complicado do que isso... Trata-se de acolher um devir-criança-em-nós sem deixarmos de ser os adultos cronológicos que somos. Nossa responsabilidade com as crianças é de adultos. É também a de educadores, puericultores, pediatras, pedagogos, psicólogos, psicanalistas, enfermeiros, recreacionistas, assistentes sociais, sociólogos, advogados e artistas.

A arte contemporânea traz esta figura de criança aos nossos olhos e ouvidos. Em 1998, o filme *Central do Brasil* (melhor filme no Festival de Berlim, 1998) produziu o encontro do adulto (uma mulher fria, racional, lógica, de olhar duro e reto) com a criança (um menino disposto a descobrir os afetos que podem mudar sua vida) e mostra-lhes a estrada, o percurso. Tudo acontece no percurso, nada está ou esteve nas paradas: vertigem. Essa vertigem é a do contato com o fora (a rua, a estrada) e a do lançar-se à aventura (Palombini, 1999). Walter Salles, o autor e diretor, em entrevista a Jurandir Freire Costa, diz: "é um filme de estrada, que é matéria viva, pronta a renovar-se e a remodelar-se, em função das surpresas que encontramos e da inventividade de todos os que colaboraram em sua realização" (Freire Costa & Salles, 1998, pp. 7-8). De sua fala, destacamos: matéria viva / pronta a renovar-se / pronta a remodelar-se / em função das surpresas / em função da inventividade... O adulto do filme vai-se ressensibilizando, descobrindo a alteridade e presentificando uma mudança afetiva que o atravessa em todos os sentidos. A figura da criança é, ali, a da iniciativa de ação, coragem exploratória, desejo de expedição. A viagem do menino inverte o eixo norte-sul das migrações de população no Brasil e permite que ele redefina a sua própria história. Uma viagem profundamente emotiva ao coração de cada um dos personagens, define o diretor. A mulher passa a olhar para o outro, confrontada com o desconhecido, chance que a libertará de sua existência mesquinha. Tomada a iniciativa, empreendida a expedição, começa a liberdade. Liberdade não é a propriedade, não é a pureza de alma, não é a obediência e o temor a Deus ou ao poder. Liberdade é poder pegar a estrada, empreender a vida: viagem das crianças, vertigem.

Os desafios para uma educação do cuidado

Aprende-se a cuidar? Ensina-se a cuidar? Para cuidar, será preciso derrubar todos os movimentos de exclusão da alteridade que mapeamos no início

do texto. Será necessária a abertura aos encontros de afecção, será necessário encontrar-se com o outro. A exclusão da alteridade é a exclusão do cuidado. Não é possível cuidar sem expor-se ao outro: uma educação do cuidado é uma educação da alteridade. Para corporizar a alteridade, há necessidade de um compromisso com o outro. Roubando as palavras de Deleuze (1985, p. 60), perguntamos: essa necessidade, trata-se de uma espécie de simpatia? De empatia? De identificação? É certamente mais complicado, diz Deleuze. É, antes, a necessidade de uma relação que não é nem legal, nem contratual, nem institucional. Uma relação, portanto, que escapa aos códigos da consciência, operando uma passagem entre a consciência e o inconsciente (entre a representação e a sensação). O único equivalente possível, nas palavras de Deleuze, seria, talvez, estar no mesmo barco e remar juntos:

> o barco é uma espécie de jangada de Medusa, há bombas que caem à volta, a jangada deriva em direção a riachos subterrâneos gelados, ou então em direção a rios tórridos, o Orinoco, o Amazonas, pessoas remam juntas, que não supõem que se amam, que se batem, que se comem. (Deleuze, 1985, p. 60)

E Deleuze, então, explica: "remar juntos é partilhar, partilhar alguma coisa, fora de qualquer lei, de qualquer contrato, de qualquer instituição". Finalmente, a alteridade em prática: há um momento em que se faz necessário partilhar, em que é preciso colocar-se em sintonia com o outro, é preciso ir até ele, partilhar seu estado, há uma comunhão e o universo inteiro se abre a um devir-outro. Os processos de subjetivação entram em contato com a perda de sentido da forma-homem; impõe-se a invenção incessante de novas formas. Os modos de ver, dizer e julgar que aprendemos como verdadeiros ganham novas composições, novas perspectivas, conforme favoreçam a vida e afirmem sua potência criadora.

A criança, em sua condição de vulnerabilidade e sensibilidade, deixa-se afetar pelo outro. Um devir-criança em nós assegura-nos essa escuta ética *do* e *pelo* outro nas situações que envolvem cuidado e educação em ato. Novamente um filme de Walter Salles e seus personagens criança e devir-criança vêm-nos à mente: *Abril Despedaçado*, prêmio do público jovem (Leoncino d'Oro) no Festival de Veneza de 2001. O território é o da supressão da alteridade: aqui não há a Roda dos Enjeitados, mas uma Roda de Bois que mostra um destino onde a diferença não pode entrar, a alteridade é enjeitada. A mãe, nesse filme, diz: "os mortos controlam os vivos". É que por gerações a morte do membro de uma família obriga a morte de um membro da outra, assim que a mancha vermelha do sangue derramado, exposta no varal, tenha-se tornado amarela. Outra Roda (ou a mesma): assassinato-varal-assassinato. Os mortos controlam os vivos: a regra, a moral, a identidade fixada, o assujeitamento, a morte, não o contato com a diferença, o contato com a alteridade, a vida. É um menino que, na história, rompe esse círculo, por seu desejo incontido de restaurar o direito à vida. Seu sonho é que a guerra sem sentido entre as famílias (a morte sem sentido) tenha fim. Também quer afirmar o amor ao outro, revelado no amor de criança pelo irmão amoroso e cuidador e o amor ao destino (*amor fati*). Não se trata de mudar de destino, mudar de vida, mas amar a vida, afirmar intensamente a vida, libertar-se do fatalismo, não da afirmação da liberdade. Vivendo sob o sol do sertão, sonha mergulhar em águas claras e ser cuidado por sereias. Um irmão mais velho morrera assassinado quando o levava às costas brincando de cavalinho. O irmão com quem estava acoplado afetivamente, em devir-irmão, devir-fraterno, devir do cuidado (um cuidado recíproco entre dois irmãos, cada um vivendo parte de si no outro: cuidado *do* e *pelo* outro, em ato) morreria da mesma forma brutal (destino fatalista das mortes desprovidas do contato com a autonomia, determinadas desde fora dos sonhos, desejos e apostas, posto que ausentes).

O menino afirma profunda e profusamente o cuidado com a vida. Sua exposição à alteridade é total, seu amor pela afirmação da vida é implacável. Qual o destino da criança: libertar o devir, lugar para o novo, criação. Um devir-criança afirma-se na criança do filme quando se depara com o circo, com a mulher que tem um livro de histórias cheio de figuras e lhe dá de presente, despertando novidades do cuidado. O cuidado dela é multivariado, convida a viver, a brincar, ao colo, ao corpo, à transgressão da Roda. O livro da criança é território de sonhos e imaginação. O território da criança é sonho e imaginação (imagem cristal). O menino vai ao encontro de seu destino abrindo um paradoxo: a vida se impôs à morte. Ele morre em lugar do irmão, mas trata-se de escolha sua, não de assassinato como na Roda assassinato-varal-assassinato. O menino libertou o irmão, exerceu e afirmou a escolha pelo viver: os mortos *não* controlam os vivos! [*E se os boi decidisse parar de rodar?*] É a mãe quem diz novamente ao pai atônito (seu mundo caiu, não havia inscrição para este ato de cuidar, não havia o cuidar, não havia tempo para o si mesmo): acabou! É a mãe que enuncia a secção da linha de tempo, a abertura de uma deriva (o curso de tempo foi fraturado, não poderá seguir mais a mesma linha), mas o cuidado, este não está na parentalidade (também ela não zela pelos vivos, *sofre* com os vivos, mas *zela* pelos mortos), está na colateralidade (está entre irmãos, não entre mãe/pais e filhos), no dizer-se respeito um ao outro ou um pelo outro, não na ascendência, um sobre o outro ou para com o outro, está na amizade.

Um devir-criança é máquina de vida. A educação do cuidado começa no contato com o devir-criança da

alteridade. Sem o poder da sensibilidade e o deixar-se afetar pelo outro não é possível o cuidado. A vida é o que excede no vivo; não é a sobrevida, é o que no vivo se dá como abertura temporal à criação. A vida é autopoiese. Deixa para trás territórios do sempre o mesmo, de reposição reiterativa do mesmo, tendo à frente existências virtuais, contato com a diferença, não a reiteração do ser, mas o amor ao tornar-se, *amor fati*, singularização, amor à infância. Walter Salles (2007b) refere-se a esse seu filme contando que optou por um narrador que, "no meio do caos, ainda tinha conseguido preservar alguma lucidez e inocência" (o menino) e que se interessou em "investigar a relação entre os irmãos" (pessoas que se dizem respeito profundamente).

Educação do cuidado com a imagem da criança: sonho e imaginação de um cuidado de afirmação da vida. Educação do cuidado: rejeitar as Rodas de enjeitar alteridade e reivindicar as Rodas de criatividade; rejeitar as rodas desprovidas de autonomia e reivindicar as rodas de alegria. A Educação como rejeição dos *círculos viciosos* e afirmação dos *círculos criativos*, na tão bela imagem de Varela (1994) sobre a experiência da autonomia como um paradoxo e não uma verdade na invenção da existência. O Cuidado *em ato* como paradoxo do *atual*: entrecruzamento do real (o instituído; as vigências) com o virtual (o instituinte; as potências); como paradoxo da "resistência e criação" (Ceccim & Capozzolo, 2004): resistência à sujeição (assujeitamento) e às determinações / condicionamentos (heteronomia); criação de potência de vida, produção de si e do mundo. Viagem das crianças: sonho e imaginação.

Notas

1 Darnton (1986) conta que aquilo que torna comoventes os contos populares não é seu final feliz como lhes acontece depois do século XVIII (principalmente quando se tornam contos infantis). Não eram dirigidos às crianças e sugeriam cautela, e não bom comportamento. Apontavam que nenhuma moral governa o mundo em geral e que o bom comportamento não determina o sucesso. Desastres não podem ser prevenidos, nem explicados, devem ser simplesmente suportados.

2 A pediatria mesma, como especialidade de conhecimento médico, só vai surgir no século XX.

3 Deleuze e Guattari (1996) retomaram do ator e teatrólogo Antonin Artaud a expressão Corpo sem Órgãos para destacar a necessidade de aprendermos a coragem para experimentar a vida.

Referências bibliográficas

Ariès, P. (1979). *História social da criança e da família.* Rio de Janeiro: Zahar.

Badinter, E. (1985). *O amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bowlby, J. (1984). *Apego e perda: apego* (Vol. 1). São Paulo: Martins Fontes.

Ceccim, R. B. & Capozzolo, Â. A. (2004). Educação dos profissionais de saúde: a prática clínica como resistência e criação. In J. J. N. Marins, S. Rego, J. B. Lampert, & J. G. C. Araújo (Orgs.), *Educação médica em transformação: instrumentos para a construção de novas realidades* (pp. 346-390). São Paulo: Hucitec.

Darnton, R. (1986). Histórias que os camponeses contam: o significado de mamãe ganso. In *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa* (pp. 21-101). Rio de Janeiro: Graal.

Deleuze, G. (1985). Pensamento nômade. In S. Marton (Org.), *Nietzsche hoje? Colóquio de Cerisy* (pp. 56-76). São Paulo: Brasiliense.

Deleuze, G. (1992). Dúvidas sobre o imaginário. In *Conversações: 1972 - 1990* (pp. 87-89). Rio de Janeiro: Editora 34.

Deleuze, G.. (1995). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

Deleuze, G. (1997). O que as crianças dizem. In *Crítica e clínica* (pp. 73-79) São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1996). Como criar para si um Corpo sem Órgãos. In *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3, pp. 9-29). Rio de Janeiro: Editora 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). Devir intenso, devir animal, devir imperceptível. In *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 4, pp. 11-113). Rio de Janeiro: Editora 34.

Dolto, F. (1992). *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva.

Foucault, M. (1992). O nascimento da medicina social. In *Microfísica do poder* (10ª ed., pp. 79-98). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2006). *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes.

Freire Costa, J. (1989). *Ordem médica e norma familiar* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.

Freire Costa, J. & Salles, W. (1998, 29 de março). Um filme contra o Brasil indiferente: o psicanalista Jurandir Freire Costa entrevista Walter Salles, diretor do filme Central do Brasil, premiado com o Urso de Ouro do Festival de Berlim. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, pp. 7-8.

Freud, S. (1972). A interpretação dos sonhos (Parte I). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (Vol. 4). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1900)

Freud, S. (1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (Vol. 7, pp. 123-252). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905)

Freud, S. (1974). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (Vol. 10, pp. 13-154). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1909)

Freud, S. (1974). Sobre o narcisismo: uma introdução. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (Vol. 14, pp. 85-119). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1914)

Guattari, F. (1987). Devir criança, malandro, bicha. *Revolução molecular*: *pulsações políticas do desejo* (3ª ed., pp. 64-69). São Paulo: Brasiliense.

Kastrup, V. (2000). O devir-criança e a cognição contemporânea. *Psicologia: reflexão e crítica*, *13*(3), 373-382.

Katz, C. S. (1996). Crianceria: o que é a criança. *Cadernos de Subjetividade*, *4* (n. spe.), 90-96.

Luzán, J. (1998, 20 de junho). Paul Klee: mostra reúne na Espanha a obra do artista suíço que misturou pintura e música. *Zero Hora*, Segundo Caderno/Cultura, p. 12.

Mannoni, M. (1980). *A criança, sua doença e os outros* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

Nietzsche, F. (1986). *Ecce homo: como alguém se torna o que é* (P. C. Souza, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Max Limonad. (Original publicado em 1888)

Nietzsche, F. (1992). *O nascimento da tragédia ou Helenismo e pessimismo* (J. Guinsburg, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1871)

Oliveira, H. (1993). A enfermidade sob o olhar da criança hospitalizada. *Cadernos de saúde pública*, *9*(3), 326-332.

Palombini, A. de L. (1999). O louco e a rua: a clínica em movimento mais além das fronteiras institucionais. *Educação, subjetividade e poder*, *6*, 25-31.

Salles, W. (Diretor). (1998). *Central do Brasil* [DVD]. Barueri, SP: Europa Filmes.

Salles, W. (Diretor). (2001). *Abril despedaçado* [DVD]. Barueri, SP: Imagem Filmes.

Salles, W. (2007a). *A imagem e o som: alguns conceitos do filme*. *Central do Brasil*. Acesso em 18 de janeiro, 2008, em http://www.centraldobrasil.com.br/fr_sin_p.htm

Salles, W. (2007b). *Notas do diretor: o processo de adaptação*. *Abril despedaçado*. Acesso em 18 de janeiro, 2008, em http://www.abrildespedacado.com.br/pt/entrada_pt.htm

Severo, A. M. D. (1996). Roda dos expostos II. *Porto & Vírgula*, *4*(29), 36-39.

Stern, D. N. (1989). *O mundo interpessoal do bebê*: *uma visão a partir da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Spitz, R. A. (1980). *O primeiro ano de vida.* São Paulo: Martins Fontes.

Tournier, M. (1973). Existe uma literatura infantil? *O correio da Unesco*, *1*(1), 33-34.

Varela, F. (1994). O círculo criativo: esboço histórico-natural da reflexividade. In P. Watzlawick (Org.), *A realidade inventada - como sabemos o que cremos saber?* (pp. 302-316). Campinas: Workshopsy.

Winnicott, D. (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.

Zavaroni, D. de M. L., Viana, T. de C., & Celes, L. A. M. (2007). A constituição do infantil na obra de Freud. *Estudos de psicologia*, *12*(1), 65-70.

Ricardo Burg Ceccim é sanitarista, mestre em Educação e doutor em Psicologia Clínica, professor da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador do EducaSaúde - Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde. Endereço para correspondência: Av. Paulo Gama, 110, Prédio 12.201, Sala 409, Bairro Farroupilha, Porto Alegre/RS. CEP 90.046-900
Email: burg.ceccim@ufrgs.br

Analice de Lima Palombini é psicanalista, mestre em Filosofia e doutora em Saúde Coletiva, Professora do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora do EducaSaúde - Núcleo de Educação Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde. Endereço para correspondência: Av. Paulo Gama, 110, Prédio 12.201, Sala 409, Bairro Farroupilha, Porto Alegre/RS. CEP 90.046-900
Email: analicepalombini@uol.com.br

Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado
Ricardo Burg Ceccim e Analice de Lima Palombini

Recebido em: 26/02/2008
Revisão em: 28/3/2009
Aceite final em: 16/04/2009

JUVENTUDE COMO PROBLEMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Marcia Frezza, Cleci Maraschin e Nair Silveira dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

RESUMO: Tendo como foco discutir concepções de juventudes que se expressam em políticas públicas para jovens no Brasil, concentramos nossa pesquisa no Consórcio Social da Juventude. A partir da perspectiva da Psicologia Social, usamos como estratégia metodológica a problematização e como ferramenta teórica conceitos de Michel Foucault. Buscamos compreender como as práticas discursivas instituídas em políticas públicas definem e denominam parcelas da juventude. Ao problematizarmos as tensões elencadas do material analisado, discutimos quatro concepções de juventude: voluntária, digitalizada, trabalhadora e vulnerabilizada. Estas se constituíram em profícuos indicadores de análise para a problematização dos enunciados dos documentos e entrevistas. A análise sinalizou o quanto as políticas públicas de juventude estão inseridas em uma rede discursiva que desenha, forma e institui modos de viver de jovens - de baixa renda - na contemporaneidade. Observamos que, de forma generalizada, discursos de educação, cidadania, inclusão, entre outros, operam, principalmente, para legitimar programas de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: juventude; políticas públicas; vulnerabilidade; inclusão digital; trabalho.

YOUTH AS A PROBLEM OF GOVERNMENT POLICIES

ABSTRACT: Focusing on concepts of youth expressed in government policies for young people in Brazil, we concentrated our research in the Consórcio Social da Juventude — a national project developed by the Brazilian Government. From the Social Psychology perspective, we used the problematization as a methodological strategy and concepts of Michel Foucault as theoretical tools. We sought to comprehend how the discoursive practices installed in government policies define and establish portions of young people. Problematizing the tensions verified in the material analysed, we discussed four concepts of young people: volunteer, digitalized, worker and vulnerabilized. They turned into proficuous indicators of analysis for the proposed problematization. The analysis suggests how government policies are inserted in a discoursive net that designs and constitutes ways of living of young people — especially those of low income. We observed that discourses of education, citizenship, inclusion, among others, operate to offer credibility to programmes of government policies for young people.

KEYWORDS: young people; government policies; vulnerability; digital inclusion; work.

Este artigo analisa parte dos dados levantados para fins da elaboração de uma dissertação de mestrado em Psicologia Social que teve como foco questões relacionadas a parcelas da juventude que participam de projetos de políticas públicas. Destacamos a importância de analisar como os jovens vêm se constituindo objeto de investimento e intervenção dentro do território das políticas públicas de juventude. A partir do lugar da Psicologia Social, usando como estratégia metodológica a problematização e como ferramenta teórica conceitos de Michel Foucault, tomamos para análise experiências do Consórcio Social da Juventude (CSJ) em Porto Alegre, RS, no período compreendido entre 2005 e 2006. O CSJ foi um projeto criado a partir do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse projeto previa a parceria da sociedade civil organizada (instituições de ensino, órgãos públicos, empresas, entidades sociais e órgãos de representação dos trabalhadores) para a elaboração e execução das atividades desenvolvidas.

Optamos pelo CSJ porque buscávamos um projeto de caráter nacional que tivesse uma orientação descentralizadora e que previsse a parceria de entidades sociais. Outra razão importante foi o fato de o CSJ ter, dentre os objetivos e as atividades desenvolvidas — conforme documentos avaliados pela presente pesquisa —, questões referentes ao trabalho e à educação que circunscrevem o universo de uma parcela da juventude brasileira.

Na fase inicial da pesquisa, o CSJ estava em sua segunda edição, com perspectivas promissoras de

continuidade para os anos seguintes, contando com a participação de diferentes entidades. Isso proporcionou um conjunto muito rico de dados, dos quais tivemos que eleger apenas parte, em função dos limites delineados pelo artigo. Utilizamos, para a análise, documentos de políticas públicas no âmbito nacional (Manual de Implementação Junto às Entidades Sociais, 2005 e o Plano Nacional de Juventude) e, no âmbito regional, planos de trabalho de algumas entidades locais, referentes às ações desenvolvidas em Porto Alegre. Além dos documentos, consideramos entrevistas realizadas com agentes de diferentes instituições que participaram do projeto. Dessa forma, buscamos problematizar o conjunto de elementos, no CSJ, que deram condição para a emergência de determinadas concepções de juventude. Também tivemos como propósito dar visibilidade a possíveis tensões presentes no processo de elaboração e desenvolvimento do projeto em foco.

Segundo Foucault (1971/1999), mesmo que todos tenhamos um lugar no discurso, as circunstâncias determinam que não é qualquer um que pode falar sobre qualquer coisa em qualquer lugar. Ao tratar dessas circunstâncias, o autor descreve as interdições do discurso, salientando a estreita ligação entre discurso e poder. Foucault (1982/1995) destaca que o poder se constitui em ato, como "ação sobre ação". Para o autor, as relações de poder são modos de ação que não agem diretamente sobre as pessoas; elas agem sobre a própria ação. Dessa forma, o lugar que ocupamos na ordem do discurso, além de regular o que falamos, regula os efeitos daquilo que falamos e exercemos. Portanto, dependendo do lugar de onde se fala, o que é dito sobre juventude possui determinada legitimidade e ocasiona, do mesmo modo, diferentes efeitos, seja, por exemplo, a partir do discurso médico, seja do jurídico, do psicológico, do educacional ou das políticas públicas.

Por vezes, a juventude é definida por sua característica revolucionária, de potência positiva e transformadora. Em outras circunstâncias, a juventude é identificada como geradora de problemas para a sociedade e como um modo de vida que exige cuidados específicos. Pontuamos, assim, a condição paradoxal posta aos jovens: por vezes considerados em sua potencialidade e, em outras, como vítimas de processos de exclusão ou como população de risco ou em risco (CEPAL-OIJ, 2000, citado por Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 2004).

Não nos interessa aqui assumir uma dessas posições, muitas vezes contraditórias, especialmente porque parecem conferir à juventude uma determinada natureza ou essência — de um lado, potência e, de outro, problema. Sendo assim, não acreditamos ser possível definir uma natureza que seria própria da juventude. Para Foucault (1984), as práticas é que constituem jogos de verdades, ou seja, constituem o conjunto de procedimentos e regras que determinam o que é considerado legítimo ou não em um determinado campo de práticas. Os jogos de verdades produzem regimes de verdades que adquirem legitimidade social, inaugurando, assim, uma verdade. Ao nos darmos conta de que existem regimes de verdade e que, por essa razão, a verdade não é dada *a priori* e nem é da ordem do natural, percebemos a importância da problematização. Segundo Foucault:

> Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto de práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.) (1984, p. 76).

Entendemos que o ato de problematizar inclui a ação de romper com o instituído, possibilitando um certo estranhamento, criando estratégias que permitem dar visibilidade a outras e diferentes formas de pensar, agir e sentir. Por essa razão, a problematização pode ser entendida como elemento indispensável em estratégias de produção de conhecimento.

Buscamos, assim, problematizar as práticas discursivas visibilizadas no projeto investigado — práticas que circunscrevem parcelas da juventude que são caracterizadas como problema de políticas públicas, analisando como essas políticas contribuem para a construção de concepções de parcelas da juventude. No sentido de encontrar possíveis tensões do projeto, aprofundamos o exercício do pensamento, tendo como material para a análise um conjunto de documentos do CSJ e relatos de gestores de entidades que participaram do projeto.

Políticas públicas de juventude no Brasil

Para o início da análise do material mencionado, cabe fazermos uma breve pontuação de algumas questões em relação aos programas de políticas públicas de juventude implementados no Brasil. Nos últimos anos, em nosso país, tem havido maior investimento em programas de políticas públicas de juventude (Lima & Minayo-Gomez, 2003; Sposito & Carrano, 2003; Sposito & Corrochano, 2005; Sposito, Silva, & Souza, 2006; Tommasi, 2004; UNESCO, 2004). Esses programas visam instituir projetos que, de forma geral, objetivam resolver problemas enfrentados por parcelas da população jovem em sua inserção na ordem social vigente — como aqueles relacionados ao acesso à edu-

cação, à saúde e ao trabalho; ou referentes a situações caracterizadas como em conflito com a lei. São programas variados em seus enfoques, estratégias, objetivos e modelos. Mas, de modo geral, podemos perceber uma concentração em seu direcionamento: tomam como foco a parcela da juventude qualificada como estando em situação de maior vulnerabilidade social.

Estudos recentes sobre ações decorrentes das políticas públicas para jovens no Brasil evidenciam as diferentes práticas desenvolvidas, assim como questões problemáticas (Castro & Abramovay, 2002; Lima & Minayo-Gomez, 2003; Sposito & Carrano, 2003; Sposito & Corrochano, 2005; Sposito et al., 2006; Tommasi, 2004). Segundo esses estudos, há uma grande diversidade de iniciativas, descontinuidades e contradições na execução de projetos em diferentes contextos. Uma, dentre as muitas limitações na organização dos programas, destacada pela UNESCO (2004), é a forma desarticulada com que são planejados e implementados, não apresentando uma visão geral e perdendo, assim, a dimensão de conjunto. Com muita frequência, os programas são setorizados em focos específicos, como educação, emprego, saúde, atividades culturais, atividades esportivo-recreativas e outros (UNESCO, 2004). Uma possível ponderação está relacionada ao fato de que a setorização das iniciativas possa comprometer os resultados das mesmas, reduzindo o seu campo de ação.

Outro aspecto observado pela UNESCO (2004) é a centralização da gestão de políticas públicas no nível federal. Esse direcionamento pode dificultar a consideração da experiência, das limitações, das potencialidades e do conhecimento das instituições locais que trabalham com jovens — o que pode minimizar a complexidade dos problemas e reduzir a potencialidade para a superação dos mesmos. Por outro lado, destacamos que iniciativas mais recentes, no campo das políticas públicas, apresentam tendências mais descentralizadoras (UNESCO, 2004) — orientação prevista para o CSJ, uma vez que fomentou integrar entidades locais, que já realizavam projetos sociais na comunidade, na elaboração e desenvolvimento das ações.

Por último, a UNESCO (2004) constata que os jovens que mais se beneficiam com os programas de políticas públicas são aqueles mais integrados socialmente, não atingindo, ou atingindo de forma pouco expressiva, aqueles cujas necessidades são, possivelmente, maiores. Verificamos esse fato na fala de um dos coordenadores de uma das entidades executoras que integrou o CSJ, quando ele nos explicou o modo como os jovens foram selecionados para participar das atividades desenvolvidas pela instituição de que fazia parte. Para a primeira edição, os jovens que tiveram acesso ao projeto já tinham uma relação estreita com a entidade: ou participavam de outros projetos desta entidade ou eram filhos de integrantes da mesma. Para o segundo módulo, os jovens que foram selecionados faziam parte da lista do programa Fome Zero[2].

Nos dois momentos relatados, constatamos que os jovens participantes já faziam parte de uma rede de amparo social, mesmo que limitada. Uma declaração feita por uma gestora de outra entidade executora corrobora esta análise. Conforme observado por ela, o CSJ tinha como um de seus objetivos o incentivo à educação continuada dos jovens. Dessa forma, para participar do projeto, o jovem deveria apresentar atestados de frequência escolar. Segundo a reflexão da entrevistada, aí residiria uma contradição, uma vez que jovens fora da escola estariam impossibilitados de se beneficiar do projeto. No período aqui considerado (2005-2006), começava em Porto Alegre a experiência de outro programa nacional, o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), direcionado a uma parcela dos jovens que não concluíram o ensino fundamental. No final de 2007, o Governo Federal unificou vários projetos voltados para a juventude, integrando-os ao ProJovem, inclusive o CSJ. Em que pesem os esforços empreendidos, podemos perceber as dificuldades que jovens mais distantes das redes de amparo social têm para serem contemplados pelos programas e projetos de políticas públicas.

Um estudo realizado no período entre 2001 e 2004 (Sposito et al., 2006) constatou que os focos principais mais frequentes definidos pelos programas e projetos são esporte, cultura e inserção social. Apesar de as questões relativas ao trabalho juvenil não estarem entre as modalidades principais de atividades mais frequentes, questões sobre a inserção dos jovens no mundo do trabalho compõem o grupo dos cinco objetivos mais citados e previstos nesses programas e projetos. Esse estudo também observou que o mesmo ocorre com o tema da participação ou protagonismo juvenil. Isso significaria que programas focados em determinadas modalidades (esporte, cultura ou inserção social) estariam se propondo a cumprir diferentes metas (participação e trabalho juvenil) que não estariam necessariamente vinculadas às suas áreas específicas (Sposito et al., 2006). Essa tendência revela um aumento da importância que esses dois focos, a participação juvenil e a inserção dos jovens no mundo do trabalho, têm assumido nos programas de políticas públicas de juventude.

A caracterização dos jovens que são beneficiados pelos programas e projetos de políticas públicas prioriza diferentes critérios, tais como: a situação econômica e social; o acesso ou não a bens culturais, sociais e educacionais; a faixa etária; uma possível situação de

conflito com a lei; dificuldades de inserção no mundo do trabalho. Baseados em tais critérios, os projetos e programas parecem tentar englobar os jovens ditos em vulnerabilidade social.

Ao optarem por uma determinada linha de orientação — e, principalmente, ao definirem o contingente de jovens atendidos, os objetivos perseguidos, as estratégias a serem aplicadas, o papel reservado ao jovem e as soluções buscadas —, os programas de políticas públicas circunscrevem discursos sobre juventude, que definem, também, circunstâncias juvenis e modos de viver dos jovens.

Sposito et al. (2006) destacaram a implicação existente entre as políticas públicas e a sociedade como um todo. Segundo os autores, os programas sofrem efeitos das concepções de juventude elaboradas pela sociedade, da mesma forma que esses mesmos programas provocam efeitos nas imagens que a sociedade constrói desses jovens. Entendemos, ainda, que os efeitos não se limitam às concepções sobre juventude. Nesta rede de efeitos, em que estão inseridas as políticas públicas e a sociedade, se constroem modos de ser jovem e modos de relação com os jovens. Sendo assim, as ações de políticas públicas de juventude podem tanto contribuir para criar novos sentidos e práticas para e pelos jovens como podem, simplesmente, reforçar as concepções e modos de viver dominantes reservadas à juventude dita em maior vulnerabilidade social.

Juventude, educação e trabalho

Dentre as dificuldades enfrentadas pelos jovens, o acesso a postos de trabalho é apontado como particularmente crítico, sendo o índice de desemprego entre eles muito superior ao índice entre adultos. A defasagem existente entre as condições educativas, expectativas de realização e expectativas de inserção no mercado de trabalho explicitam algumas das dificuldades enfrentadas pela maioria dos jovens (UNESCO, 2004). Esses dados evidenciam um forte imbricamento de temas como juventude, educação e trabalho.

O processo de formação profissional não se restringe ao período de capacitação, técnica ou acadêmica. Dito de outro modo, o processo de formação profissional não tem data determinada para começar ou terminar. Muitos são os fatores que incidem nesse processo. Dentre esses fatores, destacamos dois (UNESCO, 2004) que evidenciam a condição dita fragilizada da maioria dos jovens e que, por assim dizer, autorizam a preocupação em se implementar programas de políticas públicas voltados para a educação profissional da juventude. O primeiro desses fatores de influência no processo de formação profissional é a constante defasagem entre as exigências demandadas pelo mercado formal de trabalho e a capacidade da sociedade de instrumentalizar os jovens com o conhecimento, as habilidades e as atitudes necessárias para se tornarem aptos para responder a essas demandas. O segundo fator, agravante para as condições de trabalho da juventude, é o menor grau de articulação institucional e política dos jovens, se comparado ao grau de articulação dos adultos.

Considerando-se, ainda, a formação profissional dos jovens, a importância da aquisição de habilidades com tecnologias da informação (TIs) tem sido largamente difundida e reconhecida como fator que amplia as chances de inserção no mercado de trabalho. Assim, já se tornou lugar comum afirmar que as TIs proporcionam inovação, vantagens e oportunidades aos seus usuários. A utilização desta ferramenta tem sido amplamente estimulada na formação de jovens, através de projetos de inclusão digital. Por outro lado, é importante problematizar os processos de inclusão que se estabelecem quando os jovens interagem com as tecnologias. Conforme observa Maraschin (2004), o mero encontro entre ferramentas tecnológicas e ferramentas educacionais não garante a promoção de inovação. Do mesmo modo, a UNESCO (2004) salienta que o uso indiscriminado das TIs como instrumento educativo sem avaliação prévia e sem critérios para sua aplicação não é justificável. Segundo Maraschin, a inovação se instaura nos modos como esse encontro reorganiza a rede de conversações ou explicações anteriores. Sendo assim, torna-se relevante observar se as estratégias de inclusão digital são capazes de instigar a instauração de diferenças na rede.

Projeto em foco: o Consórcio Social da Juventude

O Consórcio Social da Juventude (CSJ) foi um projeto criado a partir do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), desenvolvido pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse projeto previu a parceria e a articulação da sociedade civil organizada (instituições de ensino, órgãos públicos, empresas, entidades sociais e órgãos de representação dos trabalhadores) para a elaboração e execução das ações do projeto. No Estado do Rio Grande do Sul, o CSJ teve a sua primeira implementação em 2005 e seguiu com uma nova edição em 2006. Recentemente, no fim de 2007, o CSJ foi integrado ao ProJovem, na ação do Governo Federal de unificação dos programas de juventude.

Dentre as justificativas do CSJ, salientamos a fragilidade no atendimento das redes de apoio aos jovens na área de saúde, habitação, educação, orientação legal

e alimentação (Brasil, 2005). Esse projeto tinha como objetivo geral oferecer apoio e orientação a jovens em situação dita de maior vulnerabilidade social, inclusive no sentido de esses jovens terem mais acesso a outras políticas públicas. Alguns dos objetivos específicos foram: a formação profissional dos jovens; o desenvolvimento da cidadania; o fortalecimento das redes de proteção dos jovens; e o desenvolvimento de estudos e pesquisas referentes à juventude. Destacamos que a inserção dos jovens no mundo do trabalho foi um de seus principais objetivos. Dessa forma, as atividades visavam promover oportunidades de inserção, para os jovens, em atividades produtivas geradoras de renda: emprego; trabalho autônomo; e trabalho associativo ou autogestionário. O CSJ tinha como meta inserir um mínimo de 30% dos jovens participantes no mercado de trabalho. Uma das proposições do projeto era a de atribuir significado ao universo do trabalho, buscando, assim, provocar nos jovens o exercício de produção de novos sentidos para o trabalho (Brasil, 2005).

Em cada edição do CSJ, o jovem participava de atividades por um período de cinco meses, durante o qual recebia auxílio financeiro para viabilizar sua permanência no mesmo. O projeto ofereceu aos jovens participantes cursos de qualificação básica (inclusão digital; valores humanos, ética e cidadania; educação ambiental, saúde e qualidade de vida; promoção da igualdade racial e equidade de gênero; ações de estímulo e apoio à elevação da escolaridade; empreendedorismo) e cursos de qualificação específica (aprendizado de uma profissão). Essas atividades contabilizavam um total de 400 horas. Também estava previsto que cada jovem realizasse 100 horas de trabalho voluntário (Brasil, 2005).

Para a implementação do projeto, a estrutura organizada do CSJ no Estado do Rio Grande do Sul foi composta por uma Coordenação Executiva, um Conselho Gestor, um Conselho Executivo, um Centro da Juventude, uma Ouvidoria Jovem, a Entidade Âncora, Entidades Executoras e Entidades Transversais. A cada edição, realizava-se nova escolha das entidades sociais que integrariam o CSJ. A estrutura diversificada e descentralizadora do projeto permitiu que o planejamento, a gestão e a execução das ações ficassem sob a responsabilidade de organizações locais, mesmo que seguissem diretrizes básicas previamente definidas por órgãos federais. Assim, todas as atividades referentes à realização do projeto foram planejadas, geridas e executadas por várias entidades pertencentes a diferentes categorias e localidades das cidades participantes. Na edição de 2006, na região metropolitana de Porto Alegre, o CSJ atendeu a um total de 1.992 jovens, sendo que 315 não completaram as atividades previstas e, por isso, foram considerados como evadidos.

Caminhos investigativos

Segundo Foucault (1969/1997), precisamos nos inquietar diante de determinados recortes ou grupamentos que, para nós, se tornaram muito familiares. O autor ressalta que a distinção entre esses grupamentos é inexistente, uma vez que eles mantêm relações complexas entre si. Esses recortes e grupamentos, que identificamos como tais, são "categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são por sua vez fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros" com os quais mantêm intensa relação (Foucault, 1969/1997, p. 25).

Instigados por essa inquietação proposta por Foucault, focamos o eixo de análise nas políticas públicas de juventude. Nossa questão inicial foi procurar entender que efeitos de verdade têm os discursos de políticas públicas que possam delinear determinadas concepções de ser jovem. Tivemos como estratégia definir o sistema de prescrição para os jovens inseridos em uma política pública, as suas formas de sucessão, de simultaneidade, de repetição, de institucionalização, enquanto objeto do discurso.

Foucault também observa a fragilidade da autonomia da unidade discursiva, tomando como exemplo o livro. A obra não se origina ou se encerra em si mesma, ela está sempre ancorada em uma rede discursiva, estando atrelada a outras obras, outros livros e textos. Contudo, "mesmo entendida como feixe de relações, [a unidade] não pode ser considerada como idêntica" (Foucault, 1969/1997, p. 26). Da mesma forma, consideramos que documentos de políticas públicas, mesmo que sejam unidades materiais, se constroem a partir de uma rede complexa de discursos e, assim, são unidades variáveis e relativas. Ao analisarmos os documentos de que dispomos, sejam manuais, avaliações ou entrevistas, devemos entendê-los como efeitos e deflagradores de efeitos dentro de uma rede discursiva. Procuramos analisar o discurso não como uma unidade fechada, mas enquanto multiplicidade de enunciados possíveis em um campo de coexistências.

Para a realização dos objetivos desta pesquisa, escolhemos um determinado projeto de política de juventude lançado pelo Governo Federal, o Consórcio Social da Juventude (CSJ), cujas características foram descritas no item anterior. Além de sua orientação descentralizadora e especificidade no foco juventude, abrangendo questões pertinentes ao trabalho e à educação juvenil, outras circunstâncias nortearam a nossa escolha: o fato de o projeto estar ativo no período do estudo — o que facilitaria possíveis novos contatos com as pessoas envolvidas —, além de sua abrangência nacional e a importância social relacionada ao mesmo.

Focamos a nossa investigação na experiência da cidade de Porto Alegre, RS. Inicialmente, fizemos contato com a entidade Âncora, entidade responsável pela coordenação do CSJ. A partir desse contato, recebemos a sugestão de nomes de algumas entidades — executoras e transversais — que integraram o projeto e com as quais poderíamos estabelecer diálogos. Realizamos entrevistas com dez agentes dessas entidades, dentre eles gestores, executores e coordenadores. A seleção dos documentos foi feita, principalmente, através desses contatos. Dentre esses documentos estavam projetos de proposições de participação no CSJ, planos de trabalho, avaliações parciais e de conclusão das atividades. Tivemos acesso aos documentos de âmbito nacional através da *Internet*.

A utilização de documentos que não estavam ligados diretamente ao CSJ, como o *Plano Nacional de Juventude* (Brasil, 2004), justificou-se, principalmente, em função da discussão desenvolvida anteriormente. Ou seja, é necessário que façamos a análise levando em consideração a multiplicidade do discurso, o seu campo de coexistências e a importância de justapormos diferentes enunciados, destacando as concepções de juventude que se estabelecem no conjunto dos documentos e entrevistas. Relativamente às discussões desenvolvidas neste artigo, tomamos como indicadores de análise os imbricamentos entre juventudes e o trabalho voluntário, as tecnologias da informação, o trabalho formal e a vulnerabilidade social. Pensamos que, por meio desta análise, foi possível pôr em questão como essa singularidade — o jovem do CSJ — pôde falar de relações e de processos mais coletivos que destacam o modo como, na contemporaneidade, se constroem determinadas juventudes das camadas de baixa renda.

O jovem que emerge do projeto

Ao analisarmos os documentos elaborados para e pelo CSJ, constatamos fases distintas em que se observam diferentes processos de elaboração de discursos sobre juventude. Essas fases vão desde a descrição das diretrizes do programa até a confecção dos relatórios parciais e de conclusão das atividades. Nos documentos é definido o público-alvo do projeto (jovens em situação de maior vulnerabilidade social) e é estabelecido o que é preciso oferecer aos jovens assistidos e, também, o que se espera desses e para esses jovens. Essas caracterizações, prescrições e expectativas revelam modos de como as políticas têm constituído um discurso sobre o que é ser jovem e o que se espera desse jovem.

Foi possível, assim, visibilizar quatro concepções de juventudes delineadas nos enunciados analisados. São elas: juventude voluntária, juventude digitalizada, juventude trabalhadora e juventude vulnerabilizada. Essas categorias se constituíram em quatro indicadores de análise que, ao serem interpretados à luz do aporte teórico escolhido, se mostraram importantes para as problematizações desenvolvidas.

Juventude voluntária

Na análise dos documentos referentes ao CSJ, identificamos um estreito vínculo entre a realização do serviço voluntário e o recebimento do auxílio financeiro. Em diferentes trechos do documento *Manual de Implementação Junto às Entidades Sociais* (Brasil, 2005), consta que a realização do trabalho voluntário é condição para que o jovem tenha direito ao recebimento do auxílio financeiro. Uma vez que o trabalho é obrigatório para o pagamento do auxílio, a utilização do termo "voluntário" pode causar estranheza na situação do CSJ. Estranheza que é perceptível nas entrevistas com alguns profissionais, que optaram pelo uso de expressões como "ação social" ou "serviço comunitário" no lugar de "trabalho voluntário". No *Relatório de Avaliação do II Módulo do CSJ-RS* (Escola Técnica José de Alencar Mesquita, 2006), observamos que o item 3.2 tem como título "Trabalho Voluntário/Comunitário". Essa duplicidade de designações pode ser entendida como outro indício da ambiguidade dessa prática no CSJ. Mais detalhadamente, no corpo desse mesmo item, os autores usaram o termo "Trabalho Comunitário" para tratar do trabalho exercido como exigência do CSJ. Contudo, quando o objetivo foi destacar que a maioria dos jovens continuou exercendo esse trabalho após o cumprimento das horas obrigatórias, os autores utilizaram o termo "Voluntariado".

Ao analisarmos os enunciados que constituem estas práticas, não podemos deixar de relacioná-los com outros enunciados presentes em outras propostas de políticas de juventude. O Plano Nacional de Juventude, por exemplo, opera com o conceito de cidadania, afirmando-a através de práticas que podem ser inscritas na lógica do trabalho voluntário. Contudo, nesse contexto, as práticas voluntárias estão marcadas por funções tais como: solidarizar-se, desprender-se de si, doar-se. Nesse sentido, observamos que os projetos sociais educativos, inseridos em políticas públicas e coordenados pelo poder público, precisam se diferenciar dos programas assistenciais, frequentemente desenvolvidos por outros setores da sociedade, como as ações comunitárias de congregações religiosas.

O trabalho voluntário tem se afirmado em diversos âmbitos, constituindo-se como referência para afirmação da cidadania; e, ao ganhar visibilidade nos setores públicos e privados, pode inscrever-se como matriz

das relações de trabalho, de assistência, de educação e de avaliação de projetos sociais. Destacamos aqui algumas considerações feitas por Lobo (2003) acerca do direcionamento dado a algumas práticas promotoras de trabalho voluntário decorrentes de políticas públicas. A autora aponta para os riscos destas práticas em contextos em que o Estado desobriga-se cada vez mais da manutenção e coordenação de serviços básicos de educação e saúde:

"2001 — Ano Internacional do Trabalho Voluntário" — estratégia global de desvitalização das lutas sociais e de controle das populações do terceiro mundo. Neste contexto, o trabalho voluntário não passa de um eufemismo atual para as práticas de tutela semelhantes ao higienismo e à filantropia, resquícios de um passado ainda presente, esvaziamento do sentido político da solidariedade, cujo efeito mais deletério é o conformismo. (pp. 312-313)

Por outro lado, quando as ações voluntárias inscrevem-se num conjunto de práticas que vão além do discurso da servidão ou da precarização, outros desdobramentos são possíveis — o que pôde ser apontado em experiências do CSJ, nas quais o trabalho comunitário assumiu outros sentidos. Em alguns casos, ele adquiriu caráter de estágio (Escola Técnica José de Alencar Mesquita, 2006), quando o jovem pôde exercitar atividades na qual buscava qualificação. Outro encaminhamento informado pelos gestores foi o de que alguns jovens foram contratados, ao fim do projeto, pela instituição na qual realizaram o trabalho comunitário. Alguns relatos destacaram que vários jovens, que a princípio tinham resistência quanto às ações comunitárias, optaram por dar seguimento ao trabalho mesmo após o término do projeto.

O tema *trabalho voluntário* é um riquíssimo analisador, especialmente pelos diversos efeitos e relações que suscita. Observamos que ele permitiria investigações mais aprofundadas, que ampliariam em muito o foco do presente estudo — desdobramentos que pretendemos desenvolver em um futuro artigo.

Juventude digitalizada

A análise do *Manual de implementação junto às entidades sociais* (Brasil, 2005) possibilitou compreender que os discursos que sustentam a inclusão digital em projetos de políticas públicas de juventude estão ancorados, entre outros, nos discursos de qualificação e de mercado de trabalho — o que refletiria algumas impressões iniciais deste artigo. Adicionalmente, discursos de educação e de cidadania, que engendram o rendimento escolar, a autonomia, a acessibilidade e a troca de informação, também puderam ser observados no *Plano Nacional de Juventude* (Brasil, 2004).

Mesmo que a inclusão digital faça parte das premissas de programas de políticas públicas, observamos que a discussão sobre sua prática mostrou-se exígua no conjunto do material analisado. Em apenas um dos documentos acessados encontramos alguma reflexão sobre as atividades vinculadas à inclusão digital desenvolvida. Neste documento, *Relatório de Avaliação do II Módulo do CSJ-RS* (Escola Técnica José de Alencar Mesquita, 2006), foi destacada a importância da transversalidade para o trabalho em focos específicos como a informática e foi sugerido o aumento da carga horária e do aprofundamento do curso de inclusão digital. Contudo, essas sugestões não foram justificadas e nem melhor explicadas. Nos demais documentos, as referências feitas ao curso de inclusão digital se limitavam, em geral, a informar quem seria responsável pelas atividades. Por outro lado, os gestores de uma das entidades responsáveis por esse curso, ao analisarem a sua experiência no CSJ, entenderam que alguns jovens produziram novos sentidos: na percepção de si, na relação com o outro, na valorização de experiências pessoais e dos colegas. Dessa forma, apontamos que seria importante aprofundar a problematização dos modos como os jovens se apropriaram do conhecimento produzido, investigando se e como eles seguiram com o uso de novas estratégias de ação — desdobramentos que ultrapassam os objetivos do presente artigo.

Baseados nos documentos e nas entrevistas com os gestores, apontamos que a rede social formada pelas entidades do projeto não parece ter sido capaz de implicar de forma significativa as atividades desenvolvidas no curso de inclusão digital com as atividades desenvolvidas nos cursos de qualificação básica e qualificação específica, apesar de esforços isolados. Somando-se esse direcionamento à exiguidade da discussão desenvolvida nos documentos, se expressam indícios de invisibilidade quanto à inclusão digital dos jovens beneficiários das políticas. Perguntamo-nos quais os imbricamentos dessa invisibilidade. Podemos apontar a inscrição de uma certa banalidade com relação ao que seja inclusão digital, uma vez que a análise dos documentos aponta para uma mera introdução de ferramentas de TIs sem destaque para a promoção de inovações — risco observado no item "Juventude, educação e trabalho". Alguns entrevistados comentaram que os jovens já faziam uso frequente de aparatos digitais, tais como câmeras, celulares e computadores — dado que, segundo uma entrevistada, não foi contemplado pelo projeto. A análise apontou para a importância de se rever os discursos que amparam os conceitos de inclusão e de exclusão digital. Partindo-se do entendimento de inclusão digital perceptível no projeto — como mero uso de ferramentas de TIs —, esses jovens já estariam incluídos digitalmente. Os jovens do

CSJ, em maior ou menor grau, também estão inseridos na rede de consumo de aparatos midiáticos. Importa, então, desenvolver juntamente com os jovens modos mais criativos, instauradores de diferença, para o uso das tecnologias. De qualquer modo, o discurso de inclusão digital parece, de forma limitada, servir mais como uma das muitas justificativas que emprestam legitimidade à elaboração de políticas públicas de juventude.

Juventude trabalhadora

Conforme apontamos na discussão teórica, tem se dado maior visibilidade às implicações entre trabalho e juventude, o que foi perceptível no projeto investigado. Todo o processo de formação do CSJ visava propiciar aos jovens alternativas de geração de renda — fato determinante para o perfil do jovem participante, uma vez que, segundo um dos gestores, buscavam-se jovens que tivessem a intenção de se engajar em um trabalho formal.

Adicionalmente, uma das exigências do CSJ era que toda entidade executora alcançasse a meta de pelo menos 30% de jovens vinculados a atividades formais e comprovadas de geração de renda ao fim do projeto. Caso a entidade não alcançasse a meta, era obrigada a devolver parte da verba recebida para o projeto, segundo um dos gestores. Esse contexto configurou uma das principais tensões do projeto. Alguns jovens que haviam passado por uma determinada formação profissional, como *telemarketing*, foram empregados para funções que não correspondiam a essa formação, como serviços gerais. Dessa forma, verificamos que vários discursos que justificam a realização de projetos de políticas de juventude, como os discursos de educação, cidadania, superação, produção de novos sentidos, ficaram subjugados a outros discursos, por exemplo, do mercado de trabalho. Esse foi um grande nó do projeto, claramente reconhecido pelos gestores e executores das entidades. Ou seja, o CSJ, que tinha como objetivo proporcionar aos jovens estratégias de produção de novos sentidos para o trabalho, ao fim, também repetiu alguns modelos usuais de emprego para jovens de baixa renda. Porém, devemos ressaltar que nem todos os casos foram assim. As entrevistas propiciaram relatos de experiências em que os jovens puderam desenvolver novas formas de trabalhar, com satisfação pessoal, criatividade, autogestão e autonomia.

A análise do *Plano Nacional de Juventude* (Brasil, 2004) permitiu-nos outras considerações. Ficou perceptível, nesse documento, a relação existente entre o conjunto de justificativas para se incrementar as oportunidades de trabalho de jovens de baixa renda com o discurso de marginalização — que é frequentemente endereçado à juventude pobre e/ou de periferias. Identificamos, ainda, a implicação entre a falta de ocupação e o subemprego com um provável destino de delinquência desses jovens — como se, por não ter alguma ocupação formal (participação em projetos ou trabalho), esse determinado jovem se tornaria um adulto marginal. Para ilustrar, extraímos o seguinte trecho do *Plano Nacional de Juventude*:

> As causas do desemprego juvenil são várias, tendo como principal a recessão econômica que castiga o País há mais de duas décadas. Todavia o Poder Público não pode esperar pela recuperação econômica para resolver o problema do desemprego juvenil, visto que a falta de ocupação e o subemprego, muitas vezes, resulta na marginalidade que encoraja a delinqüência nas periferias das metrópoles brasileiras. (p. 11)

Os enunciados dos documentos apontam que as políticas públicas compreendem as dificuldades encontradas por todos para se inserirem no mercado de trabalho. Entretanto, são elaborados projetos com prazos curtos e ferramentas limitadas. Seria importante desenvolver programas mais coerentes com o contexto vivido e que vislumbrassem metas mais plausíveis. Uma vez mais, o discurso econômico é privilegiado. De forma generalizada, resta aos discursos de educação, superação, cidadania, inclusão, entre outros, o papel de servirem de justificativa aos programas de políticas públicas.

Juventude vulnerabilizada

Outro indicador de nossa análise foi o discurso de vulnerabilidade social que caracterizaria parcelas da população jovem. Nos vários documentos analisados, onde são apresentadas as diretrizes do CSJ — enquanto projeto de política pública para juventude — ou onde são desenvolvidas avaliações e acompanhamentos das atividades, verificamos, nos trechos que fazem referência ao público-alvo das iniciativas, expressões como: jovens "em situação de maior vulnerabilidade social" (Brasil, 2005; Escola Técnica José de Alencar Mesquita, 2006); "em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social", "com vulnerabilidade econômica, pessoal e social" e "em vulnerabilização" (Escola Técnica José de Alencar Mesquita, 2006); "em situação de vulnerabilidade social" (Associação Beneficente Amurt-Amurtel, 2006). Encontramos essa terminologia, também com frequência, em artigos (Castro & Abramovay, 2002, 2004; Sposito & Carrano, 2003; Sposito & Corrochano, 2005; Sposito et al., 2006) que tratam do tema das políticas públicas voltadas para jovens.

No processo de análise do material de pesquisa, ficamos intrigados com a utilização dessas expressões. Indagamo-nos a que o termo *vulnerabilidade social* se refere. Entendemos que, quando este termo é usado,

nos documentos e artigos, ele traduz a tentativa de se definir uma parcela da população jovem — foco dos programas e projetos de políticas públicas para juventude — que está mais exposta a dificuldades várias, como econômicas, sociais, educacionais e de trabalho. Porém, ao consultarmos a palavra *vulnerabilidade* no dicionário (Ferreira, 1999) verificamos que ela faz referência à condição de se estar vulnerável a algo, em função de se apresentar pontos fracos, e, assim, o sujeito se encontraria numa situação propícia a acontecimentos indesejáveis. É importante observar que esse é o ponto de vista do avaliador, o que necessariamente não precisa coincidir com a opinião do sujeito que supostamente se encontra nessa posição. Portanto, mais do que definir um estado presente e indesejado — como miséria, discriminação, exclusão, desemprego, falta de acesso à educação e saúde –, o estado de vulnerabilização faz alusão a um determinado futuro, que é aceito praticamente como certo. Esse provável futuro é temido e se pressupõe que irá, indubitavelmente, acontecer, a não ser que se tomem medidas eficazes. Isso porque, de forma geral, a sociedade compreende que esse futuro implicaria situações de risco para a ordem vigente, ou seja: a transformação desse jovem num desempregado, drogado, ladrão, agressor, transgressor da lei. Dessa forma, essa posição subjetivada de *vulnerabilizados socialmente,* ao invés de destacar as demandas dos jovens e a potencialidade de transformação das condições atuais indesejadas por esses jovens — inclusive com a participação deles –, lhes é conferida uma virtualidade de causadores de problemas sociais. Assim, o futuro temido passa a ser o presente incontestável desses jovens. E de acordo com esse futuro-presente são elaborados projetos de políticas públicas de juventude.

Destacamos que a tendência apontada acima contrasta com alguns encaminhamentos perceptíveis em trechos dos documentos do CSJ-RS e nos relatos dos gestores. Esses dados apontam que o CSJ também buscou expressar diferentes extratos da juventude e seus modos de viver. Contudo, salientamos que, apesar das tentativas de superação do discurso da precarização, o ponto de partida era sempre o econômico, uma vez que a definição dos jovens aceitos no projeto priorizava o corte de renda — conforme observado por um dos gestores.

Considerações finais

Para esta pesquisa, tivemos acesso a uma grande quantidade de dados, incluindo dois documentos de âmbito federal e um amplo conjunto de documentos e relatos referentes a experiências de algumas entidades na cidade de Porto Alegre-RS. Destacamos que, mesmo que a investigação tenha circunscrito um recorte das políticas públicas, as práticas exercidas neste conjunto não estão isoladas da rede que compõem. Os indicadores de análise utilizados (as quatro concepções de juventude visibilizadas) mostraram-se profícuos em apontar nós de tensão existentes no projeto investigado. Assim, as reflexões desenvolvidas contribuíram para um maior entendimento de como o público-alvo dos programas — de forma generalizada, jovens de baixa renda — são tomados como foco e problema de políticas públicas.

As quatro concepções de juventude visibilizadas (voluntária, digitalizada, trabalhadora e vulnerabilizada), esboçadas a partir da análise dos dados, constituíram-se em indicadores importantes para a problematização proposta. A análise das práticas discursivas produzidas ou articuladas pelos relatos e documentos investigados apontou que as políticas públicas delineiam expectativas e modos de vida que seriam específicos dos jovens participantes — delineamento que define esses jovens como mais passíveis de ser origem e causa de problemas sociais. A análise das concepções de juventude digitalizada e juventude trabalhadora possibilitou, em especial, destacar a invisibilidade conferida aos jovens de baixa renda. Seja quando as práticas dos projetos resultam em processos limitados de inclusão digital ou quando implicam a contratação dos jovens em funções que se mostram incapazes de contribuir para a produção de novos sentidos. A concepção de juventude vulnerabilizada parece ser restrita ao conjunto de jovens que é objeto das políticas. Assim, o emblema de vulnerabilização conferido a esses jovens pode intensificar o processo de exclusão e, também, despotencializar o campo de ação dos mesmos. Adicionalmente, quando problematizamos a concepção de juventude voluntária, destacamos a ambiguidade identitária conferida aos jovens em foco, uma vez que recaem sobre esse jovem, dito vulnerabilizado, as expectativas de superação — pessoal e social. Acrescentamos que os enunciados de vulnerabilidade permitem compreender que quem está vulnerável não são somente ou necessariamente os jovens, mas, especialmente, as parcelas da sociedade que se sentem em risco em função do futuro virtual de marginalização, em geral, conferido à juventude foco das políticas. Contudo, apontamos que o CSJ desenvolveu algumas estratégias que consideraram os jovens em sua diversidade, havendo inclusive indícios de produção de novos sentidos e modos alternativos de ser jovem.

As análises feitas aqui certamente não esgotam os pontos possíveis de discussão. Elas apontam direcionamentos para futuras investigações que, de forma significativa, contribuiriam para o aprofundamento do entendimento da relação entre políticas públicas

e juventude. Talvez uma grande aprendizagem desse percurso, e que já havia sido destacada por Sposito e Carrano (2003), seja a necessidade de se considerar a juventude em seu plural. Além disso, esse estudo aponta para a importância de serem desenvolvidos mecanismos e estratégias participativas dos próprios jovens no planejamento, execução e análise dos programas. Como observou Abad (2002), as demandas ditas de juventude são especificadas por determinados setores da sociedade. O autor questiona quem são esses setores e quais setores podem se mobilizar em favor da juventude. Até porque esses grupos são, em sua maioria, integrados por adultos que nem sempre são sensíveis aos pontos de vista dos jovens — o que implica a forte presença da ótica adulta na elaboração dos projetos. Por fim, destacamos que é no campo da ação que os documentos se transformam em práticas, abrindo novas possibilidades. Nesse campo fértil de enunciados diversos podem emergir atitudes e propostas diferenciadas. Tal foco deve ser valorizado em estudos futuros.

Nota

[1] O Fome Zero é um programa criado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003. Por meio da articulação com diversos ministérios, "o governo federal articula políticas sociais com estados e municípios e, com a participação da sociedade, implementa programas e ações que buscam superar a pobreza e, consequentemente, as desigualdades de acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável". Acesso em 24 de julho de 2008, em: *http://www.fomezero.gov.br/o-que-e*

Referências bibliográficas

Abad, M. (2002). Las politicas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadania y nueva condicion juvenil. *Ultima década*, *10*(16), 117-152.

Associação Beneficente Amurt-Amurtel. (2006). *Projeto consórcio da juventude*. Porto Alegre: Autor.

Brasil. (2004). *Projeto de Lei n. 4530*. *Plano Nacional de Juventude*. Acesso em 29 de abril, 2008, em http://www2.camara.gov.br/internet/eve/realizados/juventude/projetolei.pdf

Brasil. Ministério do Trabalho e do Emprego. (2005). *Manual de implementação junto às entidades sociais*. Acesso em 10 de setembro, 2006, em http://www.mte.gov.br/pnpe/manual.pdf

Castro, M. G. & Abramovay, M. (2002). Por um novo paradigma de se fazer políticas. *Revista Brasileira de Estudos de População, 19*(2), 19-46.

Castro, M. G. & Abramovay, M. (2005). Juventudes no Brasil - vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In J. C. Petrini & V. R. S. Cavalcanti (Orgs.), *Família, Sociedade e Subjetividades* (pp. 54-83). Petrópolis: Vozes.

Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). (2006a). *Projeto consórcio da juventude*. Porto Alegre: Autor.

Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). (2006b). *Projeto pedagógico*. Porto Alegre: Autor.

Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). (2006c). *Relatório de execução.* Porto Alegre: Autor.

Escola Técnica José de Alencar Mesquita. (2006). *Relatório de avaliação do II módulo do CSJ-RS*. Porto Alegre: Autor.

Ferreira, A. B. de H. (1999). *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (3ª ed. rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Ferretti, C. J., Zibas, D. M., & Tartuce, G. L. B. P. (2004). Protagonismo juvenil na literatura especializada na reforma do ensino médio. *Cadernos de Pesquisa, 34*(122), 411-423.

Foucault, M. (1984). O cuidado com a verdade. In C. H. Escobar (Org.), *Michel Foucault (1926-1984). O Dossier: últimas entrevistas* (pp. 74-85). Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora. (Original publicado em 1984)

Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Eds.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1982)

Foucault, M. (1997). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1969)

Foucault, M. (1999). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola. (Original publicado em 1971)

Lima, S. M. & Minayo-Gomez, C. (2003). Modos de subjetivação na condição aprendiz: embates atuais. *História, Ciência e Saúde, 10*(3), 931-953.

Lobo, L. F. (2003). Higienismo e normalização da infância no Brasil. In A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades* (pp. 291-320). Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ.

Maraschin, C. (2004). Pesquisar e intervir. *Psicologia e Sociedade, 16*(1), 98-107.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2004). *Políticas públicas de / para / com Juventudes*. Brasília: UNESCO.

Sposito, M. P. & Carrano, P. C. R. (2003, setembro/dezembro). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação,* 24, 16-39.

Sposito, M. P. & Corrochano, M. C. (2005). A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social-Revista de Sociologia da USP, 7*(2), 141-172.

Sposito, M. P., Silva, H. H. C., & Souza, N. A. (2006). Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação, 11*(32), 238-257.

Tommasi, L. (2004, janeiro/abril). Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. *Revista Brasileira de Educação,* 25, 177-181.

Zibas, D. M., Ferretti, C. J., & Tartuce, G. L. B. P. (2006). Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. *Cadernos de Pesquisa, 36*(127), 51-85.

Marcia Frezza é graduada em Psicologia pela UFRJ e Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Atualmente é professora auxiliar N2 do Curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Endereço para correspondência: Universidade de Fortaleza - Av. Washington Soares, 1321, bloco P, sala 17, Fortaleza/CE. CEP 60811-905.
E-mail: marciafrezza@unifor.br
frezzamarcia@yahoo.com.br

Cleci Maraschin é graduada em Psicologia pela UFRGS, Mestre e Doutora em Educação pela UFRGS. Atualmente é professora associada da UFRGS e diretora do Instituto de Psicologia/UFRGS desde 2006. Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Rua Ramiro Barcelos, 2600. Santana, Porto Alegre/RS. CEP 90035-003.
E-mail: clecimar@orion.ufrgs.br

Nair Silveira dos Santos é graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestre e Doutora em Educação pela UFRGS. Atualmente é professora adjunta do Instituto de Psicologia da UFRGS. Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Rua Ramiro Barcelos, 2600, sala 13A. Santana, Porto Alegre/RS, CEP 90035-003.
E-mail: niss@terra.com.br

Juventude como problema de políticas públicas
Marcia Frezza, Cleci Maraschin e Nair Silveira dos Santos

Recebido em: 16/06/2008
Revisão em: 01/08/2008
Aceite final em: 08/08/2008

O PERFIL DOS USUÁRIOS DO CAPSAD-BLUMENAU E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL

Jeovane Gomes de Faria e Daniela Ribeiro Schneider
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

RESUMO: O momento é emblemático para as políticas públicas em saúde no Brasil, pois os novos modelos de atenção, que rompem com a lógica da psiquiatria tradicional, já estão implementados, mas sua legitimação e consistência teórico-metodológica precisam ainda ser consolidadas na práxis coletiva. Dessa forma, o objetivo deste estudo é estabelecer reflexões sobre as práticas nos novos dispositivos de atenção à saúde, como os CAPS – Álcool e Drogas e sua relação com as políticas realizadas pelo Ministério da Saúde. Sustentado em estudo do tipo exploratório descritivo, baseado na análise de 1122 prontuários do CAPSad da cidade de Blumenau-SC, nos anos de 2005 e 2007, o presente trabalho traçou o perfil dos usuários desse serviço. Utilizaram-se análises estatísticas univariadas e bivariadas. Estabeleceram-se discussões entre os dados obtidos e as proposições da Reforma Psiquiátrica.

PALAVRAS-CHAVE: centro de atenção psicossocial, álcool e drogas; saúde mental; reforma psiquiátrica brasileira.

PROFILE OF CAPSAD – BLUMENAU USERS: THE EFFECTIVENESS OF THE PUBLIC POLICIES FOR MENTAL HEALTH

ABSTRACT: We are living an emblematic moment for the public policies for Mental Health in Brazil. This is due to the fact that the legal apparatus and the new models for medical care, which do not follow the hospital centered logic and traditional psychiatry, have already been implemented, although their legitimation and theoretical-methodological consistency still need to be consolidated by the collective praxis. In this context, this article aims at reflecting about the practices adopted in the new health care devices, particularly in the Psychosocial Care Center – Alcohol and Drugs, as well as its relation with the prerogatives of the policies held by the Brazilian Ministry of Health. In this article we present a descriptive exploratory study based on the analysis of data from 1122 medical records from CAPSad in Blumenau-SC between 2005 and 2007, which contributed to define a profile of the users of this service. Univariate statistical analyses as well as bivariate analyses have been used. Based on the description of this data, we have included discussions comparing the data gathered and the propositions of the Psychiatric Reform.

KEYWORDS: center for psychosocial care; alcohol and drugs; mental health; brazilian psychiatric reform.

Este é um momento desafiador para a consolidação das políticas públicas na área da saúde mental, pois já temos no Brasil, através do Ministério da Saúde, ações e leis que propõem um novo modelo de atenção, decorrentes de décadas de debates, lutas e iniciativas legislativas, contrapondo-se ao modelo clássico da psiquiatria que, com ênfase hospitalocêntrica, promovia o isolamento da loucura e a desqualificação do sujeito com sofrimento psíquico. Sendo assim, a Reforma Psiquiátrica prevê, entre outras propostas, a desinstitucionalização, com diminuição progressiva dos leitos em hospitais psiquiátricos e a oferta de serviços próximos ao território dos sujeitos, possibilitando a participação de novos agentes no processo de pensar a saúde. Segundo o Relatório de Gestão da Coordenação Geral de Saúde Mental, no final de 2006 havia mais de 1000 Centros de Atenção Psicossocial credenciados pelo Ministério da Saúde, sendo que mais de 50% dos recursos em saúde mental foram direcionados para a rede extra-hospitalar, fato inédito na história da saúde brasileira (Brasil, 2007).

No entanto, como afirma Amarante (2006, p. 35),

> a política nacional de saúde mental corre muitos riscos, entre os quais reduzir o processo de Reforma Psiquiátrica a uma mera mudança de modelo assistencial. Trata-se de um processo social complexo, no qual é necessária uma reflexão sobre o modelo científico da psiquiatria, que não consegue ver saúde nas pessoas, apenas doenças.

Dessa forma, a consolidação deste novo modelo não é tão simples assim, pois passa pela produção de mudanças na racionalidade sobre os fenômenos de saúde por parte das equipes técnicas, na constituição

de uma nova clínica, chamada de ampliada, pela consolidação de uma articulada rede de atenção à saúde, pelas iniciativas efetivas de promoção à saúde, entre outros aspectos. A práxis coletiva em saúde mental tem de ser constantemente refletida, questionada, sob pena de transformarmos os CAPS em somente mais um equipamento de saúde, que engessa a mudança em um mero dispositivo burocrático.

Desse modo, com o objetivo de estabelecer reflexões sobre as práticas efetivadas nos novos dispositivos de atenção à saúde, no caso específico, os Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPSad), e sua relação com as prerrogativas das políticas implementadas pelo Ministério da Saúde é que se elaborou este artigo. Sustentado em estudo do tipo exploratório descritivo, baseado na análise de dados contidos em 1122 prontuários do CAPSad da cidade de Blumenau-SC, entre os anos de 2005 e 2007, o presente trabalho estabeleceu o perfil dos usuários desse serviço. Foram consideradas as seguintes variáveis: ano de ingresso, sexo, idade, diagnóstico segundo o CID 10, droga de preferência e origem da demanda. Esses prontuários foram preenchidos pelos profissionais responsáveis após cada procedimento. Utilizaram-se análises estatísticas univariadas, como frequências, percentis e médias, bem como análises bivariadas, estabelecendo a correlação entre algumas variáveis. A partir da descrição de tais dados, estabeleceram-se discussões entre os dados obtidos e as proposições da Reforma Psiquiátrica e da Política de Atenção Integral para Usuários de Drogas do Ministério da Saúde. Entre outros aspectos, foi debatida a acessibilidade ao serviço e sua relação com a Rede de Atenção em Saúde da cidade de Blumenau.

A reforma psiquiátrica brasileira e o papel dos CAPS

Torna-se imprescindível, a fim de melhor discutir as mudanças na atenção à saúde mental, compreender sua história *em termos dialéticos*, entendendo como se instalaram as forças contraditórias que constituíram seu saber ao longo da história. Sendo assim, temos como marco inicial a constituição da medicina moderna, com sua crítica à noção medievalesca da possessão demoníaca para designar os fenômenos da loucura. Esta antítese tornou-se a tese hegemônica até nossos dias atuais: consolidando-se enquanto disciplina psiquiátrica, sustentada na noção de *doença mental*. Este conceito passou a ser o pilar de sustentação do edifício psiquiátrico, com suas perspectivas teórico-epistemológicas predominantes, que se desdobram nas práticas da internação e em diversas terapêuticas, indo desde o acorrentamento, a aplicação de banhos quentes e frios, passando pela lobotomia, pelos choques insulínicos e elétricos, até a administração de psicofármacos, a partir dos anos 1950-60.

Nesse mesmo período começaram a florescer as críticas ao modelo da psiquiatria clássica, consolidando-se a antítese enquanto movimento antipsiquiátrico. Os questionamentos começaram pela dimensão epistemológica da psiquiatria e a noção de "doença mental", considerada por Szasz (1979) como um mito que tem por função "dourar a amarga pílula" dos conflitos sociais, ao atribuir os problemas de relacionamento interpessoal e social a um problema individual, de ordem de disfunções neuroquímicas ou, ainda, de estrutura mental. Laing e Cooper, entre os anos 1950 e 60, na Inglaterra, questionaram a intervenção da clínica psiquiátrica tradicional, estabelecendo uma nova relação e compreensão terapêutica da loucura, aplicando suas proposições inovadoras em uma unidade clínica experimental para jovens psicóticos, conhecida como Pavilhão 21 (Cooper, 1976). Tais autores modificaram a visão acerca das determinantes da loucura ao considerar as implicações das relações familiares na base dos processos de sofrimento psíquico.

Os questionamentos logo se ampliaram para a problemática da internação psiquiátrica, debatendo a desumanização produzida por este tipo de tratamento, que isolou e retirou a voz e a cidadania do louco. Constituíram-se, assim, as iniciativas conhecidas como Reforma Psiquiátrica, implementadas por Franco Basaglia em Gorizia e Trieste na Itália e, a partir desse locus, espalhando-se pelo mundo. O italiano foi o primeiro a colocar em prática a extinção dos hospícios, criando serviços alternativos ao manicômio, construídos em forma de rede de atenção, bem como elaborando novas estratégias para o cuidado com as pessoas em sofrimento mental. Essa nova forma de cuidado permitiu avanços além da mera substituição das instituições totais, construindo os "mais variados dispositivos de caráter social e cultural, que incluíam cooperativas de trabalho, ateliês de arte, centros de cultura e lazer, oficinas de geração de renda, residências assistidas, entre outros" (Amarante, 2006, p. 33).

Ainda que com alguns anos de atraso, a história brasileira dos tratamentos da loucura recebe a influência dos movimentos mundiais, seguindo-lhe a lógica, isto é, afirmação da tese psiquiatrizante a partir do século XIX, sua consolidação enquanto modelo de tratamento hegemônico no início do século XX, em conformidade com o movimento higienista, que previa a limpeza das cidades da "escória social", produzindo a chamada "psiquiatrização do social". Também a antítese passa a fazer parte do cenário brasileiro no final dos anos 1970.

Apesar de andar *pari passu* ao movimento sanitarista e compartilhar muitas de suas ideias, o processo de Reforma Psiquiátrica possui uma história própria, inscrita num contexto internacional de mudanças pela

superação da violência asilar e pautada na defesa dos direitos dos usuários de saúde mental. "A Reforma Psiquiátrica é um processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios diversos" (Brasil, 2005b). Sendo assim, esse movimento toma corpo tanto nas iniciativas legislativas quanto nas políticas governamentais, além de importantes instituições como as universidades, o mercado dos serviços de saúde, os movimentos sociais e, principalmente, a opinião pública. Ela implica um conjunto de transformações que passam pelas práticas, saberes e valores socioculturais e sociais. Tem implicações também no cotidiano da vida das instituições e dos serviços de saúde. A Reforma Psiquiátrica tem avançado, porém é marcada por um cenário com muitos impasses, tensões, conflitos e desafios.

Como referenciais teóricos e antecedentes, a Reforma Psiquiátrica Brasileira possui vertentes que vão do movimento antipsiquiátrico americano (Thomas Szasz e Erving Goffman) ao movimento europeu (Franco Basaglia na Itália; Michel Foucault, Deleuze e Guattari na França; Ronald Laing e David Cooper na Grã-Bretanha) (Leone, 2000). No entanto, sua maior influência é das análises genealógicas de Foucault e das práticas de desinstitucionalização de Basaglia.

Como principais ferramentas desse processo de reforma tem-se o fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos, o aumento da rede dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e das Residências Terapêuticas, que são moradias destinadas às pessoas portadoras de transtornos mentais graves, egressas ou não de hospitais psiquiátricos, que perderam o contato com a rede de apoio familiar de origem. O "Programa de volta para casa", dirigido a pacientes asilares, residentes de hospitais psiquiátricos, é outro componente importante da Reforma Psiquiátrica.

Os CAPS, entre todos os dispositivos de atenção à saúde mental, têm valor estratégico para a Reforma Psiquiátrica Brasileira, pois será a sua consolidação e estruturação como serviços substitutivos ao Hospital Psiquiátrico que permitirá a organização da rede de atenção às pessoas com transtornos mentais nos municípios, dada a função articuladora desses Centros frente aos níveis de atenção em saúde bem como seu papel acolhedor, constituindo-se em uma nova clínica, produtora de autonomia, "convidando o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória de seu tratamento" (Brasil, 2005b).

Os CAPS possuem uma linha de financiamento específica junto ao Ministério da Saúde desde 2002 e são organizados pelas secretarias municipais. São organizados conforme as seguintes denominações e descrições, diferenciando-se pelo porte, clientela atendida e capacidade de atendimento: CAPS I (municípios com população entre 20.000 e 70.000 habitantes), CAPS II (em municípios com população entre 70.000 e 200.000 habitantes), CAPS III (municípios com população acima de 200.000 habitantes, atendendo 24 horas/dia, inclusive feriados e finais de semana, com leitos para internações breves), CAPSi II (referência para o atendimento a crianças e adolescentes em uma população de cerca de 200.000 habitantes, ou outro parâmetro populacional a ser definido pelo gestor local) e CAPSad II (referência para o atendimento de usuários com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas em municípios com população superior a 70.000 habitantes) (Brasil, 2004b).

Com importante papel no cenário da Reforma Psiquiátrica, os CAPS buscam oferecer serviços dentro de uma nova lógica de saúde, constituindo-se como instituições abertas e regionalizadas, formadas por equipes multidisciplinares, ofertando novos tipos de cuidado ao sujeito em sofrimento psíquico, centrados em diagnóstico situacional (conjunto de condições psicossociais do usuário) - e não somente nos diagnósticos psicopatológicos e medicações -, tendo como meta a reintegração social do usuário.

Os modelos de atenção ao uso abusivo de drogas e a política de atenção integral do Ministério da Saúde

Historicamente, na área da atenção aos usuários de álcool e outras drogas, reproduziu-se a mesma lógica implementada para as outras psicopatologias: a hegemonia de um modelo psiquiátrico, com todas suas características – hospitalocêntrico, com terapêutica farmacológica predominante, tendo como meta dos tratamentos a abstinência, implicando a desqualificação social do usuário e sustentado na concepção da dependência enquanto "doença crônica, recorrente e incurável". Essa tese acabou por associar-se ao modelo moral, com origem religiosa ou espiritualista, como, por exemplo, o adotado por boa parte dos grupos de autoajuda, que implica a compreensão de que o usuário desviou-se do caminho de vida correto e deve admitir e redimir suas falhas perante um poder superior, o que acaba por levar à culpabilização dos usuários. A síntese realizada entre estes dois modelos (médico e moral) acabou por se tornar hegemônica, tendo sido implantada pela maioria dos serviços de caráter privado ou filantrópico, firmando-se na metade do século XX e sendo, ainda hodiernamente, predominante na área do tratamento à dependência de drogas (Schneider, Spohr, & Leitão, 2006).

Novas formas de atenção à dependência de substâncias psicoativas (SPA) começaram a ser debatidas, junto ao movimento antipsiquiátrico, surgindo a proposta da Redução de Danos, que questiona a noção da

dependência como *doença*, a meta única dos tratamentos como sendo a abstinência, propondo uma concepção mais política do fenômeno, que busca compreender o usuário como cidadão. Sustenta-se na afirmação da problemática do uso abusivo de drogas enquanto uma questão de *saúde pública* e das mais graves, em função dos agravos produzidos, tanto em termos de saúde em geral, como podemos observar no índice de 1,5% do total das mortes no mundo das quais o álcool é fator determinante (Brasil, 2005a), quanto sua correlação com a violência no trânsito, violência urbana, bem como com a problemática do absenteísmo ao trabalho e reprovação escolar.

Vemos ocorrer na área da atenção à dependência de substâncias psicoativas, portanto, o mesmo embate entre a *tese* e a *antítese*. Sendo assim, mais recentemente, no início do século XXI, começaram a ser formuladas políticas públicas de atenção à problemática, já dentro dos moldes da Reforma Psiquiátrica.

> A saúde pública brasileira não vinha se ocupando devidamente com o grave problema da prevenção e tratamento de transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas. Produziu-se historicamente uma importante lacuna na política pública de saúde, deixando-se a questão das drogas para as instituições da justiça, segurança pública, pedagogia, benemerência e associações religiosas. A complexidade do problema contribuiu para a relativa ausência do Estado e possibilitou a disseminação em todo o país de 'alternativas de atenção' de caráter total, fechado, baseadas em uma prática predominantemente psiquiátrica ou médica, ou, ainda, de cunho religioso, tendo como principal objetivo a ser alcançado a abstinência (Brasil, 2005a, p. 40).

Associar usuários de substâncias psicoativas com a criminalidade e práticas ditas antissociais, segundo uma visão tradicional, acabou por promover um modelo de atenção voltado para a exclusão e separação do usuário do convívio social. Por concordância das recomendações da III Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2002, o Ministério da Saúde construiu o *Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e outras Drogas,* reconhecendo os danos à saúde decorrentes do uso e/ou abuso de SPA e passando a tratar o problema como sendo do âmbito da saúde pública, com políticas específicas, dentro do campo da saúde mental, tendo como estratégia a ampliação do acesso ao tratamento, a compreensão integral e dinâmica do problema, a promoção dos direitos e a abordagem de redução de danos (Brasil, 2005a).

Como ação efetiva neste processo de reconstrução terapêutica e quebra de paradigmas, a redução de danos aparece como ferramenta efetiva na atuação junto ao usuário de SPA, vista sua capacidade de "reconhecer cada indivíduo em suas singularidades, traçando com ele estratégias que estão voltadas não para abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida", constituindo-se assim como um método, não necessariamente excluindo outras propostas de atuação e diretamente ligado à direção do tratamento, aumentando o grau de liberdade e de corresponsabilidade daquele que está se tratando (Brasil, 2005b, p.44).

Os CAPSad – Centro de Atenção Psicossocial para Atendimento de Usuários com uso de álcool e outras drogas – são os dispositivos estratégicos da rede de atenção a essa população específica, a serem implantados em regiões metropolitanas e municípios de fronteira, com indicadores epidemiológicos relevantes. Os CAPSad devem fazer uso deliberado e eficaz dos conceitos de território e rede, bem como da lógica ampliada de redução de danos, realizando uma procura ativa e sistemática das necessidades a serem atendidas de forma integrada ao meio cultural e à comunidade em que estão inseridos, e de acordo com os princípios da Reforma Psiquiátrica (Brasil, 2005a).

O Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPSad) de Blumenau – SC

Blumenau é o município polo da região metropolitana do Vale do Itajaí (formada por 16 municípios), no Estado de Santa Catarina, com uma população atual de 301.333 habitantes. Foi fundado em 02 de Setembro de 1850 pelo filósofo alemão Hermann Bruno Otto Blumenau e teve uma colonização predominantemente germânica.

A Secretaria de Saúde de Blumenau (SEMUS) é composta em sua rede de atenção em saúde por: 07 ambulatórios gerais, 43 equipes de Programa de Saúde da Família (PSF) e 04 Unidades Avançadas de Saúde (UAS), disponibilizando ainda de vários serviços de referência: Policlínica, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), Núcleo Integrado de Apoio ao Fissurado (NIAF) e outros serviços, como Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), Vigilâncias sanitária e epidemiológica, Central de Ambulância, Banco de Leite e Laboratório Municipal. A cidade conta ainda com a assistência de 04 hospitais gerais e um 01 hospital especializado em doenças pulmonares.

Com uma Coordenação Municipal vinculada à Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e atendendo apenas a população residente na cidade, a Saúde Mental em Blumenau é composta por: CAPS II, CAPSi e CAPSad, juntamente com as demais instituições componentes da rede de atenção em saúde, de todos os níveis de complexidade.

Embora cadastrado no Ministério da Saúde em 2002, apenas em 2003 é que foi concluída a formação da equipe do CAPSad – Blumenau, composta inicial-

mente por 01 terapeuta ocupacional, 01 farmacêutica bioquímica, 01 psicóloga, 01 médico psiquiatra, 01 assistente social e 01 enfermeira. Até o 1º semestre de 2004, o CAPSad funcionava na mesma sede do CAP-SII. A inauguração da atual sede foi em 25 de junho de 2004. A equipe atual é composta por: 03 psicólogos, 02 assistentes sociais, 01 terapeuta ocupacional, 01 médico clínico geral, 02 enfermeiras, 02 auxiliares de enfermagem, 02 estagiários administrativos, 02 serventes de serviços gerais e um vigilante de patrimônio.

O CAPSad - Blumenau tem a missão de oferecer o atendimento diário a pessoas que sofrem com transtornos mentais, provocados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas, oferecendo cuidados clínicos e reabilitação psicossocial, dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua. Desenvolve ações que vão desde atendimentos individuais a grupais (terapêuticos e operativos), oficinas terapêuticas e visitas domiciliares. O serviço tem como objetivo garantir tratamento a pessoas com transtornos comportamentais decorrentes da dependência que apresentam danos físicos, psíquicos e sociais, promovendo o ser humano em toda a sua complexidade, trabalhando a superação do estigma da dependência química e oferecendo uma perspectiva de reflexão, em que a pessoa possa pensar a retomada da cidadania como um processo de reconstrução social e familiar. São objetivos também relevantes: a manutenção da adesão ao tratamento e a reinserção na comunidade. Dessa maneira, o CAPSad busca evitar internações, garantir direitos sociais e reduzir danos decorrentes do abuso de substâncias psicoativas.

Na estrutura atual são fornecidas até três refeições aos usuários (café da manhã, almoço e café da tarde), conforme a modalidade de atendimento do mesmo (intensivo, semi-intensivo e não-intensivo). Através da Coordenação Municipal de Saúde Mental, os 03 CAPS de Blumenau têm acesso direto para administrar os recursos provenientes da produção de APAC (Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade/ Custo), financiados pelo SUS. A contrapartida da SEMUS é feita através do pagamento de salários e recursos alimentícios e materiais administrativos.

O acesso ao CAPSad – Blumenau é feito em regime de porta aberta (usuários possuem acesso direto ao serviço, por demanda espontânea), juntamente com os encaminhamentos intersetoriais (rede de atenção em saúde, outras secretarias, Ministério Público etc.), o que facilita e desburocratiza o acesso ao serviço.

Perfil do usuário do CAPSad – Blumenau

Entre os anos de 2005 e 2007 deram entrada no CAPSad de Blumenau, com abertura de prontuários, 1122 usuários. A abertura de prontuário tem tido um aumento constante nos anos analisados neste trabalho, saindo de 276 em 2005 e 378 em 2006 para 468 em 2007 (Tabela 1), o que indica um incremento na acessibilidade ao serviço.

Tabela 1
Entrada no Serviço - Sexo X Idade X Ano

SEXO	IDADE (ANOS)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	TOTAL (%)
MASCULINO	18-24	40 (3.56)	95 (8,47)	100 (8,91)	**235 (20,94)**
	25-34	72 (6,42)	105 (9,35)	131 (11,68)	**308 (27,45)**
	>34	127 (11,32)	148 (13,19)	171 (15.24)	**446 (39,75)**
FEMININO	18-24	6 (0,53)	7 (0,62)	18 (1,61)	**31 (2,76)**
	25-34	9 (0.80)	11 (0,98)	21 (1,88)	**41 (3,66)**
	>34	22 (1,97)	12 (1,08)	27 (2,39)	**61 (5,44)**
TOTAL		**276 (24,60)**	**378 (33,69)**	**468 (41,71)**	**1122 (100)**

Desses usuários, 989 (88,15%) eram do sexo masculino e 133 (11,85%) do sexo feminino. A proporção entre homens e mulheres também tem se mantido constante, inclusive quando se faz a análise por faixa etária (Tabela 1). É interessante notar que esses dados do CAPSad são diferentes dos CAPS II e III, especializados em egressos de hospitais psiquiátricos e portadores de transtornos mentais graves, onde o predomínio é de mulheres, girando na faixa dos 60%, sendo os homens presentes em 40% (Andreoli, 2004;

Pelisoli & Moreira, 2005; Tomasi et al., 2008). Por outro lado, os dados referentes aos tratamentos específicos para usuários de drogas, como se pode verificar em outras pesquisas brasileiras, são semelhantes aos encontrados no CAPSad-Blumenau, onde ocorre um acentuado predomínio do sexo masculino (Ferreira Filho, Churchita, Laranjeira, & Castelo, 2003; Marinho, 2004; Passos & Camacho, 1998; Schneider et al, 2006), além dos dados do próprio Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID), apresentados no II Levantamento Domiciliar Brasileiro sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil (Carlini et al., 2006). Esse levantamento demonstrou que 5,1% da população masculina da Região Sul recebeu algum tipo de tratamento para a problemática, em relação a somente 2,0% da população feminina. É importante notar, ainda, que os índices da pesquisa sobre a dependência somente de álcool são significativamente mais prevalentes entre os homens (14,9%) do que em relação às mulheres (4,6%) no Sul do Brasil. Dessa forma, ressalta-se que a população masculina é a mais atingida pelo problema da dependência de drogas, levando à consequente procura de tratamento. Sabe-se, no entanto, que questões culturais, baseadas em preconceitos, têm sido constatadas no decorrer das atividades de atendimento ao usuário de drogas, principalmente em relação à mulher, o que pode ajudar a compreender a significativa diferença numérica no total de usuários.

Levantar dados epidemiológicos acerca dos tipos de drogas psicotrópicas mais utilizadas constitui-se em tarefa bastante complexa, principalmente quando se busca identificar danos, pois boa parte dos usuários faz uso de mais de uma substância, principalmente nos casos em que já existe a dependência instalada. Sendo assim, neste levantamento foi considerada a substância a qual o usuário trouxe como queixa principal de seus danos biopsicossociais, no momento do acolhimento no serviço.

Nesse contexto faz-se importante relatar que o tabaco, presença significativa entre os usuários, não aparece em nenhum dos prontuários como queixa principal.

O usuário do CAPSad – Blumenau tem maior incidência de problemas decorrentes do uso e abuso de álcool. No total, verificou-se 498 (44,37%) são usuários exclusivamente desta substância, sendo que o uso cruzado de álcool com outras drogas totalizou mais 264 (23,52%) pessoas, somando 762 (67,89%) usuários que fazem uso abusivo de álcool. Estes dados estão de acordo com os do CEBRID (Carlini et al., 2006), que demonstram que o maior índice de dependência é mesmo a do álcool (9% da população sulista), com exceção apenas para o tabaco (10,7%). É significativa também a presença de usuários no CAPSad Blumenau com uso cruzado de substâncias: 438 pessoas (39,02%) relataram complicações devido ao uso de múltiplas drogas (Tabela 2).

Tabela 2
Substância Psicoativa (SPA) X Idade X Sexo

SEXO	IDADE (ANOS)	Álcool (%)	Canabioides (%)	Cocaína (%)	Múltiplas SPA (%)	TOTAL (%)
MASCULINO	18-24	14 (1,24)	12 (1,08)	55 (4,90)	154 (13,72)	**235 (20,94)**
	25-34	83 (7,40)	6 (0,53)	61 (5,44)	158 (14,08)	**308 (27,45)**
	>34	345 (30,74)	4 (0,36)	15 (1,34)	82 (7,31)	**446 (39,75)**
FEMININO	18-24	2 (0,18)	1 (0,09)	8 (0,71)	20 (1,78)	**31 (2,76)**
	25-34	6 (0,53)	3 (0.28)	18 (1,61)	14 (1,24)	**41 (3,66)**
	>34	48 (4,28)	1 (0,09)	2 (0,18)	10 (0,89)	**61 (5,44)**
TOTAL		**498 (44,37)**	**27 (2,43)**	**159 (14,18)**	**438 (39,02)**	**1122 (100)**

Ao realizar o cruzamento dos dados, a idade parece ser uma variável significativa quanto ao tipo de droga utilizada, em ambos os sexos. O alcoolismo aumenta consideravelmente conforme aumenta a idade, enquanto o uso cruzado com as demais drogas percorre um caminho inverso, com maior incidência entre os mais jovens (Ta-

bela 2). Não se percebe diferença significativa no número de usuários que usam múltiplas substâncias entre as faixas etárias de 18-24 anos e 25-34 anos, com 174 (15,51%) e 172 (15,33%) usuários respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3
Substância Psicoativa (SPA) X Idade

IDADE (ANOS)	Álcool	Canabioides	Cocaína	Múltiplas SPA	TOTAL
18-24	16 (1,43)	13 (1,16)	63 (5,61)	174 (15,51)	**266 (23,71)**
25-34	89 (7,93)	9 (0,80)	79 (7,04)	172 (15,33)	**349 (31,1)**
>34	393 (35,03)	5 (0,45)	17 (1,51)	92 (8,20)	**507 (45,19)**
Total	**498 (44,38)**	**27 (2,42)**	**159 (14,17)**	**438 (39,03)**	**1122 (100)**

Quanto aos usuários que trouxeram como queixa o uso abusivo de múltiplas SPA, temos a predominância das combinações envolvendo álcool, canabioides (THC) e cocaína, incluindo o crack, com 32,20% do uso cruzado. A combinação de drogas depressivas do sistema nervoso central tem sido constantemente citada por usuários como forma de conter a "fissura" para usar o crack, sendo a combinação canabioides e cocaína de maior incidência, aparecendo no acolhimento de 145 (33,10%) dos 438 usuários de múltiplas substâncias (Tabela 4).

Tabela 4
Uso de Múltiplas SPA X Sexo

SEXO	ALCOOL + COCAINA	ALCOOL + THC	ALCOOL + COCAINA + THC	THC + COCAINA	OUTROS*	TOTAL
MASC.	80 (18,25)	32 (7,31)	127 (29,00)	129 (29,45)	26 (5,94)	**394 (89,95)**
FEM.	7 (1,61)	4 (0,91)	14 (3,20)	16 (3,65)	3 (0,68)	**44 (10,05)**
TOTAL	**87 (19,86)**	**36 (8,22)**	**141 (32.20)**	**145 (33.10)**	**29 (6,62)**	**438 (100)**

* LSD, ecstasy, heroína, anfetaminas, ansiolíticos, cogumelo, injetáveis e inalantes.

Inserção do Capsad - Blumenau na rede de saúde mental

A Reforma Psiquiátrica foi concebida dentro dos parâmetros da Reforma Sanitária e, portanto, estabelecida a partir dos princípios do SUS. Sendo assim, a articulação do CAPS com a rede básica de saúde é fundamental para a implementação do verdadeiro sentido da Reforma, que implica ações em saúde baseadas na hierarquização dos graus de complexidade das intervenções, visando a oferecer ao usuário uma saúde integral, em seu território. Sendo assim, o Ministério da Saúde (Brasil, 2004b, p. 25) preconiza que

> os CAPS devem buscar uma integração permanente com as equipes da rede básica de saúde em seu território, pois têm um papel fundamental no acompanhamento, na capacitação e no apoio para o trabalho dessas equipes com as pessoas com transtornos mentais.

Por isso mesmo, é necessário estabelecer o chamado apoio matricial, que "é completamente diferente da lógica do encaminhamento ou da referência e contra-referência no sentido estrito, porque significa a responsabilidade compartilhada dos casos".

Os dados sobre o encaminhamento dos usuários para o CAPSad - Blumenau indicam uma significativa predominância na entrada no serviço via demanda espontânea, com 578 usuários (51,49%). Essa tendência fica mais evidente quando se analisa a evolução no decorrer dos anos, com 142 prontuários em 2005, 175 em 2006 e 261 em 2007 (Tabela 5). Percebe-se, assim, uma maior inserção do CAPSad dentro da sociedade, que por sua vez demonstra maior conhecimento do serviço como estratégia de intervenção acessível e direta. Em contrapartida, a interlocução com a rede tem sido uma variável que levanta um desafio aos profissionais envolvidos, pois embora tenhamos um número significativo de prontuários

abertos via encaminhamentos da rede de Atenção Básica e Serviços de Média Complexidade (146 - 13,01% e 121 - 10,78% respectivamente), em ambos os casos ocorreram diminuições de encaminhamento no ano de 2007 em relação ao ano anterior (Tabela 5), embora a abertura de novos prontuários tenha apresentado significativo aumento no mesmo período. Os encaminhamentos dos hospitais tiveram pequeno aumento, totalizando 57 (5,08%) dos usuários acolhidos no período considerado neste trabalho. A interlocução com outras secretarias é um dado importante, com 129 (11,50%) dos encaminhamentos, principalmente quando comparado às referências dentro da própria secretaria de saúde. Os dados do presente trabalho divergem dos resultados apresentados em um estudo na cidade de Sobral - CE no período de setembro/2002 e agosto/2003 com 300 usuários, em que 41,4 % dos usuários foram encaminhados por hospitais e 30,7% por Profissionais da Saúde da Família (PSF), com a demanda espontânea sendo responsável por apenas 9,6% do total analisado (Marinho, 2004).

Tabela 5

Origem dos encaminhamentos ao Serviço X Ano

	2005	**2006**	**2007**	**TOTAL**
Atenção Básica (PSF)	40 (3,57)	60 (5,35)	46 (4,09)	**146 (13,01)**
Média Complexidade (Ambulatório Geral, UAS Policlínica e Hospital Dia)	43 (3,83)	42 (3,74)	36 (3,21)	**121 (10,78)**
Alta Complexidade (Hospitais)	16 (1,43)	14 (1,25)	27 (2,40)	**57 (5,08)**
Serviços Complementares (Convênios, Serviços Particulares e Empresas)	6 (0,53)	11 (0,98)	15 (1,37)	**32 (2,88)**
Outros CAPS	4 (0,36)	9 (0,80)	22 (1,96)	**35 (3,12)**
Demanda Espontânea	142 (12,65)	175 (15,59)	261 (23,25)	**578 (51,49)**
Outras Secretarias e Entidades de Controle Social *	21 (1,87)	57 (5,08)	51 (4,55)	**129 (11,50)**
Outros **	4 (0,36)	10 (0,89)	10 (0,89)	**24 (2,14)**
TOTAL	**276 (24,60)**	**378 (33,68)**	**468 (41,72)**	**1122 (100)**

* Secretaria Municipal de Assistência Social e da Criança e do Adolescente (SEMASCRI), Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN).

** Ministério Público, Poder Judiciário, Universidade, Comunidades Terapêuticas e Lares de Idosos.

O índice significativo de usuários entrando no serviço por demanda espontânea vai de acordo com alguns dos princípios básicos da Reforma Psiquiátrica, tendo na concepção *porta aberta* "uma diretriz central dos serviços territoriais e um dos princípios que compõe a estratégia de produção de saúde mental comunitária, coletiva e territorial" (Gastão & Campos, 2005).

Os dados demonstram uma articulação importante do serviço com as redes de atenção e com a sociedade, mas torna-se necessário aperfeiçoar esse processo, principalmente visando atender a demanda das comorbidades trazidas pelos usuários, requerendo que o CAPSad entre em contato com o serviço de referência regional (PSF, Ambulatório e/ou Unidade Avançada de Saúde) para os usuários que procuraram tratamento de forma espontânea. Muitos usuários do serviço apresentam sorologias positivas para doenças infectocontagiosas (inclusive Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST), feridas abertas com dificuldade de cicatrização, dentre outros problemas de saúde, que necessitam de cuidados específicos e constantes e, muitas vezes, o CAPSad é o único serviço ao qual procuram por assistência, apesar de não possuir o aparato técnico e profissional para muitos desses cuidados, tornando imprescindível o encaminhamento do usuário para atendimento em conjunto com as demais estratégias de atenção em saúde. O raciocínio é o mesmo para as demais secretarias e órgãos públicos, pois muitos usuários possuem

complicações sociais e profissionais severas, que necessitam de orientações, inclusive judiciais em alguns casos. Mas a principal necessidade desta interlocução entre os setores está na acessibilidade do usuário na rede de cuidados preventivos à saúde, na promoção de maior qualidade de vida e no atendimento humanizado. Percebe-se, assim, a necessidade de melhor utilização dessa demanda espontânea, pois a proposição da *porta aberta* requer uma nova forma de organização do serviço e de estilo do trabalho da equipe que propicie discussão aberta de conflitos, flexibilidade institucional, invenção compartilhada de projetos e, sobretudo, a construção da equipe como coletivo, potencializando seus recursos e suas possibilidades de produzir a *porta aberta* (Gastão & Campos, 2005). Em outras palavras, o funcionamento em esquema de livre acesso, baseado no conceito de *porta aberta,* é um grande aliado do processo de construção da clínica ampliada e do novo modelo de atenção humanizada em saúde mental, mas somente terá resultados satisfatórios no momento em que houver cumplicidade da equipe e maior interlocução com a rede de atenção.

Considerações finais

Os CAPSad têm o desafio de ser um dos principais mecanismos na consolidação das políticas de atenção ao usuário de drogas dentro das prerrogativas da Reforma Psiquiátrica. Dessa forma, o estudo de como estão sendo realizadas as ações em saúde destes serviços, bem como o perfil do seu usuário, é de crucial importância para a avaliação de sua efetividade.

O usuário do CAPSad - Blumenau segue, em seus traços gerais, o perfil descrito de pacientes em tratamento para dependência de drogas em outras pesquisas nacionais, referendadas por pesquisas internacionais. Traçar esse perfil é necessário para o conhecimento da realidade do atendimento à problemática na cidade estudada.

Com predominância de usuários do sexo masculino, maiores de 34 anos e dependentes de álcool (67,89%), a situação do CAPSad em Blumenau corrobora com dados nacionais e internacionais, demonstrando que as drogas lícitas – também nesta região – são as que verdadeiramente causam maior impacto na saúde pública e estão presentes nos principais agravos relacionados ao uso de drogas.

Pode-se destacar, comparando os dados a outros estudos que avaliam tipos de serviço de atenção à dependência (Schneider, Spohr, & Leitão, 2006), que os usuários do CAPSad estão inseridos numa rede de serviços de saúde e, mesmo quando procuram o serviço em demanda espontânea, ganham a condição de inclusão na rede, o que implica uma intervenção de maneira mais integral na saúde do usuário, ao contrário da lógica de serviços isolados, cuja meta, em geral, é a redução da demanda por drogas, e não a saúde integral do usuário. Eis aí a importância do CAPSad e sua inter-relação com a rede SUS.

Este trabalho, porém, tem suas limitações por se apoiar, predominantemente, nos dados dos prontuários. Percebe-se a necessidade de outras pesquisas, de caráter qualitativo, para que se possa verificar e discutir os modelos de atenção desenvolvidos pelas equipes multiprofissionais dos CAPS e o seu horizonte de racionalidade técnica. Tais pesquisas podem contribuir para avaliar a concretização da "política de atenção integral a usuários de álcool e outras drogas" e sua lógica de redução de danos, cuja exigência está na transformação dos modelos clássicos de tratamento à dependência. A partir dos dados do presente trabalho, em consonância com outros trabalhos, fazemos a seguinte questão: temos conseguido consolidar uma síntese visando a superar as contradições teórico-práticas existentes na área da atenção ao uso abusivo de SPA, no conjunto das ações em saúde mental?

Referências bibliográficas

Amarante P. (1997). Loucura, cultura e subjetividade: conceitos e estratégias, percursos e atores da reforma psiquiátrica brasileira. In S. Fleury (Org.), *Saúde e democracia: a luta do CEBES* (pp. 163-185). São Paulo: Lemos Editorial.

Amarante, P. (2006). Rumo ao fim dos manicômios. *Revista Mente & Cérebro,* 164, 30-35.

Andreoli, S. (2004). Utilização dos centros de atenção psicossocial (CAPS) na cidade de Santos, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, *20*(3), 836-844.

Brasil. Ministério da Saúde. (2004a). *Legislação em saúde mental*: *1990-2004* (5ª ed. ampl.). Brasília, DF: Autor.

Brasil. Ministério da Saúde. (2004b). *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial.* Brasília, DF: Autor.

Brasil. Ministério da Saúde. (2005a). *A política do Ministério da Saúde para a atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas*. Brasília, DF: Autor.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. (2005b). *Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.* Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, DF: Autor.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/ DAPE. (2007). *Saúde mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. Relatório de Gestão 2003-2006*. Brasília, DF: Autor.

Carlini, E. et al. (2006). *II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país - 2005*. São Paulo: CEBRID/UNIFESP. Brasília, DF: Secretaria Nacional Antidrogas.

Cooper, D. (1976). *Psiquiatria e anti-psiquiatria*. São Paulo: Perspectiva.

Ferreira Filho, O., Churchita, M., Laranjeira, R., & Castelo, A. (2003). Perfil sócio-demográfico e de padrões de uso entre dependentes de cocaína hospitalizados. *Saúde Pública*,

37(6), 751-9 759. Acesso em 10 de abril, 2006, em http://www.fsp.usp.br/rsp

Gastão, F. N. & Campos, G. W. S. (2005, janeiro/abril). Instituições "portas abertas": novas relações usuários-equipes-contextos na atenção em saúde mental de base comunitário-territorial. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, *16*(1), 40-46.

Leone, E. B. (2000). Balanço da produção acadêmica brasileira no campo da saúde mental – 1990/1997. *Revista de Ciências Humanas* (Edição Especial Temática – Saúde Mental: uma perspectiva crítica), 121-151.

Marinho, J. R. M. (2004). *Caracterização dos casos atendidos no CAPSad em seu primeiro ano de funcionamento, Sobral – CE*, setembro de 2002 a agosto de 2003. Monografia, Curso de Residência em Saúde da Família, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia – EFSVS, Sobral, CE.

Passos, S. & Camacho, L. (1998). Características da clientela de um centro de tratamento para dependência de drogas. *Saúde Pública*, *32*(1), 64-71. Acesso em 02 de maio, 2006, em http://www.scielo.br/scielo.php

Pelisoli, C. & Moreira, A. (2005, setembro/dezembro). Caracterização epidemiológica dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Casa Aberta. *Rev. Psiquiatria RS*, *27*(3), 270-277.

Tomasi, E. et al. (2008). *Os CAPS e os cuidados psicossociais: cenários e possibilidades na evolução dos portadores de sofrimento psíquico em Pelotas-RS*. Relatório Final. Pelotas: UFPel.

Schneider, D., Spohr, B., & Leitão, C. (2006). Caracterização dos serviços de atenção à dependência de álcool e outras drogas na Região da Grande Florianópolis. *Revista de Ciências Humanas,* 39, 219 – 236.

Schneider, D. et al. (2006). Perfil dos usuários de drogas que utilizam os serviços de atenção à dependência de substâncias psicoativas na Grande Florianópolis. In *Anais do Congresso da ABEAD*, 18 [CD-ROM]. Santos: ABEAD.

Szasz, T. (1979). *O Mito da doença mental*. Rio de Janeiro: Zahar.

Jeovane Gomes de Faria é Psicólogo, Especialista em Atenção Psicossocial em Saúde Mental (FURB/SC) e Psicologia da Saúde (FAMERP/SP), Mestrando do PPG em Psicologia da UFSC, Servidor do Programa de Atenção em Saúde Mental para Usuários de Álcool e outras Drogas da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul - SC. Endereço para correspondência: Rua Ângelo Torinelli, 78, ap. 302, bl C, Vila Nova. Jaraguá do Sul - SC. CEP: 89259-200. E-mail: psijeo@yahoo.com.br

Daniela Ribeiro Schneider é Psicóloga, Mestre em Educação (UFSC), Doutora. em Psicologia Clínica (PUC/SP), Professora do Departamento de Psicologia da UFSC. Endereço para correspondência: Rua Padre Lourenço R. de Andrade, 650. Santo Antônio de Lisboa. Florianópolis – SC. CEP: 88050-400. E-mail: danis@cfh.ufsc.br

Perfil dos usuários do CAPSad – Blumenau e as políticas públicas em saúde mental

Jeovane Gomes de Faria e Daniela Ribeiro Schneider

Recebido em: 24/06/2008
Revisão em: 17/04/2009
Aceite final em: 20/05/2009

AVALIAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL DE CASCAVEL – PR

Ana Silvia Scandolara, Angela Rockenbach, Emerson Aparecido Sgarbossa, Lilian Rafaela Linke e Nelsi Salete Tonini
Universidade Paranaense, Cascavel, Brasil

RESUMO: Estudo relacionado à avaliação de serviços em saúde mental, neste caso, o Centro de Atenção Psicossocial Infantil - CAPSi, do município de Cascavel-PR, serviço substitutivo implementado a partir da transformação da assistência psiquiátrica no Brasil. Objetivou avaliar qualitativamente o CAPSi. Os participantes foram 10 profissionais de saúde que atuam no CAPSi, sendo que os dados foram analisados sob a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Lefèvre & Lefèvre, 2003). Como resultado, construíram-se 06 DSC e destacaram-se 12 temas geradores de significações: bom atendimento, estrutura física, recursos humanos, rede de serviços, acesso, referência, organização do serviço, família, atende as políticas de saúde mental, demanda, capacitação, redefinição de serviços, qualidade do serviço, papel do CAPSi e rotatividade de recursos humanos. Com base nos DSC o atendimento prestado no CAPSi é de boa qualidade, porém existem dificuldades de estrutura administrativa.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação; reforma psiquiátrica; serviço de saúde mental.

EVALUATION OF THE CHILD PSYCHOSOCIAL CARE CENTER OF CASCAVEL – PR

ABSTRACT: This study is related to the evaluation of mental health services, in this case, the Child Psychosocial Care Center – (Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSi), in the city of Cascavel-PR, that is a substitute service implemented from the transformation of the psychiatric assistance in Brazil. It objectified to evaluate CAPSi qualitatively. The participants have been 10 health professionals who act in CAPSi, and the data has been analyzed under the technique of the General Subject Speech (Discurso do Sujeito Coletivo - DSC) (Lefèvre & Lefèvre, 2003). As result, 06 DSC have been constructed and 12 meaning-generating themes have been distinguished: good attendance, physical structure, human resources, net of services, access, reference, organization of the service, family, respect for the mental health policies, demand, qualification, redefinition of services, quality of the service, role of the CAPSi and rotation of human resources. Based on the DSC, the attendance given at CAPSi is of good quality, however, difficulties of Administrative Structure exist.

KEYWORDS: evaluation; psychiatric reform; mental health service.

Introdução

Trata-se de um projeto de pesquisa relacionado com estudos de avaliação de serviços em saúde mental, neste caso, o Centro de Atenção Psicossocial Infantil - CAPSi, do município de Cascavel, implantado em 2004. O CAPSi é um serviço substitutivo implementado a partir da transformação da assistência psiquiátrica no Brasil, tem como finalidade atender crianças e adolescentes portadores de transtorno mental, constituindo-se na referência para uma população de cerca de 200.000 mil habitantes, ou outro parâmetro populacional a ser definido pelo gestor local, atendendo a critérios epidemiológicos.

São serviços de cuidado mais adequados aos princípios e diretrizes explicitados no Movimento da Reforma Psiquiátrica, iniciada com maior intensidade no Brasil a partir da década de 1980, que, em um processo de reformulação no sistema de saúde, questiona os saberes e práticas psiquiátricos e o espaço do hospital psiquiátrico como a única alternativa de tratamento para os indivíduos portadores de transtorno psíquico.

A Reforma Psiquiátrica não se restringe apenas à construção de uma nova rede de serviços, mas também à verdadeira cidadania dos sujeitos portadores de transtornos mentais. Por meio das políticas de saúde mental, a reforma visa à composição de serviços substitutivos à internação psiquiátrica tradicional, incluindo nesses serviços os CAPS, residências terapêuticas, atendimentos de urgência e emergência na atenção básica de saúde, além de leitos psiquiátricos em hospitais gerais (Tonini, 2005).

Os CAPSi são formalmente definidos pela Portaria nº 224 de 29 de janeiro de 1992 do Ministério da Saúde como unidades locais/regionalizadas, que oferecem atendimento de cuidados intermediários entre o

regime ambulatorial e a internação hospitalar, em um ou dois turnos de quatro horas, por equipe multiprofissional, podendo atuar como porta de entrada da rede de serviços para as ações relativas à Saúde Mental. A portaria citada define também as características de cada modalidade em termos de capacidade operacional, funções, horários de funcionamento, atividades e recursos humanos (Brasil, 2004).

Assim buscou-se, com esta pesquisa, identificar como se dá o processo de trabalho dos técnicos que ali atuam, por meio do estudo do Centro de Atenção Psicossocial Infantil, o qual vai implicar acompanhar a construção de um serviço que se propõe a atender a inserção do usuário em seu contexto social e familiar com uma intervenção pautada na diversidade de saberes de uma equipe multiprofissional e na utilização de vários recursos.

O município de Cascavel encontra-se em fase de organização e implantação de uma rede de serviços em saúde mental. Mesmo existindo um Plano Municipal de Saúde Mental desde 2001, o mesmo só começou a ser efetivado a partir de 2003, sendo esse processo desencadeado após o fechamento do único Hospital Psiquiátrico do município credenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com 315 leitos. Esse hospital atendia toda a região que compõe a 10ª Regional de Saúde, e tal fato levou Cascavel a acelerar o processo de implantação do Plano Municipal de Saúde Mental já aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Com a implantação e organização dos serviços de atenção à saúde ao indivíduo em sofrimento psíquico e seus familiares, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Saúde da Família (USF) tornam-se, a partir de novembro de 2003, porta de entrada para os serviços especializados em Psiquiatria e Saúde Mental, substituindo o hospital psiquiátrico que anteriormente era a porta de entrada para os portadores de transtornos psiquiátricos.

A expansão dessa forma de atendimento em diversos municípios do país indica que, como política pública de atenção em saúde mental, os CAPS têm sido percebidos como tendo potencial para responder, de forma efetiva, às questões locais, configurando-se como um dos equipamentos centrais da implantação do Sistema Local de Saúde Mental. Por outro lado, as diversidades contextuais não permitem que esse processo ocorra de forma linear e homogênea. Fatores técnicos, políticos, econômicos, culturais, entre outros, têm condicionado a implementação dessas práticas.

Partindo das considerações apontadas anteriormente, o objetivo desta pesquisa foi identificar, na visão dos diferentes profissionais que atuam no CAPSi do município de Cascavel- PR, as dificuldades existentes em sua área de atuação, bem como as ações que visem propostas de melhoria do serviço.

Material e método

Buscando conhecer a dinâmica do processo de trabalho dos profissionais que atuam no CAPSi, verificando as relações, contradições e subjetividade dos envolvidos e com intuito de atingir os objetivos propostos para este estudo, propôs-se a realização de uma pesquisa qualitativa, a partir do referencial da pesquisa social.

O trabalho de campo foi realizado durante o período de julho de 2007, no Centro de Atenção Psicossocial Infantil do município de Cascavel, localizado na Região Oeste do Estado, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Saúde**.**

De acordo com a Secretaria de Saúde do Município de Cascavel, o objetivo do CAPSi é o de garantir a assistência à criança e ao adolescente com transtorno mental e de comportamento, dando suporte ao usuário e sua família, visando sua recuperação e a reinserção na comunidade.

Os sujeitos que participaram da presente pesquisa foram 10 profissionais de saúde que atuam no CAPSi (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeuta ocupacional, psicólogo, educador físico), por serem os sujeitos responsáveis pela execução das ações voltadas aos adolescentes e crianças portadores de transtorno psíquico atendidos nesse serviço.

Para coleta de dados, foi utilizada a entrevista aberta, gravada e transcrita na íntegra, a qual não ultrapassou 30 minutos, realizada com 10 (dez) profissionais que atuam no serviço, com hora marcada previamente com cada participante. O contato foi feito no próprio serviço por meio das reuniões, e as questões norteadoras totalizaram três, que abordaram o atendimento no CAPSi, quais sejam: 1) Como você percebe o atendimento oferecido neste serviço? 2) Me fale sobre os problemas que identifica no funcionamento do serviço? 3) Me fale como poderia melhorar o serviço? As entrevistas foram realizadas após aprovação do comitê de ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEPEH), da Universidade Paranaense (UNIPAR), conforme certificado aprovado sob o protocolo nº. 10078/2007.

Para organização e análise dos dados obtidos nas entrevistas, utilizou-se como técnica o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), pois esse busca dar conta da discursividade, característica própria e indissociável do pensamento coletivo, buscando preservá-la em todos os momentos da pesquisa, desde a elaboração das perguntas, passando pela coleta e pelo processamento dos dados, até culminar com a apresentação dos resultados, e também foram extraídos os temas geradores de significação de cada questão (Lefèvre & Lefèvre, 2003).

Para confeccionar os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), foram utilizadas as seguintes figuras metodológicas (Lefèvre & Lefèvre, 2003):

- Expressões-chave (ECH) – São pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso que revelam a essência do depoimento, são a matéria-prima para a construção dos Discursos do Sujeito Coletivo, portanto devem ser sublinhadas, coloridas pelo pesquisador. Um dos cuidados a ser tomado quanto à seleção das ECH, é desprezar tudo que é irrelevante, acessório, buscando extrair o máximo possível, com a essência do pensamento tal como ela aparece, literalmente, no discurso analisado (Lefèvre & Lefèvre, 2003).

- Ideias centrais (IC) – é um nome ou expressão linguística que revela e descreve de maneira fidedigna o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECH, que vão dar origem ao DSC.

É importante destacar que a IC não é uma interpretação, mas uma descrição do sentido de um depoimento ou de um conjunto de depoimentos.

- Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) – é um discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas Expressões-Chave que têm a mesma Ideia Central. A proposta do DSC como forma de conhecimento ou redução da variabilidade discursiva empírica implica um radical rompimento com a lógica quantitativo-classificatória, na medida em que se busca resgatar o discurso como signo de conhecimento dos próprios discursos.

Uma pesquisa pode produzir mais que um DSC, e esses podem se caracterizar por sua complementaridade ou por diferença. Os autores da proposta recomendam que, no caso de serem DSC caracterizados por diferença, esses devem ser apresentados separadamente, enquanto que se for por complementaridade, fica a critério do pesquisador preferir apresentar resultados mais detalhados ou mais genéricos.

Ao finalizar a construção do DSC, a sistematização é apresentada como se o discurso de todos fosse o discurso de um e, para isso, deve-se selecionar fragmentos da fala, limpando-as das particularidades e, ainda, dos trechos repetidos ou muito semelhantes, escolhendo-se apenas um para compor o DSC.

Resultados e discussão

Nesta etapa, são apresentados os dados referentes aos discursos dos dez profissionais de saúde que atuam no CAPSi. Os DSC foram construídos com fragmentos de falas individuais, semelhantes a um quebra-cabeça, como forma de expressar uma determinada ideia, ou seja, um dado pensamento ou representação social sobre as questões elencadas por esta pesquisa. Construíram-se seis DSC e destacaram-se dez temas geradores de significação, quais sejam: bom atendimento; reinserção social; deficiência de recursos humanos; rede de serviços (organização do serviço); acesso (demanda); referência; participação familiar; atende as políticas de saúde mental; capacitação profissional e qualidade dos serviços, os quais serão discutidos e referendados a seguir.

Em relação à primeira questão, quando perguntado "Como você percebe o atendimento oferecido neste serviço?", apresentam-se abaixo os dois DSC e os três temas geradores de significação (bom atendimento; reinserção social; deficiência de recursos humanos) surgidos nos discursos dos sujeitos.

Primeiro DSC:
Todos os procedimentos e atendimentos são de boa qualidade, são completos, público credenciado pelo Sistema Único de Saúde, ajuda bastante as crianças e adolescentes com transtorno mental que frequentam o CAPSi. Apesar de poucos funcionários a equipe faz um trabalho consciente de atendimento multiprofissional englobando assistência psiquiátrica, psicológica, orientações com professores e monitores das oficinas terapêuticas, trabalho bem completo para a reinserção social dessas crianças e adolescentes, a equipe faz de tudo para melhorar, cada um dando o que tem de si para ajudar. É importante tanto para a sociedade como para nós profissionais.

PRIMEIRO TEMA: Bom Atendimento

Atendimento corresponde ao ato de cuidar, de prestar atenção às pessoas que recebemos ou com as quais mantemos contato. Requer de quem pratica muita responsabilidade e um estado de espírito baseado na competência (Tonini, 2005).

É uma ação de comunicar-se, transmitir algo em uma linguagem compreensível ao outro. A comunicação é tudo o que um profissional de atendimento usa para exercer o seu trabalho, que vai da sua capacidade de comunicar-se até a mensagem que ele transmite.

A comunicação é o elo entre a Instituição e o seu público. Portanto, o profissional de saúde é o agente dessa comunicação. Nesse sentido, a comunicação é qualquer processo pelo qual um pensamento é transmitido de pessoa para pessoa, sem perder, tanto quanto possível, a sua intenção ou conteúdo original.

Relacionado com o bom atendimento, temos também o relacionamento humano, que nada mais é do que a maior ou menor capacidade do ser humano de conviver ou comunicar-se com seus semelhantes. Assim, o relacionamento profissional é uma ligação de amizade profissional condicionada a uma série de atitudes recíprocas, e nós, como profissionais de saúde, devemos ter e manter um comportamento adequado, que leve a pessoa a um retorno favorável.

SEGUNDO TEMA: Reinserção Social

O modelo tradicional de assistência à saúde mental, baseado na exclusão do sujeito do convívio social, apresentava sinais de esgotamento desde o final da década de 70, mais precisamente depois da Segunda Guerra Mundial. Em tempos de crescimento econômico e reconstrução social, de grande desenvolvimento dos movimentos civis, de maior tolerância e sensibilidade para com as diferenças e minorias, a comunidade profissional e cultural, por vias diferentes, chega à conclusão de que os hospitais psiquiátricos deveriam ser transformados ou abolidos (Desviat, 1999).

A luta pela reforma psiquiátrica e pelo processo de desinstitucionalização em construção no Brasil busca construir espaços de debate, solidariedade, afetividade, ou seja, espaços de atenção psicossocial. Tal luta exige de todos os profissionais, familiares e sociedade como um todo rever conceitos, métodos e formas de lidar com o sofrimento psíquico. Busca principalmente humanizar também o cuidado em saúde mental, porém vai além, pois está pautada na premissa de possibilitar ao excluído, o portador de transtorno mental, o seu direito de cidadão como ser humano sujeito da história, componente da sociedade e responsável por essa também (Tonini & Kantorski, 2005).

Nos Discursos do Sujeito Coletivo, percebemos que existe consenso em relação à busca de uma sociedade mais justa para esses indivíduos, quando apontam a Reinserção Social como positividade no cotidiano de CAPSi. Esse objetivo comum estimula os profissionais a discutir estratégias não-excludentes para atender os familiares e indivíduos em sofrimento psíquico.

Estabelecer um novo olhar dos profissionais a partir de uma mudança estrutural pode significar um avanço no cuidado em saúde mental. Um cuidado que necessita de espaços terapêuticos diversificados, entre eles, grupo de familiares, grupo de medicação, oficinas terapêuticas de criação, expressão e produção, atendimento individual, visita domiciliar, assembleia de usuários, familiares e equipe, busca de faltosos, reunião de equipe, atividades de integração com a comunidade.

Segundo DSC

A demanda de pacientes que são encaminhados pelas unidades básicas de saúde é grande gerando lista de espera, tanto para avaliação com a psicóloga quanto para psiquiatra, são os procedimentos oficiais e depois também para as oficinas terapêuticas. Poderíamos atender toda população, no entanto a gente consegue atender apenas uma parcela, porque a demanda é muito grande e a gente tem poucas vagas para oferecer e deficiência de recursos humanos. O serviço necessita de um psiquiatra permanente que ficasse a semana toda, oito horas diárias, deveria também ter um espaço físico melhor, oficinas maiores e grupos menores, porém a gente consegue atende apesar dessas dificuldades.

TERCEIRO TEMA: Deficiência de Recursos Humanos

Segundo Tonini (2005), é necessário que os profissionais que atuam nos serviços de saúde mental tenham uma nova forma de compreender e abordar a loucura, buscando instaurar uma nova resposta social ao adoecimento e ao portador de sofrimento psíquico. Para tanto, de acordo com Furtado e Campos (2005), é importante que esses profissionais tenham uma postura distinta do modelo anterior, de modo a não apenas serem criadas novas técnicas de tratamento, mas que este trabalho tenha como princípio norteador, uma ética inclusiva.

Furtado e Campos (2005, p. 109) acrescentam que:

> a formação de profissionais no próprio serviço é uma alternativa, no entanto ... a formação permanente ainda que imprescindível é insuficiente na geração de novas posturas éticas, de um novo posicionamento e abertura diante daquele que padece de sofrimento psíquico.

Com relação à questão dois, "Me fale sobre os problemas que identifica no serviço", apresentam-se abaixo os dois DSC e os quatro temas geradores de significação – rede de serviços (organização do serviço), acesso (demanda/referência), participação familiar e atende as políticas de saúde mental – surgidos nos discursos dos sujeitos.

Primeiro DSC

O principal deles, é a falta de serviços de saúde mental na rede municipal de saúde, como por exemplo, a burocracia, a dificuldade financeira e a falta de um ambulatório infantil, um serviço de referência para os usuários que recebem alta do CAPSi. Com relação a demanda, há lista de espera e a gente não tem onde encaminhar, as vezes temos que atender uma demanda que não é nossa, aqui atendemos crianças e adolescentes de zero a vinte e um anos que tem transtornos mentais, mas alguns transtornos, que são subjacentes, a gente não atende aqui, porém não tem para onde encaminhar, e acabamos recebendo e não oferecendo um atendimento de qualidade, como exemplo problemas de déficit de aprendizagem que, neste caso, deveria haver um convênio com a secretaria de educação. Ainda no que se refere à procura pelo serviço, talvez fosse necessária a implantação de um outro CAPS. Outro problema é a não participação de 100% dos usuários nas oficinas terapêuticas, bem como a pouca participação da família, que às vezes tem bastante resistência em participar O espaço físico em que atendemos os 160 pacientes é inadequado, muito pequeno. Temos alguns problemas com a equipe, por exemplo o médico psiquiátrico que não tem na rede, deveria estar aqui todos os dias, po-

rém não é nossa realidade, existe uma dificuldade na contratação desses profissionais, sendo que há apenas dois para atender todo o município, este profissional poderia estar fazendo também um acompanhamento com o resto da equipe técnica, para dar mais qualidade ao trabalho. Nas oficinas, que agora tem um professor adequado, devido término dos contratos, haverá um desfalque muito grande de profissionais. Deveriam haver cursos de capacitação, orientando-nos a lidar com as deficiências. Há também a questão do acesso ao CAPSi, já que as crianças, geralmente, têm poucas condições sociais e não estão recebendo o passe livre.

PRIMEIRO TEMA: Rede de serviços (organização dos serviços)

O processo de reestruturação do setor da saúde coloca como desafio a implementação de mudanças que permitam enfrentar, de forma urgente e eficaz, a situação de saúde atualmente observada no país, sem perder de vista o fato de que tal situação é resultado das condições gerais de vida da população, o que limita e subordina as ações setoriais ao contexto mais amplo (Fekete, 1997).

Essa rede, composta por modalidades diversificadas de atenção e integrada à rede básica territorializada, deve contemplar ações referentes às áreas de trabalho, moradia e educação e, também, ser estruturada de forma descentralizada, integrada e intersetorial, de acordo com as necessidades dos usuários, visando garantir o acesso universal a serviços públicos humanizados e de qualidade.

Para consolidação dessa rede de atenção em saúde mental, a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná estabelece metas a partir das diretrizes do Ministério da Saúde, definindo em seu planejamento estadual alguns programas na área de saúde mental, os quais vêm dando balizamento para os municípios do Estado do Paraná. São eles:

1. Programa de expansão e fortalecimento da rede de serviços extra-hospitalares: Centros de Atenção Psicossocial - (CAPS I, II, III; CAPSi; CAPSad); serviços residenciais terapêuticos; leitos psiquiátricos em hospital geral; ambulatórios de saúde mental; 2. Inclusão das ações de Saúde Mental na atenção básica (Programa Saúde da Família e nas Unidades Básicas de Saúde); 3. Programa de formação e qualificação de recursos humanos dos municípios para ações de Saúde Mental (Núcleos de capacitação para a Reforma Psiquiátrica/cursos de especialização, cursos de atualização, cursos de informações técnicas); 4. Reestruturação dos serviços próprios; 5. Programa de Atenção Comunitária a usuários de Álcool e Outras Drogas; 6. Programa de Avaliação dos hospitais psiquiátricos - PNASH/Psiquiatria; 7. Implantar as Comissões Revisoras de Internações Psiquiátricas (Comitê Estadual; Comissões Regionais); 8. Implantação do Programa Nacional "De Volta Para Casa" (Paraná, 2005).

Segundo Tonini e Kantorski (2005), se em nível de elaboração teórica pode-se considerar que ocorreram avanços nas propostas de reorganização setorial, nos aspectos operacionais os resultados são menos expressivos. No discurso dos sujeitos participantes desta pesquisa, encontram-se demonstradas as dificuldades em se traçar ações/operações na área de saúde mental.

Devemos lembrar que a reorganização da assistência à saúde no Brasil é muito recente e que ela envolve fatores econômicos, culturais e políticos. Os setores da sociedade mais favorecidos economicamente, por exemplo, abandonam o sistema público e buscam alternativas, como os seguros de saúde privados. Isso acontece junto com a universalização da assistência. Ocorre, ainda, um racionamento na oferta dos serviços (poucos médicos, serviços em número insuficiente, entre outros), especialmente nos municípios de pequeno porte. Assim, em vez de incluir toda a população (universalização), o sistema público de saúde brasileiro, ao oferecer um serviço de má qualidade, exclui aqueles que têm condições financeiras de comprar serviços de melhor qualidade e acaba servindo somente os setores mais carentes da sociedade.

A partir do processo de Reforma Psiquiátrica iniciado no país, a assistência prestada ao portador de transtorno mental torna-se elemento de um conjunto maior de ações que englobam diferentes setores (o serviço, o governo, o movimento social, a sociedade) e que compõem esses vários sentidos em um só (político, cultural, jurídico, trabalhista). Desse modo, a discussão sobre a loucura não se restringe somente ao campo técnico, ampliando-se para o campo da cultura e da ética (Tonini & Kantorski, 2005).

SEGUNDO TEMA: Acesso (Demanda / Referência)

Com a municipalização e a expansão das ações de saúde mental, os objetivos que envolvem a melhoria da qualidade de atendimento podem ser concretizados e há maiores possibilidades de que a população seja mais bem assistida. Está citado no documento "Normas de Atendimento em Saúde Mental" (Paraná, 2003), complementar à Portaria nº 224/92/MS, que para a implantação de qualquer um dos serviços é imprescindível a existência, no município ou consórcio de municípios, de uma rede hierarquizada de cuidados em saúde mental, isto é, a implantação de um serviço de determinada complexidade pressupõe a existência dos serviços de menor complexidade, serviços esses previstos no Plano Municipal de Saúde, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Portanto, para que o sistema de referência e contrarreferência funcione adequadamente, é necessário que os diversos serviços, especializados ou não, estejam articulados.

É importante considerarmos o perfil heterogêneo dos municípios na hora de pensar essa articulação com os diversos serviços especializados, de modo a enfrentar suas dificuldades na implantação da reforma psiquiátrica. A dificuldade de contratação de pessoal especializado e a falta de conhecimento específico dos profissionais que atuam na atenção básica dificultam o acesso da população ao tratamento, bem como a implantação de ações de saúde mental na atenção primária. Estas devem obedecer ao modelo de redes de cuidado, com base territorial e atuação transversal com outras políticas específicas, com objetivo de estabelecimento de vínculos e de acolhimento dos indivíduos com sofrimento psíquico e seus familiares.

Considerando a inquietação dos profissionais explicitada por meio de suas falas sobre a necessidade de um local para encaminhar os pacientes no momento da crise, devemos lembrar que a estratégia para garantir o acesso precisa ser estabelecida desde a rede básica. As unidades de saúde, segundo Campos (2003), devem ser reorganizadas em Equipes Locais de Referência (Equipes de Saúde da Família), responsáveis pelo atendimento integral às famílias e seus pacientes com transtorno mental, e equipes de apoio, Equipe Matricial, encarregadas de cooperar com a ESF em áreas específicas, como saúde mental e reabilitação, por exemplo.

TERCEIRO TEMA: Participação da Família

Seguindo Pereira e Bellizzoti (2004), à medida que os serviços ampliam sua extensão e visualizam a importância do projeto terapêutico, a família aparece como protagonista das estratégias de cuidados, tornando-se parte do processo reabilitativo que visa a promoção da pessoa, aumenta as habilidades e impulsiona a criação de um sistema continuado de apoio social.

A relação da família com o indivíduo com transtorno mental aparece não só como um problema social a ser equacionado pela sociedade, mas também como uma questão teórica, que deve ser trabalhada e justificada cientificamente para buscarmos a proximidade entre a família e o seu doente, pois a mesma ficou muito tempo aguardando pacientemente a devolução de seu familiar recuperado ou curado, no modelo assistencial asilar. Esse centrava sua atenção no indivíduo com transtorno mental, excluindo a família de sua abordagem, a qual tinha o papel restrito de identificar a loucura, encaminhar o seu portador ao asilo para cuidados médicos, visitá-lo esporadicamente e fornecer informações necessárias sobre a história de sua enfermidade (Rosa, 2003).

Segundo Cianciarullo (2002), a família tem como pressupostos básicos o desenvolvimento emocional, a socialização, a organização dos papéis das relações e de seus membros com a comunidade e a preservação do patrimônio. Atualmente, ela constitui-se provavelmente num dos mais importantes contextos no qual as ações de saúde materializam-se, buscando equacionar o processo saúde/doença.

Acreditamos que, para mudar esse quadro em que a família é vista como um problema, os profissionais de saúde devem entender a importância da participação do familiar desde o momento da definição da necessidade de buscar ajuda, onde e com quem, passando pelo suporte das condutas indicadas, até a finalização do processo de intervenção e incorporação, validação ou não das ações indicadas para a manutenção ou melhoria das condições crônicas ou agudas dos usuários dos serviços de saúde (Cianciarullo, 2002).

Conforme Melman (2001), com o processo da Reforma Psiquiátrica, um número cada vez maior de pessoas passam a ser assistidas em serviços extrahospitalares, introduzindo novos elementos no campo de negociação entre famílias e o campo da saúde mental, abrindo caminhos para as partes rediscutirem as bases de uma nova relação. Nesse cenário, as famílias se viram estimuladas e pressionadas a voltar a assumir a responsabilidade pelo cuidado de seus membros adoecidos.

Segundo DSC

A gente sempre está tentando melhorar, dentro do possível, dentre tantas oficinas que dispõe, o CAPS é, dentro de um parâmetro nacional, um dos melhores, temos cinco a oito oficinas por período, para todos os tipos de transtornos, então é bom o lugar.

QUARTO TEMA: Atende as políticas de saúde mental

No ano de 1992 foram estabelecidos "padrões mínimos para o funcionamento dos serviços de saúde mental" (Amarante, 1994, p. 2001). Esses padrões mínimos parecem estar sendo respeitados quando se tem que um dos DSC foi que "dentre tantas oficinas que dispõe, o CAPS é, dentro de um parâmetro nacional, um dos melhores, temos cinco a oito oficinas por período, para todos os tipos de transtornos, então é bom o lugar".

Para encerrar a entrevista, perguntamos "Me fale como poderia melhorar o serviço". Construíram-se dois DSC, destacando-se três temas geradores de significações, sendo eles: organização dos serviços (redefinição de serviços, demanda), capacitação profissional e qualidade do serviço.

Primeiro Discurso Sujeito Coletivo

Tem bastante coisa a melhorar, como criar ambulatório para atendimento infantil, porque aqui ele é extra hospitalar. Redefinir demanda de outros serviços que

tem uma demanda parecida com o nosso, tendo também um terceiro turno, só para avaliação, psicoterapia e consulta psiquiátrica. Teria que aumentar a equipe e espaço físico, talvez, a abertura de mais um CAPS na região leste para favorecer outra população e dar maiores condições de acessibilidade aos pacientes. Outro fator seria a criação de mais vagas, horas de procedimento e atendimento de psiquiatria e psicologia e esclarecimento à população, bem como, cursos de capacitação para entendermos o problema de cada criança atendida ou, seria melhor se os profissionais já viessem qualificados. Melhorar a rede em saúde mental aumentando a comunicação entre saúde, educação e justiça, que hoje é uma questão séria do CAPS, em que as crianças que tem déficit de aprendizagem, que é pedagógico, vêm parar aqui no CAPS, que seria um tratamento em relação ao comportamento das crianças com o transtorno, ter um retardo mental só por ele, não tem porque vir tratar aqui, ter uma dislexia, não é aqui o local de ser tratado, assim, o déficit de aprendizagem não vem. Acho que aumentando a comunicação intersetorial, talvez melhore muito o entendimento do que é um CAPS, do que é um trabalho com transtorno mental infantil no município, até porque às vezes vem muitas determinações do juiz, que quer esclarecimentos, os quais não lhe cabe saber, como o que a criança tem e porque que precisa de tal medicamento. Penso que poderia ter um horário mais dinâmico, em que a criança não ficasse o tempo todo aqui, e sim os pais, pois em 80% dos casos, o problema é com eles, que não sabem tratar e comandar os filhos. Assim, as oficinas, que são oito, que sejam quatro repartidas entre pais e parentes próximos. Precisaríamos mais autonomia e recursos financeiros, afinal, dependemos quase 100% do que vem da prefeitura. Que não tivesse esse contrata e pára contrato, tendo que os profissionais com experiência sair para entrada de um pessoal novo. Para os adolescentes, algo profissionalizante, que os permita conseguir um emprego ao sair daqui.

PRIMEIRO TEMA: Organização dos serviços (redefinição de serviços/ demanda)

A reorganização do modelo assistencial em saúde mental preconizada no contexto da reforma psiquiátrica necessita ser pautada em uma concepção de saúde compreendida como processo, e não como ausência de doença, na perspectiva de produção de qualidade de vida, enfatizando ações integrais e promocionais de saúde.

A efetivação da Reforma Psiquiátrica requer agilidade no processo de superação dos hospitais psiquiátricos e a concomitante criação da rede substitutiva que garanta o cuidado, a inclusão social e a emancipação das pessoas portadoras de sofrimento psíquico. Nessa perspectiva, é necessário que os municípios desenvolvam políticas de saúde mental mediante a implementação de uma rede de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, territorializados e integrados à rede de saúde que realize ações de proteção, promoção, prevenção, assistência e recuperação em saúde mental (Brasil, 2002).

SEGUNDO TEMA: Capacitação profissional

Para Furtado e Campos (2005), avançar no processo da Reforma Psiquiátrica significa ir além da simples implementação de novos serviços e, para isso, necessitamos ter um quadro de profissionais imbuídos de uma postura profissional profundamente distinta do modelo anterior, sobretudo se considerarmos que as novas modalidades de atenção em saúde mental não se resumem a novas técnicas de tratamento, mas constituem-se numa ética de inclusão.

Conforme Tonini e Kantorski (2005), o avanço do processo da Reforma Psiquiátrica no Brasil requer a ampliação das instâncias de capacitação dos diferentes agentes do cuidado no campo da saúde mental, para além das universidades, e exige, nas três esferas do governo, que os centros de Formação de Recursos Humanos estabeleçam as bases para criar imediatamente programas estratégicos interdisciplinares e permanentes de formação de Recursos Humanos em saúde mental para o SUS.

Essa política de formação e capacitação deve criar espaços de troca baseados na realidade local, com valorização dos diversos saberes e metodologia participativa, construída por meio de intercâmbio entre os municípios, coordenadorias regionais e Estados, e entre serviços e instituições formadoras, voltadas para profissionais de saúde em todos os níveis de atenção, considerando a competência técnica e política desejada. Nesse processo, torna-se fundamental incluir usuários e familiares voluntários nas oficinas de capacitação em saúde mental, como parte da equipe de instrutores (Brasil, 2002).

Acreditamos que essa necessidade de capacitação de Recursos Humanos em Saúde Mental seja uma realidade nacional. Atualmente, esta responsabilidade está a cargo do "Polo de Capacitação, Formação e Educação Permanente em Recursos Humanos para o Sistema Único de Saúde". Este é formado por representantes de instituições de Saúde Estaduais e Municipais e de instituições de ensino superior, públicas e privadas, que têm como atribuição assessorar e aprovar projetos de capacitação de recursos humanos para os diferentes serviços de saúde da rede pública.

Porém, existe uma preocupação com as instituições de formação as quais ainda assimilam poucas discussões trazidas pela Reforma Psiquiátrica e vêm oferecendo tímidas contribuições em termos de avaliação e propostas para o seu desenvolvimento (Tonini & Kantorski, 2005).

Segundo Discurso Sujeito Coletivo

Apesar dos problemas, conseguimos trabalhar bem com o que temos, desta forma o andamento do CAPS

está indo bem, melhor que no início, quando haviam menos funcionários. Eu acho que o serviço oferecido pelo CAPS, é um dos melhores que já vi, e que posso estar participando em relação ao tratamento do transtorno mental infantil. Tem uma equipe muito boa, procuramos fazer o melhor e acreditamos que é bom trabalho, de qualidade excepcional.

TERCEIRO TEMA: Qualidade do serviço

Nogueira (1994) salienta que o atendimento das necessidades e das expectativas dos usuários dos serviços de saúde, de maneira eficiente e eficaz, é a questão norteadora dos pressupostos filosóficos e das bases metodológicas que vêm orientando as ações das organizações. Assim, o sistema de saúde brasileiro vem enfrentando, nas últimas décadas, um novo imperativo: a busca pela gestão da qualidade dos serviços.

A gestão da qualidade refere-se ao processo ativo de determinar e orientar o caminho a ser seguido para atingirmos os objetivos empregando todos os recursos contidos na produção de um bem ou de um serviço.

Conclusão

Levando em consideração o princípio de que a avaliação da eficácia de um serviço é a verificação da consecução dos fins propostos para resolver um problema, necessitamos estabelecer critérios iniciais a partir dos quais avaliamos se o CAPSi está conseguindo alcançar os fins a que se propõe. Partimos, então, das recomendações do *Relatório Final da 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental* e do próprio objetivo proposto pelo CAPSi.

Conforme esses documentos, a atenção integral e a luta pela cidadania das pessoas com transtornos mentais são os marcos conceituais que devem sustentar o modelo de atenção à saúde mental.

Com base nos DSC, o atendimento prestado no CAPSi é de boa qualidade e busca a reinserção desses jovens na sociedade. Existem dificuldades apontadas que merecem destaque: organização dos serviços (redefinição de serviços, demanda); capacitação profissional; participação da família; deficiência de recursos humanos.

A proposta da reforma psiquiátrica de envolvimento da família e comunidade nos serviços de atenção em saúde mental visa promover a reabilitação psicossocial do indivíduo, em que esta é entendida como um processo de reconstrução, de busca pelo exercício pleno da cidadania e também pela contratualidade nos três cenários: habitat, rede social e trabalho com valor social (Pitta, 1996).

Constatamos ainda com esta pesquisa que a construção de rede alternativa de serviços de saúde mental no município de Cascavel, particularmente o CAPSi, está indo no caminho certo. Porém, fica claro que existem dificuldades que precisam ser superadas pelos profissionais, gestores e sociedade. Pois, para resgatar a cidadania dos usuários, não basta que eles participem em número dos serviços de saúde mental, pois cidadania não é fenômeno quantitativo, e sim qualitativo, e "na qualidade não vale o maior, mas sim o melhor; não o extenso, mas o intenso; não o violento, mas o envolvente; não a pressão, mas a impregnação" (Demo, 1999, p.18).

Referências bibliográficas

Amarante, P. (1994, dezembro). Algumas reflexões sobre a ética, cidadania e desinstitucionalização na reforma Psiquiátrica. *Saúde em Debate*, 45, 43-46.

Brasil. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2002, 11 a 15 de dezembro). *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental.* Brasília, DF: Autor.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. (2004). *Saúde Mental no SUS***.** *Informativo da Saúde Mental*. Brasília, DF: Autor.

Campos, G. W. (2003). *Saúde Paidéia*. São Paulo: HUCITEC.

Cascavel. Secretaria de Saúde do Município. (2004). *Unidades Especiais de Saúde*. Acesso em 19 de novembro, 2008, em http://www.cascavel.pr.gov.br/saude/unidades_especiais

Cianciarullo, T. I. (2002). (Org.). *Saúde na família e na comunidade.* São Paulo: ROBE.

Demo, P. (1999). *Avaliação qualitativa. Polêmicas do nosso tempo*. Campinas, SP: Autores Associados.

Desviat, M. (1999). *A reforma psiquiátrica.* Rio de Janeiro: Fiocruz.

Fekete, M. S. (1997). Estudo da acessibilidade na avaliação dos serviços de saúde. In J. P. de Santana (Org.), *Desenvolvimento gerencial de unidades básicas do Sistema Único de Saúde (SUS)* (pp. 114-120). Brasília, DF: Organização Pan Americana da Saúde.

Furtado, J. P. & Campos, R. O. (2005, março). A transformação das políticas de saúde mental no Brasil para a prática nos novos serviços. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., 8*(1), 109-122.

Lefèvre, F. & Lefèvre, A. M. C. (2003). *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa.* Caxias do Sul, RS: EDUCS.

Melman, J. (2001). *Família e doença mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares*. São Paulo: Escrituras Editora.

Nogueira, P. N. (1994). *Perspectivas da qualidade em saúde*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Paraná. Secretaria Estadual de Saúde. (2003). *Plano Diretor de Regionalização*. Acesso em 07 de julho, 2008, em http://www.saude.pr.gov.br/PDR/index.htm

Paraná. Secretaria Estadual de Saúde. (2005). *Política Estadual de Saúde Mental.* Acesso em 14 de janeiro, 2008, em http://www.saude.pr.gov.br

Pereira, M. A. O. & Bellizzoti, R. B. (2004, dezembro). A consideração dos encargos familiares na busca da reabilitação psicossocial. *Rev. Gaúcha Enferm*., *25*(3), 306-313.

Pitta, A. M. F. (Org.). (1996). *Reabilitação psicossocial no Brasil* (Coleção Saúde Loucura, 10). São Paulo: HUCITEC.

Rosa, L. (2003). *Transtorno mental e o cuidado na família.* São Paulo: Cortez.

Tonini, N. S. (2005). *O planejamento em saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica: um estudo dos municípios da região oeste do Paraná*. Tese, Programa de Pós Graduação em Enfermagem Psiquiátrica, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

Tonini, N. S. & Kantorski, L. P. (2005). Planejamento estratégico e as políticas de saúde mental. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, *28*(1), 126-32.

Ana Silvia Scandolara, Angela Rockenbach, Emerson Aparecido Sgarbossa e *Lilian Rafaela Linke* são Discentes do Curso de Psicologia da Universidade Paranaense – UNIPAR – Campus Cascavel/Pr. Bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no ano de 2007.

Nelsi Salete Tonini é Enfermeira, Doutora em Enfermagem Psiquiátrica pela Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto/SP. Docente da Universidade Paranaense – UNIPAR – Campus Cascavel/Pr. Endereço para correspondência: UNIPAR, Rua da Bandeira, 447. Centro. Cascavel/Pr. CEP: 85812-270.
Email: tonini@unipar.br

Avaliação do Centro de Atenção Psicossocial Infantil de Cascavel – PR

Ana Silvia Scandolara, Angela Rockenbach, Emerson Aparecido Sgarbossa, Lilian Rafaela Linke e Nelsi Salete Tonini

Recebido em: 08/07/2008
Revisão em: 25/11/2008
Aceite final em: 22/07/2009

Psicologia & Sociedade; 21 (3): 343-352, 2009

JUÍZO E AÇÃO MORAL: DESAFIOS TEÓRICOS EM PSICOLOGIA*

Leonardo Lemos de Souza
Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil

Mario Sergio Vasconcelos
Universidade do Estado de São Paulo, Assis, Brasil

RESUMO: O presente artigo apresenta e discute a polêmica, no campo da psicologia moral, sobre as relações entre juízo e ação. Teorias de tradição racionalista e estruturalista, como as de Piaget e Kohlberg, afirmam uma relação de continuidade entre juízo e ação moral e, ao mesmo tempo, lançam pontos de discussão sobre a complexidade envolvida no tema. Por outro lado, novas frentes de trabalho sugerem a integração de outros elementos (a cultura, a afetividade e o *self*), além das estruturas que podem compor um referencial com o qual se evidenciem as relações entre os aspectos envolvidos nas condutas morais. Por fim, apesar das críticas acenarem com caminhos promissores na pesquisa sobre o juízo e a ação moral, ainda existem limites na construção de referenciais teóricos e metodológicos que articulem diferentes perspectivas de análise psicológica da moralidade.

PALAVRAS-CHAVE: moral; psicologia; juízo moral; ação moral

JUDGMENT AND MORAL ACTION: THEORETIC CHALLENGES IN PSYCHOLOGY

ABSTRACT: The attending article presents and discusses the debate within the cognitive constructivist theories, which have as main representatives Jean Piaget and Lawrence Kohlberg. Such theories of rationalist and structuralist tradition maintain continuity between judgment and moral action and, at the same time, launch points of discussion on the complexity involved in the theme. New work fronts suggest the integration of other elements: culture, affectionateness, and the self, beyond the structures that may compound a referential that explains the relations between the aspects involved in moral behavior. Lastly, despite the criticism indicating a promising path in the search about judgment and moral action, considering its complex character, there are still limits in the making of the theoretical and methodological frameworks that articulate different perspectives of moral psychological analyses.

KEYWORDS: moral; psychology; moral judgment; moral action

Introdução

O cenário contemporâneo das relações sociais revela um fenômeno chamado de crise de valores da sociedade. A violência parece ser o que melhor expressa essa crise, ainda mais quando as relações no espaço público são cada vez menos mediadas por valores universalmente desejáveis (solidariedade, justiça, equidade, democracia).

Sennet (1988) já mencionara esse cenário quando analisa como as dimensões pública e privada confundem-se ao longo da história, configurando um contexto atual como de supervalorização do privado sobre o público. As relações sociais são organizadas em torno da intimidade do mundo privado em detrimento do coletivo, embora seja este necessário para a tolerância e convivência entre os povos.

Diante de fenômenos como a violência, as reflexões sobre a moral passam a ser foco de atenção. Para Chauí (1999), os grupos sociais, para se conservarem, buscam a eliminação ou o controle da violência, através da regulação das condutas e de uma organização social. A busca dessas normas para a conservação do grupo social leva a questionamentos sobre os meios e os fins dos costumes (enquanto conjunto de regras, leis que compõem as relações interpessoais e intersubjetivas numa dada sociedade).

Autores como La Taille (1998a) e Freitag (1992) apontam para a necessidade de estudos sobre a moralidade humana diante desse contexto de crise. A busca de explicações sobre as condutas humanas, sobre os valores que as orientam e sobre a sua dinâmica são relevantes.

Sendo a moralidade um tema interdisciplinar, entendemos que a psicologia não abrange todas as suas nuances. No entanto, defendemos que a ciência psicológica é uma forma de conhecer dados de realidade sobre o fenômeno moral humano. Essa contribuição

permite, segundo La Taille (1998a), a elaboração de uma ética condizente com a realidade do ser humano (suas motivações e necessidades), alcançando, assim, seu propósito, que é possibilitar "alguma forma de felicidade e harmonia para os seres humanos" (p. 8), as quais podem ter origens numa moral baseada no outro, como a kantiana, ou no eu (*self*), segundo a perspectiva de algumas virtudes, como propõe Aristóteles[1].

Juízo e ação moral na perspectiva cognitivo-evolutiva

O interesse pelos estudos da moralidade eclode na década de 70 do século XX (Pérez-Delgado & Garcia-Ros, 1991). Dentre os trabalhos produzidos a partir de então, observamos a presença predominante das pesquisas psicológicas da moral, referenciadas em Jean Piaget e Lawrence Kohlberg.

Nelas aborda-se a moralidade em uma perspectiva cognitiva, sendo descritos os processos conscientes presentes no desenvolvimento do juízo moral e a análise da estrutura subjacente aos juízos formulados pelos sujeitos em vários experimentos que envolvem decisões morais. Esses estudos têm servido de marco interpretativo para diversos problemas educacionais e sociais da atualidade (ver, a esse respeito, La Taille, 1998b, 1994; Macedo, 1996; Puig, 1998; Araújo, 1996).

Propomos abordar essas teorias pelo fato de serem referências no campo da pesquisa sobre a moralidade humana. Elas vêm contribuindo para o debate, e seus pressupostos têm gerado paradigmas que deram origem a diversas vertentes de pesquisa, na busca de se ampliarem as investigações teóricas e metodológicas acerca da moralidade humana.

Jean Piaget e a psicogênese da moral

Podemos considerar que o estudo psicológico da moralidade humana é iniciado por Jean Piaget, a partir da publicação do livro *O Juízo Moral na Criança* (1932/1994), no qual se propõe a abordar cientificamente a moral, retirando-a do campo especulativo no qual até então se encontrava.

O autor inicia essa tarefa a partir do estudo dos jogos de regras, por considerá-los paradigmáticos da moralidade humana. Como ele afirmou na introdução da referida obra, "toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras" (Piaget, 1932/1994, p. 23). A moral é um sistema de regras que respeitamos. Sua preocupação foi a de descobrir o desenvolvimento do respeito a regras, ou o modo como a consciência se obriga a respeitá-las.

Piaget adverte que se propõe a investigar a consciência moral no que diz respeito ao juízo e não aos comportamentos ou sentimentos morais. Investigou o jogo de bolas de gude entre os meninos e, e entre as meninas, o de "pique". Mediante observação, entrevistas clínicas e mesmo jogando com as crianças, Piaget observou que existem mudanças na maneira como as crianças pensam e praticam as regras do jogo.

Existem dois níveis de análise propostos por Piaget sobre o juízo: o pensamento verbal teórico (sobre situações hipotéticas) e o pensamento moral efetivo (sobre situações reais). Piaget afirma que o pensamento verbal teórico, resultado das narrações de situações hipotéticas de conflito moral, está atrasado em relação ao pensamento moral efetivo, o qual o sujeito realiza diante de situações reais de conflito. O papel da ação é de ser fonte da reflexão moral na criança, pois ela age primeiro para depois compreender que as regras contêm possibilidades de serem modificadas e criadas. Além disso, ao agir a criança percebe também que as regras não são cristalizadas, nem muito menos são de origem divina ou de um adulto. Um exemplo disso é o jogo de bolinhas de gude descrito pelo autor (cf. Piaget, 1932/1934, p. 95).

Desse modo, Piaget considera necessário abordar as regras efetivamente morais, baseadas no dever, nas quais as crianças estão inseridas. Entretanto, a observação direta do comportamento das crianças em situações reais de conflito moral é difícil (devido às dificuldades de controle de variáveis), o que nos resta é a interrogação da criança sobre as obrigações morais em situações hipotéticas.

O pensamento moral verbal teórico seria uma tomada de consciência[2] das reflexões do pensamento efetivo na vivência de situações de conflito pelo sujeito. Assim, o pensamento verbal teórico retoma fatos e elementos destacados pelo pensamento no decorrer da ação. A análise dos juízos morais não fica, dessa maneira, comprometida, pois considera que "a reflexão moral consiste numa tomada progressiva da atividade moral propriamente dita" (Piaget, 1932/1994, p. 140).

A filosofia moral kantiana influencia toda obra de Piaget, notadamente os elementos que elege no seu trabalho sobre a moral, tais como: a noção da justiça, os deveres e as obrigações morais e a razão como principal aspecto da moralidade. Assim como Kant, ele afirma a origem do respeito à regra como uma necessidade racional, lógica. A razão daria a liberdade (autonomia) em relação às pressões sociais e grupais. Liberdade esta necessária para o sujeito usar sua consciência moral.

Porém, Piaget opõe-se ao filósofo, quando considera que essa razão é construída na experiência, na ação e na interação do sujeito, e não *a priori*. Portanto, as normas e regras decorrentes da utilização da razão

são oriundas da cooperação, da elaboração conjunta das mesmas pelos indivíduos, sendo válidas se todos as respeitarem.

O paralelismo entre o desenvolvimento moral e a cognição é afirmado na obra piagetiana através da sua fórmula: "a lógica é uma moral do pensamento assim como a moral é uma lógica da ação". Nesse sentido, segundo Freitag (1992), Piaget procura unir razão prática e razão teórica, cuja divisão foi realizada por Kant. Em sua posição, Piaget afirma a possibilidade do desenvolvimento do pensamento hipotético dedutivo orientar e esclarecer decisões no âmbito da moral.

O formalismo dessa teoria psicogenética da moral não nega o conteúdo como indispensável à construção da moralidade na criança. As relações sociais, polarizadas nos dois tipos - coação e cooperação -, agregam valores, sentimentos e outros fatores que são próprios à cultura e determinam a qualidade da experiência moral dos indivíduos.

Todavia, considerar essa diversidade não implica, conforme adverte La Taille (1994), deixar de procurar invariantes (universais) que sejam encontradas em todos os homens. Estamos de acordo com o fato de que a busca de invariantes psicológicas da moral é válida, mesmo diante da complexidade e da contradição humanas. Da mesma forma, o aspecto racional da moralidade não é descartado, já que não somos somente irracionais, a racionalidade nos permite tomar consciência de nossa própria irracionalidade, de nossas próprias contradições.

Nessa perspectiva, no enfrentamento dos problemas como a violência e os atos que ferem a sustentação da vida em sociedade, a inteligência é fator necessário, embora não seja suficiente, já que indivíduos intelectual e moralmente desenvolvidos, no plano dos juízos, podem utilizar essa inteligência para interesses próprios.

É inegável, portanto, mesmo para a abordagem de Piaget sobre a moralidade, que outros fatores como os valores, as crenças, os sentimentos também estão envolvidos no funcionamento psíquico que atua sobre os juízos e as ações morais. Embora ele afirme que a moral deva ser construída sobre os alicerces da racionalidade.

A teoria cognitivo-evolutiva da moral de Lawrence Kohlberg

As ideias piagetianas sobre a psicogênese da moralidade atravessaram décadas e foram retomadas por diversos pesquisadores, mas foi o psicólogo Lawrence Kohlberg que se tornou notório em suas investigações acerca da moralidade, ampliou e criou outra tipologia de tendências morais a partir das elaboradas por Piaget, consolidou perspectivas teóricas e práticas e influenciou diversos estudos subsequentes.

Kohlberg iniciou suas pesquisas sobre a moralidade a partir de sua tese de doutorado, publicada em 1958, na qual buscava verificar a continuidade do desenvolvimento do juízo moral na adolescência e idade adulta. Ele considera um pressuposto contido na tese piagetiana: a existência de uma evolução natural do pensamento moral que se dá em estágios invariantes. O fato intrigante era de que os estágios de autonomia eram dificilmente encontrados em idades posteriores aos descritos por Piaget, acreditando, portanto, que o trajeto até a autonomia deveria percorrer um caminho mais longo.

Ele utilizou em suas entrevistas dilemas morais hipotéticos nos quais solicitava do sujeito a resolução do conflito proposto e a justificativa de suas respostas. Um exemplo é o dilema de Heinz, no qual o personagem, com sua mulher doente, diante da impossibilidade de obter o único remédio que a curaria, é colocado em situação de conflito quando se vê na condição de ter que decidir entre dois valores: o direito à propriedade ou o direito à vida humana. A escolha do primeiro implica não roubar o remédio do farmacêutico que o possui e deixar de salvar a vida de sua mulher; a escolha do segundo salvaria sua mulher, embora tivesse de cometer uma ação considerada criminosa na sociedade em que vive.

Fiel à vertente estruturalista no campo da psicologia da moralidade, assim como Piaget, Kohlberg estava interessado no estudo do juízo moral de estrutura, e não de conteúdo. O juízo moral de conteúdo é revelado a partir da escolha da resposta ao dilema; o juízo moral enquanto estrutura, por sua vez, se refere à argumentação ou à justificativa para a escolha realizada. Como esclarece o próprio Kohlberg,

> quando falamos da forma de um estágio nos referimos *só* à estrutura de justiça, que se compõe de operações de justiça e do nível perspectiva social conquistada a partir da qual se fazem os juízos morais prescritivos. Definimos, portanto, como conteúdo, a eleição, as normas e os elementos utilizados nas respostas individuais. (1992, p. 254-255) [tradução nossa, grifos do autor].

A partir de suas pesquisas, ele formulou a tese de que eram seis os estágios pelos quais descreveu o juízo moral, da infância até a idade adulta. Num primeiro momento, definiu esses estágios como orientações do pensamento (Kohlberg, 1992, p. 35), considerando que era necessária a ampliação das amostras, dos estudos longitudinais e ainda das investigações interculturais. Empreendeu pesquisas sobre a moralidade do adolescente e do adulto durante mais de três décadas (60, 70 e 80), em conjunto com diversos colaboradores, que buscavam validar o caráter de universalidade e de sequencialidade dos seis estágios evolutivos. Este empreendimento resultou na elaboração de três níveis de moralidade, agrupando dois estágios cada um, num total de seis estágios que se sucedem evolutivamente,

sendo o último mais complexo e mais adequado em relação ao primeiro.

Tais níveis e estágios são definidos segundo a perspectiva moral (o que é correto e as razões para agir corretamente) empregada pelo sujeito e a perspectiva social na qual se fundamenta sua argumentação (cf. Kohlberg, 1992, pp. 188-189 e 571-587). Na passagem de um nível para outro, bem como de cada estágio para outro, observam-se elementos de transição que apontam para a sequencialidade dos níveis que tendem a um progressivo equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade.

Assim, o desenvolvimento moral para Kohlberg (1992) dá-se em estágios estruturados das noções de justiça, que são construídos em função das interações sociais, além de organizarem e serem organizados pela sociedade em que o sujeito vive. É na interação entre as condições internas (maturidade do sistema nervoso, níveis do desenvolvimento cognitivo) e externas (possibilidade de assumir papéis ou mudar de perspectiva) que o sujeito avança em cada estágio e torna-se capaz de construir modos de pensar e raciocínios morais mais avançados que os anteriores.

Kohlberg não exclui o desenvolvimento paralelo das estruturas cognitivas e as do desenvolvimento moral. Ele afirma que existe uma relação entre ambas, concordando com as proposições de Piaget, e transpondo a ideia piagetiana de *hard stage* sobre o desenvolvimento cognitivo para o desenvolvimento do juízo moral. A capacidade de formar juízos mais evoluídos necessita não só do conhecimento das regras e normas, mas também do desenvolvimento de estruturas cognitivas, o que possibilita a descentração e a coordenação de perspectivas, necessárias ao avanço no juízo moral, pois permite a comparação, o estabelecimento de relações, a hierarquização e a classificação dos elementos envolvidos. No entanto, o desenvolvimento cognitivo é necessário, porém não suficiente para o desenvolvimento moral.

Tais elementos servem para esclarecer a relação entre juízo e ação moral na teoria de Kohlberg. Como em toda teoria sobre a moralidade, o estudo do comportamento moral é necessário. Mesmo no caso em que a discussão central da teoria refira-se aos juízos, algum nível de predição ou de consideração sobre essa relação é válido e necessário para aplicações e intervenções do ponto de vista das práticas educativas. Diz-nos Kohlberg (1969, citado por Kohlberg, 1992, p. 1987, tradução nossa):

> Agir de forma moralmente elevada requer um alto nível de raciocínio moral. Não se pode seguir os princípios morais (estágios 5 e 6) se não se entende ou não se acredita neles. Pode-se, no entanto, raciocinar em termos de tais princípios e não viver de acordo com eles. Há uma série de fatores que determinam se uma pessoa na realidade, em uma situação real, vive de acordo com seu estágio raciocínio moral, ainda que o estágio moral seja um bom prognosticador da ação em diversas situações experimentais e naturalistas.

As explicações de Kohlberg (assim como Piaget) sustentam que a ação moral é precedida pelo juízo, que dá condição e sentido a ela. Para testar sua hipótese, ele recorre a estudos como os de Blasi (1980, citado por Kohlberg, 1992) e de Milgram (1983), que reforçam a ideia de uma relação monotônica entre ação e juízo moral. Kohlberg (1992) sugere então que a probabilidade de um ato ter coerência com os níveis de juízo aumenta quanto maior for o estágio em que o indivíduo se encontra, porque nos estágios mais altos há maior probabilidade de estarem presentes, na avaliação, juízos de responsabilidade e de cuidado, conferindo maior importância às implicações das ações para os outros. Diverge assim de Piaget, que entende que a ação antecede o juízo, porque possibilita a tomada de consciência e o alcance de níveis de moralidade mais altos.

Críticas vêm sendo empreendidas acerca das teorias de Piaget e Kohlberg, tanto em relação aos seus pressupostos filosóficos quanto aos aspectos psicológicos eleitos por elas na investigação da moral, notadamente sobre quando discutem o juízo e a ação.

Desafios na explicitação das relações entre juízo e ação moral

Apresentaremos aqui algumas teorias que vêm discutindo os pressupostos das teorias de Piaget e Kohlberg, principalmente este último, sobre o desenvolvimento moral. Tais vertentes teóricas, de certo modo, buscam ampliar o conceito de moralidade, apontando para uma compreensão mais complexa, ao investigar outros aspectos envolvidos no funcionamento psicológico.

Ética do cuidado e do altruísmo

Com o intuito de revisar a teoria a respeito do desenvolvimento moral nas mulheres, Gilligan (1993) realizou entrevistas com mulheres e homens com idades que compreendiam a infância, a adolescência e a maturidade. Na mesma perspectiva genética e utilizando o método clínico, introduziu um aspecto diferencial em relação às entrevistas de Kohlberg, procedendo de modo que a discussão sobre os conflitos morais sugeridos fosse mais aberta que as entrevistas com dilemas, possibilitando às mulheres expressar livremente seu raciocínio sobre situações de conflito moral na forma de narrativas.

As contribuições de Gilligan (1993) para a discussão da relação entre juízo e ação moral referem-se às suas críticas sobre o papel do cuidado, da cultura e

das necessidades pessoais do sujeito no funcionamento psicológico moral. Ele evidencia o fato de que Kohlberg, assim como Piaget, realizaram suas pesquisas sob a ótica da moralidade masculina (caracterizada pela moral a partir do ideal de justiça e regida pela racionalidade), desprezando particularidades de uma moral feminina baseada na ética do cuidado (*care*), que considera as necessidades afetivas. Essas duas orientações da moralidade humana não podem ser consideradas, segundo a autora, como divergentes, mas sim como complementares[3]. A moralidade estaria, na perspectiva de Gilligan, fortemente influenciada pela cultura que, ao estabelecer modelos de relações de gêneros, influenciaria a produção da representação de valores e de julgamentos baseados em princípios diferenciados entre homens e mulheres.

Autores como Campbell e Christopher (1996) consideram que Gilligan contribui para a rediscussão dos paradigmas que orientaram até então a moralidade, não só em relação à introdução da ética do cuidado, mas também ao considerar as necessidades do eu, ou *self*, apontadas pelas necessidades afetivas. O desenvolvimento moral, na perspectiva de Kohlberg e também na de Piaget, era explicado a partir dos interesses do outro. Uma moral baseada nos direitos (*other-regarding*), nas necessidades materiais e afetivas do outro é integrada por Gilligan a uma moral baseada no self (*self-regarding*).

As críticas de Campbell e Christopher apontam que, apesar de considerar que há uma tendência ao equilíbrio entre esses dois objetos da moral no decorrer do desenvolvimento, Gilligan inova ao eleger o eu (*self*) como objeto da moral. Todavia, tais autores, e também Araújo (1998), apontam que Gilligan não discute a base formalista da moralidade das ideias de Piaget e Kohlberg.

Outra perspectiva teórica importante no estudo em psicologia moral é a pró-social. Os estudos envolvendo a moral pró-social começam a ganhar notoriedade na investigação da moralidade humana na década de 70, com os estudos, principalmente, de Nancy Eisenberg (1976) sobre a evolução dos juízos de crianças e adolescentes em dilemas que envolviam ações pró-sociais.

De acordo com Araújo (1998), apesar de não podermos afirmar que essa vertente teórica é coesa, existe, de maneira geral, um consenso de que os juízos e comportamentos pró-sociais são os de caráter altruísta. São aqueles comportamentos e juízos que levam em consideração sempre as necessidades e bem-estar dos outros, em detrimento das necessidades e bem-estar do sujeito que resolve o dilema. As pesquisas dessa perspectiva utilizavam entrevistas sobre dilemas que envolviam os desejos e necessidades do potencial benfeitor e do potencial receptor da ajuda.

Segundo Koller (1997), essa corrente teórica, assim como a de Kohlberg, postula a evolução da moral pró-social em estágios e a influência do nível de desenvolvimento cognitivo (recursos operatórios) do indivíduo na elaboração de juízos pró-sociais. Entretanto, Kohlberg considera que indivíduos podem manifestar raciocínios de estágios adjacentes e que não utilizariam ou não teriam acesso a juízos de dois ou mais estágios acima de seu estágio dominante. Na leitura da moral pró-social, os indivíduos podem apresentar diversos níveis de juízo ao mesmo tempo, não enfatizando as restrições colocadas por Kohlberg.

De acordo com essa perspectiva teórica, os fatores envolvidos na tomada de decisão moral pró-social envolvem diversas variáveis. São destacados fatores biológicos evolutivos; valores culturais; valores e objetivos pessoais e situacionais (ambiente) que promovem o conflito entre objetivos e valores dos indivíduos.

O desenvolvimento pró-social qualifica de moral as ações e os juízos que se voltam para as necessidades e desejos do outro. Com isso, mantêm-se a coletividade e harmonia social. Pressupostos que se fundamentam na perspectiva kantiana sobre a moral, alicerçada nos deveres e na primazia da razão sobre as emoções no domínio moral. Entretanto, de acordo com Araújo (1998), essa posição não é unânime no conjunto de ideias que fazem parte da corrente teórica. Einseberg (1996) relativiza o papel das concepções kantianas sobre a moral nas teorias pró-sociais, pois ressalta a afetividade (como os sentimentos de empatia e simpatia) para a explicação de comportamentos e juízos altruístas.

Assim como Gilligan (1993), as teorias pró-sociais (Eisenberg, 1986) não rompem totalmente com as concepções kantianas. Campbell e Christopher (1996) criticam alguns aspectos fundamentais das teorias baseadas na moral kantiana: (a) a razão como único elemento que funciona efetivamente como regulador moral; (b) o formalismo, que se refere à investigação das estruturas na moralidade e (c) o altruísmo, que se refere a uma moral baseada no outro.

Gilligan (1993) desenvolve seus estudos, de certo modo, afirmando a base formalista da moralidade. Além de estarem de acordo com essa afirmação, as teorias morais pró-sociais também continuam a conceber a moral, sempre referendada no outro (*other-regarding*). Nesse sentido, os raciocínios e ações sempre vão estar orientados pelos interesses dos outros e não pelos do próprio sujeito (*self-regarding*) (ver críticas de: Araújo, 1998; Campbell & Christopher, 1996, sobre essas perspectivas).

O racionalismo e o formalismo kantiano deixariam em segundo plano os aspectos de conteúdo envolvidos nos juízos e nas ações morais, desconsiderando os fatores concretos envolvidos, como os afetos,

os valores, os conceitos, as representações do sujeito e a cultura, no momento de decisões, justificativas morais e atribuições de valor aos comportamentos e aos pensamentos, o que, de certo modo, artificializa o conceito de moral.

Ética das virtudes e o papel da afetividade

O redimensionamento do objeto da moral é realizado no bojo de discussões empreendidas desde a década de 70, sobretudo no que diz respeito ao seu aspecto formalista ou universalista. No campo da moral, as contribuições de teorias como as de Carol Gilligan e das teorias pró-sociais, apesar de não romperem totalmente com a tradição kantiana, auxiliaram nesse redimensionamento.

Diante da abertura de espaço para a rediscussão da moral, Campbell e Christopher (1996) propõem uma volta à perspectiva aristotélica da moral (eudemonista), na qual a felicidade é a finalidade. O que amplia os aspectos envolvidos: a moral pode ser referendada na felicidade do outro, bem como na felicidade do eu.

Os questionamentos sobre a perspectiva kantiana, notadamente o racionalismo, levam esses autores a problematizarem também a redução do desenvolvimento moral a um setor do desenvolvimento cognitivo, tal como pode ser lido a partir da perspectiva cognitivo-evolutiva de Kohlberg. Introduzem a proposta de ampliação dos fatores psicológicos envolvidos na moralidade, como os afetos e o desenvolvimento de orientações morais que envolvem os objetivos e os ideais que as pessoas têm como importantes, bem como a de outros temas morais serem estudados, além da justiça.

Respaldados nessas críticas, autores como La Taille (1998[a], 2000a) e Silva (2002) propõem a realização de pesquisas que investigam a psicogênese de virtudes morais em crianças, como a fidelidade, a honestidade, a coragem, etc. Uma outra vertente de pesquisa que se abre a partir das críticas é a investigação da influência de sentimentos morais nos juízos e nas ações. Trabalhos como os de La Taille (2002a) e Araújo (1998) buscaram compreender como a vergonha, sentimento desprezado pela cultura ocidental, pode atuar como regulador das ações e dos juízos morais.

Outros autores como Arantes (2000), Sastre, Moreno e Fernandez (1994) e Sastre e Moreno (2000), partindo também dessas críticas, vêm produzindo pesquisas sobre a moralidade, voltando-se para a investigação do papel das emoções na elaboração de juízos morais e do raciocínio moral empregado em conflitos morais, a partir da perspectiva de gênero. Tais autoras partem de uma perspectiva teórica que vem sendo construída recentemente: a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento[4].

As investigações no campo da moral que partem dessa perspectiva buscam considerar os aspectos formais e de conteúdo na elaboração de juízos empregados na resolução de conflitos morais, como, por exemplo, os trabalhos de Trevisol (2002), que realizou um estudo de como crianças de diferentes idades representam um conteúdo social - os direitos das crianças –, e Pavón (2002), cuja pesquisa focou as representações sobre o sentimento de culpa na resolução de conflitos. Assim, em suas análises procuraram aproximar os aspectos estruturais (operatórios) e os conteúdos (valores, sentimentos e conceitos) envolvidos num conflito moral, que podem orientar o modo como o sujeito resolve esse conflito.

O estudo de Martins (2003) nos oferece contribuições sobre o papel da afetividade nas relações entre juízo e representação da ação. Seus dados apontam para uma diferença entre o modo dos sujeitos representarem a ação e os juízos emitidos segundo perspectivas diferentes (deôntica e cognitivo-afetiva). Já o trabalho de Lemos-de-Souza (2008) apontou que as representações de gênero de jovens é um conteúdo que tem papel relevante na forma de resolverem conflitos interpessoais. Nesse trabalho, o autor partiu de referenciais que buscam articular as representações de gênero como um componente do *self*, ou das representações de si, como uma construção afetiva, cognitiva e sociocultural.

Vislumbramos como promissora essa perspectiva de análise do funcionamento psicológico em situações de conflito moral, já que procura aproximar-se da complexidade que envolve a elaboração de juízos e ações morais. Há distinção entre os planos do dever fazer/agir e o pensar (como juízo de valor). Essa tarefa exige a revisão do conceito de moralidade e a aproximação da complexidade na explicação do funcionamento psicológico

Self e cultura na relação entre juízo e ação moral

O conceito de moral que sugerimos está de acordo com os pressupostos das críticas realizadas. A moral estaria além de deveres, obrigações e regras, e agregaria aspectos do eu (*self*) nas ações e nos juízos. No entanto, entendemos que uma moral referendada no outro no decorrer das relações interpessoais tende a produzir maior harmonia entre os seres humanos e possibilita a convivência social. Acreditamos que o aspecto racional da moral também não deve ser renegado, mesmo diante do emotivismo que interfere e, muitas vezes, pode ser regulador das ações e juízos morais. A moral elaborada a partir da razão é relevante também no equilíbrio das relações interpessoais, justamente por nos oferecer tam-

bém a consciência de nossa própria irracionalidade. Os estudos psicológicos da moralidade deveriam buscar a integração de todos estes aspectos, já que sentir e pensar são ações indissociáveis.

Ao considerarmos a pertinência de tais críticas, especialmente sobre a ênfase na base formalista, buscamos contribuir para a ampliação da investigação dos aspectos psicológicos envolvidos na moralidade humana. Essa ampliação deve contemplar os conteúdos (valores, sentimentos, regras) na elaboração do raciocínio moral, e a relação entre esse raciocínio e a ação moral. Destacamos aqui a forma como indivíduos considerados com altos níveis de juízo moral não agem, muitas vezes, de acordo com esse juízo em seu cotidiano.

Kohlberg (1992) defende uma relação monotônica ou de continuidade entre juízo e ação moral. Como já destacamos sobre a perspectiva cognitivo-evolutiva de Kohlberg, o indivíduo que tem níveis de raciocínio moral elevados tem maior probabilidade de agir conforme esses raciocínios diante de situações que exijam a tomada de decisões, pois estas envolvem a utilização de princípios de cuidado e responsabilidade, próprios desses níveis. A razão aqui é fundamental e domina a ação moral, ela orienta a tomada de decisões nos raciocínios de níveis mais altos.

No entanto, essa relação é pouco observada, e o próprio Kohlberg (1992) sabia desse fato. As críticas a respeito dessa relação apontam para a interferência de vários fatores envolvidos na situação enfrentada pelo indivíduo em seu cotidiano. Mesmo assim, ele tem defensores, como Orlando Lourenço, um autor que vem rebatendo as críticas daqueles que não concordam com o universalismo da moral. Ele já realizara esse debate em um artigo com Armando Machado, sobre o trabalho de Piaget (Lourenço & Machado, 1991) e num outro (Lourenço, 1996) em que promove uma defesa da teoria de Kohlberg, respondendo às críticas dos pós-modernos os quais, segundo ele, direcionam-se para um relativismo cultural que neutraliza a moral. Para Lourenço, nesse campo de investigações não há como desconsiderar um estágio ou um valor como superior ao outro. Ainda mais, não há como considerar o trabalho com narrativas como superior ao modelo de investigação de Kohlberg. Dadas as propostas relativistas, seria um erro dos pós-modernos mencionarem critérios de superioridade de uma metodologia em relação à outra.

Em meio a esse debate, as contribuições dos trabalhos ditos pós-modernistas por Lourenço acrescentam um conceito relevante e que tem se tornado promissor na investigação da moralidade, que é a noção de *self* na tomada de decisões morais. A discussão em torno do *self* como um conceito integrador pode ser encontrada em autores de uma perspectiva culturalista como Shweder (1987) e Tappan (1997). Ambos, assim como Gilligan (1993), trabalham com narrativas como uma ferramenta de análise da relação entre juízos e ação moral em contexto.

Shweder (1987) realizou investigações interculturais nas quais indica um papel relevante dos contextos culturais como modeladores do *self* e das emoções e suas repercussões nas decisões morais dos indivíduos. A construção de significados pessoais (a elaboração de um *self*) sobre os elementos culturais que fazem parte do cotidiano e da sua história organiza os juízos e as ações. Assim, os estágios de Kohlberg não podem ser considerados como o único caminho do desenvolvimento moral. Para esse autor, as tomadas de decisão moral são construídas a partir da internalização dos significados da cultura em que vive o sujeito e reelaboradas por ele de acordo com suas experiências pessoais.

Tappan (1997) também considera o papel da cultura, ressaltando a investigação de narrativas sobre as experiências em situações morais. A partir da perspectiva dialógica de Bakhtin (2004), trabalha com a ideia de que a linguagem constitui o sujeito moral assim como ela é constituída nas práticas culturais desse sujeito. Nesses termos, a moralidade humana é co-construída nas interações, nas quais linguagem e cultura estão em constante movimento de transformação. De fato, sua proposta também rechaça as perspectivas estruturalistas de uma moral universal e estática.

Em outros trabalhos o *self* é definido como um conjunto de representações de si e também se torna uma ferramenta para integrar os aspectos afetivos, cognitivos e culturais envolvidos nos juízos e ações morais (Arantes, 2000; Araújo, 1998; La Taille, 2002b, 2006).

Araújo (1998) e La Taille (2002b) não atribuem uma relação de continuidade entre ação e raciocínio moral (com afirma Kohlberg), nem uma relação dicotômica radical entre esses, já que o mesmo sujeito pensa e age sobre o mundo. Esses autores salientam a integração de aspectos cognitivos e afetivos na maneira do sujeito pensar e agir sobre a realidade. Blasi (1995), La Taille (2000b) e Damon (1995) são autores que defendem essa hipótese, procurando compreender tal relação na complexidade que envolve a integração de vários aspectos da moralidade.

Segundo Araújo (1998) e La Taille (2000b), a proposta de Blasi coloca a motivação para agir moralmente como consequência do sistema de valores agregados ao autoconceito do indivíduo, portanto, quando estes valores são morais, a sua personalidade está investida de compreensão moral. Damon (1995) sugere, da mesma forma, que os valores morais estão agregados à concepção que o sujeito tem de si. Complementa, ainda, com uma explicação funcional, na qual existe a possibilidade de valores (morais ou não) serem centrais ou periféricos em relação à identidade

do sujeito, ou seja, parte menos ou mais relevante na maneira como ele se define e se vê[5].

Vamos tomar o exemplo dos adolescentes autores de infração. As perspectivas de Damon e Blasi nos permitem refletir sobre os diversos aspectos que estão implicados na produção da violência cometida por esses adolescentes ou nos seus atos infracionais. Aspectos esses que se referem a sua condição de socialização (diversidade e quantidade de pessoas e relações), que o colocam, muitas vezes, sob pressão (situações de conflitos) e acabam agregando valores a sua forma de pensar sobre si e a realidade. Consequentemente, tais valores, vinculados a sua identidade, atuam sobre como agir no seu cotidiano.

Assim, a relação entre a moralidade do adolescente e sua propensão a agir violentamente pode ser analisada sob essa perspectiva. Como aponta La Taille (2000b), existem formas de violência que não têm justificativa moral e formas de violência que são legítimas. Quer dizer que há violência moralmente justificável, podendo até mesmo não ser considerada ato violento, por exemplo, como o ato de defender-se (com violência física, até a morte) para salvar a própria vida.

La Taille (2000b), coerente com as proposições de Damon e Blasi, refletiu sobre a relação entre ação e raciocínio moral entre adolescentes autores de infração. No caso da violência que não tem justificativa moral, o autor parte de uma perspectiva em que a violência (ou a propensão a agir violentamente) não se localiza exclusivamente no contexto nem exclusivamente no indivíduo. Para La Taille: "quanto mais os valores morais estiverem associados à identidade de uma pessoa, mais ela estará propensa a agir coerentemente com eles" (La Taille, 2000b, p. 118). Com isso, ele afirma que aqueles que cometem ações que ferem seus próprios princípios éticos, agregados ao conjunto de representações de si (*self*), sentir-se-iam com vergonha diante deles mesmos e perderiam o autorrespeito.

Muitas vezes os valores agregados ao conjunto de representações de si são valores contrários aos morais. Se o indivíduo não respeita os valores agregados à sua identidade (conjunto de representações de si), atribui valor negativo à sua autoestima. La Taille sugere que os valores morais podem estar presentes ou ausentes na identidade dos adolescentes autores de infração. Se ausentes, agir por dever é inexistente; se presentes, podem ser centrais ou periféricos e, dependendo dessa posição, é mais frequente ou não a coerência entre juízo e ação moral.

Enfim, as contribuições das novas vertentes de pesquisa em psicologia moral trazem contribuições para se repensar os fenômenos presentes nos comportamentos e juízos morais. Elas têm um árduo caminho para organizar num todo coerente a explicação do funcionamento psíquico no campo da ética e da moralidade.

Considerações finais

As discussões realizadas a partir das vertentes teóricas apresentadas não tiveram a pretensão de definir um 'estado da arte' sobre o tema juízo e ação moral. Nosso esforço foi no sentido de delinear algumas construções teóricas que promovem o debate sobre o tema e, a partir daí, abrir outros caminhos possíveis de tratamento das lacunas apontadas pelos pesquisadores do campo.

As diferentes vertentes teóricas apresentadas são unânimes em afirmar a complexidade envolvida na investigação das relações entre juízos e ações morais. Os juízos passam a ser um dado probabilístico ou um indicador da possibilidade de agir, conforme os princípios e valores com os quais são orientados. Essa complexidade aponta para a inadequação dos modelos tradicionais de ciência psicológica no que está entre o juízo e a ação, abrindo espaço para a exploração de referenciais baseados nos paradigmas da complexidade (ver Morin, 2000) como um norte que deve ser considerado diante do objeto em questão.

As considerações acerca do *self* e a perspectiva narrativista de investigação também parecem promissoras e conectadas aos paradigmas contemporâneos de ciência. Os trabalhos de Angela Branco em conjunto com colaboradores (Barrios & Branco, 2008; Branco & Martins, 2001) estão entre essas propostas em que a linguagem e a cultura são elementos indispensáveis no funcionamento psicológico moral. Nesse sentido, sinalizam para uma integração das construções elaboradas pelos sujeitos e os elementos socioculturais na produção de significados sobre si e o mundo.

Um outro grupo de pesquisas são aquelas que trabalham com a Teoria dos Modelos Organizadores. Elas trazem o grande desafio de articular estruturas e conteúdos na análise do funcionamento psicológico. Metodologicamente essa perspectiva contribui destacando o trabalho com a linguagem como foco da análise da construção de significados sobre a realidade na resolução de problemas (Affonso, 2008; Lemos-de-Souza, 2008; Lemos-de-Souza &Vasconcelos, 2003).

Ressalta-se ainda que o trabalho também não se deteve nos aspectos metodológicos, por entendermos eles como consequência do debate das teorias. Trabalhos teóricos e experimentais posteriores podem explorar mais a dimensão do debate entre o narrativismo, que se aproxima da realidade concreta de experiências morais, e a metodologia tradicional, a partir dos testes e questionários de avaliação do desenvolvimento moral que tratam de uma dimensão abstrata do sujeito moral.

As dicotomias e os binarismos devem dar lugar a uma concepção de sujeito psicológico e de moral próxima da complexidade. Desse modo, as frentes de discussão e os modelos teóricos e metodológicos

necessitam de uma aproximação dos novos paradigmas que problematizem as abordagens de investigação, uma vez que estas abordagens tratam como opostos e excludentes os temas da moralidade (razão e afetividade; justiça e virtudes; forma e conteúdo), impossibilitando novas articulações.

Notas

* Os autores agradecem à CAPES pela concessão de bolsa durante a elaboração do trabalho de pesquisa do qual se originou este texto.

1 Para maior esclarecimento dessas perspectivas veja Kant, I. (1960). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Coimbra: Atlântida; Aristòteles. (2000). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Clairet.

2 Para Piaget, tomada de consciência "é uma reconstrução, e, portanto, uma construção original sobrepondo-se às construções devidas à ação." (Piaget, 1932/1994, p.141).

3 Kohlberg (1992), em resposta às críticas de Gilligan, considerou que a ética do cuidado é uma variante da ética da justiça, portanto, submetida a ela.

4 O texto *Conhecimento e mudança: os modelos organizadores na construção do conhecimento* (Moreno et al., 2000) inaugura essa perspectiva de investigação. Nele que estão as bases dessa proposta, embora as investigações relatadas tratem dos conhecimentos de física e não dos sociais, como é o caso da moralidade. Mesmo assim, traz contribuições relevantes para avanços da pesquisa nesse campo.

5 Araújo (1998, p. 42) esclarece que essa visão de que valores podem ser ou centrais ou periféricos parece ser estática, mas não é assim. Os sistemas de valores são organizados pelos sujeitos e o modo que eles atuam nas tomadas de decisões são bastante complexos, pois o sujeito interage com diversos conteúdos e pessoas em seu cotidiano. A proposta de Damon ainda assim é válida como método de análise dessas interações.

Referências bibliográficas

Affonso, S. B. (2008). *Estados emocionais e modelos organizadores do pensamento: um estudo de violência de gênero*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Arantes, V. A. (2000, julho/dezembro). Cognição, afetividade e moralidade. *Educação e Pesquisa*, *26*(2), 137-153.

Arantes, V. A. (2002). A afetividade no cenário da educação. In M. K. Oliveira, D. T. R. Souza, & T. C. Rego (Orgs.), *Psicologia, educação e temáticas da vida contemporânea* (pp. 159-176). São Paulo: Moderna.

Araújo, U. F. (1996). Moralidade e indisciplina: uma leitura possível a partir do referencial piagetiano. In J. G. Aquino, *Indisciplina na escola: alternativas práticas e teóricas* (pp. 103-116). São Paulo: Summus Editorial.

Araújo, U. F. (1998). *O sentimento de vergonha como regulador moral*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bakhtin, M. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Barrios, A. & Branco, A. U. (2008). Desenvolvimento moral: novas perspectivas de análise. *Psicologia Argumento*, 25, 413-424.

Biaggio, A. M. B. (1972). Desenvolvimento moral: análise psicológica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, 24*(1), 7-40.

Blasi, A. (1995). Moral understanding and the moral personality: The process of moral reasoning. In W. Kurtines & J. Gerwitx (Eds.), *Moral development: An introduction* (pp. 229-254). Needham Hiegths, MA: Allyn & Bacon.

Branco, A. U. & Martins, L. (2001). Desenvolvimento moral: considerações teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista. *Psicologia: teoria e pesquisa*, *17*(2), 169-176.

Campbell, R. L. & Christopher, J. C. (1996). Moral development theory: A critique of this kantian pressupositions. *Development Review, 16*(1), 1-47.

Chauí, M. (1999). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.

Damon, W. (1995). *Greater expectations*. San Francisco: The Free Press.

Eisenberg, N. (1976). The relation of political attitudes to constraint-oriented na prosocial moral reasoning. *Development Psychology*, 12, 552-553.

Eisenberg, N. (1986). *Altruistic emotion, cognition and behavior*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Eisenberg, N. (1996). Caugth in a narrow kantian perception of prosocial develompement: Reactions to Campbell and Christopher's critique of moral development. *Development Review*, *16*(1), 48-68.

Freitag, B. (1992). *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade.* Campinas: Papirus.

Gilligan, C. (1993). *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos.

Kohlberg, L. (1992). *Psicologia del Desarrollo Moral.* Bilbao: Desclée.

Koller, S. H. (1997). Desenvolvimento moral pró-social: semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. *Estudos de Psicologia*, *2*(2). Acesso em 09 de maio, 2002, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X1997000200002&script=sci_arttext&tlng=es

La Taille, Y. de. (1994). Prefácio à edição brasileira. In J. Piaget, *O juízo moral na criança* (pp. 7-20). São Paulo: Summus.

La Taille, Y. de. (1998a). *As virtudes morais segundo as crianças*. São Paulo: IP-USP.

La Taille, Y. de. (1998b). Prefácio à edição brasileira. In: J. M. Puig, *A construção da personalidade moral* (pp. 7-15). São Paulo: Ática.

La Taille, Y. de. (2000a, julho/dezembro). Para um estudo psicológico das virtudes morais. *Educação e Pesquisa*. 26(2), 109-121.

La Taille, Y. de. (2000b). Violência: falta de limites ou valor? In H. W. Abramos, M. V. Freitas, & M. P. Sposito (Orgs.), *Juventude em debate* (pp. 110-134). São Paulo: Cortez/Ação Educativa.

La Taille, Y. de. (2002a). *Vergonha, a ferida moral*. Petrópolis, RJ: Vozes.

La Taille, Y. de. (2002b). Cognição, afeto e moralidade. In M. K. Oliveira, D. T. R. Souza, & T. C. Rego (Orgs.), *Psicologia, educação e temáticas da vida contemporânea* (pp. 135-158). São Paulo: Moderna.

La Taille, Y. de. (2006). *Moral e ética: aspectos intelectuais e afetivos*. Porto Alegre: Art Med.

Lemos-de-Souza, L. (2008). *Modelos organizadores, gênero e moral na resolução de conflitos entre jovens na escola*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Lemos-de-Souza, L. & Vasconcelos, M. S. (2003). Modelos organizadores do pensamento: uma perspectiva de pesquisa sobre o raciocínio moral de adolescentes autores de infração. *Psicologia em Estudo*, *8*(2), 47-59.

Lourenço, O. (1996). A crítica narrativa da teoria moral de Kohlberg – espere um momento senhor pós-modernista! *Análise Psicológica*, 19, 53-80.

Lourenço, O. & Machado, A. (1991). In defense of Piaget's theory: A reply to 10 common criticisms. *Psychological Rewiew*, 103, 143-164.

Macedo, L. (Org.). (1996). *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Martins, S. P. (2003). *Juízo e representação da ação moral: um estudo na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Milgram, S. (1983). *Obediência à autoridade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Moreno, M. et al. (2000). *Conhecimento e mudança: os modelos organizadores na construção do conhecimento*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Moderna.

Morin, E. (2000). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Pavón, T. (2002). *Los modelos organizadores y el razonamiento moral. El sentimiento de culpa*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia Básica, Faculdade de Psicologia, Universidade de Barcelona, Barcelona.

Pérez-Delgado, E. & Garcia-Ros, R. (1991). *La Psicologia del desarollo moral.* Madrid: Siglo Veintiuno de España.

Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus Editorial. (Original publicado em 1932)

Puig, J. M. (1998). *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática.

Sastre, G. & Moreno, M. (2000, julho/dezembro). Nuevas perspectivas sobre el razionamiento moral. *Educação e Pesquisa*, *26*(2), 123-135.

Sastre, G., Moreno, M. & Fernandez, T. (1994). *El derecho de ser y la autorenuncia: sus modelos organizadores em la preadolescencia*. Madrid: Educación y Sociedad.

Sennet, R. (1988). *O declínio do homem público – as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Shweder, R. (1987). Culture and moral development. In J. Kagan & S. Lamb (Eds.), *The emergence of morality in young children* (pp. 1-83). Chicago: University of Chicago Press.

Silva, N. P. (2002). *Entre o público e o privado: um estudo sobre a fidelidade à palavra empenhada*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tappan, M. (1997). Language, culture and moral development: A vygostkyan perspective. *Developmental Review*, 17, 78-100.

Trevisol, M. T. C. (2002). *A construção do conhecimento social: um estudo dos modelos organizadores do pensamento em sujeitos entre 8 e 14 anos*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Leonardo Lemos de Souza é líder do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT - Campus Rondonópolis. Endereço para correspondência: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Rondonópolis, Universidade Federal de Mato Grosso. Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 06. Jardim Atlântico, Rondonópolis/MT. CEP 78735-001.
Email: llsouza@ufmt.br

Mario Sérgio Vasconcelos é líder do Grupo de Pesquisa Psicologia Construtivista e Educação e docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unesp – Campus de Assis. Endereço para correspondência: Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar. Unesp - Campus de Assis. Av. Dom Antonio, 2100 Parque Universitário, Assis/SP. CEP 19806-900.
Email: vascon@assis.unesp.br

Juízo e ação moral: desafios teóricos em psicologia
Leonardo Lemos de Souza e Mario Sergio Vasconcelos

Recebido em: 25/06/2008
Revisão em: 20/10/2008
Aceite final em: 22/11/2008

Psicologia & Sociedade; 21 (3): 353-357, 2009

A GENEALOGIA EM FOUCAULT: UMA TRAJETORIA*

Flavia Cristina Silveira Lemos
Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Hélio Rebello Cardoso Júnior
Universidade do Estado de São Paulo, Assis, Brasil

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de realizar uma trajetória da genealogia enquanto modo de escrever a história como pergunta/problema, de acordo com Michel Foucault, rompendo com uma história contínua, linear, teleológica, que buscava origens e semelhanças entre os objetos e as tentativas de estabelecer relações causais entre os acontecimentos. Uma história das práticas discursivas, de poder e subjetivação era a empreitada proposta por Foucault. A análise da proveniência e da emergência rompia com toda uma tradição historiográfica que fazia dos eventos memória e monumentos construídos e interpretados por categorias de semelhança. Foucault questiona este modelo de fazer história, trabalhando com novos temas e problemas e operando com a multiplicidade de acontecimentos dispersos, raros, heterogêneos, em recortes de séries de enunciados em arquivos, sem busca de origens primeiras e sem fins utilitaristas a alcançar.

PALAVRAS-CHAVE: história; genealogia; problematização; práticas; acontecimentos.

THE GENEALOGY IN FOUCAULT: A TRAJECTORY

ABSTRACT: This article aims to achieve a path of genealogy as a way to write history as question / problem, according to Michel Foucault, breaking with a continuous, linear, teleological history, which sought origins and similarities between objects and attempts to establish causal relationships between the events. A history of discursive practices, power and subjectivity was the contract proposed by Foucault. The analysis of the source and emergency broke with a whole historiographical tradition which made the events memory and monuments constructed and interpreted by categories of similarity. Foucault questions this model to make history, working with new issues and problems and working with the multiplicity of scattered, rare, heterogeneous events, in clippings of series of statements in files, without searching for early origins and without utilitarian goals to be achieved.

KEYWORDS: history; genealogy; problematization; practices; events.

A genealogia em Foucault: uma trajetória

Busca-se apresentar os principais conceitos, em Foucault, quanto à produção da verdade e das relações de poder-saber, a partir do método genealógico.

Anteriormente ao método genealógico, Foucault utilizava o método arqueológico, se preocupando com as regras que regiam as práticas discursivas e enfatizando uma prevalência teórica sobre a prática e as instituições.

Em período posterior, Foucault passa a priorizar as práticas sobre as teorias, saindo de uma posição contemplativa de discursos, ao introduzir a genealogia como um modo de problematizar as práticas sociais de dentro.

Em um terceiro momento, não há prioridade de teoria ou das práticas, mas imanência de saber-poder e, simultaneamente, produção de subjetividade.

As pesquisas históricas de Foucault são cartografias, mapas, diagramas que operam uma história problematizadora, que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição das evidências.

Pensar não seria contemplar e nem descobrir um solo primeiro e original ou último e seguro, mas uma tarefa de se colocar problemas continuamente. "Pensar é experimentar, é problematizar. O saber, o poder e o si são a tripla raiz de uma problematização do pensamento" (Deleuze, 2005, p. 124). O pensar seria uma abertura, sem um fim a atingir determinado por antecipação.

Toda relação causal estabelecida entre acontecimentos, tentando marcar um fio, ligando vários acontecimentos que teriam uma origem e evolução ao longo de um tempo considerado linear foi questionada por Foucault, em sua perspectiva genealógica.

Desse modo, a proposta empreendida era tentar escapar de todo ponto de vista causal, problematizar as práticas de poder, subjetivação e discursivas que construíam e produziam um modo de ser, pensar, agir e sentir específicos a uma época e em que estaríamos em vias de deixar de ser (Cardoso Jr., 2001). "O pensamento pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, 'pensar de outra forma' (futuro)" (Deleuze, 2005, p. 127).

Os historiadores, ao buscarem a origem de qualquer objeto, perderiam a possibilidade de fazer historiografia, pois, para Foucault (1979, pp. 16 e 19), "a genealogia ... se opõe à pesquisa de origem ..., o genealogista necessita da história para conjurar a quimera de origem".

Não há uma finalidade na história, assim como não há uma origem; os acontecimentos emergem ao acaso das forças, e não a partir de uma intenção ou determinação prévia.

As forças que são agenciadas, compondo um acontecimento, são heterogêneas, e qualquer tentativa de agrupá-las é da ordem da objetivação dos fenômenos, ou seja, das práticas, e não de um desvelamento de uma essência anterior ao processo de racionalização dos eventos. Para Foucault (1979, pp. 17-18),

> Se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.

Um acontecimento poderia atualizar-se, estando aberto aos devires e às novas forças que poderiam se apoderar dele, fazendo emergir novos sentidos e abrindo brechas para a construção de outros modos de ser: "a subjetivação, a relação consigo, não deixa de se fazer, mas se metamorfoseando" (Deleuze, 2005, p. 111).

A história, assim, é devir e mutação, se faz pela metamorfose, e não pela continuidade; por isso é descontínua e produzida ao acaso dos acontecimentos.

Foucault nos fala que o historiador não deve deter-se na busca de finalidades na história, considerando o estado atual de composição de forças o ápice de uma evolução; assim como não deveria buscar semelhanças entre os acontecimentos em uma história contínua, com supostas raízes em um passado vivo no presente.

Os acontecimentos não poderiam ser agrupados em categorias ou em identidades pré-estabelecidas. Segundo Marton (2001, pp. 203-204),

> A genealogia nietzschiana é entendida como análise da proveniência e história das emergências. ... A proveniência (*Herkunft*) não funda, não aponta para uma continuidade, não é uma categoria de semelhança. Perguntar-se pela proveniência de um indivíduo, de um sentimento ou de uma idéia, não é descobrir suas características genéricas para assimilá-lo a outros, nem mostrar que nele o passado ainda está vivo no presente, muito menos encontrar o que pôde fundá-lo, mas sim buscar suas marcas diferenciais, repertoriar desvios e acidentes de percurso, apontar heterogeneidades sob o que se imagina conforme a si mesmo. A emergência (*Entstehung*), por sua vez, não se confunde com o termo final de um processo, ... No indagar sobre a emergência de um órgão ou de um costume, não se trata de explicá-los pelos antecedentes que os teriam tornado possíveis, mas de mostrar o ponto de seu surgimento; não cabe compreendê-los a partir dos fins a que se destinariam, mas detectar um certo estado de forças em que aparecem.

Assim, contrapondo-se à história-memória (Foucault, 1989) e a seus postulados de busca de origem e continuidade, a genealogia não pretende "mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente" (Foucault, 1979, p. 21).

Foucault utiliza a Genealogia nietzschiana, propondo que se faça outra história que opere uma destruição das evidências, que "reintroduza o descontínuo em nosso próprio ser, que faça ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo" (1979, p. 28).

Desse modo, a tarefa do genealogista é promover a dispersão dos acontecimentos, "manter o que se passou na dispersão que lhe é própria" (Foucault, 1979, p. 21). É promover um corte entre uma suposta relação determinista entre a coisa e a palavra que a nomeia, problematizando as relações de saber-poder que produziram realidades, saberes e subjetividades, um modo de ser, de sentir e de pensar (Foucault, 1979).

O trabalho do genealogista é demorar-se sobre os documentos que narram o cotidiano e os detalhes considerados banais, que pareciam não ter história. Trata-se da "constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais" (Foucault, 1979, p. 171).

> A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. ... Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. (Foucault, 1979, p. 15)

A tarefa do historiador seria interrogar os documentos-acontecimentos, concebendo-os como um emaranhado de descontinuidades sobrepostas para que os estratos de conhecimentos se multiplicassem em

singularidades. A história seria uma multiplicidade de tempos, e não uma duração única (Foucault, 2000).

Seria necessário problematizar o processo de naturalização dos objetos, se apropriando de um operador metodológico caro a Foucault (Veyne, 1998) − o de "práticas". Para Foucault, não haveria um objeto completamente original, mas somente práticas de objetivação e, de modo imanente, de subjetivação.

Dessa forma, os objetos seriam correlatos de práticas, não havendo uma essência desses, mas múltiplas objetivações de práticas heterogêneas. A prática é o fazer, e "o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história" (Veyne, 1998, p. 257).

O genealogista deveria, portanto, descrever as práticas datadas historicamente. O trabalho do historiador consistiria em historicizar as racionalizações para que elas desapareçam. Os acontecimentos são raros e não há uma constante que os relacione, totalizando-os em uma unidade em função de supostas semelhanças entre categorias agrupadas.

A história é composta de séries diversas que se misturam e se embaralham, formando novas relações, atualizando-se, como "virtualidades sem rosto" (Veyne, 1998, p. 268).

Cada prática depende das práticas vizinhas e de suas transformações, ou seja, há um movimento, uma relação constante que move o tabuleiro dos dados e engendra novos sentidos: "tudo é prática; mas a prática do poder permanece irredutível a toda prática do saber" (Deleuze, 2005).

Há uma atualização dos acontecimentos que se diferenciam, e não de uma causalidade determinante, pois todas as relações causais são arbitrárias. Para estudar as práticas, Foucault propõe interrogá-las, colocar em questão os postulados instituídos que circulam no campo social como verdade, desconstruindo modos de vida e hábitos que foram cristalizados.

De acordo com O'Brien (1995, p. 34), as preocupações de Foucault eram com os modos de agir no presente e como eles estavam em vias de ruptura com o estabelecido. "Entre o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro" (Deleuze, 2005, p. 81). O saber é forma que opera por visibilidade e dizibilidade, e o poder é força que se exerce enquanto estratégia molecular sempre em relação com outras forças.

A questão metodológica central para a genealogia é a relação do saber com o poder e do poder com o saber, de acordo com Machado (1988). Esse autor pergunta: "O olhar que observa para controlar não é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia de poder?" (Machado, 1988, p. 195).

Foucault (1999) destaca que as técnicas do poder disciplinar - o exame, a vigilância e a sanção normalizadora - foram combinadas para intensificar o exercício das relações de poder e da produção de saber. Ele assinala que, através do exame, se fabricam os casos, se produz cada indivíduo como um caso a ser analisado.

Ao mesmo tempo em que um indivíduo é vigiado e modelado por tecnologias disciplinares, produz-se um campo documentário que o captura e o fixa, comparando-o com os demais, classificando-o, objetivando-o. Ele destaca que:

> a criança, o doente, o louco, o condenado se tornaram, cada vez mais facilmente a partir do século XVIII e segundo uma via que é a da disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos. Esta transcrição por escrito das existências reais ... funciona como processo de objetivação e de sujeição. (Foucault, 1999, p. 159)

Foucault alerta para o caráter de acontecimento dos discursos e para a concepção de arquivos como cruzamentos entre "mecanismos políticos e efeitos de discurso" (Foucault, 2003, p. 211).

Em *A Vida dos Homens Infames*, dá visibilidade para os jogos de poder/saber que constituíram os arquivos enquanto mecanismo de captura, sob a forma de discurso a respeito de vidas de pessoas que dificilmente seriam objeto de heroificação, corpos que entram na história através de pequenos desvios e transgressões.

A historicização das infâmias era realizada através do exercício de relações de poder enquanto táticas e técnicas de escrita de pequenos desvios que transformavam os documentos em monumentos a partir de um investimento incessante sobre os corpos fugidios, que insistiam em desobedecer, em romper com o instituído de uma determinada sociedade.

Fabricar arquivos seria produzir e fazer circular saberes como efeitos de um conjunto de forças que se enfrentam nas malhas das relações de saber-poder.

> A produção do discurso em nossa sociedade é indissociável de uma série de procedimentos de controle, de seleção, de organização e de redistribuição dos enunciados e dos sujeitos, procedimentos estes voltados para afastar os poderes e os perigos do discurso, para dominar seu aparecimento aleatório, para esquivar sua própria materialidade. (Alvarez, 1999, p. 74)

Para analisar as relações entre saber-poder através do método genealógico, Foucault (1979, p. 244) criou a noção de "dispositivo", que ele conceituou como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais,

filantrópicas". Portanto, a categoria "dispositivo" é um operador metodológico que nos auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação.

As práticas discursivas são concebidas como instituições, pois têm uma realidade material e disparam efeitos, tais como: lutas, processos de servidão e dominação; jogo de palavras composto de perigos e de relações de poder, produção de saberes e difusão destes em espaços institucionais, captura das ações em regimes de força, domesticação da multiplicidade em arquivos de uma escrita biográfica e o estabelecimento de relações entre acontecimentos díspares (Foucault, 2001).

Há uma polícia discursiva, de acordo com Foucault (2001), que filtra os discursos, apagando alguns, jogando luz sobre outros, controlando quem fala e o que fala, fixando limites de fala, estabelecendo critérios para a fala, qualificando algumas falas, desautorizando outras, conservando alguns discursos em arquivos e banindo outros, distribuindo alguns discursos e impedindo a circulação de outros, definindo fronteiras de discursos em disciplinas específicas, produzindo veneração de determinados discursos, recortando-os e os recompondo sob novas roupagens.

> A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. (Foucault, 1979, p. 172)

Analisar as relações poder em seus efeitos, em suas ramificações e positividade seria um dos objetivos de uma genealogia, pois as relações de poder produzem realidade, fabricam saberes, criam modos de ser.

Desse modo, Foucault (1979) propõe uma análise microfísica dos diagramas das relações de poder, rompendo com as análises de Marx, que viam o poder como repressão e negatividade.

As relações de poder não poderiam funcionar se não estivessem ancoradas em regimes de verdade; se não fossem imanentes à produção, à acumulação, à circulação e ao funcionamento de um discurso.

> Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (Foucault, 1979, pp. 179-180)

As relações de poder eram o foco. Como efeitos delas, emergiam os novos acontecimentos. Tratava-se de observar as heterogeneidades, ou seja, realizar a análise da proveniência, e não a busca de origens.

Um segundo procedimento seria a análise da emergência, em que nos preocuparíamos com os estados de forças que marcam o aparecimento de um costume, ao invés de assinalar o momento final de um processo.

Não haveria por que a história buscar as raízes de uma suposta identidade individual ou coletiva, no passado. Em cada inversão das relações de força, teríamos o surgimento de novos objetos (Marton, 2001).

> A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria a qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam. (Foucault, 1979, pp. 34-35)

Portanto, não teria sentido buscar nos documentos-acontecimentos vestígios de culturas anteriores para costurar uma linha reta do tempo, apontando as continuidades de certas tradições ao longo da história, querendo rebater as multiplicidades que proliferam em categorias agrupadas por semelhanças.

Nota

* Financiamento FAPESP

Referências bibliográficas

Alvarez, M. C. (1999). Michel Foucault e a ordem do discurso. In A. M. Catani & P. Martinez (Orgs.), *Sete ensaios sobre o Collège de France* (pp. 71-88). São Paulo: Cortez.

Cardoso Jr., H. R. (2001). *Tramas de Clio: convivência entre filosofia e história*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

Deleuze, G. (2005). *Foucault* (5ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1989). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (2000). *Ditos e Escritos, Vol. II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2001). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

Foucault, M. (2003). *Ditos e Escritos, Vol. IV: estratégia poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Machado, R. (1988). *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar.

Marton, S. (2001). *Extravagâncias: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche* (2ª ed.). São Paulo: Discurso Editorial e UNIJUÍ.

O'Brien, P. (1995). A história da cultura de Michel Foucault. In: L. Hunt (Org.), *A nova história cultural* (pp. 33-62). São Paulo: Martins Fontes.

Veyne, P. (1998). *Como se escreve a história*. Brasília, DF: UNB.

Flavia Cristina Silveira Lemos é Professora de psicologia social da UFPA. Psicóloga, Mestre em Psicologia e Sociedade e Doutora em História e Sociedade pela UNESP-Assis/SP. Endereço para correspondência: Av. Almirante Barroso, 2010, bloco A, apto 1004. Bairro Marco. Belém/PA. CEP: 66.093-907. E-mail: flavazevedo@bol.com.br

Hélio Rebello Cardoso Júnior é Graduado em História, Mestre e Doutor em Filosofia. Pós-Doutorado em História da Filosofia na Indiana University-Purdue University (2008). Professor adjunto Livre-docente no departamento de História na UNESP-Assis/SP.

A genealogia em Foucault: uma trajetória

Flavia Cristina Silveira Lemos e Hélio Rebello Cardoso Júnior

Recebido em: 19/07/2008
Revisão em: 20/08/2008
Aceite final em: 29/08/2008

MARTÍ Y LA PSICOLOGÍA

Diego Jorge González Serra
Universidad de la Habana, Habana, Cuba

RESUMEN: El objetivo del presente trabajo es demostrar que existe un pensamiento psicológico en José Martí. Se señala el criterio martiano de la unidad de observación y reflexión como base de la ciencia, su pensamiento multilateral y sintético, su promoción explícita de la ciencia del espíritu, su concepción sobre la unidad de lo general, lo particular y lo individual en el hombre, sus ideas sobre el pensamiento, la imaginación, la inteligencia, la afectividad, sobre la unidad del conocimiento y el afecto y sobre el espíritu de los pueblos.

PALABRAS CLAVE: José Marti; Psicología.

MARTÍ E A PSICOLOGIA

RESUMO: O objetivo deste trabalho é demonstrar que existe um pensamento psicológico de José Martí. Destacam-se o critério martiano da unidade de observação e reflexão como base da ciência, o seu pensamento multilateral e sintético, sua promoção explícita da ciência do espírito, sua concepção sobre a unidade do geral, o particular e o individual no homem, suas ideias sobre o pensamento, a imaginação, a inteligência, a afetividade, sobre a unidade do conhecimento e do afeto e sobre o espírito dos povos.

PALAVRAS-CHAVE: José Marti; Psicologia.

MARTI´S PSYCHOLOGICAL IDEAS

ABSTRACT: The aim of the present paper is to bring to light Marti’s psychological ideas. The paper discusses Marti’s concepts on the science of the spirit. It deals with his beliefs on the unity of observation and thinking as the basis of science; with his multilateral and synthetic thinking; with his ideas regarding the unity of the general, the particular and the individual in man; with his concepts of thinking, imagination and intelligence, moral and motivation; with his beliefs on the unity of cognition and affection, and with his ideas on the spirit of peoples.

KEYWORDS: José Marti, Psychology

José Martí (1853 – 1895), Héroe Nacional de la República de Cuba, fue el organizador e iniciador de la guerra de independencia que finalmente liberó a Cuba de España. Se destacó como político, periodista, poeta, y como un gran pensador.

El objetivo central del presente artículo es demostrar que existe un pensamiento psicológico en José Martí. Nuestra hipótesis es que Martí expresó criterios, formuló aseveraciones u opiniones sobre temáticas que han sido tradicionalmente objetos de la psicología. En la extensa revisión que hemos realizado de la bibliografía pasiva sobre José Martí no hemos encontrado libros ni artículos donde explícitamente se estudien sus ideas psicológicas.

I En el contexto filosófico

En el contexto de sus notas sobre filosofía Martí nos habla del espíritu y de las vías de su conocimiento e investigación. Ve las fuentes del conocimiento en la unidad de observación y reflexión. Dice: “Razón práctica no quiere decir razón material, sino razón experimental”. (Martí, 1975o, p. 362). En el contexto de la práctica no reduce la observación a su aspecto material, sino que incluye también la consideración del espíritu. Sobre su método de pensamiento dice:

> Método bueno filosófico es aquel que, al juzgar al hombre lo toma en todas las manifestaciones de su ser; y no deja en la observación por secundario y desdeñable lo que, siendo tal vez por su confusa y difícil esencia primaria no le es dado fácilmente observar. (Martí, 1975o, pp. 364-365).

Este enfoque multilateral y sintético del pensamiento martiano se expresa de manera notable en sus concepciones psicológicas. El Apóstol concibe el espíritu como la unidad de los opuestos. (AQUÍ PONGO PUNTO Y APARTE)

Define el espíritu diciendo: “Lo que no se puede tocar ni ver es invisible e intangible” (Martí, 1975o, p.

360). Para él: "Naturaleza es todo lo que existe, en toda forma, espíritus y cuerpos" (Martí, 1975o, p. 364). O sea, el espíritu existe al igual que los cuerpos y ambos forman parte de la naturaleza.

En todo el decurso de su obra se pregunta sobre las relaciones entre el espíritu y el cerebro. Se niega a reducir el espíritu a características anatómicas o fisiológicas, pero a la vez reconoce la necesidad de tener en cuenta al cuerpo y al cerebro en unidad con el espíritu.

Para comprender mejor el concepto martiano de espíritu y la relación de éste con la naturaleza y el cerebro deben tenerse en cuenta las siguientes afirmaciones del Apóstol:

> Que cada grano de materia traiga en sí un grano de espíritu, quiere decir que lo trae, más no que la materia produjo al espíritu: quiere decir que coexisten, no que un elemento de este ser compuesto creó el otro elemento. !Y ese sí es el magnífico fenómeno repetido en todas las obras de la naturaleza: la coexistencia, la interdependencia, la interrelación de la naturaleza y el espíritu. (Martí, 1975s, p. 317).

Y en l888 es partidario de "lo que la naturaleza enseña en el desarrollo simultáneo y unido de lo corpóreo e incorpóreo del hombre" (Martí, 1975i, p. 479).

II La "Ciencia del Espíritu"

En los momentos en que surgía en el mundo la psicología como disciplina independiente de la filosofía, José Martí planteó y fundamentó la necesidad e importancia de la "ciencia del espíritu" basada en hechos.

En su Cuaderno de Notas # 4 escrito probablemente entre los años l878 y l880 (o sea, cuando W. Wundt fundaba en Leipzig su laboratorio de psicología experimental que marca el inicio de esta ciencia particular) el joven José Martí dice: "La vida humana es una ciencia" (Martí, 1975q, p. l37).

En l882 expresa: "El alma ha de estudiarse como el cuerpo" (Martí, 1975s, p. 212). En l883 dice: "La ciencia del espíritu, menos perfeccionada que las demás por estar formada de leyes más ocultas y hechos menos visibles, ha de construirse sobre el descubrimiento, clasificación y codificación de los hechos espirituales" (Martí, 1975f, p. 347). Esta es la primera vez en sus escritos que Martí habla de "Ciencia del Espíritu", de "leyes" de esta ciencia y de "hechos espirituales".

Es en un breve artículo para *La América* de Nueva York, en mayo de l884, donde el Maestro nos ofrece su único y más importante trabajo dedicado por entero a su concepción y a su promoción de la psicología científica. Allí dice: "la filosofía materialista, al extremar sus sistemas, viene a establecer la indispensable necesidad de estudiar las leyes del espíritu." (Martí, 1975m, p. 395).

Exagerando un poco podríamos decir que este es el manifiesto psicológico de José Martí donde plantea la indispensable necesidad de desarrollar la ciencia del espíritu, de descubrir sus leyes, leyes generales que no se contradicen con la originalidad fructífera e individualidad de la persona humana, porque el hombre no es una entidad definitivamente aislada sino que pertenece a tipos, y responde a regularidades. Y nos habla de los egoístas y los altruistas y de esos momentos luminosos en que "hombres acumulados" ponen cada vez más alto la bandera humana, porque ésta es también una "ley del espíritu". Y repite: "La vida espiritual es una ciencia, como la vida física" (Martí, 1975m, p. 396). Y a continuación aborda el problema de la herencia de los atributos psicológicos en el hombre, asumiendo un enfoque multilateral, sintético.

Exageramos porque no se trata de un científico, sino de un periodista y un político, pero decimos "manifiesto psicológico" porque aquí Martí se manifiesta partidario de la psicología científica, basada en hechos, y descubridora de leyes, a la vez que le aporta una metodología teórica, una manera de pensar multilateral y sintética.

Y en los hechos del espíritu Martí incluye las vivencias, pero también los datos de la conducta. Dice: "Vive con un hombre; sólo así sabrás quien es." (Martí, 1975q, p. 76). Pues el Apóstol no separó el espíritu de la actividad del hombre, sino que apreció su unidad, su identidad y continuidad.

III El concepto de hombre

El tema del hombre se encuentra en todo el decurso de la obra del Maestro. Este es un concepto clave pues su esclarecimiento le resultó imprescindible para luchar por el mejoramiento humano, superioridad de unas razas y pueblos sobre otros y plantear la necesidad de forjar el "hombre real" latinoamericano.

El Apóstol apreció la unidad de lo general, lo particular y lo individual en el hombre. Destacó lo general cuando habló de la identidad del hombre. Dice: "Razas, lenguas, historia, religiones, todo eso son vestiduras de quitaipón, debajo de las cuales surge, envolviéndolas y dominándolas, la esencial e invariable naturaleza humana..." (Martí, 1975h, p. 475).

Y si se quiere conocer en qué consiste esta esencial identidad, creemos interpretar fielmente al Apóstol cuando destacamos:

1 - "El hombre es exógeno y endógeno" (Martí, 1975r, p. 225).

En su biografía de H.W. Beecher dice: "Nada es un hombre en sí, y lo que es, lo pone en él su pueblo."

“Los hombres son productos, expresiones, reflejos.” (Martí, 1975k, p. 34).

Pero también nos dice: “Fuerza es que cada hombre ... se labre a sí propio.” (Martí, 1975g, p. 272). “El hombre debe realizar su naturaleza” (Martí, 1975b, p. 479). Así señaló tanto la determinación externa (o exógena) del hombre, como su carácter activo y creador de sí mismo, su autodeterminación (endógena).

2 - El hombre es “una fiera educada”.

Define: “El hombre, en verdad, no es más, cuando más es, que una fiera educada. Eternamente igual a sí propio... si en lo esencial suyo no cambia, cambia y mejora con el conocimiento de los objetos de la vida y de sus relaciones.” (Martí, l983, p. 74). De esta manera concibió la unidad en el hombre de lo natural (la fiera) y lo espiritual o superior (su educación). En consecuencia se opone a los criterios puramente biologistas e innatistas e integra la determinación innata con la adquirida. Dice que “cada hombre es en sí el resumen de los tiempos” (Martí, 1975l, p. 347). Pues “en el espíritu del hombre están... todas las edades de la Naturaleza” (1975f, p. 333), “cada hombre lleva en sí todo el mundo animal” (1975h, p. 79) y “la vida individual es un resumen breve de la vida histórica... la vida de un hombre copia la vida de una nacionalidad” (1975o, pp. 441-442). O sea, el Apóstol concibió al hombre como la expresión y el resultado del desarrollo natural e histórico social.

3 - La interpenetración del espíritu del hombre y el del pueblo en que viene a la vida.

Martí señaló la unidad de individuo y sociedad. El hombre es a la vez una expresión y un determinante activo de su pueblo.

Hasta aquí hemos visto en qué consiste para el Maestro la identidad del hombre, o sea, su naturaleza general, esencial, invariable, pero también señaló lo particular en el ser humano, debido a diferencias hereditarias, raciales, culturales, de personalidad y de circunstancia. En “Nuestra América”, teniendo en cuenta las particularidades raciales, étnicas y condiciones geográficas de los hombres de América Latina, planteó el concepto de “hombre natural”, o sea, el hombre que constituye un reflejo de dichas particularidades y condiciones. Es necesario crear los métodos, las instituciones, el gobierno y la cultura que se correspondan con estas características. Sólo así surgirá el “hombre real” de Nuestra América. Si las instituciones, si la cultura, son exóticas, tomadas a otras naciones quizás más desarrolladas, no responden al “hombre natural” y éste las rechaza. Así su concepto de hombre orientó al Apóstol en su lucha en favor de nuestra América.

Y, además de señalar lo particular, destacó que “la individualidad es el distintivo del hombre” (Martí, 1975m, p. 398).

IV Pensamiento, imaginación e inteligencia

En los años 75 y 76, en México, aparece su primera preocupación por la inteligencia latinoamericana. Durante su larga estancia en Estados Unidos dejó escritas muy diversas observaciones sobre el intelecto humano que denotan su interés permanente por esta temática hasta el último momento de su vida.

Durante sus años de periodista en México y otros países de Latino América vio en las características intelectuales de los pueblos de nuestra América una causa de su estancamiento y atraso.

Expresa en México en julio de l875:

> La inteligencia tiene dos fases distintas: la de creación y la de aplicación, cuando aquélla no se une a ésta, hace desventurados y mártires, enfermos incurables del dolor perpetuo de la vida: la de aplicación, con ser menos noble, es más adecuada y necesaria a la existencia: una y otra mezcladas son el germen escondido del bienestar de un país.
>
> Mas dadas son a crear que a aplicarse las inteligencias de tierra americana; pero como no tiene medios de realización, su potencia creadora busca en vano lo práctico, vaga por lo único que es suyo, vuela errante por lo improductivo y lo ilímite y hace de la vida oficio de poeta, el que tiene el deber formal de hacerla oficio de hombre. (Martí, 1975d, p. 270).

En octubre del mismo año plantea una tesis que repite en varias ocasiones: “La inteligencia y la imaginación tienen cualidades de esencia distinta; el estudio reflexivo, que dañaría a la imaginación, a la inteligencia es necesario y aprovecha.” (Martí, 1975d, p. 351).

Donde nos parece que ofrece la solución al problema psicológico y a la vez social que plantea es en una nota sin fecha para la preparación de un artículo donde dice:

> No hay que rebajar las condiciones que se tienen: sino equilibrarlas por el realce o adquisición de las que no se tienen. Para dar a los pueblos de la América del Sur lo que les falta, no hay que rebanarles la hermosa imaginación, sino levantarla, dotarlos de razón en igual grado. Lo contrario sería mejorar perdiendo... Preservad la imaginación, hermana del corazón... Los pueblos que perduran en la historia son los pueblos imaginativos. Y cread al pueblo sumo, rico sin rival en naturaleza, rico sin rival en imaginación, rico sin igual en razón (Martí, 1975s, pp. 43-44).

Interpretando al Apóstol entendemos que los pueblos de Latino América son más dados a crear que

a aplicar su inteligencia; en ellos, predomina la imaginación no subordinada a la razón y esto los conduce a no resolver los problemas prácticos y desviarse, a hacer vida de poeta y a una improductiva y conflictiva vida político social. La solución está en desarrollar la razón y la aplicación de la inteligencia a la solución de los problemas prácticos. No está en disminuir la imaginación que también tiene un rol fundamental en la vida de los pueblos.

Véase cómo para Martí el esclarecimiento de una problemática psicológica constituye a la vez la búsqueda de una solución a los problemas de nuestra América. Debe saberse que el Apóstol habló de los procesos intelectuales conscientes, pero también se interesó por los involuntarios, automáticos e intuitivos.

V Moral y ciencia del espíritu

¿Quién duda que la moral es el centro de gravedad del Ideario Martiano? En su empeño por forjar el patriotismo, construir nuestra república, salvar a Latino América y mejorar al hombre, vio en la formación moral el arma fundamental.

Sin embargo, la educación moral y política requiere imprescindiblemente el esclarecimiento de conceptos y leyes de la ciencia del espíritu, aquellos referentes a la motivación, las necesidades y su dinámica funcional. Por ello pensamos que las ideas psicológicas del Maestro tuvieron su mayor desarrollo en estas temáticas morales y aquí se presentan dispersas e inconexas, como prédica moral, como ideas políticas, como comentarios periodísticos y críticas de arte. Por ello pueden pasar inadvertidas para quien no tenga "olfato" psicológico.

Martí puso en el centro de la educación moral el conflicto entre altruismo y egoísmo (la virtud, la generosidad, el amor a la patria y a la humanidad en conflicto con la ambición personal, el afán de lucro, la irresponsabilidad y el abandono de los deberes). Y a esto añadió otro importante y también decisivo requerimiento moral del hombre: la independencia, la libertad, la creatividad.

En su "manifiesto psicológico" planteó una tipología:

> la división entre egoístas y altruistas, entre aquellos que viven exclusivamente para su propio beneficio...; y aquellos a quienes más que el propio bien, o tanto por lo menos, preocupa el bien de los demás. El avaro es el tipo esencial del egoísta; el héroe es el tipo esencial del altruista. (Martí, 1975m, p. 396).

Ya anteriormente había señalado una jerarquía motivacional: "el hombre por esencia individualista" (Martí, 1975d, p. 277). "En las almas, hay dos huéspedes: el deber, pigmeillo; y el apetito, voraz gigante. Uno es el objeto de los hombres: improvisar riquezas." (Martí, 1975l, p. 491).

Definió el carácter como "el denuedo para obrar conforme a la virtud, que tiene como enemigos los consejos del mundo y los afectos más poderosos en el alma." (Martí, 1975c, p. 143). E igualmente expresa: "el desinterés, raíz del carácter" (Martí, 1975j, p. 27).

En l880 escribe a Miguel Biondi sobre un libro que ya se preparaba a redactar, pero que debió posponer: "Examinaré en él esa vida falsa que las convenciones humanas ponen en frente de nuestra verdadera naturaleza, torciéndola y afeándola" (Martí, 1975p, p. 284).

El Apóstol dice:

> Así es la tierra ahora una vasta morada de enmascarados. Se viene a la vida como cera, y el azar nos vacía en moldes prehechos. Las convenciones creadas deforman la existencia verdadera, y la verdadera vida viene a ser como corriente silenciosa que se desliza invisible bajo la vida aparente, no sentida a veces por el mismo en quien hace su obra cauta...Asegurar el albedrío humano; dejar a los espíritus su seductora forma propia; no deslucir con la imposición de ajenos prejuicios las naturalezas vírgenes; ponerlas en aptitud de tomar, por sí lo útil, sin ofuscarlas, ni impelerlas por una vía marcada. !He ahí el único modo de poblar la tierra de la generación vigorosa y creadora que le falta!. (Martí, 1975e, p. 230).

Expresa en otros lugares de su obra: "Fuerza es que cada hombre, con sus manos tenaces se labre a sí propio" (Martí, 1975g, p. 272). "El hombre debe realizar su naturaleza." (Martí, 1975b, p. 474). La psicología contemporánea ha llamado "auto realización" a esto último.

Así vemos como las exigencias morales del Apóstol, el altruismo y la autodeterminación, lo llevaron a esclarecer conceptos que hoy en día pertenecen a la psicología.

Debe saberse que el Maestro nos habló de la motivación consciente, pero también de la inconsciente, la que apreció sobre todo en lo que llamó "compensación" de necesidades.

VI La unidad del conocimiento y el afecto

Por propia convicción filosófica y por ser brújula guiadora de su práctica, el Maestro enfatizó la unidad del conocimiento y el afecto. Veamos sus expresiones: "se necesita abrir una campaña de ternura y de ciencia" (Martí, 1975f, p. 291). "No son inútiles la verdad y la ternura" (Martí, 1975p, p. 475). "Pero seré mientras viva, en el Cayo como en el monte, fortaleza de verdad y amor. Con la realidad y por el cariño." (Martí, 1975a, p. 268).

En sus notas mas tempranas redactadas en su primera deportación, cuando estudiaba en España,

expresa: "Al alma pertenecen las facultades volitivas, intelectuales y sentimentales." (Martí, 1975q, p. 48).

En todo el decurso de su obra el Maestro destaca la unidad, la identidad, la penetración recíproca del intelecto y el afecto. Para él la voluntad y la motivación actúan dentro del pensamiento, el genio es una fuerza que mueve, crea o destruye; y a su vez el conocimiento actúa dentro de la voluntad, dentro de la motivación, querer es saber, sin saber no se puede querer. Igualmente piensa que "la inteligencia da bondad, justicia y hermosura" (Martí, 1975c, p. 108); y también afirma lo inverso, que "la virtud es un hada benéfica...da a la mente las fuerzas del genio" (Martí, 1975g, p. 134). Lo dice claramente: "no hay buena educación sin instrucción. Las cualidades morales suben de precio cuando están realzadas por las cualidades inteligentes." (Martí, 1975o, p. 375), "el cultivo de la inteligencia ennoblece." (Martí, 1975d, p. 267).

Pero también afirma lo inverso: "el don de amor, lo que hace fecundo al genio." (Martí, 1975f, p. 410); "por ser a las claras un hombre bueno, que es la primera condición para ser inteligente de veras" (Martí, 1975e, p. 371); "la ley del talento...es el desinterés." (Martí, 1975j, p. 473).

En la conclusión de su cuento "Meñique" el Maestro nos legó a los psicólogos una profunda idea que obliga a pensar. Dice: "el que es estúpido no es bueno; y el que es bueno no es estúpido. Tener talento es tener buen corazón; el que tiene corazón, ése es el que tiene talento." (Martí, 1975n, p. 324).

VII El espíritu de los pueblos

¿Se interesó el Apóstol por la psicología social?

En su obra podemos leer observaciones, criterios y análisis psicológicos sobre la unidad de individuo y sociedad. Sobre el espíritu de pueblos, razas y etnias, y sobre la identidad nacional. El Maestro señaló: "esa interpenetración misteriosa del espíritu del hombre y el del pueblo en que viene a la vida" (Martí, 1975h, p. 62).

Para Martí la correcta formación del individuo conduce al esplendor del pueblo; pero también lo inverso es cierto: los individuos son formados por el pueblo, son reflejos del pueblo. El hombre es una manifestación de su pueblo, y este último vive y existe a través de los hombres que lo componen.

Diversos escritos del Maestro abordan las causas subjetivas de las dificultades y limitaciones de los pueblos de nuestra América y del pueblo norteamericano, las características psicológicas de la raza negra, de los indios de América, y el análisis psicológico de la situación de los cubanos en la emigración.

Para un patriota que lucha por la independencia de su tierra el concepto de identidad nacional resulta decisivo. Y este es el caso de José Martí.

Especial atención prestó a la diferencia entre, de un lado, los pueblos de nuestra América, y, del otro, los pueblos de la América que no es nuestra. Los pueblos latinoamericanos - incluyendo el cubano - vivimos devorados por la persecución infatigable de un ideal de amor o de gloria, sólo amamos lo que nos pone en riesgo y nos agita.

El pueblo norteamericano es turbado sólo por el ansia de posesión de una fortuna, vive vacío de espíritu, no hace cosa sin objeto, quiere vaciar donde lo vean lo que gana donde no lo vean, se vende y cree que todo se compra, la vida no es más que la conquista de la fortuna y se les va en ganar y ostentar. los hombres compran a las mujeres con joyas y vestidos, como juguetes de lujo.

Fruto del análisis de la psicología de ambos pueblos el Apóstol señala lo que considera la sociedad ideal:

> Hay por suerte un equilibrio perpetuo tanto en la naturaleza de los pueblos como en la de los hombres. La fuerza de la pasión esta contrapesada por la fuerza del interés. Un apetito insaciable de gloria lleva a los hombres al sacrificio y a la muerte, pero un instinto innato los lleva al ahorro y a la vida. La nación que descuida una de esas fuerzas, muere. Hay que guiarlas juntas, cual la pareja de caballos de un carruaje. Y ésa es la razón de las desgracias de los países sudamericanos: la fuerza de la pasión ha sido allí hasta hoy más grande que la fuerza del interés. Se desprecia el dinero: se adora a la idea. Ser rico no es allí sino algo secundario. Ser conocido, ser glorioso, es grande: ése es el objetivo de sus esfuerzos. (Martí, 1975o, pp. 154-155).

Basado en este mismo criterio se opone al espíritu enmonedado y puramente práctico del pueblo norteamericano.

Véase cómo en el pensamiento del Apóstol los conceptos teóricos acerca de la identidad espiritual de los pueblos sirven de base a empeños independentistas, morales y de progreso social.

VIII Conclusión: Martí y el futuro de la Psicología

Aquí llegamos al final de este artículo. Nuestro objetivo ha quedado cumplido y nuestra hipótesis ha sido demostrada: José Martí tiene un pensamiento psicológico.

¿Qué ha legado el Apóstol a la psicología del futuro, del siglo XXI? Expresemos nuestro punto de vista.

1ero) La fuente del conocimiento: la unidad de observación y reflexión: la práctica y los hechos como base de la ciencia que incluye tanto las vivencias como la observación externa de la conducta.

2do) El método multilateral, que une el análisis con la síntesis, pues "lo verdadero es lo sintético"

(Martí, 1975d, p. 233). Sus concepciones psicológicas son multilaterales e indican una gran tarea para la psicología del siglo XXI: trabajar por la síntesis de todas las corrientes teóricas que en el siglo XX han sido unilaterales y sólo analíticas, acabar con el sectarismo y el dogmatismo, superar a todas las escuelas para fundar una sola: la Ciencia Psicológica.

3ero) La unidad de lo científico y lo ideológico (la moral, el arte, la política). El Apóstol fue un fervoroso partidario de la verdad científica basada en hechos, pero puso todos sus conocimientos psicológicos al servicio de la moral, los vinculó al arte y los empeñó en la tarea de luchar por la libertad de Cuba, Latino América y todos los pueblos del mundo.

Las ideas psicológicas de José Martí constituyen una parte fundamental de su teoría de la liberación de los pueblos (centrada en Cuba y Latino América) y el fundamento de sus concepciones sobre la formación de un hombre espiritualmente superior que garantice la libertad y la independencia.

Su ejemplo como pensador y hombre de acción nos enseña a ser psicólogos comprometidos con la moral y con la lucha por la libertad, la justicia social y por un hombre nuevo y superior.

El Ideario Martiano plantea tres tareas fundamentales a la psicología del siglo XXI: luchar por un hombre altruista (entregado a la patria y a la humanidad), creador y libre (que no sea víctima de la convención ni del formalismo, que pueda realizar su naturaleza). He aquí el único modo de poblar la tierra de una generación vigorosa y creadora que le falta.

Es increíble la actualidad del pensamiento del Apóstol. La luz de su genio ilumina el presente y el futuro de la humanidad.

Con este artículo (resumen del libro inicialmente indicado), en representación de la psicología cubana, rendimos tributo de infinito reconocimiento a nuestro gran pensador, a uno de los hombres que más hizo por fundar la libertad que tenemos y que, renaciendo de su obra eterna, nos indica el camino.

Referencias

González, D. J. (1999). *Martí y la Ciencia del Espíritu.* La Habana: Editorial Si - Mar S.A.

Martí, J. (1975a). *Obras Completas* (Vol. 2). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975b). *Obras Completas* (Vol. 4). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975c). *Obras Completas* (Vol. 5). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975d). *Obras Completas* (Vol. 6). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975e). *Obras Completas* (Vol. 7). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975f). *Obras Completas* (Vol. 8). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975g). *Obras Completas* (Vol. 9). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975h). *Obras Completas* (Vol. l0). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975i). *Obras Completas* (Vol. 11). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975j). *Obras Completas* (Vol. 12). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975k). *Obras Completas* (Vol. l3). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975l). *Obras Completas* (Vol. l4). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975m). *Obras Completas* (Vol. l5). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975n). *Obras Completas* (Vol. 18). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975o). *Obras Completas* (Vol. l9). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975p). *Obras Completas* (Vol. 20). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975q). *Obras Completas* (Vol. 2l). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975r). *Obras Completas* (Vol. 22). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1975s). *Obras Completas* (Vol. 23). La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Martí, J. (1983). *Otras Crónicas de Nueva York*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

Diego Jorge González Serra es Profesor Titular Adjunto de la Universidad de la Habana, Cuba. Dirección: Policlínico Plaza, Ermita y San Pedro. Plaza de La Revolución. Ciudad de La Habana. República de Cuba. Carrera de Psicologia. Universidad de Ciências Médicas.
Email: diegonza@infomed.sld.cu

Martí y la Psicología
Diego Jorge González Serra

Recebido em: 23/10/2008
Aceite em: 14/10/2009

PSICOLOGIA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE LIBERDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Bader Burihan Sawaia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO: Por trás da desigualdade social há sofrimento, medo, humilhação, mas há também o extraordinário milagre humano da vontade de ser feliz e de recomeçar onde qualquer esperança parece morta. A Psicologia tem o dever de resguardar essa dimensão humana nas análises e intervenções sociais, desmentindo as clássicas imagens dos desvalidos contentando-se em se conservarem vivos. Assim, ela colabora com o aperfeiçoamento de políticas sociais, evitando mecanismos de inclusão social perversa. A concepção de afeto de Espinosa e a de liberdade de Vigotski são pressupostos importantes: um afeto que é a base da ética e da política; uma liberdade que exige a ação coletiva e não se confunde com livre-arbítrio, tendo por base a criatividade e a imaginação. Nessa perspectiva, um dos desafios do combate à desigualdade social é elucidar o sistema afetivo/criativo que sustenta a servidão nos planos (inter)subjetivo e macropolítico, para planejar uma práxis ético/estética de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: afeto; liberdade; políticas públicas; transformação social; sentido; potência de ação; inclusão perversa.

PSYCHOLOGY AND SOCIAL INEQUALITY: A REFLECTION ON FREEDOM AND SOCIAL TRANSFORMATION

ABSTRACT: Behind social inequality there is suffering, fear, humiliation, but there is also the extraordinary human miracle will to be happy and to start where any hope seems to be dead. Psychology has a duty to protect this human dimension in the analysis and social interventions, belying the classic images of the destitute ones being merely grateful for being alive. Thus, it collaborates with the development of social policies avoiding mechanisms of perverse social inclusion. The design of affection for Spinoza and of freedom for Vygotsky are major preconditions: an affection is the basis of ethics and politics, freedom requires collective action and it is not to be confused with freewill, based on creativity and imagination. From this perspective, one of the challenges of combating social inequality is to elucidate the affective / creative system which holds the servitude in the (inter) subjective and macro-political plans, to plan an ethical / aesthetic practice of social transformation.

KEYWORDS: affection; freedom; public policy; social change; direction; power of action; perverse inclusion.

O tema deste artigo destaca uma relação inquestionável entre subjetividade, desigualdade e transformação social. Nenhum referencial teórico das Ciências Humanas a refuta. Grandes pensadores se debruçaram sobre ela, criando categorias analíticas indispensáveis à sua análise, dentre as quais se destacam os poderosos conceitos marxistas de alienação e ideologia. Freud também a considerou na avaliação do alcance da terapia psicanalítica. Defendia o direito dos pobres de terem acesso à psicanálise, mas temia que eles fossem resistentes à terapia por estarem menos "dispostos a renunciar às suas neuroses", porque não viam atrativos para voltar às suas pobres vidas atravessadas por sofrimento e dificuldades de sobrevivência (Freud, 1968).

A polêmica ocorre em torno do como se dá essa relação: se a subjetividade determina a desigualdade ou, ao contrário, se a desigualdade determina a subjetividade.

Um exemplo da primeira concepção é a hipótese, que permitiu a emergência da ciência econômica, de que os homens se comportam sempre de maneira egoisticamente racional na perseguição da maximização de seus próprios interesses, o que significa afirmar que a afetividade é a base da organização social (Bodei, 1995, p. 18).

Como exemplo da segunda concepção, tem-se a pesquisa sobre o suicídio realizada pelo pai da Sociologia, Durkheim, que, fazendo uma crítica à recém-criada ciência psicológica, procura demonstrar que o fato individual não tem força social. Para ele, até mesmo o suicídio, que aparentemente é um ato que depende da vontade de cada um, na verdade é um fato social, determinado por variáveis objetivas e não subjetivas (Durkheim, 2003). É preciso lembrar que o paradigma científico clássico não aceita a subjetividade como obje-

to de estudo, por seu caráter instável, imprevisível, sem fisicidade, portanto, não observável e mensurável.

Por trás desse acirrado debate, há, todavia, um consenso. Independentemente da direção causal que se defende, a avaliação é a de que a relação é pela negatividade. A subjetividade – quer seja determinante, quer seja determinada – é sempre a vilã, a que explica a desigualdade e obstaculiza qualquer ação transformadora. Dessa forma, a única maneira de tratá-las só pode ser por controle, disciplinarização ou eliminação, e até mesmo pela patologização.

Todos temos o firme propósito de assegurar a presença da Psicologia Social na análise das questões sociais como um saber militante em nossas atuações em comunidade, em movimentos sociais, em políticas públicas de saúde e de assistência social, bem com em outras ações de caráter coletivo, e enfrentamos dificuldades geradas pela falta de referencial analítico que oriente as práticas emancipadoras. O psicólogo, muitas vezes por medo do psicologismo e da redução do indivíduo a si mesmo, isolado do social, tende a abandonar o sujeito, suas alegrias e seus sofrimentos, tudo o que representa o singular, e voltar-se exclusivamente à análise e à atuação nas determinações sociais. Cria, assim, uma cilada mortífera à sua práxis: se o sujeito é um objeto que não pode se defender das determinações sociais, não há lugar para a ideia de transformação da sociedade; ou, uma vez que a subjetividade é efeito mecânico da presença do capitalismo e a individuação é exclusivamente a subjetivação de processos sócio-históricos de submissão, resta-nos apenas conhecer e criticar os mecanismos de adestramento. Há também os que consideram que as políticas públicas, por seu caráter abrangente, se fazem antagônica à subjetividade e à singularidade. Em meio a esse debate, a Psicologia está, cada vez mais, sendo chamada – corretamente, em minha opinião – a participar das políticas públicas de superação da desigualdade social, e não só na área da saúde, mas na da assistência social.

É importante ressaltar que esse debate não se resume à briga entre áreas do saber. Ele é epistemológico. Por trás dele, está a falsa dicotomia entre objetividade e subjetividade, e ainda entre a concepção de homem a reboque da sociedade ou à frente dela, que atravessa a história das ideias e, portanto, da Psicologia. Trata-se de uma dicotomia que, atualmente, estamos todos na busca necessária de sua superação.

Pretendo apresentar, neste texto, um dos caminhos trilhados nessa busca, configurado de dentro da Psicologia sócio-histórica, que analisa a relação entre subjetividade e desigualdade procurando romper a dualidade social/singular. É uma perspectiva analítica que entende que por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta. Há, portanto, o homem por inteiro, de corpo e mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro. Nessa concepção, a subjetividade deixa de ser perturbadora para ser constituinte da objetividade social.

Estou falando da perspectiva da Psicologia Social construída na PUC-SP por Silvia Lane. Tive o privilégio de ser sua orientanda de mestrado e doutorado. Sou uma socióloga que, no início dos anos 70, como vários outros, buscava subsídios na Psicologia para trabalhar a ideia de sujeito dentro da teoria marxista sem reduzi-lo a categorias sociais, de modo que pudesse falar de emoção, subjetividade e desejo na análise de questões sociais sem que isso significasse reduzir tais questões ao voluntarismo ou cair em psicologismo. Encontrei o que procurava na produção e nas aulas de Lane, que, à época, percorria o caminho inverso.

Silvia Lane buscava no marxismo a possibilidade analítica de inserir o homem e as categorias do psiquismo humano na história e na sociedade de classes, um homem em movimento. Pude compartilhar seu entusiasmo, ao retornar de um Congresso da Sociedad Interamericana de Psicología1, com a conferência de Baró, que, segundo ela, instigou a todos perguntando por que a psicologia latino-americana não conseguia entender e elaborar propostas de ação para superar a alienação de seus povos.

Em 1979, a SIP, em seu XVII Congresso Internacional, aprova a criação de associações nacionais visando à produção de um saber psicossocial militante voltado às problemáticas de cada país. Silvia aceita o desafio, criando a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, bem como reformulando o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP, para engajá-lo mais explicitamente nos problemas sociais brasileiros. Desde então, ela não parou mais de pesquisar e de buscar parcerias na Psicologia, na Sociologia e na Linguística, visando especialmente à criação de uma teoria capaz de ligar a Psicologia, ontológica e epistemologicamente, à ação política transformadora.

Um pensador que colaborou muito com a obra de Lane e que tem muito a dizer sobre a ação política da Psicologia é Vigotski. Esse grande teórico (1896-1934) é um crítico de arte e advogado que, insatisfeito com as teorias formalistas e sociológicas, buscou a Psicologia para compreender a criatividade artística e sua permanência na história da humanidade, apesar das poderosas determinações sociais bloqueadoras. Encontra uma Psicologia em crise, que não lhe fornece respostas, afogada em falsos confrontos entre teorias que reduzem a questão psicológica a apenas uma das dimensões que a constitui – o inconsciente, a consciência, o compor-

tamento ou a cognição –, como se o homem de cada uma dessas teorias fosse diferente daquele estudado pelas demais. Inconformado, vai buscar na dialética de Marx2 e na filosofia monista de Espinosa3 orientação para esses antagonismos retalhadores do homem.

Apresentar a contribuição de cada um desses brilhantes pensadores (Vigotski, Marx e Espinosa) à análise da relação entre subjetividade e desigualdade, no espaço do presente texto, é impossível. Mas vou destacar duas dimensões da subjetividade, justamente as mais esquecidas e discriminadas como perturbadoras da ordem social, do comportamento virtuoso e do conhecimento: os afetos e a imaginação. Inspirada em Vigotski e Espinosa, defenderei que a emoção e a criatividade são dimensões ético-políticas da ação transformadora, de superação da desigualdade, e que trabalhar com elas não é cair na estetização das questões sociais, ou solipcismo, mas sim um meio de atuar no que há de mais singular da ação política emancipadora.

Espinosa (1632-1677) contrapõe-se à concepção dominante em sua época, defendendo que as emoções não devem ser combatidas ou criticadas. E elas devem ser compreendidas não como um vício da natureza humana, mas como uma propriedade que lhe é tão pertinente como o calor e o frio (Espinosa, 1957).

A grande questão da filosofia espinosana é a servidão humana em todas as suas formas. O filósofo queria entender o que leva os homens a lutarem por sua escravidão como se fosse por sua liberdade, isto é, entender a servidão como ilusão de liberdade para encontrar os caminhos pelos quais a verdadeira liberdade pudesse se tornar desejada e alcançada. A resposta ele vai encontrar no sistema dos afetos, o que o levou a escrever um verdadeiro tratado das emoções em seu mais famoso livro, *Ética* (1957), no qual demonstra de forma geométrica que a vida ética começa no interior dos afetos, e não contra eles, pois constituem a base tanto da servidão como da liberdade.

Assim, nos ensina que as ações revolucionárias são inócuas se não se desbloqueiam as forças reprimidas da subjetividade em direção à alegria de viver, que, por sua vez, é a base da liberdade. Os homens se submetem à servidão porque são tristes, amedrontados e supersticiosos. Enredados na cadeia das paixões tristes, anulam suas potências de vida e ficam vulneráveis à tirania do outro, em quem depositam a esperança de suas felicidades. Por isso, afirma Espinosa, não se destrói uma tirania eliminando o tirano, pois outros o substituirão caso as relações servis não sejam destruídas. É preciso destruir as relações que sustentam a servidão (Espinosa, 1957).

Passo, agora, a destacar os pressupostos que levaram Espinosa a articular servidão e liberdade (ética) aos afetos.

O homem é um grau de potência, uma força interior para se conservar, perseverar na própria existência, um esforço de resistência, que Espinosa chama de conatus e, também, de apetite e de desejo (cupiditas) quando o apetite é consciente. O desejo é a própria essência do homem, é a força que nos leva ao encontro com algo que sentimos que compõe com a potência de nosso corpo e alma para se conservar (Espinosa, 1957, Parte III, Prop. IX, Esc.).

Essa força – é importante destacar – não se confunde com a luta pela sobrevivência darwiniana ou com o "sobrevivencialismo" [4] pós-moderno, um superinvestimento na sobrevida biológica com a abolição dos sentidos, sendo o indivíduo reduzido a simples corpo vivente, "mera aparência de vida que pensa apenas em evitar a morte", como descreve Deleuze (2002, p. 32). Perseverar na própria existência é mais que se conservar vivo, deixa claro Espinosa. É expansão do corpo e da mente na busca da liberdade, da felicidade, que são necessidades tão fundamentais à existência humana como o são os alimentos e os abrigos, e a reprodução biológica. Daí sua conclusão de que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do homem no seu processo de conservar-se, o que pressupõe passar da condição de escravo ao modo livre, da heteronomia à autonomia.

Essa ontologia espinosana é importante para superar a concepção de que a liberdade tem pouco valor para quem vive em estado de pobreza e que, portanto, não se justifica trabalhar a liberdade quando se passa fome. Ela nos lembra que, mesmo na miséria, os homens não estão reduzidos à sobrevida biológica, sem sutilezas psicológicas (Sawaia, 2007). Pesquisa com moradores de rua5 demonstra a veracidade desse postulado, ao constatar que eles sofrem por falta de dignidade e liberdade. O cerceamento de seu direito de escolher e de ser reconhecido gera tanto sofrimento quanto a falta de moradia, pois é fruto da falta de liberdade. "A liberdade é uma virtude, quer dizer, uma perfeição. Conseqüentemente, nada do que atesta impotência no homem se pode relacionar com a sua liberdade. ... Liberdade, com efeito, não suprime, mas, pelo contrário, coloca a necessidade da ação" (Espinosa, 1977, Cap. II, § 7 e 11, pp. 20-21).

Aqui cabe um esclarecimento: Espinosa fala em essência sem ser essencialista. Sua concepção de essência não é deiscência, uma tendência natural que se realiza por si e como causa de si6. A potência de conservação é também poder de ser afetado, o que significa que ela, apesar de ser irreprimível, varia de intensidade, a depender das intersubjetividades que me constituem, isto é, das afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente sofrem nos bons ou maus encontros do passado, do presente e do futuro.

Afeto (*affectus*) é justamente essa transição de intensidade, é *transitio*, passagem de um estado de potência a outro (Espinosa, 1957, parte III) gerada pelas afecções (*affections*) que meu corpo e minha mente recebem na existência. Portanto, ele tem duas dimensões: a da mudança, modificações que meu corpo e minha mente retêm na forma de emoções e sentimentos (*affectus*), e a da experiência da afetação (*affection*), isto é, a do poder de ser afetado. Aqui reside a principal contribuição de Espinosa à Psicologia, a relação positiva entre o poder que tem um corpo de ser afetado, na forma de emoções e sentimentos, e o seu poder de agir, de pensar e desejar. E como mente e corpo são uma mesma e única coisa, as afecções do corpo são afecções da alma, sem hierarquia ou relação causal entre eles. O que aumenta ou diminui a potência de meu corpo para agir aumenta ou diminui a potência de minha alma para pensar. Dessa flutuação depende a minha força vital de resistência, o que equivale à qualidade ética de minha existência.

Nessa concepção, os afetos não são estados psicológicos ou construtos linguísticos, mas condição e fundamento do ser e existir, portanto, da ética "cada um julga assim, ou avalia, segundo a sua afecção, qual é a coisa boa e qual é a má, qual a melhor, qual a pior" (Espinosa, 1957, Parte III, Prop. XXIX, Escólio). Aqui estão três contribuições importantes de Espinosa à Psicologia: (a) a junção indissociável entre corpo e mente e a relação entre o poder do corpo de ser afetado e sua potência de ação; (b) a junção indissociável entre ideia e emoção e (c) a junção indissociável entre afeto e ética.

Alegria é o sentimento que temos quando nossa capacidade de existir aumenta. Tristeza é definida por Espinosa como o resultado de uma afecção que diminui nossa capacidade de existir e nos tornamos passivos. "A paixão triste é um complexo que reúne o infinito do desejo e o tormento da alma, a cupidez e a superstição, para quem qualquer tipo de felicidade é uma ofensa" (Deleuze, 2002, p. 31).

Dentre as paixões tristes, ele destaca o medo e a esperança e demonstra a importância delas à manutenção das ditaduras. O medo ensandece o homem e perdura, quando alimentado por outras paixões como ódio, cólera, humilhação e aversão à felicidade (Espinosa, 1957, Parte IV, Prop. LXIII, Escólio). Ele é uma tristeza instável nascida da ideia de ocorrência de uma coisa futura de cujo desenlace duvidamos, com relação a que nada se pode fazer, senão esperar que não aconteça (Espinosa, 1957, Parte III, Definições XIII). Por isso, o medo equivale à impotência da alma que, dominada e submetida, imagina novos medos e nutre esperanças em ultrapassá-los. Não há esperança sem medo ou medo sem esperança. Ambos se nutrem no tempo e são as causas que originam e alimentam a superstição, a qual, segundo Espinosa, é a ignorância vestida de conhecimento, espalhando medo e loucura, e servindo de sustentação de tiranias (Chauí, 1987, p. 63).

Espinosa (1988, prefácio) denuncia três personagens que sustentam a servidão: o homem das paixões tristes, o homem que explora essas paixões, que precisa delas para manter o seu poder, e o homem que se entristece com elas – enfim, o escravo, o tirano e o sacerdote, respectivamente. O tirano precisa da tristeza das almas para triunfar, do mesmo modo que as almas tristes precisam do tirano para se prover e propagar. O que os une é o ódio e o ressentimento contra a vida.

Daí sua recomendação de que não se atinge a democracia pelo terror. O corpo político que nasce do medo e da impotência exprimirá essas condições em suas instituições (Chauí, 1987, p. 74). É preciso fortalecer as emoções alegres, que são correlatas ao conhecimento e à potência de existir/expandir "por necessidade da própria natureza" (Espinosa, 1957, Parte I, Definições VII):

Diz-se *livre* o que existe exclusivamente pela necessidade de sua natureza e por si só é determinado a agir; e dir-se-á *necessário*, ou mais propriamente, coagido, o que é determinado por outra coisa a existir e a operar de certa e determinada maneira *ratione*.

Mas não nos precipitemos em julgar Espinosa um otimista ingênuo. Dizer que a alma é ideia das afecções do corpo não significa que a alma tem sempre e imediatamente um conhecimento verdadeiro, que nossos desejos sempre nos levam a promover encontros que compõem com nossa potência e que as emoções alegres sempre potencializam a autonomia.

Nossa alma tem ideias imaginativas, isto é, baseadas nas imagens que nascem das afecções instantâneas, voláteis, dispersas (imediatas ou memoriosas) e, portanto, ilusórias, as quais constituem o primeiro nível de conhecimento – por exemplo, quando olhamos o sol, imaginando que ele está perto de nós; quando agimos por recompensa, sentindo-o como ato livre; e quando colocamos a própria felicidade na dependência das atenções recebidas da pessoa amada7. Quando ficamos presos a esse primeiro nível de conhecimento, das ideias imaginativas, estamos dominados por paixão, afeto característico de um modo de existir sustentado por relações (maus encontros) servis, características da desmesura de poder.

Aqui se tem outra importante contribuição de Espinosa à Psicologia, a distinção que estabelece entre afeto/paixão (*passion*) e afeto/emoção (*motion*). Paixão equivale às ideias ilusórias e à passividade (ser determinado a existir, desejar e pensar com base em imagens exteriores que operam como causas de nosso apetite). É a situação em que a força do *conatus*, tendo se tornado enfraquecida sob a ação de forças externas, submete-se

a elas imaginando submetê-las e fica sujeita a forças contrárias que a puxam para lados opostos.

É ilusão (imagem) de força na fraqueza, que é definida literalmente por Espinosa como alienação. Alienado, o indivíduo não só não reconhece o poder externo que o domina, mas o deseja e se identifica com ele, perdendo a referência do seu *conatus* e, justamente por isso, provocando sua própria destruição ou a destruição do outro. A alienação torna cada um contrário a todos os outros, cada qual imaginando satisfazer seu desejo com a destruição do outro, percebido como obstáculo aos seus desejos, como no caso do ciúme e do suicídio, da superstição e do preconceito, ou da submissão ao desejo de quem se teme e/ou se admira.

Para salvar os homens da alienação, Espinosa esboça uma terapêutica das paixões no final da Parte V da *Ética*, cujo princípio orientador é o de que a paixão, embora seja da ordem da ilusão, não pode ser vencida pela razão, pelo simples fato de que razão e emoção não são funções distintas e independentes, ao contrário, operam juntas e em simultâneo. Portanto, razão sem afeto é abstração.

É importante lembrar que Espinosa é racionalista, mas não dualista (Deleuze, 2002). Para suprimir uma paixão, a razão precisa ser uma afecção. O conhecimento do bem e do mal puramente discursivo não prevalece sobre as paixões, pois é uma abstração que não nos une aos objetos. Apenas a fruição de um bem maior pode nos livrar da paixão. Isto significa que, em situação de servidão, somente quando os limites impostos à potência de vida pela paixão forem sentidos como afeto de tristeza, a expansão de meu corpo for sentida como alegria e a ignorância for experimentada como tristeza, daí nosso corpo e nossa alma passam a desejar conhecer as causas de nossos atos e de nossas necessidades, passando da paixão à ação. Ao compreender a natureza de nossas emoções, nós nos tornamos livres das ideias inadequadas (superstições) e sentimos alegria.

Temos exposta, aqui, a complexa ideia espinosana de razão como afeto supremo (Ferreira, 1997, p. 471), como desejo de verdade, uma alegria de pensar sem submissão a qualquer poder e a decisão de afastar tudo quanto cause medo e tristeza (Chauí, 1995, p.12).

Essas são algumas das reflexões do "filósofo da alegria e da liberdade" que o tornam tão atual e explicam sua eleição como fonte de inspiração dos mais importantes pensadores das Ciências Humanas: Hegel, Nietszche, Freud, Marx, Lacan, assim como do mais importante teórico da Psicologia sócio-histórica, referencial do presente texto, Vigotski.8

Vigotski (1918-1934) inspirou-se na filosofia monista de Espinosa e na teoria dialético-materialista de Marx para construir uma concepção de psiquismo como um sistema integrado de funções psicológicas, em que todas estão relacionadas entre si, ao corpo biológico, mediadas pela cultura e pelo contexto social, sem hierarquia e relação causal. Defende que é sobre essa união, sobre os nexos que a promovem e seu caráter mediático que a Psicologia deve se debruçar, pois é essa unidade que qualifica nossa condição humana: "Quando nos achamos em presença das individualidades humanas que revelam o grau máximo de perfeição ética e a mais maravilhosa vida espiritual, encontramo-nos diante de um sistema no qual o todo mantém relação com a unidade" (Vigotski, 1991b, p. 92).

Quando se rompem um ou mais nexos entre as funções psicológicas superiores (FPS), altera-se a correlação entre a vida intelectual e a afetiva, o que explica, segundo Vigotski (1997), as patologias psíquicas. Concorda com Espinosa de que as emoções têm um papel fundamental nesse sistema: "São esse organizador interno de nossos comportamentos, que retesam, excitam, estimulam ou inibem essas ou aquelas funções psicológicas" (Vigotski, 2001, p. 139). Define ainda que

> Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. Ao sermos afetados, se alteram as conexões iniciais entre mente e corpo, pois os componentes psíquicos e orgânicos da reação emocional se estendem a todas as funções psicológicas superiores iniciais em que se produziram, surgindo uma nova ordem e novas conexões. (Vigotski, 2001, p. 139)

Considera que o papel da emoção no sistema psicológico é tão importante a ponto de afirmar que "a separação do lado intelectual de nossa consciência de seu lado afetivo-volitivo constitui um dos defeitos básicos mais graves de toda psicologia tradicional" (Vigotski, 1993a, p. 24). São as emoções, em conjunto com o desejo e a necessidade, que constituem uma esfera do psiquismo bastante valorizada por Vigotski, a da motivação, que é a base afetivo-volitiva de nossa consciência e pensamento, e, portanto, contém o último porquê de nossas atividades e ideias:9 "O pensamento não nasce de si mesmo, nem de outro pensamento, mas da esfera motivadora de nossa consciência, que abarca nossas inclinações e nossas necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções" (Vigotski, 1993a, p. 343). E é aí que as pesquisas devem buscar a explicação das ações e das falas individuais e coletivas.

Assim, Vigotski vai introduzindo a filosofia espinosana na ciência psicológica, com o objetivo de superar a visão negativa que, à época, esse campo do conhecimento tinha das emoções, consideradas como antagônicas à razão10. Nesse processo, ele não só traduz cientificamente as ideias de Espinosa como também as amplia de maneira brilhante. É na busca da compreensão da criatividade, da criação e da fruição do

belo que reside a principal contribuição de Vigotski à filosofia espinosana: o papel da imaginação na liberdade humana, mediada pelas emoções, com base no vínculo da imaginação e do pensamento com a afetividade (Vigotski, 1993c).

Podemos resumir em duas de suas frases essa contribuição: "A espécie humana não vai parar de arrastar-se de quatro diante de Deus, czares e do capital apenas para curvar-se obedientemente diante das leis sombrias da hereditariedade e da seleção sexual cega" (2001, p. 463). Isso significa afirmar que liberdade é mais do que se libertar de tiranias, é livrar-se das leis da natureza. Diz ainda Vigotski: "As possibilidades de atuar com liberdade, que surgem na consciência do homem, estão estreitamente ligadas à imaginação" (1993c, p. 438), portanto, os homens só podem atingir um grau de liberdade se forem criativos.

Vigotski amplia a concepção espinosana de imaginação, passando-a de imagem aparente das afecções à base da criação. Toda emoção faz uso da imaginação, pois é ela que amplia a experiência11, permitindo ao sujeito se apropriar da experiência de outros, associar acontecimentos carentes de vínculos racionais, mudar o passado, antecipar o futuro e, assim, promover transformações (Sawaia, 2006) .

A imaginação, por sua vez, é produto de nossa capacidade de signalização, "capacidade humana de projetar algo mentalmente antes de transformá-lo em realidade", afirma Marx no *Capital* (s.d., p. 202), de projetar sentidos para além das leis da natureza, das leis sociais e das marcas do passado, permitindo, assim, presentificar o futuro em ações transformadoras. Daí a afirmação de que a capacidade de criar significados é a atividade revolucionária por excelência, que torna a criatividade possível e transforma a determinação social e biológica em mediação (Newman & Holzman, 2002, p. 105).

Ao libertar a atividade e o pensamento da fisicidade e da materialidade social12, a capacidade de signalização permite a emergência da singularidade, uma vez que possibilita uma variação infinita dos sentidos de uma afecção provocada por um mesmo fenômeno, deixando claro, assim, que o mais importante no estudo das emoções não é a objetividade dos fatos, mas a dinâmica da vida humana. É só aí que os processos emocionais ganham sentido.

É por essa via analítica que Vigotski sustenta a ideia de sujeito que se constitui nas determinações sociais, mas como dimensão de resistência. Sujeito, para Vigotski, não é uma identidade cartesiana unificada ou uma espécie de centro da subjetividade, como também não é sujeito determinado. É potencialidade de desenvolvimento mediado pelas intersubjetividades e atividades. Partilha com Espinosa a ontologia de sujeito como liberdade e desenvolvimento, um homem para além da conservação e da reprodução, sempre aberto, com maior ou menor intensidade, às novas possibilidades, ao desenvolvimento e à fruição do belo, e ainda à criação. Ou seja, um agente ativo em seu próprio desenvolvimento, mas que não age em terreno de sua própria escolha. Faz-se a si mesmo de acordo com o contexto social, que define as alternativas referentes à sua realização.

Essa ontologia se traduz na teoria vigotskiana do desenvolvimento, cuja base é uma fé inabalável no desenvolvimento humano em direção à sua maior complexidade. Também se traduz na sua concepção de atividade revolucionária, baseada no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) (Vigotski, 2001), uma qualidade de relação e de aprendizagem que potencializa nas pessoas as funções emergentes, para aquilo que é ainda potência individual de desenvolvimento, colocando à disposição dos sujeitos habilidades, conhecimentos e experiências que lhes permitam estimular os nexos entre imaginação, emoção, pensamento e vontade.

A arte tem papel importante nessa práxis. Para Vigotski, a Psicologia não se limita ao psicológico, mas abrange a totalidade de como as pessoas vivem suas vidas, o que indica que seu desenvolvimento criativo, emocional e artístico precisa ser estimulado, quando se deseja criar um novo homem (Newman & Holzman, 2002, p. 179).

Não é por acaso que o seu primeiro livro é *Psicologia da arte*, em que ele cunha duas expressões instigantes para se referir à união entre imaginação, emoção e criatividade: arte como "técnica das emoções" e "emoções inteligentes", numa clara alusão à distinção espinosana entre afeto/ação (emoção) e afeto/passividade (paixão). Seguindo essa linha analítica, Vigotski elege a catarse para explicar a recepção da obra de arte, atribuindo-lhe um sentido próximo à concepção espinosana de terapêutica das paixões. Catarse não é apenas a descarga de sentimentos com a sua consequente tranquilização. Ela se caracteriza pelo confronto de paixões contrárias, que gera a complexa transformação dos sentimentos. A arte suscita em nós emoções voltadas a sentidos opostos ao habitual e, ao pôr em choque impulsos contrários, destrói paixões, acarretando a complexa transformação dos sentimentos (Vigotski, 1998, p. 270).

E a *desigualdade social*? Qual a contribuição que a filosofia da alegria de Espinosa e a teoria sócio-histórica libertária de Vigotski trazem à sua compreensão e à práxis psicossocial transformadora?

A desigualdade social se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação. Essa depauperação permanente produz

intenso sofrimento, uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônico na vida cotidiana, que se reproduz no corpo memorioso de geração a geração. Bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado, rompendo os nexos entre mente e corpo, entre as funções psicológicas superiores e a sociedade. Deleuze (2002, p. 106) retrata bem esse processo ao explicar a concepção espinosana de tristeza: "na tristeza, nossa potência (*conatus*) serve toda ela para investir a marca dolorosa e para destruir o objeto que a causou. Assim, imobilizada, nossa potência só pode reagir e não agir", torna-se potência de padecimento, reduzindo nosso esforço de perseverar na própria existência ao *sobrevivencialismo* negador da vida.

A relação entre as ameaças provenientes da desigualdade social e as respostas afetivas dos que a elas se assujeitam compõe um processo psicológico-político poderoso à reprodução da desigualdade, que meu núcleo de pesquisa (Nexin) conceitua de *sofrimento ético-político*. Assim fazemos para distingui-lo do sofrimento ontológico a que todos os seres vivos estão sujeitos, ao qual se soma. Trata-se de sofrimento/paixão, gerado nos maus encontros caracterizados por servidão, heteronomia e injustiça, sofrimento que se cristaliza na forma de potência de padecimento, isto é, de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência. É o sofrimento, por exemplo, do homem em situação de pobreza que, amedrontado, fraco e muitas vezes deslumbrado com a vida de luxo, vive a ilusão de liberdade e espera recompensas, ou mesmo remete a possibilidade de felicidade e liberdade sempre ao futuro (paradigma da redenção).

A filosofia de Espinosa, elaborada para orientar os homens a se livrarem da servidão por meio da emoção, e a psicologia sócio-histórica de Vigotski, voltada à potencialização da liberdade e do desenvolvimento humano "a níveis cada vez mais elevados", ajudam a entender e orientar formas de superação desse sofrimento/paixão. No prefácio do caderno V da Ética, Espinosa fala em determinar os "remédios às paixões", visando à potência da liberdade humana. Vou denominar esse conjunto de reflexões de "terapêutica das paixões"[13], e, por associação, usar a expressão "terapêutica estético-política" para me referir à práxis vigotskiana de liberdade.

Ambas nos lembram que:

- Viver é mais que sobreviver. O homem tem necessidade, sim, de pão, mas igualmente de bons encontros potencializadores de liberdade, felicidade, criação e fruição do belo.

- A transformação social não se dá pela derrubada do tirano. Ela requer ações diferentes, mas combinadas para combater as relações de servidão, e uma delas é sempre a mais urgente: agir no *sofrimento ético-político.*

Ambas promovem um giro ontológico que altera fundamentalmente duas ideias dominantes que legitimam a criação de um sujeito político desprovido de sensibilidade e vontade na sociedade contemporânea, que são: a busca da felicidade é um ato de egoísmo, portanto é antagônica à ação política, e que é preciso ser consciente para ser livre. Espinosa e Vigotski defendem justamente o contrário, que a busca da felicidade é um ato político e que só se é consciente quando se é livre, isto é, quando a consciência resultar de uma decisão interior, autônoma, e não de obediência a um comando ou pressão externa14. "Liberdade de pensamento e de expressão e a busca da felicidade não são perigosas para a paz e segurança do Estado. Ao contrário, são suas condições" (Chauí, 2003, p. 61).15

Ambas as terapêuticas apontam procedimentos inusitados à atividade revolucionária, como estimular a criatividade vigotskiana e a felicidade espinosana, demonstrando que elas são fundamentais à passagem do momento passional-ilusório e reprodutor ao momento afetivo-transformador.

Somente quando os limites impostos ao corpo forem sentidos como afetos tristes e sua expansão for sentida como alegria, somente quando a ignorância for experimentada como tristeza e pensar livre como alegria, das paixões passa-se à ação. A alegria e a criatividade potencializam a força do nosso corpo e da nossa mente para não capitularmos ante as tragédias que a desigualdade social nos reserva, bem como para mantermos aceso nosso desejo de nos organizarmos em mil diferentes níveis coletivos para resistir ao mal. Potencializam, ainda, nossa sensibilidade de nos alegrarmos com nossa descomoditização e nos indignarmos com a desigualdade social.

E o que é muito importante: as ontologias espinosana e vigotskiana nos unem inexoravelmente aos outros e ao social. A consciência/sentimento de que nossa potência de passar da passividade à atividade só é possível por meio do outro nos torna comprometidos socialmente, não por obrigação, mas como ontologia. E são os afetos os responsáveis pela união dos esforços (*conatus*), em nos fazermos um, como se fôssemos uma única mente e um único corpo. Essa união de corpos e mentes constitui um sujeito político coletivo, a "multitudo" (Espinosa, 1977, IV, VII e VIII)16, categoria política fundamental, pois, como afirma Espinosa, o desejo de resistência nasce do sentimento de indignação17. Mas resistir não é só se indignar. O direito de derrubar a tirania depende da força para fazê-lo. Essa força, em situação de desmesura do poder, depende de uma potência de agir coletiva conquistada pela união de *conatus*, a qual, por sua vez, é favorecida quando a lógica dos afetos permite a percepção da amizade e da generosidade como algo útil (Chauí, 2003, p. 250).

Em suma, essas são algumas implicações da contribuição à práxis psicossocial da Psicologia de dois pensadores que não se deixaram cercear pelos paradigmas dos conhecimentos dominantes à sua época histórica e procuraram denunciar tudo o que nos leva a depreciar a vida.

As terapêuticas das paixões e da criação, se não acionam a revolução em curto prazo, com certeza asseguram que a transformação ocorra de forma que o novo sistema que irá emergir seja melhor e nunca pior, pois ataca a causa da servidão na menor unidade da vida social: o desejo de cada um e de todos.

Notas

1 Na década de 1970, os congressos da SIP se tornaram fóruns privilegiados de debates sobre a crise da Psicologia, especialmente da latino-americana.

2 As obras mais citadas de Marx por Vigotski são *A ideologia alemã* (2007), *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1987) *e O capital* (s.d.). No texto *O significado histórico da crise da Psicologia* (1927, ver edição de 1991a), ele informa que seu objetivo é escrever "O capital da Psicologia", para demonstrar a unidade indissociável do funcionamento do psiquismo e a sua mediação social.

3 As obras mais citadas de Espinosa por Vigotski são o Livro III da *Ética* (1957) e o *Tratado da correção do intelecto* (1997).

4 Agamben (2007) também usa a expressão *vida nua* e *homo sacer* para se referir ao sobrevivencialismo. Ver Pelbart (2008).

5 Sawaia, B. B. "Subjective indicators of exclusion: health, disqualification and breakdown of social ties". Pesquisa realizada como parte de um Projeto CAPES/COFECUB sobre Trabalho, Saúde e Laços Sociais- NEXIN/NEPUR/PUCSP, 2003

6 Essa força de expandir a vida é potência e não deiscência, o que significa que ela não é uma tendência que vai inexoravelmente ocorrer. A potência de vida é aumentada ou diminuída nos encontros com outros corpos e mentes, sofrendo a ação de ideias, superstições e ações do outro, no sentido ou de maior autonomia ou de heteronomia. Distingue também estado de essência. Estado são as propriedades não essenciais, que é maior que a essência. Daí sua afirmação de que a essência é livre, mas a existência é determinada. Eu tenho a propriedade de ser, mas o quanto eu o serei é estado (livro III da *Ética)*. Para maior demonstração de que Espinosa não é essencialista, ver Garret (1997, Cap. 5).

7 Sobre o exemplo do sol, ver *Ética* II, prop. XXXV, esc.; sobre felicidade, ver *Ética* IV; e sobre recompensa, ver *Tratado teológico-político* (1977, p. 144), no qual Espinosa distingue o cidadão e o escravo pelos motivos que os levam a obedecer. O sábio não age por recompensa, mas pelo exercício livre da própria intelectualidade.

8 Sobre a influência de Espinosa em Hegel, Nietszche, Marx e Freud, ver Yovel (s.d.). Ver também Chauí, M. (1983).

9 Após ter procurado aplicar à Psicologia o conceito de atividade prática (anos 20), nos anos 30 passa a considerar como sua tarefa central a análise das motivações, entendendo que é por meio delas que a atividade determina os processos psíquicos e vice-versa.

10 "Espinosa mostrou essas ideias no plano filosófico ... Resta para a psicologia a tarefa de apresentá-las como verdade científica" – afirma Vigotski no texto *Sobre os sistemas psicológicos* (1991b, p. 92).

11 Vigotski, no livro *Psicologia da arte* (1998, p. 258), fala da lei do signo emocional comum e da lei da dupla expressão emocional para explicar a influência do fator emocional nas combinações da imaginação. Tudo o que nos causa emoção coincidente tende a se unir, mesmo que não se veja semelhança alguma entre elas. Daí sua afirmação de que a lógica interna dos sentimentos é o aspecto mais subjetivo da imaginação e que todas as noções geradas pela imaginação são verdadeiras, apesar da afecção não corresponder a nenhum conteúdo real.

12 Segundo Lukács (1979, p. 19), o significado é uma objetividade que não tem analogia na natureza. Como exemplo, cita uma afirmação irônica da Marx aos economistas de que "até agora, nenhum químico conseguiu descobrir valor-de-troca em pérolas ou diamantes" (Marx, s.d., p. 92).

13 Sobre a presença de uma psicoterapia na obra de Espinosa, ver Bennett, J. (1984).

14 Mais reflexões sobre a concepção de Espinosa de consciência como produto de liberdade e de autonomia, ver Chauí (1998).

15 Ideia defendida também por Amartya Sen (2001), que demonstra, por meio de números, que a liberdade é condição de desenvolvimento econômico.

16 Sobre as ideias espinosanas de *multitudo* e de *vontade comum*, relacionada ao Direito Civil, ver Chauí (2003), especialmente da página 234 a 314.

17 Indignação é o ódio a alguém que faz mal a outrem, define Espinosa no livro III da *Ética*, Definição das Paixões, XX. Para melhor compreensão da dimensão política desse sentimento, ver Chauí (2003, p. 272).

Referências bibliográficas

Agamben, G. (2007). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Bennett, J. (1984). *Un Estúdio de La Ética de Spinoza*. México: Fondo de Cultura Económica.

Bodei, R. (1995). Geometría de las pasiones. México: Fondo de Cultura Económica.

Chauí, M. (1983). Marx e a democracia (o jovem Marx leitor de Espinosa). In L. Konder (Org.), *Por que Marx?* (pp. 257-291) Rio de Janeiro: Ed Graal.

Chauí, M. (1987). Sobre o medo. In A. Novaes (Org.), *Os sentidos da paixão* (pp. 35-75). São Paulo: Companhia das Letras.

Chauí, M. (1995). *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna.

Chauí, M. (1998). Ética e violência. *Teoria e Debate*, *39*, 32-41.

Chauí, M. (2003). *Política em Espinosa*. São Paulo: Cia. das Letras.

Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.

Durkheim, E. (2003). *O suicídio* (Alex Marins, Trad.). São Paulo: Martin Claret.

Espinosa, B. (1957). *Ética* (Lívio Xavier, Trad., 3ª ed.). São Paulo: Atenas.

Espinosa, B. (1977). *Tratado político* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Estampa.

Espinosa, B. (1988). *Tratado teológico-político*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda.

Espinosa, B. (1997). Tratado da correção do intelecto. In *Pensamentos metafísicos*. *Tratado da correção do intelecto. Tratado político. Correspondência* (C. L. de Mattos et al., Trads., Coleção Os Pensadores, pp. 103-139). São Paulo: Nova Cultural.

Ferreira, M. L. R (1997). *A dinâmica da razão na filosofia de Espinosa*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian/Junta Nac. de Inv. Cient. e Tec..

Freud, S. (1968). *Obras Completas*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

Garret, D. (1997). *The Cambridge Companion to Espinosa*. New York: Cambridge University Press.

Lukács, G. (1979). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas.

Marx, K. (1987). *Manuscritos econômicos e filosóficos* (4ª ed., J. C. Bruni, Trad.). São Paulo. Nova Cultural.

Marx, K. (s.d.). *O capital I* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1890)

Marx, K. & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã* (1ª ed., M. Backes, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Newman, F. & Holzman, L. (2002). *Lev Vygotsky: cientista revolucionário*. São Paulo: Loyola.

Pelbart, P. (2008). *Vida e morte em contexto de dominação biopolítica*. Acesso em 25 de agosto, 2009, em http://www.iea.usp.br/iea/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf

Sawaia, B. B. (2001). *Sílvia Lane* (Coleção Pioneiros da Psicologia Social). São Paulo: CFP/Imago.

Sawaia, B. B. (2006). Introduzindo a afetividade na reflexão sobre estética, imaginação e constituição do sujeito. In S. Z. Da Ros, K. Maheirie, & A. V. Zanella, A.V. (Orgs.), *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência* (pp. 85-95). Florianópolis: NUP/UFSC.

Sawaia, B. B. (2007). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão*: *uma análise ético-psicossocial da desigualdade* (7ª ed., pp. 97-119). Petrópolis, RJ: Vozes.

Sen, A. (2001). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras.

Vigotski, L. S. (1987). *Imaginación y el arte en la infancia*. Cidade do México: Hispánicas.

Vigotski, L. S. (1991a). El significado histórico de la crisis de la psicología: una investigación metodológica. In *Obras escogidas* (Vol. 1, pp. 257-407). Madrid: Visor.

Vigotski, L. S. (1991b). Sobre los sistemas psicológicos. In *Obras escogidas* (Vol. 1, pp.71-95). Madrid: Visor.

Vigotski, L. S. (1991c). El problema de la consciencia. In *Obras escogidas* (Vol. 1, pp. 119-133). Madrid: Visor.

Vigotski, L. S. (1993a). Pensamiento e lenguaje. In *Obras escogidas* (Vol. 2, pp. 9-349). Madrid: Visor.

Vigotski, L. S. (1993b). El problema y el método de investigación. In *Obras escogidas* (Vol. 2, pp.15-29). Madrid: Visor.

Vigotski, L. S. (1993c). La imaginación y su desarrollo en la edad infantil. In *Obras escogidas* (Vol. 2, pp.423-439). Madrid: Visor.

Vigotski, L. S. (1997). El problema del retraso mental. In *Obras escogidas* (Vol. 5, pp. 249-275). Madrid: Visor.

Vigotski, L. S. (1998). *Psicologia da arte* (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2001). *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes.

Yovel, Y. (s.d.). *Espinosa e outros hereges*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda.

Bader Burihan Sawaia possui graduação em Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Psicologia Social pela PUC-SP. Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e colaboradora da Universidade de São Paulo - Instituto de Estudos Avançados - IEA/USP. É parecerista ad hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Endereço para correspondência: PUC de São Paulo - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Rua Monte Alegre, 984, Perdizes. CEP: 05015-000. São Paulo, SP. Email: badbusaw@pucsp.br

Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social
Bader Burihan Sawaia

Recebido em: 21/05/2009
Revisado em: 31/08/2009
Aceite final em: 05/01/2010

Psicologia & Sociedade; 21 (3): 373-382, 2009

DE JOVEM A ESTUDANTE: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Samir Pérez Mortada
Faculdade Social da Bahia, Salvador, Brasil

RESUMO: A partir de memórias e experiências de militantes estudantis atuantes em diferentes épocas, este artigo reflete sobre a transformação do jovem em estudante e sobre o sentido político dessa passagem. Para o tema proposto, foi necessário fazer alguns apontamentos críticos sobre pesquisas atuais acerca da juventude, em especial naquilo que concerne às suas interpretações sobre a participação política dos jovens e às comparações que fazem entre diferentes épocas e contextos da política estudantil. Retomando obra clássica sobre o movimento estudantil, o texto aponta ainda a pertinência e atualidade do pensamento marxista para trazer à tona, em sua integridade, o sentido político da efervescência estudantil dos anos 1960. Para a discussão proposta, foi preciso também pontuar, ainda que de forma breve, transformações no ensino superior brasileiro, metamorfoses que sofreu e sofre no esteio das diferentes imposições do capital.

PALAVRAS-CHAVE: universidade; movimento estudantil; memória.

ON YOUNG ADULTS BECOMING FULL-GROWN STUDENTS: CRITICAL NOTES

ABSTRACT: This article comes into being from the memories and experiences of student activists who played key roles at different points in time. It aims to reflect about the transformation of young adults into full-grown students, as well as the political meaning of this passage. In order to approach this theme, it was necessary to make some critical points in regards to current research on youth. These observations specifically focused on the interpretations made by these studies regarding the political involvement of young people as well as comparisons theses studies made between different time frames and contexts of student politics (student activism). By resourcing to a classic masterpiece on student movement, the present discussion points out how pertinent and timely Marxist thought still is. In doing so, it brings into light the political meaning of the student movement effervescence of the 1960's. Furthermore, it was also necessary to succinctly highlight the transformations that took place in Brazil's tertiary education (higher education) along with the metamorphosis it underwent - and still undergoes, as it comes across the impositions brought forth by capitalism.

KEYWORDS: university; student polithics; memory.

Apontamentos iniciais sobre o tema

O que segue originou-se de impasses decorrentes de uma pesquisa em Psicologia Social (Mortada, 2008) inspirada e orientada nos estudos de Ecléa Bosi (1994). Mais especificamente, de um estudo de memória de militantes estudantis atuantes em diferentes épocas no Instituto de Psicologia da USP: décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990.

Este artigo procura refletir sobre a transformação do jovem em estudante e sobre o sentido político dessa passagem. Procura fazê-lo através de referência a uma obra inaugural sobre o tema, de comparações temporais baseadas em memórias de militantes estudantis e de apontamentos sobre as mudanças sofridas por esse inusitado agente a partir dos anos 1960 até o presente. Nesse caminho, foi necessário fazer alguns apontamentos críticos sobre produções contemporâneas acerca da participação política juvenil. A partir do contato com militantes de outras épocas, fui levado a retomar, de maneira rápida e instrumental, certas ideias centrais do pensamento marxista. Fui levado também a retomar estudos clássicos que partiam dessa perspectiva. Marialice Foracchi (1977) mostrou-se atualíssima, tanto por suas reflexões sobre a política estudantil como pelo seu método de exposição. A autora constituiu então o principal referencial teórico, e contraponto necessário às pesquisas atuais sobre o tema.

Evidentemente, foi também necessário refletir sobre as transfigurações que sofreu o ensino superior, em estreito compasso com os diferentes momentos do capitalismo em um país periférico. Diferentes configurações produtivas, necessidades de mercado e alternativas nacionais no cenário mundial incidiram e incidem naquilo que se espera da universidade e do estudante, transformando, pela base, o sentido político desses agentes.

O estudante e a transformação da sociedade brasileira

A força do movimento estudantil dos anos 1960 fez com que estivesse na berlinda intelectual da época. O Maio de 1968 francês mereceu estudos de nada menos que Alain Touraine, Jean-Paul Sartre, Henri Lefebvre, entre outros. No Brasil, não foi diferente: Octávio Ianni (1968) e Florestan Fernandes (1979) procuraram compreender aquela agitação tão próxima, encabeçada por alunos que encontravam diariamente nos corredores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no prédio da rua Maria Antonia.

Entre os estudos nacionais, é referência obrigatória a pesquisa de Marialice Foracchi (1977) que dá título a este artigo. O volume de dados, entre questionários, entrevistas qualitativas e documentos e a qualidade das interpretações revela um esforço acadêmico primoroso, aliado a uma empatia indiscutível da autora com os estudantes. Após mais de quatro décadas, não é por acaso que demonstra maior vitalidade que a maioria das pesquisas contemporâneas sobre juventude e movimento estudantil. Suas hipóteses e conclusões continuam inspiradoras, seja sob o ponto de vista metodológico, seja naquilo em que permanecem atuais.

São abundantes os trabalhos que abordam a singularidade do cenário nacional nesses anos que antecedem e perpassaram a Ditadura Militar. A partir da década de 1930, o Brasil passa por rápidas transformações, saindo de uma estrutura quase exclusivamente rural. Expandem-se rapidamente as grandes cidades, tanto sob o ponto de vista econômico como cultural. No cenário internacional, a posição do país parece incerta. A outrora periferia agrária aparentemente poderia galgar um lugar melhor entre as nações centrais. É também um período quente da guerra fria, com movimentos revolucionários bem próximos de nós: outra porta aberta supõe mudanças mais radicais. Possibilidades de reformas sociais profundas estão abertas. Segundo Francisco de Oliveira (2003), naquele período, a mobilização dos trabalhadores poderia efetivamente diminuir a alta exploração da força de trabalho; e a reforma agrária, se realizada, poderia liquidar tanto a fonte fornecedora do exército de reserva de trabalhadores das cidades quanto com o poder das oligarquias rurais.

Os depoimentos de militantes estudantis dos anos 1960 não deixam dúvidas quanto à especificidade desse momento e sobre suas repercussões no engajamento dos jovens. Analisa uma militante: "*essa geração foi influenciada pelo nacionalismo romântico, pela ideia de que o país devia inevitavelmente crescer, sair do marasmo anterior, que havia coisas a serem feitas e que isso era também de nossa responsabilidade*".

Tais possibilidades e incertezas nacionais permanecem até o recrudescimento da Ditadura Militar, a partir dos anos 1970, quando a modernização conservadora conduzida a partir de então suprime as alternativas nacionalistas ou revolucionárias. Torna homogêneos, se não as vontades, os rumos políticos e econômicos, colocando o país em uma posição periférica e dependente no capitalismo tardio (Oliveira, 2003). Mas temos, até então, um momento em que novas oportunidades parecem tangíveis. Para a classe média, descortinam-se portas de ascensão, entre as quais o ensino superior, antes restrito aos poucos filhos da elite econômica e cultural.

Foracchi interpreta a juventude nesse lugar histórico singular. Sem reduzir os conflitos de gerações a aspectos meramente cronológicos ou naturais, a autora compreende que o jovem torna-se ponto de inflexão de sua classe de origem e de sua própria sociedade. A família é compreendida pela autora como canal de transmissão de pressões mais gerais. Cabe a ela, intuitivamente, fazer com que o jovem cumpra o seu papel. Ou seja, que supere o momento limitado de sua origem social. Formando-se médico, advogado, engenheiro, o jovem perfaz expectativas que o antecedem e que fazem parte do imaginário de sua família.

A autora faz pormenorizada análise das formas com que essa pressão social-familiar incide nos jovens, especialmente durante a escolha de carreira e a permanência na universidade. Por vezes, trata-se da imposição taxativa de uma carreira. Foracchi encontra entre os estudantes um vasto matiz de graus e tipos variados de autonomia e dependência do jovem em relação à família, desde a imposição taxativa de uma carreira pelos pais até um sentimento difuso de retribuição que os jovens sentem em relação a expectativas e investimentos sobre si.

O que é interessante, nesse momento, é que, paradoxalmente, visando sua ascensão e exercendo seu poder sobre o jovem, a família de classe média propicia a seus filhos possibilidades de rompimento com essa mesma estrutura e destino da qual é representante. É precisamente no momento de escolha profissional, e posteriormente na transformação do jovem em estudante, que Foracchi identifica as possibilidades para a autonomia pessoal e política. Ao ingressarem na universidade, os jovens sofrem uma experiência capaz de ressignificar sua pertença e participação social. Funda-se, no sujeito, uma possibilidade de emancipação que cresce na medida em que ele assume a práxis estudantil, envolvendo-se nas atividades de luta e contestação com seus pares. O estudante, na companhia de outros, goza de uma modalidade de consciência e participação que pode propiciar uma atitude inovadora, crítica sobre seu papel, sua classe de origem e sobre a própria sociedade. O estudante, em relação à sua classe, transforma-se, nas palavras de Foracchi (1977), em ponto de ruptura entre o presente e o passado. Ele seria "o jovem que se nega a si próprio, na medida

em que age em contradição com todas as determinações sociais do seu comportamento" (p. 115).

Essa dimensão é largamente trazida pelos depoentes que entrevistei. Perguntada sobre seu ingresso no curso de psicologia, uma militante refere-se a um "novo desabrochar", uma continuidade da juventude vivida naquela cujas potencialidades ganham outra dimensão. Destaca a integração entre política e vida cultural, muito presente nos depoimentos da época: "*Era tudo junto, não tinha uma separação entre militância política e cultura. Era só a vida que se desabrochava novamente, agora na universidade*". A universidade valeu aqui, em sentido arendtiano, como esfera pública, campo político de encontro para o reconhecimento e compartilhamento de anseios, palavras e iniciativas. A força desse lugar não pode ser menosprezada. Sob o ponto de vista individual, Hannah Arendt (2001) refere-se ao ingresso do cidadão na esfera pública como um segundo nascimento. Sobre a força que esse segundo nascimento tem em seus agentes e no coletivo que forma, segundo a autora, altera-se a própria percepção e concretude de nossos anseios, de nossas angústias e inquietações políticas. Em suas palavras, "a presença de outros que veem o que vemos e que ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos" (p. 60).

Sugerida a importância emancipadora da transformação do jovem em estudante, cabe a Marialice Foracchi interpretar o movimento estudantil. Novamente, somos remetidos à condição social desses agentes. No trajeto rumo a seu lugar na revolução brasileira, a classe média depara-se com barreiras inesperadas. O ingresso na universidade que vislumbra pela primeira vez em sua história não tem o mesmo *glamour*: não significa partilhar do mesmo status da classe dominante, tornar-se parte dela, mas compor seu corpo profissional especializado, destinado a exercer as funções que essa lhe destina. Para os estudantes, esse limite aparece quando percebem os obstáculos que enfrentarão para seu estabelecimento profissional. Percebem gradativamente que o sucesso profissional não dependerá apenas de competência ou habilidade, mas das oportunidades e contatos e do capital que dispõem para investir na carreira; percebem que obter uma boa colocação profissional frequentemente demanda realizar atividades que consideram moralmente questionáveis, como competir inescrupulosamente com um colega ou adular um professor; percebem que êxito profissional e valores humanos não convergem; percebem, enfim, ainda que de maneira ingênua, contradições precípuas ao trabalho na sociedade capitalista. Nesse momento, afirma a autora (1977), "esboça-se uma manifestação preliminar da consciência de classe" (p. 204).

Tal descontentamento, segundo Foracchi, é a base para a ampla adesão dos estudantes às lutas pela Reforma Universitária. Mas a queixa estudantil não se restringe a esse primeiro momento. A pronta e intensa mobilização leva a autora a concluir que, a partir desse solo comum, surgem possibilidades de transcender reivindicações meramente categoriais e ascender a uma crítica mais abrangente. Prova disso é uma das intrigantes características do estudante dos anos 1960: sua adesão radical às lutas das classes proletárias.

Para a autora (Foracchi, 1977), portanto, essa possibilidade revolucionária é dada na própria condição estudantil, na sua capacidade de superar seus horizontes e reivindicações precípuas e reconhecê-las como radicadas em determinações imanentes ao próprio sistema capitalista.

> O aspecto decisivo a considerar é que as reivindicações de carreira levam o estudante a perceber, gradativamente, que as implicações sociais da sua ação são amplas, ou seja, que mais que o padrão vigente de carreira o que ele mais deseja transformar é a ordem que o produz assim. Ou, em outras palavras: o que, na verdade, ele precisa modificar é a ordem social que sustenta esse padrão corrompido de carreira. (p. 201)

Curioso destino: esse pitoresco agente histórico, não tão promissor como o operário do século XIX ou o camponês da revolução maoísta, parece percorrer o caminho traçado por Lenin: vai do espontaneísmo à consciência revolucionária, descobrindo *O que fazer* a partir das condições que lhe são imanentes.

Assumir a condição de estudante, em si, obviamente não representa disposição revolucionária. Sabe-se da heterogeneidade de qualquer categoria social, por mais mobilizada e atuante que seja. Marialice Foracchi reconhece esses limites; reconhece suas determinações e vacilações, idas e vindas que não permitem uma definição mais clara na luta revolucionária. Contudo, ainda que pelas ideias e pelo estudo, em um momento curto de inflexão histórica, houve condições propícias para que se formasse uma geração com disposição suficiente para o maio de 1968 francês ou para a luta armada na América Latina.

A radicalidade que Foracchi pesquisou durou pouco: o suficiente para um enigma. É inspirador constatar que o destino desses agentes tangenciou o da classe que mitificavam. Com direito a certo exagero, pode-se dizer que em 1968 o estudante passou de personagem *em si* a sujeito histórico, *para si*. Tal como o proletariado que imaginavam, julgaram, com a humildade de quem não se considerava protagonista da revolução, que a transformação de seus destinos seria possível apenas com a transformação do destino de todos.

É importante destacar um ponto central nos trabalhos da autora: a condição de estudante não é tratada como mero subtipo da condição juvenil. Entre o jovem que ingressa na faculdade e o estudante há um percurso

que, ao mesmo tempo, supera a condição juvenil inicial e a realiza em sua plenitude política. Para a autora (Foracchi, 1972), "enquanto movimento político, radical e ideológico, [o movimento estudantil] é, em contraste, um movimento adulto que contesta em termos adultos, as alternativas propostas pela sociedade" (p. 92). Foracchi vai longe aqui: para ela, portanto, negar a diferença entre jovem e estudante tem caráter ideológico.

> Recusar ao jovem a condição de estudante representa negar caráter social às reivindicações dos universitários, equivale a compreender o estudante com base em argumentos que generalizadamente se aplicam ao jovem, *tout court*: imaturo mas sério, audacioso mas inexperiente, impulsivo mais indeciso. Nessas representações não há distinção entre o jovem e o estudante e, por isso, o caráter estudantil das reivindicações é posto em termos de rebelião, turbulência natural aos que são jovens. (pp. 285-286)

O caráter ideológico dessa operação, no sentido empregado pela autora, seria negar à revolta estudantil caráter social e anticapitalista, atribuindo a ela um sentido natural e cronológico. A anulação da diferença entre jovem e estudante seria reduzir as reivindicações da categoria a instabilidades ou exageros próprios a uma fase cronológica, espécie de etapa em que o descontentamento e a rebeldia são esperados e serão superados na maturidade. Os militantes atuantes durante a campanha pela Anistia lembram bem das cintas da polícia de Erasmo Dias que os perseguiam nas passeatas de 1977. O efeito desse dispositivo era nitidamente rebaixar os manifestantes à condição de filhos rebeldes e sem limites, que precisavam de um *corretivo* urgente.

Reinvenções da juventude

Em que pesem a polissemia e as críticas feitas ao termo e ao tema[1], juventude é campo de estudo bastante atual e valorizado nas ciências humanas. Nos anos 1980, o tom das pesquisas realizadas sobre juventude é geralmente melancólico, especialmente ao analisar o engajamento político dos estudantes em comparação com as gerações precedentes (Medina, 1989). A partir dos anos 1990, a produção acadêmica sobre o tema muda de tom e foco. O movimento estudantil deixa de ser o principal referencial, e são reconhecidas novas formas e espaços de engajamento. O enfoque atual, desde então, é frequentemente marcado por um esforço de ruptura em relação a 1968, pelo combate à sua mitificação e ao peso que esta representa para as novas gerações. Nesse contexto, como referências, destaco os trabalhos de Helena Abramo (1994) e Janice Tirelli Ponte de Sousa (1999):

> Desde os anos 80, o movimento estudantil deixou de ser sua principal forma de expressão, o que nos obriga a um olhar mais atento com relação ao novo significado que os jovens procurariam imprimir à sua presença social. Seu ideário parecia desterritorializar-se do espaço tradicional da política para se localizar também em outros espaços, como o dos movimentos populares urbanos. (Sousa, 1999, p. 52)

Analisando as entrevistas que realizou com jovens militantes catarinenses, Sousa (1999) identifica possibilidades de *reinvenções da utopia*, valorizando a participação e o potencial desses novos agentes: "representam uma parcela de nossa juventude que tem a coragem de se envergonhar diante da violência, da injustiça social, da carência econômica, da discriminação; trazem consigo a capacidade de se mobilizarem e exporem sua indignação" (p. 196). Pesquisas com essa contribuíram decisivamente para desconstruir a falácia de que, ao engajamento heroico dos anos 1960 e 1970, sucederam-se levas de militantes não tão corajosos ou dignos do termo.

Nesse caminho, merece destaque a coletânea de artigos intitulada *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional* (Abramo & Branco, 2005), que será tomada aqui como referência central. Diferentes autores, com perspectivas variadas, interpretam dados de pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo. Destacam-se a heterogeneidade da população jovem, sua distribuição em classes sociais e regiões, o que a torna multifacetada e de difícil enquadramento. A violência, o risco provocado pelas drogas e o desemprego são destacados como grandes temores entre eles. Mas sem dúvida o tema de mais difícil interpretação pelos estudos da coletânea e por outros trabalhos contemporâneos é o da consciência e participação política dos jovens. Nos dados obtidos pela pesquisa, é notável o caráter contraditório das respostas aos questionários aplicados. Receberam altos índices na preferência dos entrevistados valores como solidariedade (55%), respeito às diferenças (50%), igualdade de oportunidades (46%), justiça social (41%). Mas os dados também trazem escores significativos de respostas que podem indicar perspectivas conservadoras, tais como a confiança que os jovens depositam na família (98%), na Igreja Católica (75%) e nas Forças Armadas (67%), consideravelmente maiores que a confiança no movimento sindical (50%) ou no movimento Sem-Terra (48%).

As pesquisas, em geral, observam que, entre os jovens, elementos autoritários e democráticos mesclam-se nas opiniões e comportamentos. Em outra obra recente, Schmidt (2001) afirma tratar-se de uma *cultura política híbrida*, em que convivem determinações do passado ditatorial, da sociedade capitalista e valores democráticos. Algumas das características contraditórias dessa cultura seriam: apoio difuso e oscilante ao regime democrático; valorização do voto para escolha de governantes; baixa confiança nos agentes e instituições políticas; escolhas eleitorais guiadas por pragmatismo e personalismo;

valorização difusa da sociedade civil e da participação social em geral; sentimento de impotência na própria capacidade de influir nas decisões políticas.

E se as opiniões dos jovens são de difícil compreensão, pior ainda é entender a passagem das opiniões à participação, da crítica à sociedade e do desejo de transformação à militância. Ou melhor, a ausência dessa passagem. Os dados da Fundação Perseu Abramo demonstram que, embora grande parte dos jovens reconheça a importância de lutar por justiças sociais e pela transformação do mundo, são poucos aqueles que efetivamente se envolvem ou demonstram alguma disponibilidade para a militância. Eis talvez o ponto de maior divergência entre os intérpretes. Muitos autores demonstram perplexidade em identificar esse abismo entre consciência e ação. Afirma Singer (2005):

> Em teoria, o mundo padece de violência, miséria, fome, desemprego, uso de drogas etc., e a maioria dos jovens acha que isso deve mudar e que eles, jovens, podem fazer que o mundo mude. Na prática, apenas 2% estão fazendo e outros 20% querem fazer que isso aconteça; 68% nunca pensaram nisso; e 10% pensaram e desistiram. Por que tantos jovens acham que a juventude pode fazer do mundo algo melhor e tão poucos manifestam a intenção de se engajar em algo que pode ajudar a comunidade? (pp. 34-35)

Procurando respostas à pergunta, Singer (2005) considera dados de pobreza e desemprego sobre a população juvenil, bem como a violência a que estão submetidos. Para o autor, o que a pesquisa indica é que "os jovens brasileiros irão à luta por um Brasil melhor desde que obtenham as bases materiais mínimas de sobrevivência" (p. 35).

Schmidt (2001) também se esforça para compreender o fenômeno da participação política juvenil. O autor procura investigar a *socialização política* dos jovens brasileiros, entendida como processo de formação de suas atitudes e orientações dirigidas à participação e opiniões concernentes aos assuntos públicos. Esse conceito relaciona-se, na pesquisa, com o de *eficácia política*, que indica a percepção e convicção que o indivíduo tem em relação à sua capacidade de influir no conjunto geral da sociedade. Schmidt aponta escores baixos de eficácia política entre os jovens; reconhece que uma parcela ínfima dos seus entrevistados percebe-se capaz de exercer influência no conjunto geral das instituições políticas, ou de interferir nos grandes problemas sociais como guerras, crimes ecológicos, fome, miséria etc.

Nesse sentido, algumas comparações entre épocas são inevitáveis. Em contraste, a história parecia ao alcance das mãos dos militantes dos anos 1960. Eles lembram o sentimento compartilhado de que havia muito a ser feito no Brasil, e que poderia ser feito. E mesmo nos anos 1970, se não estamos mais na iminência da revolução, se a superioridade bélica e tática das forças conservadoras é incontestável no massacre aos grupos clandestinos, resta na memória dos entrevistados a lembrança da coragem e da solidariedade entre militantes, conscientes de que tinham um papel a cumprir, seja o de preservar o pensamento socialista, seja o de salvar amigos e companheiros. A saída da rua Maria Antonia não foi suficiente para quebrar o laço existente entre os estudantes (Mortada, 2008).

Schmidt aponta ainda que a eficácia política é geralmente proporcional à confiança interpessoal. Afirma que "a rigor, a ausência completa de confiança nos outros impede qualquer ação cooperativa, e inviabiliza as instituições e organizações sociais" (Schmidt, 2001, p. 53). Na memória de militantes dos anos 1970, se eram pronunciadas e aguerridas as disputas entre as correntes, não foi isso que ficou. Segundo um militante da POLOP, um adversário no movimento estudantil, por mais divergente e combatido, mereceria sempre confiança e respeito; jamais pesariam sobre ele suspeitas de corrupção ou de que traria informações falsas em uma assembleia para obter vantagens no enfrentamento com outros grupos.

O artigo de Venturi e Bokany (2005) faz contraponto a essas interpretações. Os dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo indicam que a indisponibilidade juvenil para o engajamento é proporcional à registrada em outras faixas etárias. Essa observação é confirmada em outros trabalhos, como o do próprio Schmidt (2001), que nega a tese de uma cultura juvenil específica e apolítica, à parte da adulta. Venturi e Bokany destacam que os jovens do presente são frequentemente comparados com uma expressão da vanguarda juvenil universitária das décadas anteriores. Por vezes, dado o impacto e radicalidade do movimento estudantil das décadas de 1960 e 1970, esquecemos que os estudantes mobilizados correspondiam a uma quantidade inexpressiva da população juvenil nacional.

Há também, nas pesquisas recentes, certa dificuldade em interpretar as novas formas de participação política juvenil. O que parece consensual é que os grupos de jovens são cada vez mais heterogêneos e fragmentados, dedicados a causas mais localizadas: movimentos negros, movimentos de gênero, movimentos ecológicos etc. Tais pesquisas apontam uma militância mais atenta a reivindicações de caráter cotidiano e imediato, distantes das grandes causas revolucionárias. Nas entrevistas com militantes jovens em Santa Catarina, Sousa (1999) observa que suas ações se orientam na direção de uma "transformação social partindo das microrrelações" (p. 181), com vistas a uma utopia que poderá realizar-se a longo prazo. Müxel (1997) identifica nos jovens franceses aquilo que chamou de *estratégia dos pequenos passos*, também deslocada em relação a grandes

bandeiras e ideários políticos. Outro dado uníssono das pesquisas é o descrédito em relação às instituições tradicionais da política, como partidos políticos, centros acadêmicos, UNE, DCEs, CAs etc. em favor de novas formas de engajamento (Mesquita, 2006).

É forçoso constatar que as pesquisas atuais titubeiam nas tentativas de explicação da participação política juvenil; são menos satisfatórias ainda quando tentam comparar engajamento presente e passado. Os apontamentos, em geral, são parciais e pontuais, em torno de elementos isolados: a situação econômica é distinta; os jovens sofrem da mesma apatia política do conjunto social; carecem de referenciais mais alargados, embora tragam consigo críticas à sociedade e reivindicações de caráter humanista; há, em geral, pouca disposição para o engajamento, mas talvez na mesma proporção que havia no passado... Nesse caminho, estamos à deriva de certo relativismo, uma fragmentação que justapõe partes sem contexto, e por isso rompe com a possibilidade de estabelecer comunicação entre campos de sentido do presente e do passado. O nó se aperta quando procuramos compreender o engajamento estudantil, além de tudo negligenciado pelas pesquisas atuais como se tivesse desaparecido após a década de 1980.

É necessário começar a comparação por um lugar, tanto físico como existencial, e então perfazer um esboço mais estruturado dos agentes do presente e de seu habitat. O eixo de comparação com décadas posteriores deve necessariamente ser o estudante, e para compreendê-lo é imprescindível refletir, ainda que de forma breve, sobre a universidade e suas transformações, pontuando-as em um contexto maior na sociedade capitalista.

O novo mostrengo e seus inabitantes

É verdade: não nos reconhecemos mais em período tão indefinido como em 1960. À palavra imperialismo nas faixas e dizeres estudantis, veio sua substituta high tech, globalização. No Brasil, do milagre econômico nos anos 1970 vieram a dívida externa, as altas taxas de inflação, o desemprego... Segundo Francisco de Oliveira (2003), a partir dos anos 1980 o potencial de desenvolvimento brasileiro é truncado, e suas alternativas restringem-se no cenário internacional. Analisando a nova fase, o autor aponta o impasse de nossa economia; utilizando sua bem conhecida metáfora zoológica, ratifica: "o ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão" (p. 150).

Internamente, configura-se uma sociedade altamente contraditória, porém mais estável e estratificada que décadas atrás. Consolida-se uma classe dominante imersa no hiperconsumo e avessa a ideários nacionalistas. Altos índices de miséria e desemprego convivem com ilhas isoladas de fartura e de alta tecnologia. Em contrapartida, a efervescência do movimento sindical entra em declínio, corroída pela reestruturação produtiva. Segundo Francisco de Oliveira (2003), o ornitorrinco parece não ter perceber muitas alternativas no presente, seja interna ou internamente, seja pela via tucana ou petista.

Chega de retomar mazelas tão bem conhecidas. Só quis ativá-las na memória, como pano de fundo, iniciando um esforço para a compreensão do jovem e de seu (des)engajamento atual. Para o momento, o que importa é notar que, a partir do Golpe de 1964, a universidade foi forçada a enquadrar-se nessa nova ordem pelos técnicos educacionais ligados ao Regime Militar e ao acordo MEC-USAID.

Na Maria Antonia, durante as mobilizações de estudantes e professores pela Reforma Universitária, Florestan Fernandes (1979) escreveu os trabalhos organizados no livro, cujo nome assertivo e direto não deixa dúvidas sobre a questão colocada: *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* Naquele contexto, os estudantes rebelaram-se contra a universidade conglomerada da década de 1960 descrita pelo autor. O então arremedo de ensino superior não era exemplo a ser seguido; não representava muito além de uma junção fictícia das antigas escolas superiores. Não havia nessa estrutura espaço para pesquisa, produção de conhecimento, e menos ainda para a implicação do pensamento científico com os problemas sociais do país. Segundo o autor, era imperativo transcender os limites de um ensino superior tacanho, herdeiro do atraso cultural português e das elites oligárquicas nacionais. A antiga escola superior destinava-se ao ensino livresco e à reprodução de saberes importados dos centros de excelência estrangeiros; sobretudo, destinava-se à formação de uma elite profissional e intelectual restrita, correspondente a uma ordem econômica prestes a ruir.

Uma depoente lembra a ocupação do prédio da Maria Antonia, da intenção revolucionária dos estudantes frente à escola superior e à universidade conglomerada: "*era uma manifestação selvagem. A Maria Antonia viveu o estouro de uma instituição, e as mesmas pessoas que estavam na antiga estavam na nova. Mas ela não nasceu de novo porque foi destruída pela Ditadura*".

São muitas referências memorativas sobre esse espaço: seus corredores, o Grêmio, o Bar do Zé... Durante as entrevistas, sonhei com esse lugar, com suas árvores e muros, tamanha a força que as evocações tiveram sobre mim. Sua destruição após a batalha com os estudantes do Mackenzie é emblemática. A eliminação física do prédio simboliza o fim daquele pequeno embrião universitário e o início de um processo de modernização conservadora da instituição: não explodiu como os estudantes pretendiam que explodisse.

A universidade conglomerada era insuficiente também para o capital. Mas o que surgiu dela foi a universidade burocratizada e funcional dos anos 1970 e 1980. Do ponto de vista do ensino, a expansão de vagas não levou em conta a qualidade, enfraquecendo e desvalorizando a graduação. O aumento da produção científica foi notável. No entanto, teve seu fluxo e desenvolvimento orientados por padrões norte-americanos, que privilegiam o aspecto quantitativo. As ciências humanas são decisivamente prejudicadas, precisando ajustar-se a normas e padrões vigentes nas áreas exatas e biológicas. Quanto à extensão universitária, carro chefe da proposta progressista, tornou-se o menor dos pilares no tripé institucional. A universidade modernizada, sob o manto da neutralidade, permaneceu alheia aos problemas centrais do país.

Em seguida, nos anos 1990, rapidamente a hegemonia neoliberal impõe novas condições ao ensino superior. Nas universidades públicas, cresce a presença das fundações, bem como a submissão da reflexão autônoma às agências internacionais, como o Banco Mundial, o BID e o FMI. Acentua-se a linguagem gerencial, o referencial externo, a presença e ingerência de organismos internacionais. Vigoram padrões de avaliação característicos de empresas privadas. Na expressão de Chauí (2001), é a universidade administrada, em que a lógica dos equivalentes mercantis se estabelece na avaliação e comparação entre saberes qualitativamente incomparáveis. A novíssima universidade assemelha-se a quaisquer empresas existentes, desde montadoras, lanchonetes ou supermercados.

As propostas inspiradas no Relatório Atcom e nos acordos MEC-USAID sofreram resistências diversas na época, e a implantação de seu conjunto nunca foi completa. Talvez o maior êxito delas tenha se dado de forma temporã, na mentalidade acadêmica a partir dos anos 1990.

Na expansão avassaladora da rede privada de ensino, as novas instituições são inauguradas sob essa nova doutrina. Como empresas desde o nascimento, são regidas pelas leis da competição e da viabilidade econômica. Os cursos de graduação se orientam para as demandas de mercado; o conhecimento equipara-se à informação técnica mínima necessária para o desempenho profissional. A eficiência, a infraestrutura, a tecnologia e a competitividade são as novas palavras de ordem propagadas pelo marketing agressivo dessas empresas. O que as regulamenta, sobretudo, é o direito do consumidor; é para ele que o estudante vai quando está insatisfeito com o produto adquirido.

Nesse novo quadro, a contrapartida estudantil é desoladora. É triste perceber que são cada vez mais numerosas as entidades discentes que seguem o modelo empresarial. Há associações atléticas, empresas juniores e centros acadêmicos operando com vultosas somas de recursos e frequentemente alheios a quaisquer questões relativas à sociedade brasileira, ou mesmo à melhoria dos seus cursos de graduação. Não raramente surgem rumores ou denúncias comprovadas de corrupção envolvendo seus dirigentes, jovens estudantes que antecipam vícios bem conhecidos do mundo adulto.

Há aqui, nas atléticas e empresas juniores, ainda que reacionárias, algum papel ativo do estudante, um sentimento de pertença e apropriação da faculdade, ainda que de maneira capitalista liberal. Talvez tão ou mais desolador seja perceber que a relação entre a maioria dos jovens com a instituição corresponde efetivamente à estabelecida com um supermercado, lanchonete ou shopping: expressa a passividade de um consumidor, sedado frente à sedução das mercadorias que contempla. Conscientes desse fenômeno, são muitas as instituições privadas que têm em seus campi lojas de roupas, academias, salões de beleza e toda a parafernália necessária para completar o engodo.

E essa objetificação revela-se de maneira especial nos espaços físicos das instituições. Os militantes atuantes no início da década de 1960 recordaram com entusiasmo de seus primeiros anos, da integração entre vida acadêmica, cultura e política. Diz uma depoente: "*aquele saguão da Maria Antonia, que perfume, que maravilha. Perfume de vida!*". As sínteses sensoriais são recorrentes nos depoimentos da época: "*um burburinho, uma efervescência...*". Lembra um militante:

> *O Bar do Zé era o Prozac da época! Um papo cultural, político. Era esperar meia hora lá, chegava alguém com quem você tinha algum tipo de afinidade. Acho que era uma vida bem ativa no sentido de conversar: conversava-se... Uma exposição para ir, a casa de alguém... Havia uma continuidade. Acho que era o equivalente ao campus americano, onde há centros de comunidades, onde você encontra seus pares.*

O teor das lembranças de lugares muda radicalmente a partir dos anos 1980. Os militantes mais novos ressentem-se de campi semelhantes a tantos outros lugares, igualmente transitórios, igualmente de passagem, embotados para a vida e encontro público. É frequente nos depoimentos dessa época referências a espaços vazios, à necessidade de "*integração*" com os colegas, como se um sentimento de fragmentação e solidão fosse fortemente experimentado.

No novo mostrengo, a mera presença do aluno tornou-se indesejada, a não ser como consumidor. Esforços na contracorrente dessa tendência encontram obstáculos tanto na terra árida da universidade quanto na disposição dos estudantes em cultivá-la. Assim, na experiência universitária contemporânea, o mero esforço do estudante em habitar sua instituição de ensino, sob qualquer forma ou nível de politização, passa a

valer como uma espécie de militância, como esforço na contracorrente dessa desertificação. Habitar a universidade passa a ser algo suficiente para distingui-lo de seus colegas que, nas palavras dos depoentes, "*assistem as aulas e vão embora*".

O estudante em si

Não é de se estranhar que o estudante dos anos 1960 e 1970 (e em especial sua militância) seja incompreensível aos olhares do presente. Não só pelas transformações na universidade e na vida estudantil, mas também por certos esquecimentos teóricos nas ciências humanas, evidentemente não casuais.

Como observado, as pesquisas recentes frequentemente acentuam nos jovens valores que o sensibilizam para o combate às injustiças sociais, tal como sensibilizavam seus antecessores; afirmam, a partir daí, que a práxis juvenil deve ser compreendida em seu novo contexto socioeconômico, que ela não seria nem melhor nem pior que o engajamento pregresso, mas produto do que é hoje possível realizar, daí sua diversidade e heterogeneidade. Nas pesquisas recentes, os elementos isolados da militância juvenil são comparados a características também isoladas da militância pregressa. Esses estudos creem, assim, avançar ao não menosprezar os agentes do presente e não mitificarem os agentes do passado. Contudo, na repulsa à força mítica de 1968 suprimiu-se seu caráter singular, seu contexto íntegro e existencial e, portanto, aquilo que poderia servir como potencial crítico, renovador para as gerações futuras.

Franklin Leopoldo e Silva (1988) observou décadas atrás essa dificuldade em interpretar a "Maria Antonia". Nenhuma explicação isolada sobre conjunturas políticas, valores em transformação, aspectos existenciais, embora possa ser precisa sobre determinados aspectos particulares, pode dar conta do entrelaçamento complexo entre elas. Cada elemento da vida universitária, comparado ao seu correlato de outra época, dá impressões falseadas. Justapondo a política do passado à do presente, as músicas do passado às do presente, a literatura do passado à do presente, obtemos diferenças circunscritas, indicações parciais que podem obscurecer aquilo que é essencial. A tendência para que procedamos de maneira partitiva com o passado é claramente determinada pelo nosso presente, pelo esvaziamento e compartimentalização de nossas consciências frente a um mundo de aparência caótica.

Vale lembrar estudos atuais menos partitivos. Já na década de 1980 era possível estabelecer interpretações mais integradas sobre a nova condição dos estudantes. Em texto simples e certeiro, creio que inspirado em algum engajamento estudantil anterior, Ribeiro Neto (1985) é talvez o primeiro a apontar com essa assertividade que a condição de estudantes deixa de exercer papel central na vida dos jovens: "deixa de significar um investimento global, um território onde múltiplas experiências podem encontrar-se e ser pensadas" (p. 63). Nos anos 2000, Luís Antonio Groppo (2005) procurou identificar pontos de convergência e divergência nos diferentes países em que houve intensa mobilização estudantil em 1968. Destaca o contexto de guerra fria, aspectos econômicos, políticos e culturais de uma sociedade global em expansão. Nesse momento, a transformação do sistema universitário também aparece como um aspecto comum entre diversos países. Segundo o autor, a mobilização dos jovens nas décadas de 1960 e 1970 deitou raízes em expectativas alargadas em comparação com as do presente, alcançando expressão mundial. Conclui Groppo que a onda mundial de revoltas de 1968 foi o primeiro grande movimento por uma outra globalização, e que esta talvez seja sua principal herança para as novas gerações.

Esses trabalhos são exceções. Em verdade, hoje, é cada vez mais difícil compreender tanto os acontecimentos de 1968 como o estudante por limitações do próprio presente, e nos serve de pista, um tanto irônica, precisarmos resgatar uma pesquisa da década de 1960 para compreendermos o sentido político desse problema. Como vimos, para Foracchi, o processo de transformação do jovem em estudante possui determinações históricas complexas, e deve ser interpretado em seu sentido mais alargado. A análise feita pela autora é evidentemente inspirada nas discussões sobre o problema da organização do proletariado, nas divisões possíveis de um movimento, na articulação entre sua base e seus militantes. É clara a presença, ainda que nem sempre explicitada em seu texto, dos conceitos de classes sociais e de consciência de classe; para interpretar a passagem de um movimento estudantil espontaneísta e sindical para outro, que leva em conta determinações mais gerais do sistema capitalista.

O conceito de classes sociais, a temática da consciência de classe e da passagem da classe *em si* à classe *para si* constituem campo complexo e atravessado por ricas e variadas perspectivas. Aqui, não há consenso mesmo entre os autores marxistas, e tampouco definição inequívoca e precisa na própria obra de Marx[1]. Não é necessário entrar nesse debate. O que importa, no momento, é aquilo que, pela problemática que coloca e procura enfrentar (as questões de organização do proletariado), esse conjunto de expressões nos permitiu, ainda que de maneira apenas esboçada ou subentendida na obra de Foracchi, desvelar acerca do movimento estudantil e de certas dificuldades das pesquisas contemporâneas sobre a participação política dos jovens.

O que chama também especial atenção no trabalho de Foracchi é a forma de exposição e de integração

dos elementos revelados pelos dados da pesquisa. Essa é sua pedra de toque. Para Lukács (2003), o método marxista distingue-se pela perspectiva da totalidade, única capaz de superar a imediaticidade e superficialidade com que o real se apresenta. Sob essa perspectiva, o conhecimento do real é possível apenas pelo esforço de integração dos diferentes fatos da vida social. Embora a construção do conhecimento deva necessariamente partir daquilo que é imediato à percepção e ao pensamento, é necessário que rompa tal superfície. O conceito de totalidade, metodologicamente, indica que o foco de estudo, apesar do recorte que se faz a partir da perspectiva de pesquisa, não é tratado em isolamento ou decomposto em partes, mas concebido historicamente e indissociável do mundo que o cerca.

Foracchi alcança estabelecer um campo de sentido no qual categorias de análise e dados empíricos não aparecem de maneira estanque e compartimentada; suas interpretações estabelecem relações e impostações cada vez mais alargadas, relacionando categorias simples e abstratas à complexidade e concretude do tema. A autora não perde de vista determinações sociais mais amplas ao interpretar os jovens e os estudantes, sem suprimir particularidades, nem tampouco equipará-las a estas na forma de exposição e em suas conclusões. Daí a inegável superioridade de seu trabalho em relação aos seus sucessores, apesar dos quarenta anos que o separam de nós. Embora haja o benefício de encontrarmos informações atualizadas nas pesquisas mais recentes, somos obrigados a reconhecer que um trabalho à altura de servir como via de comparação com o realizado outrora deveria necessariamente retomar certas categorias e esforços metodológicos hoje esquecidos.

Portanto, a equiparação entre jovens e estudantes nas pesquisas atuais, que tomei como ponto de partida deste artigo, indica, sob o prisma metodológico, antinomias das pesquisas sociais contemporâneas que pareceriam claras décadas atrás, ainda nos anos 1980. Outra triste revelação, sem dúvida decorrente em grande parte da primeira, é a dificuldade que temos, nós pesquisadores, de perceber os desdobramentos de uma vida acadêmica desertificada. Bastaria que as pesquisas mais recentes partissem desse lugar, desse mesmo lugar que habitam seus próprios pesquisadores, e refletissem em um primeiro momento sobre seu local de trabalho. De fato, hoje, tem cada vez menos sentido conceber a universidade como experiência decisiva para um jovem, como momento de pertença e politização para quaisquer de seus habitantes. E se essa dificuldade figura com tanta força nas pesquisas, a ponto de elas ignorarem ou diminuírem a importância da transformação do jovem em estudante, é porque o monstrengo nos absorveu de tal forma que somos cada vez menos capazes de colocarmos o pescoço para fora de sua garganta e olharmos para trás.

Decênio a decênio, não é sem motivos que os acontecimentos de 1968 ficam cada vez menos compreensíveis para os habitantes da universidade, e isso não se dá evidentemente porque eles ficaram mais afastados de nós; mas porque, década a década, nosso olhar e nosso lugar – este em sentido estrito: a universidade –, do qual necessariamente deveria partir a reflexão sobre 1968, passou a ser a sua própria negação. A universidade, a não ser nos momentos de greve e mobilização, não comporta mais a vida íntegra e politizadora de antes, não vai além do que lhe pede o capital e lhe permite sua burocracia. Nada mais próximo daquilo que as mobilizações pela Reforma Universitária combatiam.

Notas

1 Sobre essa polêmica, ver Bourdieu (1983) e Dubet (1996). Sobre as dificuldades em definir juventude, ver Abramo e Branco (2005) e também Levi e Schmidt (1996).

2 Entre outros títulos, ver Bottomore (1968), Lukács (2003) e Thompson (1987). Para uma referência rápida, ver Bottomore (1988).

Referências bibliográficas

Abramo, H. W. (1994). *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta.

Abramo, H. W. & Branco, P. P. M. (Orgs.). (2005). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Arendt, H. (2001). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-universitária.

Bourdieu, P. (1983). A juventude é apenas uma palavra. In *Questões de sociologia* (pp. 112-121). Rio de Janeiro: Marco Zero.

Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bottomore, T. (1968). *As classes sociais na sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bottomore, T.. (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Cardoso, I. (2001). *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34.

Chauí, M. (2001). *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP.

Costa, J. F. (2003). *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.

Dubet, F. (1996). Les jeunes et des sociologies: le cas français. *Sociologie et sociétés, 1*(28), 23-35.

Fernandes, F. (1979). *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega.

Foracchi, M. M. (1972). *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: EDUSP.

Foracchi, M. M. (1977). *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Nacional.

Groppo, L. A. (2005). *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968*. Piracicaba: Editora UNIMEP.

Ianni, O. (1968). O jovem radical. In S. Britto (Org.), *Sociologia da juventude* (Vol. 1, pp. 225-242). São Paulo: Zahar.

Krischke, P. J. (2005). Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In H. W. Abramo & P. P. M.

Branco (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 323-350). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Levi, G. & Schmidt, J-C. (1996). *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.

Medina, C. (Org.). (1989). *1968-1988: Nos passos da rebeldia*. São Paulo: CJE/ECA/USP.

Mesquita, M. R. (2006). *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. Tese de Doutorado em Psicologia, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.

Mische, A. (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação,* 5/6, 134-150.

Mortada, S. P. (2008). *Tempos da política: memórias de militantes estudantis do curso de psicologia da Universidade de São Paulo.* Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Müxel, A. (1997). Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. *Revista Brasileira de Educação*, 5/6, 151-166.

Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

Ribeiro Neto, A. (1985). Um laço que não une mais. *Desvios*, 4, 58-71.

Schmidt, J. P. (2001). *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Silva, F. L. (1988). Rua Maria Antonia. In: M. C. L. Santos (Org.), *Maria Antonia: uma rua na contramão* (pp. 132-136). São Paulo: Nobel.

Singer, P. (2005). A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In H. W. Abramo & P. P. M. Branco (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 27-35). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Sousa, J. T. P. (1999). *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores.

Thompson, E. P. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Venturi, G. & Bokany, V. (2005). Maiorias adaptadas, minorias progressistas. In H. W. Abramo & P. P. M. Branco (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional* (pp. 351-368). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Samir Pérez Mortada é Doutor em Psicologia Social pelo Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Professor de Psicologia Social na Faculdade Social da Bahia – Salvador, colaborador do Centro de Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Endereço para correspondência: Rua Amazonas, 845 – apto. 03. Salvador – BA. CEP: 41830-380. E-mail: mortada@usp.br.

De jovem a estudante: apontamentos críticos
Samir Pérez Mortada

Recebido em: 08/08/2008
Revisão em: 16/09/2009
Aceite final em: 26/10/2009

Psicologia & Sociedade; 21 (3): 383-390, 2009

O LUGAR DA PSICOLOGIA SOCIAL NA FORMAÇÃO DOS PSICÓLOGOS

Ligia Claudia Gomes de Souza
Faculdades Integradas Maria Thereza e Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, Brasil

Edson Alves de Souza Filho
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: Este trabalho pretendeu contribuir para o ensino da Psicologia Social no Brasil ao levantar os conteúdos e práticas do ensino dessa disciplina em cursos de psicologia de instituições localizadas em todas as regiões do país. A pesquisa consistiu no levantamento do material referente ao ensino da Psicologia Social, através de ementas, programas, de questionários e bibliografia indicada. 51 professores da disciplina Psicologia Social responderam a um questionário, e as informações referentes a ementas e programas foram coletadas junto às instituições. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, organizados em tabelas e submetidos a testes estatísticos. O ensino de Psicologia Social se dá através de conceitos descritivos/fenômenos, onde são valorizados os temas da área, em detrimento das correntes teóricas, as práticas e os métodos que foram menos referidos/enfatizados. Interpretamos esses resultados como busca de "sensibilização" dos alunos do curso de Psicologia para os problemas sociais relacionados com a Psicologia Social.

PALAVRAS-CHAVE: ensino; psicologia social; formação de psicólogos.

THE PLACE OF SOCIAL PSYCHOLOGY IN THE FORMATION OF PSYCHOLOGISTS

ABSTRACT: This paper aimed at contributing to the education in Social Psychology in Brazil, raising the teaching contents/practices of such topic in courses of psychology in institutions located in all the regions of the country. The research consisted of the survey of diverse material related to the teaching of Social Psychology, through summaries, programs and questionnaires and the recommended bibliography. 51 professors of Social Psychology answered the questionnaire; and other information regarding summaries and programs was collected in institutions. The data was submitted to content analysis, organized in tables and statistically tested. The teaching of psychology is carried out drawing on descriptive concepts/phenomena, where topics of the field are more valued to the detriment of theoretical trends; hence practices and methods were less mentioned/emphasized. The results are interpreted as a search to raise psychology course students' awareness of the social problems related to social psychology.

KEYWORDS: teaching; social psychology; formation of psychologists

Introdução

Este trabalho surgiu do interesse em investigar o ensino da disciplina de Psicologia Social nos cursos de Psicologia que, atualmente, se encontra presente em todos os seus currículos. Essa presença é observada já nos primeiros currículos de Psicologia, mesmo naqueles formulados antes da regulamentação da profissão em 1962.

Objetivando retratar a realidade contemporânea, iremos retroceder na história da Psicologia Social, a fim de entendermos como se deu a definição do campo profissional do psicólogo social na realidade brasileira. Esse processo que se iniciou com a chegada de especialistas estrangeiros nas décadas de vinte e trinta para lecionarem os primeiros cursos de Psicologia Social, passou pela determinação da disciplina de Psicologia Social no curso de Psicologia e pelo aumento da inserção de psicólogos em atividades voltadas para o campo social e, finalmente, chegou até o processo de determinação do Conselho Federal de Psicologia, ao conferir à Psicologia Social o título de especialidade da Psicologia.

O ensino da disciplina na América foi iniciado pelo primeiro curso universitário de Psicologia Social ministrado pelo professor F. A. Ross, na Universidade de Stanford, durante a última década do século XIX (Bernard, 1946). Já no Brasil, o ensino da Psicologia

Social surgiu dentro do campo da ciência médica e jurídica no final do século XIX, pois os primeiros trabalhos científicos de psicologia foram apresentados nas faculdades de Medicina e de Direito. Do mesmo modo apareceram os primeiros trabalhos de doutoramento que versavam sobre temas da Psicologia Social. É importante salientar que esses pioneiros na exposição geral da Psicologia Social no país são médicos: Raul Briquet (1887-1953) e Arthur Ramos (1903-1949). Entretanto, a disciplina foi realmente impulsionada a partir das reformas do ensino, a partir dos ideais escolanovistas, realizadas na década de 20. Essas reformas valorizaram o ensino de Psicologia e de Sociologia, a partir de então inseridos nas escolas brasileiras. A importância da fase inicial do ensino da Psicologia Social foi destacada por Bomfim (2004), ao defender que os primeiros cursos de Psicologia Social "estiveram estreitamente vinculados à construção do pensamento em Psicologia Social no Brasil" (p. 36). Não obstante a importância dessa fase, foi somente na década seguinte que surgiram os primeiros cursos no campo da Psicologia Social no Brasil; o primeiro foi ministrado na "Escola Livre de Sociologia e Política", em São Paulo, por Raul Briquet (1933-1934). Seu curso de Psicologia Social para o nível superior, sucedido pela publicação da obra *Psicologia Social*, de 1935, o colocaram numa posição de destaque na história do ensino da Psicologia Social. Nessa fase destaca-se a influência dos professores Etienne Souriau, André Ombredaner, Jean Maugüé, Paul Arbousse-Bastide e Claude Lévi-Strauss, além de Donald Pierson, Roger Bastide e Otto Klineberg. A década de trinta é considerada por Bonfim (2003) como o período em que "A Psicologia Social galgava, aos poucos, o status de uma disciplina científica, passando a ser ensinada no ensino superior." (p. 57). Porém, pode-se notar desde essa época inicial a tendência de oscilação entre as disciplinas de Psicologia e Sociologia, movimento que marcará a história da Psicologia Social até o presente, sendo fonte de criatividade bem como de certo impasse e bloqueio, conforme desenvolveremos subsequentemente (Doise, 1976, 1982; Howitt et al., 1989; Ibáñez, 1993; Montero, 1994; Moscovici, 1970, 1989; Paez, Valencia, Morales, Sarabia, & Ursua, 1992).

Durante a década de cinquenta foram desenvolvidas as primeiras teses de doutorado em Psicologia Social, sob a orientação de Annita Cabral. Nessa fase também se destacaram as relevantes contribuições de Pierre Weil, Aniela Ginsberg, Nilton Campos e Eliezer Schneider. Essa fase foi marcada também pela tradução de manuais que determinaram os rumos do ensino de Psicologia Social.

A partir da criação dos primeiros cursos de Psicologia no Brasil, houve uma aproximação da Psicologia e da Psicologia Social. Inicialmente lecionada para estudantes de ciências jurídicas e econômicas e médicas, a Psicologia Social na década de cinquenta estreitou sua relação com a Psicologia ao ser inserida como disciplina básica desde os primeiros currículos propostos para o curso de Psicologia.

Em consequência, a produção passou a se concentrar nos cursos de Psicologia, reunindo o material até então disseminado nos ensaios, nas sistematizações dos cursos ministrados em Escolas de Sociologia, de Filosofia ou de Ciências Econômicas e políticas e nas associações científicas.

Bomfim (2003) destacou o papel da obrigatoriedade da disciplina Psicologia Social nos cursos de Psicologia na delimitação de espaço institucional privilegiado para o campo psicossocial. Essa aproximação alterou a característica do corpo docente da área, antes formado por profissionais das áreas de Ciências Sociais e Políticas, e a Psicologia Social passou a ser lecionada, com o passar do tempo, por psicólogos. Assim, a Psicologia Social se inseriu oficialmente no campo da psicologia, tornando-se um ramo teórico e de investigação da segunda. O estabelecimento de campos mais delimitados e o aumento do número de psicólogos dedicados ao ensino superior afastaram profissionais de outros campos da ciência social.

A partir de 1962, os cursos passaram a ser regidos pelas novas normas estabelecidas, levando os cursos de psicologia no país a investirem na contratação e no aperfeiçoamento de professores de Psicologia Social. Essa fase inicial da disciplina foi retratada por Kruger (1986), que salientou as afinidades da produção desse período com a Psicologia Social desenvolvida por autores norte-americanos. Essa tendência foi notada por Ozella (1991), ao relatar o início de sua atividade docente no campo da Psicologia Social, ocorrido no início da década de setenta, quando, segundo o autor, os manuais traduzidos na década de cinquenta permaneciam fundamentando seu ensino. O autor acrescenta que o conceitual básico oferecido contava com os temas: Percepção Social, Motivação Social, Comunicação Social, Atitudes e Mudança de Atitudes, Crenças e Valores, Preconceitos e Estereótipos, Papéis Sociais e Socialização.

Nesse sentido, Sá (2007) analisou o quadro bibliográfico da disciplina no início da década de setenta, ressaltando as traduções brasileiras de livros como os de D. Krech, R. Crutchfield e E. Ballachey (1969), Solomon Asch (1971) e Fritz Heider (1970), além de textos de metodologia, como o de Leon Festinger e Daniel Katz (1974), e livros de caráter monográfico, como o de Daryl Bem (1973). Para Sá, as obras de autores europeus, como Jean Stoetzel (1976), Jean Maisonneuve (1977) e Serge Moscovici (1978) também tinham um lugar na formação.

A crise na Psicologia Social ocorrida no hemisfério norte a partir da década de sessenta refletiu-se na Psicologia recém-desenvolvida. Para Sá (2007), a "crise da psicologia social" dos anos 70, nos Estados Unidos, produziu também repercussões transformadoras no Brasil. Tal como apontou Lima (2008), os principais movimentos de contraposição à psicologia social cognitiva nessa época foram: a perspectiva de Silvia Lane e o setor de psicologia social da UFMG, que reunia as reflexões, experiências e a busca de novos interlocutores, como Lapassade e Lourau. O autor aponta a análise institucional, a psicologia social comunitária e a teoria das representações sociais como caminhos que a psicologia social pôde tomar após o período de crise. Tratava-se também de formular teorias que permitissem uma articulação entre dimensões cognitivas, afetivas e comportamentais e aquelas de natureza mais sociológica, antropológica, política, entre outras (Doise, 1976, 1982). Entretanto, essas teorias foram absorvidas pelo currículo lentamente.

Algumas dificuldades foram sentidas no ensino da Psicologia nas décadas de setenta e oitenta no que tange à orientação dos grupos de professores da disciplina. Esse quadro envolveu principalmente os professores de Psicologia Social com orientação política de esquerda. Tem-se como exemplo o fato de que, na época da ditadura militar, quando o currículo do curso de Psicologia estava sendo estruturado, a disciplina "Psicologia Comunitária" estava presente; contudo, naquela época, seus objetivos foram manipulados pelo governo, que pretendia, com isso, o desenvolvimento de técnicas que possibilitassem a manipulação de massas.

Desde a década de oitenta a disciplina Psicologia Comunitária tem sido reivindicada, tendo em vista seu crescimento expressivo nos anos oitenta, sinalizando um novo compromisso com segmentos sociais excluídos. Tal iniciativa aumentou a capacidade do profissional de transitar por diferentes locais de trabalho.

Atualmente, a área de psicologia social vive uma situação de dúvida e ampliação de busca de recortes de objeto a considerar, de formulações teóricas a serem feitas, de métodos de trabalho e modos de inserção profissional. Assim, da crise de relevância ao fim do regime militar, houve uma retomada de contribuições vindas das ciências sociais para a Psicologia Social, até então consideradas suspeitas ou desconsideradas. Com a ampliação da democracia política no país, cresceu o reconhecimento acadêmico em relação aos potenciais dos fatores psicossociais e psicossociológicos para a compreensão humana. Mas os grupos de pesquisa e ensino de Psicologia Social ainda estão numa fase de consolidação de suas atividades, com poucas revistas especializadas no país e uma influência *fora* do ambiente acadêmico menor do que se poderia esperar. Nesse sentido, é necessário lembrar que cresceu muito mais a demanda de estudantes de Psicologia por uma formação profissional clínica e de saúde do que por aquela voltada para os problemas sociais em geral, que ainda se restringe à atividade acadêmica. Aparentemente, as buscas de articulações e interdisciplinaridades feitas até a atualidade não foram suficientes para ampliar a influência da Psicologia Social na sociedade. Esse fato implica certa dificuldade entre os professores da área de Psicologia Social, que não contam com o envolvimento e interesse suficientes dos estudantes.

Método

Essa pesquisa descritiva objetivou levantar dados sobre o ensino da Psicologia Social nos cursos de Psicologia brasileiros através de um questionário aplicado em uma amostra de 51 professores das disciplinas Psicologia Social, pertencentes a universidades das diversas regiões brasileiras, seguindo os procedimentos éticos na pesquisa.

Também coletou material de ementas, de programas e da bibliografia utilizada pelos professores. As ementas, os programas e os questionários aplicados nos professores de Psicologia Social do curso de Psicologia foram solicitados via e-mail e por carta a todas as universidades que possuem o curso de Psicologia no país.

A amostra foi formada por professores de instituições públicas e privadas localizadas em vários estados do país, distribuída do seguinte modo: região Norte: 2 professores (PA 1, AM 1), região Nordeste: 7 professores (PE 2, CE 2, RN 2, BA 1), região Centro-Oeste: 5 professores (DF 3, GO 2), Região Sudeste: 21 professores (SP 9, RJ 4, MG 8), região Sul: 16 professores (RS 10, PR 3, SC 3), totalizando, assim, cinquenta e um participantes. A amostra se formou com 16 professores de instituições públicas e 35 de instituições privadas. Os professores responderam a questões sobre a psicologia social, enviando um total de setenta e um programas, pois alguns professores lecionam duas ou mais disciplinas de psicologia social. O material foi dividido em 19 programas de Psicologia Social, 21 de Psicologia Social I, 22 de Psicologia Social II e 9 de Psicologia Social III. A amostra se formou com 14 professores do sexo masculino e 37 do sexo feminino.

Procedimento de coleta e análise de dados

As respostas dos participantes e os materiais coletados pelas cartas e e-mails e consulta aos sites foram submetidos à análise de conteúdo temática, segundo os princípios de Bardin (2000), dos quais foram categorizadas as unidades temáticas de significados. Os resultados foram organizados em tabelas nas quais constam as

frequências e as porcentagens, acompanhadas do nível de significância no teste qui-quadrado.

Como *premissas* da Psicologia Social entendem-se suas definições gerais, seus objetos, suas histórias, suas relações com outras ciências, pressupostos paradigmáticos e epistemológicos, entre outros aspectos, como os valores. As *correntes teóricas* se referem às correntes conceituais/abordagens da psicologia social que foram mais especificadas, dentre elas a psicologia social crítica, psicologia sócio-histórica, teorias cognitivas, construcionismo social, psicossociologia, a teoria de Lewin. Em relação aos *conceitos descritivos/fenômenos* se encontram percepção social, atitudes, cognição social, crenças, ideologia, consciência, alienação, atividade, os processos grupais, as representações sociais. Na categoria *métodos* trata-se dos aspectos da pesquisa e intervenção em psicologia social, e na categoria *aplicações* entram as práticas e atuações da psicologia social.

Resultados

As disciplinas foram divididas entre o modelo desmembrado - quando eram apresentadas como duas ou três disciplinas, como por exemplo: "Psicologia Social I", "Psicologia Social II", "Psicologia Social III" - e o modelo em bloco - quando havia apenas uma disciplina "Psicologia Social" oferecida por um ano. Esse recorte foi definido a partir do levantamento das disciplinas da área de Psicologia Social, realizado nos currículos dos cursos de Psicologia brasileiros. Nessa análise emergiu de forma clara o diferencial dos dois modelos de organização das disciplinas, sendo ambos representativos da organização do ensino dessa área.

As 87 ementas das disciplinas Psicologia Social coletadas encontravam-se distribuídas em: 15 de Psicologia Social, 35 de Psicologia Social I, 27 de Psicologia Social II e 10 de Psicologia Social III. Apesar dessa peculiaridade do ensino de psicologia social no país, consideramos as ementas separadamente, sem levar em consideração o fato de que no currículo poderiam ser parte da formação oferecida pela instituição.

Tabela 1: Comparação do material das ementas

Grupo/Categoria	f	%
Premissas	81	14.49
Correntes Teóricas	62	11.09
Conceitos descritivos/Fenômenos	337	60.29
Métodos	34	6.08
Aplicações	45	8.05
Total	559	100

A análise do material indicou que as ementas das disciplinas da área da Psicologia Social valorizam os conceitos descritivos/fenômenos. Dentre os elementos presentes nessa categoria, pôde-se observar o destaque do estudo do fenômeno das representações sociais, da identidade, das atitudes e do processo grupal.

Programas

Esse material se refere aos programas das disciplinas que constam nos sites e no material enviado pela universidade, e se diferencia do material dos questionários, pois o último foi enviado diretamente pelos professores. É necessário dizer que as universidades investigadas nessa coleta são distintas daquelas cujos professores enviaram diretamente seu material. A amostra foi formada por 39 programas das disciplinas de Psicologia Social lecionadas nos cursos de Psicologia no Brasil.

Tabela 2:Comparação do material dos programas

Grupo/Categoria	f	%
Premissas	59	12.63
Correntes Teóricas	79	16.92
Conceitos descritivos/Fenômenos	296	63.38
Métodos	14	3.00
Aplicações	19	4.07
Total	467	100

Os programas das disciplinas da área de Psicologia Social analisados indicaram que os conceitos descritivos/fenômenos se destacaram. Dentre os elementos presentes nessa categoria, pôde-se observar o destaque do estudo da identidade social, da influência social, das representações sociais, da percepção social e das atitudes.

Entrevistas

A amostra foi formada por professores de instituições públicas e privadas localizadas em vários estados do país, totalizando 51 participantes. A amostra se formou com 16 professores de instituições públicas e 35 de instituições privadas. Os professores responderam a questões sobre a Psicologia Social, enviando um total de 71 programas, pois alguns professores lecionam duas ou mais disciplinas de Psicologia Social. O material foi dividido em 19 programas de Psicologia Social, 21 de Psicologia Social I, 22 de Psicologia Social II e nove de Psicologia Social III.

Tabela 3: Exposição dos dados gerais referentes à análise das respostas dos professores

Grupo/Categoria	f	%
Premissas	79	13.30
Correntes Teóricas	65	10.94
Conceitos descritivos/Fenômenos	371	62.46
Métodos	42	7.07
Aplicações	37	6.23
TOTAL	596	100

As respostas dos professores também seguiram a tendência observada nas análises apresentadas anteriormente, ou seja, um destaque dos conceitos descritivos/fenômenos. Os principais elementos que apareceram nessa categoria foram: identidade, ideologia, o processo grupal, as representações sociais, a relação indivíduo/sociedade.

Análise da bibliografia indicada pelos programas e pelos questionários

Esse levantamento foi realizado a partir do material indicado pelos professores em suas respostas aos questionários e pela consulta aos programas das disciplinas.

Tabela 4: Quadro comparativo da bibliografia utilizada pelos professores nas disciplinas Psicologia Social

	Questionários		Programas	
	f	%	f	%
Sociocognitiva	48	8.91	63	20.19
Socioconstrutivista	104	19.29	50	16.03
Sócio-histórica	176	32.66	78	25
Multiteórica	54	10.02	32	10.26
Filosofia	55	10.20	25	8.01
Sociologia	28	5.19	24	7.69
Sociopsicanalítica	37	6.86	8	2.56
Aplicações da Psicologia em Ambientes Sociais	9	1.67	14	4.49
Intervenção Psicossocial	25	4.64	18	5.77
Outros	3	0.56	0	0
Total	539	100	312	100

A bibliografia levantada demonstra as principais tendências do fundamento teórico utilizado pelos professores das disciplinas da área. Os resultados das respostas dos professores e do programas levantados convergem e apontam uma fundamentação bibliográfica respaldada pela psicologia sócio-histórica, seguida por socioconstrutivista e sociocognitiva, ainda que tenha havido certa discrepância desta última fundamentação entre os programas e os questionários. Enfim, observamos certa associação entre a fundamentação sócio-histórica e o uso de itens que surgiram na categoria conceitos descritivos/fenômenos citados pelos entrevistados. Dentre os temas dessa perspectiva, destacaram-se: o advento da Psicologia Social Crítica, alienação, consciência, ideologia.

Discussão

O levantamento das disciplinas Psicologia Social, cujo objetivo foi apresentar um quadro dessa área acadêmica (suas teorias e práticas), mostrou que, dentro da perspectiva generalista atual do curso de Psicologia, elas estão posicionadas em todos os cursos no ciclo básico. A disciplina, geralmente oferecida no limite máximo do sexto período, se encontra distanciada do momento em que o aluno procura se inserir no mercado.

As reflexões a respeito do levantamento do modo de organização do ensino da Psicologia Social, cujo objetivo foi entender a organização teórica e prática do ensino da área, serão apresentadas a partir do material coletado por ementas, programas e entrevista. Os dados indicaram que houve regularidades entre os materiais obtidos.

As correntes teóricas se distribuíram de forma equilibrada nas ementas, mas, quando são avaliados os materiais dos programas e das entrevistas, observa-se a tentativa dos professores em lidar com a diversidade teórica da Psicologia, observada pelo grande espectro de teorias que surgiram nas respostas.

Os conceitos descritivos/fenômenos se distribuíram de forma equivalente na maior parte do material coletado. Essa foi a categoria que obteve as maiores frequências em todos os materiais avaliados, indicando que o ensino da disciplina Psicologia Social se organiza a partir de tópicos da área.

Os conceitos descritivos/fenômenos da área apresentados nas disciplinas na maioria analisam a influência dos estímulos sociais no indivíduo, assim como as diferentes categorias de indivíduos se comportam quando eles são confrontados com um problema ou com outra pessoa e os fenômenos globais que resultam da interdependência de diversos sujeitos em sua relação com um ambiente comum, físico ou social. Já os métodos apresentaram baixa frequência, quando comparados às outras categorias, em todas as análises.

A discussão do material analisado separadamente por ementas, programas e entrevistas será apresentada a seguir, com o objetivo de ressaltar as semelhanças e as diferenças entre os dados.

As ementas das disciplinas Psicologia Social representam o aspecto mais institucional, uma vez que foram formuladas com base no padrão do currículo indicado pelos órgãos de gestão da educação superior e distribuídas por todas as instituições de ensino superior no país.

A análise do material coletado pelas ementas das disciplinas da Psicologia Social mostrou uma variação grande quanto aos aspectos investigados, indicando que muitas perspectivas da Psicologia Social se encontraram contempladas nos diversos cursos investigados.

As correntes teóricas convergiram nas disciplinas investigadas, apontando uma concentração em algumas perspectivas. Dentre as teorias do campo da Psicologia Social destacaram-se: a psicologia social crítica, a psicologia sócio-histórica e a psicologia social cognitiva. Essa constatação pode ser ratificada pela distribuição dos conceitos descritivos/fenômenos nas áreas da psicologia social cognitiva, na psicologia social materialista-dialética e na psicologia social sócio-histórica.

Os métodos e as práticas tiveram baixa representatividade quando comparados a outras categorias. Os baixos índices de métodos e das práticas podem indicar que os aspectos de aplicação da Psicologia Social não são valorizados na determinação do conteúdo das disciplinas. Entretanto, dentre as práticas citadas, destacaram-se aquelas relacionadas à intervenção do campo da psicologia social comunitária.

Os **programas** representam um misto entre a disciplina, definida pelas instituições a partir das ementas, e o aspecto particular do professor.

Essa reflexão sobre o material decorre do fato de esse, em grande parte, ter sido enviado pelas instituições e retirado do material disponível nos sites das instituições.

Diante da grande diversidade observada nos materiais, ficou claro que o desafio da disciplina Psicologia Social é acolher as diferenças presentes na área e apresentar ao estudante de psicologia um panorama amplo dessa perspectiva.

Essa disciplina representa uma valorização das temáticas trabalhadas pelos próprios professores; ela é mais personalizada, principalmente, pelo fato de ser oferecida em poucos cursos, uma vez que a maior tendência foi a da Psicologia Social ser apresentada em duas disciplinas.

As **entrevistas** com os professores significaram a oportunidade de estar mais próximo às práticas didáticas cotidianas dos professores no campo da Psicologia Social. Esse contato proporcionou um mapeamento da área, que permitiu a comparação dos itens analisados nas ementas e programas.

A disciplina Psicologia Social I apresentou grande variedade de premissas, confirmando seu perfil introdutório e sua variedade.

O levantamento das correntes teóricas nas entrevistas pode explicitar as abordagens da Psicologia Social que estão presentes em suas aulas. Essa análise mostrou que há uma tendência dos professores para enfatizarem: a psicologia social crítica, a psicologia social sócio-histórica, a teoria das representações sociais e as teorias cognitivas. Essa tendência se confirmou quanto aos conceitos descritivos/fenômenos mencionados em maior frequência pelos professores que os relacionam às teorias da psicologia social cognitiva, materialismo dialético, processos grupais e representações sociais.

Nesse levantamento pôde-se observar a tendência geral dos professores de apresentarem a disciplina a partir dos conceitos descritivos/fenômenos da Psicologia Social. Em contrapartida, as aplicações apresentaram baixa representatividade nas disciplinas, o que pode estar indicando que a perspectiva pragmática não é valorizada em detrimento do aspecto mais teórico. Apesar da baixa frequência entre os métodos, houve convergência dos elementos apresentados. Essa tendência confirma aquelas apresentadas pelas ementas e pelos programas.

As aplicações preconizadas pelos professores de Psicologia Social estão relacionadas à intervenção nos problemas da comunidade/intervenção social, à pesquisa, à ideia de que a Psicologia Social aplica-se a qualquer contexto.

Essa investigação buscou responder à questão: "O que é social em Psicologia Social?". Essa análise foi realizada a partir da explicitação das tendências encontradas nas premissas e nas correntes teóricas. Dentre as premissas, pôde-se observar a tendência de valorizar o aspecto histórico da área nas ementas, programas e nas entrevistas, ao levantar as origens através dos principais eventos que permitiram a emergência da Psicologia Social como uma ciência.

A análise das correntes teóricas indicou que as perspectivas sócio-históricas, as teorias sociocognitivas, a psicologia social-crítica foram aquelas que mais se destacaram dentre as citadas em programas e entrevistas. Essas tendências de variação nas perspectivas teóricas adotadas pelos professores foram confirmadas pela análise da bibliografia das disciplinas.

A **análise da bibliografia** das disciplinas Psicologia Social coletada nas entrevistas e nos programas (847 livros) apresenta uma perspectiva confirmatória da diversidade do campo.

O material levantado indicou a presença de 61,39% de publicações brasileiras e 38,61% de publicações estrangeiras. Destas últimas - a maior parte traduzida - fazem parte, principalmente, os manuais clássicos de Psicologia Social que estiveram presentes nas bibliografias dos programas e das entrevistas. Esse levantamento constatou que a maioria do material se constituiu de obras nacionais. A alta representatividade

dessa categoria pode estar relacionada ao crescimento das publicações da Psicologia Social de autores brasileiros nos últimos anos, porém a circulação de informações e a propagação do conhecimento da área ainda encontram certa dificuldade na sua produção. Outra constatação foi a tendência majoritária desse ensino ocorrer através de livros, sendo esses a principal fonte de informação das disciplinas. Um fato que deve ser levado em consideração é a baixa frequência (inferior a 5%) de artigos de revistas científicas. A partir dos dados, pôde-se inferir que, na configuração atual do ensino da Psicologia Social, os livros são as maiores fontes de informação da área.

A análise permitiu a identificação das tendências majoritárias presentes na bibliografia proposta pelos programas e pelas entrevistas. Dentre as tendências, destaca-se a abordagem sócio-histórica, seguida pela abordagem socioconstrucionista e pela abordagem sociocognitiva. Esses dados confirmam as tendências explicitadas pelas premissas, correntes teóricas e pelos conceitos descritivos/fenômenos.

A emergência da perspectiva social crítica não havia sido prevista pela investigação. De fato existem tendências, mas esse resultado não confirmou a premissa de que os temas pertinentes aos modelos da psicologia social cognitiva e da psicologia social socioconstrutivista seriam os mais relevantes. A perspectiva da psicologia social crítica ou psicologia social materialista-dialética se mostrou como a principal tendência entre programas e entrevistas. A psicologia social crítica, nessa investigação, foi dissociada da psicologia social sócio-histórica. Essa distinção ficou clara em todo o material, mas principalmente nas entrevistas dos professores.

A análise do conjunto dos dados relativos ao ensino da Psicologia Social indicou que a ênfase da disciplina é menor nas teorias, métodos e práticas/aplicações e maior nas premissas e conceitos descritivos/fenômenos. Como as premissas se caracterizaram como os aspectos introdutórios das disciplinas e os conceitos descritivos/fenômenos se caracterizaram como o modo de apresentação da maior parte dos conteúdos, podemos afirmar que a disciplina, tal como vem sendo ensinada, tem tido um caráter mais de "sensibilização" dos estudantes para tópicos e problemas sociais enfrentados pela Psicologia Social, mais do que assumir o ensino de um conjunto de teorias e métodos existentes. Nesse sentido, observamos que as teorias mencionadas surgiram associadas aos conceitos descritivos/conceitos, porém com menor ênfase.

Considerações finais

A formação de novos profissionais no campo da Psicologia é um tema aberto a novas considerações, posto que é uma construção coletiva que ocorre no cotidiano das aulas dos diversos cursos de Psicologia em nosso país. É salutar que a formação gere outros questionamentos; assim poderemos conseguir avançar na direção de um modelo que amplie as perspectivas da sociedade frente às possibilidades de aplicação do saber psicológico, e isso depende da ampliação da perspectiva daqueles que ingressam e que concluem os cursos nas diferentes universidades.

Especificamente, quanto ao ensino da Psicologia Social, essa investigação mostrou que a organização teórica e prática dessas disciplinas que o fundamentam estão presentes em todos os cursos brasileiros. Através da análise das ementas, programas, bibliografias e questionários verificou-se que as disciplinas se voltam para os conceitos descritivos/fenômenos e, em menor proporção, para as aplicações e métodos de pesquisa da área. Em contrapartida, o ensino da Psicologia Social voltado para uma prática deveria investir nas aplicações e na pesquisa.

Na investigação, os objetivos foram aprofundar nossos conhecimentos sobre as práticas docentes na área da Psicologia Social e observar um panorama sobre o ensino da Psicologia Social atualmente. Nesse momento em que o psicólogo tem se inserido em equipes profissionais onde é convidado, a todo o momento, a contribuir com suas posições técnicas em atuações coletivas e quando as práticas grupais são priorizadas, a partir de um modelo de atendimento e intervenção coletivo, a perspectiva da Psicologia Social tem um papel importante na construção das práticas profissionais desse psicólogo, assim como na construção de suas perspectivas teóricas.

Na medida em que os psicólogos reconhecerem essas práticas como legítimas de sua profissão, ou seja, como sendo pertencentes à sua área, sua perspectiva pode se ampliar e fazer com que isso aumente a qualidade de sua atuação. Os novos saberes levarão a novos fazeres, nos quais uma perspectiva mais aberta às novas demandas poderá estar presente. Assim, cabe um questionamento quanto à não-inclusão de questões relacionadas ao indivíduo em Psicologia Social, que não se reduzem aos aspectos cognitivos gerais.

O campo da Psicologia Social, em sua pluralidade, pode indicar caminhos. Essa área de saber pode ocupar um papel na integração em um novo espaço que a Psicologia venha a ocupar na sociedade.

Referências bibliográficas

Bardin, L (2000). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bernard, L. L. (1946). *Psicologia social* (1ª ed. rev. em espanhol). México: Fondo de Cultura Economica. (Original publicado em inglês, 1926)

Bomfim, E. M. (2003). *Psicologia social no Brasil.* Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Bomfim, E. M. (2004, maio/agosto). Históricos cursos de psicologia social no Brasil. *Psicologia & Sociedade, 16*(2), 32-36.

Doise, W. (1976). *L´articulation psychosociologique et les relations entre groupes*. Bruxelas: Editions A. de Boeck.

Doise, W. (1982). *L´explication en psychologie sociale*. Paris: P.U.F.

Howitt, D., Billig, M., Cramer, D., Edwards, D., Kniveton, B., Potter, J., & Radley, A. (1989). *Social psychology – conflicts and continuities*. Buckingham , UK/Bristol, USA: Open University Press.

Ibáñez, T.G. (1993). *Aproximaciones a la psicología social*. Barcelona: Sendai Ediciones.

Leme, M. A. V. S. (1990). Caminhos e descaminhos da Psicologia Social. *Psicologia Teoria e Pesquisa, 5*(3), 269-276.

Krüger, H. (1986). *Introdução à Psicologia Social*. São Paulo: EPU.

Lima, R. S. (2008). *História da psicologia social no Rio de Janeiro entre as décadas de 1960 e 1990*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Montero, M. (1994). *Construcción y crítica de la psicología social*. Barcelona: Anthropos; Caracas: Universidad Central de Venezuela.

Moscovici, S. (1970). Préface. In D. Jodelet, J. Viet, & P. Besnard. *La psychologie Sociale: une discipline en mouvement* (pp. 13-64). Paris: Mouton.

Moscovici, S. (1978). *A representaçao social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moscovici, S. (1989). Preconditions for explanation in social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 19, 407-430.

Ozella, S. (1991). *O ensino de psicologia social no Brasil. Um estudo sobre o pensar e o agir de seus professores*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Paez, D., Valencia, J., Morales, J. F., Sarabia, B., & Ursua, N. (1992). *Teoría y método en psicologia social*. Barcelona: Anthropos.

Sá, C. P. (2007). Sobre a psicologia social no Brasil: entre memórias históricas e pessoais. *Psicologia & Sociedade*, *19*(3), 7-13.

Ligia Claudia Gomes de Souza é doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora das Faculdades Integradas Maria Thereza e da Universidade Salgado de Oliveira. Endereço para correspondência: Av. Dom Hélder Câmara, 9290 apt. 401 Bloco 1 Piedade Rio de Janeiro RJ.
Email: claudiapsisocial@gmail.com

Edson Alves de Souza Filho é doutor em Psicologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Professor da UFRJ. Endereço para correspondências: UFRJ - Instituto de Psicologia. Av. Pasteur, 250, Campus da Praia Vermelha, Cep: 22.290-240.
Email: edsouzafilho@gmail.com

O lugar da Psicologia Social na formação dos psicólogos
Ligia Claudia Gomes de Souza e Edson Alves de Souza Filho

Recebido em: 19/08/2008
Revisão em: 13/11/2008
Aceite final em: 16/04/2009

VIOLENCIA SOCIAL Y DISCURSO POLÍTICO PRESIDENCIAL VENEZOLANO: UN ESTUDIO PSICOSOCIAL

Luis Alberto d´Aubeterre Alvarado
Universidad Nacional Experimental de Guayana, Guayana, Venezuela

RESUMEN: La creciente violencia cotidiana y la inseguridad social en Venezuela son percibidas como el problema nacional más grave de esta década y un serio asunto de salud pública. Junto con Brasil y México, la Organización Mundial de la Salud (OMS) clasificó a Venezuela entre los países con mayor violencia del planeta. Un aspecto menos notorio del problema es la violencia simbólica. El objetivo de este estudio documental exploratorio-hermenéutico fue abordar la violencia social como proceso complejo psico-socio-político-histórico, desde la psicología social discursiva, a partir del análisis del discurso político oficial del Presidente Hugo Chávez. El método empleado fue el análisis del discurso, aplicado a un *corpus* constituido por dos alocuciones presidenciales, publicadas en Internet. Los resultados sugieren que el discurso político presidencial venezolano reforzaría y legitimaría la violencia social del país y proveería elementos fundamentales para construir identidades sociales irreconciliables.

PALABRAS-CLAVE: violencia; guerra; discurso político.

VIOLÊNCIA SOCIAL E DISCURSO POLÍTICO PRESIDENCIAL VENEZUELANO: UM ESTUDO PSICOSSOCIAL

RESUMO: A crescente violência cotidiana e insegurança social na Venezuela são percebidas como o problema nacional mais grave desta década e, ao mesmo tempo, um assunto vinculado à saúde publica. Junto ao Brasil e México, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a Venezuela como um dos países com maior indicie de violência do planeta. Um aspecto menos notável é a violência simbólica. O objetivo deste estudo documental exploratório-hermêneutico foi abordar a violência social como um processo psico-socio-político-histórico, desde a psicologia social discursiva, a partir da análise do discurso político oficial do Presidente Hugo Chávez. O método utilizado foi a análise do discurso, aplicado a um *corpus* constituído por duas alocuções presidenciais, publicadas na Internet. Os resultados sugerem que o discurso político presidencial venezuelano reforçaria e legitimaria a violência social do país e proveria elementos fundamentais para construir identidades sociais irreconciliáveis.

PALAVRAS-CHAVE: violência; guerra; discurso político.

SOCIAL VIOLENCE AND VENEZUELAN POLITICAL PRESIDENTIAL DISCOURSE: A PSYCHOSOCIAL STUDY.

ABSTRACT: The daily growth of violence and social insecurity in Venezuela are perceived as the most serious problems of this decade and a critical public health matter. The World Health Organization (WHO) classified Brazil, Mexico and Venezuela among the countries with the highest rates of violence in the world. Nevertheless, there is a less notorious aspect: symbolical violence. The aim of this study was to approach social violence as a psycho-socio-political-historical complex process, from a psychosocial discursive perspective. The starting point was the analysis of President Hugo Chávez's official political discourse. This is a documental exploratory and hermeneutical research: discourse analysis was the method applied on a *corpus* composed by two selected presidential allocutions published in the Internet. The results suggest that President Chavez's political discourse could reinforce and legitimize national social violence and provide fundamental elements to build emergent antagonist social identities.

KEYWORDS: violence; war; political discourse.

Introducción

Durante la última década, uno de los aspectos más apreciables de la vida cotidiana de los venezolanos ha sido la violencia creciente en todos los espacios sociales. La inseguridad es percibida como el problema más grave del país y se entiende como un serio problema de salud pública *global-local.* Al inicio del milenio, la Organización Mundial de la Salud (WHO, 2000) calculó que en el mundo ocurrían unos 520.000 homicidios por año (8,8 asesinatos por 100.000 habitantes), mientras que las guerras produjeron unos 310.000 muertos (5,2 víctimas por 100.000 habitantes). Junto con Brasil y México, Venezuela está clasificada por la OMS entre los países con alta violencia en el planeta (21 a 30 homicidios por 100.000 habitantes). Asumiendo que la violencia no es una enfermedad tipológico-estructural de algunos individuos (Kretschmer, 1921), sino un complejo proceso psicosocial, tendríamos una definición de violencia ofrecida por Mora y Rodríguez (2004, p. 2): la violencia es "a) una acción física intencional, b) tiene como objetivo agraviar y castigar, c) se perpetra de manera unilateral en contra de los deseos de la víctima y d) puede ser *face to face* o simbólica". Por su parte, Kaés (2000, p. 249) coincide que "cualquier noción general de violencia incluye la acción intencional y unilateral para reducir al otro(s) a la impotencia y al sufrimiento", pero recomienda que "debe hablarse de violencia en un sentido heterogéneo – y plural, refiriéndose a violencias-: urbanas, familiares, policíacas, simbólicas, verbales, étnicas." Entre las explicaciones sociológicas recientes acerca de la violencia social en Venezuela, Briceño (2007, p. 551) propone un modelo con cinco tipos de factores: "dos de tipo situacional: el incremento de la desigualdad urbana y el aumento de la educación y el desempleo". Dos de tipo bisagra: "el incremento de la aspiraciones y la imposibilidad de satisfacerlas y los cambios en la familia". Y uno de tipo cultural… "la pérdida de vigor como controlador social, de la religión católica". Se entiende que el proceso de fragmentación social que experimentan las sociedades contemporáneas (y en particular, la sociedad venezolana), es producto de una creciente degradación de las condiciones y relaciones cotidianas de vida de la gente caracterizadas por: incertidumbre, inseguridad existencial, desempleo, bombardeo mediático, pobreza, drogadicción, exclusión y marginación de grandes cantidades de la población, lo cual ha provocado que las instituciones (familia, gobierno, escuela, Iglesia, empresa, mercado, medios masivos de comunicación, etc), no puedan otorgar sentido a la vida de las personas, por lo que paulatinamente la violencia destructiva dota a una gran cantidad de sujetos, de una vía idónea para expresar su existencia al mundo. En este sentido, Coronado (2007, p. 427) subraya que "el definitivo agotamiento institucional…va de la mano de un profundo resentimiento social… El debilitamiento de las instituciones, de las normas y los valores comunes… conduce al crecimiento de la inseguridad que está asechando en las calles".

Sobre la violencia simbólica

Un aspecto menos tangible de la violencia cotidiana a la cual están expuestas las personas, es la violencia simbólica del discurso. Pierre Bourdieu (1988) enriqueció el concepto de violencia, identificando la violencia simbólica, partiendo del supuesto que el poder simbólico literalmente construye un mundo imponiendo orden a la realidad. Cuando la violencia simbólica impone categorizaciones como condición de posibilidad para pensar el mundo, entenderlo, significarlo, etc., se trataría de una violencia necesaria, positiva, cultural. Empero, cuando se imponen categorías que impliquen un deber ser único, legítimo, adecuado o pertinente, borrándose toda huella de alternativas posibles, la violencia que se ejerce clausura los procesos mismos de pensamiento, cristalizando un estereotipo y un pensamiento único instituido como normal. Ello supone la invisiblización de alternativas, bajo un mecanismo de "naturalización". Entre los modos discursivos retóricos usuales que asume el ejercicio de la violencia simbólica están: la descalificación constante, la imposición de opinión o su silenciamiento, la interrupción, la banalización, la falta de reconocimiento, la invisibilización de los intereses y de las necesidades del otro(a) etc. Si bien puede argumentarse que de esta agresión no hay ni heridas ni sangramiento visibles, la violencia simbólica propende a derivar en ataques físicos, muchas veces en términos correctivos, dependiendo del lugar de origen y del estatus psico-socio-político de donde ella procede.

Desde nuestra perspectiva, proponemos definir la violencia como una acción destructiva física o simbólica contra Otro o contra Sí mismo, que se construye socialmente según códigos simbólicos compartidos que hacen parte del sentido común de un colectivo, en un tiempo-lugar históricamente definido. La expresión discursiva de la violencia recurre a símbolos verbales para impactar al Otro o a Sí mismo, en sus tres dimensiones de existencia: real, simbólica e imaginaria. Mediante la violencia discursiva se impone la asignación de atributos cuya intención es: negativizar al individuo, negarlo como semejante, denigrar su condición social, a fin de construirle una identidad social despreciable que pudiere justificar su aniquilación.

Algunos presupuestos teóricos

Partiendo del construccionismo social (Berger y Luckman, Gergen, Ibáñez) y la psicología discursiva (Billig, Parker, Potter y Wetherell), se asumen algunos supuestos teóricos: (a) el discurso es un sistema de afirmaciones que construye un objeto y una praxis socio-antropológica fundacional: funda la realidad de la cual habla, sin que ello reduzca la realidad a lo que el discurso dice de ella; (b) el sentido común es una dimensión transdiscursiva cargada de la sedimentación de contenidos semánticos que palabras y discursos, atesoran, adecuan y transforman a lo largo de la historia de cada sociedad; (c) la identidad social es un proceso-producto dialógico de confección colectiva del tejido semántico delimitador de narrativas identificatorias tanto del colectivo originario (Nostredad) y del Yo discursivo del sujeto, como de la alteridad del "Otro-diferente-que-yo" (Otredad); (d) La violencia discursiva, si bien no deja huellas físicas inmediatas, tiene profundos efectos psico-sociales en los individuos creando condiciones propicias para el acto consumatorio.

Aspectos conceptuales básicos del estudio

A partir de los primeros desarrollos clásicos de Marx y de Engels en 1846, buena parte de la literatura de las ciencias sociales y de la filosofía contemporáneas ha girado en torno al concepto de ideología, definida como la expresión de las relaciones materiales dominantes concebidas bajo la forma de pensamientos. Se trataría de "un proceso que el pensador desarrolla concientemente pero con una falsa conciencia. Las fuerzas motrices verdaderas que lo ponen en movimiento le son desconocidas; de otra forma ello no sería un proceso ideológico". Marx aclara más adelante que "la ideología, casi por entero se reduce, bien sea a una concepción errónea de esa historia, bien sea a una completa abstracción de esa misma historia" (Marx, 1966, pp. 140-141). Apoyándonos en la revisión crítica de Montero (1994) y los aportes de otros psicólogos sociales (Billig, 1991; Páez, Valencia, Morales, Sarabia, & Ursua, 1998), se propone definir la ideología como un sistema discursivo prescriptito, sesgado, que impone como condición retórica un bloqueo a la discrepancia argumentativa y procede a la distorsión interesada de lo que se dice, en función de preservar los intereses y el poder de grupos socialmente dominantes. El discurso ideológico se construye como un relato totalizante, intencionalmente falsificador de la realidad social, mediante el cual se posiciona al individuo en una red de relaciones y de sentidos que prescriben y delimitan roles, atributos, privilegios, expectativas, etc., ligados al ejercicio del poder (d´Aubeterre, 2003). Consecuentemente, una Configuración Ideológica es una figura discursivo-semántica que emerge de las creencias emitidas en un fragmento discursivo y contiene argumentos absolutos ("verdades obvias"), sobre determinados tópicos-objetos que son abstraídos de su particular contexto histórico, re-semantizando de manera sesgada la realidad de la cual se habla, al transformar hechos socio-políticos concretos en objetos discursivos abstractos, aislados.

Otro de los conceptos clave de este estudio es el mito. Al igual que la ideología, el mito mantiene una relación fundamental con el sentido común que las personas construyen a partir de sus prácticas discursivas. Éste puede definirse como una historia que se enuncia y se deja oír, sea como un "relato de orígenes" (Eliade, 1978), sea como una "palabra truqueda" (Barthes, 1970), cuya temporalidad es a-crónica (*in illo tempore*) pero que en ambos casos, vacía a su objeto discursivo de toda significación socio-política, transformándolo en una esencia, a-histórica, "inocente" y "natural". La finalidad del mito sería evacuar la realidad, transmutar la historia en "naturaleza" y en consecuencia, inmovilizar el mundo e instalar la eternidad en su seno, creando una suerte de mismidad ("siempre lo mismo"), obsesivamente presente. Así pues, definimos una configuración mitológica, como una figura discursivo-semántica que emerge de las creencias emitidas en un fragmento discursivo y puede adquirir dos formas enunciativas: un "relato de orígenes" que habla del nacimiento o emergencia de algo que "siempre" ha existido socialmente, o bien una "palabra truqueada" que discurre de forma "ingenua" describiendo un objeto social concreto, como si fuese una "esencia natural pura".

En este entramado conceptual que nos ha permitido una aproximación discursiva de los procesos psicosociales cotidianos, se contemplan también los conceptos de creencia y sentido común. Usualmente, el término creencia se emplea en plural (Fishbein & Ajzen, 1975; Gergen & Keith, 1985; Páez et al., 1998). Las creencias, en tanto objetos intangibles que la gente intercambia todos los días cuando afirma, contradice, defiende, niega, o critica, están hechas de la misma materia fluida y efervescente que construye al mito, a la ideología y al sentido común: los discursos. El rasgo característico de las creencias es que ellas se refieren a proposiciones o enunciados que son tomados como verdaderos. Se definirá como creencia: toda aquella proposición afirmativa explícita o implícita, que refleje/exprese en el discurso la convicción de verdad que un interlocutor tenga respecto a un objeto, independientemente de la veracidad objetiva de dicha afirmación. En cuanto al sentido común, un supuesto teórico que parece asumible es que todas las formas de cognición social (creencias, valores, representaciones sociales,

opiniones, prejuicios, mito…), que hacen parte del habla cotidiana de la gente, están vinculadas de múltiples formas con la ideología y con el sentido común. Así pues, los trabajos de psicología social discursiva desarrollados por Billig y colaboradores (1988), plantean que el sentido común contiene temas contradictorios que permiten la emergencia de los dilemas sociales e implican el material retórico a través del cual la gente argumenta, discute y piensa acerca de su vida y la de los demás. En otra parte (d´Aubeterre, 2007), hemos definido el sentido común tanto como (a) una dimensión transdiscursiva cargada de la sedimentación de sentidos semánticos que las palabras y las expresiones populares han ido atesorando, adecuando y transformando a lo largo de la historia de la lengua y hablas de cada sociedad, asimilando y adaptando materiales muy diversos: afirmaciones oficiales, juicios y dogmas religiosos, saberes (legales o proscritos), historia, chistes, juegos, chanzas, chismes, información de los noticieros, mitos, dichos, canciones, propaganda, publicidad, etc., y (b) un proceso-producto dialógico de hermenéutica social (Gadamer, 1992), característico de las prácticas discursivas, a saber: producir, generar, inventar significados y representaciones actuales que permitan hacer congruentes, asimilables, familiares y manejables los eventos que acaecen en los espacios de la vida cotidiana.

Objetivos del estudio

El objetivo general de este estudio fue abordar el problema de la violencia social en Venezuela, en tanto proceso complejo psico-socio-político, desde una perspectiva psicosocial discursiva, mediante el análisis de las producciones retóricas del discurso político oficial del Presidente Hugo Chávez, mientras que los objetivos específicos fueron: analizar las creencias dicotómicas y las configuraciones mitológicas e ideológicas del discurso presidencial, a fin de interpretar sus posibles efectos de violencia simbólica sobre la población.

Aspectos metodológicos

Se trata de un estudio documental exploratorio-interpretativo de corte hermenéutico, cuyo método es el análisis del discurso, aplicado a un *corpus* constituido por dos alocuciones presidenciales transcritas y publicadas en el sitio Web www.alopresidente.gob.ve, seleccionadas al azar: el programa Nº 285, realizado en Elorza (Estado Apure), el domingo 10-06-07 durante la inauguración de una fábrica socialista de productos lácteos (Venezuela, 2007) y el programa Nº 300, realizado en San Francisco de Tiznados, municipio Ortiz (Estado Guárico), el domingo 13-01-08, durante la inauguración de un sistema de riego (Venezuela, 2008). El procedimiento de análisis del discurso que se siguió fue el siguiente: (a) se descompuso la totalidad del texto en fragmentos con sentido semántico completo; (b) se subdividió cada fragmento en oraciones o grupos de oraciones a fin de percibir más claramente, la presencia de tópicos-objetos recurrentes en el discurso que permitían aglutinar el sentido semántico del discurso; (c) para cada fragmento, se determinaron las Presuposiciones e Implicaciones no explícitas, pero inferibles del sentido semántico propuesto en las oraciones de cada fragmento discursivo; (d) se analizaron y contrastaron las Presuposiciones e Implicaciones obtenidas en cada fragmento del discurso, con la literalidad del fragmento, a fin de generar una matriz-síntesis de Creencias Dicotómicas (positivas/ negativas), sobre todos los Tópicos-Objetos abordados a lo largo del discurso, y (e) finalmente, se identificaron e interpretaron las Configuraciones Ideológicas y Mitológicas del discurso que fueron detectadas en algunos fragmentos del discurso. En general, el análisis se focalizó en los fragmentos en los cuales se generaban argumentos relativos a los Tópicos-Objetos recurrentes en cada una de las alocuciones presidenciales. Las matrices de creencias dicotómicas que aquí se presentan, son producto de una integración sintética de las creencias emitidas en cada una de las dos alocuciones aquí consideradas como Corpus Discursivo del estudio.

Análisis de los resultados

Como puede apreciarse en las Matrices N° 1-a y N° 1-b, la casi totalidad de creencias dicotómicas emitidas en el discurso presidencial en relación al tópico-objeto La Guerra, fueron positivas. El argumento principal para construir esta positividad de "La Guerra" es histórico pues se afirma que tanto la historia de Venezuela como la historia de América Latina se ha visto marcada por la guerra desde la llegada de los conquistadores españoles, pasando por las luchas independentistas hasta nuestros días. La Guerra emerge así como una constante histórica plena de héroes: indígenas precolombinos luchando contra el colonizador de España y los héroes consagrados por la guerra de Independencia de las Américas (Bolívar, Páez, San Martín). Se produjo una trilogía de tópicos-objetos que configuran los aglutinadores semánticos a partir de los cuales se legitima La Guerra, a saber: La Historia, Los Héroes y La Revolución. La retórica discursiva presidencial, legitimadora de la guerra, recurre a una conjugación de tiempos históricos que permite una especie de identidad trans-histórica de todas las revoluciones

y de todos los héroes luchadores contra la opresión de los imperios (independientemente de sus particulares condiciones y contextos socio-histórico-culturales y político-económicos), todas las revoluciones se parecen: la Revolución Francesa, la Revolución de Independencia, la Revolución Bolivariana.

En cuanto a las cuatro únicas creencias negativas registradas sobre La Guerra, todas se refieren a la actual "guerra civil de Colombia" entre la guerrilla (FARC y ELN) y el Gobierno colombiano, de la cual se afirma paradójicamente que si bien "es inhumana" y "no es humanizable", no obstante es menester "tratar

MATRIZ N° 1-a
Tópico-Objeto: LA GUERRA

Creencias Positivas	Creencias Negativas
-Toda la historia de Venezuela preco-lombina, colonial y contemporánea está marcada por la guerra -Venezuela siempre ha sido una tierra de batallas: ayer fue la lucha de los indígenas contra el colonizador español, luego fue la guerra por la Independencia y hoy es la guerra contra el imperio y la soberanía nacional. -La lucha político-ideológica y eco-nómica que se plantea entre el socia-lismo del Presidente Chávez y el capita-lismo imperialista norteamericano, es una Guerra Santa entre el Bien (Dios/ Cristo) y el Mal (el Diablo/ gobierno USA). -Al igual que Bolívar y Morillo firmaron un Tratado de Regularización de la Guerra, Chávez, la Guerrilla y el Presi-dente Uribe, podrían firmar otro tratado de pacificación de la guerra civil de Colombia. -El terrible español, General Morillo, vino a pacificar la Guerra a Muerte, con el ejército más grande que España man-dó a tierra firme; fue a Colombia, a Cartagena la heroica, y la sitió y la destruyó, pero no logró capturarla, y luego vino a Venezuela, a Apure y fue derrotado por los llaneros, los centauros del Llano. -Si antes hubo guerra en El Salvador, Nicaragua y Guatemala y ahora hay democracia y paz, en Colombia también es posible. -La solución de la guerra civil en Colombia pasa por la aceptación de las FARC por el Gobierno colombiano. -La divisa del gobierno del Presidente de Chávez es una expresión de guerra: "patria, Socialismo o muerte"… -La única opción de vida de la patria, es la de la lucha revolucionaria por el socialismo: el capitalismo es la muerte.	-La guerra es inhumana, por eso hay que tratar de humanizar la guerra civil de Colombia aplicándole el Protocolo de Ginebra. -La guerra no es humanizable. -La guerra civil colombiana le ha costado a Venezuela muchos heridos, muertos, secuestrados, pérdidas econó-micas, inseguridad, etc, en los territo-rios fronterizos. -Ya basta de 60 años de guerra civil en Colombia.

MATRIZ N° 1-b
Tópico-Objeto: LA GUERRA

Creencias Positivas	Creencias Negativas
-Todos los revolucionarios bolivarianos están dispuestos a morir luchando por la patria socialista, en contra del impe-rio norte-americano. -"Patria, socialismo o muerte", no es una amenaza de muerte del Presidente Chávez: es que se quiere evitar la muerte. -Los héroes de la guerra de Inde-pendencia están vivos y vigentes en el presente político de la revolución bolivariana. -Tanto ayer como hoy, los guerreros venezolanos luchan contra un imperio para logar su independencia. -Toda la historia latinoamericana de los últimos 100 años, se reduce a la guerra contra el imperialismo norteamericano. -La revolución bolivariana socialista es una guerra a muerte contra el imperia-lismo capitalista de los USA. -En Venezuela y en el mundo, hay una lucha de clases entre los ricos burgue-ses y los pobres.	

de humanizarla … aplicándole el Protocolo de Ginebra" (Venezuela, 2008). En suma, se afirmó creer que "ya basta de 60 años de guerra" fraticida en Colombia que además, ha venido afectando seriamente a Venezuela a lo largo de su frontera. Resulta interesante notar que esta puntual negatividad discursiva que adopta el tópico-objeto La Guerra, se esgrime para defender la polémica propuesta política internacional que desde el 2007 ha hecho el Presidente Chávez al Presidente Uribe de Colombia, relativa a conceder a las FARC y al ELN el estatus de "grupos beligerantes con un proyecto político revolucionario", eliminando así su muy crítica condición actual de terroristas ante la opinión pública mundial y los entes supra-nacionales (ONU, OEA, Unión Europea, etc.). El Presidente Chávez afirma creer que: "Para que se acabe la guerra civil de Colombia, el gobierno colombiano debe reconocer a las FARC y al ELN como un grupo insurgente y no un grupo de terroristas" (Venezuela, 2008, pp. 22-23). La gran cantidad de creencias positivas emitidas por el discurso presidencial sobre La Guerra, construye un argumento legitimador de la violencia social, en tanto escenario "natural" constitutivo de la historia venezolana donde se desplegarían las mejores y sublimes cualidades: heroicidad, carácter guerrero, viril, patriótico, de los venezolanos, guiados por el ejemplo dignificante del panteón de héroes que en s. XIX dieron sus vidas por la libertad de este país: Los héroes de la guerra de Independencia están vivos y vigentes en el presente político de la revolución bolivariana. En este sentido, una de las configuraciones mitológicas detectada entre las matrices de creencias dicotómicas, consiste en concebir La Guerra como dimensión trans-histórica, mágica, que permitiría el re-encuentro contemporáneo con los ancestros fundadores de La Patria (Los Héroes de la guerra de Independencia), en la medida en que "la revolución bolivariana" de hoy revive el pasado revolucionario en el cual Tanto ayer como hoy, los guerreros venezolanos luchan contra un imperio para lograr su independencia. Todo lo cual nos refiere a una temporalidad no-cronológica, a-histórica, propia del tiempo mítico de las fundaciones (Eliade, 1978). Esta forma retórica de construir discursivamente La Guerra como algo positivo, nada tiene que ver con las contingencias destructivas sangrientas, crueles, materiales, morales, que supone toda guerra real entre ejércitos humanos y máquinas de muerte que se enfrentan para matarse, destruir y vencer al enemigo. Empero, se recurre retóricamente al espectro macabro de La Guerra y la muerte, para adornar con el prestigio glorioso de Los Héroes fundadores y su ejemplaridad prometéica, las proposiciones político-ideológicas actuales del Presidente Chávez que afectan la totalidad de las prácticas cotidianas de vida de las personas y de las instituciones del Estado. Como todo llamado a la guerra, éste no apela a la razón (logos), sino a la irracionalidad de las pasiones y sentimientos (pathos) que propician la identidad y compactación grupal, y a menudo se recurre a eslogans o divisas reiteradamente repetidas que se asumen como un lugar común que poco a poco se asimila como una "verdad obvia" compartida por todos. Es el caso de la frase exaltante que desde hace unos dos años viene enunciándose en el discurso presidencial por todos los medios de comunicación social: "Patria, socialismo o muerte", la cual cristaliza de manera sintética e implícita el discurso apologético de La Guerra y su violencia más radical. Sintomáticamente, entre las creencias positivas del discurso presidencial surgió una que propone justificar dicho eslogan: "Patria, socialismo o muerte, no es una amenaza de muerte de Chávez: es que se quiere evitar la muerte". Cosa que resulta difícil de imaginar cuando la guerra tanto anunciada, verdaderamente ocurre.

Respecto a las creencias relativas al tópico-objeto La Revolución, nuevamente emerge un vaso comunicante trans-histórico entre los tiempos de las revoluciones ejemplares del pasado y la revolución bolivariana. La Matriz N° 2, permite observar que las creencias sobre el tópico-objeto La Revolución, confeccionan una positividad discursiva basada en dos argumentos: primero, una vez más, la retórica del discurso presidencial permite construir una vinculación histórica simbólica e imaginaria entre procesos socio-políticos ubicados en tiempos, espacios y contextos culturales muy distintos, afirmando relaciones de equivalencia o igualdad (si no, de continuidad): "Todas las revoluciones se parecen…"; "Todos los revolucionarios se parecen". Ambas creencias sugieren una casi identidad entre hechos históricos tales como: la Revolución Francesa, la Revolución de Independencia, la Revolución Bolivariana, lo mismo que una equivalencia entre personajes históricos tales como Robespierre, Marat, Bolívar, Ribas y Chávez. Las creencias que permiten delinear este argumento sugieren una configuración mitológica que emerge repetidas veces a lo largo de todo el Corpus Discursivo de este estudio, es decir: la existencia de un continuum trans-histórico mágico, entre la revolución independentista emprendida por Bolívar contra el imperio colonial de la Corona española a finales del s. XIX y la revolución bolivariana comandada por el Presidente Chávez en este siglo XXI. Lógicamente, se produce también un efecto de continuidad trans-histórica del rol heroico que cada personaje desempeña en una y otra revolución. De esta forma se logra el efecto retórico de asignar al Presidente Chávez la continuación en el presente, de la gesta independentista realizada por Bolívar en el pasado. Por supuesto, ambos tiempos no son ubicables en la cronología objetiva de hechos históricos, sino

en el tiempo a-crónico propio del mito. El segundo argumento sobre la positividad del tópico-objeto La Revolución, es que a través de la revolución socialista se lograría la libertad plena y la soberanía a todos los niveles: alimentario, científico-tecnológica, político-económica, etc., "independiente del mundo capitalista", lo que supondría una total autosuficiencia alejada de las profundas relaciones de dependencia general, que han caracterizado la realidad político-económica de Venezuela. Este argumento pretende reforzarse a partir de un modelo exitoso de revolución, el de la República islámica de Irán, de cuya revolución se afirmó creer que es parecida a la revolución bolivariana ("pues también ha sido una colonia petrolera de los USA"). Así pues, se presenta a Irán como un aliado incondicional y desinteresado del gobierno del Presidente Chávez, con quien firmará un convenio de transferencia tecnológica, para que el país deje de importar tecnología foránea y aprenda a producir la tecnología iraní. La única creencia negativa relacionada con La Revolución, se emitió en contra de "los jóvenes estudiantes" universitarios que han protestado contra el gobierno, afirmando que se trata pequeños grupos manipulados, sin ideas propias y que defienden los "Intereses de la oligarquía". Cabe hacer notar que una constante retórica en las producciones discursivas del Presidente Chávez aquí analizadas, consiste en conectar de manera consistente (aunque a veces contradictoria), las creencias emitidas sobre los otros tópicos-objetos del discurso presidencial, produciendo así un efecto de circularidad reiterativa.

MATRIZ N° 2 Tópico-Objeto: LA REVOLUCIÓN	
Creencias Positivas	Creencias Negativas
- La revolución socialista transformará la dependencia agroalimentaria de Ve-nezuela y tendremos soberanía alimen-taria. -El objetivo de la revolución socialista es lograr la independencia política, mi-litar, científico-tecnológica y alimenta-ria de Venezuela. -Gracias a la revolución socialista, el país será plenamente soberano y libre. -La revolución socialista es un proceso de construcción de un modelo político económico independiente del mundo capitalista. -La revolución y la Guerra a Muerte de Independencia que realizaron los hé-roes revolucionarios (Bolívar, Zamora, Páez, Ribas), es como la revolución bolivariana del Presidente Chávez. -Todas las revoluciones se parecen. -Todos los revolucionarios se parecen. -Chávez y la revolución bolivariana, es la continuación de Bolívar y su revolu-ción de independencia. -Gracias a la revolución islámica, Irán dejó de ser una colonia petrolera de los USA, se independizó y ahora es una potencia tecnológica mundial. -Venezuela se parece a Irán pues tam-bién ha sido una colonia petrolera de los USA y ahora también tiene una re-volución bolivariana para independi-zarse del colonialismo norteamericano. -La revolución islámica de Irán se pa-rece a la revolución bolivariana, su go-bierno es aliado del Presidente Chávez contra el imperio de los USA y lo va ayudar para transformar a Venezuela en un país tecnológicamente independien-te, transfiriéndole su tecnología. -La revolución bolivariana socialista es una guerra a muerte contra el imperia-lismo capitalista de los Estados Unidos. -La revolución del Presidente Chávez vencerá al imperialismo enemigo.	- Los jóvenes estudiantes antirrevolu-cionarios que protestan contra el gobierno, defienden los intereses de la oligarquía.

Las Matrices N° 3-a y N° 3-b, cuyo tópico-objeto es La Historia, permiten apreciar al menos tres argumentaciones generales que agrupan las creencias positivas emitidas explícita o implícitamente en las dos alocuciones presidenciales consideradas en este estudio, según que se refieran a: (a) su interpretación sobre el relato heroico; (b) su lectura a partir del conocimiento del Presidente y (c) la disyuntiva histórica contemporánea. El primer grupo de creencias retoma el argumento que ya hemos detectado como una configuración mitológica,

a-crónica y trans-histórica reiterada en las producciones discursivas presidenciales. Así tenemos nuevamente que el tópico-objeto La Historia se construye discursivamente como un relato ejemplarizante acerca de guerra, batallas y héroes (invencibles, valientes, revolucionarios, vencedores, inmortales), cuya vigencia sería más actual que nunca, puesto que sirven de referencia del pasado para entender el presente histórico-político que vive Venezuela (con lo cual se refuerza la mitologización de la historia) y, además, serían ejemplo para los nuevos guerreros de la revolución bolivariana socialista. La segunda categoría de creencias acerca de La Historia, se

MATRIZ N° 3-a Tópico-Objeto: LA HISTORIA	
Creencias Positivas	Creencias Negativas
-El Presidente Chávez conoce toda la historia de Venezuela, América y el mundo. -La Historia es un relato de hechos heroicos de guerra, cuyos héroes nos sirven de modelos del pasado para entender el presente. -El Presidente Chávez domina tanto la historia pasada como la del presente: ambas son una guerra a muerte por la patria. -El terrible español, General Morillo, vino a pacificar la Guerra a Muerte, con el ejército más grande que España mandó a tierra firme; fue a Colombia, a Cartagena la heroica, y la sitió y la destruyó, pero no logró capturarla. y luego vino a San Fernando de Apure y fue derrotado por los llaneros, los centauros del Llano. -Como Bolívar con Morillo, el Presi-dente Chávez quiere hacer historia al mediar en la pacificación de la guerra civil de Colombia. -Los héroes de la guerra de Indepen-dencia están vivos y vigentes en la pre-sente revolución bolivariana. -El pasado heroico de los guerreros in-venciblesdel legendario ejército coman dado por el General Páez, se continúa con la acción política del gobierno revolucionario bolivariano del Presidente Chávez. -Bolívar y Chávez son los dos padres libertadores y fundadores que ha tenido la Patria: el primero la libertó del impe-rio español y fundó la 1ª y la 2ª Repú-blica, el segundo lo está haciendo del imperio estadounidense y fundó la 5ª República. -Apure fue famoso en la historia, por-que aquí los guerreros llaneros derro-taron al realista General Morillo y su poderoso ejército durante la guerra de Independencia.	

MATRIZ N° 3-b Tópico-Objeto: LA HISTORIA	
Creencias Positivas	Creencias Negativas
-El Presidente Chávez es un experto conocedor de la historia nacional, mun-dial y latinoamericana y sabe innume-rables anécdotas que ni los historiado-res conocen. -Toda la historia latinoamericana de los últimos 100 años, se reduce a la guerra contra el imperialismo norteamericano. -El planeta vive una última disyuntiva histórica vital: o nos liberamos del modo de vida que impone el imperia-lismo o la civilización desaparecerá.	

refiere a un aspecto característico del discurso presidencial: su constante referencia a relatos, anécdotas, citas, referencias, sobre la Historia nacional o universal y sobre su historia personal, narrados de forma amena para ilustrar algún aspecto de la política, venezolana o foránea, actual. Este procedimiento retórico del discurso presidencial permite confeccionar una configuración mitológica en torno al Presidente Chávez, que lo representa como un profundo y experto conocedor de la historia, capaz de desentrañar el significado político de

los hechos del pasado en conexión directa con el presente y el futuro del país y el mundo. La Historia emerge así, como un mito cuyo tiempo circular nos reenvía a los tiempos primigenios de la fundación de la Patria y de la gesta monumental de Los Héroes de la Guerra de Independencia: así las cosas, el pasado se re-actualiza en el presente, cambian los actores, pero los hechos son "siempre" esencialmente los mismos: "tanto la historia del pasado como la historia del presente: ambas son una guerra a muerte por la patria: Patria, socialismo o muerte". La Historia pasa a ser un tópico-objeto omnipresente pues permite legitimar La Guerra y al Héroe, entendidos como elementos orgánicos indispensables de la trama existencial del país, que retoman el sempiterno problema del génesis y la "paternidad" de la nación: de allí la creencia implícita en el discurso según la cual Bolívar y Chávez son los dos padres libertadores y fundadores que ha tenido la Patria: el primero la libertó del imperio español y fundó la 1ª y la 2ª República, el segundo la estaría liberando del imperio estadounidense y fundó la 5ª República. Todo lo cual resulta congruente con la tradición histórica que en Venezuela existe adrededor del caudillo: personaje legendario marcado por un destino heroico excepcional que nutre el imaginario colectivo y el sentido común de los venezolanos y que el Presidente Chávez parece personificar consciente y cabalmente, por ejemplo, al proponerse como intermediario en el proceso de pacificación de la guerra civil en Colombia. En cuanto al tercer argumento implícito en la positividad que construyen las creencias sobre La Historia, relativas

MATRIZ N° 4 Tópico-Objeto: LOS HÉROES	
Creencias Positivas	Creencias Negativas
-El Libertador Simón Bolívar fue el primer líder latinoamericano que advir-tió que los USA es una nación hostil que haría mucho daño a los países de América Latina, en nombre de la Libertad. -Simón Bolívar y luego José Martí, fue-ron los primeros antiimperialistas con-tra los USA. -Los héroes de la guerra de Indepen-dencia están vivos y vigentes en el pre-sente político de la revolución boliva-riana. -Los jóvenes líderes estudiantiles boli-varianos son héroes de la patria. -Los llaneros que pelearon en la guerra de Independencia no eran hombres co-munes, sino héroes invencibles. -Todos los héroes guerreros revolucio-narios de América Latina se parecen, son como hermanos: Pancho Villa, Emiliano Zapata, Angel Urtado, Sandino, Arévalo Cedeño, Maisanta. -Todos los héroes latinoamericanos lu-charon por los mismos ideales de liber-tad, contra el imperialismo. -El nuevo héroe libertador de la historia latinoamericana es Hugo Chávez.	

a la disyuntiva histórica contemporánea, se afirma cual "verdad evidente", que no hay más que una opción: o nos liberamos del modo de vida que impone el imperialismo o la civilización desaparecerá. Lo cual, parecería coincidir con diversos planteamientos escatológicos postmodernos que emergen de discursos distintos, tanto del político ecológico-conservacionista, como del cristianismo latinoamericano, que nos advierten: uno sobre el recalentamiento global y sus consecuencias catastróficas a corto y mediano plazo, para la sobrevivencia de los ecosistemas naturales y las condiciones de vida en nuestro planeta y el otro sobre el Apocalipsis bíblico. Sin embargo, ello no emergió explícitamente en las producciones discursivas presidenciales aquí consideradas.

Todas las creencias registradas sobre el tópico-objeto Los Héroes, fueron positivas y su contenido semántico se correspondió coherentemente con las construcciones discursivas vinculantes: La Guerra, La Revolución y La Historia. Los Héroes, fueron construidos discursivamente según la misma retórica a-temporal y descontextualizadora, empleada con esos tópicos-objetos anteriormente analizados, presentándolos como arquetipos, antepasados míticos que trascienden el espacio-tiempo histórico encarnándose luego en distintos personajes históricos que se ven hermanados "por los mismos ideales de libertad" y por su lucha revolucionaria contra los imperios. Dentro de esta temporalidad circular, emerge la figura de un "nuevo héroe libertador de la historia latinoamericana": el Presidente Chávez. De esta forma se cierra la trama discursiva oficial que construye de manera consistente una apología oficial de La Guerra, en nombre de la paz, la libertad y la soberanía plenas, de las cuales se afirma que sólo podrían lograse en el marco de una sociedad socialista dirigida por el

pensamiento preclaro, único, del héroe refundador de la Patria, el Presidente-Comandante Hugo Chávez.

Conclusiones

La Guerra emergió como un aglutinante semántico de primer orden en la retórica discursiva presidencial. De forma recurrente y sistemática, las producciones discursivas del Presidente Chávez analizadas (1) hablaron de: estrategia, movimiento, combate, enemigo, victoria, lucha armada, paz, socialismo, capitalismo salvaje, táctica, comando, línea de batalla, choque de fuerzas, conflicto, guerra asimétrica, patria, batallones, misiones, objetivos, blancos, derrota, ofensiva, aliados, frente, emboscada, muerte, patriotas, libertad, acción militar… Términos todos, que hacen parte de la jerga militar con la cual se confecciona el discurso de la guerra, entendiendo junto con Glucksmann (1974, p. 52), que "El discurso de la guerra funda su autonomía al evaluar todo como un juego de fuerzas a partir de la lógica conflictiva irremediable que supone la existencia de al menos dos adversarios que se reconocen como tales beligerantes". Justamente, el discurso retórico oficial sobre La Guerra, encuentra su justificación ideológica y estratégica, en la posición defensiva que el gobierno del Presidente Chávez debería implementar "contra el imperio" de los USA y "contra los enemigos internos de la Revolución Bolivariana". En cuanto a la relación que existiría entre la violencia social que se vive en Venezuela y la violencia simbólica expresada en las alocuciones presidenciales, sería poco sensato establecer una relación causal simple y directa entre una y otras. No obstante, interpretamos que la reiteración sistemática y continua del discurso oficial en todos los medios de comunicación social venezolanos (2), afirmando que La Guerra "contra el Imperio de USA" y "los enemigos internos" es históricamente legítima, necesaria e indispensable para el triunfo de la Revolución Bolivariana socialista y para acabar con las desigualdades de clase y la pobreza, constituye una violencia simbólica sostenida por el discurso oficial, la cual propiciaría: 1) incrementar el resentimiento social de la mayoría de la población venezolana mediante la polarización político-ideológica explícita en el discurso presidencial, la cual sigue siendo excluida del reparto socio-económico de los beneficios petroleros por parte del Estado venezolano desde mediados del s. XX hasta nuestros días, 2) la construcción de identidades sociales dicotómicas irreconciliables ("chavistas, revolucionarios, patriotas"; Vs "anti-chavistas, contra-revolucionarios, antipatriotas, oligarcas"), en función de la adhesión o no a un proyecto político radical: el Socialismo del Siglo XXI ("Patria, Socialismo o muerte").

Notas

1 Debe destacarse el hecho poco frecuente que, en las dos alocuciones presidenciales aquí analizadas (y seleccionadas al azar), hubo muy pocas creencias registradas alrededor de la oposición política del gobierno, lo cual implicó que no se construyera discursivamente ningún tópico-objeto al respecto.

2 En Venezuela, las alocuciones presidenciales ocurren diariamente, sea mediante declaraciones, propaganda oficial, extensas cadenas radio-televisivas para transmitir todo tipo de eventos oficiales, o el programa dominical "Aló Presidente", cuya duración promedio es de 4-5 horas.

Referencias

Barthes, R. (1970). *Mythologies.* Paris: Seuil.

Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: studies in rhetorical psychology*. London: Sage.

Billig, M., Condor, S., Edwards, D., Gane, M., Middleton, D., & Radley, A. (1988). *Ideological dilemmas*. London: Sage.

Bourdieu, P. (1988). Espacio social y poder simbólico. *Cosas Dichas*. Argentina: Gedisa.

Briceño, R. (2007). Violencia urbana en América Latina: Un modelo sociológico de explicación. *Espacio Abierto, 16*(3), 541-574.

Coronado, D. (2007). La violencia en la sociedad contemporánea. *Espacio Abierto, 16*(3), 417-440.

d´Aubeterre, L. (2003). Ciudad, discursividad, sentido común e ideología: un enfoque psicosocial de la cotidianidad urbana. *Espacio Abierto, 12*(2), 168-186.

d´Aubeterre, L. (2007, otoño). La construcción discursiva de la otredad del "indio" en Ciudad Guayana: estudio de creencias y sentido común sobre los Warao indigentes urbanos. *Athenea Digital,* 12. Acceso en 07 de noviembre, 2007, en http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/viewArticle/401

Eliade, M. (1978). *Mito y realidad*. Barcelona: Guadarrama.

Fishbein, M. & Ajzen, I. (1975). *Beliefs, attitude, intention and behavior.* Reading, MA: Addison-Wesley.

Gadamer, H.G. (1992). *Verdad y método II.* Salamanca: Sígueme.

Gergen, K. & Keith, D. (1985). *The social construction of the person*. N.Y.: Springler.

Gluksmann, A. (1974). *Le discours de la guerre*. Paris: Coll 10/18.

Kaés, R. (2000). La violencia está en el origen de todas las instituciones. Sonó una bofetada pero nadie intervino. Acceso en 21 de marzo, 2007, en http://www.pagina12.com.ar/2000suple/psico/00-88/00-08-31/psico01.html

Kretschmer, E. (1921). *Configuration et pensée*. Paris: Gallimard.

Marx, K. (1966). *Oeuvres choisies*. Paris: Gallimard.

Montero, M. (Coord.). (1994). *Construcción y crítica de la psicología social*. Madrid: Anthropos.

Mora J. & Rodríguez R. (2004). Violencia e inseguridad: un dilema ético y político. *Casa del Tiempo*. Acceso en 13 de abril, 2007, en http://www.difusioncultural.uam.mx/revista/abr2004/mora.html

Páez, D., Valencia, M., Morales, L., Sarabia, J. & Ursua, E. (1998). *Teoría y método en psicología social.* Barcelona: Anthropos.

Venezuela. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. (2007). *Programa Aló Presidente n. 285* (10-06-07). Acceso en 17 de mayo, 2007, en http://alopresidente.gob.ve/component/option,com_docman/Itemid,0/task,doc_view/gid,301/

Venezuela. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. (2008). *Programa Aló Presidente n. 300* (13-01-08). Acceso en 26 de febrero, 2008, en http://alopresidente.gob.ve/component/option,com_docman/Itemid,0/task,doc_view/gid,347/

World Health Organization (WHO). (2002). *Wold report on violence and health*. Geneva: Autor.

Luis Alberto d´Aubeterre Alvarado es Maîtrise en Psychologie, (1980): Université de Paris-VIII-Vincennes. Francia. Diplôme d'Etudes Supérieures Spécialisées, (1981): Université de Paris-VII-Censier. Francia. Doctor en Psicología, (2001), en la Universidad Central de Venezuela. Desde 1992 es Docente Investigador Asociado del Centro de Investigaciones Antropológicas de Guayana, Universidad Nacional Experimental de Guayana-UNEG. Desde el 2005 es Coordinador del Centro de Investigaciones Antropológica de Guayana. Sede UNEG-Chilemex. Urb. Chilemex, Calle Chile. Puerto Ordaz, Edo. Bolívar-Venezuela. Email: ldaubete@gmail.com e ldaubete@uneg.edu.ve

Violencia social y discurso político presidencial venezolano: un estudio psicosocial

Luis Alberto d´Aubeterre Alvarado

Recebido em: 22/09/2008
Revisão em: 20/05/2009
Aceite final em: 13/06/2009

O QUE É MEDO? UM ADENTRAR NO IMAGINÁRIO DOS HABITANTES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA

Mauro Guilherme Pinheiro Koury
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil

RESUMO: Na busca de conceituação da noção de medo, os entrevistados da cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, situaram o conceito a partir das vivências com o ambiente social onde estão situados e dividiram a noção medo em três categorias principais: a falta de fé, a falta de confiança e receio de errar e a falta de segurança pessoal ou familiar. Este artigo analisa as três categorias apresentadas para a definição de medo entre os moradores da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: medo; insegurança; estranhamento; confiança; violência; solidariedade.

WHAT IS FEAR? AN INTRODUCTION TO THE IMAGINARY OF INHABITANTS OF THE CITY OF JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRAZIL

ABSTRACT: In searching to conceptualize the notion of fear, the interviewed people from the city of João Pessoa, capital of the state of Paraíba, Brazil, have pointed out the concept from the experiences with the social environment where they are situated, and have divided the notion of fear in three main categories: Lack of Faith, Lack of Reliability and Distrust to Failure and the Lack of Personal or Familiar Security. This article analyzes the three categories presented for the definition of fear by the inhabitants of the city.

KEYWORDS: fear; unreliability; estrangement; confidence; violence; solidarity.

Apresentação

Este artigo de base etnográfica é fruto de uma pesquisa em andamento sobre medos e cidade no Brasil, desenvolvida nas vinte e sete capitais de estados brasileiros, e que teve a cidade de João Pessoa-PB, como cidade-piloto. É sobre João Pessoa que versa esse artigo. A pergunta *o que é medo* foi feita a quinhentos entrevistados moradores da cidade, entre os anos de 2004 a 2007, de todos os bairros e classes sociais, no interior de uma pesquisa em andamento sobre medo e cidade no Brasil (Koury, 2008). O objetivo era conhecer os mecanismos utilizados pela população local na conceituação de medo: um termo bastante utilizado cotidianamente pelas pessoas e na mídia, nesta época conturbada pela violência real ou imaginária que parece assolar o Brasil e o mundo contemporâneo. Para uma discussão sobre o conceito de medo ver, entre outros, Delumeau (1989), Chauí (1995) e Koury (2002). Das 500 entrevistas, 50 (10%) foram com pessoas com renda superior a 30 salários mínimos; 200 (40%) com renda entre cinco e trinta salários mínimos e 250 (50%) até cinco salários mínimos.

O conjunto de respostas foi dividido em dois blocos, ambos com 50%. No primeiro, situam-se 50% dos entrevistados divididos em duas categorias: medo como *falta de fé* (13,4%) e como *falta de confiança ou receio de errar* (36.6%). O segundo ficou com os outros 50% dos entrevistados e apresenta o medo como uma categoria que fala diretamente com a violência e a *falta de segurança pessoal ou familiar*.

Dos entrevistados moradores nos bairros nobres da cidade, como Tambaú, Estados, Cabo Branco e Manaira, apenas 10% situam-se no primeiro grupo com 3% das respostas para *Falta de Fé*, e 7% para *Falta de confiança ou receio de errar*. Nos demais bairros encontram-se 90% das respostas do primeiro bloco.

Discussão das categorias

I. A categoria *Falta de fé* conceitua o medo como falta de crença ou pouca crença em Deus, levando as pessoas a se sentirem fracas e temerosas. Quem possui fé tem uma solidez e uma confiança que desfaz qualquer temor. A categoria *Falta de fé* indica, assim, uma atitude relacional entre os homens e Deus como sugestiva de uma paz interior, fazendo-os encarar o mundo e as relações com os outros sem receio algum (DaMatta, 1985, 1993).

Como diz uma entrevistada do bairro de Mandacaru (evangélica):

> *Eu e meu marido somos pessoas da Igreja; gente de fé e protegidos por Deus. Nada nos abala... o que temos*

> *devemos a Deus, o que não temos a Deus pertence... Todos são filhos de Deus, embora alguns não saibam e vivam próximos ao demônio. Cabe salvá-los, indicar os caminhos da fé, e não temê-los... Se algum semelhante nos ameace, deve-se abaixar os olhos e perdoar; e nossa fé remove qualquer receio e qualquer prova imposta a nós por Deus.*

Essa atitude relacional com o divino provoca uma sensação de *destino* ao ato do viver que ganha sentido nas tentações e provas à fé individual. As relações sociais e com os outros (semelhantes) são vistas através da potência de amor a Deus e a uma visão da vida terrena como um momento de definição para a vida futura. Assim, não há o que temer, tem que se estar preparado para as provas e tentações que Deus coloca na vida como teste de fé.

Existe nessa destinação uma espécie de *fatalidade* (Giddens, 2002, pp. 106-107) presente nos acontecimentos da vida ordinária e nos projetos e projeções feitas no decorrer da existência individual, familiar e coletiva. Essa fatalidade pode ser entendida como uma resignação, em que os indivíduos devem deixar que as coisas sigam o seu curso. Curso já traçado "*por linhas curvas ou tortas*", onde o indivíduo vivencia pela experiência diária de fé o seu trajeto. Quanto mais fé o indivíduo possui, mais "*as pedras no caminho*" serão removidas, construindo um campo moral que o protege e o guia.

Essa atitude relacional assegura um ordenamento moral sólido e uma visão do homem como semelhante e, portanto, filho de Deus. Logo, o mal e a presença do demônio são vistos como provas e tentações e, concomitante, como exercício de salvação individual, ao superar as tentações, e dos outros, pela evangelização.

Mostrar o caminho de Deus, ou 'da Luz', aos incautos ou 'tocados pelo diabo' é uma atitude esperada da fé. "*A fé reduz o medo a pó e conduz um apelo para dar-se às mãos aos semelhantes e, principalmente, aos desesperados*", disse um pastor (morador do Cordão Encarnado), falando sobre a fé como princípio de vida em harmonia.

O coletivo enquanto categoria que agrega e aproxima é uma noção central nesta forma de definir o medo via fé. O dar as mãos vira sinônimo de fortaleza pessoal em uma ação triangular com o divino que se satisfaz através da semelhança, paridade e afinidade com os demais. Uma proximidade com os outros que professa a mesma fé permite um fortalecimento pessoal, e a mão aberta à ação evangelizadora aos ainda não tocados pela fé dá um sentido de missão que ameniza o desígnio do mal aos sujeitos de fé, enfraquecendo-o e aproximando-o da fé e do bem.

Apesar da fé, como fundamento de vida e ausência de medo, e da ação evangelizadora aos desviados da fé ou tocados pelo mal, existe regras de conduta subentendidas, indicadas em várias entrevistas, que possibilitam afastar os perigos cotidianos; o que pode ser visto nos três depoimentos a seguir:

> *A gente é de casa para a Igreja e para os encontros de fé nas casas dos congregados, nossos irmãos. Vamos para a Igreja em grupo; a gente se reúne na casa de alguém e vamos e voltamos juntos sob a luz de Deus: não há o que temer.* (Moradora do Rangel e evangélica)

> *Uma coisa que o crente faz é mostrar nossa fortaleza de fé: a Bíblia, a palavra do Senhor. Outra coisa é sair ajeitado: os homens de paletó, ou* [com] *camisa social, e as mulheres decentes, sem expor o corpo e com atitude séria. Isso faz com que o mal se afaste ou tenha medo da aproximação, pois sabe que ali está um servo do Senhor*. (Morador do Cristo Redentor e evangélico)

> *Eu e um grupo... temos uma ação pastoral no Suvaco do Urubu* [um núcleo de invasão no interior do bairro]. *Toda semana... prestamos assistência aos moradores de lá. Às vezes não levamos nada, mas só nosso apoio espiritual, já dá... conforto praquelas almas sofridas. Fazemos amizade, circulamos à vontade e todo mundo nos respeita e a nossa família, nunca nada nos aconteceu, só o bem*. (Católica carismática, moradora da Ilha do Bispo)

Esses três depoimentos resumem ações de relacionamento moral, espiritual e assistencial para com os outros, que servem também como proteção do sujeito de fé em relação aos outros. A saída em grupo, o encontro com os que comungam a mesma fé, serve como inibidor às intenções duvidosas ou desconhecidas, dando proteção. A forma de exibição fornece uma imagem simbólica de solidez moral que, imaginariamente, coíbe à aproximação do mal. A ação pastoral ou assistencial também indica proteção e ritos de convivência que levam à aproximação aos mais necessitados e diminuem a potencialidade do perigo presente nas relações, firmando um código em que a fé age como união e coletivo.

A questão da fé, então, se indica uma atitude relacional com o divino e de irmandade para com os próximos ou passíveis de conquista pela ação evangelizadora, e nos exemplos de vida apresentados; também traça um referencial e etiquetas que subsidiam a ação individual ou grupal e permitem evitar uma exposição aberta ao mal no movimento cotidiano da ação.

Afirmou um entrevistado (católico praticante e ex-morador da Torre – mora atualmente no Miramar):

> *Quem tem fé não provoca o demônio e está pronto a enfrentá-lo pelo exemplo de vida. Sei que o imponderável faz parte da vida, como provas que se situam além das nossas forças, mas Deus ao colocá-las sabe que somos pessoas de fé e que a fé aumentará a cada ação além de nossas forças; se fraquejamos,* [isso] *nos faz mais fortes, pois recorremos ao Senhor e ao grupo de apoio evangélico e as pessoas de bem em*

quem confiamos: familiares, amigos caros, vizinhos antigos e nos recolhemos contritos e reaparecemos mais fortes na fé.

A fé não só argumenta a favor de um destino já traçado, mas esse destino é composto por provações leves e outras duras, testando a capacidade individual da relação com o divino. Outra constatação indica a relação do sujeito de fé com os outros como facilitadores ou apoio em momentos difíceis, pois no erro também se realiza o fortalecimento da fé através dos grupos de apoio, mas também na ajuda a amigos, vizinhos e familiares.

Esse espírito de apoio e ação mútuos aparece como regra moral de comportamento e como experiência e confiança plausíveis de vencer os '*imponderáveis'* que a vida traz. Serve como uma proteção não só física, mas, sobretudo, espiritual; um suporte moral que assegura a força necessária para vencer as intempéries, vistas e sentidas como provações.

Como no depoimento:

Uns seis anos atrás eu era recém casada e tinha me mudado recentemente para a casa... construída atrás da dos meus pais... Eu voltava do trabalho à noite. ... [e] *da parada do ônibus* [até minha casa]*, eu tinha que fazer uma volta grande ou cortar o caminho por um terreno baldio. Esse terreno é utilizado por muitos moradores durante o dia e recomendado à noite, embora já o tivesse feito, pois ele diminui o meu trajeto. Naquele dia, especialmente, eu não deveria fazer a travessia, uma pontada no meu peito avisou que eu devia seguir pelo caminho mais longo, mas não dei bola e prossegui. Normalmente eu ouço os avisos que chegam até mim, mas o cansaço me fez negligente e eu fui punida por não o perceber. Ao atravessar fui pega por quatro caras que me agarraram e me levaram para uma ponta mais escura do terreno e me seviciaram a não mais poder... Cheguei em casa toda rasgada, machucada, em sangue mesmo e fui acudida pela minha mãe. Meu marido ainda não tinha terminado o turno dele na fábrica... e meu pai me levou ao hospital e de lá para prestar queixa e fazer exame de delito. Eu estava arrasada, minha fé estava abalada, como pode acontecer comigo. Mas meus pais e irmãos não me deixaram esmorecer... Meu marido... foi avisado por uma vizinha e me deu apoio moral e ficou ainda mais amoroso comigo depois do acontecido. Fiz denúncia e logo depois de uma semana uma vizinha distante levou o filho dela na casa dos meus pais e fez ele confessar a participação no meu estupro e o arrependimento. Levou ele para a polícia e lá ele falou sobre os outros, todos do bairro, o que levou a prisão de todos. Esse menino é hoje um crente, ainda ta preso, mas ta um rapaz arrependido e temente a Deus. Meus pais, eu própria, meu marido, ficamos amigos da família dele e eu já o visitei uma vez na prisão e o perdoei.* (Evangélica, moradora do Grotão)

Esse depoimento revela uma faceta moral presente no discurso e na práxis de quem elege a categoria *Falta de fé* para definir o que é medo. O depoimento fala de uma mulher criada em um determinado bairro, o Grotão, e que viveu sempre lá. Transferiu-se da casa dos pais para uma casa construída nos fundos da casa da família. Fala de uma mulher e de uma família que detêm vínculos comunitários com a vizinhança e possuem laços religiosos e de igreja no bairro.

Narra, ainda, sobre um tipo de violência física e moral terrível, o estupro. Relata também espaços perigosos (Ferreira, 2002) e que devem ser evitados, sobretudo à noite, por ermos e não frequentados pela comunidade. Apesar desses espaços, às vezes, encurtarem em muito a distância a ser percorrida de um canto a outro do bairro. Espaços ermos, perigosos, como um caminho aberto em um terreno baldio e mal iluminado, por exemplo, que diminui a distância a ser percorrida, por não se precisar dar uma volta inteira no quarteirão, e que deve ser evitado por não ser seguro, como tão bem analisado por Magnani (2002); mas que a confiança (Simmel, 1983) nos comunitários permite vez ou outra alguém ousar atravessá-los, pelo cansaço, pela pressa, apesar da sensação interna de que não deveria o fazer.

Mas fala, sobretudo, de laços comunitários que reforçam a fé, de uma visão do outro como próximo e que mesmo errando é possível ser perdoado, desde que permita trazê-lo de volta à vida enquanto sujeito de fé. O depoimento mostra, ainda, uma ação moral e ética de uma vizinhança, onde o grau de confiança entre si é sinônimo de proteção coletiva e pessoal, e de expiação de culpa, da necessidade do outro pagar pelos erros cometidos em uma ação imprópria (e no caso terrível do estupro).

Fica claro que não só a fé está em jogo, mas a da própria família e da própria comunidade. A solidariedade dos parentes - pais, irmãos, marido - e a necessidade de prestar queixa do crime dão um arcabouço afetivo e moral e fornecem uma estrutura cidadã ao ato. Por outro lado, um dos atores da violência contra a entrevistada, arrependido, conta o episódio à mãe e permite ser levado até a casa dos pais da depoente para apresentá-lo como um dos algozes e pedir perdão. E, junto com a família da vítima, levá-lo à delegacia; e depois de preso e julgado junto com os demais envolvidos por ele denunciados, é perdoado e visitado inclusive pela entrevistada, como forma de apoio moral e de trazê-lo de volta à comunidade e à igreja. Essa forma de agir demonstra um sentido de confiabilidade e de laços estreitos comunitários que transcendem a violência em si, e a coloca à luz dos '*caminhos tortos*' da provação e do reconhecimento do outro como semelhante, como membro de uma comunidade e por ela protegido, desde que arrependido.

A entrevista sinaliza outro problema, que não pode ser explicado pela ação individual da culpa. A vítima também se coloca como alguém que errou; não leu os avisos íntimos de que não deveria passar pelo local ermo, não recomendado pela comunidade. Ao não ouvir a voz interna que a avisa o perigo, descuidou-se.

Esse descuido levou ao acontecido, mas levou também à salvação de uma pessoa que se encontrava desviada do caminho e que era objeto de preocupação da comunidade de fé e vizinhança. No depoimento, fala que o rapaz vinha se rebelando das normas familiares e sendo introduzido no uso de drogas (maconha) por outros rapazes, o que já tinha sido objeto de comentário da mãe dele com os pais dela e na Igreja.

O ato de violência foi lido pelo coletivo de fé como um objeto de aproximação e cura da doença social que se aproximava da vizinhança, visto através dos caminhos desviantes que tomavam alguns dos seus jovens. A entrevistada fala, inclusive, da extensão do apoio comunitário aos outros jovens envolvidos no estupro, e do fortalecimento da ação comunitária para aconselhar e minorar o desvio no interior da comunidade, com o seu caso servindo para uma maior ação comunitária, pastoral e social.

A categoria *Falta de fé* se situa em um campo de pensamento, ou em um imaginário social, ainda preso no interior de laços tradicionais. Os critérios de confiança e de semelhança emitidos definem o outro relacional dentro de laços comunitários estreitos, e a curva de vida de um sujeito encontra-se relacionada a um todo já traçado, a um destino posto à prova cotidianamente. A fé age como uma forma de proteção e, também, como consternação. Essa dualidade indica as '*linhas tortas*' do desígnio do divino na vida pessoal, onde cada um tem que estar atento para ultrapassá-las. Reafirma os laços de confiança comunitários, amplia o poder da fé e possibilita uma ação em prol de outros afastados da fé e da comunidade moral, aproximando-os através do perdão e da remissão (reconhecimento da culpa e sua expiação). O medo, portanto, é compreendido como fraqueza pessoal, como uma falta de confiança na moral comunitária, e como *falta de fé*.

II. Diferente da primeira, a categoria *Falta de confiança ou receio de errar* define o medo fora do campo de representação do divino, apresentando-o dentro de uma lógica associada ao receio pessoal de errar e à falta de confiança em si mesmo. Esses elementos, apesar de serem colocados na perspectiva do indivíduo, falam também à família, à empresa e negócios que dependem do indivíduo e seus projetos, ampliando a falta de confiança em si e levando o indivíduo ao estresse. É uma categoria que associa o medo à incerteza do que se quer, à baixa estima pessoal, ou para um tipo de racionalização que aprisiona o sujeito no sentimento de imperfeição, de não se encontrar preparado, de não ter certeza ou da incerteza do próximo passo.

Grande parte das respostas se baseia na interpretação do medo como receio de agir, motivado pela falta de confiança em si e na possibilidade de cometer erros que impossibilitarão a consecução do projeto pessoal. O medo se desloca para o cotidiano individual e para os projetos pessoais em relação ao futuro. Está próximo a uma racionalidade em que o risco envolvido na ação leva à incerteza permanente do futuro imediato, fazendo o sujeito nunca ter certeza de que seus projetos atuais sejam alcançados ou realizados.

O receio de errar e levar os projetos ao fracasso coloca os entrevistados em situação de estresse permanente, abalando sua confiança pessoal pelo risco constante da realização futura do que almejam ou projetam para si e aos seus. A violência enquanto conceito aparece associada mais ao campo simbólico do risco da vida moderna do que necessariamente ao receio de virem a sofrê-la (Velho, 1996). Os outros são concorrentes, comprometendo a autoestima e ampliando a esfera do medo.

Como revela a narrativa a seguir:

> *Eu fico apavorada de não poder garantir o padrão de vida dos meus filhos. Sou sozinha, batalhadora, independente, ganho e moro razoavelmente bem, meus filhos estudam em boas escolas, mas me sinto despreparada para o mundo. Todos estão se preparando, correndo atrás, e eu não sei se consigo acompanhar. Sinto-me colocada à prova, eu vivo estressada, nervosa, sem ânimo e tendo que fazer das tripas coração para não decepcionar os meus filhos... mas tenho muito medo do amanhã. Não me sinto preparada para ele, apesar de me esforçar muito, sinto que posso errar e outros virem a tomar o meu lugar e eu não conseguir impedir isso...* (Moradora de Manaira).

O depoimento indica alguém que, em sua avaliação, tem tudo para se sentir realizada, mas que vive com medo de não conseguir manter essa posição social por não se sentir preparada para a rapidez com que o mundo caminha e achar que os outros podem estar mais bem preparados, o que gera uma angústia pessoal, um aumento considerável de estresse e o receio de impossibilitar aos filhos um futuro digno. Fala do medo de errar e da falta de confiança em si provocada pela rapidez com que os processos sociais caminham e a dificuldade permanente de se manter atualizada, bem como de encontrar no seu caminho pessoas mais preparadas que barrem seus projetos pessoais, penalizando a si e aos filhos.

Guiddens (2002) discute a dificuldade de se enfrentar os ambientes de risco, pelas consequências acarretadas no processo de vida pessoal, familiar e profissional. O medo de errar e as consequências de

uma decisão ou atitude errada levam à insegurança pessoal e social e modulam aspectos de racionalizações e angústias sobre o amanhã, causando estresse, depressão, estranhamento pessoal e com os outros, vistos como concorrentes.

Os aspectos que falam desse estresse são muitos e se configuram a partir de valores do ambiente social que frequentam e de um imaginário social comum. No depoimento a seguir, o enfoque centra-se na *idade* em relação à quebra de posição social ocupada pelo depoente. Para ele:

> *a idade trouxe um perigo que não me deixa dormir. Depois dos 35 anos... vivo com medo do desemprego e não mais encontrar um lugar no mercado. Tenho visto acontecer entre colegas meus. As empresas preferem jovens, mais competitivos e com superior completo e me sinto ameaçado pela juventude que parece dizer... que o meu tempo já passou... Não é que me preocupe com a minha idade biológica, não, até me sinto bem nela; mas com a ameaça de perder trabalho por causa dela. Tenho muita experiência profissional, mas parece não ser o critério usado pelas empresas: preferem rapazes e moças jovens pelo dinamismo da idade e disponibilidade de viagens, de ainda não possuir filhos, e com projetos pessoais ainda difusos e idealistas.* [Isso] *ameaça minha estabilidade e provoca surtos depressivos sobre o meu destino e o da minha família. Rezo todo o dia para conseguir formar meus filhos para não correrem os riscos que eu...* (Morador de Mangabeira)

Outro depoimento trata a idade cronológica como segregação social, estigma e sentimento de estresse na tentativa de se manter jovem. Para a depoente:

> *a idade trouxe uma sensação de impotência e medo... Estou separada... ele me trocou por uma mocinha... esse foi o primeiro baque na minha vida, me senti velha e jogada no lixo, depois me refiz... comecei de novo a estudar, a participar da vida além da minha casa, a namorar, mas as pessoas que fazem isso estão situadas em uma faixa etária bem menor do que a minha, na faixa das minhas filhas, e eu passei a frequentá-las e me sinto aceita, mas às vezes acho que é pelos adereços: conheço mais coisas e gente que facilitam ao grupo, tenho uma posição econômica mais estável e posso bancar despesas, etc., mas, por outro lado sei que nas costas falam de mim... Uma vez estavam todos conversando numa festinha, me aproximei e senti que falavam de mim, pois mudaram de assunto... Tentei já sair com as minhas amigas da mesma idade, também me sinto fora d'água: são todas conformadas, com um padrão de comportamento que avaliam o meu pelo delas... Assim me sinto meio fora dos eixos, de uma lado me aceitam pelo que proporciono mas falam de mim,do outro, falam mal de mim e querem que eu vire uma velha gagá. E eu, embora me sinta jovem e ainda uma mulher atraente e que não pareço ter a idade que possuo, vivo na angústia da solidão, de qualquer hora chegar o tempo em que não mais terei com quem conversar, o que fazer, a não ser a morte...* (Moradora de Cabo Branco)

A declaração fala da angústia de não poder conter o tempo: apesar de haver um cuidado pessoal grande, a idade tornou-se um peso moral que segrega e estigmatiza (Goffman, 1988). O medo da solidão se associa ao receio da velhice, da solidão. O deslocamento vivido revela o medo do futuro próximo, ao qual só a morte colocará um fim.

A vida é encarada como risco associado a acontecimentos futuros não controlados (Kowarick, 2002), e o processo como angústia pelo receio de não superarem as adversidades envolvidas. Vive-se em permanente estresse e em continuada depressão: falta de confiança em si e no social, medo constante de errar, com receio de isolamento, medo de serem passados para trás ou da perda de prestígio e posição social. A mídia, a propaganda, o imaginário social parecem reforçar essa posição ao propagar uma ideologia da juventude, da competência desenfreada, da necessidade de capacitação permanente, como sinônimos da realização pessoal e profissional. Para uma análise comparativa, ver o trabalho de Eckert (2003) sobre medo e envelhecimento em Porto Alegre.

III. A categoria *Falta de segurança pessoal ou familiar* possui 50% dos entrevistados e reflete a mudança na cidade nos últimos quarenta anos, mudança nos costumes e modos de vida local e um crescimento acelerado que afetou as redes de reconhecimento anteriores. De um lugar onde todos se conheciam e se reconheciam, a cidade passou a ser um espaço ocupado pela desconfiança, onde os laços que uniam a rede de sociabilidade afrouxaram e o receio e a dúvida sobre o outro tomou lugar (Paugam, 1999).

O depoimento de uma moradora do bairro dos Estados mostra essa ideia, em um quadro simbólico e imaginário relacional desfeito e ainda não de todo remontado, a não ser pelo temor do distanciamento provocado pelas novas relações societárias na cidade. Segundo ela,

> *Quando mocinha e até depois de casada, podia sair com segurança. Todo mundo se conhecia, não havia esse perigo de agora, onde você topa o tempo todo com desconhecidos e não confia em ninguém. Até os anos setenta, se ia a um bar, o garçom te conhecia, o dono te conhecia, as pessoas lá te conheciam se não diretamente, mas sabiam que se era filha de fulano, que morava em tal bairro, e coisa e tal... Hoje não. Você vai num bar e não reconhece ninguém, os garçons não são mais conhecidos, e você fica deslocada no lugar. Na minha rua, tenho vizinhos que não sei quem são, quando há muito pouco tempo eu conhecia todos. Fora*

> *a miséria que ronda a cidade: mendigos, trombadinhas, cheira-colas, as favelas que circundam e crescem por toda João Pessoa, faz com que eu evite o máximo sair de casa. Hoje eu trago os amigos para casa, muito raramente me atrevo a ir às ruas.*

A rua, de elemento primário de relações e de segurança, parece ter se tornado um lugar onde as relações sociais se esgarçaram e o conhecimento do outro deixou de existir. Os outros são sentidos como aqueles que trafegam pelas ruas, que habitam diferentes locais e, mesmo que sejam vizinhos, são desconhecidos. E como desconhecidos habitam o imaginário via ameaça potencial à segurança e ao conforto. O confinamento doméstico tornou-se um dos poucos caminhos encontrados de continuar vivendo na cidade. Em casa recebe os amigos e se sente protegida dos usurpadores do lugar e que a ameaçam pela simples presença.

Outro entrevistado, morador de Tambaú, amplia este sentimento de confinamento e o dramatiza, já que coloca a casa, símbolo de proteção e reconhecimento, como virtualmente defasada e ameaçada por estranhos que circulam e inflam a cidade em termos populacionais:

> *Até bem pouco morava numa casa, aqui em Tambaú e a troquei por apartamentos: hoje moro em um deles, no lugar onde ficava minha casa. Fiz isso não só pelo financeiro, mas por medo depois que a casa de um vizinho foi invadida por ladrões... Quando aconteceu não consegui dormir mais, vivia me sentindo com receio pela segurança da minha família... Por ela eu não mais tinha sossego. Minha mulher vivia me cobrando solução para o desconforto que era viver com a insegurança. Assim, resolvi ceder o assédio das construtoras e aceitei a melhor oferta. Sinto falta da minha casa, do conforto e do espaço que uma oferecia... Mas está bem melhor, embora ainda fique temeroso pela violência que nos cerca. Em Recife... uma quadrilha especializou-se em roubo de prédios... Mas não quero pensar muito, senão enlouqueço. Esse parece ser o preço que se paga para viver numa sociedade injusta e numa cidade e região pobre.*

O medo é explicado pelo imaginário da violência urbana sobre o orbe pessoal e familiar. Tambaú é um bairro onde a especulação imobiliária e o crescimento urbano e de infraestrutura cresceram aceleradamente desde 1970. Passou de um bairro pacato, praieiro, onde todos se conheciam, para um lugar agitado e ponto turístico da cidade: nele se concentram bares, restaurantes, boates, comércio diversificado e uma circulação grande de pessoas vindas dos demais bairros para usufruto do lugar. É um polo onde deságuam levas de turistas e que possui uma grande concentração de hotéis. Por ser o bairro mais pulsante da cidade, o investimento de infraestrutura é um dos atrativos para a grande procura de moradias. Muitos moradores atuais são originários de outros bairros, ou de fora da cidade, transformando o lugar em um conglomerado urbano complexo e individualista, que assusta os antigos moradores.

A circulação de toda a cidade em Tambaú reflete, no imaginário dos habitantes, como ponto de estrangulamento e fragmentação da rede de reconhecimento e sociabilidade; referida como ameaça a segurança dos moradores. A quebra dos laços de conhecimento, a circulação de pessoas de todas as partes e de todos os tipos e costumes provocam desconfiança que se precipita entre os moradores na forma de insegurança pessoal e receio. O outro é encarado como ameaça. O vizinho que teve a casa arrombada por ladrões é uma antecipação do que acontecerá com os outros moradores próximos, que buscam se proteger no último refúgio dos edifícios, cedendo à especulação imobiliária.

Antes, fortificam as residências, se isolando do outro morador e das pessoas que circulam nas ruas. As residências se transformam em fortalezas, com muros altos, cercas elétricas, guaritas, cartazes nas portas avisando sobre a presença de cachorros bravos ou associação a empresas de vigilância. Uma entrevistada, moradora de Tambaú, fala da infância no bairro, brincando livre nas calçadas, ruas e praia, e a diferença dos seus filhos adolescentes e pré-adolescentes, obrigados a ficarem trancados em casa, saindo apenas acompanhados dos pais. Fala do medo de sair a pé à noite na própria rua, hoje com apenas duas casas residenciais e o restante de edifícios: "*a rua é só muros altos, com pouca iluminação, o que dá uma insegurança muito grande ao transeunte*".

A sua casa, no início, tinha um muro baixo, a rua era todas de casas como a dela, os moradores se encontravam e confraternizavam, e as crianças compartilhavam a rua como espaço para brincadeiras. Depois os muros subiram, apareceram cachorros ferozes, depois a '*turma do apito*' (homens de bicicleta que vagueiam nas ruas de vários bairros da cidade intimidando a população a pagar determinada quantia em troca da 'segurança' de suas casas), cercas elétricas; as crianças sumiram das ruas, os moradores também sumiram, trancafiados nas residências. As casas foram se transformando em edifícios, gente desconhecida começou a morar neles, e muitos nem proprietários são, aumentando a rotatividade de moradores. Como sua rua fica próxima aos pontos de acesso aos bares, permanece o dia inteiro com carros estacionados, o que atrai '*flanelinhas*' "*e todo tipo de gente*". Gera insegurança, intranquilidade de circulação e amplia o medo de que a violência lida nos jornais, revistas e televisão, ou conhecida em rodas de conversa com parentes e amigos sobre uma casa assaltada ou um filho roubado ou alguém atropelado no trânsito, atinja a si próprio ou a sua família, o que torna os moradores vítimas do próprio medo, pela insegurança pessoal e familiar no cotidiano da violência, no espaço urbano onde residem.

No bairro de Manaira acontece o mesmo no imaginário dos moradores. Este começa a ser ocupado em 1970 por uma classe média composta por filhos de famílias da cidade, por pessoas vindas do interior e de outros estados, principalmente após a expansão da Universidade Federal da Paraíba. Antes área ocupada por sítios e granjas, hoje um bairro com comércio importante e lugar do principal *shopping center* da cidade e, no imaginário dos seus moradores, um lugar privilegiado, com infraestrutura moderna e eficaz, simultânea à visão do bairro com inúmeros casos de assaltos à mão armada, sequestros relâmpagos, roubo de carros e onde a violência urbana só cresce.

Os entrevistados moradores de áreas fronteiriças nos bairros nobres (dos Estados e Ipês com o bairro de Padre Zé, ou Manaira e Tambaú com o bairro de São José), por sua vez, apontam a proximidade do que consideram favelas - Padre Zé e São José - como um perigo a mais no cotidiano dos habitantes. Muitos moradores falam de um pacto de boa convivência com os bairros pobres fronteiriços, como forma de não ter suas casas invadidas ou seus carros roubados ou depredados. Como afirma uma moradora de Manaira:

> *Moro num edifício fronteiriço à favela de São José. Os edifícios próximos já sofreram assaltos, e o nosso não por que contratamos gente da favela para trabalhar no condomínio... Por darmos trabalho também não somos incomodados. Mas mesmo assim morro de medo: já pensou se demitirmos alguém que sabe tudo do prédio... aí pode ser uma desgraça... num tem jeito, essa proximidade faz a gente ficar sempre tensa....*

Essa situação de medo e insegurança vivida é geral, alguém sempre lembra um amigo de um amigo que foi assaltado ou vítima de outros tipos de violência. Em Tambaú, Cabo Branco, Estados e Manaira 90% dos entrevistados referenciam o medo à *falta de segurança pessoal ou familiar.* Outros bairros também associaram medo à falta de segurança, embora as respostas a essa categoria estejam distribuídas de forma balanceada às outras duas, ou como um conjunto residual de respostas em relação a elas. Nesses, os entrevistados os refletem como tranquilos, e associam a imagem de violência a pequenos núcleos que mancham a representação dos seus bairros na cidade e provocam medo. Como, por exemplo, os moradores próximos às '*bocas do fumo*' ou reduto de drogas, nos bairros de Cruz das Armas, Rangel, Mandacaru e Roger, que sentem insegurança e se apresentam vítimas do *não vi, não sei*, do silêncio em troca de uma vaga segurança e proteção; ou dos moradores próximos à Torre de Babel, área de invasão no bairro de Valentina de Figueiredo; ou os moradores próximos ao Suvaco do Urubu, nos limites da Ilha do Bispo com o Alto do Mateus; ou mesmo a visão da comunidade de Porto do Capim no Varadouro como lugar perigoso, o que gera insegurança aos moradores e lança vergonha ao bairro; ou a divisão imaginária no bairro do Roger em *de baixo* e *de cima*, que suscita insegurança aos moradores do *de cima*, que chamam os *de baixo* de ladrões e maconheiros, e nos *de baixo*, que se ofendem e acusam núcleos de invasão no seu interior de manchar a reputação de todos; e em alguns locais do Centro, como o Parque Sólon de Lucena, conhecido como *Lagoa*, à noite, visto como reduto de marginais e travestis, que provocam receio.

Bairros ou locais considerados perigosos no imaginário da cidade, nos índices das estatísticas policiais e no noticiário da imprensa local são vistos como locais tranquilos, de gente trabalhadora pelos seus moradores e que, afora os redutos apontados como manchas que envergonham o bairro, são locais excelentes para morar. Admitem o perigo na quebra dos códigos de silêncio, como rompimento de um pacto entre as áreas apontadas como perigosas e o restante do bairro: um dos entrevistados residente em Cruz das Armas relata que a rua onde mora foi objeto de uma série de incidentes no ano de 2004 provocada pela quebra no pacto entre moradores e um ponto de droga próximo, quase contíguo à rua:

> *Houve uma batida policial que provocou um desbaratamento no ponto de droga situado próximo a rua onde moro. O pessoal achou que foi uma deduragem de alguém da minha rua e como revide, paredes amanheceram pichadas, carros depredados, moças e senhoras vítimas de assédio e ameaças veladas provocando pânico entre os moradores, alguns chegando a se mudar. Hoje* [2006] *as coisas voltaram ao normal. Foi restabelecida a paz entre os moradores da rua e a comunidade... mas o medo continua....*

Outros bairros de classe média como Bessa, Bancários, Mangabeira e Cidade Verde (em alguns depoimentos, Cidade Verde é apontado por moradores de Mangabeira como um lugar perigoso), apesar de apontados como tranquilos e bons de morar, são vistos pelo referencial de perigo: como locais mal iluminados e desertos em alguns trechos. Alguns moradores relatam casos de violência que induzem ao medo e colocam os moradores em alerta.

Conclusão

A noção de medo foi definida pelos entrevistados, habitantes da cidade de João Pessoa, a partir de suas vivências pessoais e coletivas; apresentaram a noção em três categorias: *falta de fé*, *falta de confiança e receio de errar* e *falta de segurança pessoal ou familiar*. A primeira categoria compreende uma atitude fatalista sobre o destino pessoal e coletivo e é solidária com o próximo através de um terceiro relacional, a figura do divino. Nela, a fé em Deus remove obstáculos, não se tem por

que ter medo, tudo está escrito. A ideia de destino, por sua vez, está associada à ideia de provação. O destino é a outra vida, na vida terrena os homens são submetidos a provas e sua fé os ajudará a encontrar os caminhos para a resolução do problema e um aprofundamento da própria fé, aproximando-se de Deus.

A segunda categoria remete à ideia de risco permanente, não estando os sujeitos prontos para encará-lo e, quando o fazem, sentem-se ameaçados pelos outros, indivíduos e instituições, e com receio de perder posições sociais conquistadas. O medo é sentido como uma ameaça permanente aos projetos individuais e coletivos e, por extensão, à família e à profissão e à imagem pessoal. A vergonha, o estigma, a concorrência e a solidão, acompanhadas pelo estresse, angústia e depressão, são os sentimentos e os sintomas apresentados nas narrativas dessa segunda categoria para definição do medo.

A terceira categoria, por fim, ao falar da insegurança do cotidiano, leva à reflexão sobre o medo no sentido da violência urbana. O medo do outro e o estranhamento do cotidiano parecem gerar outro tipo de solidão, que é a do viver em uma cidade cada vez mais estranha. Uma cidade onde ninguém mais se encontra ou não se reconhece; e não se conhece ou se sabe sobre o seu vizinho, que pode ser outro a qualquer momento. Na rua, as pessoas se sentem ameaçadas pelo trânsito, pelos assaltos constantes, sequestros, assédios e mortes. Em casa não se sentem mais protegidas, as crianças não brincam mais na rua, os muros sobem, a vigilância nunca está completa, apesar de cachorros, vigilantes privados, cercas elétricas, aparatos tecnológicos para segurança do lar, entre outros tantos. O mundo e o Brasil são vistos vivendo uma situação de conflito, quase em guerra, e os noticiários de jornais, rádio, televisão, revistas, o comentário no trabalho e em casa complementam a cena dramática dos que situam assim a noção do medo, o que amplia o imaginário da violência e a cultura do medo, projetando-os sobre a cidade e os bairros em que moram.

O ontem e o amanhã se apresentam em comparação permanente. O ontem idealizado, como um momento bom e perdido, e o medo do futuro, projetado como impossível de se viver.

Não se pode afirmar neste artigo, de um lado, que as categorias analisadas e definidoras do medo possam ser vistas através da posição socioeconômica dos entrevistados, pois um informante de qualquer posição socioeconômica pode definir medo através das três categorias. De outro lado, porém, não se pode deixar de notar, como já indicado na apresentação, que existe uma concentração diferenciada dos depoentes nas três categorias sobre o que é medo em João Pessoa: na primeira categoria, *falta de fé*, estão localizados, principalmente, os entrevistados moradores de bairros populares de João Pessoa. Na segunda e terceira categorias estão as classes média e média alta, e moradoras dos bairros mais nobres da cidade.

Em uma cidade que começa a ter um crescimento populacional acelerado nos últimos quarenta anos (Sposito, 2007), a noção de medo parte de um complexo de atitudes e definições provindas do ambiente onde os entrevistados estão situados e através dos quais enxergam a realidade social local. O ponto de vista da violência, real ou imaginária, norteando a noção de medo, toma proporções de 50% das respostas, junto a 36,6% de quem optou pela falta de confiança como definidora do medo, o que mostra as noções de risco e da insegurança como instâncias de uma individualidade crescente em formação e do olhar o outro pelo viés da desconfiança, do estranhamento e da concorrência (Paoli, 1983). Apenas 13,4% situam o medo no interior de uma lógica relacional, em que é encarado como falta de fé e como fatalidade e provação, superada pela crença no divino.

Este artigo, por fim, chega a conclusões semelhantes às de outros sobre medo e cidade no Brasil, como os de Ferraz (2006), de Eckert & Rocha (2005), de Baierl (2004) e Caldeira (2000), que apontam para a fragilização dos laços sociais nas cidades brasileiras nos últimos quarenta anos, para um aumento significativo da cultura do medo no imaginário social dos seus habitantes, para a mudança de hábitos da população, que repercutem, inclusive, na sua arquitetura. Muda talvez na intensidade, mas essa mudança singulariza o difícil caminhar para o individualismo experimentado no Brasil dos anos de 1970 até hoje.

No caso de João Pessoa, aqui analisada, e diferente de cidades como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, estudadas pelas autoras citadas, a cidade possui redes relacionais ainda presentes e fortes, porém, com o crescimento acelerado que vem sofrendo nas quatro últimas décadas, apresenta semelhanças aos estudos citados e vem se sentindo invadida, confusa e com receio do estranho. No imaginário joãopessoense, o medo já faz parte do cotidiano da cidade e vem causando receios, conflitos e estranhamentos, que repercutem na mudança de hábitos da população, nos bairros mais nobres da cidade, principalmente, mas já visível, também, nos bairros mais populares, como o aumento de muros, crianças trancafiadas em casa, receio de sair para a rua, entre outros, e no boca a boca da ocorrência da violência: desde o desrespeito às leis do trânsito, passando pelo aumento de habitantes de fora da cidade, vindos do interior ou de outra região do país, fragilizando os laços sociais de reconhecimento, até o aumento da criminalidade, com o aumento do número de favelas e favelados em toda a cidade.

Referências bibliográficas

Baierl, L. F. (2004). *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez.

Caldeira, T. P. R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

Chauí, M. (1995). Sobre o medo. In A. Novaes (Coord.), *Os sentidos da paixão* (6ª reimp., pp. 35-75). São Paulo: Companhia das Letras.

DaMatta, R. (1985). *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

DaMatta, R. (1993). Os discursos da violência no Brasil. In *Conta de mentiroso – sete ensaios de antropologia brasileira* (pp. 175-197). Rio de Janeiro: Rocco.

Delumeau, J. (1989). *História do medo no Ocidente: 1300-1800.* São Paulo: Companhia das Letras.

Eckert, C. (2003, abril). Cultura do medo e cotidiano dos idosos porto-alegrenses. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, 2*(4), 35-69. Acesso em 20 de maio, 2008, em *http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html*

Eckert, C. & Rocha, A. L. C. (2005). Porto pouco seguro: estudo da cultura do medo em Porto Alegre. *Iluminuras*: *Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, 80, 1-50.

Ferraz, S. M. T. (2006, abril). Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas? *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, 5*(13), 54-84. Acesso em 24 de junho, 2008, em *http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html*

Ferreira, M. I. C. (2002, julho). A ronda da pobreza: violência e morte na solidariedade. *Novos Estudos – CEBRAP*, 63, 167-178.

Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.

Koury, M. G. P. (2002). Medos corriqueiros: em busca de uma aproximação metodológica. *Cronos, 2*(1), 131-37.

Koury, M. G. P. (2008). *De que João Pessoa tem medo? Uma abordagem em antropologia das emoções*. João Pessoa: Editora Universitária.

Kowarick, L. (2002, julho). Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos – CEBRAP,* 63, 9-30.

Magnani, J. G. C. (2002, junho). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *17*(49), 11-29.

Paoli, M. C. (1983). Violência e espaço civil. In M. C. Paoli (Org.), A v*iolência brasileira* (pp. 45-55). São Paulo: Brasiliense.

Paugam, S. (1999). *O enfraquecimento e a ruptura de vínculos sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Simmel, G. (1983).Dankbarkeit. Ein soziologischer Versuch. In *Schriften zur Soziologie* (pp. 593-598). Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Sposito, M. E. B. (Org.). (2007). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular.

Velho, G. (1996). Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In G. Velho & M. Alvito (Orgs.), *Cidadania e violência* (pp. 11-25). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

Mauro Guilherme Pinheiro Koury é Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Coordenador do GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções da UFPB. Doutorando em Sociologia pelo PPGS / UFSCar. Endereço Correspondência: Rua General Joaquim Inácio, 154, CEP 50070-270 Recife, Pernambuco. Email: maurokoury@gmail.com

O que é medo? Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Recebido em: 28/07/2008

Revisão em: 11/07/2009

Aceite final em: 12/07/2009

VIDAS EM RISCO: A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS BOMBEIROS MILITARES

Michelle Regina da Natividade
Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil

RESUMO: Este artigo discute a configuração da identidade profissional do Bombeiro Militar da região da grande Florianópolis, SC. Para contemplar tal objetivo geral, os objetivos específicos e o referencial teórico enfocaram: caracterização da profissão, identidade, trabalho, escolha profissional e qualidade de vida. Quanto ao método, a pesquisa definiu-se como exploratória e descritiva, delineada como um levantamento. Utilizou-se um questionário semi-aberto. Analisaram-se os dados quantitativa e qualitativamente. Participaram da pesquisa 266 Praças do 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros. Por meio desta pesquisa, foi possível concluir que esses profissionais sentem-se realizados com sua profissão, muito embora possuam queixas, as quais não são sobre o conteúdo da profissão, mas sim sobre falta de condições para exercê-la e sobre aspectos organizacionais. Esses sujeitos "vivem" a profissão mesmo fora do seu horário de trabalho. Também foi possível verificar que, assim como as teorias afirmam, o trabalho é um fator constituinte da identidade do sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: identidade profissional; bombeiros militares; trabalho; qualidade de vida.

LIVES AT RISK: THE PROFESSIONAL IDENTITY OF THE MILITARY FIREMEN

ABSTRACT: This article discourses the configuration of the professional identity of the Military Firemen from the region of the Greater Florianópolis, SC. To contemplate such general objective, the specific objectives and the theoretical referencial focused on: characterization of the profession, identity, work, professional choice and quality of life. As method, the research was defined as exploratory and descriptive, delineated as a survey. An half-open questionnaire was used. The data was analyzed in a qualitative and quantitative form. Participated in the research, 266 "praças" of the 1st Firemen Battalion. With this research, it was possible to conclude that these professionals feel themselves carried through with their profession although complaints exist, which are not on the content of the profession, but on the lack of conditions to fulfil it and on organizacional aspects. These citizens "live" the profession even outside their working hours. It was also possible to verify that, as well as the theories affirm, the work is a constituent factor of the identity of the citizen.

KEYWORDS: professional identity; military firemen; work; quality of life.

Introdução

Este artigo é um relato de pesquisa sobre a identidade profissional do Bombeiro Militar da região da grande Florianópolis, SC. Para contemplar tal objetivo geral, os objetivos específicos pretenderam levantar dados sobre: caracterização da profissão; características fundamentais da vida pessoal e social do Bombeiro Militar; escolha profissional; autopercepção sobre a profissão; dificuldades na atuação profissional; entendimento sobre qualidade de vida e relações percebidas entre atividade profissional e qualidade de vida.

Para iniciar tal discussão, precisa-se compreender como surgiu essa profissão no Estado de Santa Catarina, seu desenvolvimento e suas especificações, bem como apresentar alguns apontamentos teóricos sobre o tema identidade.

O profissional Bombeiro Militar, no exercício da sua atividade profissional, coloca sua vida em risco para salvar a vida de terceiros e/ou para defender bens públicos e privados da sociedade. O risco é inerente a essa atividade profissional e, segundo o Estado Maior das Forças Armadas, "O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida" (Brasil, 1995, p.11). Mas quem é este profissional Bombeiro Militar que possui uma atividade considerada perigosa e que coloca sua vida em risco para salvar a de outros?

Ao se pesquisar sobre a palavra bombeiro e sobre a organização do Corpo de Bombeiros, verifica-se que seus primórdios são bastante antigos. De acordo com Campos (1999), a palavra bombeiro tem origem no latim, significando bomba (bombus), visto que, na Antiguidade, os incêndios eram controlados através de bombas de água. Em relação ao combate aos incêndios,

os registros remontam à Grécia antiga (300 a.C.), quando a atividade era realizada por escravos. Já em relação ao Corpo de Bombeiros, seu primeiro registro data de 27 a.C., em Roma, onde era denominado *"cohortes vigilium"*, no Reinado de César Augusto, contando com cerca de sete mil homens (Fundação Universidade do Contestado, 1999).

De acordo com Fundação Universidade do Contestado (1999), no Brasil, o primeiro registro se dá em 1763, onde, por ordem do Conde da Cunha, foi instituída a primeira Guarda de combate ao Fogo, atividade esta que era realizada pelo Arsenal de Marinha do Brasil. Porém, a criação de uma organização específica para tal atividade, só aconteceu em 2 de julho de 1856, através do decreto imperial n.º 755, onde fora criado o Corpo de Bombeiros provisórios da corte. Em Santa Catarina, segundo o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina (1999, p.15):

> Em 16 de setembro de 1919, foi sancionada pelo então governador do Estado, Dr. Hercílio Luz, a Lei n. 1288, que criava a Seção de Bombeiros, constituída de elementos da Força Pública. No entanto, somente sete anos depois, deu-se a real instalação da Unidade.

Dessa forma, o marco da criação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina foi oficialmente em 26 de setembro de 1926, sendo chamado de Seção de Bombeiros (Fundação Universidade do Contestado, 1999; Regis, Marinho, Cordeiro, Lima, & Juvenal, s.d.), contando com um efetivo de 27 praças. A corporação foi acompanhando as transformações históricas de nossa sociedade e atualmente conta com um efetivo de mais de 4 mil militares (Santa Catarina, 2004), distribuídos em todo o território estadual[1].

Também se deve considerar que a discussão sobre a segurança pública é um tema bastante discutido na sociedade do século XXI, pois a violência nas grandes cidades vem crescendo assustadoramente e, com isso, a preocupação com a segurança pública e a mobilização dos cidadãos em encontrar maneiras para tentar se proteger. De acordo com a Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1998), o Corpo de Bombeiros também é considerado órgão de segurança pública, embora realize atividades diferenciadas dos Policiais, conforme art. 144, § 5º: "Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.".

Em relação à Constituição do Estado de Santa Catarina, de acordo com o artigo 108 (Santa Catarina, 2003, pp. 2-3), o Corpo de Bombeiros possui mais especificamente as seguintes incumbências:

I) realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio, de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;
II) estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos;
III) analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhar e fiscalizar sua execução e impor sanções administrativas estabelecidas em lei.
IV) realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;
V) colaborar com os órgãos da defesa civil;
VI) exercer a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal;
VII) estabelecer a prevenção balneária por salva-vidas; e
VIII) prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial.[2]

Já, conforme o artigo 29 da Lei n. 6.217 (Santa Catarina, 1983, p. 6):

O Comando do Corpo de Bombeiros é o órgão responsável pela extinção de incêndios, proteção e salvamento de vidas e materiais em casos de sinistros, a quem compete planejar, programar, organizar e controlar a execução de todas as missões que lhe são peculiares, desenvolvidas pelas unidades operacionais subordinadas.

Percebem-se, nas definições do fazer profissional do Bombeiro Militar, relatos de atividades perigosas, em que muitas vezes a vida do sujeito é colocada em risco durante sua atuação. Para ingressar na Corporação o sujeito deverá ser classificado em concurso público e posteriormente ser aprovado no Curso de Formação de Soldado (Santa Catarina, 2006), o qual ocorre em regime de semi-internato, com duração aproximada de oito meses. A partir disso, será incluso no efetivo do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, organização pautada nos preceitos da hierarquia e da disciplina.

Tendo apresentado aspectos da profissão de Bombeiro Militar, a qual será analisada neste artigo, é também conveniente realizar apontamentos teóricos sobre o tema identidade. Ao se falar sobre identidade, normalmente remete-se à pergunta "quem sou eu?"; porém essa pergunta não se responde a partir de um aspecto, por exemplo, "eu sou João"[3], mas sim a partir da interação de vários aspectos deste sujeito: "eu sou João, filho de Maria, trabalho como carpinteiro etc.", ou seja, da interação dos vários papéis que o sujeito representa em seu meio social. Contudo, esse sujeito não nasce representando vários papéis, ele os assume no decorrer de seu desenvolvimento, à medida que se relaciona com seu meio social. Mas como acontece isso? A forma de explicar este desenvolvimento e a formação da identidade é muito ampla e possui diferentes concepções, pautadas

em diferentes abordagens epistemológicas e nas diferentes compreensões sobre o ser humano. Esta pesquisa se pauta na perspectiva sócio-histórica, compreendendo que no decorrer do desenvolvimento aumenta-se a rede de relações do sujeito e, neste processo, constitui-se dialeticamente a identidade.

A identidade se constrói e reconstrói no decorrer da vida do sujeito, no decorrer das mudanças em suas relações interpessoais, isto porque as relações e os meios sociais também vão se alterando. Dessa forma, este processo de construção e reconstrução ocorre sempre de forma diferenciada, por isso Ciampa (1997) chama esse processo de "metamorfose".

Ao nascer, o sujeito necessita muito do outro, ou seja, algumas pessoas serão responsáveis por sua sobrevivência, pois ele precisará receber comida, cuidados físicos, afeto etc., e então se pergunta: 'quem é este sujeito?'. Nesse momento, esse sujeito está iniciando suas interações com seu meio social, e provavelmente é definido por um nome e por uma filiação – essa é sua identidade. Com isso, percebe-se que inicialmente a identidade é apenas uma atribuição objetiva imposta externamente, ou seja, inicialmente nos definimos pela forma com que os outros nos chamam, pelos atributos que os outros nos colocam. Esses atributos iniciais são chamados por Ciampa (1997) de identidade pressuposta, e por Martin-Baró (1985) de identidade objetivamente atribuída. No decorrer do desenvolvimento, o sujeito vai se apropriando e significando esses atributos, vai admitindo ou não ser aquilo que os outros dizem que ele é; isso é chamado por Ciampa (1997) de identidade re-posta e por Martin-Baró (1985) de identidade subjetivamente apropriada. Esse aspecto subjetivo é a imagem pessoal que o sujeito tem de si. Contudo, a identidade não se reduz a isso, pois também se deve considerar como os outros me percebem e como eu percebo que os outros me percebem[4]. É importante enfocar que essa identidade pressuposta que é re-posta cotidianamente não é estanque e imutável, o sujeito vai reatualizando esses atributos de acordo com sua significação do meio social.

Autores como Martin-Baró (1985), Ciampa (1997), Sawaia (2001), Silva (2000) e Jacques (2001) relatam as aparentes dicotomias no estudo da identidade, ou seja, ao mesmo tempo em que a identidade é transformação, é também permanência, é multiplicidade e também unicidade, é igualdade e também diferença, é individual e também social; porém todos os autores concordam no sentido de que a identidade é uma totalidade, por isso essas aparentes dicotomias na realidade não o são, pois uma concepção não exclui a outra.

A partir da totalidade da identidade de um sujeito, em que em cada interação o sujeito pode apresentar uma faceta dessa totalidade e da diversidade de papéis sociais que esse representa em seu meio social, buscar-se-á nesta pesquisa a compreensão da identidade no âmbito profissional. Compreendendo que o sujeito se contitui nas relações que estabele com seu meio e que "as organizações onde se fundamentam e se desenvolvem as atividades profissionais constituem um espaço privilegiado na formação destas identidades" (Natividade & Brasil, 2006, p. 39), o intuito deste artigo é discutir sobre a identidade profissional do Bombeiro Militar.

Método

A pesquisa foi caracterizada como um estudo exploratório e descritivo. Em seu delineamento, constitui-se em um levantamento, pois foi realizado um questionamento direto à população investigada com o intuito de obter informações acerca do problema de pesquisa.

Definiram-se dois critérios de seleção dos participantes. O primeiro foi em relação à delimitação das Organizações de Bombeiro Militar (OBM) da região da grande Florinanópolis; sendo assim, a pesquisa teve como local de realização as unidades operacionais da 1ª e 2ª Companhia do 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros. O segundo critério foi a delimitação para a participação somente dos praças, ou seja, soldados, cabos, sargentos e subtenentes, que trabalham nessas unidades operacionais. Com essa delimitação, a população da pesquisa, de acordo com estatística interna disponibilizada pelo Comando do Corpo de Bombeiros (CCB), totalizou 391 praças. Tomando-se esse número como base e seguindo procedimentos estatísticos, a amostra da população foi selecionada, com uma margem de erro estabelecida em 3%[5] e nível de confiança de 95%, totalizando 289 sujeitos. Contudo, devido a afastamentos, férias e outras situações internas, não foi possível alcançar esse número, ficando a amostra composta por 266 sujeitos.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário semiaberto, com 24 questões[6]. Em cada OBM foi necessário realizar duas visitas, as quais foram sempre iniciadas às 8 horas da manhã, visto que é nesse horário que ocorre a troca de guarnição (troca de turno). Cada OBM apresentou sua especificidade: em algumas, a aplicação foi realizada em sala de aula, com grupos de 20 a 40 sujeitos; em outras, a aplicação foi em pequenas salas com grupos de aproximadamente 10 sujeitos. No geral buscou-se, antes dos sujeitos iniciarem o preenchimento do questionário, explicar os objetivos da pesquisa e as questões éticas, ou seja, que seria mantido o anonimato dos sujeitos e o sigilo das informações. Todavia, em algumas OBM os sujeitos chegavam ao local quase que individualmente; dessa forma, essas instruções não foram coletivas.

A partir dos questionários, obtiveram-se dados objetivos, que foram analisados de forma quantitativa através de estatística de dados, gráficos e tabelas, e de

forma qualitativa, com a análise do conteúdo das questões abertas e através da relação dos dados objetivos com os fundamentos teóricos.

Apresentação e análise dos dados

A apresentação e análise dos dados foram subdivididas conforme os objetivos específicos propostos na pesquisa; em cada subdivisão as questões dos questionários foram agrupadas conforme a pertinência ao tema em análise.

Caracterização Geral da População

As dez primeiras questões do questionário foram referentes à caracterização geral da população. Com estes dados, foi possível visualizar quem é hoje o Bombeiro Militar na região da grande Florianópolis.

Dos 266 sujeitos de pesquisa, 66,2% são soldados. Constatou-se que, quanto mais elevado o grau na hierarquia, menos trabalho operacional o sujeito exerce, passando a executar atividades mais burocráticas; dessa forma, estes sujeitos tinham maior dificuldade de se ausentar do setor para o preenchimento do questionário. A partir dessa constatação, concluiu-se que a hierarquia define de certa forma a atividade que o sujeito exerce.

A coleta de dados demonstrou que 29% já trabalham como militares entre 10 e 15 anos e 26,3% entre 15 e 20 anos; nenhum dos sujeitos trabalha há menos de 5 anos como militar. Portanto, a maioria (55,3%) desses sujeitos já trabalha como militar entre 10 e 20 anos, o que demonstra que já possuem bastante conhecimento em sua profissão. Eles possuem uma estabilidade no emprego; são funcionários públicos, pois o Corpo de Bombeiros é um órgão de segurança pública, subordinado ao Governo do Estado. Em relação à questão da estabilidade, Pena & Moraes (1998) afirmam que a estabilidade é uma das estratégias de dominação, que utiliza-se de recompensa simbólica para poder dominar subjetivamente os trabalhadores. Esta dominação subjetiva faz com que os trabalhadores tenham a mesma forma de ser e de pensar, ou seja, que realmente "vistam a camisa". Nas conversas informais durante a aplicação dos questionários, foi possível perceber que a maioria tem muito orgulho da profissão que exerce e gosta das atividades que realiza. Assim sendo, pode-se fazer um paralelo com que os autores afirmam. Por outro lado, também é possível avaliar a estabilidade como um fator valorizado no contexto contemporâneo, uma vez que, segundo Antunes (2003) e Kovács (2004), atualmente há uma crescente diferenciação e heterogeneidade das situações de trabalho e formas de emprego, as quais trazem consigo, dentre outros fatores, a diminuição de direitos dos trabalhadores.

A idade dos sujeitos variou de 26 a 50 anos, sendo que a faixa etária predominante (10,2%) ficou entre 36 a 40 anos.

Se a idade dos sujeitos ficou entre 26 e 50 anos e a maioria trabalha entre 10 e 20 anos como militar, pode-se pensar que alguns podem estar há um terço de suas vidas trabalhando nessa profissão. Um terço de suas vidas em que são identificados por um "nome de guerra", que seria como um apelido profissional, dando ao sujeito uma identidade organizacional, que o distingue dos outros[7]. Tantos anos sendo chamados por esse "nome de guerra", isto com certeza é um fator que influencia na construção da identidade destes sujeitos. Inicialmente, esse "nome de guerra" foi uma atribuição objetiva imposta externamente, pois o sujeito entra na corporação e alguém lhe atribui este nome. Esse atributo inicial é sua identidade pressuposta (Ciampa, 1997) ou identidade objetivamente atribuída (Martin-Baró, 1985). Conforme o tempo foi passando, o sujeito foi se apropriando desse nome e passou a admitir ser chamado assim, ou seja, essa é a identidade re-posta (Ciampa, 1997) ou identidade subjetivamente apropriada (Martin-Baró, 1985).

Os Bombeiros Militares na região da grande Florianópolis, hoje, em sua maioria, são casados (82,3%) e com filhos (88%), sendo que 41,8% possuem dois filhos. Percebe-se que não há um grande deslocamento dos sujeitos de sua cidade de origem, visto que a grande maioria (62,3%) é natural de Florianópolis. Contudo, nos resultados aparecem cidades de todas as regiões de Santa Catarina, e inclusive algumas de outros estados.

Em relação à escolaridade, 55,1% possuem o Ensino Médio completo, e apenas 8,7% estão estudando. Atualmente, para ingressar no Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina é necessário ter o Ensino Médio completo; assim, a maioria cumpre essa exigência. Todavia, 34,9% dos sujeitos possuem escolaridade inferior ao Ensino Médio completo.

As atividades apontadas como sendo as mais realizadas pelos sujeitos de pesquisa foram a extinção (atendimento) de incêndios, atendimento a situação de calamidade ou emergência pública, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar (ambulância) e serviço de prevenção nas praias (postos salvavidas). Essas atividades[8] são previstas de acordo com a *Constituição do Estado de Santa Catarina* (1997), com a Lei de Organização Básica da PMSC (Santa Catarina, 1983) e com a *Classificação Brasileira de Ocupações* (2002)[9].

As atividades que os sujeitos de pesquisa consideraram como não sendo funções dos Bombeiros Militares também não estão classificadas nas definições legais nem na Classificação Brasileira de Ocupações. Os itens mais assinalados foram: acompanhamento de pessoas públicas ou famosas, manutenção do ambiente

de trabalho (carpintaria, eletricidade, faxinas, etc.), recolhimento de animais em situações de risco e retirada de animais perigosos de lugares públicos e atividades burocráticas (serviço de protocolo, relatórios, etc.).

Características Fundamentais da Vida Pessoal e Social

Dentre as atividades que são realizadas com mais frequência na vida pessoal e social, as duas atividades que tiveram maiores índices envolvem a família. Percebe-se, então, que a família é um fator importante na vida desses sujeitos. É importante lembrar que é na família que ocorre a socialização primária, ou seja, é através dela que o sujeito terá seu primeiro contato com o mundo social, a partir do qual vai estruturar seus valores e conhecimentos.

Os itens com atividades mais voltadas ao âmbito cultural, como cinema, estudar e viajar, tiveram um índice baixo; inclusive o item ir ao teatro não foi assinalado por nenhum sujeito. Pode-se inferir que isso pode estar relacionado à insatisfação apontada em outra pergunta do questionário, referente à remuneração recebida.

A grande maioria dos sujeitos de pesquisa considera que sua família aprova sua escolha profissional e que a população civil tem uma boa imagem de sua profissão. De acordo com categorias estabelecidas para análise, consideram que são percebidos pela população civil como "profissionais que estão sempre prontos a atender", "educados", "profissionais úteis na sociedade" e também como "heróis". Provavelmente consideram que a população os vê assim por também se perceberem dessa forma. Esses dados são bastante importantes, pois é através do reconhecimento e da diferenciação do outro que se pode construir o próprio eu, ou seja, essa imagem contribuiu para a formação da identidade profissional desses sujeitos. Na construção da identidade é necessário que o próprio sujeito se reconheça no papel que exerce, como igualmente perceber que o outro também lhe reconhece nesse papel. Esse outro é o responsável por confirmar o papel que o sujeito exerce em suas relações.

Percepção Sobre a Escolha Profissional

Em relação aos fatores que influenciaram a escolha profissional, destacaram-se os itens relacionados ao conteúdo da profissão: "atender e ajudar as pessoas", "gostar da vida militar" e "sempre quis ser bombeiro (sonho de criança)".

A maioria dos sujeitos afirmou que, se pudesse voltar atrás, faria esta opção profissional novamente. Dessa forma, pode-se concluir que, embora possam existir dificuldades na organização ou durante a execução de sua atividade, os sujeitos se realizam em sua profissão devido à atividade em si, ao conteúdo da profissão. Isso também foi possível de ser percebido durante a aplicação dos questionários, pois vários sujeitos comentavam que se não gostassem tanto da atividade que exerciam não continuariam trabalhando como Bombeiro Militar; demonstravam orgulho e realização com sua atividade profissional, muito embora apresentassem reclamações da organização e das condições de serviço.

Autopercepção Sobre a Profissão

Os sujeitos de pesquisa consideram que possuem uma atividade profissional perigosa e estressante, possuindo um grau de perigo alto. Contudo, quando questionados sobre o que sentem durante a ocorrência, os itens com maiores índices foram: "satisfação", "sentimento do dever cumprido" e "competência". Isso confirma o que já foi dito, ou seja, embora existam dificuldades, realizam-se com sua profissão.

O risco na profissão de Bombeiro Militar é inerente a sua atividade, e é citado no juramento de ingresso e nas leis que definem suas obrigações. Supõe-se que os sujeitos acabam se "habituando" ao risco, pois os sentimentos durante as ocorrências que tiveram índices mais altos no questionário foram de itens positivos.

Embora tenham citado itens positivos sentidos durante as ocorrências, o risco é iminente, muitas vezes sentido objetivamente e, em alguns casos, podem, segundo Itani (1998), representar situações-limite para o sujeito. Caldas Silva (2000) afirma que, em relação às "profissões de risco", o medo e as defesas sobre conflitos existentes se acentuam, todavia no questionário aplicado o item medo apresentou um dos menores índices (10,3%), enquanto o item satisfação apresentou o maior índice (87,1%).

Dificuldades na Atuação Profissional

Através da aplicação dos questionários foi possível constatar que normalmente são realizadas discussões sobre as ocorrências, e que na maioria das vezes elas são realizadas com os próprios companheiros que foram atender o sinistro. Porém, os sujeitos apontaram a necessidade de se realizar alguma atividade frequente para realizar essas discussões. Dessa forma, pressupõe-se que a conversa informal com os colegas de trabalho que ocorre atualmente não é suficiente.

Dentre as sugestões das possíveis atividades que poderiam ser realizadas, foram elaboradas categorias para a apresentação das mesmas, as quais foram relacionadas com: realização de debates com os próprios colegas de guarnição ou com oficiais (42,2%); solicitação de um apoio com profissionais, que na maioria das vezes foi apontado como sendo o psicólogo (18,9%); a realização de treinamentos, cursos, participação dos ofi-

ciais e mais organização dentro da instituição (10,6%); não sugerem uma atividade específica, mas pontuam a necessidade de discutir as ocorrências para que os erros possam ser corrigidos e sua atuação melhorada (7,2%); a falta de materiais para execução das atividades (3,3%); possibilidade de filmar as ocorrências com o intuito de verificar os erros e acertos e poder aprender mais, agilizar o atendimento e aperfeiçoar a atividade profissional (3,3%) e, por último, foram agrupadas as respostas abrangentes e imprecisas (13,9%).

Em relação à sugestão dos sujeitos de pesquisa de ter um apoio profissional para discutir as ocorrências, foi possível inferir que as respostas sugerem que a solicitação de ter um apoio, principalmente psicológico, não se dá somente pela necessidade profissional, mas também para que sua profissão não venha a afetar sua vida num contexto geral, provocando, por exemplo, estresse, problema bastante citado pelos sujeitos.

Um outro aspecto apontado pelos Praças do Corpo de Bombeiros de maneira recorrente foi a questão de cometer erros. Pode-se supor que isso está relacionado à ideia de que eles não podem errar.

Entendimento Sobre Qualidade de Vida

Em relação à qualidade de vida, os itens com maiores índices foram "viver bem com sua família" e "boas condições físicas no ambiente de trabalho". Nisso percebe-se que qualidade de vida deve ser analisada em toda a abrangência da vida do sujeito, e não só enfocando aspectos de âmbito profissional, por exemplo. Sendo assim, a realidade condiz com as teorias que afirmam a necessidade desta interação (Dejours, 1999; Patricio, Casagrande, & Araújo, 1999; Rodrigues, 1999), pois todos são fenômenos interdependentes, já que o sujeito é compreendido enquanto uma totalidade.

Relações Entre a Atividade Profissional e a Qualidade de Vida

Em uma questão do questionário, foram apresentados vários itens relacionados à atividade profissional para verificar se, em um contexto geral, os sujeitos de pesquisa sentem-se satisfeitos com sua profissão. 72,2% dos itens foram considerados satisfatórios para os sujeitos de pesquisa, dentre eles: "imagem do profissional Bombeiro Militar para a sociedade", "relacionamento com colegas de trabalho" e "ter uma especialidade dentro da profissão de Bombeiro Militar". Pode-se relacionar esse resultado à concepção de Ciampa (1997), onde se compreende que a identidade vai se constituindo a partir dos grupos sociais dos quais fazemos parte, mas admite que não basta fazer parte de um grupo, o sujeito precisa se identificar com ele; por exemplo, um sujeito faz parte de um grupo de pescadores, portanto é pescador. Isso é um erro, pois essa ideia considera que há uma identidade de pescador antes da ação de pescar. Por isso, Ciampa afirma que é pelo agir que nos tornamos algo, e por isso a resposta da pergunta "quem sou eu?" simplesmente "capta o aspecto representacional da noção de identidade (enquanto produto), mas deixa de lado seus aspectos constitutivo, de produção, bem como as implicações recíprocas destes dois aspectos." (1997, p. 65). Aspecto representacional, no sentido do atributo externo, identidade pressuposta; é o modo como o sujeito se mostra e como ele é percebido pelo outro. Pode-se perceber, pelas respostas, que os sujeitos de pesquisa se satisfazem com sua atividade profissional, então não se trata simplesmente de uma representação, mas sim realmente de uma identificação com sua profissão.

Foram considerados insatisfatórios 27,8% dos itens, os quais estão relacionados principalmente com "remuneração", "premiações" e com a "possibilidade de crescimento na carreira militar". Pode-se pressupor certa falta de reconhecimento, fator este que afeta a identidade dos sujeitos, visto que o reconhecimento do outro é importante para a construção da identidade. Esse resultado está em conformidade com a pesquisa realizada pela Polícia Militar de Santa Catarina (1997), em que foi identificado que: "um dos agentes estressores mais significantes são as condições psicossociais do trabalho, o qual remete a falta de reconhecimento institucional, a inexistência de feedback dos serviços realizados, na falta de motivação." (p. 83).

Quando questionados sobre se o exercício da profissão modificou ou está modificando sua maneira de ser, 72,9% dos sujeitos de pesquisa responderam que sim. As formas de modificações que os sujeitos de pesquisa apontaram foram agrupadas em categorias e estão relacionadas com: responsabilidade não só durante a atividade profissional, mas também em toda sua vida (13,6%); satisfação em ajudar o próximo (11,3%); sentem-se mais "humanitários" e "compreensivos" com os problemas da sociedade (10,3%); maior valorização da vida (10,3%); ampliação não só do conhecimento técnico profissional, mas também do conhecimento para a vida (8,5%); melhora na comunicação (8,0%); aumento da disciplina (4,2%); insensibilidade devido ao fato de estarem constantemente em contato com muitos acidentes e ter que aprender a lidar com isso (3,8%).

Foi possível constatar que os sujeitos consideram que a insensibilidade, a rigidez e a disciplina extrapolam o ambiente profissional, estando presente também na vida pessoal. Em relação à disciplina e à rigidez, pode-se constatar que essas características, que inicialmente são exigidas pela organização, passam a fazer parte da vida do sujeito como um todo.

Ao apresentar reclamações sobre a organização, os sujeitos pontuaram mais uma vez a necessidade de

acompanhamento psicológico. Exemplo[10]: "A falta de acompanhamento psicológico me trouxe problemas em relação à convivência com os riscos diários".

Ficou evidente nas respostas que esses sujeitos realmente se identificam com sua profissão; eles fazem o que gostam e gostam do que fazem e assim se reconhecem nas atividades que realizam. Exemplo: "Cada serviço que trabalho me sinto melhor por poder ajudar o meu próximo".

Estes profissionais que trabalham constantemente com situações de risco, que todos os dias veem tragédias, mortes, afirmaram que passaram a valorizar mais a vida devido a tudo com o que convivem em sua profissão. Os sujeitos afirmam que convivem com tanta tragédia que valorizam cada detalhe da vida. Exemplo: "Pela forma de ver o amanhã preservando a vida, que para mim é a única coisa que vale a pena, somente estar vivo é fantástico".

Todas essas modificações relatadas pelos sujeitos são vividas e incorporadas por eles. E, para compreender a identidade, é necessário entendê-la como sendo a representação que o sujeito faz de si mesmo, que permite que seja reconhecido pelos outros; é o processo que faz ele se reconhecer como um sujeito no mundo, um sujeito singular.

Quando questionados sobre a existência ou não de uma interferência da atividade profissional na qualidade de vida, o resultado dos dados coletados ficou praticamente no mesmo nível, apresentando uma pequena tendência para considerar que não há interferência (50,6%). Teoricamente, conforme já pontuado, considera-se uma relação direta entre o trabalho e a qualidade de vida geral do sujeito. No entanto, quase a metade dos sujeitos de pesquisa afirmou que não há esta interferência. Entretanto, se observarmos o contexto geral das questões, e principalmente o fato deles considerarem na questão anterior que o exercício da profissão modificou ou está modificando sua forma de ser, é possível observar certa contradição apresentada pelos sujeitos nesta questão. Dessa forma, pela análise global, pode-se supor certa interferência da atividade profissional na qualidade de vida.

Os sujeitos que afirmaram existir interferência (49,4%) descreveram de que forma isso acontece, sendo que estas respostas foram agrupadas em categorias. Os sujeitos consideram que a atividade profissional interfere em sua qualidade de vida porque: o trabalho é a segunda casa (11,3%); há relação entre seu trabalho e sua vida pessoal (9,0%); há satisfação em ajudar o próximo (9,0%); há satisfação em exercer a profissão (9,0%); a remuneração é baixa (6,8%); há desânimo, esgotamento, estresse (6,8%); afetou a saúde física, para alguns proporcionando melhor condicionamento físico e para outros um grande desgaste físico (6,8%) e interfere no aspecto emocional (6,8%).

Também nessa questão o estresse e a insensibilidade foram mencionados como estando presentes também na vida pessoal. Sobre esses itens, pode-se citar a resposta de dois sujeitos: "Estresse é o maior problema entre minha vida e de minha família"; "Como eu já falei eu me tornei muito mais frio devido às ocorrências de acidentes deixa as pessoas frias insensíveis a alguma coisa que se vê fora do trabalho".

Ficou bastante evidente nas respostas a relação entre o trabalho e a vida pessoal. Quando os sujeitos afirmam que o trabalho é como uma segunda casa, eles pontuam que esse fato interfere no convívio familiar, pois muitas vezes trabalham em ocasiões em que toda a família está de folga, como, por exemplo, no feriado de final de ano e finais de semana. Também afirmam que o excesso de trabalho afeta o convívio familiar, a saúde (estresse, esgotamento etc.) e também a própria produtividade durante seu trabalho. Outro fator relevante é que os sujeitos afirmaram que a população civil, mesmo quando eles não estão em horário de trabalho, continua os vendo como militares e, devido a isso, se presume que lhes cobram o mesmo tipo de conduta.

Através da análise das respostas, pode-se supor que a identidade profissional desses sujeitos não se restringe ao ambiente profissional, ela também é exercida em sua vida pessoal, seja pela conduta, regras etc., ou seja, em muitos casos o papel profissional extrapola o ambiente militar. Também se constatou nas respostas que o conteúdo da profissão amplia-se para além do horário de trabalho; os sujeitos demonstram satisfação em ajudar o próximo não só durante sua atuação profissional.

Considerações finais

Com todos os dados colhidos nesta pesquisa, foi possível observar que os sujeitos de pesquisa consideram sua profissão perigosa e estressante, todavia gostam do que fazem, sentem-se realizados e orgulhosos de sua profissão.

Por meio da pesquisa foi possível compreender que, devido aos Bombeiros Militares conviverem cotidianamente com o risco, com situações de acidente e morte, a maioria demonstrou que a atividade profissional interfere em sua qualidade de vida e em seu modo de agir. Essa interferência provoca diversas mudanças no próprio sujeito, como, por exemplo, em seu comportamento, nos relacionamentos interpessoais e na forma de lidar com problemas. É possível exemplificar isso com as seguintes respostas dadas pelos sujeitos: "Criando uma rigidez na conduta mesmo nas relações familiares. Tornando-me insensível diante do 'joelhinho ralado' do meu filho (exemplo)"; "Se tornando mais sensível às coisas simples da vida, até como retornar para casa,

mas se torna muito frio como pessoa pelo fato de pegar muita ocorrência de tragédias".

Comprovou-se que o sujeito deve ser compreendido enquanto totalidade, e que para compreender a identidade profissional é necessário compreender como o sujeito se percebe em seu papel profissional, como considera que é percebido e como esta atividade é relacionada com outros aspectos de sua vida. Percebe-se que essa identidade profissional de Bombeiro Militar ultrapassa os limites organizacionais e invade a vida pessoal do sujeito, demonstrando, assim, a importância de se compreender a identidade profissional não como uma parcela isolada do sujeito, mas sim como uma das facetas desse ser total.

Considerando que esses sujeitos, praticamente todos os dias, presenciam tragédias diversas, pode-se imaginar em que níveis são as interferências da atividade profissional em sua vida pessoal. Pode-se perceber que a realidade pesquisada corresponde com a teoria quando demonstra que o trabalho regula a vida do sujeito, tornando-se o centro das atenções. O trabalho é visto como primordial, pois é por meio dele que o sujeito consegue sustentar a si e a sua família, bem como adquirir bens materiais, estabelecer uma melhor qualidade de vida, ser bem visto e aceito pela sociedade. Exemplos: "Muitas vezes você é visto do lado de fora de outra forma e com outros olhos, o civil não esquece que você é militar"; "Pois se estiver feliz com o meu trabalho, isso repercute em todas as outras atividades"; "É o reflexo do seu serviço, você leva para seu dia a dia, fora do quartel".

Com todos os dados que confirmaram a interferência da atividade profissional na vida pessoal e social e dados sobre a autoimagem, foi possível comprovar, conforme as teorias apontam, que o trabalho é um dos fatores constituintes da identidade de um sujeito. Sendo assim, a atividade profissional se relaciona dialeticamente com as várias características do sujeito, seu modo de agir e lidar com problemas em sua vida.

Outro fator de influência é devido à organização ser pautada pela disciplina e hierarquia, pois o comportamento dos sujeitos deve seguir regras dentro desta organização, ou seja, o comportamento é padronizado. Essa padronização é esperada pela organização, visto que os sujeitos devem seguir os treinamentos ministrados. Contudo, o que se percebe é que há uma "invasão" do treinamento na vida pessoal do sujeito, ou seja, muitas vezes o comportamento se mantém padronizado mesmo fora do ambiente militar. Dessa forma, muitas vezes é possível perceber uma conduta estereotipada, ou seja, mesmo fora do horário de trabalho agem conforme as normas da organização militar; esses sujeitos vivem a profissão não só durante seu horário de trabalho, mas em toda sua vida.

Foi possível perceber que o risco, juntamente com a estrutura organizacional (hierarquia, disciplina, normas), aponta para o surgimento de condições de estresse nos sujeitos. Consequentemente, os mesmos demonstraram que possuem o desejo de discutir sobre os fatos que ocorrem em seu ambiente de trabalho para evitar que a atividade profissional interfira negativamente na vida pessoal e social. Eles consideram que esses debates poderiam ser realizados entre os próprios colegas de trabalho, desde que conduzidos de maneira mais estruturada, formalizada.

Também citaram a possibilidade desses debates ou atividade semelhante serem realizados por um profissional especializado (18,9%), que prioritariamente seria o psicólogo, o qual os ajudaria a lidar com as dificuldades que surgem durante sua atuação e a consequente interferência na vida pessoal e social.

Quando os sujeitos apontaram a necessidade de se realizar alguma atividade para discutir as ocorrências, ficou evidente a preocupação com os possíveis erros durante sua atuação. Por meio da análise das definições legais das atividades que devem ser exercidas pelo Corpo de Bombeiros, em que esse profissional tem um papel social de segurança pública, percebe-se que em várias atividades ele coloca sua vida em risco para salvar a vida e/ou bens de outra pessoa. Pode-se inferir um alto grau de "cobrança" pela excelência de seu trabalho, uma vez que uma falha pode significar a perda de uma vida. Assim sendo, além de trabalhar em situação de risco, também lhe é acrescida uma situação de pressão (no sentido de que não lhe é permitido falhar) em que os próprios profissionais se apropriam desse ideal.

Em relação às reclamações realizadas, ficou evidente que os Bombeiros Militares se queixam de questões organizacionais, aspectos burocráticos e falta de condições de exercer sua profissão, mas em nenhum momento reclamavam do conteúdo desta, ou seja, do seu fazer profissional. Pelo contrário, quando falavam sobre o conteúdo de sua profissão, era visível a satisfação e o orgulho desses profissionais.

Cabe ao pesquisador da área da Psicologia abranger as pesquisas na área das "profissões de risco", visto que nestas a questão do sofrimento psíquico é notória, pois os profissionais estão constantemente em contato com tragédias e situações de risco, em que até, algumas vezes, arriscam a sua própria vida. Assim, pode-se falar de *vidas em risco* duplamente, uma vez que o profissional põe a sua vida em risco para socorrer a vida em risco de outros.

Sugere-se, por fim, que se elaborem formas de intervenções para evitar que esses profissionais sofram psiquicamente no trabalho e que isso ou outros problemas que venham a se apresentar interfiram negativamente na vida pessoal e social deles, pois, como

o sujeito é uma totalidade, isso consequentemente interferirá também na produtividade e na qualidade de seu trabalho dentro da organização.

Lembrando o que Dejours afirma, que "é preciso entender o que se passa no trabalho para entender o que se passa na sociedade" (1999, p.12), esta pesquisa se propôs a entender um pouco sobre esse profissional, tão caro à sociedade, e com isso ampliar o conhecimento da questão da identidade profissional no campo da Psicologia.

Foi gratificante e estimulante realizar esta pesquisa, visto que em Psicologia devemos entender o sujeito sempre em sua totalidade, e parece-nos que o caso estudado nesta pesquisa demonstra-nos de forma exemplar como o trabalho "invade" a nossa vida como um todo.

Notas

1 É importante ressaltar que na ocasião da realização da pesquisa o Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina era vinculado à Polícia Militar. A partir de 2003, com a Emenda Constitucional n. 033 (Santa Catarina, 2003), o Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina passa a ser considerado uma organização independente e, junto da Polícia Militar, a constituir o grupo de Militares Estaduais.

2 Na ocasião da pesquisa, o artigo 107, inciso II, da Lei em vigor definia as seguintes atribuições: "a) realizar os serviços de prevenção de sinistros, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens; b) analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações e contra sinistros em áreas de risco, acompanhar e fiscalizar sua execução e impor sanções administrativas estabelecidas em lei." (Santa Catarina, 1997, p. 102).

3 Isto porque, segundo Jacques, "O nome próprio é uma representação da identidade precocemente adquirida a partir da forma como os outros nos chamam, e, portanto, pelo seu caráter restritivo não dá conta da identidade" (2001, p. 165). Segundo Ciampa, o nome próprio indica a singularidade do sujeito. "nós nos chamamos da forma como os outros nos chamam" (1997, p. 63), ou seja, precisa-se do outro na constituição da identidade.

4 Considerando esse posicionamento, esta pesquisa não investigou a faceta "como os outros me percebem", ou seja, não se investigou a significação de outros sujeitos sobre esse profissional Bombeiro Militar.

5 Esta margem de erro permitiu que nas conclusões os resultados da pesquisa fossem generalizados a toda a população.

6 As pesquisas de Vieira (1997), Campos (1999) e Alegria (1999/2000) contribuíram para a elaboração do questionário.

7 Dá uma identidade no sentido de que fornece uma singularidade, e não que represente toda sua identidade, conforme Martin-Baró (1985), Jacques (2001) e Ciampa (1997).

8 O atendimento pré-hospitalar não está bem definido na Constituição do Estado de Santa Catarina; já na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2002), este item aparece como função dos sargentos e subtenentes do corpo de bombeiros militar.

9 As definições das atividades dos Bombeiros Militares por meio da Classificação Brasileira de Ocupações só foram inseridas na pesquisa após a aplicação dos questionários, visto que a edição anterior da CBO não incluía a descrição de profissões militares.

10 Os exemplos citados mantiveram a resposta original dos sujeitos de pesquisa.

Referências bibliográficas

Alegria, Te. L. (1999/2000). Inquérito sociológico aos militares em regime de voluntariado e de contrato do exército português: um estudo exploratório de âmbito nacional. *Revista de Psicologia Militar* (Lisboa), 12, 42-56.

Antunes, R. (2003). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (6ª reimp.). São Paulo: Boitempo.

Brasil. Presidência da República. Estado Maior das Forças Armadas. (1995). *A profissão militar.* Caderno de divulgação. Brasília, DF: Autor.

Brasil. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988* (18ª ed. atual. e ampl.). São Paulo: Saraiva.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2002). *Classificação Brasileira de Ocupações*. Acesso em 13 de outubro, 2002, em http://www.mtecbo.gov.br

Caldas Silva, Y. (2000). O preparo para o trabalho de risco. *Psicologia Ciência e Profissão*, ano 20, 4, 2-15.

Campos, C. C. de. (1999). *O estresse profissional e suas implicações na qualidade de vida no trabalho dos bombeiros militares de Florianópolis.* Trabalho de Conclusão de Curso não-publicado, Curso de Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis.

Ciampa, A. da C. (1997). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social – o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.

Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. (1999). *Revista 193,* ano 1, 1.

Dejours, C. (1999). *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho.* São Paulo: Fundap/ EAESP/FGV.

Fundação Universidade do Contestado. (1999). *O Corpo de Bombeiros da Polícia do Estado de Santa Catarina e Legislação pertinente*. Apostila do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho, Disciplina de proteção contra incêndios. Florianópolis: Autor.

Itani, A. (1998). *Trabalho e saúde na aviação:* a *experiência entre o invisível e o risco*. São Paulo: Hucitec/ FAPESP.

Jacques, M. da G. (2001). Identidade. In M. N. Strey et al. (Orgs.), *Psicologia social contemporânea: livro – texto* (5ª ed., pp. 159-167). Petrópolis, RJ: Vozes.

Kovács, I. (2004). Emprego flexível em Portugal. *Sociologias*, *6*(12), 32-67.

Martin-Baró, I. (1985). *Accion e ideologia: psicologia social desde centroamerica* (2ª ed.). El Salvador: UCA Editores.

Natividade, M. R. da, & Brasil, V. (2006). A escolha profissional entre os Bombeiros Militares. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, *7*(1), 37-43.

Patricio, Z. M., Casagrande, J., & Araújo, M. F. de. (1999). *Qualidade de vida do trabalhador: uma abordagem qualitativa do ser humano através de novos paradigmas.* Florianópolis: Ed. do Autor/PCA.

Pena, R. P. M. & Moraes, L. F. R. (1998). A valoração do comprometimento organizacional: responsabilidade ou alienação? *Cadernos de Psicologia*, *5*(6), 20-27.

Polícia Militar de Santa Catarina. Diretoria de Saúde e Promoção Social. Hospital Comandante Lara Ribas. Setor de Serviço Social. (1997). *O estresse profissional e o cotidiano dos Bombeiros Militares.* Florianópolis: Autor.

Regis, C. Q., Marinho, J. C. A., Cordeiro, D., Lima, J. de S. & Juvenal, I. (s.d.). *Livro comemorativo do 1º centenário da Força Pública do Estado de Santa Catarina: 1835 – 1935*. Florianópolis: [s.n.].

Rodrigues, M. V. C. (1999). *Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial* (6ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.

Santa Catarina. (1983). *Lei n. 6217, de 10 de fevereiro de 1983*. Dispõe sobre a Organização Básica da PMSC, e dá outras providências. Acesso em 26 de junho, 2004, em http://www.aprasc.org.br/download.php?f=6217_1983_lei.doc&d=b_&id=14

Santa Catarina. (1997). *Constituição do Estado de Santa Catarina* (3ª ed). Florianópolis: Insular.

Santa Catarina. (2003). *Emenda Constitucional nº 033.* Altera os artigos 31, 50, 57, 71, 90, 105, 107 e 108, inclui o Capítulo III-A no Título V, e acrescenta os artigos 51, 52, 53, 54 e 55 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina. Acesso em 20 de outubro, 2008, em http://200.192.66.20/alesc/docs/especial/EC_033_2003.doc

Santa Catarina. (2004). *Lei Complementar nº 259, de 19 de janeiro de 2004*. Estabelece a distribuição e fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e adota outras providências. Acesso em 20 de outubro, 2008, em http://www.aprasc.org.br/download.php?f=259_2004_lei_complementar%20-%20fixa%20o%20efetivo%20do%20BM.doc&d=b_&id=43

Santa Catarina. (2006). *Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006*. Dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Acesso em 20 de outubro, 2008, em http://www.aprasc.org.br/download.php?f=318_2006_lei_complementar.doc&d=b_&id=17

Sawaia, B. B. (2001). Identidade – uma ideologia separatista? In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed., pp. 119-127). Petrópolis, RJ: Vozes.

Silva, T. T. (Org.). (2000). *Identidade e diferença.* Rio de Janeiro: Vozes.

Vieira, E. M. (1997). *Perfil profissiográfico do soldado PM/BM.* Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) / PMSC, Florianópolis, SC.

Michelle Regina da Natividade é Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Universidade do Sul de Santa Catarina no Curso de Graduação em Psicologia. Endereço para correspondência: Universidade do Sul de Santa Catarina, Curso de Psicologia. Av. Pedra Branca, 25 - Cidade Universitária Pedra Branca, Palhoça, SC. CEP: 88132000. Email: michelleregina@gmail.com

Vidas em risco: a identidade profissional dos Bombeiros Militares

Michelle Regina da Natividade

Recebido em: 10/02/2008
Revisão em: 10/11/2008
Aceite final em: 17/04/2009

Psicologia & Sociedade; 21 (3): 421-430, 2009

MARCAS DO GÊNERO NAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DAS MULHERES

Roberta de Alencar-Rodrigues
Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha

Marlene Neves Strey
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Leonor Cantera Espinosa
Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha

RESUMO: O presente texto discute as questões de gênero e aculturação, considerando suas implicações nas migrações internacionais. Pretende-se compreender as transformações ocorridas nas relações de gênero decorrentes do processo migratório e, como consequência, a renegociação que membros de famílias imigrantes fazem no que concerne aos papéis de gênero. Considera-se que a aculturação promove o questionamento das relações de gênero, desestabilizando formas de ser homem e mulher cristalizadas na sociedade de origem. Nesse sentido, sublinha-se o fato de que a interface entre o conceito de aculturação e o de gênero é essencial para discutir as relações de gênero nas migrações internacionais contemporâneas, tornando visíveis as experiências de mulheres anteriormente negligenciadas.

PALAVRAS-CHAVE: relações de gênero; migrações internacionais; aculturação.

GENDER MARK IN INTERNATIONAL MIGRATION OF IMMIGRANT WOMEN

ABSTRACT: The present text discusses gender issues and acculturation, considering their implications in international migrations. We intend to learn the transformations occurred in gender relations after migration and consequently the renegotiating process that family members do regarding gender roles. We consider that acculturation fosters questions toward gender relations, disordering the traditional roles women and men play in their societies of origin. Therefore, we highlight the fact that the interface between acculturation concept and gender is essential to discuss gender relations in international migrations, making women's experience visible where they were previously neglected.

KEYWORDS: gender relations; international migration; acculturation.

A história da humanidade é marcada pelos movimentos migratórios. Como as pesquisas históricas costumavam ser orientadas por valores tradicionais e patriarcais, a imigração foi abordada, quase sempre, como uma questão masculina, ocultando a presença feminina nesse contexto (Weinberg, 1992). A omissão da categoria gênero nos estudos migratórios reflete a história do domínio do sexo masculino sobre o feminino, que insistentemente prescreve a trajetória dos homens como sendo a norma (Vicente, 1999). Em virtude disso, a nossa proposta, neste texto, é realizar uma intersecção entre as questões de gênero e o processo migratório, procurando dar visibilidade às mulheres que, por muito tempo, foram ofuscadas. Para tanto, nos fundamentamos em Louro (1995, p. 106), ao reiterar que o gênero é "um elemento que pode provocar não só novas questões, mas novas respostas para velhas questões, além de colocar como ativos e visíveis sujeitos que usualmente têm estado escondidos nas análises mais tradicionais".

Apesar das mulheres não terem recebido a merecida atenção como sujeitos históricos que se inserem em processos migratórios, elas não se restringiam ao alçar seus voos. Leite (1997) realizou uma pesquisa documental com a literatura de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil durante o século XIX, mostrando uma série de dezesseis autoras desconhecidas. Os documentos que constituíram o material de análise daquela autora são os livros escritos pelas mulheres europeias que ingressaram num universo proibido, ao se afastarem da família e virem para o Brasil publicar suas transgressões nessas viagens. Entretanto, essas viajantes do século XIX precisaram, muitas vezes, assinar o nome do marido para terem seus textos publicados.

Já Donato (1992) expõe que, em 1930, as mulheres marcavam presença significativa entre os/as imigrantes para os Estados Unidos, sendo que em 1979 elas passam a somar mais de um milhão de todos/as os/as imigrantes nesse país. Conforme essa autora, os Es-

tados Unidos consistem no lugar de destino da maioria das mulheres imigrantes provenientes de vários países. Além dos Estados Unidos constituírem foco de atração de imigrantes, também é um país onde os estudos de gênero são mais consolidados, o que propulsiona pesquisas relativas ao cruzamento entre as relações de gênero e o fenômeno migratório (Bilac, 1995). Por isso, muito da literatura a ser apresentada, neste artigo, provém de estudos feitos com mulheres imigrantes na sociedade norte-americana.

Na década de 60, a influência do feminismo acadêmico leva à experiência das mulheres tornarem-se objeto de estudo (Bilac, 1995; Kosminky, 2004; Simon, 1992). Desse modo, as universidades passam a produzir conhecimento que envolve as mulheres em diferentes contextos, dentre eles os fenômenos migratórios (Simon, 1992). Além do movimento feminista, Kosminky (2004), citando Steven Gold, afirma que o aumento do número de mulheres imigrantes foi outro motivo para incorporar a categoria gênero nas pesquisas de migrações internacionais. Isto é, "a maior visibilidade numérica das mulheres contribuiu para questionar sua invisibilidade enquanto sujeito nos movimentos populacionais" (Assis & Kosminsky, 2007, p. 695). Kosminky (2004) sublinha que a produção bibliográfica sobre gênero nas pesquisas migratórias nos Estados Unidos começou na década de 80, e no Brasil, na década de 90, o que nos conduz, neste trabalho, a apresentar investigações que datem principalmente esse período.

A invisibilidade das mulheres nas pesquisas sobre migrações internacionais não reside somente no seu ocultamento nesse fenômeno, mas também no retratá-las como coadjuvantes na posição de membro da família, conferindo um sentido estereotipado às suas experiências. Desse modo, investigações capturadas pelo discurso patriarcal deixam de dar voz às percepções das mulheres imigrantes em relação ao seu mundo, negligenciando o fato da imigração ser vivenciada de forma diferenciada por homens e mulheres (Kosminsky, 2004). Inicialmente, é a Antropologia feminista que busca compreender as repercussões da imigração na vida das mulheres, desvelando os diferentes efeitos produzidos na vida de ambos os sexos, que passam a questionar valores enraizados do que é ser mulher/homem e outros aspectos da cultura que carregam consigo (Brettel & DeBerjeois, 1992).

Se a bagagem cultural que as mulheres imigrantes trazem consigo é colocada em suspeito, uma das razões se deve à sociedade hospedeira, que apresenta novas formas de ser homem e mulher. Nessa perspectiva, cabe aqui introduzirmos o conceito de aculturação, entendido como as mudanças ocorridas nos indivíduos após o contato intercultural (Berry, Poortinga, Segall & Dasen, 2003), para mostrar que as concepções de gênero de mulheres e homens imigrantes são repensadas no processo migratório. Isso ocorre, segundo Dion e Dion (2001), porque as condições associadas à imigração e ao estabelecimento na sociedade hospedeira podem desafiar as expectativas em relação aos papéis de gênero. Com isso, passamos a definir primeiramente o conceito de gênero e, em seguida, nos propomos a realizar uma reflexão sobre as relações de gênero no contexto das migrações internacionais, buscando dar maior visibilidade às experiências das mulheres, que, por muito tempo, não tiveram suas experiências retratadas nos fluxos migratórios.

Relações de gênero

Trata-se de um desafio falar de um conceito tão complexo como o gênero, o qual pode ser definido sob diferentes ângulos. Neste artigo, não temos a pretensão de esboçar as diferentes formas como o termo gênero pode ser retratado, mas apresentar como ele tem sido descrito, de maneira geral, na literatura.

Há consenso entre as teóricas feministas quanto ao seu caráter relacional e ao repúdio ao determinismo biológico (Burin, 2004; Pereira, 2004; Scott, 1995; Strey, 2001). Adotando o gênero como categoria relacional, entendemos que mesmo priorizando, aqui, as experiências das mulheres imigrantes, tomamos como referência a sua relação com os homens. Desse modo, nos propomos a apresentar também os efeitos das migrações internacionais na vida dos homens. Além disso, Louro (1997) nos alerta para não abordarmos a característica relacional como se referindo à constituição de papéis masculinos e femininos, porque o termo papéis é reducionista. Como exemplo, Connel (1995) defende que, adotando o conceito de papel masculino, não nos permitimos ver as complexidades no interior da masculinidade e as múltiplas formas de masculinidade.

Concordamos com esses/as autores/as que essa terminologia é simplista, porém, ao nos remetermos à bibliografia, em língua inglesa, concernente às mulheres no contexto migratório, nos deparamos com o fato de que o conceito de gênero é abordado como "gender role" ou "sex-role", o que significa, em português, papel de gênero e papel sexual. Em função disso, foi necessário flexibilizar nosso entendimento do gênero consoante às ideias de Louro (1997), para podermos nos referir ao modo como o gênero é retratado em pesquisas que cruzam gênero e migração.

Depreende-se, a partir de Louro (1997), que refutar o determinismo biológico não significa não reconhecer que o gênero se constrói sobre os corpos sexuados. Esse conceito implica a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Isso é, "definições de homem e mulher, do masculino

e do feminino são efetivamente construções históricas e não simples reflexo de um fato biológico" (Louro, 1995, p. 118). Nesse caso, devemos ter cuidado com os estereótipos que, segundo Bertolote (1994, p. 116), atuam com a força da lei, em que o "ser feminino tem englobado o ser 'fêmea' (biológico)".

Sendo assim, entendemos o gênero como produto fabricado da cultura, e não como atributo estável e inato (Pyke & Johnson, 2003). Por ser um construto dinâmico que varia entre os grupos étnicos, os conceitos de feminilidade e masculinidade podem assumir diferentes significados ao longo de diversos grupos culturais (Dion & Dion, 2001; Gowan & Trevi, 1998), bem como pode se distinguir dentro de um mesmo grupo étnico. Embora as relações de gênero sofram modificações num mesmo cenário cultural, consideramos que as migrações podem atuar como um motor que impulsiona e desafia mudanças de crenças culturais e atitudes relativas ao gênero.

O objeto de gênero sofreu deslocamentos, pois passou do objeto empírico mulheres para objeto teórico gênero (Pereira, 2004; Strey, 2001). Embora, num primeiro momento, tenham enfocado somente as mulheres, isso foi indispensável para "tornar visível sujeitos até então excluídos da história" (Louro, 1995, p. 126). Investigar as relações de gênero permite incluir sujeitos como homens, gays, lésbicas e transexuais nesse campo de investigação, problematizando aqueles que eram objetos centrais de estudo e percebendo melhor os excluídos.

Scott (1995, p. 86) afirma que o gênero "é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder". A partir dessa afirmação, Louro (1995, p. 106) nos explica que o gênero se configura num primeiro espaço de domínio, no interior do qual o poder é articulado. Com o auxílio dessa autora, podemos entender que "ser do gênero feminino ou do gênero masculino leva a perceber o mundo diferentemente, a estar no mundo de modos diferentes. Em tudo isso, há diferença quanto à distribuição de poder". Nessa perspectiva, a nossa tarefa reside, neste artigo, em conferir brilho às mulheres imigrantes que foram tratadas historicamente como inferiores, reprimidas por estruturas de poder (Butler, 2003). Tendo como alerta que mulheres imigrantes cruzam arenas conflitantes em relação às expectativas de gênero, também estamos interessadas em desvelar as diferentes performances empreendidas por elas, dependendo do contexto cultural em que se inserem (Pyke & Johnson, 2003).

Tendo em vista que o processo migratório gera identidades plurais e identidades contestadas (Woodward, 2001), consideramos que o gênero, como fator constituinte da identidade do sujeito (Louro, 1997), é um aspecto questionado na experiência migratória. Sendo assim, mulheres e homens imigrantes têm suas "identidades abandonadas, segundo as propostas em curso" (Butler, 2003, p.37), pois suas identidades são constantemente construídas através da sua interação com o ambiente sociocultural (Lewin, 2001). Rejeitamos visões simplórias acerca da identidade como algo fixo, essencial e permanente e insistimos com Hall (2000, p.13), quando destaca que a identidade é "formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam". O gênero, bem como a identidade são, portanto, definidos historicamente, e não biologicamente.

As relações de gênero nas migrações internacionais

Pesquisas no âmbito das migrações internacionais através das lentes do gênero nos possibilitam conhecer os desafios que os/as imigrantes enfrentam em suas famílias para renegociar expectativas em relação ao comportamento de gênero de cada membro (Dion & Dion, 2001). A maneira pela qual esse embate cultural é vivido relaciona-se com o processo de adaptação cultural e pessoal.

Estudos de imigração têm enfocado as formas de participação da mulher no mercado de trabalho, a relação entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado, a vida familiar, as alterações nas relações de gênero, as diferenças de status da mulher no país de origem e no país hospedeiro (Bilac, 1995; Dion & Dion, 2001). Posto isso, passamos a apresentar algumas pesquisas, nas quais as questões de gênero são priorizadas, reforçando a importância de aliar essa categoria de análise às pesquisas (Louro, 1995).

O ponto de partida para nossa reflexão acerca das repercussões do fenômeno migratório na vida de homens e mulheres é através do estudo de Kosminsky (2004) com algumas famílias judias que migraram para Nova York e São Paulo na década de 20. Essa autora discute como as relações de gênero podem ser vividas de formas diferentes pelas mulheres judias nas cidades de São Paulo e Nova Iorque. Para tanto, ela investigou as filhas das imigrantes judias, buscando examinar os padrões de atitudes relacionados ao gênero expresso nas entrevistas.

Em Nova Iorque, as imigrantes judias se depararam com uma sociedade que oferecia oportunidades para homens e mulheres. Desse modo, muitos judeus trabalharam na indústria norte-americana na década de 20. Mesmo assim, havia discriminação contra as mulheres, pois elas escutavam piadas e palavrões dos patrões

no ambiente das fábricas. Naquele contexto, o saldo da imigração para as mulheres judias em Nova Iorque foi a possibilidade de conquistar certa independência econômica, poder frequentar teatros, cursos de inglês e participar do movimento feminista.

No entanto, o débito da imigração para as mulheres judias em Nova Iorque foi a perda do suporte da família, uma vez que muitos maridos abandonaram o lar. Kosminsky (2004) levanta como hipótese o fato de que os homens na Europa Oriental mantinham relação de parceria com suas esposas, e, nos Estados Unidos, a cultura ocidental da década de 20 esperava que ele fosse o provedor. Em solo americano, as tensões vividas pelas mulheres imigrantes judias e pelas suas filhas nascidas em Nova Iorque estão relacionadas, por um lado, às experiências de independência advindas do trabalho e da participação política e, por outro lado, à pressão em desempenhar o papel de esposa e dona de casa. Em função disso, a importância da família como valor trazido pelos/as imigrantes foi desestabilizada. Por sua vez, as mulheres imigrantes judias conquistaram, nessa sociedade, autonomia nas relações de gênero no trabalho, em casa e na rua, podendo ter mais flexibilidade na escolha de seus parceiros.

No cenário brasileiro na década de 20, as mulheres imigrantes judias encontraram uma sociedade conservadora que questionava as mulheres que saíam sozinhas nas ruas para trabalhar. Em São Paulo, o emprego feminino não era bem visto, reforçando a postura das famílias judias em rejeitar o trabalho feminino antes do casamento. O valor do casamento, característico da cultura judaica, encontrou ambiente propício para se perpetuar na sociedade brasileira patriarcal.

Diante desse quadro de imigração judaica, podemos depreender que a situação enfrentada pelas mulheres imigrantes e suas filhas ocorreu de forma diferente em Nova Iorque e em São Paulo, considerando os aspectos de trabalho, família e participação política. Entretanto, Kosminsky (2004) descreve como semelhança entre as cidades o fato das mulheres da segunda geração terem tido acesso ao ensino superior, apesar de que em nenhum lugar seguiram cursos que promovessem carreiras de prestígio.

Outras pesquisas envolvendo migrações internacionais apontam que esse deslocamento físico pode gerar sintomas psicossomáticos nos membros familiares, uma vez que a mudança geográfica é acompanhada de transformações culturais. Pesquisas, a partir de experiências clínicas com mulheres latinas nos Estados Unidos, revelam que os/as profissionais da saúde devem ter o cuidado de considerar os fatores inerentes ao processo migratório, como aculturação, conflitos nos papéis de gênero no atendimento de mulheres imigrantes (Espin, 1987; Soto & Shaver, 1982). Segundo esses/as autores/as, não entender essas questões inerentes ao processo migratório pode conduzir a um diagnóstico errado.

Espin (1987) investigou mulheres latinas em processo psicoterapêutico nos Estados Unidos, verificando que o aumento da empregabilidade feminina e a perda do status e da autoridade do homem geraram tensão na família. Nessa pesquisa qualitativa, a autora constatou que as mulheres que migraram sozinhas se depararam com solidão, vergonha e culpa, porém se sentiram mais livres do controle da família para buscar novos padrões de comportamento do que aquelas que migraram acompanhadas da família.

Como ilustração da autoridade masculina abalada no processo migratório, Lim (1997) conduziu seu estudo com casais imigrantes coreanos nos Estados Unidos, em que os homens se queixavam que suas mulheres passaram a desenvolver atitudes assertivas quando começaram a trabalhar, dizendo o que queriam. Além disso, a assertividade contribuiu para que pedissem envolvimento dos esposos nas tarefas domésticas. Entretanto, os maridos dessas mulheres que trabalhavam reportaram que a responsabilidade principal de suas mulheres ainda são as tarefas relacionadas às famílias, percebendo o trabalho de suas esposas como opção.

Estudo semelhante ao de Espin (1987) foi conduzido por Soto e Shaver (1982), a partir do trabalho clínico com mulheres porto-riquenhas também nos Estados Unidos. Esses/as autores/as pontuam que a cultura porto-riquenha é uma mescla da cultura espanhola e catolicismo, prescrevendo a superioridade e autoridade masculinas e a inferioridade e submissão femininas. O atendimento clínico de algumas mulheres porto-riquenhas mostrou que elas colocam em suspeito os valores da cultura porto-riquenha. Esse questionamento pode gerar conflitos, manifestando-se através de sintomas psicossomáticos e de depressão.

Diante desses estudos, não podemos depreender que as mulheres são mais vulneráveis à depressão na condição de imigrante, pois Lewin (2001) pesquisou imigrantes iranianos/as e observou que eles também adoeceram frente às exigências de mudanças culturais. Nesse caso, é possível considerar que a situação migratória convidou essas mulheres a desempenharem novos papéis, e que, para isso acontecer, foi necessário desacomodar velhos hábitos sob clima de tensão, ansiedade e até de depressão.

Desse modo, Soto e Shaver (1982) pesquisaram os aspectos da saúde e do bem-estar das mulheres imigrantes porto-riquenhas, avaliando o modo pelo qual elas expressavam atitudes e experiências em relação aos papéis femininos. Para tanto, aplicaram alguns instrumentos em 278 mulheres, com idade de 18 a 55 anos, recrutadas em comunidades porto-riquenhas na área metropolitana de Nova Iorque. Essa amostra consistiu

de mulheres da primeira geração nascida em Porto Rico e da segunda geração concebida nos Estados Unidos de uma mãe que nasceu em Porto Rico.

Os resultados dessa pesquisa sinalizam que as variáveis geração e educação afetam significativamente o papel sexual tradicional, pois as participantes da segunda geração, com maior nível educacional, mostraram-se menos tradicionais nos papéis sexuais e com menos sintomas. Isto é, a segunda geração de mulheres porto-riquenhas nascidas nos Estados Unidos evidencia mais formação educacional e menos papéis sexuais tradicionais quando comparadas à primeira geração, o que sinaliza que a educação foi um dos fatores de empoderamento dessas mulheres. Nesse sentido, é importante ressaltar, como vimos anteriormente, que a oportunidade de emprego e a presença de relações de gênero igualitárias da sociedade receptora configuram outros fatores que contribuem ao empoderamento feminino de mulheres imigrantes.

Os papéis sexuais tradicionais foram associados à baixa assertividade. Do mesmo modo, as mulheres envolvidas com religião apresentaram-se mais tradicionais nos papéis sexuais e menos assertivas do que aquelas não-religiosas. Esses achados trazem à baila a importância da educação no processo de adaptação, pois viabilizam ferramentas linguísticas e conceituais que capacitam as mulheres a enfrentarem um novo ambiente cultural. Nesse sentido, as escolas e as instituições de ensino devem despertar para o seu papel no processo de aculturação, uma vez que o estudo de Soto e Shaver (1982) evidenciou que a educação é um fator preditivo do decréscimo de tradicionalismo, aumento de assertividade e saúde mental. Se as mulheres mais religiosas demonstraram atitudes mais tradicionais, podemos inferir que a ideologia perpassada nas igrejas prescreve a desigualdade entre homens e mulheres, ensinando que as mulheres devem seguir o modelo de Virgem Maria, sendo boa mãe e boa esposa (Baldwin & DeSouza, 2001).

Já na pesquisa de Kranau, Green e Valencia-Weber (1982), o nível educacional denotou o grau de aculturação, pois as mulheres imigrantes hispânicas mais educadas apresentaram maior probabilidade de se aculturarem na sociedade americana e, portanto, expressarem atitudes mais liberais. Esses/as autores/as aplicaram alguns instrumentos em 60 hispânicas, contatadas através de universidades estaduais de Oklahoma, Estados Unidos, objetivando medir a aculturação e os efeitos das mudanças de comportamento das mulheres. Como achados, verificaram que o status conjugal e a idade estão correlacionados negativamente com aculturação, sugerindo que é mais provável que as mulheres hispânicas mais aculturadas sejam solteiras e jovens.

Valentine e Mosley (2000) compararam grupos da primeira e segunda geração de mexicanos com os americanos, constatando que as mudanças relativas aos papéis sexuais decorrem do aumento do número de oportunidades de emprego e estudo oferecidas aos mexicano-americanos nos Estados Unidos. Gowan e Trevi (1998) estudaram as atitudes de 76 mulheres mexicano-americanas e 62 homens mexicano-americanos em relação aos papéis femininos no mercado de trabalho e no cuidado com as crianças. Os resultados dessa investigação indicam que os homens mexicano-americanos expressaram uma visão mais tradicional relativa ao papel de mulheres e homens na família e na carreira do que as mulheres mexicano-americanas.

Isso pode repercutir no ambiente doméstico, na medida em que o mexicano-americano pode ter crenças de gênero tradicionais, as quais dificultam a inserção da mulher no mercado de trabalho, especialmente se tiver filhos. Além disso, trabalhar fora de casa diminui a dependência da mulher do homem, bem como a quantidade de tempo que ela despende para atender as necessidades dele.

Cabe lembrar que atualmente os homens estão mais envolvidos com questões familiares, porém é mais provável que as mulheres experimentem mais estresse nessa jornada dupla no trabalho e em casa (Dion & Dion, 2001; Gowan & Trevi, 1998). Mesmo que hoje as mulheres estejam investindo mais na carreira, elas carregam mais responsabilidades no que concerne à manutenção do lar e ao cuidado dos filhos, o que desvenda uma das desigualdades mais evidentes em nível cotidiano (Vicente, 1999).

Além dos conflitos gerados no ambiente familiar, Gowan e Trevi (1998) verificaram que as mulheres podem vivenciar certa tensão no trabalho, caso o empregador seja mexicano-americano. Novamente a discriminação contra a mulher se inscreve quando o mexicano-americano, por não considerar a mulher pertencente ao mercado de trabalho, acaba não oferecendo as mesmas oportunidades para homens e mulheres.

Ao nos debruçarmos sobre os dados obtidos na pesquisa de Gowan e Trevi (1998), poderíamos levantar como hipótese que os homens americanos revelariam atitudes mais igualitárias relacionadas ao trabalho feminino. Entretanto, Acuña e Bruner (2001), ao compararem os estereótipos de masculinidade e feminilidade entre estudantes universitários do México e Estados Unidos, verificaram que não existiram diferenças significativas em relação ao grau que homens americanos e mexicanos se atribuem características estereotipadas masculinas. Tal apontamento nos conduz a pensar que os homens americanos também podem manifestar preconceito em relação ao emprego feminino.

Na verdade, a pesquisa de Pyke e Johnson (2003) com a segunda geração de imigrantes coreanas e vietnamitas na Califórinia, Estados Unidos, ilustra que os

homens americanos podem tratar diferente as mulheres trabalhadoras, se elas forem imigrantes. Essas autoras explicam que o homem americano, ao preconceber que as mulheres asiáticas são subservientes, acabam se dirigindo às imigrantes de modo divergente ao tratamento dado às mulheres americanas. As asiáticas entrevistadas por Pyke e Johnson (2003) reportaram que empreendem esforços extras para não confirmar essas suposições acerca da submissão feminina asiática. O fato de essas asiáticas negociarem suas identidades em alguns contextos, mostrando-se mais falantes e sociáveis em oposição aos estereótipos raciais, desvela uma forma de construir o gênero forçado e inventado. Em outras palavras, elas negociam categorias raciais, a fim de usar identidades que as empoderam.

Isso se configura um jogo de identidades, no qual as participantes da pesquisa de Pyke e Johnson (2003) afirmam mudar sua personalidade como "camaleões", dependendo do domínio cultural no qual se inserem. Como exemplo, as autoras descrevem o depoimento de uma das respondentes que afirma se comportar, dentro do grupo de asiáticas, conforme as expectativas da cultura asiática, isso é, mostrando-se reservada e passiva, enquanto se sente mais livre e espontânea diante de membros da cultura americana. De modo geral, a análise das entrevistas realizadas por Pyke e Johnson (2003) sugere que elas não se sentem quem elas realmente são no seu lugar étnico, porém experenciam seu self autêntico na cultura americana. Em virtude disso, não aceitam a feminilidade asiática e glorificam a feminilidade americana.

Essa percepção de que o desenvolvimento do gênero no mundo asiático é opressivo leva a segunda geração de imigrantes asiáticas a rejeitar a cultura étnica, escolhendo o modo americano de fazer o gênero. Abraçando o mundo branco para ganhar poder, essas asiáticas estão reforçando o racismo antiasiático e a superioridade branca (Pyke & Johnson, 2003). Mesmo que a inserção na cultura americana se constitua uma prática libertadora para as mulheres asiáticas, uma vez que experimentaram uma nova possibilidade de ser mulher, percebemos que simplesmente creditar vantagens ao modo americano de fazer o gênero também se configura um aprisionamento para essas mulheres, pois ficam num beco sem saída entre preservar valores asiáticos ou assimilar a cultura americana. Essas duas possibilidades de construírem sua feminilidade parecem restringir outras múltiplas formas de ser mulher, o que, de algum modo, engessa o modo como essas mulheres asiáticas se constituem como sujeitos.

Da mesma forma que Gowan e Trevi (1998) identificaram conflitos nas famílias mexicano-americanas advindos do processo de aculturação, Pyke e Johnson (2003) constataram que as vietnamitas e coreanas experenciam tensão relativa às questões de gênero na dinâmica familiar, pois elas adquirem maior poder decisório e autonomia ao passo que seus maridos perdem o poder econômico e aumentam a dependência delas. Essa perda ou diminuição da autoridade do homem perpassa também as famílias açorianas analisadas por Feldman-Bianco e Huse (1995) nos Estados Unidos. Elas examinaram o modo como duas gerações de mulheres portuguesas constroem e reconstroem as suas memórias da terra natal no contexto de imigração em Massachussetts, Estados Unidos, observando que a imigração significa empoderamento nas relações conjugais decorrente da distribuição igualitária dos afazeres domésticos e da conquista da independência econômica. Nesse cenário, as autoras atestam que as mulheres que migraram mais jovens costumam questionar os valores culturais e reconstruir as relações de gênero, inclinando-se, geralmente, pela identidade americana por considerarem a constituição do gênero feminino nos Açores como estático.

A inserção numa nova cultura pode gerar efeitos na relação conjugal, conforme constatado na tese de doutorado de DeBiaggi (2003). Essa autora pesquisou 50 famílias brasileiras em Boston, Estados Unidos, que apresentaram mudanças nas relações de gênero após a inserção feminina no mercado de trabalho. Assim, o emprego remunerado gerou não somente poder econômico, mas aumento da autoestima e autoconfiança. Por sua vez, os homens imigrantes brasileiros sentiram rebaixamento do seu status, porém passaram a dividir as tarefas domésticas, a participar do cuidado dos filhos, mostrando-se também mais expressivos no relacionamento conjugal.

Este rearranjo familiar também foi verificado por Assis (2007) na sua investigação com brasileiros/as em Boston, Estados Unidos, pois, segundo a pesquisadora, os casais vivenciam outro padrão de relações de gênero quando chegam aos Estados Unidos, já que, na sociedade receptora, as relações são menos hierárquicas e há maior divisão de tarefas domésticas. Nesse estudo, a autora constatou que a redefinição das relações de gênero foi favorecida pela vivência de empoderamento e maior autonomia devido aos ganhos adquiridos através do trabalho. Por outro lado, os homens brasileiros precisam dividir a autoridade, ao mesmo tempo em que são confrontados com as expectativas de relações mais igualitárias.

Tal como DeBiaggi (2003) e Assis (2007), Sousa (2007) também pesquisou o coletivo brasileiro, assinalando os ganhos percebidos pelas mulheres brasileiras decorrentes da emigração para Itália: emprego, maior salário e poder aquisitivo e decisório, amizades novas. Todas essas conquistas psicológicas, sociais e culturais configuram o saldo positivo do processo migratório das

mulheres brasileiras imigrantes na Itália. No entanto, muitas reportaram problema para integração social como sentimento de solidão, medo de perder a guarda dos filhos se voltam para o Brasil, interferência da sogra. A crença nos benefícios concretos (sistema de saúde e educacional) oferecidos pela sociedade italiana é a maneira encontrada para ter forças para superar esses problemas.

As mulheres imigrantes iranianas melhoraram sua posição na família, quando passaram a trabalhar na Suécia. No Irã, elas encontravam-se excluídas de certas áreas do mercado de trabalho e, na Suécia, percebem que seu trabalho é considerado valioso (Lewin, 2001). Os homens imigrantes iranianos apresentam dificuldades em completar a sua educação na Suécia e em obter trabalho apropriado, pois se recusam a aceitar trabalhos abaixo de suas habilidades. Por outro lado, as mulheres iranianas têm aceitado empregos menos qualificados e continuam a sua educação em diferentes níveis. Essa alternância de status respinga nas relações conjugais, conforme dados que apontam o número de divórcios entre iranianos ser maior do que entre suecos e muitos outros grupos de imigrantes na Suécia em 1995 (Lewin, 2001). Nesse caso, podemos verificar que as desigualdades persistem, pois elas não têm a opção de escolher seus trabalhos, porém o simples fato de não dependerem mais economicamente dos seus maridos gera satisfação nelas. É importante salientar que não é somente o emprego que proporciona relações mais igualitárias às mulheres, mas o fato da inserção na cultura sueca favorecer que os direitos dessas mulheres sejam efetivados.

Lewin (2001) assinala que as mulheres iranianas têm sido mais bem-sucedidas em se adaptar na sociedade sueca devido à sua ocupação profissional e aos direitos garantidos pela legislação sueca. Isso gera uma atitude positiva em relação à sociedade, aumentando o seu desejo por integração. Mesmo que, na Suécia, as mulheres não sejam consideradas tão iguais aos homens, o que importa para as mulheres imigrantes iranianas é o fato de terem adquirido mudança de seu status na família e no trabalho. Em contrapartida, os homens imigrantes iranianos não encontram, na Suécia, um trabalho que corresponda à sua educação, o que abala sua autoimagem de figura dominante dentro da família e do círculo social. Com efeito, eles expressam uma atitude negativa em direção à sociedade sueca, não interagindo com a nova sociedade e desenvolvendo sintomas de depressão e suicídio. Nessa situação, Lewin (2001) interpreta que os iranianos encontram-se numa posição de serem considerados o outro na sociedade sueca, enquanto as iranianas ganham a possibilidade de superar a falta de poder pelo menos na estrutura da sua família.

Essa integração bem-sucedida na sociedade sueca verificada por Lewin (2001) também foi assinalada por Cavalcanti (2006) no seu estudo com mulheres brasileiras na Espanha. Segundo esse autor, algumas brasileiras residentes em Barcelona e Madri optam pela atividade empresarial como estratégia de mobilidade social e como forma de escapar aos setores de empregos tradicionais destinados às mulheres imigrantes: limpeza, cuidado de crianças e idosos, serviço de garçonetes em restaurantes ou a prostituição. Portanto, investir no setor empresarial lhes permite obter uma maior autonomia laboral e melhor status social. Além disso, esse protagonismo empreendido por mulheres imigrantes empresárias impulsiona rever a construção social do imigrante como categoria social. Com isso, Cavalcanti quer dizer que essas iniciativas emprendedoras das mulheres imigrantes brasileiras residentes em Barcelona e Madri constituem elementos importantes para problematizar e desconstruir a representação do/a "imigrante" como categoria social baseada em imagens de pobreza e marginalidade. Do mesmo modo, o exercício de atividades comerciais e empreendedoras por essas mulheres imigrantes contribui com a desconstrução da noção de imigrante como força de trabalho que vem à Espanha roubar emprego dos nacionais. Isso é, seus estabelecimentos comerciais favorecem a economia local ao gerar empregos, enfraquecendo a concepção de imigrante como apenas mão-de-obra no país de recepção.

Por outro lado, outras investigações sobre correntes migratórios de brasileiros para os Estados Unidos (Fleischer, 2002; Martes, 1998) evidenciam o mercado de trabalho segregado por gênero devido à tendência de as mulheres imigrantes brasileiras trabalharem com o serviço doméstico, enquanto os homens imigrantes brasileiros se ocupam da construção civil.

A manutenção da identidade étnica em famílias indianas nos Estados Unidos foi tornando-se uma tarefa complexa devido à emergência de novas questões como namoro, casamento, obediência aos desejos dos pais. Diante desse contexto, Dasgupta (1998) se propôs a estudar 46 famílias imigrantes indianas de classe média, objetivando examinar indicadores da transmissão da cultura como atitudes em relação à mulher e ao namoro entre imigrantes indianos/as e seus filhos/as. Nessa pesquisa, a autora averiguou que muitas mulheres da segunda geração se queixam sobre as prescrições rígidas de gênero que lhes são impostas, pois elas são mais monitoradas que seus irmãos. E coube às mães o papel de manutenção da cultura asiática, as quais são pressionadas a transmitir os papéis tradicionais de gênero, quando suas filhas tornam-se adolescentes. Em contrapartida, o grupo de pais e mães que expressou atitudes igualitárias de gênero manifestou altos graus de ansiedade. Dion e Dion (2001) confirmam que, em famílias imigrantes, o monitoramento do comportamento das filhas é maior

do que o dos filhos, quando os valores familiares da sociedade de origem são díspares dos encontrados na sociedade receptora.

Nas famílias imigrantes, os pais esperam que as filhas tenham oportunidades educacionais e de carreira na sociedade receptora, apesar de almejarem que elas se comportem conforme os valores da sociedade de origem (Dion & Dion, 2001). Essa expectativa dos pais de que as filhas mantenham a herança cultural da sociedade de origem, apesar de ser fonte de discórdia, é motivo de orgulho. As filhas de famílias imigrantes, por sua vez, apresentam menos visões tradicionais relativas às questões de gênero do que seus pares. Novamente percebemos que a migração não imuniza as desigualdades, pois embora as mulheres possam ter possibilidade de trabalhar e estudar, elas continuam recebendo tratamento diferenciado.

As mulheres imigrantes parecem ser pressionadas a preservar os valores do seu país de origem, pois Assis (2004) identificou que as mulheres imigrantes brasileiras nos Estados Unidos assumiam o papel de mantenedoras das redes sociais do país de origem, enquanto Dion e Dion (2001) constataram, através de estudo multiétnico com universitários/as, que as mulheres de famílias imigrantes nascidas no Canadá indicaram forte desejo em entender o significado da etnicidade das suas vidas, quando comparadas aos homens. Embora elas reportem maior envolvimento na participação etnocultural do que os homens, ambos/as não diferem no grau em que apresentam sentimento de pertencimento à bagagem etnocultural. Até agora pudemos identificar que os pontos de contato entre os estudos apresentados anteriormente sinalizam que "fazer-se homem ou mulher nem sempre supõe o mesmo em diferentes sociedades ou em diferentes épocas" (Strey, 2001, p. 49). Identificamos que as mulheres imigrantes, descritas ao longo deste artigo através de pesquisas, adquiriram mais espaço no âmbito profissional e doméstico, porém ainda são conquistas tímidas perpassadas por desigualdades, uma vez que podem ser tratadas diferentemente de seus irmãos na família, e não podem escolher o seu trabalho na sociedade acolhedora.

Considerações finais

Sabemos que a temática das relações de gênero nas migrações internacionais não se esgota aqui no desfecho deste artigo, mas conseguimos realizar a nossa proposta em empreender uma reflexão sobre as mudanças nas relações entre homens e mulheres no fenômeno migratório. Assim, destacamos a necessidade de propiciar maior visibilidade às experiências das mulheres, por muito tempo negligenciadas nos estudos sobre migração.

Ao fazer este estudo, partimos de um caminho interdisciplinar através dos estudos de gênero, do conceito de aculturação, enfocando que o contexto de migração incita mudanças de atitudes e valores. Percebemos que mulheres mais aculturadas, após a imigração, modificam sua posição em relação ao homem. Esse trânsito nas pesquisas migratórias nos possibilitou constatar que o gênero não é apenas uma identidade ou papéis aprendidos na infância, mas sim um sistema em constante movimento afetado pelo contexto cultural.

Diante do exposto, podemos afirmar que algumas mulheres imigrantes vislumbraram mais autonomia nas suas ações ao ingressar no mercado de trabalho, conquistar poder econômico e, assim, exigir de seus maridos participação nas atividades domésticas e cuidado dos filhos. No entanto, isso tende a acontecer quando as mulheres se deslocam de uma sociedade mais patriarcal para uma sociedade mais liberal, pois, se elas se inserirem num país onde a cultura também é tradicional, é possível que os valores sejam reforçados. Nessa direção, salientamos a construção das relações de gênero influenciada pelo contexto cultural, sem indícios de determinação biológica.

Entretanto, a emancipação das mulheres imigrantes pode ser permeada por relações de desigualdade com base na diferença, na medida em que cabe a elas transmitir a cultura de origem para sua prole e ainda monitorar o comportamento das filhas. Ainda esse tratamento diferenciado dado a homens e mulheres está presente na crença de que o trabalho feminino é secundário, como meio de ajudar o marido nas despesas domésticas. Enquanto houver mulheres e homens considerando as atividades femininas como segundo plano, elas não se constituirão como sujeitos da sua história e protagonistas de sua vida, mas sim coadjuvantes guiadas pela dominação masculina.

Essa desigualdade baseada na diferença também caracteriza o mercado de trabalho que as mulheres imigrantes encontram na sociedade receptora, pois, geralmente, exercem atividades tradicionalmente femininas, como o serviço doméstico. Apesar de desempenharem trabalhos de baixo status social, consideram que o movimento migratório configura uma estratégia de busca de autonomia e oportunidade para escapar de poucas oportunidades em seus países de origem. Assim, oportunidades de emprego e legislação favorável no que diz respeito às discriminações de gênero da sociedade de acolhida constituem benefícios na hora de emigrar.

Prosseguindo com nossas considerações, reiteramos a inclusão do gênero nas pesquisas migratórias como forma de propor novas formulações às velhas questões. Assim, tomamos conhecimento das peculiaridades das experiências das mulheres imigrantes em uma nova cultura, na qual elas assumem também o foco

principal. Direcionar os holofotes para as mulheres imigrantes é permitir que elas sejam retratadas na sua própria trajetória de deslocamento, e não como mulheres que acompanham os filhos e maridos no fenômeno migratório. Portanto, este artigo ilustra que a inclusão do gênero contribui na análise do fenômeno migratório, reforçando os estudos feministas que desde a metade da década de setenta já questionam a imagem estereotipada de mulheres imigrantes como dependentes passivas.

Os conceitos de aculturação e das relações de gênero demonstram serem saberes complementares indispensáveis ao entendimento das migrações internacionais, na medida em que navegar em mares culturais diferentes implica se aculturar e, assim, descristalizar padrões de gênero rígidos. No entanto, percebemos que a mera assimilação da cultura local pelas mulheres imigrantes não é a melhor saída para o impasse das desigualdades nas relações de gênero, pois, negando a cultura de origem e absorvendo automaticamente a cultura hospedeira, acabam não imprimindo o seu modo de ser na maneira de fazer o gênero.

Esses aportes teóricos precisam ser interligados e, como tal, precisam ser considerados não somente em pesquisas sobre migrações internacionais, como em serviços de assistência que venham a acolher a população imigrante. Como vimos, profissionais embebidos de noções de gênero e aculturação podem estar mais capacitados para intervir junto à comunidade imigrante, sem incorrer no risco de medicalizar e diagnosticar conflitos culturais.

Referências bibliográficas

Acuña, L. & Bruner, C. (2001). Estereótipos de masculinidad y femininidad en México y en Estados Unidos. *Revista Interamericana de Psicologia*, *35*(1), 31-51.

Assis, G. (2004). "De Criciúma para Boston": tecendo redes familiares na migração internacional. In S. DeBiaggi & G. Paiva (Orgs.), *Psicologia, E/Imigração e Cultura* (pp. 111-134). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Assis, G. (2007). Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, *15*(3), 745-772.

Assis, G. & Kosminsky, E. (2007). Gênero e migrações contemporâneas. *Estudos Feministas*, *15*(3), 695-697.

Baldwin, J. & DeSouza, E. (2001). Modelo de María and machismo: The social construction of gender in Brazil. *Revista Interamericana de Psicologia, 35*(1), 9-29.

Berry, J., Poortinga, Y., Segall, M., & Dasen, P. (2003). *Cross-cultural psychology: Research and applications.* New York: Cambridge University Press.

Bertolote, S. (1994). Estereótipos, educação e saúde mental da mulher. *Educação & Realidade*, *19*(2), 115-133.

Bilac, E. (1995). Gênero, família e migrações internacionais. In N. Patarra (Coord), *Emigração e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo* (pp. 65-77). São Paulo: Funap.

Brettell, C. & DeBerjeois, P. (1992). Anthropology and the study of immigrant women. In D. Gabaccia (Ed.), *Seeking common ground: Multidisciplinary studies of immigrant women in the United States* (pp.41-65). Westport, CT: Praeger.

Burin, M. (2004). Prefácio. In M. Strey, S. Cabeda, & D. Prehn (Orgs.), *Gênero e cultura: questões contemporâneas* (pp. 9-12). Porto Alegre: Edipucrs.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cavalcanti, L. (2006, agosto). O protagonismo empresarial imigrante a partir de uma perspectiva de gênero: o caso das brasileiras nas cidades de Madri e Barcelona. In *Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7* (pp. 1-7). Florianópolis: Editora Mulheres.

Connel, R. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade, 20(*2), 185-206.

Dasgupta, S. (1998). Gender roles and cultural continuity in the Asian Indian immigrant community in the U.S. *Sex Roles*, *38*(11/12), 953-974.

DeBiaggi, S. (2003). Famílias brasileiras em um novo contexto cultural. In A. Martes & S. Fleischer (Orgs.), *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais* (pp. 175-197). São Paulo: Paz e Terra.

Dion, K. & Dion, K. (2001). Gender and cultural adaptation in immigrant families. *Journal of Social Issues*, *51*(3), 511-521.

Donato, K. (1992). Understanding U.S. immigration: Why some countries send women and others send men. In D. Gabaccia (Ed.), *Seeking common ground: Multidisciplinary studies of immigrant women in the United States* (pp.159-184). Westport, CT: Praeger.

Espin, O. (1987). Psychological impact of migration on Latinas: Implications for psychotherapeutic practice. *Psychology of Women Quaterly,* 489-503.

Feldman-Bianco, B. & Huse, D. (1995). Entre a saudade da terra e a América: mulheres imigrantes. *Estudos Feministas*, *3*(1), 96-121.

Fleischer, S. (2002). Passando a América a limpo: o trabalho de *housecleaners* brasileiras em Boston, Massachussets. São Paulo: Annablume.

Gowan, M. & Trevi, M. (1998). An examination of gender differences in Mexican-American attitudes toward family and career roles. *Sex Roles, 38*, 1079-1093.

Hall, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade* (4ª ed., T. Tadeu & G. L. Louro, Trad.). Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Kosminsky, E. (2004). Questões de gênero em estudos comparativos de imigração: mulheres judias em São Paulo e em Nova York. *Cadernos Pagu, 23*, 279-328.

Kranau, E., Green, V., & Valencia-Weber, G. (1982). Acculturation and the Hispanic woman: Attitudes toward women, sex-role attribution, sex-role behavior, and demographics. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, *4*(1), 21-40.

Leite, M. L. M. (1997). Mulheres viajantes do século XIX. In M. Schpun (Org.), *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero* (pp. 25-42). Florianópolis: Editora Mulheres.

Lewin, F. A. (2001). Identity crisis and integration: The divergent attitudes of Iranian immigrant men and women towards integration into Swedish society. *International Migration*, *39*(3), 121-135.

Lim, I. (1997). Korean immigrant women´s challenge to gender inequality at home: The interplay of economic resources, gender, and family. *Gender & Society, 11*(1), 31-51.

Louro, G. (1995). Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, *20*(2), 101-132.

Louro, G. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Martes, A. (1998). Brasileños en Massachussetts. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, *13*(39), 257-287.

Pereira, V. L. (2004). Gênero: dilemas de um conceito. In M. Strey, S. Cabeda, & D. Prehn (Orgs.), *Gênero e cultura: questões contemporâneas* (pp. 173-198). Porto Alegre: Edipucrs.

Pyke, K. & Johnson, D. (2003). Asian American women and racialized feminities: "Doing" gender across cultural worlds. *Gender & Society*, *17*(1), 39-53.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, *20*(2), 71-99.

Simon, R. (1992). Sociology and immigrant women. In D. Gabaccia (Ed.), *Seeking common ground: Multidisciplinary studies of immigrant women in the United States* (pp. 23-40). Westport, CT: Praeger.

Soto, E. & Shaver, P. (1982). Sex-role traditionalism, assertiveness, and symptoms of Puerto Rican women living in the United States. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, *4*(1), 1-19.

Souza, I. (2007). A integração de imigrantes brasileiras em Roma: conquistas e dificuldades. *Imaginário*, *13*(14), 399-415.

Strey, M. (2001). Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In P. Grossi & G. Werba (Orgs.), *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber* (pp. 47-69). Porto Alegre: Edipucrs.

Valentine, S. & Mosley, G. (2000). Acculturation and sex-role attitudes among Mexican Americans: A longitudinal analysis. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, *22*(1), 104-113.

Vicente, A. (1999). As mulheres nos mundos de hoje. In H. Holanda & M. Capelato (Orgs.), *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp.

Weinberg, S. (1992). The treatment of women in immigration history: A call for change. In D. Gabaccia (Ed.), *Seeking common ground: Multidisciplinary studies of immigrant women in the United States* (pp. 3-22). Westport, CT: Praeger.

Woodward, K. (2001). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. Sillva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Roberta de Alencar-Rodrigues é Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela PUCRS, através da Bolsa Capes. Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), com apoio do Programa Alban, Programa de Bolsas de Alto-Nível da União Europeia para a América Latina.
Email: Roberta.Alencar@campus.uab.cat

Marlene Neves Strey é Professora Titular do Departamento de Psicologia, na PUCRS, Coordenadora do grupo Relações de Gênero. Pós-Doutorado em Psicologia na Universidade de Barcelona (UB). Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Avenida Ipiranga, 6681 - Prédio 11 - 9º andar, sala 941. Porto Alegre/RS. CEP: 90619-900.
Email: streymn@pucrs.br

Leonor Cantera Espinosa é Professora de Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Diretora do Mestrado Interdisciplinar em Estudo e Intervenção sobre Violência Doméstica. Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Social, Faculdade de Psicologia, Edificio B. Campus de la UAB, 08193 Belaterra (Cerdanyola del Vallès), Barcelona, España.

Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres

Roberta de Alencar-Rodrigues, Marlene Neves Strey e Leonor Cantera Espinosa

Recebido em: 07/07/2008
Revisão em: 29/09/2009
Aceite final em: 03/10/2009

GÊNERO E OS SENTIDOS DO TRABALHO SOCIAL

Jacy Corrêa Curado
Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Brasil

Vera Sonia Mincoff Menegon
Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, Espanha

RESUMO: A partir de pesquisa realizada com profissionais do Programa de Inclusão Social (PIS), do Estado Mato Grosso do Sul, gestão 2003-2006, este artigo discute os sentidos do trabalho social, ressaltando sentidos da relação gênero e trabalho e da naturalização da participação da mulher no trabalho social. A pesquisa pautou-se por aportes da Psicologia Social, em diálogo com teorias de gênero e literatura sobre trabalho social. Apresentamos cinco conjuntos de sentidos do trabalho social, a saber: ajuda; promoção de direitos e transformação social; mercado profissional e gestão social; estratégia político-eleitoral e assistencialista. O quinto conjunto agrega sentidos das relações de gênero e incluem o afeto como instrumento de trabalho, o desapego financeiro e o não-profissionalismo. Apesar de positividades, esses sentidos alimentam a desvalorização, a invisibilidade e a feminização dessa atividade.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho social; gênero; psicologia social; produção de sentidos.

GENDER AND THE MEANINGS OF SOCIAL WORK

ABSTRACT: Based upon a research done with professionals of the Program for Social Inclusion (PIS), of Mato Grosso do Sul, Brazil, during 2003-2006, the article discusses the meanings of social work, highlighting meanings of gender and work relationship and the naturalization of women's participation in the territory of social work. The research was developed under the perspective of Social Psychology, including dialogues with theories of gender and literature on social work. We present five sets of meanings assigned to this activity: social work as an aid, as an element of social change and rights promotion, as a professional category and social management, as a vote-seeking and aid-oriented strategy. The fifth set includes meanings produced within gender relationships such as: kindness as a work tool, lack of financial attachment and lack of professional skills. Although the positive aspects of this net, it also feeds a process of devaluation, invisibility and feminization of the social work.

KEYWORDS: social work; gender; social psychology; production of meanings.

Introdução

A problematização da relação entre gênero e trabalho e seu impacto no sistema de produção e sustentabilidade da vida humana apenas recentemente entrou na agenda de debates. O tempo longo da história mostra a subordinação da esfera da reprodução à produção e o consequente desequilíbrio das relações entre homens e mulheres, tendo em vista a atribuição de valores desiguais, se compararmos a produção e o mercado de bens com a reprodução da vida.

No que se refere à caracterização ocupacional, 50% das mulheres atuam em ocupações consideradas femininas (Yannoulas, 2002) e, apesar do deslocamento entre as fronteiras do masculino e feminino, permanece a hierarquia social que confere superioridade ao primeiro (Hirata & Maruani, 2003). Assim, a integração da mulher ao mercado de trabalho formal continua atravessada por discriminações salariais, com uma média de ganho 40% menor do que a dos homens (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2005).

Em avaliação mais recente, o relatório *O progresso das mulheres no Brasil*, publicado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem, 2006), reconhece a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, mas reconhece que houve pouca alteração em sua composição estrutural nos últimos 30 anos. Um exemplo é a massiva presença de mulheres nos chamados *tradicionais guetos femininos*, como as áreas de Enfermagem, Nutrição, Assistência Social, Psicologia, Magistério e Secretariado. Esses dados são corroborados pela PNAD/2005 no quesito composição da População Ocupada no Brasil (IBGE, 2005).

O fato de um grande contingente de trabalhadoras do sexo feminino atuar na produção da vida contribui para o entendimento de que esse trabalho é uma exten-

são da natureza reprodutiva feminina, concepção essa criticada em estudos feministas (Curado, 2000; Kergoat, 2000). Mais recentemente, entretanto, está sendo incorporada ao conceito de Divisão Sexual do Trabalho a discussão da produção social da vida, entendida como um processo dinâmico de reprodução em várias dimensões: da vida biológica, dos bens de consumo e das relações de produção.

Assim, alinhando-nos aos estudos que se dedicam à problemática acima, com este artigo esperamos fornecer material para uma reflexão crítica sobre os sentidos do trabalho social, com destaque para a relação entre gênero e trabalho. Para tanto, apresentamos uma parte dos resultados obtidos com a pesquisa *Gênero e os sentidos do trabalho social* (Curado, 2007), que consideramos relevante para esse debate.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender os sentidos atribuídos ao trabalho social, na perspectiva de profissionais que atuam nessa área, usando como estudo de caso o Programa de Inclusão Social (PIS), do Governo do Estado, gestão 2003-2006, em que se enfatiza a dimensão gênero, problematizando a noção de *empoderamento,* incluída na agenda de trabalho social.

Conforme detalhamos mais adiante, no item caminhos da pesquisa, o delineamento metodológico pautou-se por princípios qualitativos, tendo como fonte geradora de informação a realização de quatro oficinas, com 37 profissionais integrantes do Programa de Inclusão Social (PIS), do Governo do Estado. Os profissionais que atuam nesse programa possuem formações e escolaridades variadas, não se restringindo à categoria de assistente social.

Desenvolvida na perspectiva da Psicologia Social, a pesquisa foi orientada pela abordagem teórico-metodológica de práticas discursivas e produção de sentidos (Spink, 2004) e pressupostos do construcionismo social em pesquisa (Ibáñez, 1994; Íñiguez, 2004). Articulamos, ainda, o diálogo com algumas teorias de gênero e com a literatura sobre trabalho social. A interlocução com aportes de gênero foi vital, não porque as mulheres constituem a maioria no trabalho social, tampouco por ser um trabalho considerado como *naturalmente feminino,* mas sim pelo seu instrumental de análise das relações sociais, que possibilita problematizar as relações de poder, no caso, as relações desiguais de gênero no trabalho.

Para fins deste texto, primeiro discutimos aspectos de nosso diálogo entre Psicologia Social, gênero e trabalho, que nos guiou no desenvolvimento da pesquisa. Na sequência, fazemos uma síntese dos procedimentos metodológicos e, com base nos resultados de nossa análise, apresentamos os sentidos do trabalho social que foram discutidos pelos(as) participantes da pesquisa.

Diálogo entre Psicologia Social, gênero e trabalho

Nosso diálogo parte de uma Psicologia Social caracterizada por pressupostos do movimento construcionista social, representado por pesquisadores como Ibañez (1994, 2004), Íñiguez (2004), Nogueira (2001), Spink (2004) e Spink e Spink (2005).

O construcionismo social não consiste em mais uma corrente da Psicologia Social, mas em uma perspectiva que busca entender como as pessoas compreendem o mundo e a si mesmas, questionando e problematizando ideias, valores, conceitos e verdades estabelecidas na história da humanidade (Íñiguez, 2004). O movimento construcionista é marcado pela dinâmica de mudanças que ocorrem desde o século passado em vários domínios de saber. Uma dessas mudanças é a importância que a linguagem passou a ter na compreensão dos processos de produção de conhecimentos e de realidades (Ibañez, 2004). Nessa perspectiva, conhecimento é posicionado como um processo coletivo, em que nossas ações e intercâmbios cotidianos constroem nossas concepções de mundo.

Na Psicologia Social, a centralidade na linguagem decorre do deslocamento do foco de interesse, em que se passa a privilegiar as inter-relações sociais. Fazer essa opção, segundo Spink e Medrado (2004), implica considerar a interface entre os aspectos performáticos da linguagem em uso e das condições de produção, enfatizando os contextos dos campos relacionais. Ou seja, dar centralidade à linguagem não significa desprezar outras materialidades que compõem os processos de produção de sentidos. Em suma, os processos de produção de sentidos, para os autores, são compreendidos como construções sociais, coletivas e interativas, por meio dos quais as pessoas, "na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações a sua volta" (Spink & Medrado, 2004, p. 41).

É com essa compreensão de sentidos que buscaremos dialogar com aportes de gênero e a literatura sobre trabalho social, primando pela reflexão crítica sobre os modos como as pessoas explicam e compreendem o mundo e a si mesmas. Alguns autores da Psicologia Social têm reiterado que essa postura crítica pode ser enriquecida pelo diálogo com aportes feministas, tendo em vista suas propostas de abertura e efervescência epistemológica, com vistas a uma ação política transformadora (Íñiguez, 2004; Spink & Spink, 2005).

Os diferentes usos do conceito de gênero

O conceito de gênero adquire *status* acadêmico no Brasil a partir de 1990. Todavia, os usos desse conceito se diferenciam conforme a concepção teórico-metodo-

lógica e política adotada. Em algumas abordagens, o uso do conceito de gênero alinha-se aos pressupostos do construcionismo social, particularmente no que diz respeito à importância das trocas simbólicas, da linguagem em uso e da formulação de poder (Nogueira, 2001b). Para Scott (1991), é nas teorias feministas pós-estruturalistas que a linguagem ganha destaque, pois passa a ser chave para a compreensão da construção identitária de gênero.

Contribuindo para esse debate, Nogueira (2001a) argumenta que as abordagens psicológicas sobre gênero são referendadas por paradigmas da Psicologia, que dependem do desenvolvimento histórico, político e social, que embasam a compreensão sobre gênero. Para a autora, a abordagem essencialista influenciou fortemente o conceito de gênero na Psicologia na primeira metade do século XX, postulando que as diferenças entre sexos são inatas, estáveis, bipolares e de caráter determinista. No outro polo, a autora posiciona a socialização, que dominou a Psicologia Social durante as décadas de 1960 e 1970, que concebe gênero não como algo inato, mas como resultado de forças sociais e culturais: masculinidade e feminilidade são aprendidas socialmente pelo desenvolvimento cognitivo e emocional.

Uma terceira perspectiva, segundo Nogueira (2001a), emerge como alternativa ao dualismo *essencialista* ou *socializante*, que avança ao questionar e recusar discursos universais sobre as mulheres. Com essa compreensão, a abordagem construcionista postula que não são *identidades individuais* que são construídas, mas formas de dar sentidos às relações sociais. Esses processos são constituídos por meio da linguagem em uso nas inter-relações cotidianas. Para a autora, essa linguagem em uso é fundamental para o estudo das relações de gênero, pois seus sentidos estão intrinsecamente relacionados aos repertórios linguísticos de cada grupo social, e não somente às condições materiais. Isso não significa subtrair as materialidades e socialidades que compõem os processos de produção de sentidos.

Em suma, o conceito construcionista de gênero ajuda a reconciliar resultados empíricos de que mulheres e homens são mais similares que diferentes, na maioria dos traços e das competências. Todavia, como veremos nos dois próximos tópicos, as matrizes da trajetória do trabalho social são fortemente marcadas por relações desiguais de gênero.

As matrizes do trabalho social

Em que pese sua herança milenar, a noção de trabalho social e questão social são fenômenos recentes na humanidade. As ideias, diz Hacking (2000), não surgem no vazio, mas se constituem em matrizes compostas por materialidades e socialidades variadas (práticas discursivas, teorias, sistemas de governo, arquitetura, etc.), que se interconectam em determinados campos relacionais. É com essa compreensão que buscamos entender as matrizes do trabalho social.

Para Castel (1999), o fato de existir pobreza e exclusão social nem sempre incomodou a sociedade, por exemplo, antes do ano mil, os andarilhos e as pessoas pobres e excluídas constituíam cenários que integravam distintos modos de sociabilidade, mas não significavam desestabilização e risco à manutenção da ordem social.

Nesse particular, o cristianismo exerceu forte impacto na estruturação da questão social na sociedade ocidental: a caridade é constitutiva das chamadas virtudes cristãs e a pobreza é reconhecida como meio para obter o reino de Deus. Na pastoral cristã, a imagem da pobreza era expressa por pessoa magra, cega, chagada, coxa e pedindo esmola. Os espaços das práticas assistenciais eram os conventos, hospitais, confrarias e paróquias que deveriam cuidar dos pobres como um pai de família de seus filhos. Em suma, a Igreja desempenhou papel central na gestão da assistência social até meados do século XV (Castel, 1999).

A influência do Estado na constituição da *questão social* começa no século XVII e se consolida no XIX, com a Revolução Industrial e o regime capitalista. A passagem da caridade cristã aos pobres e mendigos para a assistência ao trabalhador assalariado, realizada pelo estado laico, deve ser entendida como uma continuidade de colaborações e encaminhamentos entre pluralidades eclesiásticas e laicas. Ou seja, não houve rupturas, apesar das tensões entre orientação cristã, inspirada na caridade, e a economia laica na assistência, comandada por exigências administrativas (Castel,1999).

Assim, em termos oficiais, o trabalho social se configura na sociedade industrial assalariada, com a articulação entre serviço público e setor privado, já contando com a atuação feminina. Verdès-Leroux (1986) apresenta dois campos de intervenção do trabalho social: um é exercido pelas superintendentes das fábricas, constituindo o serviço social de empresas, para velar pelo bem-estar físico e moral de seus operários; o outro é caracterizado pelas visitadoras sociais, que promoviam uma rede de proteção sanitária e social visando à reintegração e readaptação de "seres antissociais".

Atualmente, as práticas do trabalhador social estão agrupadas em três categorias: trabalho voluntário, militante e profissional, cujos sentidos se associam ao vínculo empregatício, ao comportamento social e ao compartilhamento ideológico.

O trabalho voluntário fundamenta-se na solidariedade, participação, cooperação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e convergência (Pereira, 2002). Oficializado pela Lei do Voluntariado, n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, esse trabalho caracteriza-se

como atividade não remunerada, prestada por pessoa física às entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos e com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social. Apesar da recente regulamentação, o primeiro registro desse tipo de trabalho no Brasil data de 1543 (Casa de Misericórdia de Santos), sendo caracterizado por práticas de caridade e de benemerência religiosa. Para Landin (1993), o voluntariado e a militância política são definidos por seu desapego e gratuidade, que remontam às práticas de caridade e, mais recentemente, às organizações sociais do terceiro setor e políticas públicas.

Dentre os valores que fundamentam a prática militante, destacamos a convicção e a paixão por uma causa, com capacidade de doar a vida, se necessário. Segundo Goldenberg (2004), para uma mulher ser considerada uma boa militante é indispensável que tenha *coragem, espírito de sacrifício, dedicação e abnegação*.

Por fim, o trabalho social profissional nos remete aos sentidos da palavra profissão: "atividade ou ocupação especializada, e que supõe determinado preparo" (Ferreira, 1999, p. 1.644). Profissional é a pessoa que exerce uma atividade por profissão ou ofício, opondo-se ao trabalho não-profissional, voluntário e militante.

Landin (1993) problematiza o profissional da área social, identificando-o como um ser anfíbio, como uma dupla presença, de duplo trânsito, sempre em jogo nessas trajetórias de equacionar o problema de ter que ganhar a vida e levar adiante um projeto de vida. Todavia, assim como o militante e o voluntário, o *ethos* desse profissional agrega valores como seriedade, trabalho, dedicação e esforço. No Brasil, com a redemocratização e eleição de governos populares, muitos desses novos profissionais sociais encontram-se na gestão de políticas públicas voltadas à inclusão social, como é o caso dos participantes da pesquisa "Gênero e os sentidos do trabalho social", que discutimos neste artigo.

No próximo item, articulamos algumas interrelações entre gênero e sentidos do trabalho social, que mostram o entrelaçamento das diferentes dimensões de atuação: militante, voluntário e profissional.

Gênero e Trabalho Social

Na introdução, afirmamos que a problematização entre gênero e trabalho é recente na pauta de debates sobre Produção e Sustentabilidade da Vida Humana e Economia Solidária (Carrasco, 2003; Guerin, 2005; Kergoat, 2000). A subordinação da esfera da reprodução à produção ocorre há séculos, e ao atribuir valor desigual à produção e ao mercado de bens e à reprodução da vida, desequilibra as relações entre homens e mulheres,

Pelo fato do trabalho social ser, majoritariamente, desenvolvido por trabalhadoras do sexo feminino, reafirma-se o sentido de que essa atividade seja extensão de sua natureza reprodutiva (Curado, 2000). Essa compreensão é reiteradamente criticada e contestada pelas teorias feministas, que problematizam o conceito de Divisão Sexual do Trabalho (Kergoat, 2000), por entenderem que as práticas sexuadas são construções sociais, sendo essa divisão resultado das relações sociais e não de essência biológica.

Como resultado de estudos de gênero, recentemente incorporou-se ao conceito da Divisão Sexual do Trabalho a noção de produção social da vida, que é entendida como um processo dinâmico, com implicações em diferentes dimensões. A crítica está na dicotomia entre produção e reprodução das teorias econômicas clássicas.

Entretanto, mesmo com as transformações da posição da mulher na família, da sua crescente inserção no mercado de trabalho, além do alto índice de desemprego entre a população masculina, ainda vigora a *ideologia da domesticidade*, que cria e recria a força de trabalho feminino como algo sem valor financeiro e de baixo *status* social (Curado, 1991). Segundo Carrasco (2003), a mulher continua assumindo as funções de cuidado das crianças, das pessoas idosas, dos doentes e também dos homens, que permanecem como provedores da família, cidadãos e trabalhadores assalariados.

Nesse particular, Araújo e Scalon (2005, p. 22) apontam as limitações das políticas sociais no que se refere à falta de redes de apoio social no cuidado de crianças, enfermos e idosos, e seu impacto nas mulheres. Criticam também os sentidos atribuídos ao cuidar, argumentando que a definição de cuidado como "provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas", reforça a *feminização* dessa atividade, posicionando-a como valor moral das mulheres.

Considerando esse contexto, entendemos que o campo das políticas públicas é um *lócus* privilegiado para se trabalhar a transversalidade de gênero. Um exemplo é o *Plano Nacional de Políticas para Mulheres* (Brasil, 2005), cuja proposta desencadeou um processo amplo e complexo de parcerias, atuações intersetoriais e participação social, para maximizar os recursos disponíveis e garantir sua aplicação em políticas mais efetivas para as mulheres (Bandeira, 2005). A transversalidade em gênero como *gender mainstreaming* é aceita pelos governos signatários da 4ª Conferência Mundial de Mulheres em Beijing, realizada em 1995.

Em suma, essas considerações teóricas e conceituais sintetizam o diálogo que realizamos a partir de uma Psicologia Social, pautada por pressupostos do construcionismo social, trazendo posicionamentos sobre relações de gênero que enriquecem essa perspectiva, e articulando-os com a trajetória do que hoje compreendemos como trabalho social. Foi com base nesse diálogo que delineamos os procedimentos observados na coleta

e na análise do material discursivo, produzido por 37 profissionais integrantes do Programa de Inclusão Social (PIS), que detalhamos no próximo item.

Sintetizando os caminhos da pesquisa

Por que é importante enfocar os sentidos atribuídos ao trabalho social? Spink (2004) nos diz que conhecer é dar sentido ao mundo; nessa mesma direção, Davies e Harré (1990, p. 3) complementam que "conhecer alguma coisa é conhecer em termos de um ou mais discursos". Dar sentido não é algo intraindividual, mas sim uma construção social, um empreendimento coletivo e interativo, cuja constituição e reconstituição ocorrem nas inter-relações cotidianas, reunindo materialidades e socialidades de tempos e espaços distintos.

E, como veremos na síntese analítica sobre os sentidos do trabalho social, nós herdamos sentidos associados ao trabalho social ao longo de sua trajetória histórica, dentre eles a subordinação da esfera da reprodução à produção e seu impacto nas relações de gênero. Mas, veremos também que esse processo interativo traz a possibilidade de ruptura com sentidos cristalizados, assim como a produção de outras maneiras de compreender o mundo do trabalho social e as relações aí implicadas.

Para compreender os sentidos atribuídos ao trabalho social, na perspectiva de profissionais que atuam na área, utilizamos como estudo de caso o Programa de Inclusão Social (PIS). Criado em 2003 pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o PIS insere-se nas Políticas de Transferência de Renda, visando atender famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da concessão de benefícios e mediação no desenvolvimento de capacidades humanas e sociais (Pochmann, Blanes, &Amorim, 2006). O PIS é uma versão Estadual do Programa Bolsa-Família, que é considerado pela ONU como o mais bem sucedido programa de enfrentamento à pobreza do mundo: até novembro de 2006 havia atendido onze milhões e meio de famílias no Brasil (Banco Mundial, 2006).

A equipe do PIS é formada por profissionais de formações variadas, não se limitando à área de Serviço Social e, no período da pesquisa (gestão 2003-06), totalizava 512 gestores públicos (73,2% mulheres e 26,8% homens), o que demonstra a prevalência do sexo feminino entre os gestores do Programa. Nessa gestão a equipe atendia 69.840 famílias, cujos titulares do benefício eram 75% (52.520) mulheres e 25% (17.320) homens.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa e a opção de utilizar oficinas como instrumento de coleta de material discursivo, convidamos para participar da pesquisa os profissionais mais diretamente envolvidos com o trabalho social, que atuam em Campo Grande, município sede do Programa. Primeiramente, realizamos reuniões com a equipe de coordenação do programa e gerentes regionais para apresentar o objetivo da pesquisa e convidá-los a participar das Oficinas. Posteriormente, em reunião geral do Programa, convidamos os agentes comunitários de acompanhamento familiar (N=87) ─ nesse caso, os interessados preencheram a ficha de inscrição, observando o número de três vagas por regional, totalizando 21 vagas.

Participaram da pesquisa 37 trabalhadores sociais, 32 (86,5%) do sexo feminino e 5 (13,5%) do masculino, apresentando a seguinte configuração: 21(24,1%) agentes de acompanhamento familiar, que realizam visitas domiciliares e reuniões socioeducativas; 7 (100%) gerentes regionais, pois o município está dividido em sete regionais para fins de políticas públicas; 9 profissionais da equipe de coordenação e capacitação (coordenação geral, administrativa, financeira, de gestão, de capacitação). Essas pessoas aceitaram o convite, de forma voluntária, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Realizamos quatro oficinas com a temática *Sentidos do Trabalho Social*, duas com agentes de acompanhamento familiar, uma com os gerentes e uma com a equipe de coordenadores e capacitadores do Programa. No planejamento das oficinas, adaptamos a metodologia de oficina desenvolvida para fins de pesquisa (Spink, 2004), cuja proposta já fornece o roteiro de análise discursiva do material obtido. Nesse enquadre teórico-metodológico, as oficinas são posicionadas como espaços de trocas simbólicas com potencial crítico de ressignificação do cotidiano.

Na realização das oficinas, após a apresentação e registro de informações sobre os participantes, desenvolvemos três atividades, que incluíam relatos escritos e discussões que foram gravadas, com a devida autorização. A primeira consistiu na associação de repertórios com a palavra *social*, cuja sistematização resultou em um glossário de 150 palavras, que foram agregadas em dez subgrupos (ajuda, autoajuda, direitos sociais, transformação social, mercado profissional, assistencialista, político eleitoral, não profissional, desapego ao dinheiro, risco à saúde).

Na segunda atividade, trabalhamos com relatos escritos, discutindo vivências do trabalho social e sua classificação, pelos participantes, em militante, voluntário e profissional. O resultado dessa classificação foram 73 situações reconhecidas como trabalho profissional, 16 como voluntário e 10 como militante. Após essas atividades, os grupos discutiram os sentidos do trabalho social e estratégias de *empoderamento*, que apresentamos a seguir.

Os sentidos do trabalho social

Tomando como base as duas primeiras atividades, a discussão sobre os sentidos do trabalho social foi desencadeada a partir das seguintes proposições: 1) diante das situações discutidas, alguém gostaria de falar sobre os sentidos que atribui ao trabalho social?; 2) quais são os sentidos que vocês acham que as outras pessoas/sociedade atribuem ao trabalho social?; 3) alguém gostaria de compartilhar as estratégias que utiliza para enfrentar as dificuldades decorrentes do trabalho social?

A síntese analítica dessa última atividade da oficina resultou no agrupamento de cinco conjuntos de sentidos, atribuídos ao trabalho social pelos participantes das oficinas. Os três primeiros referem-se aos sentidos dados pelos participantes da pesquisa, a saber: 1) trabalho social como ajuda; 2) trabalho social como promotor de direitos e transformação social; 3) trabalho social como mercado profissional e gestão social. Já o quarto conjunto de sentidos, trabalho social como estratégia político-eleitoral e assistencialista, segundo os participantes, são atribuições advindas de diferentes vozes da sociedade. Finalmente, o quinto conjunto agrega sentidos engendrados nas relações de gênero, que se mostraram transversais ao trabalho social: afeto como instrumento de trabalho; desapego financeiro e o não-profissionalismo no trabalho social.

O trabalho social como ajuda

A noção de ajuda remete às matrizes das práticas socioassistenciais, caracterizadas por discursos e práticas de *ajuda ao próximo* de origem religiosa (Castel, 1999). Segundo a literatura, nessa tradição, ajuda normalmente é endereçada às pessoas categorizadas como andarilhos, suplicantes, indigentes, paralíticos, humildes, pobres, vagabundos, carentes, cegos, mutilados, mendigos, retardados.

Em nossa pesquisa, na análise das associações com a palavra social, dos 150 repertórios associados ao termo social, 40 (26,6%) remetem ao sentido de *trabalho social como ajuda.* Esse sentido foi reforçado tanto nas dezesseis situações de trabalho social, que foram categorizadas como trabalho voluntário, como na discussão dos sentidos do trabalho social, como exemplifica a fala abaixo.

> *Sabendo a necessidade que uma família estava passando, resolvi junto com minha esposa levar sacolão para suprir as necessidades do momento, com isso esta família agradece até hoje por este gesto de caridade.* (Oficina 3)

No que se refere às pessoas que precisam de ajuda, a população mais referida são pessoas doentes, sejam questões físicas (câncer, pneumonia, AIDS, paralisia), sejam psicológicas (depressão, distúrbios mentais). Outro aspecto recorrente é a expressão pessoa carente, que está associada às práticas de caridade. No caso da família, na maioria das vezes, ajuda é associada a pessoas doentes ou a portadores de alguma necessidade especial.

> [uma ajuda] *quando visitei uma senhora de 85 anos que tem 2 filhos especiais com mais ou menos 60 anos que não andam e não falam. Até hoje ela cuida deles como se fossem crianças* (Oficina 01).

Como apontam Araújo e Scalon (2005), essa fala mostra a falta de rede pública de apoio social e também a necessidade de redimensionar a noção de cuidado, que está associado ao sentido de ajuda ao próximo. Além disso, a associação entre o feminino e o cuidado de pessoas da família fortalece a ideologia da domesticidade, criando e recriando a lógica de um trabalho invisível (Carrasco, 2003).

Da prática do trabalho como ajuda social, destacamos a importância dada aos atributos físicos e corporais como instrumento de trabalho: dar o ombro, chorar junto, abraçar, que indica a necessidade de contato e proximidade, aspectos esses que estão na origem do trabalho social, segundo Castel (1999). Na discussão dos participantes da pesquisa esse aspecto fica evidente, pois relatam que para ajudar "é preciso se envolver emocionalmente", "tem que gostar", demonstrando que as necessidades sociais não são apenas materiais, mas também psicológicas, emocionais e espirituais. Essa prática é voluntária, estando para além do prescrito à função do trabalho social, sendo caracterizada como algo emergencial, que pode trazer auxílio, amparo, socorro, e não processual e permanente, aspectos esses mais associados ao próximo conjunto de sentidos.

Trabalho social como promotor de direitos e transformação social

Neste conjunto de sentidos do trabalho social, identificamos como matriz de sentidos a *era dos direitos*, com a mediação do Estado, tendo como discurso nuclear a prioridade dos direitos do cidadão (Bobbio, 1992). Destacam-se aqui os direitos sociais, classificados pelo autor como direitos de segunda geração: "proteção ao trabalho contra o desemprego, os primeiros rudimentos de instrução contra o analfabetismo, depois a assistência para invalidez e a velhice". Um exemplo disso, é a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), pois a noção de Estado de Direito é central, consistindo no mais recente ordenamento público das políticas sociais brasileiras.

Em nossa análise, dos 150 repertórios associados ao termo social, 67 (44,6%) referem-se aos sentidos de direito e transformação social, consistindo no maior número de associações, com destaque para repertórios como cidadania, justiça, desigualdade e compromisso,

que remetem aos sentidos formatados na matriz do regime de Estado de Direito. Dentre os tipos de direitos, os sociais são os mais enfatizados nas situações discutidas nas oficinas e, dentre estes, a educação é considerada questão chave, seguida por saúde e trabalho.

Assim, a conscientização, o enxergar, o ampliar a visão são relatadas como prioritárias para as estratégias de ação, como explicitam as falas abaixo.

> *nós vamos morrer e as sementes do Che Guevara vão germinar ainda aqui ... é infinito, nós não vamos ver, mas é uma coisa que vai ficar.* (Oficina 4).

Outra experiência relevante é acreditar que o ser humano é capaz de ser sujeito de sua história; mesmo em situação de pobreza; agradecer não pelo programa; mas em saber que tem direitos e olhar em seus olhos com lágrimas, dizer hoje eu aprendi ler e escrever meu nome através do BB educar, obrigada pela atenção. (Oficina 4)

Os repertórios com sentidos de transformação social, que têm como núcleo a noção de conscientização, estão associados às estratégias de ação que envolvem luta, despertar e participação, remetendo aos discursos de educação popular com base freiriana e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (Pereira, 2002). Na Psicologia esses repertórios são centrais nas propostas de pesquisas-ação, pesquisa participante. O pressuposto é que o agente de conscientização tem que ter sido ou estar sendo conscientizado, para levar consciência ao outro, como relatam os participantes das Oficinas em seu processo de formação:

> *fui ao Fórum Social Mundial: grupos de trabalho, discussões, quantidade de pessoas, realidades relatadas.* (Oficina 1)

> *muitas vezes as famílias não sabem os direitos que têm em relação à associação de bairro ao posto de saúde essas coisas... você leva isso, você está passando o que aprendeu para frente.* (Oficina 4)

Ao compararmos as estratégias que caracterizam os sentidos e as propostas associadas à matriz do Estado de Direito com as discutidas no trabalho social como ajuda, observamos que o cidadão é o principal sujeito da ação social, não mais o mendigo e o carente, personagens centrais no sentido da ajuda; observamos ainda a primazia dos fenômenos ideológicos e da consciência sobre as ações vinculadas ao corpo, como o abraçar, dar o ombro e chorar junto. Assim, para promover a conscientização, privilegiam reuniões, discussão e os encontros, como afirma esta participante:

> *As reuniões socioeducativas foram um avanço, tanto para o programa que ganhou uma credibilidade, assim como para os agentes que gostam e acreditam na emancipação da família.* (Oficina 1)

Trabalho social como mercado profissional e gestão social

Nomeamos de mercado profissional e gestão social a recente abordagem do trabalho social como prática profissional, que se pauta pela racionalidade do mercado, agregando termos e concepções de gerência administrativa e gestão de produção (Ávila, 2001). Segundo o autor, a gestão social vincula-se à gestão das ações sociais públicas. Todavia, esse sentido de mercado e gestão social é mais presente no Terceiro Setor da economia (e não no Estado), sendo representado por organizações da sociedade civil e de fundações empresariais sem fins lucrativos. Em suma, a noção de mercado e gestão social pauta-se pela racionalidade do mercado, com seus repertórios e sentidos (Ávila, 2001).

Na pesquisa, dos 150 repertórios associados ao social, 32 (21%) estão associados aos sentidos típicos do mercado profissional e gestão social, particularmente do Terceiro Setor. Assim, os repertórios que reunimos nesse conjunto de sentidos são: benefícios, potencial, protagonismo, seriedade, qualidade de vida, sustentabilidade, capacidade, desenvolvimento, parceria, formação, pertencimento, conhecimento da realidade, e outros correlatos.

> *Então, a minha opção da área social dentro da Psicologia é para me colocar à disposição de um maior número de pessoas, de colocar os conhecimentos científicos, a minha capacidade profissional à serviço do cidadão.* (Oficina 04)

Nesse conjunto de práticas discursivas, muda também a forma de nomear a pessoa da ação social: ele é o beneficiário e o usuário, e a população prioritária é a de baixa renda.

> *Há uma maior autossuficiência dos beneficiários após mudança do beneficio para o cartão.* (Oficina 01).

> *No que se refere aos Programas do Governo do Estado de MS, algo que me chamou a atenção é a pessoa mudar de atitude; isto é após ser incluída num cadastro é através do acompanhamento, realmente ser identificado que a pessoa, isto é o usuário, mudou de vida; significa adquirir consciência crítica, autoestima.* (Oficina 4)

Em suma, são esses os sentidos que também compõem os atuais manuais de gestão social, sendo compreendidos como ingredientes necessários para obter resultados e sucesso na execução de uma política de programa social.

Trabalho social como estratégia político-eleitoral e assistencialista

O assistencialismo, diferente da assistência social, caracteriza-se como prática de dominação, expresso na

relação de favor aos desfavorecidos, que devem retribuir com gratidão, submissão e dependência, principalmente em períodos eleitorais (Faleiros, 1997).

O assistencialismo foi discutido pelos participantes da pesquisa, não como expressão de sua prática profissional, mas como um sentido que circula por diferentes esferas sociais, conforme exemplo abaixo:

> *Se você pegar, a maioria vai achar que é assistencialismo, é coisa para dar voto ... a grande maioria, como eu também no passado já pensei assim, não tenho vergonha de falar ... agora, a mídia e a grande imprensa e a grande sociedade, vê como assistencialismo: [eles falam] eu não consigo mais achar capataz, o povo ganha sacolão, não consigo mais arrumar doméstica, porque ganha sacolão, o povo não quer mais trabalhar... não tem mais doméstica, eles dizem em coro.* (Oficina 3)

Diante da generalização do sentido negativo atribuído ao assistencialismo, os trabalhadores sociais criticam esse uso demagógico do trabalho social, mas ressaltam a importância da assistência na construção da cidadania. Ou seja, criticam o posicionamento generalizado das práticas sociais como assistencialistas, todavia diferenciam a necessidade de assistência como um direito do cidadão.

Sentidos transversais do trabalho social: uma perspectiva de gênero.

Ao introduzirmos o recorte de gênero na análise, identificamos sentidos que aparecem como transversais ao trabalho social, com destaque para o afeto como instrumento de trabalho, o desapego ao valor financeiro e a não profissionalização do trabalho.

O afeto como instrumento de trabalho emergiu em vários momentos das Oficinas, perpassando com maior ou menor intensidade as diferentes características do trabalho social (militante, voluntário e profissional), assim como os sentidos a ele atribuídos, como de ajuda, de direitos, de mercado profissional e de assistencialismo.

> *quando houve a união dos dois Programas, vieram junto novas famílias com problemas maiores e meu coração teve que aumentar para caber mais preocupações.* (Oficina 01)

> *eu era muito considerada uma Mãezona do Programa, pois me doía na alma ver a situação familiar, econômica, social de cada família atendida.* (Oficina 1)

A dimensão afeto centra-se em práticas de cuidado, sendo o afeto, emoção e doação características desse trabalho. E, como a presença feminina na prática do cuidado é majoritária, o afeto é associado como sendo uma característica feminina. Esses posicionamentos essencialistas e naturalizantes de uma condição que é socialmente construída são criticados por vários autores (Nogueira, 2001b), ganhando maior expressão nos debates sobre produção, sustentabilidade e economia solidária (Carrasco, 2003; Guerin, 2005).

Para Guerín (2005, p. 41), é na formação identitária que encontramos explicação para essa diferença, pois "a identidade de si" dos homens se oporia a uma identidade de ser mulher, construída por meio "da relação com outro". Ou seja, do "ocupar-se do outro nasceria a solicitude". Porém, as mulheres são as únicas capazes de solidariedade e entrega social? Um homem participante da pesquisa responde a essa pergunta com sua fala:

> *acho que nesta função que nós trabalhamos, quem não for voluntário não consegue chegar a um nível legal... porque você se entrega mesmo.* (Oficina, 1)

Com relação ao desapego financeiro, de forma consensual, os participantes afirmaram que o valor do trabalho social não é financeiro, ressaltando ser um trabalho de grande valor subjetivo: religioso, emocional, psicológico, político, humanitário.

> *ser apegado a dinheiro, nem pensar ... então vai ser fiscal de renda!* (Oficina 3)

> *o trabalho social que a gente faz, acho que a gente ganha muito mais do que a gente doa. Eu evoluo muito mais espiritualmente como pessoa do que você ajudar a eles.* (Oficina 3)

No capitalismo, o valor serve para classificar o trabalho como produtivo ou reprodutivo. Assim, há um paradoxo no valor do trabalho social, pois se por um lado tem valor de uso (social), por outro não tem valor de troca (mercado). Nesse contrato, as mulheres assumem maior responsabilidade no trabalho junto às crianças, às pessoas idosas e doentes e aos homens (Faria & Nobre, 2002; Kergoat, 2000).

Finalmente, a análise das práticas discursivas sobre a não profissionalização do trabalho social mostrou que quanto maior a especialização, maior o poder de decisão e prestígio profissional; em contrapartida, maior é o distanciamento da ação e menor o envolvimento afetivo e a compreensão dos anseios da população. Segundo os participantes, destacando a distinção entre conhecimento científico e prática empírica, para realizar um trabalho social não basta ser profissional: é preciso vivenciar e conhecer a realidade. Entretanto, ao posicionarem o trabalho social como não-profissional, imprimem sentidos da esfera da natureza e dos instintos, no caso feminino. Reafirmam, assim, o discurso do uso da emoção, da proximidade e contato, em detrimento da técnica e do método, pois estes levariam a uma prática desumana e, portanto, inadequada ao fazer social. Por exemplo:

> *nós estamos na ponta, sabemos o que está acontecendo, quando subo para falar com a coordenação eu peço, pelo amor de Deus, converse antes com os agentes antes de qualquer coisa, porque nós sabemos o que realmente acontece. Infelizmente tem pessoa que faz um trabalho técnico, que não enxerga muito, não sabe, não se envolve... sempre tem gente assim.* (Oficina 03)

Em nossa análise, observamos que essa rede de sentidos aqui discutida serve como fundamento para determinadas estratégias de empoderamento por parte dos trabalhadores sociais, que exibem características não-institucionalizadas e situadas no campo das relações afetivas e pessoais. Nesse caso, a família, o colega ou um amigo são utilizados como estratégias de empoderamento pessoal e como forma de repor energias para voltar ao trabalho:

> *Eu acho que a minha família é essencial no apoio a mim, ao meu trabalho... sabe, é onde eu busco forças para continuar.* (Oficina 04)

Contudo, ao pensarmos o empoderamento como ampliação de oportunidades de acesso aos recursos econômicos e poder político, essas estratégias afetivas não servem para alterar o valor salarial e aumentar o poder político dessa categoria de trabalho, mas são usadas em época de eleições e na divulgação de realizações e resultados do governo.

A ressignificação dessa rede de sentidos e práticas depende de uma melhor compreensão por parte dos profissionais da área social sobre as formas de operação da divisão sexual do trabalho, pois apontam para as discriminações salariais e ocupacionais, que alimentam tanto o processo de desvalorização e invisibilidade da categoria, como a *feminização* dessa força de trabalho.

Considerações finais

Na pesquisa "Gênero e os sentidos do trabalho social", procuramos compreender os sentidos sobre o trabalho social, na perspectiva daqueles que dedicam sua vida ao "outro", à solidariedade e à transformação social, seja como voluntário, militante, ou profissional. A pergunta que buscávamos responder era se essas práticas poderiam estar relacionadas a novas formas de desigualdades de gênero em relação ao trabalho, ou se estávamos diante de algum tipo de altruísmo feminino.

O conjunto de sentidos chave sobre o trabalho social, que identificamos na análise das práticas discursivas de trabalhadores sociais, nos aponta que o trabalho carrega valores éticos e morais de solidariedade, de respeito humano e de justiça social, seja nas suas formas ancestrais de ajuda ao próximo de cunho religioso, seja nas estratégias de transformação social e luta pelos direitos humanos, seja nos valores presentes nas novas formas de gestão social.

No entanto, para compreender o trabalho social em uma perspectiva de gênero e a massiva presença de mulheres, não basta apenas reconhecer o caráter sociocultural dessas relações. Concordamos que o trabalho social resguarda, sim, características do altruísmo, do uso do afeto, da preservação de redes de laços humanos e envolvimento emocional, mas isso não significa legitimar a exclusividade das mulheres como detentoras desses posicionamentos. Nesse particular, os cinco homens (13.5%) que participaram da pesquisa são indicativos da pequena parcela que exerce trabalho social, mas sua presença nessa atividade, mesmo numericamente pequena, mostra que ao realizarem seu trabalho exercitam sua afetividade e dedicação a um trabalho que mescla sentidos de voluntariado, de militância e de profissionalismo, atualizando atributos ainda cristalizados como exclusividade da mulher.

Para desnaturalizar o *feminino* do trabalho social e questionar formas identitárias cristalizadas, precisamos formular outra compreensão de gênero, concebendo-o como processo em construção e reconhecendo as distinções entre homens e mulheres como ativamente criadas, o tempo todo, e não como identidades individuais e consistentes, mas como algo que se processa mediante peças discursivas, organizadas num sistema de sentidos disponíveis às pessoas para darem sentidos as suas posições.

A partir dos relatos e discussão dos participantes da pesquisa, observamos que suas estratégias de empoderamento estão mais ancoradas em laços afetivos (família, amigos, colegas) e, em que pese sua positividade, não alteram o valor salarial e nem aumentam o poder político dessa atividade. Ou seja, não se trata de um empoderamento com ampliação de oportunidades de acesso aos bens e serviços. Ao compreender que as relações de gênero são formas de dar sentidos às relações de poder, observamos que a naturalização do feminino no trabalho social está relacionada à desvalorização, à não-monetarização e à não-profissionalização existente nesse trabalho. Considerá-lo como extensão da mulher e de sua função reprodutiva é retirar o que há de humano e cultural dessa atividade, posicionando-a na esfera da natureza, que dispensa valor social, e por isso não é considerada moeda de troca.

Ora, se consideramos os valores embutidos no trabalho social como sendo os mais elevados da trajetória da humanidade, que figuram entre os necessários para a sobrevivência de um mundo ecologicamente sustentável, por que então esses valores são desvalo-

rizados e invisíveis, gozando de menor remuneração, infraestrutura e prestígio entre os outros trabalhos e ocupações atuais? Tudo indica que é nesse campo de tensão que se mantêm e se reproduzem desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Referências bibliográficas

Araújo, C. & Scalon, C. (2005). Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In C.Araújo & C. Scalon. (Orgs), *Gênero, família e trabalho no Brasil* (pp. 15-77). Rio de Janeiro: FGV.

Ávila, C. M. (2001). Elaboração de projetos sociais. In C. M. Ávila (Coord.), *Gestão de projetos sociais* (3ª ed. rev., pp. 18-39). São Paulo: Associação de Apoio ao Programa de Capacitação Solidária.

Banco Mundial. (2006). *Relatório de desenvolvimento mundial 2006*. Washington D.C: World Bank and Oxford University Press.

Bandeira, L. (2005). *Avançar na transversalidade em gênero nas políticas públicas*. Brasília, DF: CEPAL/SPM.

Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos* (15ª ed.). Rio de Janeiro: Campos.

Brasil. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (2005). *Plano Nacional de Políticas para Mulher*. Brasília, DF: Autor.

Carrasco, C. (2003). A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In N. Faria & M. Nobre. *A produção do viver: economia feminista* (pp. 11-49, Cadernos Sempreviva, 8, Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania). São Paulo: SOF.

Castel, R. (1999). *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* (I. D. Poleti, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Costa, A. A. (2005). *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. Bahia: Editora UFBA.

Curado, J. C. (1991). *A gender analysis of women's work invisibility, discrimination and emancipation in contemporary Brazil.* Dissertação, Master of Arts in Development Studies, Institute of Social Studies, Haia, Netherlands.

Curado, J. C. (2000). A visibilidade das relações de gênero, trabalho e geração de renda da mulher sul-mato-grossense: a revolução do séc. XX sem as mulheres. In Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulher (Org.), *Gênero e políticas públicas em Mato Grosso do Sul* (pp.23-27, Cadernos Sempreviva). Campo Grande: SOF.

Curado, J. C. (2007). *Gênero e os sentidos do trabalho social.* Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Davies, B. & Harré, R. (1990). Posicionando: a produção discursiva de "selves" (M. J. P. Spink, Trad.). *Journal for the Theory of Social Behavior*, *20*(1), 43-63.

Diebolt, É. (2005). História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901-2001). *Estudos Feministas,* 7(1-2), 305-329.

Faleiros, V. P. (1997). *Metodologia e ideologia do trabalho social* (9ª ed.). São Paulo: Cortez.

Faria, N. & Nobre, M. (2002). *Economia feminista* (pp. 72-94, Cadernos Sempreviva). São Paulo: SOF.

Ferreira, A. B. H.(1999). *Novo Aurélio Século XXI*: *o dicionário da língua portuguesa* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. (2006). *O progresso das mulheres no Brasil*. Acesso em 10 de janeiro, 2007, em http://www.mulheresnobrasil.org.br/pdf/O_Progresso_das_Mulheres_no_Brasil.pdf

Goldenberg, M. (2004). *De perto ninguém é normal: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura Brasileira*. São Paulo: Record.

Guerin, I. (2005). A construção social do altruísmo feminino. In *As mulheres e a economia solidária* (pp. 37-62). São Paulo: Loyola.

Hacking, I. (2000). *The social construction of what?* London: Harvard University Press.

Hirata, H. & Maruani, M. (2003). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC.

Ibáñez, T. (1994). La construcción del conocimiento desde una perspectiva socioconstrucionista. In M. Montero (Org.), *Conocimiento, realidad e ideología* (pp. 39-48). Caracas: Association Venezoelana de Psicología Social —AVEPSO.

Ibáñez, T. (2004). O "giro lingüístico". In L. Íñiguez (Ed.), *Manual de análise do discurso em ciências sociais* (pp.19-49) Petrópolis, RJ: Vozes.

Íñiguez, L. (2004). La Psicología Social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In N. Guareschi (Org.), *Estratégias de invenção do presente – a Psicologia Social no contemporâneo* (pp. 15-53). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2005). *Síntese de indicadores sociais 2005*. Acesso em 10 de dezembro, 2006, em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao

Kergoat, D. (2000). *Divisão sexual do trabalho* (M. Nobre, Trad.). Paris: PUF.

Landin, L. (1993). *A invenção das ONGs*: *do serviço invisível à profissão sem nome.* Tese de Doutorado, Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

Nogueira, C. (2001a). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 112, 137-153.

Nogueira, C. (2001b). *Um novo olhar sobre as relações de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira, W.C. C. (2002). *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Vozes.

Pochmann, M., Blanes, D., & Amorim, R. (2006). *Inclusão social: uma utopia possível. Impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul.* São Paulo: Cortez.

Scott, J. W. (1991). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo.

Spink, M. J. P. (Org.). (2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (3ª ed.). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2004). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (3ª ed., pp. 41-61). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. & Spink, P. K. (2005). A Psicologia Social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia* (pp. 503-514). Rio de Janeiro: Nau.

Verdès-Leroux, J. (1986). *Trabalhador social: prática, hábitos, ethos e formas de intervenção* (R. de Carvalho, Trad.). São Paulo: Cortez.

Yannoulas, S. C. (2002). *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: Fundo para a Igualdade de Gênero/Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional/Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

Jacy Corrêa Curado é Doutoranda em Psicologia Social pela PUC/SP e Mestre em Psicologia pela UCDB/MS. É professora e supervisora de Psicologia Social e Comunitária da Universidade Católica Dom Bosco, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, da Pós-graduação em Psicologia Social da PUC/SP. Endereço para correspondência: Rua Castro Faria, 345. Monte Castelo. Campo Grande/MS. CEP. 79.011.030.
Email: jacycc@terra.com.br

Vera Sonia Mincoff Menegon é Doutora em Psicologia Social, pela PUC de São Paulo, com bolsa sanduíche na Lancaster University, Inglaterra. Desenvolve projeto de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, da Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha. É pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, da Pós-graduação em Psicologia Social da PUC/SP.
Email: mincoff@uol.com.br

Gênero e os sentidos do trabalho social
Jacy Corrêa Curado e Vera Sonia Mincoff Menegon

Recebido em: 26/10/2008
1ª. Revisão em: 08/04/2009
2ª. Revisão em: 01/06/2009
Aceite final em: 23/11/2009

REPERTÓRIOS SOBRE LESBIANIDADE NA MÍDIA TELEVISIVA: DESESTABILIZAÇÃO DE MODELOS HEGEMÔNICOS?*

Lenise Santana Borges
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil

Mary Jane Paris Spink
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar uma análise discursiva da telenovela Senhora do Destino (Rede Globo, 2004-2005). A postura construcionista, aliada a uma leitura feminista, permitiu compreender a noção de lesbianidade como uma construção social na qual os discursos e a linguagem empregados variam segundo o contexto social e histórico específico. O foco de análise se deu a partir das práticas discursivas, entendidas como linguagem em ação, sempre múltiplas, situadas e dialógicas. Os resultados desta pesquisa apontam para um duplo efeito na introdução da temática lesbianidade na novela. Se, de um lado, o processo de assimilação da categoria lésbica provoca uma maior "familiarização" na sociedade, bem como a circulação de códigos/modelos propiciam a legitimação de relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, de outro, o modo como ocorrem os processos de legitimação/aceitação não propicia uma desestabilização de normas sociais e de modelos hegemônicos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia social; construção social; lesbianidade; telenovela; práticas discursivas.

REPERTOIRES ON LESBIANITY IN TELEVISION MEDIA: DESTABILIZATION OF HEGEMONIC MODELS?

ABSTRACT: This article aims to present a discursive analysis of the soap opera Senhora do Destino (Rede Globlo, 2004-2005). The constructionist perspective together with a feminist reading allowed to understand the notion of lesbianity as a social construction in which the discourses and the language adopted vary according to the social and historical context. The analysis was centered on discursive practices, understood as language in action, always multiple, situated and dialogical versions of conversation. The results of this research suggest parallel effects of the introduction of the issue of lesbianity in the soap opera. On one hand, the process of assimilation of the lesbian category provokes a broader "familiarity" in society, as well as the presence of codes/models that allow the legitimacy of same sex relations. On the other hand, the legitimizing/acceptance processes occur in ways that do not provoke the destabilization of social norms and hegemonic models.

KEYWORDS: Social psychology; social constructionism; lesbianity; soap opera; discursive practices.

Apresentamos neste artigo os caminhos teóricos e metodológicos utilizados em uma pesquisa sobre os repertórios a propósito da lesbianidade na mídia televisiva. A escolha da mídia se explica por seu poder de dar visibilidade a fenômenos sociais. Um dos efeitos atribuídos a ela é a reconfiguração das dimensões do espaço público e privado, reduzindo barreiras espaciais e temporais, permitindo construir novas dinâmicas interacionais e configurações de sentidos (Medrado, 2000; Thompson, 2004). Um dos seus mais importantes produtos culturais, a telenovela, pode ser compreendida como um ato de fala, no qual enunciados, vozes, gêneros de discurso e repertórios se articulam para produzir diferentes sentidos sobre o mundo.

Um dos pressupostos desta pesquisa é de que as práticas discursivas que circulam na novela podem ser entendidas como sinalizadores dos discursos sobre lesbianidade que provêm de diferentes matrizes discursivas – da produção acadêmica, dos movimentos homossexual e lésbico, da mídia, do senso comum, entre outros. Nesse sentido, a telenovela é entendida como um gênero de discurso, uma forma particular de linguagem social que atua na veiculação de informações, valores éticos, sociais e entretenimento difundida, neste caso, através de um de seus veículos mais eficientes – a TV. Por meio de narrativas, a novela legitima noções e posições de pessoa, operando na polaridade normal – marginal.

Assistir televisão, especialmente a telenovela, é uma prática social bastante presente no cotidiano da população brasileira. As novelas produzidas no Brasil ocupam lugar privilegiado, e, sendo de fácil acesso, constituem importante fonte de informação e de en-

tretenimento. As telenovelas participam da produção, manutenção e veiculação de determinados repertórios e, de forma recorrente, entram na pauta de discussão das conversas do cotidiano das pessoas, sobretudo quando se trata de assuntos polêmicos como aqueles referentes às relações de gênero e a sexualidade.

Este artigo analisa a circulação de repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva, explorando as diferentes formas de falar sobre o tema. A telenovela serve aos propósitos de uma análise discursiva psicossocial, que a concebe como uma prática social cuja construção envolve um gênero discursivo muito específico. O processo de produção de uma novela engloba diferentes componentes (autores, diretores, atores, empresa) e estratégias que participam ativamente na produção, circulação e seleção de repertórios, incluindo os/as receptores (leitores/as, telespectadores/as, críticos/as). Além disso, a interação com outras mídias (impressa, digital) realimenta a produção de sentidos sobre determinados temas (Medrado, 2000; Spink & Medrado, 2000).

Cabe aqui situar o enquadre que mescla "pressupostos epistemológicos construcionistas e teorias feministas sobre gênero"; ambos permitem perceber a cristalização de construções que situam a noção de lesbianidade como desvio. No construcionismo a ênfase recai sobre uma postura desreificante e histórica do conhecimento (Hacking, 2001; Ibañez, 1994). Uma das preocupações da postura construcionista remete-se à produção e aos efeitos do conhecimento científico na vida das pessoas, constatando diferentes pesos e formas de legitimidade na construção do conhecimento, dependendo do lugar e da posição daqueles que produzem definições e noções sobre o mundo. A postura construcionista é uma poderosa aliada para questionar definições concebidas como "naturais" àquilo que se convencionou chamar de homossexualidade/lesbianidade. Essa noção está intimamente comprometida com os saberes e vozes que contribuíram para essa elaboração. As reflexões construcionistas ajudam a perceber que as noções sobre os objetos não são naturais, e sim construídas. Mais do que um referencial teórico, o construcionismo social se constitui, nesta pesquisa, como um olhar crítico sobre a construção do conhecimento produzido sobre a lesbianidade.

O enfoque de gênero permite pensar em como masculinidades e feminilidades se articulam no interior da trama e ainda como se constroem as relações afetivas no âmbito de uma matriz heterossexual que ordena as práticas afetivas sexuais para uma heterossexualidade compulsória. A noção de matriz heterossexual é desenvolvida por Gayle Rubin (1975), e por Adrienne Rich (1980) e Judith Butler (2003), em seus estudos sobre o sistema sexo-gênero. De acordo com Borges (2008, p. 72), podemos assim compreender o conceito:

> A heterossexualidade compulsória é uma ordem instituída socialmente que demanda de todas as pessoas uma definição única e exclusiva na direção da sexualidade. Nela, não existe a possibilidade de se questionar que a orientação sexual [de uma mulher] dirigida a um homem seja inevitável, sendo a heterossexualidade a única forma aceitável de sexualidade. Ela é a regra, a norma, e a homossexualidade, sua antítese. Sendo assim, qualquer variação dessa norma sexual é vista como desvio, como problema, como sinal de imaturidade e de anormalidade. A heterossexualidade, por outro lado, é vista como natural, insuspeita, sinal de um comportamento adulto, maduro e normal.

Sendo assim, a leitura feminista trabalha no sentido de desconstruir o que parece ser uma evidência – a construção da noção de lesbianidade e sua assunção como problema social.

O foco principal de uma análise discursiva na Psicologia Social se dirige para a explicação dos processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou apresentam o mundo em que vivem, inclusive elas mesmas. As práticas discursivas, de acordo com Spink e Medrado (2000), são "as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas" (p. 45), e sua análise pode ser feita do ponto de vista da sua dinâmica (enunciados orientados por vozes), da sua forma (gêneros de discurso) e dos conteúdos (repertórios). Potter e Wetherell (1987) definem repertório como o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem que estão frequentemente agrupados em torno de metáforas e imagens, utilizando unidades de construção dos discursos e estilos gramaticais próprios. Ainda segundo os autores, esses dispositivos linguísticos são utilizados em distintas produções discursivas, por exemplo, nos discursos veiculados pela ciência e pela mídia, atuando como substrato para a argumentação.

Método

A opção por analisar *Senhora do Destino* (2004-2005) justifica-se por ter sido a primeira novela da televisão brasileira a apresentar um relacionamento entre mulheres de forma continuada – elas não desaparecem no meio da trama como em novelas anteriores – e explícita - a relação é nomeada e discutida ao longo da novela. As personagens se enamoram, vivem conflitos ante a possibilidade de se relacionar com uma pessoa do mesmo sexo e a capacidade de se aceitarem e serem aceitas, passam a coabitar, a viver em um modelo conjugal e, finalmente, decidem adotar uma criança. Nas novelas anteriores, a narrativa sobre a lesbianidade era interrompida por algum incidente – como em *Vale Tudo* (1988-1989) e *Torre de Babel* (1998-1999) – ou,

se mantida, permanecia no nível da insinuação – como foi o caso em *Mulheres Apaixonadas* (2003).

A novela *Senhora do Destino*, de autoria de Agnaldo Silva, foi veiculada no horário nobre da Rede Globo entre Junho de 2004 e Março de 2005. A novela tinha como protagonista central Maria do Carmo (Suzana Vieira). Sua trama gira em torno dessa personagem que vive uma história da superação do abandono pelo marido, além do sequestro de sua filha na viagem do interior de Pernambuco para o Rio de Janeiro. O irmão de Maria do Carmo, Sebastião, é o elo que conecta os demais personagens. Sebastião tem uma filha, Eleonora (Mylla Crhistie), que fará par com Jenifer (Bárbara Borges), filha de Giovani (José Wilker). A novela foi uma recordista de audiência, e as personagens lésbicas causaram grande impacto, gerando inúmeras reportagens na mídia impressa.

As vidas de Eleonora (Leo) e Jenifer (Jen) só vão se cruzar a partir do capítulo 50, em decorrência dos elos familiares compartilhados: Leo é sobrinha de Maria do Carmo, filha de seu irmão Sebastião, e Jen é filha de Giovanni Improtta, apaixonado por Maria do Carmo, e irmã de João Manoel (Heitor Martinez), namorado de Regininha, irmã de Leo.

O envolvimento de Leo e Jen vai se estreitando em uma série de encontros, desde saídas para pizza e cinema até eventos familiares, marcados por despedidas com "selinhos". A princípio, a relação entre elas é vista como "uma amizade", mas não está isenta de comentários jocosos da "galera de rapazes" e da reação dos parentes frente à ameaça de uma possível relação não convencional. A crescente pressão leva Giovanni a conversar com Jen, na tentativa de esclarecer o que estava de fato acontecendo entre as duas, porque, para ele, os sentimentos de Eleonora não eram os mesmos de sua filha.

Jen se surpreende com a fala do pai e comenta o ocorrido com o irmão, que confirma que elas estavam sendo chamadas de "sapatão". Ela se desespera e vai ao encontro de Leo no hospital onde esta trabalha como médica. Jen se desorienta ainda mais ao ouvir a declaração de amor de Leo, que quer viver uma relação com ela. Ante a revelação de Leo e do que pode significar a proximidade entre as duas, Jen foge. A tristeza se abate sobre as duas, que ficam sem se ver por vários capítulos. Os familiares não deixam de perceber a tristeza das duas, e a família de Jen tenta aproximá-la do deputado Thomas Jefferson (Mario Frias), amigo de Giovanni. Apesar das investidas do deputado e de suas tentativas de iniciar um relacionamento mais íntimo, Jen se recusa a uma maior aproximação. Eles até trocam alguns beijinhos, mas quando ele propõe que eles assumam a relação e menciona o nome de Leo, ela fica irritadíssima, vai para um bar e toma um "porre".

Durante um mês elas ficam sem se encontrar, apesar das tentativas empreendidas por Leo. Embora Jen esteja triste, se recusa a falar com Leo. A mãe de Leo, Janice, ao ver Jen na frente de sua casa resolve intervir e vai conversar com ela. Leo faz uma nova tentativa por telefone e chama Jen para uma conversa "olho no olho". Giovanni também chama a filha para uma conversa e sugere que Jen pare de fugir e encare a situação de frente, dizendo que está ao lado dela para o que der e vier. Jen finalmente vai ao encontro de Leo e as duas seguem para o apartamento de uma amiga de Leo. Jen diz que não entende o que está acontecendo e Leo tenta tranquilizá-la dizendo que as duas vão ter de descobrir juntas. A cena da manhã seguinte no apartamento mostra as duas despertando juntas.

A partir desse episódio, elas se dedicam a pensar como vão encarar as respectivas famílias, após decidirem permanecer juntas. Reações de estranhamento e questionamento acontecem em ambas as famílias. Na família de Jen, João Manoel é a personagem que fica mais incomodada com a situação e na de Leo, seu pai (Sebastião), ao saber de sua relação com Jen, a expulsa de casa. Porém, depois de conversar com Giovanni, Maria do Carmo e Janice, e de ver a filha trabalhando no hospital, Sebastião reavalia sua decisão e pede para que Leo continue morando com eles. Mesmo com o apoio do pai, Leo resolve que é melhor encontrar um lugar próprio para morar.

Leo comenta com Jen seu desejo de ter filhos. Na noite de Ano Novo, ela encontra um bebê abandonado na lixeira do hospital em que trabalha, reitera seu desejo a Jen, e elas decidem iniciar o processo de adoção da criança. Ambas as famílias apoiam a luta do "casal", embora o processo de adoção seja iniciado apenas no nome de Leo.

Os meses de fevereiro e março são de preparação do novo apartamento e da expectativa sobre a decisão do juiz sobre a adoção. Em apoio à relação de Leo e Jen, Giovanni cede um de seus imóveis a elas e indica seu advogado para cuidar do processo de adoção. O juiz finalmente concede a guarda da criança a Leo e o "casal" passa a criá-lo. A novela termina com vários casamentos, entre eles, a união civil das duas, por meio de registro em cartório, que é comunicada às famílias e também com as duas morando juntas no novo apartamento, acompanhadas do filho.

Procedimentos e Análise

O recorte apresentado neste artigo consistiu em cenas da novela *Senhora do Destino* (2004-2005). Para a obtenção das cenas da telenovela encaminhamos mensagem eletrônica e por carta à Globouniversidade. O processo de negociação para a permissão do uso das imagens neste estudo se estendeu de março a outubro de

2005, resultando na obtenção de uma fita de vídeo em formato VHS, contendo o primeiro e o último capítulo da novela; o boletim de programação com a sinopse da história; a descrição das personagens; a transcrição de entrevistas com o autor e o diretor; a relação do elenco de atores/atrizes e de toda a equipe técnica responsável pela execução do projeto, incluindo cenografia, figurino, efeitos especiais e produção de arte; e um resumo dos 220 capítulos da telenovela.

Concomitantemente, foi feita uma pesquisa na Internet buscando cenas da novela por meio da qual encontramos o *site* de Lee Looper (http://leoandjen.com.br), onde estavam disponibilizadas 151 cenas sobre o casal lésbico e informações sobre a vida das atrizes Mylla Christie e Bárbara Borges, que representaram Eleonora e Jenifer, respectivamente (material disponível para *download*). Esse acervo possibilitou a reedição das cenas de Leo e Jen, resultando em um único filme. Essa reedição permitiu acompanhar o desenvolvimento da narrativa deste par romântico e, também, editar pequenos recortes da história. Foram produzidos 16 filmes curtos, contendo as narrativas de cada personagem sobre o tema da lesbianidade ou de falas que focalizassem a relação entre Leo e Jen.

A análise focalizou o uso de repertórios sobre lesbianidade, apoiada em estratégias metodológicas desenvolvidas por Spink e Menegon (2000) para a análise de práticas discursivas, amplamente utilizadas pelos participantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo NPDPS (por exemplo, Cocchiola, 2004; Medrado, 1997; Passarelli, 1998).

Spink e Menegon (2004) propõem que a análise das práticas discursivas inclua duas possibilidades de apreensão: a primeira refere-se à linguagem em uso e a segunda é mais voltada para os aspectos estruturais da linguagem. Esse tipo de análise requer um duplo movimento que englobe (1) os aspectos performáticos da linguagem – quando, em que condições, com que intenção, de que modo – e (2) as condições de produção – o contexto social e interacional (Bakhtin, 1994) e as construções históricas no sentido foucaultiano (Foucault, 2004).

Devido à presença simultânea de imagens, sons e texto, o material audiovisual requer análises de texto que ultrapassem somente uma análise textual. A interanimação entre os diferentes meios torna o discurso mais dinâmico, fluido e repleto de possibilidades de sentidos, dado que uma cena enunciativa contém distintas modalidades de evento. Outra particularidade da proposta deste estudo foi somar a essas estratégias metodológicas o enfoque de gênero na análise discursiva de um produto midiático.

A edição de cenas para cada personagem possibilitou a análise detalhada dos posicionamentos, da linguagem e da linha de argumento utilizado por cada personagem, articulados com outras informações disponíveis sobre elas, como classe, raça, orientação sexual, idade e grau de instrução. Como o foco da pesquisa era a relação entre Jen e Leo, a análise priorizou cenas entre as duas, delas com as demais personagens e das demais personagens referindo-se às duas.

A edição das cenas permitiu identificar as diversas nomeações utilizadas para se referir à lesbianidade. Assim, as designações identificadas ultrapassam um conjunto de palavras dicionarizadas e com significados estabelecidos e convencionados. Esses repertórios estão inseridos em um contexto específico, com características peculiares e que gera sentidos no cotidiano durante o processo de produção da mensagem e da recepção. Esses sentidos passam a funcionar como novos contextos nos quais outros sentidos podem ser produzidos.

Resultados

A partir da análise dos repertórios, a novela pode ser dividida em dois momentos. O primeiro engloba os capítulos 50 a 130, nos quais as personagens estão se conhecendo, e inclui o encontro sexual das duas personagens (Quadro 1). O segundo momento, capítulos 131 a 220, concerne às cenas em que elas passam a viver nos molde um "casal" (Quadro 2).

Quadro 1: Da amizade ao sexo

CAPÍTULOS	EIXOS TEMÁTICOS PREDOMINANTES
50, 51, 52, 53, 55	Primeiros encontros
56, 70, 72	"Choque"; primeiro "selinho"; estranhamentos
83, 84, 85, 89, 90, 92, 96, 101, 103, 108, 112, 113	"Amizade"; mais estranhamentos; provocações; primeira nomeação "sapata"
114	Tensões e nomeação de "lésbica".
116, 117, 125, 127	Desencontros: afirmação e fuga; Apoios familiares
130	Sexo (insinuação na cama).

Até o capítulo 130, "amiga" é a palavra predominante nos repertórios que as personagens adotam para se nomearem, conforme os diálogos relacionados a seguir.

Cena 19 Cap.83	Leo telefona para Jenifer e marca um encontro na sorveteria
Leo	Alô, Jenifer! (....)
Jen	Eu também tava com saudades de você, dos nossos papos, amiga. Não, não, imagina! não tenho nenhum compromisso, Eleonora. Se eu tivesse eu desmarcava, pronto. Claro, claro, na sorveteria onde a gente se viu naquele shopping, vamos nos encontrar, então, beijos.

Cena 20 Cap. 84	Encontro Leo e Jen na sorveteria
Leo	Ah! Desculpa amiga, nem perguntei se você queria variar hoje
Jen	Não precisa, pode ser o de sempre
Leo	Eu tenho uma péssima mania de resolver tudo por todo mundo
Jen	Por mim ta ótimo Eleonora, eu adoro ter alguém que decida por mim.
Leo	É por isso que gosto de sair com você, a gente se completa, não é?
Jen	É verdade

A aproximação inicial entre Eleonora e Jenifer – uma aliança para proteger a relação estabelecida entre o irmão de Jenifer (João Manoel) e a irmã de Eleonora (Regininha) da ira de Sebastião (pai de Eleonora e Regininha) – se desloca do seu motivo original – salvar os irmãos – e se volta para interesses mútuos – estudar juntas, se divertirem. Nesse momento, os encontros enfatizam o prazer da descoberta e do estar em companhia uma da outra, predominando a ideia de amizade, daí a palavra "amiga" estar associada à vinculação inicial entre elas.

Frente ao aprofundamento da relação entre Eleonora e Jenifer, comentários familiares e de pessoas próximas à família denotam julgamentos, avaliações e temores sobre os rumos que a relação possa tomar.

Cena 20 Cap 84	Reação ao selinho de Jen e Leo ao se cumprimentarem.
Gato	Caraca meu irmão, vocês viram o que eu vi *brother*? Qual é a dessas duas? Que é isso?
Shaolin	Shh!! ninguém tem nada a ver com isso viu malandro. Uma é sobrinha da Dona do Carmo e a outra é filha do Doutor Giovani, então se essas duas quiserem se agarrar em praça pública ninguém aqui tem nada a ver com isso.
Rapaz da galera	Shao, to contigo cara, cada uma sabe de si meu irmão, ninguém se mete

Cena 21 Cap.85	Na rua a galera observa e comenta o "selinho" entre Leo e Jen
Galera	Alá, alá, não acredito, alá, não falei. Mulher que pega mulher, isso aí meu Deus do céu. Logo, duas gataças maluco!
Shaolin	Meu irmão, o negócio é o seguinte, essas gatas tem bom gosto, sacou? E os mané não tem nada a ver com isso... Vamos embora, que eu tenho muito serviço para fazer hoje.

A relação das duas "amigas", cujos encontros são percebidos em termos de "gostar de ficar juntas", "de sair para conversar, se divertir", não parece mais suficiente aos olhos de João Marcelo, da galera e do pai de Jenifer, Giovani. As perguntas emergem de forma mais direta sobre o *status* da relação com o pressuposto da existência de um namorado.

Cena 35 Cap.114	Giovani chama Jenifer para uma conversa
Jen	O senhor disse que ia me fazer uma pergunta...
Giovani	é, é, sobre você e a Eleonora. Essa sua amizade com a doutora vem a ser exatamente o quê?
Jen	Ai, mas que pergunta pai. A amizade que eu tenho com a "doutora" vem a ser aquilo que é, ou seja, uma grande amizade. Eu adoro a Eleonora, eu quero ta o tempo todo com ela, a gente tem sempre assunto para conversar, e se diverte demais quando a gente tá junta, nós somos amigonas.
Giovani	Quer dizer... você gosta muito dela como amiga?
Jen	E de que outra maneira poderia ser?
Giovani	E a doutora, como é que... como é que ela gosta de você?
Jen	O senhor disse que ia me fazer uma pergunta, mas já fez várias viu, e eu não to conseguindo entender o motivo de nenhuma delas, pai. Esse interrogatório todo aí sobre a minha amizade com a Eleonora, por quê?
Giovani	Sabe o que é, é que às vezes uma amizade entre duas criaturas pode se tornar muito mais do que isso, entendeu? Talvez por ser uma meninazinha inocente, você ainda não tenha percebido o alcance do apego que há entre vocês duas, entendeu?
Jen	Não, não, isso não. Eu... não acredito, pai (chorando), não pode ser.. Eu tava falando da Eleonora, a Eleonora, minha grande querida amiga, praticamente a única que eu tenho. O senhor tá insinuando...

Giovani	Não estou insinuando absolutamente nada, eu não estou insinuando porque não sou um homem de insinuação, imagina. Você me desculpe, mas eu estou afirmando que deve haver um mal-entendido entre vocês duas, mal-entendido esse que você minha filhinha deve tratar de esclarecer.
Jen	Levanta e faz menção de sair.
Giovani	Escute, escute, venha cá, escute, preste atenção. Eu sou um homem bastante experiente, bastante vivido, calejado até... e olha, qualquer coisa que aconteça aqui dentro da minha casa, a menos que eu seja sei lá, que eu seja assim incendiado deitado na minha própria cama, eu vou tentar entender, ta?

Alertada pelas perguntas feitas por Giovani, Jenifer pergunta ao irmão, João Manoel, como ele percebe a relação dela com Leo. No diálogo transcrito abaixo aparece pela primeira vez a nomeação "sapatona" para o relacionamento das duas.

Cena 35 Cap.114	Jenifer pergunta ao irmão o que ele acha da amizade dela com Leo
JM	E aí, posso saber o motivo da conversa?
Jen	João Manoel, o que você acha da minha amizade com a Eleonora? Então, andam comentando sobre nós duas?
JM	Ah, prefiro não opinar a esse respeito não... Mas se você quiser eu posso repetir o que andam comentando aí na rua.
Jen	Mas falaram o quê? (chorando)
JM	Imagine, aquele dia que você tava andando na praça com a doutora, né, tava lá e aí dois sujeitos, um olhou para o outro e falou: olha lá, lá vão as duas sapatonas. Aí, não...
Jen	Não, para com isso! É tudo mentira, ninguém pode dizer uma coisa dessas de mim, eu não fiz nada (gritando e jogando as coisas no chão).

A partir do capítulo 114, quando Jenifer procura Eleonora para ter uma conversa "esclarecedora" sobre o relacionamento de ambas, os termos utilizados vão paulatinamente se deslocando de "amizade" para "paixão", até chegar na nomeação lésbica.

Cena 38 Cap. 114	Eleonora e Jenifer conversam na cafeteria do hospital
Leo	Ta tudo bem?
Jen	Você é que vai me dizer, sabia que andam falando mal de nós pelos cantos?
Leo	As pessoas são muito maldosas.
Jen	É verdade, são sim.. mas enquanto eu vinha pro hospital fiquei pensando muito sobre a gente, sobre a nossa amizade, e aí eu cheguei à conclusão que a gente deu bandeira, Eleonora, quer dizer, a gente deu margem para as pessoas falarem, aquela brincadeira de selinho, eu sei que não tem nada a ver, mas as pessoas maldam. Da minha parte não tem nada a ver, da sua parte também não, né???
Leo	Da minha parte, também, SIM!
Jen	Então você está dizendo que...
Leo	Eu me envolvi com você Jenifer
Jen	Não, então você..., mas é a primeira vez?
	Esse alguém não sou eu, e tira a mão de mim!
Leo	Se você quer saber se eu prefiro meninas em vez de meninos, a resposta é definitivamente sim.
Jen	Mas você... você já....
Leo	Já, já namorei uma garota, a Kátia, uma colega da faculdade, terminou porque ela se mudou para Vitória e desde então eu tenho procurado uma pessoa para viver uma relação séria, limpa, bacana.
Jen	Ce tá achando que esse alguém sou eu?
Leo	Eu adoraria que fosse
Jen	Esse alguém não sou eu, e tira a mão de mim....
Leo	Espera Jen, você não pode ir embora assim, deixar as coisas nesse pé.
Jen	Por que não posso?
Leo	Porque a gente é amiga.
Jen	É mesmo!? Não é isso que estão dizendo por aí.
Leo	Você é mais importante do que as pessoas, o que você sente.
Jen	Eu não sinto nada, eu nunca fiz nada para alimentar esse seu, essa sua...
Leo	Paixão, paixão Jenifer, a palavra é essa.
Jen	Você me enganou Eleonora, você ficou posando de amiga, mas tava querendo enrolar, pra ver se eu caía.
Leo	Olha aqui garota, o que eu sinto por você é a coisa mais bonita que eu já senti em toda a minha vida, o que eu mais quero nesse mundo é te fazer feliz, e não te enganei, não te enrolei, pelo contrário.. Eu fui tão clara, fui tão limpa, até as pedras da rua já comentam aquilo que só você não é capaz de enxergar, que a gente vai ser feliz juntas
Jen	Não, não é isso o que eu quero para minha vida, não vou me tornar uma....
Leo	Lésbica!
Jen	Você falou, nunca mais olhe para minha cara!

No capítulo 130, na cena em que estão juntas em um apartamento de uma amiga de Leo, a construção textual e imagética sugere a emergência da sexualidade. A cena das duas acordando seminuas na mesma cama é acompanhada de várias outras que mostram casais heterossexuais em poses de intimidade, sugerindo o intercurso sexual entre elas. Esse capítulo é determinante para a configuração da mudança dos rumos do relacionamento entre elas, um divisor de águas que demarca o deslocamento da amizade para a esfera amorosa/sexual.

Cena 61 Cap.130	Jen e Leo ao chegar no apartamento da amiga de Leo
Jen	Quem é que mora aqui?
Leo	Acho que isso não vem ao caso
Jen	Você pareceu tão segura quando passou lá na portaria. Quase morri de vergonha...
Leo	Jenifer, você tem certeza que quer saber? Esse apartamento é de uma colega do hospital. Ela separou do marido faz um tempo e mora sozinha. De vez em quando ela me empresta a chave e eu venho aqui.
Jen	E você vem... com amigas suas?
Leo	Nem sempre, mas de vez em quando venho sim. Jenifer, você, você veio aqui porque disse que ia falar na minha frente, olhando no meu olho, que nossa amizade ia acabar pra sempre.
Jen	É, é foi isso mesmo...
Leo	Então, to esperando, pode começar... (carinhosa). Que que foi, que que foi, Jenifer, porque você está chorando?
Jen	Porque, porque eu sei que se a gente deixar de se ver eu vou sentir falta de você, mais do que já to sentindo. E foi por isso que eu fiquei no portão da sua casa, porque eu queria te ver de novo.
Leo	Eu também, Jenifer, eu também, fui pra porta da sua casa por causa disso. Eu sinto falta de você, eu morro de saudades!
Jen	Eu tenho medo, Leo, eu não sei o que está acontecendo comigo... (chora)
Leo	Olha para mim. Eu também, eu também não sei direito o que ta acontecendo, mas uma coisa eu tenho certeza, a gente vai descobrir juntas.
Jen	Juntas, Leo?
Leo	Juntas, Jenifer, a gente vai descobrir. É o único jeito.

No diálogo acima aparece um certo jogo de palavras de Eleonora, pois em um momento anterior ela assegura a Jenifer de que sabia o que estava ocorrendo – paixão, desejo de ficarem juntas. O recurso ao "nós" – "a gente vai descobrir juntas" – sugere a busca por cumplicidade, equiparando-se a Jenifer na dúvida.

Cena 63 Cap.130	Ao acordarem, após a primeira noite juntas
Jen	E agora Leo, como é que vai ser?Agora que estamos juntas, como vai ser em relação aos outros?
Leo	Se dependesse só de mim, não haveria mentira nem subterfúgios na nossa história. Eu contaria tudo para todo mundo.
Jen	Até para os seus pais?
Leo	E também pro seu pai, pra sua avó e até para o seu irmão, que de vez em quando solta umas piadinhas bem preconceituosas.
Jen	Eu nunca teria coragem de fazer isso
Leo	Por quê? Você sente vergonha?
Jen	Não, não é isso. Mas é que eu tenho medo de magoar a minha família. Sabe, eu não quero causar sofrimentos nas pessoas que eu amo. E eu tenho certeza que eles não vão entender. Não vão entender nem suportar.
Leo	Vai ser muito mais difícil se a gente fizer as coisas escondido, Jenifer. Como duas criminosas.
Jen	Mas é claro que nós não somos isso.
Leo	E não estamos fazendo nada de errado, é uma escolha nossa e estamos felizes, não estamos?
Jen	Muito!

A partir do cap. 130, em meados de dezembro, o termo amizade, para nomear a relação entre Eleonora e Jenifer, desaparece, e começam a circular outros, cujos sentidos estão mais ligados à sexualidade, e as outras personagens passam a vê-las como um "casal". A partir do capítulo 131, quando a relação das duas já está consolidada, prevalecem os temas do amor, da família, da maternidade e do casamento, deixando a caracterização da lesbianidade em plano secundário.

Quadro 2: A ideia de "casal"

CAPÍTULOS	EIXOS TEMÁTICOS PREDOMINANTES
132, 133, 134, 135, 139 140 141 142	Afirmação da relação e novas tensões
143	Conversa com o pai de Jen
144, 146	"Abrir o jogo" Primeira referência à maternidade

148, 149	Conversa com o pai de Léo; Julgamento e sofrimento
152, 157, 160, 162, 165, 168, 169, 171, 172, 173	Bebê; Maternidade; Adoção
175, 176, 182, 183, 185, 187, 188, 190	Projeto de morar juntas: procura por apartamento, dificuldades, apoio familiar
191	Briga, separação das duas
195, 199, 201, 203	Reatamento e arrumação do apartamento
207, 208, 209, 210, 212	Processo de adoção do bebê
213, 214, 215, 218, 219, 220	Família: duas mães e um bebê Contrato de união civil Comemorações

O diálogo entre Sebastião e Eleonora aponta para diferentes concepções de lesbianidade, bem como modelos explicativos e recomendações práticas. Se para Leo a lesbianidade é vista como uma opção legítima amorosa, que precisa ser vivida, para Sebastião é algo "anormal", que requer tratamento.

Cena 85 Cap149	Maria do Carmo e Giovani vão até a casa de Sebastião conversar com ele.
Seb .	Vieram pedir para aceitar o vício dessas duas devassas? Pode dar meia volta e ir embora
Maria do Carmo	Como é que é?
Seba	Eu não aceito, e me recuso a falar...
Maria do Carmo	Do que você está falando?
Seba	Das duas sapatonas, a filha desse cafajeste..Você é um cafajeste e a sua filha é uma sapatona... (...) Eu prefiria que Eleonora tivesse morrido, antes de me dar esse desgosto
Gio	Prefiria nada. Ce não sabe do que está falando..
Seba	A culpa também é sua, que não soube criar a sua filha, só pode ter sido ela que iludiu Eleonora.
Gio	(...) não existe ilusão nenhuma nessa história, Sebastião. As duas sabem perfeitamente o que estão fazendo. Eu também fico completamente troncho só de pensar no assunto, mas a verdade, Sebastião, a verdade é que as duas se amam.
Seb	Eu tenho nojo só de pensar nessas coisas.
Gio	Mas essas coisas, Sebastião, acabaram de entrar na nossa família, e elas vieram pra ficar, então será bom você tentar controlar esse nojo.
Seb	Antes que isso aconteça eu quero morrer seco!
Maria do Carmo	Meu irmão, pelo amor de Deus, não diga uma coisa dessas, você ta falando de morte demais pro meu gosto, sabia? E acontece que vocês estão discutindo é sobre vida, isso, a vida de Jenifer e sua filha, minha querida sobrinha, e a vida de todos nós que somos membros das famílias delas.
Seb	(...) Se você acha que eu devo aceitar que a minha filhinha, que eu criei, que eu eduquei, a quem eu amei tanto, gosta de mulher, não gosta de homem está apaixonada por sua filha! (....) Farei o possível para separar as duas.
Gio	Não adiantaria. Você acha que se houvesse um jeito de fazer a minha filha Jenifer ter outro tipo de preferência, eu já não teria tentado?
Seb	Eu não to conseguindo pensar direito, ta me dando uma gastura, uma raiva, uma vontade de destruir tudo, de sair por aí destruindo o mundo inteiro
Gio	Sebastião, me ouve, tudo que você vai conseguir é acabar sendo preso. Eu também sofri gravemente as consequências dessa história. Você não tem que ficar mal com o mundo só porque sua filha tem outro tipo de preferência. Ninguém tem culpa de nada, nem ela. Eu sei que é difícil, eu sou testemunha disso, mas você não tem outra saída. Quer dizer, você só tem uma saída.
Seb	E qual é a saída?
Gio	Você tem que engolir em seco e aceitar
Seb	Entender os motivos dessa sem-vergonhice?

Os termos utilizados pelo personagem Sebastião – "desgosto", "doença", "imoral", "depravação", "safadeza", "desvio de conduta", "tara", "sapatona", "lésbica", "aberração", "vício" e "cafajeste" –, associados à manifestação de "nojo" – "preferiria que a filha morresse" –, são evocados a partir de uma matriz discursiva que coloca a lesbianidade da filha entre os discursos que a concebem desde doença até sem-vergonhice, prevalecendo uma interpretação patologizante. Esse não é um achado que surpreende, pois somos herdeiros de um discurso científico sexológico - erigido sob a égide da medicina psiquiátrica e influenciado pelas "teorias anatômicas". Nele, a noção de homossexualidade/lesbianidade adquire um status de desvio e disfunção. Na fronteira entre o normal e o patológico essas teorias criam a figura da "homossexual nata". Uma ideia bastante difundida

pelos sexólogos do final do século XIX e início do século XX concebe a sexualidade como congênita, percebendo a lésbica como invertida, um membro do terceiro sexo, uma pessoa que nasceu com alma e mente masculina, mas estava aprisionada em um corpo feminino. A partir da criação da categoria lésbica, as práticas sexuais que fogem à reprodução são consideradas "doenças" (Borges, 2008). Mas, se por um lado, a novela incorpora repertórios decorrentes de um discurso patologizante, ela, como um produto cultural pródigo em integrar expectativas diversas, disponibiliza, faz circular também outros repertórios oriundos de outras matrizes discursivas, cuja tônica não é a patologização, mas sim uma noção naturalizada e idealizada da lesbianidade

Uma cena emblemática da aceitação e inclusão do relacionamento de Leo e Jenifer (capítulo 155) é o brinde proposto por Giovani a Flaviana, no intuito de celebrar o amor entre as duas. Devidamente inseridas no contexto dos rituais de celebração que a família realiza, o diálogo abaixo ilustra as formas pelas quais elas são reasseguradas do lugar que ocupam nos vínculos familiares.

Cena 118 Cap 183	Na casa de Giovani, Daniele e ele reforçam os votos de que Leo e Jen se tornem uma "família".
Daniele	(...) Antes de eu me casar e ir para o Recife, eu vou fazer o chá de panela de vocês e quem sabe também o chá de bebê
Giovani	É isso que eu quero [risos e abraços], uma família assim no sentido tradicional do termo, porque, apesar do João Manoel, é isso o que nós somos...

O apoio familiar é reforçado por Giovani, que cede um de seus imóveis para Leo e Jenifer morarem. O contexto produzido favorece outro projeto familiar introduzido na trama: a adoção do bebê, Renato.

Cena 133 Cap. 202	Na casa de Giovani, ele oferece apoio para adoção de Renato e para Flaviana para arrumar o novo apartamento.
Giovani	(...) Afinal de contas nós somos praticamente, assim, praticamente da mesma família, por que veja o que aconteceu, o João Manoel com a Gegininha (sic), o "seu Leo" com a Jenifer e a senhora comigo, o Sebastião e eu vamos acabar sendo avós e avôs do mesmo neto
Jen	(...) Vão ser avós sim, até do Renato! Bom, o advogado ligou para a Leo e tudo indica que a reposta do juizado vai ser positiva e Leo vai ficar com o Renato.

Cena 140 Cap.208	Na casa de Giovani todos o parabenizam pelo anúncio do casamento com Maria do Carmo
Leo	E o Ministério da Saúde informa amar faz bem para todo mundo
Gio	Amar é um santo remédio e casar é melhor ainda, aliás, aqui em Vila São Miguel, a safra de casamento vai ser enorme, um verdadeiro "susto".

Amor, casamento e família são termos que emergem sem tensões ou conflitos, como se as práticas que os constituíssem não fossem distintas para as pessoas em termos de classe social, gênero e, principalmente, neste caso, de orientação sexual. A linearidade do texto da novela antecipa o próximo tema para a dupla Leo e Jenifer, inserindo o coroamento dessa união com um filho.

Se Eleonora e Jenifer já cogitavam morar juntas, o projeto de adoção acelera o processo de coabitação, um dos requisitos para adotar uma criança.

Cena 114 Cap.175	Conversa entre Leo e Jenifer sobre a busca de moradia
Leo	Eu não vou decidir nada sem te mostrar... Afinal, essa vai ser a nossa casa, né?
Jen	O que foi, bonitinha?
Leo	Eu imaginei agora a gente na nossa caminha, o Renato no quarto dele, dormindo feito um anjo, é tudo que eu mais preciso na vida para ser feliz...
Jen	Eu vou te fazer muito feliz, Leo! Tanto bem que você faz pras pessoas, você pode ter certeza, quem vai retribuir sou eu.

Discussão

O objetivo desta pesquisa foi compreender as formas de se falar sobre a lesbianidade na telenovela *Senhora do Destino* (2004-2005) a partir da análise discursiva das cenas que versavam sobre a relação das personagens Jen e Leo. A escolha de *Senhora do Destino* se deveu ao fato de ter sido a primeira novela da televisão brasileira a apresentar como personagens centrais duas mulheres que se enamoram e decidem viver juntas. Por meio dos diálogos entre as personagens, as práticas discursivas funcionaram como vias de acesso para chegar aos discursos sobre lesbianidade, tendo por referência os repertórios e as estratégias discursivas que os sustentam. A visibilidade da lesbianidade na mídia, tomando como exemplo a novela *Senhora do Destino,* e as incursões da pesquisa permitiram apreender os

termos utilizados nos dois momentos da novela e o contexto de uso. Duas perguntas nortearam a análise: (a) Quais repertórios sobre lesbianidade a novela está produzindo e divulgando? (b) Em que contextos de uso emergem, quem fala, como fala, etc.?

Os resultados desta pesquisa apontam para um duplo efeito da introdução da temática lesbianidade na novela. Por um lado, há um processo de assimilação do termo lésbica, provocando o efeito de maior "familiarização" do público com o assunto, bem como de circulação de códigos/modelos que propiciam a legitimação de relações entre pessoas do mesmo sexo. Por outro, a forma como ocorrem os processos de legitimação/aceitação não possibilita a desestabilização das normas e dos modelos sexuais hegemônicos. A retórica discursiva da novela é construída a partir da ideia de "casal", cuja referência se inscreve na Biologia (macho e fêmea), modelo naturalizado da expressão de sexualidade e que orienta a caracterização da relação entre Elenora e Jenifer em termos de polaridades de gênero. Eleonora é retratada como uma mulher decidida, que sabe o que quer e prefere enfrentar as situações sem subterfúgios, já Jenifer aparece como alguém que tem maior dificuldade de saber o que quer, apresenta dúvidas sobre si mesma e é retratada como a parte mais emocional e frágil da dupla.

Mais do que veicular informações, a mídia também produz saberes, formas específicas de comunicar o que é masculino e feminino. Segundo Foucault (2004, p. 55), discursos são práticas que sistematicamente "formam os objetos de que falam", e não se reduzem a um conjunto de signos que remetem a conteúdo ou representações. As maneiras como são valorados os gêneros implica manutenção ou subversão de comportamentos, sentimentos e interdições que ajudam a moldar a vida de homens e mulheres.

Assim, apesar do inegável avanço na discussão de temas pouco visibilizados na mídia, a inclusão do tema lesbianidade na novela, embora contemple a necessidade de explorar assuntos pouco abordados, é insuficiente para desconstruir/desestabilizar valores tradicionais.

No contexto da novela, os repertórios sobre lesbianidade passam da designação lésbica/homossexual, termos criados no final do século XIX, a outras nomeações mais estigmatizadas e menos politicamente engajadas – "sapatão", "aberração" –, mostrando a circulação de diferentes discursos, cujos sentidos competem entre si. As personagens se dividem entre os/as que utilizam jargões e opinam menos favoravelmente sobre a relação lésbica e aqueles/las que, apesar de não aceitarem a relação, apresentam uma opinião mais favorável.

A polarização entre repúdio e aceitação é um dos motores que os veículos de comunicação utilizam para manter o interesse da audiência. No entanto, essas posições variam durante a linha narrativa da novela, indicando que as opiniões podem mudar segundo os contextos, as interações e negociações ocorridas. Sebastião e Giovani, pais de Eleonora e Jenifer, a princípio manifestaram, de diferentes modos e intensidades, aceitar o relacionamento de ambas. Os diálogos se mostram persuasivos através da força legitimadora da ideia de amor, de casal, de família e de maternidade, culminado na mudança de atitude, primeiro de Giovani e depois de Sebastião. A argumentação que prevalece no texto é baseada na díade amor e família, e as personagens Giovani e Sebastião atuam como guardiões e disseminadores de normas sociais. Assim, a construção de perfis "bem comportados" e adequados, tendo como referência a norma heterossexual e a tônica do amor romântico, aliados ao poder de sedução do drama, constituiu aspecto fundamental para a permanência do assunto na novela. A mídia, especialmente a telenovela, tem uma forma particular de gerar e disseminar mensagens, atuando como espaço institucionalizado e com tendência normalizadora que constrói, reproduz e veicula repertórios sobre comportamento amoroso.

Uma das perguntas suscitada ao longo desta pesquisa é se, ao eleger algumas práticas para serem publicizadas, não silencia arranjos que extrapolam o casamento, o formato familiar, a monogamia, excluindo do campo de legitimação as relações fora do casamento, da monogamia, os solteiros/as, e aquelas que não estão regidas pelo casamento ou pela família.

Ao incluir o tema da lesbianidade, a novela expõe o que Butler (2003) denomina de "o dilema por reconhecimento público". Por um lado, viver sem as normas do reconhecimento público pode gerar sofrimento psíquico e limitações de toda ordem; por outro, se as normas de reconhecimento não forem desafiadas criticamente, a demanda por reconhecimento pode resultar em processos de hierarquia social, reiterando normas sociais.

Apesar de a mídia atuar como uma via para a reflexão, através de seus produtos culturais, a novela aqui analisada não consegue provocar interrogações sobre a lógica do que é concebido como legítimo ou não. Esta parece ser uma tarefa mais compatível com o lugar de pesquisador/a interessado/a – pensar política e criticamente as questões atuais.

É nesse enquadre que a postura construcionista, nas vozes de Ibáñez (1994), Hacking (2001), e Spink e Frezza (2000), possibilita pensar que a criação de categorias específicas, como homossexualidade/lesbianidade e os termos a elas associados (homossexual e lésbica), fazem parte de uma história recente. Permite, portanto, problematizar determinadas definições concebidas como "naturais", incitando a busca de compreensão dos contextos nos quais elas foram produzidas,

assim como indagar sobre o impacto das categorias na vida das pessoas. Desestabilizar categorias implica questionar, de um lado, os limites das teorizações sobre a homossexualidade/lesbianidade, de outro, abrir caminhos para outras configurações de pensamento.

Nota

* Financiamento CAPES

Referências bibliográficas

Bakhtin, M. (1994). The problem of speech genre. In C. Emerson & M. Holquist (Eds.), *Speech genres and other late essays* (pp. 60-102). Austin, Texas: University of Texas Press.

Borges, L. (2008). *Repertórios sobre lesbianidade na novela Senhora do Destino: possibilidades de legitimação e de transgressão*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero*: *feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cocchiola, R. (2004). *A linguagem do stress na televisão: a diversidade de usos no Big Brother Brasil* 1. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Davies, B. & Harré, R. (1990). Positioning: The discursive production of selves. *Journal for the Theory of Social Behaviour, 20*(1), 43-63.

Foucault, M. (1984). *História da sexualidade l. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2004). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária. (Trabalho original publicado em 1969)

Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, *40*(3), 266-275.

Hacking, I. (2001). *La construcción social de qué?*. Barcelona: Paidós.

Ibáñez, T. (1994). *Psicologia social construcionista*. Guadalajara: Universidade de Guadalajara.

Íñiguez, L. (2003). La psicologia social en la encrucijada postconstrucionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In *Anais do XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social* [CD-ROM]. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Kitzinger, C. (1987). *The social construction of lesbianism*. London: Sage.

Medrado, B. (1997). *O masculino na mídia: repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva nacional.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Medrado, B. (2000). Textos em cena: a mídia como prática discursiva. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 243-271). São Paulo: Cortez.

Passarelli, C. A. F. (1998). *Amores dublados: linguagens amorosas entre homens no filme La ley del deseo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour*. London: Sage Publication.

Rich, A. (1980). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs*, *5*(4), 631-660.

Rubin, G. (1975). The traffic in women: notes on the "political economy" of sex. In: R. Reiter (Org.), *Toward and antropology of woman* (pp.157-210). New York: Monthly Review.

Spink, M. J. & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J & Medrado, B. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 41-61). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. & Menegon, V. M. (2000). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 63-92). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. & Menegon, V. M. (2004). Práticas discursivas. In L. Iñiguez (Org.), *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais* (pp. 258-311). Rio de Janeiro: Vozes.

Thompson, J. B. (2004). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Lenise Santana Borges é Doutora em Psicologia Social, Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, fundadora do grupo Transas do Corpo. Endereço para correspondência: PUC de Goiás - Departamento de Psicologia. Av. Universitária 1.440, Setor Universitário. CEP: 74605-010. Goiânia/GO.
Email: esinel@uol.com.br

Mary Jane Paris Spink é Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Psicologia Social pela London School of Economics and Political Science, Universidade de Londres. Endereço para correspondência: PUC de São Paulo - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Rua Monte Alegre, 984, Perdizes. CEP: 05015-000. São Paulo, SP.
Email: mjspink@pucsp.br

Repertórios sobre lesbianidade na mídia televisiva: desestabilização de modelos hegemônicos?
Lenise Santana Borges e Mary Jane Paris Spink

Recebido em: 03/02/2009
Revisão em: 18/09/2009
Aceite final em: 16/10/2009

Psicologia & Sociedade; 21 (3): 453-462, 2009

A DIFÍCIL TAREFA DE COMPREENDER OS ARRANJOS ESPACIAIS CONTEMPORÂNEOS

Ana Maria Nicolaci-da-Costa
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: Ao longo da história, tempo e espaço mantiveram uma relação estável e equilibrada. Com a descoberta do vapor e de outras fontes de energia inanimada, nos séculos XVIII e XIX, há uma profunda mudança nesse quadro. O tempo é acelerado e essa aceleração se torna uma das principais características da modernidade. Nas últimas décadas do século XX, acontece outra transformação radical na relação tempo/espaço. As novas tecnologias de informação e telecomunicação, os transportes cada vez mais rápidos e a derrubada de fronteiras modernas instauram a era da instantaneidade, dos novos espaços virtuais e da fácil circulação de informação, pessoas e bens. Novos arranjos espaciais subvertem os existentes na modernidade; o espaço ganha proeminência. O presente artigo examina reflexões e pesquisas feitas sobre os espaços contemporâneos e oferece uma colaboração teórica calcada nos resultados de uma pesquisa sobre o uso de um conjunto de espaços virtuais e físicos por jovens brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: tempo; espaço; modernidade; contemporaneidade.

THE HARD TASK OF COMPREHENDING THE CONTEMPORARY SPACE ARRANGEMENTS

ABSTRACT: Throughout history, time and space maintained a stable and balanced relationship. With the discovery of steam and other sources of inanimate energy, in the 18th and 19th centuries, this picture changes dramatically. Time is accelerated and its acceleration becomes one of the central distinctive features of modern age. In the last decades of the 20th century, there is another radical transformation in the time/space relationship. The new information and telecommunication technologies, the increasingly faster means of transportation and the disappearance of many modern frontiers generate an era of instantaneous communication, virtual spaces and easy circulation of information, people and goods. New space arrangements which subvert the modern ones emerge; space becomes prominent. The present paper examines already published reflections and researches on contemporary spaces. It also offers a theoretical contribution based on the results of an investigation into the use of a host of virtual and physical spaces by young Brazilians.

KEYWORDS: time; space; modern age; present days.

Ao longo dos séculos, tempo e espaço mantiveram uma associação estável. Espaço era aquilo que homens, mulheres e crianças podiam atravessar com maior ou menor rapidez utilizando recursos básicos, como as próprias pernas ou as pernas de um animal. Em contrapartida, tempo era aquilo de que se necessitava para percorrer um determinado espaço fazendo uso desses mesmos recursos (Bauman, 2000/2001).

Na passagem do século XVIII para o XIX, a utilização do vapor como fonte de energia inanimada dá início à mecanização, acelera o tempo e põe fim a essa estabilidade. Surgem meios de transporte que reduzem progressivamente a duração dos deslocamentos espaciais. Surgem, ainda, outras fontes de energia e outras tecnologias, algumas das quais, como o telégrafo e o telefone, geram a aceleração-limite do tempo e tornam o espaço irrelevante ao permitirem o contato instantâneo entre pessoas distantes.

Na visão de diversos autores (Bauman, 2000/2001; Harvey, 1989/1999; Sennett, 1998/1999), essa profunda alteração na tradicional associação tempo-espaço é um dos elementos constitutivos do período moderno. Bauman chega a declarar que "a modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes..." (Bauman, 2000/2001, pp. 15-16).

Na modernidade, tal separação resultou no predomínio do tempo sobre o espaço, pois, "... a modernidade é, talvez mais que qualquer outra coisa, a *história do tempo*" (Bauman, 2000/2001, pp. 128-129). Na contemporaneidade, porém, isso muda.

Nas últimas décadas do século XX, o avanço das tecnologias de telecomunicação – ainda caracterizado primordialmente pela integração de diferentes pontos do mundo via satélite – permite que a aceleração-limite

do tempo, já atingida de forma restrita no período moderno, se alastre. É inaugurada a era da instantaneidade e da integração multinacional. Como consequência, as concepções de tempo e espaço sofrem uma nova mudança radical que, para muitos (entre os quais, Bauman, 1997/1998, 2000/2001; Harvey, 1989/1999, Jameson, 1984,[1] 1991/1997; Sennett, 1998/1999; Virilio, 1984/1999), marca o fim do período moderno.

Nessa nova era, como afirma Jameson, "nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais [passam a ser] dominadas pelas categorias de espaço e não [mais] pelas de tempo" (Jameson, 1991/1997, p. 43). Como resultado, as novas concepções de espaço ganham proeminência nos debates sobre as características do mundo de hoje. E, mesmo antes da vertiginosa difusão das sofisticadas tecnologias de informação e telecomunicação contemporâneas (principalmente da Internet e da telefonia celular), ocorrida a partir de meados da década de 1990, alguns autores já se preocupavam com a nossa – humana – incapacidade de *pensar* os novos espaços pelos quais transitamos e nos quais vivemos.

Jameson e Augé são dois bons exemplos. Jameson refere-se à "incapacidade de nossas mentes... de mapear a enorme rede global e multinacional de comunicação descentrada em que nos encontramos presos" (Jameson, 1991/1997, pp. 70-71). Já Augé afirma que "vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Temos que reaprender a pensar o espaço" (Augé, 1992/2001, p. 37).

Repensando o espaço

As duas últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI vêm presenciando muitas tentativas de repensar o espaço. Estas partem de pontos de vista diferentes e independentes, formando um cenário pouco integrado. Várias, no entanto, encontram um mesmo obstáculo para a apreensão das complexidades dos espaços em que vivemos nos dias de hoje: a dificuldade de abandonar as concepções modernas nas quais fomos socializados.

Grosso modo, pode-se dizer que tais tentativas dizem respeito a dois momentos principais. O primeiro corresponde aos esforços de apreensão e compreensão das alterações introduzidas no espaço físico pela crescente rapidez dos transportes e pela instantaneidade das comunicações via satélite. Já o segundo abarca as tentativas de captação principalmente das consequências do surgimento de um espaço *virtual* autônomo – aquele gerado pela interconexão dos computadores mundiais – e das alterações ocorridas no espaço físico em função da difusão da telefonia móvel.

A seguir serão brevemente apresentadas algumas dessas análises já detidamente discutidas em outro trabalho (Nicolaci-da-Costa, 2005). Sua exposição respeitará esses dois momentos e, dentro de cada um, será organizada em função da cronologia de publicação. Feito isso, serão destacadas as principais tendências que perpassam essas diferentes reflexões em ambos os momentos.

A Cronologia de Diferentes Análises

Ainda na década de 1980, Deleuze & Guattari (1980/1997) argumentam que, para entender as mudanças pelas quais estão passando nossas sociedades, é necessário pensar as mudanças espaciais que a elas estão vinculadas. Para fazer isso, propõem as categorias de espaço "liso" e "estriado" como metáforas para diferentes tipos de organização e dinâmica sociais. A seu ver, o espaço "estriado" se assemelha a um tecido com suas tramas de fios verticais e horizontais que se entrecruzam. É, portanto, emblemático da organização e do funcionamento sociais do sistema capitalista da era moderna, marcados que estes eram por certezas, barreiras ou fronteiras. Já o espaço "liso", dizem, se assemelha ao feltro, no qual não há distinção entre fios nem tampouco entrecruzamentos; há apenas um emaranhado de fibras. Embora liso, tal como o feltro, este espaço não é homogêneo. E mais, desconhece certezas, demarcações, limites, fronteiras, centros, direções. Induz ao nomadismo, à circulação, e é perfeito como metáfora para o período pós-moderno ou contemporâneo. [2]

Na mesma década, autores da chamada corrente pós-modernista, como Jameson (1984, 1991/1997), Virilio (1984/1999), Harvey (1989/1999) e Augé (1992/2001) também mostram estar preocupados com as novas organizações espaciais, com a queda de barreiras e fronteiras e com a crescente circulação de pessoas e bens.

Jameson discorre sobre um "hiperespaço" tão novo e multifacetado que "consegu[e] ultrapassar a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável" (Jameson, 1991/1997, p. 70). Virilio vê a instantaneidade como geradora de diversos tipos de "poluição" espacial, a principal das quais é o encolhimento do mundo. Harvey (1989/1999) afirma que, na pós-modernidade, a velocidade e a instantaneidade têm como resultado a quase completa aniquilação dos obstáculos espaciais. A seu ver, contudo, nem todos têm sua mobilidade aumentada. Os capitalistas se tornam altamente móveis dado que o capital desconhece fronteiras e pode arcar com os custos de meios de transporte velozes e sistemas de telecomunicação sofisticados. Os trabalhadores, no entanto, permanecem presos aos seus territórios. Augé (1992/2001) identifica um paradoxo: se, por um lado, o mundo encolheu em virtude da aniquilação do espaço, por outro, está havendo uma superabundância espacial causada pelas mudanças de escala a partir das quais tempo e espaço são medidos. Tal superabundância, por

sua vez, gera consideráveis modificações físicas, como as novas formas de nomadismo (para ele, não restritas à elite capitalista) e a proliferação de lugares de passagem (os "não-lugares").

A vertiginosa difusão das tecnologias de informação e telecomunicação na década de 1990 introduz outro importante elemento nesse cenário: um espaço alternativo ao físico. Entre os pós-modernistas, Bauman (1997/1998, 2000/2001) é o primeiro a reconhecer a existência de tal espaço. Entretanto, talvez sob o efeito da concepção de mobilidade diferenciada de trabalhadores e capitalistas de Harvey, para Bauman, esse novo espaço "extraterritorial" não passa de uma espécie de "bolha", frequentada pelas elites mundiais, cujas características próprias não se dedica a analisar. Tal como no caso dos outros pós-modernistas já mencionados, seu interesse continua preso às alterações no espaço físico. Nesse sentido, dá concretude ao nomadismo sugerido pela metáfora do espaço "liso" de Deleuze e Guattari ao enfatizar a "fluidez" da movimentação de pessoas e coisas acarretada pela derrubada das fronteiras e barreiras modernas. Registra, também, a emergência de novos arranjos espaciais resultantes da crescente mobilidade de tudo e todos (a exemplo dos "não-lugares" mencionados por Augé).

Uma vez difundida a Internet, aparecem outras formas de pensar o espaço por ela gerado. Diferentemente da tendência pós-modernista de enfatizar o encolhimento do mundo (físico), vários autores começam a ressaltar a amplitude e a autonomia em relação às leis da física do novo espaço virtual (Wertheim, 2001).

Castells denomina esse novo espaço de espaço dos "fluxos", dado que ele se organiza em torno de "práticas sociais de tempo compartilhado por meio de fluxos" (1996/2000, pp. 436-437). A fluidez é, portanto, registrada em uma nova dimensão (desta feita tecnológica). Para ele, o espaço dos fluxos é tão importante que domina e molda a nova organização social contemporânea, a da "sociedade em rede".

"Espaço dos fluxos" não é, no entanto, a nomenclatura mais difundida para fazer referência ao espaço gerado pela conexão em rede dos computadores mundiais. Muitos preferem se referir ao "ciberespaço".[3] Para Lévy (1990/1993), um de seus mais conhecidos analistas, Internet e ciberespaço são a mesma coisa: um espaço autônomo no qual a humanidade passou a viver parte da vida.

Novos rearranjos do espaço físico e um novo espaço virtual para a vida cotidiana não esgotam, contudo, a gama de espaços aos quais temos acesso diariamente. O quadro se torna ainda mais complexo quando é levado em conta o hibridismo físico-móvel-virtual dos espaços produzidos pela telefonia celular. Então, temos que aguçar nossa sensibilidade e tornar ainda mais flexíveis nossas formas de pensar de modo a captar arranjos espaciais singulares característicos do nosso tempo. Vejamos.

A principal propriedade da telefonia celular é certamente a sua capacidade de conectar, instantaneamente, diferentes pontos do espaço físico independentemente da mobilidade dos interlocutores e/ ou da distância que os separa. Esta conectividade, por sua vez, produz uma *fluidificação do espaço físico* que vem sendo identificada por diversos pesquisadores (Ito & Okabe, 2003; Kopomaa, 2000; Ling, 2004; Mäenpäa, 2001). Isso quer dizer que a fluidez virtual como que se acopla ao espaço físico e o transforma, aumentando de modo radical a mobilidade das pessoas já detectada anteriormente. Em outras palavras, de posse de nossos celulares, podemos fluir por um espaço híbrido, um espaço físico que pode a qualquer momento ser conectado ao virtual por meio de comunicações via celulares.

Outra importante mudança produzida pela telefonia celular é a produção de espaços privados virtuais móveis, que fazem com que muitos estudiosos se refiram ao celular como um "lugar", adjacente, porém fora do espaço doméstico, público ou do trabalho (Kopomoaa, 2000; Nicolaci-da-Costa, 2005); um lugar para o qual se pode fugir para bater papo sobre qualquer assunto (Puro, 2002).

Principais Tendências Encontradas nessas Diferentes Análises

Essa breve revisão da literatura revela que há pouco consenso entre os autores que vêm se dedicando a estudar os espaços contemporâneos. Sob os primeiros impactos da difusão da comunicação via satélites e da popularização de meios de transporte sempre mais ágeis, muitos falam do "encolhimento do mundo", sendo que alguns, tais como Augé e Virilio, veem tal encolhimento como a "aniquilação do espaço". A partir de diferentes óticas, no entanto, mesmo nesse primeiro momento, a tendência mais frequente – encontrada, por exemplo, em Deleuze e Guattari, Harvey e Bauman – é a de enfatizar a crescente mobilidade, ou "fluidez", de tudo e de todos em virtude da derrubada de fronteiras e barreiras antes existentes.

O contraste entre esse primeiro cenário e aquele que emerge após a entrada em cena da Internet e da telefonia celular é grande. Enquanto que antes se falava no encolhimento do mundo (físico), passa-se a enfatizar a amplitude do espaço gerado pela Internet (que se subdivide numa miríade de espaços) e a fluidez de circulação de tudo que não é material que ele permite. Já no que diz respeito à telefonia celular, começa-se a falar de espaços privados virtuais e, principalmente, da fluidificação do espaço físico acarretada pelo frequente uso dos celulares.

Apesar da complexidade de toda essa discussão, é interessante observar que duas linhas de raciocínio principais nela estão constantemente presentes. A elas correspondem tendências aparentemente antagônicas nos modos de conceber os espaços contemporâneos.

A primeira dessas tendências se expressa por meio da constatação de que, se analisados independentemente, a partir de suas características únicas, os espaços contemporâneos são múltiplos. São muitos os espaços físicos pelos quais circulamos, são muitos os espaços (i.e. ambientes, plataformas e congêneres) gerados pela internet, são muitos os espaços conectados ou gerados pela telefonia celular. Tendo em vista a já mencionada dificuldade de abandonarmos concepções modernas, tal multiplicidade, por seu turno, parece pressupor que alguma linha divisória – membrana, barreira ou fronteira – separa esses espaços uns dos outros (não importa que estes sejam físicos, virtuais ou híbridos).

Em contrapartida, vários dos estudos discutidos na seção anterior defendem uma visão que se opõe a esta. Mesmo que recorram a diferentes nomenclaturas, autores tão diferentes como Deleuze e Guattari, Bauman, Harvey, Ling, Mäenpäa, Kopomaa e Ito e Okabe revelam a existência de um mesmo fenômeno. Para eles, a queda, ou diluição, de muitas das inúmeras membranas, fronteiras e barreiras (características do período moderno), que anteriormente insulavam diferentes áreas da experiência, também incide sobre os espaços contemporâneos. Em consequência, estes sofrem um processo de alisamento. A contemporaneidade seria, portanto, dominada por aquele que Deleuze e Guattari chamaram de "espaço liso", no qual nossa movimentação está se tornando cada vez mais fácil, ou "fluida" para usar a terminologia de Bauman.

Esse é o quadro que se apresenta a partir do que dizem aqueles que *pensam* os espaços contemporâneos. Resta saber qual a percepção que têm desses mesmos espaços aqueles que simplesmente *vivem* neles. Do que será que estes se dão conta?

Pesquisa

De modo a procurar respostas para essa pergunta, foi realizada uma pesquisa com jovens que, desde tenra idade, estão acostumados a circular com assiduidade por diversas vertentes de todas as três grandes categorias de espaço (físicos, virtuais e híbridos). A intenção era a de fazer um levantamento o mais detalhado possível das percepções que eles têm tanto do espaço físico quanto dos espaços pelos quais circulam ao fazerem uso das novas tecnologias de informação e comunicação, com as quais estão sempre muito familiarizados. Para tanto, como será discutido abaixo, recorreu-se a essas próprias tecnologias para o levantamento de dados.

Metodologia

Em todas as suas etapas, a presente pesquisa foi norteada pelos princípios e procedimentos do Método de Explicitação do Discurso Subjacente – MEDS (Nicolaci-da-Costa, 2007; Nicolaci-da-Costa, Romão-Dias, & Luccio, 2009)

O MEDS – especificamente elaborado para esse tipo de estudo exploratório – é um método qualitativo cuja coleta de dados é feita principalmente por meio de entrevistas abertas em contextos informais. Tendo em vista que contextos informais existem tanto na vida "real" quanto na "virtual", essas entrevistas podem ser levadas a cabo a partir de entrevistas face a face ou de entrevistas online (Nicolaci-da-Costa et al., 2009). No caso desta pesquisa, foi feita a opção pelas últimas.

Participantes

O recrutamento dos participantes foi feito de acordo com os seguintes critérios: (a) todos os participantes deveriam ser estudantes entre 18 e 25 anos, pois estes são usuários de praticamente todas as tecnologias disponíveis no mercado; (b) todos os jovens deveriam pertencer às camadas médias ou altas porque o acesso a essas tecnologias pode ser dispendioso; (c) todos os participantes deveriam minimamente ter celular próprio e fazer uso de um computador residencial; (d) todos deveriam residir na cidade do Rio de Janeiro, local de realização da pesquisa. Restrições a sexo ou profissão foram julgadas desnecessárias.

Com base nesses critérios, foram selecionados 20 jovens a partir de indicações de amigos e conhecidos. A todos foram atribuídos nomes fictícios para a preservação de seu anonimato. Sua média de idade era de 21 anos.

Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais realizadas online (Nicolaci-da-Costa et al., 2009) através do popular programa de bate-papo em tempo real MSN Messenger. O uso de entrevistas online tornou a pesquisa interessante e natural para os participantes e permitiu que fossem investigados aspectos de seu uso de diferentes espaços que não poderiam ter sido levantados por meio de entrevistas presenciais convencionais. Os entrevistados dominavam as ferramentas de bate-papo e demonstraram estar muito à vontade.

Todas as entrevistas foram baseadas em um roteiro estruturado (Nicolaci-da-Costa, 2007) construído especialmente para a pesquisa. Esse roteiro era composto por itens a partir dos quais deveriam ser formuladas as perguntas *durante a própria entrevista* de modo a

preservar as características de conversas informais. Embora estruturado, o roteiro era usado de forma flexível durante as entrevistas, o que significa dizer que a ordem dos itens podia ser alterada de modo a manter o fluxo de associações do entrevistado (Nicolaci-da-Costa, 2007).

O roteiro era dividido em duas partes. A primeira era composta de perguntas objetivas sobre cada um dos participantes, tais como: idade, o que estudava, há quanto tempo usava a Internet e há quanto tempo usava celular.

Já a segunda parte era composta por itens/perguntas de cunho mais investigativo e subjetivo. Esses itens se baseavam na observação dos hábitos que os jovens têm de usar, constante e no mais das vezes simultaneamente, diferentes tecnologias – interativas ou não – que lhes facultam o acesso a diferentes tipos de espaço. Intencionalmente, no entanto, nesses itens nenhuma menção era feita a categorias espaciais. Queríamos investigar se estas surgiriam espontaneamente, o que indicaria que os entrevistados tinham consciência de seu trânsito por diferentes espaços.

Logo no início da entrevista, era solicitado que o entrevistado/a enviasse ao entrevistador (pelo próprio MSN ou por email) um *print screen*[4] da tela de seus computadores para que pudéssemos examinar quantas janelas estavam abertas para quais programas (ou "ambientes"). O *print screen* servia como disparador da entrevista.

Seguiam-se perguntas calcadas nos itens do roteiro, quase sempre acompanhadas de perguntas de aprofundamento (por quê?, como?, quando?, onde? e semelhantes), que podiam ser introduzidas sempre que necessário. Do roteiro faziam parte 22 itens e vários subitens sobre o uso de diferentes tecnologias. Dentre eles, os relevantes para a presente discussão eram: (a) o que o entrevistado/a tinha em volta do computador; (b) o que usava ao mesmo tempo em que o computador; (c) o que NUNCA usava ao mesmo tempo em que o computador; (d) em qual cômodo da casa estava; (e) onde estava seu celular; se tinha televisão por perto e se estava ligada; se o som estava ligado; se estava fazendo mais alguma coisa além de estar no computador; o que estava usando naquele momento no computador; se havia mudado alguma coisa desde o envio do *print screen*; (f) o que costumava usar ao mesmo tempo: computador, celular, telefone fixo, televisão, som, televisão, chat; como lidava com isso; (g) como se sentia fazendo várias atividades ao mesmo tempo no computador; (i) como se sentia fazendo várias atividades ao mesmo tempo fora dele; (j) com quantas pessoas costumava falar no MSN; caso o número variasse, a que se devia essa variação; naquele momento, com quantas pessoas estava falando além do entrevistador; (k) se falava no celular em lugares públicos; o que fazia para ter uma conversa íntima quando havia muita gente por perto; caso se afastasse, se achava que isso garantia a sua privacidade; (l) o que achava da lei que proíbe o celular enquanto a pessoa dirige; qual a dificuldade de falar no celular e dirigir ao mesmo tempo; qual a diferença entre falar, dirigindo, no celular e com uma pessoa ao lado; (m) qual a situação real que mais se assemelha ao: MSN, Orkut, e-mail, blog, fotolog.

Análise dos Dados

Todos os depoimentos foram salvos e copiados em arquivos do Microsoft Word para facilitar seu manuseio. Seguindo as técnicas do MEDS (Nicolaci-da-Costa, 2007), primeiramente foi levada a cabo a análise interparticipantes, na qual todas as respostas de todos os entrevistados/as foram reunidas a partir dos itens/perguntas feitos. As respostas a cada item foram analisadas como um bloco. Desse modo, obteve-se uma visão de conjunto que possibilitou a identificação e categorização das respostas recorrentes nos discursos dos entrevistados. Na segunda etapa – a da análise intraparticipantes – foram examinadas as respostas de cada um dos participantes em busca de possíveis inconsistências ou contradições reveladoras de algum discurso subjacente. Estas não foram encontradas. Nos depoimentos, havia somente os titubeios e reticências típicos de quem está falando sobre algo pela primeira vez. Assim sendo, os resultados abaixo têm como base somente a análise interparticipantes.

Resultados

Os depoimentos coletados mostram que os espaços físicos nos quais as entrevistas se desenrolaram eram muito semelhantes. Em praticamente todos os casos, os entrevistados estavam em seus próprios quartos, nos quais dispunham de inúmeros aparelhos – interativos ou não – que lhes permitiam acesso a outros espaços. Para simplificar a presente exposição, estes serão chamados de "aparelhos-portais", pois abriam "portas" para outros espaços.

O computador e seus periféricos (como, por exemplo, a webcam e caixas de som) ocupavam um lugar central nesses quartos. Quase invariavelmente havia uma televisão, o celular, muitas vezes um telefone fixo e, algumas vezes, um rádio. Estes se misturavam a livros, CD´s, ursinhos de pelúcia, câmeras fotográficas, ipods e congêneres, como acontece de praxe em quartos de jovens.

À guisa de exemplo, examinemos o que dizem dois dos entrevistados quando perguntados sobre o que havia em volta de seus computadores.[5]

Rafael revela ter "*uma televisão, as caixinhas de som..., impressora, uma rede, 3 dvds, um livro de direito trabalhista e um pacote de camisinhas*". E onde está seu celular? Rafael diz: "*do meu lado...como sempre. pra não perder nenhuma ligação*".

Em resposta à mesma pergunta, outra entrevistada, Gabriela, diz: "[o] *telefone, fica bem do ladinho!!!*". Acrescenta, ainda, "*tem um ursinho..., o Wilson (meu cofre) e o Alemão (minha web cão), meu celular, meu radio, ipod, meu tel sem fio, tv, dvd*".

Para identificar como eles lidavam com toda essa parafernália de modo a alcançar outros espaços a partir de seus quartos foi necessário estabelecer alguns critérios de agrupamento. Esses critérios nortearão a exposição abaixo.

O que faziam nos computadores

Os *print screens* que nos foram enviados eram bastante reveladores. Mostravam claramente que eles estavam conectados a vários espaços distintos a partir de seus computadores. Fazendo uso das já consolidadas metáforas concebidas pela Microsoft para a plataforma Windows, nas barras de tarefas que apareciam nesses *print screens* estavam registradas as "janelas" que eles haviam aberto para diferentes "ambientes".

Os entrevistados tinham sempre várias janelas abertas. Em geral, estas lhes facultavam acesso a programas interativos como o MSN Messenger, a sites de relacionamento como o Orkut, aos espaços de trabalho do Word ou do Power Point, ao YouTube e a outros ambientes. Seguem-se alguns exemplos.

Durante a entrevista, Julia conversava com a entrevistadora e outras duas pessoas no MSN. Além disso, tinha abertos o Orkut, o Outlook, um site, o Windows Media Player e o Word. Joy falava com cinco pessoas no MSN, tinha abertos o Orkut, o Word e ouvia música no iTunes. Marcos tinha abertos uma pasta do Windows Explorer, o Windows Media Player, um site e conversava com nove pessoas pelo MSN.

Esses exemplos mostram que, no mínimo, eles ativamente usavam o MSN para se conectar ao entrevistador e a vários outros interlocutores que estavam em diferentes espaços físicos, espaços esses que, provavelmente, influenciavam suas conversas online. Mas, isso não era tudo. Eles também frequentemente "visitavam" os perfis de amigos no Orkut, "entravam" no espaço do Word ou do Power Point para fazer seus trabalhos para a faculdade, no YouTube para ver um vídeo ou ainda em qualquer outro ambiente dos vários que tinham aberto e/ou podiam abrir.

Ficou claro que, para a maior parte dos entrevistados, fazer várias coisas em ambientes diferentes no computador era a norma, e não a exceção. Julia, por exemplo, diz: "*se eu NÃO estou fazendo tudo* [ao mesmo tempo] *... aí me sinto meio entediada*". Fernanda dá um testemunho análogo: "*se tiver com menos coisa eu fico achando alguma coisa inutil pra fazer, ... ai* [aí] *abro o jogo de paciencia e coisas do tipo*".

É deste "fazer tudo ao mesmo tempo" que os entrevistados têm consciência. A esmagadora maioria não parece se dar conta de que, para que possam fazer várias coisas "ao mesmo tempo" em diferentes ambientes, têm que entrar e sair de espaços distintos. Somente uma entrevistada – Priscilla – se referiu espontaneamente a estar em diferentes "lugares" no computador. Para ela, no mundo "real", "*eh dificil estar em dois lugares ao mesmo tempo né! o q eh bem diferente no pc* [computador] *onde temos a sensação de estarmos virtualmente transitando por vários lugares ao msm* [mesmo] *tempo*."

Quando solicitados a fazer comparações entre os ambientes mais usados na Internet e *situações* no mundo "real", alguns fizeram analogias com espaços diferenciados no mundo físico. Essas comparações, contudo, não foram nem majoritárias nem sistemáticas, o que parece novamente indicar uma ausência de percepção desses ambientes virtuais como espaços.

Para Priscilla, por exemplo, o MSN pode ser comparado a uma

> *praia ... tem aquela conversa no calçadão com quem vc encontra casualmente q geralmente não dura mt tempo ..., tem aquele mergulho no mar com aquela sua beeeeeeest* [melhor amiga] *q vc consegue contar coisas secretas ... e aquele papo de um bando de gente torrando na areia ...!*

Já o Orkut ela associa à famosa Rua das Pedras em Búzios. Diz:

> *tem um bando de genteeeeee q vc vê sempre, ... vc falaria com um ou outro (aqueles scraps* [recados] *básicos e simpáticos), tem aquelas pessoas q vc toma aquelas tequilas e fica junto a night toda e como consequência disso altos depoimentooos, lembranças, homenagens...e tem aquele povo amigo do amigo, colega do peguete* [espécie de "ficante"]*, q vc tem ali naquela rua (pág* [página]*) mas nem fala direito.*

Nem todos os entrevistados, contudo, têm a capacidade de visualização de Priscilla. E-mails foram geralmente comparados a cartas. Os blogs não suscitaram nenhuma comparação com um espaço físico; a analogia mais comum foi com diários. Já os fotologs geraram uma única comparação com porta de boate. Segundo Francisco: "*nego vai pra lá so pra ver a cara de todo mundo, nego fala um oi ouve uma ou duas frases e ja muda...*".

Uso Simultâneo do Computador e de Outros "Aparelhos-Portais"

No espaço físico de seus quartos, não é somente no computador que os entrevistados realizam atividades

múltiplas. Diversos aparelhos-portais são frequentemente utilizados junto com o computador, novamente sem que esses jovens demonstrem ter qualquer consciência de trânsito por espaços diferentes.

São muitos os participantes que mantêm a televisão ligada enquanto usam o computador. Rafael diz: "*eu ligo o pc* [computador] *e ligo a tv ao msm* [mesmo] *tempo sempre*". Marcos revela que deixa a televisão ligada e fica "*escutando programas de esporte,ou vendo jogo,... normalmente tem tv,pc e as vezes videogame ligado ao mesmo tempo...*". Priscilla revela que a televisão "*fica ligada, só por estar ligada msm* [mesmo] *e se o msn estiver pouco badalado eu dou uma atençãozinha de leve*".

Dado que a TV não exige interatividade e atenção, ela pode ficar ligada ao fundo para ser assistida eventualmente. O mesmo não acontece com o celular e o telefone, que exigem que seus usuários deem atenção ao que neles se desenrola. Alguns abandonam o computador temporariamente para falar no celular ou telefone fixo. É o caso de Marcos, que deixa o computador para atender o celular ou o telefone fixo, ao passo que continua vendo televisão enquanto fala no celular ou telefone: "*normalmente qndo* [quando] *eu to no cel* [celular] *eu saiu* [saio] *do pc* [computador] ,*e qndo desligo retorno ... tel fixo,eu tbm* [também] *saiu do pc ... tv eu so saiu se tiver passando jogo do vascao ahuhauha* [riso] *... oou,algum filme... q eu queira ver*."

Para outros, no entanto, o computador e o celular/telefone podem ser conjugados, embora com alguma dificuldade. Patrícia, por exemplo, revela conseguir usar o celular e o computador ao mesmo tempo, mas acrescenta que "dói o pescoço". Rafael também aponta uma dificuldade de ordem motora para conjugar o uso do celular com o do computador: "*fica meio dificil de usar o mouse, o teclado e o celular ao msm* [mesmo] *tempo, afinal só tenho duas mãos...rs ... mas em geral é trankilo...rs ... soh digito mais devagar*".

Não houve nenhum depoimento que indicasse alguma consciência da parte dos entrevistados de que os espaços gerados pelos celulares ou telefones e pelos computadores são bastante distintos e incompatíveis.

Uso dos Celulares Fora de Casa

Fora de casa, o celular substitui o computador como plataforma de interatividade à distância. Os depoimentos dos entrevistados indicam que ele é de fato usado como um espaço privado móvel sem que disso a maior parte deles pareça ter consciência.

Quando perguntados a respeito de como procediam para ter uma conversa íntima em lugares públicos, a maioria dos jovens revelou não gostar de ter conversas no gênero nessas circunstâncias. Mesmo assim, admitem que acabam conversando a respeito de assuntos privados no celular quando estão em público. Para tanto, contudo, dizem falar mais baixo e procurar um lugar mais calmo e/ou reservado.

Paula dá um excelente testemunho. Descreve um interessante processo de construção inconsciente de um espaço privado imaginário. Se há muita gente por perto, eis o que ela diz fazer: "*saio de perto se possível ... se não, digo q ligo depois...*". Paula sabe que se afastar não garante sua privacidade, mas admite que "*da* [dá] *um sensação de q sim ... eh q parece q ninguém tah ouvindo sabe, igual a porta fechada...*". Márcia revela usar procedimento análogo. Responde:

> *bom se eu estiver em um restaurante, bar etc....., peço licença e vou ao banheiro para ficar mais a vontade ... agora se eu estiver onde não há banheiro, eu procuro um lugar mais calmo e vazio ... não garante* [a privacidade], *mas é a melhor forma quando se está em público!!*

Paula e Márcia não estão sozinhas. Nos dias de hoje, podemos observar com frequência essa construção de algum tipo de divisória imaginária para separar um espaço temporariamente designado como privado daquele que é visivelmente público. Contudo, enquanto o comportamento é frequente, a consciência de que um espaço privado está sendo construído dentro de um espaço público, tal como Paula demonstra ter, não é.

Dirigir e Usar o Celular

As respostas às perguntas que lhes foram colocadas sobre a lei que proíbe o uso do celular quando se está dirigindo apresentaram resultados semelhantes. Poucos demonstraram ter alguma consciência de que parte do problema de dirigir e falar ao celular ao mesmo tempo advém do fato de que o celular leva o motorista para um outro espaço. A maioria atribuiu o perigo a uma dificuldade motora.

Esse é o caso de Rafael, que dá a seguinte resposta:

> *sendo o aparelho eu concordo...pq te faz tirar uma das mãos do volante (as vezes as duas qd tem q passar marcha) e isso diminui sua velocidade de reação...mas quanto ao blootooh* [Bluetooth] *não axo* [acho] *nada d+* [demais] *usar ... o fato de estar falando ao telefone torna–se igual ao falar com alguém q estejo* [esteja] *no banco do carona ...*

Marcos tem a mesma opinião. Revela: "*acho correta, apesar de ngm* [ninguém] *respeitar ne...*". Quanto à diferença entre falar no celular e com a pessoa ao lado enquanto dirige, ele completa: "*depende, se vc ta com o celular na mao, tem diferença pois sua possibilidade de reacao eh meno* [menor],*agora se vc ta com o microfone pra mim n* [não] *tem diferenca ... eh u* [o] *mesmo q escutar musica,a distração eh parecida*."

Houve, no entanto, algumas vozes dissonantes. A de Clara foi uma delas. Ela afirma: *acho* [a lei] *certa ...*

nao tem como se concentrar totalmente em duas coisas ... e o celular tira mt [muito a] *atençao...*" Mesmo quando o motorista usa o viva-voz ou bluetooth? Clara diz: "*sim... pq vc tem q se concentrar na conversa .. nao ha uma atneçao* [atenção] *total para o transito*". E qual é a diferença entre falar no celular e conversar com a pessoa ao lado? A entrevistada responde: "*a pessoa ao lado tb estah acompanhando o trajeto e tal, eventualmente pode alertar caso aja algum perigo ou alguma situaçao q tenha q se agir rapido....pode 'ajudar' o motorista ... jah uma pessoa falando pelo cel nao pode fazer isso.*" Em outras palavras, o que Clara parece dizer é que motorista e passageiro estão no mesmo espaço.

Discussão

Antes de dar início à presente discussão, é importante relembrar as duas tendências aparentemente antagônicas nos modos de conceber os espaços contemporâneos que emergiram da revisão da literatura levada a cabo na primeira parte deste trabalho.

A primeira dessas tendências diz respeito ao fato de que, quando analisados a partir de suas características únicas, os espaços contemporâneos (que englobam os espaços físicos pelos quais circulamos, os espaços gerados pela Internet que frequentamos e os espaços gerados pela telefonia celular aos quais nos conectamos) são muitos. A visão de tal multiplicidade, por sua vez, repousa sobre a concepção moderna de que existem linhas divisórias – membranas, barreiras ou fronteiras – que separam esses espaços uns dos outros.

Já a segunda tendência se opõe à primeira na medida em que assevera que fronteiras, barreiras, membranas e outras formas de insulação, frequentemente encontradas na era moderna, já sofreram (ou estão sofrendo) alguma forma de alisamento. Em consequência disso, passamos a viver naquele que Deleuze e Guattari chamaram de "espaço liso", no qual nossa movimentação é "fluida", como diz Bauman, por não encontrar obstáculos.

Os resultados da pesquisa que acaba de ser apresentada indicam, contudo, que é possível propor uma terceira visão, na qual as duas primeiras podem ser parcialmente integradas sem conflito. Vejamos como chegamos a ela.

Se retornarmos aos estudos e pesquisas já descritos na análise da literatura relevante, constataremos que, em sua maior parte, eles consistem ou de reflexões teóricas feitas a partir da observação das transformações pelas quais vem passando o mundo em que vivemos, ou de análises de dados empíricos sobre o uso de espaços específicos.

Em ambos os casos, não são levadas em consideração, como foram na presente investigação, as experiências concretas que homens e mulheres têm com um *conjunto de espaço(s)* pelos quais circulam cotidianamente. E são exatamente essas experiências – ou melhor, *o vivido cotidiano* desses homens e mulheres – que sugerem a terceira visão mencionada acima. Para que possamos explicitá-la, faz-se necessário que retomemos os resultados que se sobressaíram nesta pesquisa. Passemos a eles.

Para começar, os jovens homens e mulheres entrevistados não mostraram ter consciência de que constantemente passavam de um espaço para outro ao longo das entrevistas que concederam. O que eles sistematicamente revelavam perceber era o fato de que realizavam tarefas múltiplas "ao mesmo tempo", sem que houvesse indícios de que registravam que muitas dessas tarefas eram executadas em espaços diferentes.

Isso faz sentido se considerarmos que, mesmo sem que o dissessem abertamente, os jovens entrevistados deixaram claro que circulavam livremente por um espaço no qual não havia fronteiras, barreiras ou outras linhas divisórias. Aqueles que, de acordo com a primeira visão, seriam os vários espaços abordados na pesquisa, para eles aparentemente já haviam sofrido o processo de alisamento descrito anteriormente, ou seja, já haviam se transformado no espaço "liso" de Deleuze e Guattari.

Tal constatação poderia sugerir que, na ausência de qualquer tipo de demarcação, esses espaços teriam perdido suas características únicas, gestadas no isolamento propiciado pelas linhas divisórias que os separavam anteriormente. Na realidade, no entanto, apesar da ausência de consciência de que estavam constantemente entrando e saindo de espaços distintos (mesmo que seu próprio discurso estivesse repleto de expressões como "entrar" e "sair" de "ambientes" ou "lugares"), os jovens entrevistados claramente conheciam as especificidades de cada um deles.

Se confrontados com o que diz a literatura especializada, tais resultados imediatamente geram a sensação de estarem parcialmente de acordo com as duas visões conflitantes descritas no início desta seção: aquela que enfatiza a multiplicidade dos espaços contemporâneos (ressaltando suas características únicas, mas implicitamente pressupondo linhas divisórias entre eles) e aquela que fala a respeito de um espaço liso (que pressupõe a extinção dessas linhas divisórias).

Uma reflexão mais aprofundada, no entanto, revela que essas duas visões simplesmente correspondem aos estados inicial e final de um processo ainda em andamento; um processo por meio do qual espaços com características distintas estão gradativamente deixando de ser separados uns dos outros por linhas divisórias ou barreiras rígidas, dado que estas estão progressivamente sendo diluídas ou derrubadas. Para alguns, notadamente para os "nativos digitais"

(Prensky, 2001) que, como os nossos entrevistados, já cresceram em meio a video games, computadores, Internet, celulares e semelhantes, esse processo parece já estar concluído. Para outros, no entanto, ele pode se encontrar nos estágios iniciais. Este parece ser o caso daqueles que Prensky chamou de "imigrantes digitais", ou seja, daqueles homens e mulheres socializados no período moderno (entre os quais se encontram os autores mencionados ao longo deste artigo), para os quais a visão de mundo e a linguagem digitais pertencem a uma cultura para a qual migraram já adultos.

Interessante a ponto de merecer destaque é o fato de que, pelo menos para os jovens que entrevistamos, viver em um espaço liso não significa ignorar nem a multiplicidade nem a especificidade de espaços distintos. De sua ótica, parece realmente haver uma grande variedade de espaços com características únicas – muitos dos quais estavam frequentemente presentes nas suas falas – sem que estes sejam percebidos como separados por fronteiras ou quaisquer outras linhas divisórias que possam dificultar a passagem de um para outro. Para eles, a livre circulação por esses espaços é um mero dado de sua realidade; não requer nenhuma atenção porque simplesmente sua experiência lhes diz que "sempre foi assim".

Esses mesmos resultados mostram, também, que a complexidade da configuração espacial contemporânea depende muito da ótica que se adota para percebê-la. Como acaba de ser dito, tudo indica que para jovens como aqueles que participaram da pesquisa viver em um espaço liso composto por vários espaços com características singulares entre os quais não há fronteiras que dificultem a circulação é absolutamente natural. Eles parecem não ter nenhuma dificuldade em perceber que, como afirmavam Deleuze e Guattari (1980/1997), o espaço liso não é homogêneo.

Salvo raras exceções, como aquela que acaba de ser mencionada, esse não é, contudo, o caso de homens e mulheres mais velhos. Para esses – que conheceram o mundo a partir da ótica moderna das fronteiras rígidas e muitas vezes intransponíveis entre países, ideologias, sexos, gerações, horários e espaços – tudo isso é muito pouco natural e muito difícil de compreender. Para alcançar tal compreensão, a exemplo do que Augé (1999/2001) sugeriu, eles certamente têm que fazer um esforço consciente para aprender a pensar o espaço a partir de novas categorias.

E, dessas categorias, a principal – radicalmente nova para os mais velhos – talvez seja a de "fluidez". É a incapacidade de olhar o mundo a partir dela que provavelmente faz com que Jameson se refira a uma "incapacidade de nossas mentes ... de mapear a enorme rede global e multinacional de comunicação descentrada em que nos encontramos presos como sujeitos individuais" (Jameson, 1991/1997, pp. 70-71). Tal mapeamento – desejável e possível dentro da ordem do mundo moderno – se tornou impraticável na contemporaneidade pelo simples motivo de que aquilo que é fluido não produz estabilidade suficiente para ser mapeável.

Notas

1. As primeiras ideias sobre a lógica cultural do capitalismo tardio, inicialmente divulgadas em 1984, foram reimpressas em Jameson (1991/1997).
2. Esses dois tipos de espaço não se excluem mutuamente, apenas há o predomínio de um sobre o outro em determinados períodos.
3. Termo criado por William Gibson em uma obra de ficção científica intitulada *Neuromancer* (1984).
4. Um *print screen* é uma espécie de foto da tela do computador obtida pressionando a tecla "Print Screen" e posteriormente colando em outro ambiente como, por exemplo, no Word.
5. Os depoimentos que serão apresentados não sofreram nenhuma forma de edição. Foram preservadas todas as suas características originais, inclusive os inúmeros erros gramaticais e ortográficos e as inúmeras abreviações.

Referências bibliográficas

Augé, M. (2001). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade* (M. L. Pereira, Trad.). Campinas: Papirus. (Trabalho original publicado em 1992)

Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade* (M. Gama & C. M. Gama, Trads.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1997)

Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 2000)

Castells, M. (2000). *A sociedade em Rede* (R. V. Majer, Trad.). São Paulo: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1996)

Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 5, P. P. Pelbart & J. Caiafa, Trads.). São Paulo: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1980)

Gibson, W. (1984). *Neuromancer.* Berkeley: Ace.

Harvey, D. (1999). *Condição pós-moderna* (A. U. Sobral & M. S. Gonçalves, Trads.). Rio de Janeiro: Loyola. (Trabalho original publicado em 1989)

Ito, M. & Okabe, D. (2003). Mobile phones, Japanese youth and the re-placement of social contact. Acesso em 11 de dezembro, 2003, em http://www.itofisher.com/PEOPLE/mito/mobileyouth.pdf

Jameson, F. (1984). Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. *New Left review*, 146, 53-92.

Jameson, F. (1997). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (M. E. Cevasco, Trad.). São Paulo: Ática. (Trabalho original publicado em 1991)

Kopomaa, T. (2000). *Speaking mobile: the city in your pocket*. Helsinki: Gaudeamus.

Lévy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento da era da informática* (C. I. Costa, Trad.). Rio de Janeiro, Editora 34. (Trabalho original publicado em 1990)

Ling, R. (2004). *The mobile connection: The cell phone's impact on society*. San Francisco: Morgan Kaufmann.

Mäenpäa, P. (2001). Mobile communication as a way of urban life. In A. Warde & J. Gronow (Orgs.), *Ordinary consumption* (pp. 107-123). Londres: Routledge.

Nicolaci-da-Costa, A. M. (2005). O cotidiano nos múltiplos espaços contemporâneos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *21*(3), 365-373.

Nicolaci-da-Costa , A. M. (2007). O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *20*(1), 65-73.

Nicolaci-da-Costa, A. M., Romão-Dias, D., & Luccio, Flavia di (2009). O uso de entrevistas on-line no Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *22*(1), 36-43.

Prensky, M. (2001). Digital natives, digital immigrants. *On the horizon*, *MCB University Press*, *9*(5), 1-6. Acesso em 07 de dezembro, 2008, em http://www.twitchspeed.com/site/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.htm

Puro, J.-P. (2002). Finland: a mobile culture. In J. E. Katz & M. Aakhus (Orgs.), *Perpetual contact: Mobile communication, private talk, public performance* (pp. 19-29). Cambridge: Cambridge University Press.

Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (M. Santarrita, Trad.). Rio de Janeiro: Record. (Trabalho original publicado em 1998)

Virilio, P. (1999). *Espaço crítico* (P. R. Pires, Trad.). Rio de Janeiro, Editora 34. (Trabalho original publicado em 1984)

Wertheim, M. (2001). *Uma história do espaço de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1999)

Ana Maria Nicolaci-da-Costa é Professora Associada do Departamento de Psicologia e Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Tecnologia e Subjetividade da PUC-Rio. Endereço para correspondência: PUC Rio. Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22543-900. Rio de Janeiro/RJ. Email: anicol@puc-rio.br

A difícil tarefa de compreender os arranjos espaciais contemporâneos

Ana Maria Nicolaci-da-Costa

Recebido em: 13/02/2009
Revisão em: 09/09/2009
Aceite final em: 23/11/2009

Psicologia & Sociedade; 21 (3): 463-464, 2009

CLÍNICA E VIRTUALIDADE: ENCONTROS COM O IMPESSOAL

Patrícia Beatriz Argôllo Gomes Kirst
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Resenha: ARAGON, L. E. P. (2007). *O impensável na clínica: virtualidades nos encontros clínicos.* Porto Alegre: Sulina/UFRGS.

O livro de Luis Eduardo Aragon propõe um encontro com o leitor que vai se desdobrando em vários encontros. É através da apreciação de alguns casos clínicos que a afecção vai se construindo com uma intensidade de variações que caminham para pensar a clínica contemporânea como inclinação para entradas, para além do inconsciente: entradas no campo do impessoal. A possibilidade da inauguração de momentos nas virtualidades e potências criativas do impessoal são indicadas pela sensação no encontro clínico: tal é o território da invenção, pois nele tudo foge de determinação e Lei. E o livro é assim, é nascedouro de sensações no compartilhamento de cartografias clínicas que vão sendo apresentadas inteligentemente em rizoma e desmesura.

Produzir, uma clínica principalmente, pelo prazer do jogo e por desfrutar a presença do outro que deixará um rastro e, portanto, algo do impessoal. Esse conceito nos transporta para um tema importante do pensamento de Deleuze, o impessoal no qual expressa a ideia do sujeito em dispersão, fazendo-nos migrar da vida do individuo para o espaço molecular de onde proliferam singularidades no acesso do pré-individual e do pré-subjetivo. É o plano do "se": pensa-se, faz-se, morre-se na indicação de uma quarta pessoa do singular que está no campo de indeterminação entre uma imagem e outra, entre um pensamento e outro. Esta voz da quarta pessoa do singular da qual ninguém fala e que insiste em cada ato de criação não se transforma em expressão porque, quando expressão, já não pertence mais ao interstício ou "intermezzo" dos sentidos.

A análise das formas de diagnóstico contemporâneas relacionadas com platôs tecnológicos que **desterritorializam** o olhar e o fazem ver através do corpo podem trazer molecularidades de falência de sentidos anteriores a qualquer sensação de doença. A ordem é inversa: primeiro o diagnóstico, depois a doença. Então, como lidar com um virtual que se atualiza primeiro no olho blindado de uma máquina em seus avessos hiperespecializados? A produção de "seres imagéticos", segundo as palavras do autor, pode variar, desde ver a face do bebê no útero, seu sexo, até doenças que virão a se manifestar e mostrar certa entrada no trágico em um tempo que virá. Portanto, ao lidar com este olhar tecnológico hiperpenetrante, o próprio estatuto da clinica adentra em fronteiras da dimensão do sentido de vida e morte. Agonias impensáveis advêm hoje de uma esfera virtual do corpo que se apresenta como desafio e fonte de sentido para o corpo-pensamento. A tentativa de constituição de cenários e afecções nestas fronteiras complexas e atravessadas por agenciamentos do sofrer e do viver são os focos éticos e políticos da obra de Aragon e suas possibilidades férteis enquanto analista, médico, técnico, cidadão, pensador e um de nós na aventura de transcender certos sentidos da vida em agonia e reinvenção no contemporâneo.

Estamos tratando de sair dos meandros do paciente e do cuidador universais para afirmar que, nesse encontro, ambos os papéis se misturam e interpelam, tentando dar passagem à novidade de habitar o tempo do instantâneo e da velocidade. Vê-se a dobra do corpo com uma nitidez jamais experimentada e, é claro, tal fato redimensiona a anamnese, a escuta e relação clínica de forma definitiva. O barco da clínica é tensionado pelas ondas de um olho afirmativo e irrefutável e um olho nômade e repleto de sensações indizíveis e pregnantes de imagens que transbordam também de silêncios. Sabe-se tanto de tantas instâncias que um diagnóstico vai transitando em compartimentos oncológicos, cardiológicos, ecocardiológicos, fisiológicos, psicológicos e em tantos lógicos quanto o corpo puder ser aberto e circunscrito.

Os profissionais da clínica carregam o tempo da velocidade com várias frentes de trabalho, vários pacientes, várias famílias buscando respostas e saídas, e cronologia exígua para dar conta de corpos em pedaços. Entretanto, o que a doença pode sugerir é um espaço de retomada da reinvenção existencial: é o momento de ter de lidar com o impensado, o não saber, a raiva, o medo e a marca de um acontecimento. Aqui o conceito de acontecimento é entendido segundo Foucault (1984), sempre uma ruptura evidente – a emergência de uma singularidade – e, ao mesmo tempo, uma ruptura de evidências. Falamos, pois, de uma clínica-acontecimento que, irrevogavelmente, remete-nos a uma problematização. Ou ainda, em Foucault (1992, p. 28), o acontecimento pode ser compreendido como

(...) não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte. As for-

ças que se encontram em jogo na história não obedecem uma destinação, nem a uma mecânica, mas são ao acaso desta luta. É preciso entender este acaso não como um simples sorteio, mas como o risco sempre renovado da vontade de potência que a todo surgimento do caso opõe, para controlá-lo, o risco de um acaso ainda maior.

Assim, para além da produção de resultados objetivos, nossas práticas podem indicar em que direção estamos orientando o nosso desejo de transformação, enfim, nelas se explicitam em que nos estamos tornando.

Acreditamos que a clínica corresponde a fazer renascer o objeto, vida-morte, saúde-doença, livrando-o sutilmente dos discursos anteriores e inaugurando-o através de nova estética argumentativa. É preciso criar acoplamentos e diálogos entre linguagens, inventar e ativar conexões, enfim, constituir uma rede de múltiplas reverberações. O livro promove e é testemunho dessa aposta.

Referências bibliográficas

Deleuze, G. (1988). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
Deleuze, G. (1991). *A dobra. Leibniz e o barroco*. Campinas, SP: Ed. Papirus.
Deleuze, G. (1992). *O que é filosofia?* São Paulo: Ed. 34.
Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed. 34.
Deleuze, G. (1999). *Bergsonismo*. São Paulo: Ed. 34.
Foucault, M. (1992). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

Patrícia Beatriz Argôllo Gomes Kirst é Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, Docente e Membro da Equipe de Coordenação do curso de Pós-Graduação/ Especilização em Psicologia Social e Institucional/ ESADE, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação/UFRGS. Endereço para correspondência: R. Aurélio Bittencourt,150/302. Bairro Rio Branco. CEP 90430-080. POA/RS. Email: pgomes.voy@terra.com.br

Clínica e virtualidade: encontros com o impessoal
Patrícia Beatriz Argôllo Gomes Kirst

Recebido em: 22/04/2008
Revisão em: 20/10/2008
Aceite final em: 3/11/2008

ENTREVISTA COM IAN HACKING
(por Paul Kennedy e David Cayley)

Tradução e Apresentação
Luciana Vieira Caliman
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil

Rogério Gomes de Almeida
Faculdade FUCAPE, Vitória, Brasil

Apresentação

Durante o ano de 2007, a *Canadian Broadcasting Corporation* – CBC –, como parte do programa *IDEAS*, realizou uma série de 24 entrevistas, apresentadas por Paul Kennedy, com o intuito de refletir sobre uma questão intrigante: "How to Think About Science?" (como pensar a ciência), nome dado ao programa[1]. No prefácio que introduz as entrevistas, David Cayley, entrevistador e idealizador do programa, esclarece que "How to Think About Science" começou com uma intuição que dizia que tanto a prática científica quanto sua recepção pública estão vivenciando mudanças dramáticas. Para Cayley, passamos a viver em um mundo que se assemelha cada vez mais a um experimento científico não controlável, em um momento no qual questionamos o papel da ciência como fonte de certeza, predição e controle.

Por outro lado, como afirma Cayley, a ciência, como espaço de produção de conhecimento, tem sido cada vez mais desmistificada. As sociedades modernas acreditavam que a ciência era a forma mais verdadeira e legitima de conhecer, ordenar e controlar o mundo. Todas as coisas tornaram-se objeto da ciência, mas a ciência em si mesma escapou ao estudo científico. No entanto, nos últimos anos, esse panorama tem passado por grandes transformações. Uma nova área acadêmica denominada *Science Studies* que, desde a década de 70, reúne antropólogos, historiadores, sociólogos, filósofos e cientistas, tem se dedicado ao estudo das formas através das quais o conhecimento científico é produzido e institucionalizado.

As entrevistas realizadas por Cayley oferecem uma introdução fascinante sobre como a ciência tem sido repensada em nossos tempos, no âmbito dos *Science Studies*, pelos pesquisadores mais renomados dessa área de estudos. Dentre eles estão autores que, também no Brasil, têm sido importantes para repensar a psicologia e áreas afins como a medicina e a psiquiatria.

Das 24 entrevistas realizadas, quatro foram traduzidas e serão publicadas na Revista *Psicologia & Sociedade*. Os autores Ian Hacking, Margareth Lock, Allan Young e Richard Lewontin foram escolhidos devido a sua importância internacional no campo dos *Science Studies*; pelas temáticas das entrevistas que são de interesse particular para a área da psicologia, da psiquiatria e das biomedicinas; e pela repercussão que os estudos de tais pensadores possuem no Brasil, influenciando o trabalho de muitos pesquisadores.

Temos o prazer de iniciar esta série com a entrevista de Ian Hacking, filósofo da ciência canadense e professor emérito da Universidade de Toronto e do *College de France*. Hacking é autor de inúmeros livros e artigos e considerado um dos filósofos da ciência mais importantes de nossos tempos. Seu trabalho inicial sobre a emergência do pensamento probabilístico e estatístico no ocidente tornou-se referência para todos os estudiosos da sociedade do risco. Em seguida, no próximo número da Revista *Psicologia & Sociedade*, traduzimos a entrevista de Allan Young, professor de Antropologia no Departamento de Estudos Sociais da Medicina da Universidade de McGill. O trabalho de Young concentra-se na etnografia da psiquiatria e especialmente da valorização de novos diagnósticos e tecnologias terapêuticas, em especial no estudo do Transtorno do Estresse Pós-Traumático – TEPT.

Na terceira entrevista, teremos Margareth Lock, antropóloga da medicina, professora do Departamento de Estudos Sociais da Medicina e, juntamente com Young, do Departamento de Antropologia da Universidade de McGill, em Montreal. Internacionalmente reconhecida como uma das mais importantes antropólogas da medicina de sua geração, Lock passou 30 anos de sua carreira construindo pontes entre a medicina e as ciências sociais. Grande parte de seu trabalho destaca as relações entre o corpo, a cultura e a inovação tecnológica, na saúde e na doença. Por fim, Richard Lewontin, o quarto entrevistado da série, é professor de biologia em Harvard, considerado um biólogo evolucionista, geneticista e comentador social. Seu trabalho se contrapõe fortemente ao determinismo genético. No Brasil, encontramos traduzido o seu famoso livro "A Tripla Hélice".

Assim, é com grande satisfação que agradecemos o apoio dado pela Revista *Psicologia & Sociedade* para publicação das quatro entrevistas.

Uma boa leitura a todos!

A Entrevista[2]

Paul Kennedy

Eu sou Paul Kennedy. O Programa chama-se "Ideias" e o assunto é "How to think about science" (Como pensar a ciência).

Ian Hacking

Eu e Francis Everitt escrevemos um artigo na década de 70, chamado "Which Comes First: Theory or Experiment?" (O que vem primeiro: a teoria ou o experimento?). Esse foi o único artigo que escrevemos que foi sistematicamente recusado e o motivo era sempre: "quem se importa com experimentos?" Enviamos o artigo para diferentes tipos de revistas: uma revista científica bem conceituada, uma revista profissional de Filosofia da Ciência, uma revista de física geral. Todas disseram: "Quem se importa com experimentos?"

Paul Kennedy

Até recentemente, filósofos da ciência tinham a tendência de tratar a ciência como uma atividade principalmente teórica. O experimento – encontro real, quase sempre confuso, da ciência com o mundo – era visto como secundário, um mero servo da teoria. O senso comum ia na mesma direção. Teoria era o que valia. Falava-se da Teoria da Evolução, da Teoria da Relatividade, da Teoria Copernicana, etc. Os grandes cientistas eram glorificados e adorados como sendo pensadores e visionários. No entanto, recentemente essa atitude começou a mudar. Uma nova geração de historiadores e filósofos colocou no centro de seus estudos o lado prático e inventivo da ciência. Eles acreditam que a ciência não apenas pensa sobre o mundo - ela constrói e reconstrói o mundo. A ciência para eles faz jus à denominação inicialmente dada pelos pensadores do século XVII: uma filosofia experimental. Hoje, em "Ideias", você vai conhecer um dos acadêmicos que têm sido influentes no desenvolvimento desta nova visão. Ian Hacking é amplamente reconhecido como o mais proeminente filósofo da ciência canadense.

David Cayley

Em seu livro "*Representing and Intervening*" (em uma tradução livre, Representar e Intervir), Ian Hacking conta a história de uma conversa que teve uma vez com um amigo físico. Esse amigo estava realizando experimentos projetados para detectar a famosa, mas elusiva, partícula elementar chamada quark. Irei omitir os detalhes técnicos dizendo apenas que o procedimento envolvia variar a carga elétrica em uma esfera metálica extremamente fria. "E como se altera a carga na esfera?", Hacking perguntou. "Bem", seu amigo respondeu, "nessa altura nós borrifamos pósitrons para aumentar a carga ou elétrons para diminuir a carga". "A partir deste dia", escreve Hacking, "eu passei a ser um cientista realista. Para mim, se você pode borrifar ele existe".

Este epigrama, "se você pode borrifar então eles existem", nos dá uma ideia do que Ian Hacking pensa sobre a Filosofia da Ciência. Pósitrons são reais porque podemos produzi-los e fazer coisas com eles, e não porque podemos provar que existem eternamente na mente de Deus. A Ciência, para ele, é uma atividade criativa. Ela dá vida a coisas novas. "Muitos experimentos", escreve Hacking, "criam fenômenos que não existiam anteriormente em um estado puro". Se isso é verdade para as coisas que fazemos, na opinião de Hacking, também o é no que diz respeito às nossas capacidades mentais. Novas formas de pensar também emergem com o tempo e por sua vez mudam os termos através dos quais o mundo aparece para nós.

Ian Hacking cresceu no norte de *Vancouver* e, depois da graduação na *University of British Columbia*, foi para Cambridge com uma bolsa de estudos - *Commonwealth Scholarship*. Em Cambridge, tornou-se filósofo analítico e iniciou o trabalho que resultaria em seu primeiro livro: um estudo sobre a racionalidade estatística. O livro foi publicado em 1965 e a recepção que obteve, disse Hacking, deixou uma impressão para toda a vida.

Ian Hacking

Acredito que, juntamente com Richard Braithwaite, um predecessor que estava em Cambridge, eu iniciei o "hábito" entre filósofos de observar o que os estatísticos realmente fazem, como raciocinam e pensam. Assim, meu primeiro livro chamou-se *Logic of Statistical Inference* (Lógica da Inferência Estatísitca). Essa foi uma experiência muito boa para mim, porque eu era professor assistente na *University of British Columbia* quando ele foi publicado e, com todo respeito a minha primeira universidade, em 1965, ela era uma universidade sem nenhuma importância internacional, e eu recebi cartas maravilhosas das pessoas que eu havia lido e estudado. Eles eram os teóricos de peso sobre o tema que eu havia escrito. Eles enviaram críticas, questões, sugestões e pontos de vista alternativos – duas ou três páginas de carta datilografada – isso foi nos bons velhos tempos. Para mim, essas pessoas eram como deuses. Eu tinha uns vinte e poucos anos e não tinha nenhum destaque. Essa foi uma introdução maravilhosa à vida intelectual séria, que não se preocupava com disciplinas. Eles eram estatísticos matemáticos, interessados no que um jovem filósofo tinha a dizer, e, é claro, eu estava interessado neles, e eu acredito que isso teve um grande impacto em mim, porque eu nunca me senti

tímido ao falar com especialistas que, em sua maioria, estão ansiosos, morrendo de vontade de falar com você e ficam maravilhados se alguém entende o que eles estão fazendo, se tem questões e quer saber sobre aquilo. Eu continuo fazendo isso até hoje. No momento, estou interessado em uma parte supercontemporânea da física, sobre a condensação *Bose-Einsten*, e eu me sinto bem confortável com algo que a maioria dos meus amigos filósofos não consegue fazer: entrar em um laboratório, escrever um email e dizer "Posso ir falar com você?", e eles respondem "Sim, claro. Eu não sei quem você é, mas se está interessado, nós iremos te contar". Esse foi realmente um bom início para o que eu chamaria de uma boa relação com cientistas verdadeiramente brilhantes e inteligentes.

David Cayley

Essa atenção especial ao que os cientistas realmente fazem fez Ian Hacking um dos reconhecidos pioneiros de um novo campo de Estudos das Ciências. Ele também explorou novos caminhos no estudo da história das ideias científicas em um trabalho chamado *The emergence of probability* (O surgimento da probabilidade). Publicado em 1975, tal livro explora uma inovação importante: o aparecimento simultâneo em toda Europa ocidental, ao redor do ano 1650, de uma nova maneira de pensar e um novo tipo de conhecimento. A palavra "probabilidade" até então se referia ao estado de alguma coisa, e não a sua chance de acontecer. Um médico bem conceituado era um "médico provável", uma condição de vida confortável era uma "forma de vida provável". Em torno de 1650, a palavra adquiriu o significado que nos é familiar hoje: o grau de confiança fornecido por evidência, a forma na qual eventos aleatórios se encaixam em padrões previsíveis. Por exemplo, nós podemos ser capazes de prever com sucesso o número de acidentes que irão acontecer em um cruzamento a cada ano, mas cada acidente irá aparentemente acontecer totalmente por acaso. Essa foi uma ruptura radical, a mudança de um mundo onde o padrão exigido do conhecimento era a certeza absoluta para um mundo onde o melhor que se podia esperar era uma estimativa da possibilidade. Ainda assim, Ian Hacking acredita que essa ruptura foi um evento ao acaso, o encontro de uma série de linhas de desenvolvimento independentes.

Ian Hacking

É totalmente acidental que, devido à peste e algumas outras coisas, Londres tenha começado a publicar o que eles chamavam de "Relação de Mortalidade", de forma que toda semana eles divulgavam o número de pessoas que morriam por diferentes causas em cada paróquia dentro dos limites da cidade. Isso foi totalmente acidental, mas repentinamente todos esses números estavam lá. Eles eram literalmente relações que eram fixadas na parede das igrejas, de forma que você podia realmente ver como a frequência relativa de mortes mudava. Isso foi um acidente. Aconteceram vários outros acidentes. Por que Leibniz, que era fascinado com a estrutura de jogos, deveria perceber a analogia entre jogos e certos procedimentos legais? Foi um acidente o fato dos holandeses terem descoberto que o pagamento de "Anuidades" era uma boa forma de arrecadar dinheiro. Existem milhões de maneiras, como sabemos pela história, pela qual o governo tira dinheiro dos seus cidadãos. Bem, os holandeses fizeram isso vendendo "Anuidades" e etc.

David Cayley

"Anuidades", nesse caso, significava que os cidadãos holandeses passaram a investir no governo em troca de um rendimento regular. O fato do governo holandês ter sido financiado dessa forma, ao invés de outras, diz Ian Hacking, não teve nada a ver com o fato dos ingleses terem publicado as "Relações de Mortalidade". Mas a prática dos holandeses fez com que eles calculassem probabilidades para garantir que tivessem fundos suficientes para pagar as "Anuidades", da mesma forma que a prática dos ingleses tornou visível o fato de que a população tinha uma taxa de mortalidade mensurável, e essas coincidências, juntamente com várias outras, somaram-se em um determinado momento com um mar de mudanças nos hábitos de pensar da Europa ocidental, uma mudança que continuou e se acelerou em nossa era obcecada pelo risco. Como o pensamento probabilístico eventualmente passou a dominar as sociedades modernas é uma história que Ian Hacking iria contar em um segundo livro chamado "*The Taming of Chance*" (em uma tradução livre, Domando o Acaso). Esse livro conta o que aconteceu no século XIX, quando a Europa ocidental foi repentinamente inundada pelo que Ian Hacking chama de "uma avalanche de números impressos".

Ian Hacking

O governo Francês começou a publicar as taxas anuais de crimes, suicídios, prostituição, etc., e elas foram todas tabuladas. Isso foi feito por razões burocráticas e estava relacionado com a mudança na estrutura da sociedade. No século XVIII, todos os dados eram secretos. E então esses números se tornaram disponíveis. As pessoas começaram a observar que havia um grande número de regularidades nos fenômenos sociais e gradualmente passaram a pensar a respeito das coisas que acontecem no mundo de uma forma probabilística. Uma das coisas com a qual eles ficaram muito excitados,

por exemplo, foi o fato de que o número de suicídios em cada pequena região administrativa de Paris era o mesmo, aumentando ou diminuindo duas ou três pessoas, todo ano. Todo ano, em cada um dos pequenos distritos, o mesmo número de pessoas cometia suicídio. Eles pensaram "nossa, aqui nós temos algo que é completamente aleatório, totalmente ao acaso, mas que é governado por uma lei". Esse é o motivo pelo qual chamei o meu segundo livro "*The Taming of Chance*". Há essa curiosa mistura: acaso é algo completamente indeterminado, entretanto está sujeito a leis gerais sociais ou físicas. Isso foi algo que realmente fez com que as pessoas sentissem e vivenciassem o mundo no qual viviam de uma maneira totalmente diferente, e que hoje está institucionalizada em todos os aspectos da nossa vida.

David Cayley

O hábito de pensar estatisticamente modificou a própria ideia que temos de nós mesmos, diz Ian Hacking. Um exemplo, retirado do livro "*The Taming of Chance*", é a ideia de "normal". "Normal" é uma ideia estatística. A famosa curva de Bell que guia o processo de classificação é o que se chama de distribuição normal. No entanto, "normal", quando se desloca da estatística para a sociedade, assume um colorido ético. Todo mundo deseja ser normal. Categorias científicas e estatísticas nunca são neutras. As pessoas começam a se adaptar às categorias nas quais são descritas e classificadas. Ian Hacking chama esse processo, no qual o conhecimento dos especialistas retroalimenta a sociedade, de "*making up people*" (em uma tradução livre, Moldando Pessoas). Esse é um exemplo de como a ciência, além de observar, também modela a realidade na qual vivemos.

"*Making up people*" pertence ao campo das ciências sociais. A situação não é a mesma com as ciências naturais. A mecânica quântica sugere que, em determinadas situações, a observação pode de fato influenciar o que é observado. Porém, não se pode dizer que os elétrons aprendem a se comportar da maneira que os físicos os descrevem. Entretanto, existe um aspecto no qual as ciências naturais também modificam o mundo. Esse foi um assunto que Ian Hacking abordou em um livro que mencionei anteriormente, "*Representing and Intervening*". Um dos pontos de partida para o livro, diz Hacking, foram conversas com o físico Francis Everitt, colega de Stanford, onde Ian Hacking ensinou nos anos 70.

Ian Hacking

Eu e Francis Everitt escrevemos um artigo que se chamava "O que vem primeiro: teoria ou experimento?". Esse foi o único artigo que tivemos, ambos, sistematicamente recusado, e a recusa sempre era "Quem se importa com experimentos?". Isso foi em algum momento durante os anos 70. Quem se importa com experimentos? Nós enviamos o artigo para diferentes tipos de revistas: uma revista científica conceituada, uma revista profissional de filosofia da ciência e uma revista de física geral. Todos disseram "quem se importa com experimentos?"

Assim, a verdadeira mensagem de "*Representing and Intervening*" é que grande parte da ciência é experimentação, transformação do mundo e construção de instrumentos para modificar o mundo: intervir, e não apenas teorizar, ou representar. John Dewey se colocou de forma muito crítica com relação ao que ele chamou de "*spectator theory of knowledge*" (teoria do espectador do conhecimento) - a ideia de que todo o nosso conhecimento a respeito do mundo é obtido através do pensamento e do olhar –, mas muitos filósofos da ciência discordaram. O filósofo da ciência mais influente naquela época era Karl Popper – não para os filósofos, mas para os cientistas e o público em geral –, e eu tenho um enorme respeito por Karl Popper, mais do que muitos dos meus colegas, mas Popper diz que toda verdadeira ciência é feita teorizando. O experimentador está ali apenas para fornecer os testes para as teorias que os teóricos apresentam. Antes do experimentador poder começar, o teórico precisa ter feito o seu trabalho. Teoria era o que fascinava os filósofos, mas eu também diria que fascinava de um modo geral o público. Assim, uma das coisas que tentei fazer nesse livro foi reintroduzir uma reflexão séria sobre a experimentação.

David Cayley

Ian Hacking busca tornar o experimento equivalente à teoria, na imagem filosófica e popular da ciência. Ele foi capaz de demonstrar em seu livro que o experimento é muito mais do que um mero teste da teoria. Às vezes, as descobertas experimentais acontecem muito antes da teoria. O fenômeno do movimento browniano foi descoberto 80 anos antes de Einstein conseguir explicá-lo. Entretanto, ainda mais do que isso, Ian Hacking afirma que, na verdade, o experimento cria novas coisas.

Ian Hacking

Eles estão criando um instrumento para interferir no mundo, intervir no mundo, e isso, eu penso, é a descoberta de que nós realmente podemos construir instrumentos que mudam o mundo, produzem e criam novos fenômenos. Tem um capítulo nesse livro chamado "*The Creation of Phenomena*" (A criação de fenômenos), e essa é uma capacidade nossa, nova, que ainda estamos começando a entender completamente. Nós induzimos mudanças físicas no mundo e criamos fenômenos que

não existiam antes que nós os criássemos. Claro, nós produzimos inspirados pela teoria, mas as teorias precisam ser constantemente remodeladas para combinar com os fenômenos que nós descobrimos.

David Cayley

"Representing and Intervining" foi publicado em 1983, o primeiro de uma série de livros que iriam dar uma nova proeminência ao papel produtivo do experimento na ciência. Não era somente a forma acadêmica de apresentação da ciência que estava mudando. A relação entre teoria e experimento na prática científica também estava mudando naquele momento. Ian Hacking descobriu isso recentemente quando, como professor do *Collège de France* em Paris, retomou seus estudos de física.

Ian Hacking

Até três anos atrás, eu não tinha pensado seriamente a respeito da ciência experimental, desde a publicação de "*Representing and Intervienig*". Mas então eu me interessei novamente, por razões totalmente acidentais, enquanto eu estava no *Collège de France*. Eu achava que devia aprender alguma coisa nova e atual. Havia um professor temporário no *Collège de France*, Sandro Stringar, que é teórico e fenomenólogo do que é chamado condensação de *Bose-Einstein*, que é o que acontece quando você se aproxima de uma temperatura muito, muito, extremamente baixa, menos de um nano-Kelvin, 10^{-9} de um grau Celsius, acima de zero.

David Cayley

Devo acrescentar aqui que com "zero" Ian Hacking quer dizer zero absoluto, o ponto no qual a física clássica acredita que todo o movimento deveria deixar de existir, mas perto do qual a física contemporânea tem encontrado novos fenômenos fascinantes.

Ian Hacking

Achei isso fascinante. Ele não era um pesquisador experimental, mas eu pensei: se quero descobrir mais sobre isso, eu deveria ir a alguns laboratórios. Eu mencionei no início da nossa conversa o meu hábito de visitar laboratórios, e eu me tornei muito interessado no que acontece nesse ramo.

Uma coisa que esse hábito deixou claro para mim é que a divisão de trabalho entre teóricos e experimentais, que era comum 30 ou 40 anos atrás, é no momento muito menos acentuada. O primeiro grande laboratório que visitei foi em Innsbruck, na Áustria, e no mesmo ano visitei Boulder, que foi o primeiro laboratório que de fato produziu o fenômeno de condensação *Bose-Einstein,* pelo qual eles ganharam o prêmio Nobel. Por isso, também tive acesso a laboratórios em Paris onde eles haviam ganhado anteriormente um prêmio Nobel por desenvolver as técnicas que tinham sido utilizadas. Meus colegas do *Collège de France* foram essenciais para isso. Então eu estava no lugar certo. Mas o que me chamou atenção a respeito dos laboratórios em Innsbruck, Boulder e em Colorado, foi que eles disseram exatamente a mesma coisa – "é tão bom que tenhamos um bom grupo de teóricos por aqui que sabe exatamente o que estamos fazendo."

Bem, os laboratórios são sempre no subsolo pela razão prática de que você não quer nenhuma vibração. Você não quer seu laboratório no nono andar porque ele irá balançar com vento e tudo ficará bagunçado. Logo, você o coloca no subsolo com uma boa fundação e você tem um conjunto de outros dispositivos para também impedir as vibrações. Assim, o laboratório fica no subsolo, mesmo que os pesquisadores experimentais tenham escritórios em outro lugar. E eles dizem "é tão bom nós termos um grupo aqui no quinto andar que realmente sabe o que estamos fazendo". Fui falar com o grupo no quinto andar e eles disseram "é tão bom nós termos um grupo aqui no subsolo que realmente sabe o que nós estamos fazendo." Essas são habilidades cognitivas diferentes, você pode dizer. A habilidade de fazer um experimento funcionar é diferente da habilidade de articular uma teoria. Algumas pessoas conseguem fazer ambos. Todos precisam fazer um pouco dos dois, mas nós nascemos com talentos diferentes. Você é um apresentador. Eu sou um filósofo. Você provavelmente seria um filósofo ruim e eu seria um péssimo apresentador, logo nós temos talentos diferentes. Mas um aspecto importante que me chamou atenção com relação a esse trabalho, e que parece ser substancialmente generalizável – pelo menos nesse ramo da Física –, é que a imagem do pesquisador experimental e do pesquisador teórico existindo em mundos diferentes e pertencendo a classes diferentes está em muitos casos se tornando obsoleta. Acho que isso acontece porque, durante a minha vida, o campo da Física evoluiu.

David Cayley

Ian Hacking reconhece que os seus estudos sobre *Bose-Einstein* envolvem um ramo da física no qual os laboratórios são pequenos, e isso possibilita relações mais próximas entre os pesquisadores experimentais e teóricos do que aquelas que poderiam existir nos grandes laboratórios aceleradores de partículas, onde trabalham milhares de pessoas. Ainda assim, Ian Hacking acredita que, em geral, na atualidade, teoria e experimentos estabelecem entre si um relacionamento mais próximo e de maior troca, e ele prevê uma consequência dramática. Filósofos da ciência mais antigos como Thomas Kuhn, Karl Popper e Gaston Bachelard

enfatizaram as rupturas revolucionárias no pensamento científico, mas o futuro pode ser bem diferente.

Ian Hacking

Existe uma boa razão pela qual as pessoas eram tão fascinadas pelas revoluções científicas, Popper e Kuhn por exemplo. Houve realmente mudanças fantásticas, não somente na teoria da relatividade, que todo mundo conhece, mas também na mecânica quântica. Pense nas coisas das quais tínhamos absoluta certeza na época de Kant – Tempo Absoluto, Espaço Absoluto e Absoluta Causalidade. O mundo foi reconstruído no início do século XX. Esses pensadores, como Kuhn, Bachelard, Popper e outros enfatizaram esse tipo de rupturas e mudanças radicais na teoria. Entretanto, não acredito que irá acontecer – essa é uma afirmação forte que eu ficaria feliz de ver refutada –, eu não acredito que irá acontecer nenhuma revolução na física, e isso devido ao fato de que pesquisadores teóricos e experimentais, de alguma forma, descobriram um jeito harmonioso de trabalhar no mundo.

David Cayley

Em seu livro "*Representing and Interviening*", Ian Hacking afirma que antes da invenção da ciência moderna o pensar sobre o mundo e o intervir no mundo pertenciam a diferentes departamentos. Mas "as ciências naturais desde o século XVII têm sido", como ele diz, "a aventura do entrelaçamento entre representar e intervir", a realidade tem sido, por assim dizer, colocada à prova. Coisas inimagináveis estão sendo produzidas, por exemplo, o mundo de um nano-kelvin acima do zero absoluto. Mas a filosofia ficou para trás e continuou a insistir que a representação é o caminho real para alcançar a realidade. Os pesquisadores experimentais permaneceram escondidos na sombra dos pesquisadores teóricos. Há 24 anos, Ian Hacking clamou por mudança, "é hora", escreveu ele, "de reconhecer a ciência pelo que ela é: um emaranhado de pensamento e ação, teoria e experimento". Hoje, diz ele, nós temos uma imagem mais verdadeira da ciência, e a ciência uma imagem mais verdadeira dela mesma.

Notas

1 As entrevistas duram cerca de 40 minutos e podem ser ouvidas na íntegra no site http://www.cbc.ca/ideas/features/science/index.html

2 © Transcrito de programa originalmente veiculado em rádio, na série IDEA, adquirido pela *Canadian Broadcasting Corporation*.
Agradecemos a Mark Thompson pelo auxílio na tradução das entrevistas.

Luciana Vieira Caliman é professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, mestre e doutora em saúde coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e pós-doutora em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional/UFES. Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras. CEP 29060-970. Vitória/ES.
Email: calimanluciana@gmail.com

Rogério Gomes de Almeida é físico e mestre em Física pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e mestrando em ciências contábeis e finanças pela Faculdade FUCAPE, ES. Endereço para correspondência: Rua Petrolino Cesar de Moraes, 210/ 25. Mata da Praia, Vitoria/ES. CEP 29066-230.
Email: rogerio@morar.com.br

Entrevista com Ian Hacking (por Paul Kennedy e David Cayley)
Tradução e Apresentação: Luciana Vieira Caliman e Rogério Gomes de Almeida

■ XV Encontro Nacional da Abrapso

Tendo como tema "Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos", o XV Encontro Nacional da ABRAPSO aconteceu em Maceió/AL, entre 30 de outubro e 02 de novembro de 2009, tendo como objetivo geral ampliar a discussão sobre o compromisso da Psicologia Social de compreender as realidades brasileiras, construir conhecimentos válidos e propor políticas necessárias à superação dos problemas sociais que vivenciamos em nossas regiões. O próximo encontro nacional será em 2011, na cidade de Recife./PE.

■ Eleita nova Diretoria Nacional Gestão 2010/2011

Na Assembléia da ABRAPSO, que aconteceu durante o encontro nacional, foi eleita a nova diretoria, assim composta:
Benedito Medrado – Presidente
Ricardo Méllo – Primeiro Secretário
Andréa Zanella – Segunda Secretária
Vera Sônia Mincoff Menegon – Primeira Tesoureira
Jefferson Bernardes – Segundo Tesoureiro
Edna Granja e Jorge Lyra – Suplentes

■ Diretrizes da nova gestão

Com base em diálogos sobre demandas e necessidades de nossa Associação, elaboramos um conjunto de nove diretrizes, a partir das quais definimos os compromissos de ordem política e administrativa prioritários para gestão 2010-2011. Estas diretrizes irão servir de base para um acompanhamento processual de nossas ações:

1. Aprimorar os meios de comunicação com os associados, fortalecendo o diálogo entre os Núcleos, as Regionais e a Diretoria Nacional;
2. Fortalecer a ABRAPSO por meio do incentivo à filiação de novos sócios;
3. Tornar acessíveis informações sobre Psicologia Social que promovam a articulação entre estudantes (de graduação, de pós-graduação) e profissionais nos diferentes campos de atuação da Psicologia Social;
4. Consolidar relações institucionais de âmbito nacional e internacional visando o desenvolvimento da cooperação científica e técnica com entidades afins;
5. Participar de espaços de deliberação política sobre gestão de recursos de agências de fomento;
6. Promover articulações com movimentos da sociedade civil organizada;
7. Dar seguimento ao processo de otimização dos procedimentos administrativos da ABRAPSO;
8. Dar continuidade ao processo de organizar documentos manuscritos, gráficos, fotografias etc., destinados a organizar a memória da ABRAPSO e da Psicologia Social no Brasil;
9. Conduzir a gestão da ABRAPSO com a participação das representações presidências regionais e coordenações dos núcleos, de forma dialogada, democrática e transparente.

■ Nova sede administrativa

O Departamento de Psicologia da UFPE, em Recife, cedeu à Abrapso uma sala onde funcionará a sede administrativa da nossa Associação. Durante a gestão, poderemos também fazer uso das instalações e equipamentos do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema) e do Laboratório de Interação Social Humana (LabInt), ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE.

■ Publicações

Na segunda edição do Concurso ABRAPSO de Teses, Dissertações e Artigos, foram inscritos 3 teses, 33 dissertações e 5 artigos e estiveram envolvidos 67 pareceristas nas avaliações dos trabalhos. A Comissão Organizadora desta edição ficou a cargo de Neuza Maria de Fátima Guareschi, Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento, Vera Mincoff Menegon e Simone Maria Huning.

Na categoria Tese, tivemos um trabalho premiado: *"Rádice: Muito prazer!" Crônicas do passado e do futuro da psicologia no Brasil* – Alessandra Daflon dos Santos – UERJ/UFG |Orientadora**:** Ana Maria Jacó Villela

Na categoria Dissertação, tivemos uma Premiada e duas Menções Honrosas. Premiada: *Identidades de Afro-descendentes: Estratégias de resistência e manifestações de preconceito como motores de um processo em produção* – Sheila Ferreira Miranda – UFSJ | Orientador**:** Marcos Vieira Silva Menções Honrosas: 1) *Muito além do arco-íris: a constituição de identidades coletivas entre a sociedade civil e o Estado* – Frederico Viana Machado - UFMG | Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado e 2) *O tema trabalho infanto-juvenil em artigos acadêmicos de psicólogos(as): uma interpretação ideológica* – Renata Lopes Costa Prado – PUCSP | Orientadora: Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg

Na categoria Artigo, nenhum trabalho foi indicado ao prêmio.

■ Quadro atualizado de núcleos e regionais

A Abrapso conta atualmente com 41 núcleos ativos, em 8 regionais.

São Paulo	Norte-Nordeste	Minas Gerais	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Paraná	Rio de Janeiro	Espírito Santo
1. ABC 2. Bauru 3. Campinas 4. Cuesta 5. Goiânia 6. Mato Grosso 7. M. Grosso do Sul 8. Mogi das Cruzes 9. Nordeste Paulista 10. São Paulo 11. Vale do Paraíba	12. Amapá 13. Belém 14. Fortaleza 15. Maceió 16. Paraíba 17. Pernambuco 18. Sobral 19. Vale (S. Francisco)	20. Abrapso/UFMG 21. Betim 22. Em movimento 23. Juiz de Fora 24. Alto São Francisco 25. São João Del Rei 26. Triângulo Mineiro 27. Vale do Aço	28. Florianópolis 29. Chapecó 30. Blumenau 31. Itajaí 32. Joinvile	33. Grão de Areia/Torres 34. Porto Alegre 35. Passo Fundo 36. Santa Maria	37. Maringá 38. Curitiba	39. Rio 40. Carioca	41. Esp. Santo

■ Valores da anuidade 2010

Conforme decisão tomada em Assembléia Geral, fizemos uma análise cuidadosa dos valores de filiação/anuidade das principais associações de psicologia e áreas afins. Constatamos que o valor da anuidade da Abrapso estava significativamente superior aos das demais associações.

Contudo, verificamos também que o número de sócios pagantes da maioria dessas associações é maior do que o da Abrapso, o que resulta em arrecadação maior de recursos. Neste sentido, com o objetivo de corrigir a distorção no valor e, ao mesmo tempo, estimular a filiação de novos sócios, de modo a preservar nosso caixa, ajustamos os valores de filiação conforme quadro ao lado.

Solicitamos a colaboração de todos/as tanto em relação ao pagamento das anuidades como no incentivo à filiação de novos sócios, para garantirmos os recursos necessários à administração adequada de nossa Associação.

	Profissional	Estudante	
		Com revista	Sem revista
Até 31 de Março 20% de desconto	**120,00**	**60,00**	**40,00**
Até 30 de Abril 10% de desconto	**135,00**	**67,50**	**45,00**
A partir de 1º de maio Valor integral	**150,00**	**75,00**	**50,00**

Fale Conosco

Qualquer dúvida, sugestão ou questões diversas, entrem em nosso site: http://www.abrapso.org.br ou entrem em contato conosco pelo e-mail: abrapso@abrapso.org.br.

Desde já reafirmamos nosso compromisso de fazer uma gestão a mais participativa possível, mantendo a ABRAPSO como espaço forte, independente e ativo.

Gestão 2008/2009 e Gestão 2010/2011

RELAÇÃO DE CONSULTORES DA REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE EM 2009

Abel Silva Borges (UFSC)
Adélia Augusta Souto de Oliveira (UFAL)
Adriana Bernardes Pereira (PUC-Goiás)
Adriana Cristina Ferreira Caldana (USP)
Adriana Nunan do Nascimento Silva Goulart Pereira (PUC-RJ)
Adriane Roso (UFSM)
Adriano Henrique Nuernberg (UFSC)
Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos (UFPB)
Agostinho Vecchia (UFPel)
Ahyas Siss (UFRRJ)
Alex Reinecke de Alverga (Universidade Potiguar - RN)
Aline Accorssi (PUC-RS)
Almir Pedro Sais (UNIVALI)
Alipio de Sousa Filho (UFRN)
Aluísio Ferreira de Lima (UFC)
Álvaro da Silva Santos (Universidade Anhembi Morumbi - SP)
Álvaro Roberto Crespo Merlo (UFRGS)
Amadeu de Oliveira Weinmann (UFRGS)
Amélia Maria Leal Righetti (FIOCRUZ)
Ana Lúcia Galinkin (UnB)
Ana Lúcia Gatti (USJT-SP)
Ana Lúcia Gonçalves Maiolino (UERJ)
Ana Maria Girotti Sperandio (FIOCRUZ)
Ana Maria-Jacó Vilela (UERJ)
Ana Merces Bahia Bock (PUC-SP)
Ana Maria Nicolaci-da-Costa (PUC-RJ)
Ana Raquel Rosas Torres (PUC-Goiás)
Analice de Lima Palombini (UFRGS)
Andréa Barbará S. Bousfield (UFSC)
Andrea Vieira Zanella (UFSC)
Angela Arruda (UFRJ)
Ângela Maria Pires Caniato (UEM)
Angela Maria de Oliveira Almeida (UnB)
Angela Maria Fernandes (UFPB)
Anita Guazzelli Bernardes (Universidade Católica Dom Bosco – MS)
Antônia Vitória Soares Aranha (UFMG)
Antonio Caubi R. Tupinambá (UFC)
Antonio Marcos Chaves (UFBA)
Antonio Torres Montenegro (UFPE)
Ariane Kuhnen (UFSC)
Bader Burihan Sawaia (PUC-SP)
Benedito Medrado (UFPE)
Bernardete Wrublevski Aued (UFSC)
Betânia Diniz Gonçalves (PUC-MG)
Betina Hillesheim (UNISC)
Brigido Vizeu Camargo (UFSC)
Bruno Vasconcelos de Almeida (PUC-MG)
Carla Bertuol (UCS – Santos/SP)
Carla Guanaes Lorenzi (USP-RP)
Carlos Henrique Kessler (UFRGS)
Cassio Adriano Braz de Aquino (UFC)
Catarina Maria Schmickler (UFSC)
Cecília Pescatore Alves (Universidade de Taubaté – SP)
Celene Tonella (UEM)
Célia Pereira Caldas (UERJ)
Celia Regina Vendramini (UFSC)
Cláudia Maria Osório (UFF)
Claudia Maria Perrone (UFSM)
Cláudia Passos Ferreira (UERJ)
Claudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa (UFAM)
Cleci Maraschin (UFRGS)
Cleonice Pereira dos Santos Camino (UFPB)
Cléria Maria Lôbo Bittar Pucci Bueno (Universidade de Franca - SP)
Daiani Barboza (UFSC)
Daniela Sacramento Zanini (PUC-Goiás)
Daniela Ribeiro Schneider (UFSC)
Denis Barros Carvalho (UFPI)
Denis G. M. Naiff (UFRRJ)
Denise Amon (PUC-RS)
Denise Bessa Léda (UFMA)
Denise Cord (UFSC)
Denise de Camargo (UFPR)
Denise Mairesse (UFRGS)
Diana Carvalho (UFSC)
Diana Nogueira de Oliveira Lima (UFRJ)
Dolores Gomes Galindo (UNIMEP-SP)
Dóris Rinaldi (UERJ)
Dulce Helena Penna Soares (UFSC)
Edite Krawulski (UFSC)
Edla Grisard Caldeira de Andrada (UFSC)
Edson Alves de Souza Filho (UFRJ)
Edson Luis André de Sousa (UFRGS)
Edson Olivari de Castro (UNIARARAS)
Eduardo Leal Cunha (UFS)
Eduardo Mourão Vasconcelos (UFRJ)
Elisabeth Brandão Schmidt (FURG - RS)
Emerson Fernando Rasera (UFU)
Esther Maria de M. Arantes (UERJ e PUC-RJ)
Fabiana de Amorim Marcello (ULBRA)
Fabio Dal Molin (UFRGS)
Fábio de Oliveira (PUC-SP)
Fernanda Spanier Amador (UNISC)
Fernanda Theophilo da Costa-Moura (UFRJ)
Fernando Aguiar Brito de Sousa (UFSC)
Fernando Luis Gonzáles Rey (PUC-SP)
Fernando Pocahy (UFRGS)
Fernando Ponte de Sousa (UFSC)
Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA)
Francisco Javier Guerrero Ortega (UERJ)
Frederico Poley Martins Ferreira (UFMG)
Georges Daniel Janja Bloc Boris (UNIFOR)
Giovana Delvan Stuhler (UNIVALI)
Gislene Maia de Macedo (UFC)
Gleice Virginia Medeiros de Azambuja Elali (UFRN)
Guilherme Castelo Branco (UFRJ)
Hebe Signorini Gonçalves (UFRJ)
Helena Beatriz Kochenborger Scarparo (PUC-RS)
Helerina Aparecida Novo (FBV-IMIP)
Helga Loos (UFPR)
Heliete Maria Castilhos Karam (Centro Universitário UNIEURO – Brasília)
Hélio Possamai (UPF - RS)
Heloisa Szymanski (PUC-SP)

Henrique Caetano Nardi (UFRGS)
Henrique Figueiredo Carneiro (UNIFOR)
Herculano Ricardo Campos (UFRN)
Horácio Accioly Júnior (UFRN)
Ilana Laterman (UFSC)
Ilana Pnsky Streinger (UNIFESP)
Iray Carone (UNIP)
Irme Salete Bonamigo (UNOCHAPECÓ)
Isabela Augusta Andrade Souza (UNEMAT - MT)
Isleide Arruda Fontenelle (FGV/EAESP)
Ivan Antonio de Almeida (UFOP)
Ivany Pinto Nascimento (UFPA)
Izabel Cristina Ferreira Borsoi (UFES)
Jacob Carlos Lima (UFSCar)
Jacqueline Cavalcanti Chaves (UFRJ)
Jadete Rodrigues Gonçalves (UFSC)
Jaileila Santos (UFPE)
Jaison Hinkel (Prefeitura Municipal de Ascurra - SC)
Jamil Zugueib Neto (UFPR)
Janaína Rocha Furtado (UFSC)
Janine Kieling Monteiro (UNISINOS)
João Batista Martins (UEL)
João Bosco Hora Góis (UFF)
João Leite Ferreira Neto (PUC-MG)
João Paulo Macedo (UFRN)
Jorge de Campos Valadares (FIOCRUZ)
Jorge Trindade (ULBRA)
José Luiz Guimarães (UNESP)
José Newton Garcia de Araújo (PUC-MG)
José Novaes (UFF)
José Ricardo Kreutz (UFPel)
José Vaz Magalhães Néto (UFPB)
Josiane da Silva Delvan (UNIVALI)
Jucirema Quinteiro (UFSC)
Juliana Castro Chaves (PUC-Goiás)
Juliana Sampaio (UNIVASF - PE)
Karla Galvão Adrião (UFPE)
Katia Maheirie (UFSC)
Katia Maria Teixeira Santorum (UFBA)
Kátia Regina Xavier da Silva (UNIABEU - RJ)
Kleber Prado Filho (UFSC)
Leila Maria Ferreira Salles (UNESP)
Leila Maria Torraca Brito (UERJ)
Leny Sato (USP)
Lenise Santana Borges (UCG)
Leônia Cavalcante Teixeira Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
Leonora Figueiredo Corsini (UFRJ)
Lidio De Souza (UFES)
Lilian Caroline Urnau (UFMC)
Lílian Rodrigues da Cruz (UNISC)
Lívia de Oliveira Borges (UFRN)
Lúcia Leitão Santos (UFPB)
Lucia Rabello de Castro (UFRJ)
Luciana Karine de Souza (UFMG)
Luciana Kind (PUC-MG)
Lucídio Bianchetti (UFSC)
Luciene Alves Miguez Naiff (Universidade Salgado de Oliveira-RJ)
Ludgleydson Fernandes de Araújo (UFPI)
Luis Antonio dos Santos Baptista (UFF)
Luis Artur Costa (UFRGS)
Luis Edmundo de Souza Moraes (UFRRJ)
Luis Felipe Rios do Nascimento (UFPE)
Luis Guilherme Coelho Mola (USJT- SP)
Luiz Benedicto Lacerda Orlandi (UNICAMP)
Luiz Carlos Avelino Silva (UFU)
Luiz Fernando Rangel Tura (UFRJ)
Luiza Beth Nunes Alonso (UCB)
Luziane Zacche Avellar (UFES)
Mara Coelho de Souza Lago (UFSC)
Marcelo Dalla Vecchia (UFSJ)
Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG)
Marcos Alexandre Gomes Nalli (UEL)
Marcos Emanoel Pereira (UFBA)
Marcos Maestri (UEM)
Marcos Ribeiro Mesquita (UFAL)
Maria Aparecida Crepaldi (UFSC)
Maria Brandão Goulart (UFMG)
Maria Chalfin Coutinho (UFSC)
Maria Cristina Ferreira (UNIVERSO - RJ)
Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira (Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP)
Maria da Graça Corrêa Jacques (UFRGS)
Maria da Graça Marchina Gonçalves (PUC-SP)
Maria de Fátima Fernandes Martins Catão (UFPB)
Maria do Carmo Carvalho Cabral (UFRJ)
Maria do Carmo Fernandes Martins (Universidade Metodista de São Paulo)
Maria Elizabeth Barros de Barros (UFES)
Maria Helena De-Nardin (UFRGS)
Maria Helena Ruzany (UERJ)
Maria Ignez Costa Moreira (PUC-MG)
Maria Inês Badaró Moreira (USP-SP)
Maria Isabel Batista Serrão (UFSC)
Maria Juracy Filgueiras Toneli (UFSC)
Maria Ligia de Oliveira Barbosa (UFRJ)
Maria Lúcia Miranda Afonso (UFMG)
Maria Lucia Rocha-Coutinho (UFRJ)
Maria Regina Namura (Universidade de Taubaté - SP)
Maria Rodrigues Muller (UFMT)
Maria Terezinha Bellanda Galuch (UEM)
Marilda Gonçalves Dias Facci (UEM)
Mário César Ferreira (UnB)
Marisa Lopes da Rocha (UERJ)
Marisa Nunes Galvão (UNICAMP)
Marisa Todescan Dias da Silva Batista (PUC-SP)
Marta Pimenta Velloso (Fundação Oswaldo Cruz)
Mary Jane Paris Spink (PUC-SP)
Mary Yale Rodrigues Neves (UFPB)
Máximo Augusto Campos Masson (UFRJ)
Mériti de Souza (UFSC)
Mirela Figueiredo Santos Iriart (UEFS - BA)
Mitsuko Aparecida Makino Antunes (PUC-SP)
Monica Prates Conrado (UFPA)
Nair Iracema Silveira dos Santos (UFRGS)
Neuza Maria de Fátima Guareschi (PUC-RS)
Nilson Fernandes Dinis (UFSCar)
Nilson Gomes Vieira Filho (UFAM)
Odair Furtado (PUC-SP)
Odair Perugini de Castro (UFRGS)
Omar Alejandro Bravo (UnB)
Ondina Pena Pereira (UCB)
Orestes Diniz Neto (UFMG)
Osvaldo Gradella Junior (UNESP)
Patricia Wazlawick (UFSC)

Paulo César de Carvalho Ribeiro (UFMG)
Paulo Sergio da Costa Neves (UFS)
Pedrinho Arcides Guareschi (PUC-RS)
Pedro Fernando Bendassolli (Fundação Getúlio Vargas)
Pedro Humberto Faria Campos (PUC-Goiás)
Peter Kevin Spink (PUC-SP)
Rachel de Faria Brino (UFSCar)
Rafael José de Menezes Bastos (UFSC)
Raquel de Barros Pinto Miguel (UFSC)
Raquel Martins Assis (UFMG)
Regina Helena de Freitas Campos (UFMG)
Regina Peres Chistofolli Abeche (UEM)
Renato Peixoto Veras (UERJ)
Ricardo Franklin Ferreira (UFMA)
Ricardo Pimentel Méllo (UFC)
Rita de Cássia Ramos Louzada (UFRJ)
Rita de Cassia Ribeiro Voss (UBC - SP)
Roberta Kumasaka Matsumoto (UnB)
Rogerio Haesbaert da Costa (UFF)
Ronaldo Augusto Campos Pessoa (UFT)
Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro (UFRJ)
Rosane Abreu e Silva (Tribunal de Contas – RS)
Rosane Cardoso de Araújo (UFPR)
Rosângela da Luz Matos (Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia – SESAB)
Rosângela de Fátima Rodrigues Soares (UFRGS)
Roseane Freitas Nicolau (UFPA)
Rosemarie Gärtner Tschiedel (UFRGS)
Rosemeire Aparecida Scopinho (UFSCar)
Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (UFPE)
Rozilda das Neves Alves (UEM)
Rubenilda Maria Rosinha Barbosa (UFPE)
Rubens de Camargo Ferreira Adorno (USP-SP)
Rute Grossi Milani (CESUMAR - PR)
Sálua Cecílio (UNIUBE - MG)
Samuel Mello Araujo Junior (UFRJ)
Selda Engelman (IPA-RS)
Sergio Augusto Franco Fernandes (Faculdade São Bento da Bahia)
Sérgio Carrara (UERJ)
Sergio Kodato (USP)
Sérgio Scotti (UFSC)
Sérgio Seiji Aragaki (UFT)
Solange Jobim e Souza (PUC-RJ)
Sonia Elisabete Altoé (UERJ)
Sônia Margarida Gomes Sousa (PUC-Goiás)
Sonia Mari Shima Barroco (UEM - Maringá/PR)
Sonia Maria Guedes Gondim (UFBA)
Soraia Ansara (Estácio Uniradial - SP)
Sueli Aparecida Freire (UFU)
Sueli Terezinha Ferreira Martins (UNESP)
Susana Inês Molon (FURG - RS)
Suzana da Rosa Tolfo (UFSC)
Sylvia Duarte Dantas (USP-SP)
Tania Mara Galli Fonseca (UFRGS)
Tânia Regina Raitz (UNIVALI)
Telmo Mota Ronzani (UFJF)
Teresa Cristina Othenio Cordeiro Carreteiro (UFF)
Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira Araújo (UnB)
Terezinha Martins dos Santos Souza (UFRB)
Vanderlei Machado (UFRGS)
Vannuzia Leal Andrade Peres (PUC-Goiás)
Vera da Rocha Resende (UNESP)
Vera Lucia Navarro (USP-RP)
Vera Regina Röhnelt. Ramirez (UNISINOS)
Vera Sonia Mincoff Menegon (PUC-SP)
Vinícius Anciães Darriba (UFPR)
Walter Ernesto Ude Marques (UFMG)
Wanda Maria Junqueira de Aguiar (PUC-SP)
Willer Baumgarten Marcondes (Fundação Oswaldo Cruz)
Wilson Francisco Correia (UNICAMP)
Wilson José Alves Pedro (UFSCAR)
Zeidi Araújo Trindade (UFES)

POLÍTICA EDITORIAL E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Política Editorial

Psicologia & Sociedade propõe-se a publicar artigos originais sobre temáticas que privilegiem pesquisas e discussões na interface entre a psicologia e a sociedade, tendo em vista o desenvolvimento da Psicologia Social numa perspectiva crítica, transformadora e interdisciplinar. Psicologia & Sociedade publica relatos de pesquisa, ensaios teóricos, comunicações, resenhas e entrevistas. As contribuições recebidas, sem identificação da autoria, são encaminhadas para consultores *ad hoc* de competência reconhecida na área, escolhidos pelo Editor.

Os pareceres emitidos pelos consultores contêm justificativas que podem sugerir a aprovação para publicação sem alterações, a aprovação para publicação com sugestões de alterações ou a não recomendação de publicação. Uma lista de agradecimento, informando os *consultores ad hoc,* será publicada anualmente. Aos membros do Conselho Editorial, após a apreciação da versão reformulada, cabem as decisões finais sobre os manuscritos, inclusive quanto à necessidade de novas reformulações. Os autores serão informados de todas as etapas. O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações no texto dos autores para agilizar o processo editorial.

Normas de Publicação

Psicologia & Sociedade passou a adotar a partir do número 13(2) as normas técnicas da *American Psychological Association* (2001) desde a submissão inicial do texto. Em todas as etapas do processo editorial deve-se seguir as normas descritas a seguir. Os textos deverão ser inéditos no Brasil, podendo ser escritos em português, espanhol, francês, italiano ou inglês e submetidos preferencialmente, via internet mediante cadastro do autor no sítio da revista (www.scielo.br/psoc).

A submissão deve incluir, no espaço destinado à "Comentários ao Editor", carta assinada pelo autor principal, explicitando sua intenção de submeter ou re-submeter a contribuição.

Deve-se usar espaço duplo em todo o texto, letra Times New Roman 12, com parágrafos alinhados à esquerda. As folhas devem ser tamanho A4, com formatação de margens superior e inferior (no mínimo 2,5 cm). A paginação deve iniciar em 1 a partir do Resumo.

Ordem de apresentação dos trabalhos:

1. Folha de rosto identificada: Título original (máximo 10 palavras); Título compatível em inglês; Nome e afiliação institucional, por ocasião da submissão do trabalho, de cada autor; Endereço para correspondência com os leitores e com o editor, incluindo *e-mail*, de um dos autores; Agradecimentos e Informações complementares, quando for o caso, como, por exemplo, fomento de pesquisa ou bolsa de estudo.

2. Folha de rosto sem identificação: Título original (máximo 10 palavras) e título compatível em inglês.

3. Resumo em português e inglês: Parágrafos com no máximo 100-150 palavras com o título Resumo escrito centralizado na primeira linha abaixo do cabeçalho. Ao fim do resumo, listar pelo menos três, e no máximo cinco palavras-chave em português (em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula). O resumo em inglês (*Abstract*), que deve ser fiel ao resumo em português, porém, não uma tradução "literal" do mesmo. Ou seja, a tradução deve preservar o conteúdo do resumo, mas também adaptar-se ao estilo gramatical inglês.

4. Corpo do texto: os Ensaios teóricos devem propor a análise de conceitos, levando ao questionamento de modelos existentes à elaboração de hipóteses para futuras pesquisas (máx. 20000 caracteres). Os Relatos de pesquisa devem apresentar Introdução, Método, Resultados e Discussão (máx. 30000 caracteres). As Resenhas, que podem ser de publicações nacionais ou estrangeiras, e os Resumos de dissertações e teses podem ter no máximo 10000 caracteres. Não é necessário colocar título do manuscrito nessa página. As subseções do corpo do texto não começam cada uma em uma nova página e seus títulos devem estar centralizados, e ter a primeira letra de cada palavra em letra maiúscula (por exemplo, Resultados, Método e Discussão, em artigos empíricos). Os subtítulos das subseções devem estar em itálico e ter a primeira letra de cada palavra em letra maiúscula (por exemplo, os subtítulos da subseção Método: *Participantes* ou *Análise dos Dados*).

5. Referências: em nova página, após o término do texto, em ordem alfabética, de acordo com as normas da APA (abaixo, exemplos de como citar artigos, livros, capítulos de livro e dissertação de mestrado, respectivamente).

Obs: Apenas as obras consultadas e mencionadas no texto devem aparecer nesta seção.

Hüning, S.M. & Guareschi, N.M.F. (2005). O que estamos construindo: especialidades ou especialismos*? Psicologia & Sociedade, 17*(1), 89-92.

Castel, R. (2001). As *metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (I.D. Poleti, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1995)

Maraschin, C. (2005). Redes de conversação como operadores de mudanças estruturais na convivência. In N. M. C. Pellanda; E. T. M. Schlünzen & K. Schlüzen Jr. (Orgs.), *Inclusão digital: tecendo redes afetivas/ cognitivas* (pp.135-143). Rio de Janeiro: DP & A.

Dal Molim, F. (2002). *Autopoiese e sociedade: a rede integrada de serviços da restinga na teoria*

dos sistemas vivos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

6. Anexos: somente contiverem informações consideradas indispensáveis.

7. Tabelas e Figuras: cada aparição, com o respectivo título, deve ser em uma folha separada. No corpo do texto deve apenas ser indicado o lugar para sua inserção.

Números Especiais

Psicologia & Sociedade estimula a proposição de números especiais por pesquisadores de reconhecida competência na área temática abordada. A submissão e a etapa de avaliação dos artigos segue o processo convencional. Cada número especial deve conter, pelo menos, 10 textos, com predominância de relatos de pesquisa, originados de instituições nacionais e internacionais diversas. A Comissão Editorial decidirá sobre o interesse e a viabilidade em publicar o número especial, e o proponente pode ser convidado a ser editor do mesmo, assumindo então todas as tarefas editoriais pertinentes. O processo editorial poderá feito em parceria com o editor titular da revista, que terá conhecimento e participará da escolha dos consultores *ad hoc* e dos conselheiros. Todo o trabalho gráfico da versão final, bem como da distribuição, venda, permuta e divulgação da revista será realizado da mesma maneira que para os números correntes. Os números especiais necessitam contar com o aporte financeiro das instituições proponentes e com toda a infra-estrutura de apoio para o processo editorial.

REVISTRA PSICOLOGIA & SOCIEDADE
REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SPICOLOGIA SOCIAL

Endereço para envio de assinaturas:
A/C Profª Kátia Maheirie Departamento de Psicologia/UFSC – sala 18B – Campus Universitário – Trindade – CEP: 88.040-900 – Florianópolis – SC
Fone: (48) 3721-9066 (Contato: Ana Lídia) Horário de Atendimento: das 13 às 17hs e-mail: revistapsisoc@gmail.com
Dados bancários para depósito referente à aquisição de exemplares avulsos e assinaturas:
Banco do Brasil – 001 – Conta Corrente: 0.200.052-0 – Agência: 1199-1 – CNPJ: ABRAPSO – 53.285.383/0001-58
Após efetuar depósito, enviar cópia do respectivo comprovante junto com esta ficha preenchida para o fax: (48) 3721-9984

*1. Nome completo:*_____

*2. Endereço:*_____ *CEP:*_____

*3. Cidade:*_____ *Estado:*_____

4. Telefone/Fax: _____ *E-mail:*_____

Assinatura 2009
R$ 30,00 Estudante ( ) R$ 50,00 Profissionais ( ) R$ 80,00 Instituições ( )

Assinatura avulso/valor por exemplar
R$ 20,00 Estudante ( ) R$ 30,00 Profissionais ( ) R$ 40,00 Instituições ( )

Coleção completa (números não esgotados + assinaturas 2009)

R$ 500,00 (instituições)
R$ 250,00 (estudantes)
R$ 350,00 (profissionais)

Vol.9 nº1 e nº2 ( ) Vol.10 nº2 ( ) Vol.11 nº2 ( ) Vol.12 nº1 e nº2 ( ) Vol.13 nº1 ( ) Vol.13 nº2 ( ) Vol.14 nº1 ( ) Vol.14 nº2 ( ) Vol.15 nº1 ( ) Vol.15 nº2 ( ) Vol.16 nº1 ( ) Vol.16 nº2 ( ) Vol.16 nº3 ( ) Vol.17 nº1 ( ) Vol.17 nº2 ( ) Vol.17 nº3 ( ) Vol.18 nº1 ( ) Vol.18 nº2 ( ) Vol.18 nº3 ( ) Vol.19 nº1 ( ) Vol.19 nº2 ( ) Vol.19 nº3 ( ) Vol.20 nº1 ( ) Vol.20 nº2 ( ) Vol.20 nº3 ( )